

**Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Doutorado em Ciências Sociais**

**CLÁUDIO DE CARVALHO SILVEIRA**

**A FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA MARINHA DO BRASIL:**

**Educação, Profissão, Pensamento Estratégico (1978-2001)**

Tese de Doutorado em Ciências Sociais, apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Eliezer Rizzo de Oliveira.

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida e aprovada pela Comissão

Julgadora em 19/12/2002

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eliezer Rizzo de Oliveira (DCP)-Presidente

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (DCP)

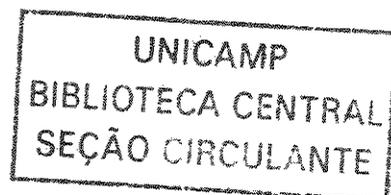
Prof. Dr. Samuel Alves Soares (USF)

Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias (UNESP)

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho (UFSCAR)

Prof. Dr. Valeriano M. F. da Costa (DCP)-Suplente

Prof. Dr. Hector Luis Saint-Pierre (UNESP)-Suplente



**Campinas**

**Dezembro de 2002**

UNIDADE	32
Nº CHAMADA	UNICAMP
	Si 39 f
V	EX
TOMBO BCI	53200
PROC.	124103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	17/04/03
Nº CPD	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

CM001B225B-4

B ID 228009

Si 39 f      **Silveira, Cláudio de Carvalho**  
**A Formação dos Oficiais da Marinha do Brasil: educação, profissão, pensamento estratégico (1978-2001) / Cláudio de Carvalho Silveira . - - Campinas, SP : [s. n.], 2002.**

**Orientador: Eliezer Rizzo de Oliveira.**  
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Marinha - Brasil. 2. Formação profissional. 3. Educação militar. 4. Estratégia naval. I. Oliveira, Eliezer Rizzo de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

Ô marinheiro, marinheiro  
Quem te ensinou a navegar,  
Foi o tombo do navio  
Ou foi o balanço do mar?

(cancioneiro popular brasileiro)

Sei que há léguas a nos separar  
Tanto mar, tanto mar...  
Sei também quanto é preciso pá  
Navegar, navegar...

(Chico Buarque)

“O poder de uma civilização não  
é medido em sua habilidade de  
lutar em guerras, mas na sua  
habilidade em evitá-las e  
promover a paz”.

(Gene Roddemberry)



## **Resumo**

Este trabalho é uma abordagem sobre a educação, a formação profissional e o pensamento político-estratégico da Marinha do Brasil ao longo das três últimas décadas. Aqui enfocamos as características básicas dos militares a partir da literatura sociológica clássica e das abordagens contemporâneas referentes aos militares brasileiros, destacando a corporação naval. Em seguida apresentamos o ensino e o desenvolvimento da carreira dos oficiais da Marinha na sua formação básica e de estado-maior. Por fim, tratamos dos principais temas de estratégia naval brasileira no âmbito político nacional, internacional e sua relação com a missão constitucional do poder naval brasileiro.

## **Abstract**

This work is a boarding on the education, the professional formation and the politician-strategical thought of the Navy of Brazil to the long one of the last three decades. Here we focus the basic characteristics of the military from classic sociological literature and of the boardings referring contemporaries to the brazilian military, detaching the naval corporation. After that we present the education and the development of the career of the officers of the Navy in its basic formation and of general staff. Finally, we deal with the main subjects of brazilian naval strategy in the scope national, international politician and its relation with the constitutional mission of the brazilian naval power.



## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>12</b>
<i>Objetivos .....</i>	<i>14</i>
<i>Hipóteses.....</i>	<i>16</i>
<i>Procedimentos Metodológicos .....</i>	<i>17</i>
<i>Sistematização.....</i>	<i>19</i>
<b>PARTE I – ABORDAGEM TEÓRICA.....</b>	<b>22</b>
<b>Capítulo 1 - As abordagens Sociológicas Clássicas sobre o Estado e as Forças Armadas.....</b>	<b>24</b>
1. <i>A Abordagem Marxista .....</i>	<i>24</i>
2 <i>A Abordagem Weberiana .....</i>	<i>31</i>
<b>PARTE II - A PROFISSÃO MILITAR NA MARINHA DO BRASIL....</b>	<b>44</b>
<b>Capítulo 2 - O “Ethos” da Profissão Militar .....</b>	<b>46</b>
1. <i>O “Ethos” Militar no Brasil: Identidade, Profissionalização, e Autonomia.....</i>	<i>57</i>
1.1 <i>A Concepção Organizacional.....</i>	<i>57</i>
1.2 <i>A Perspectiva Instrumental.....</i>	<i>60</i>
1.3 <i>O Dualismo da Perspectiva Comparativa .....</i>	<i>63</i>
2. <i>A Consolidação da Autonomia Militar.....</i>	<i>70</i>
3. <i>“Ethos” e Crise de Identidade das Forças Armadas Brasileiras .....</i>	<i>75</i>
4. <i>As Transformações em Escala Mundial e os Desafios Futuros .....</i>	<i>88</i>
4.1 <i>A Globalização e a Soberania dos Estados .....</i>	<i>88</i>
4.2 <i>A Nova Ordem Transnacional .....</i>	<i>89</i>
4.3 <i>A Guerra Contemporânea, Complexidade e Revolução nos Assuntos Militares.....</i>	<i>93</i>
4.4 <i>As Relações entre os Estados Unidos e a América Latina na Formação Militar-Naval.....</i>	<i>102</i>
<b>Capítulo 3 - O “Ethos” Militar no Brasil: Profissionalização e Educação .....</b>	<b>110</b>
1. <i>Os Estudos Sobre Educação Militar .....</i>	<i>111</i>
2. <i>Educação Militar, Razão Instrumental, Razão Prática e Razão Crítica .....</i>	<i>117</i>
3. <i>Aspectos Éticos e Morais da Profissão Militar.....</i>	<i>123</i>
3.1 <i>O “Ethos” e a Educação no Exército Brasileiro .....</i>	<i>129</i>
3.2 <i>O “Ethos” e a Educação na Aeronáutica Brasileira.....</i>	<i>132</i>
3.3 <i>O “Ethos” e a Educação na Marinha do Brasil.....</i>	<i>134</i>
1. <i>O Modelo Institucional na Marinha do Brasil.....</i>	<i>145</i>
2. <i>O Modelo Organizacional na Marinha do Brasil.....</i>	<i>150</i>
3. <i>Uma Avaliação do Sistema de Ensino Naval.....</i>	<i>156</i>
4. <i>As Mulheres na Marinha do Brasil.....</i>	<i>162</i>
5. <i>O Ensino Atual na Escola Naval.....</i>	<i>165</i>
5.1. <i>O Ensino Ético-Moral da Escola Naval.....</i>	<i>167</i>
5.2. <i>A Importância da Liderança na Escola Naval .....</i>	<i>169</i>
5.3. <i>A Educação e a Qualidade Total na Escola Naval.....</i>	<i>175</i>
5.4. <i>Os Desafios da Formação Atual dos Oficiais da Marinha do Brasil.....</i>	<i>178</i>
5.5 <i>Questões Sobre a Educação Naval .....</i>	<i>180</i>
6. <i>O Ensino na Escola de Guerra Naval.....</i>	<i>185</i>
6.1. <i>Os Cursos de Alto Nível da Escola de Guerra Naval .....</i>	<i>188</i>
6.2. <i>Os Currículos do C-PEM (1985 -1990).....</i>	<i>191</i>
6.2.1. <i>Os Currículos do C-PEM (1991 - 2000).....</i>	<i>194</i>
6.2.2. <i>A Estrutura Atual do C-PEM .....</i>	<i>196</i>
6.2.3. <i>As Áreas e Disciplinas do C-PEM.....</i>	<i>198</i>
6.2.4. <i>A Modernização do C-PEM.....</i>	<i>203</i>
7. <i>A Contribuição dos Civis ao Ensino Militar-Naval .....</i>	<i>206</i>



## **PARTE III - ESTRATÉGIA NAVAL..... 216**

<b>Capítulo 5. O Pensamento Político-Estratégico na Marinha do Brasil.....</b>	<b>218</b>
1. <i>A Guerra no Mar</i> .....	219
2. <i>A Diplomacia Naval</i> .....	226
3. <i>Os Estudos Estratégicos e a Revolução nos Assuntos Militares</i> .....	234
4. <i>A Estratégia dos Estados Unidos Pós-Guerra Fria</i> .....	236
5. <i>O Emprego Político do Poder Naval Brasileiro</i> .....	239
6. <i>O Poder Político, a Defesa Nacional e a Missão da Marinha do Brasil</i> .....	242
7. <i>O Poder Naval em Tempos de Paz</i> .....	247
8. <i>A Aviação Naval</i> .....	249
9. <i>A Amazônia</i> .....	251
10. <i>As Relações Estado, Forças Armadas e Sociedade Brasileira</i> .....	253
11. <i>A Situação Atual da Estrutura Militar-Naval Brasileira</i> .....	257
12. <i>A Modernização em Curso na Marinha do Brasil</i> .....	261
13. <i>A Crise Mundial, o Terrorismo e a Marinha do Brasil</i> .....	268

### **Capítulo 6 - A Contribuição C-PEM na Produção do Pensamento Político-Estratégico da Marinha do Brasil..... 272**

1. <i>A Política Externa Brasileira</i> .....	273
2. <i>O Atlântico Sul e os Interesses Brasileiros</i> .....	275
3. <i>A Integração Regional: o Cone Sul da América do Sul</i> .....	282
4. <i>A Antártida e os Interesses Brasileiros</i> .....	284
5. <i>A Guerra das Malvinas</i> .....	289
6. <i>O Atlântico Sul e África</i> .....	292
7. <i>O Relacionamento Brasil-Estados Unidos</i> .....	294
8. <i>A Nova Ordem Internacional</i> .....	296
9. <i>A Guerra e a Estratégia Naval Brasileira</i> .....	298
10. <i>A Ciência e a Tecnologia</i> .....	305
11. <i>A Maritimidade</i> .....	309
12. <i>A Comunicação Social e a Marinha do Brasil</i> .....	310
13. <i>A Marinha do Brasil e a Sociedade</i> .....	313

## **PARTE IV-BALANÇO E PERSPECTIVAS DA ESTRATÉGIA NAVAL ..... 322**

<b>Capítulo 7. Comentários Gerais ao Pensamento Político-Estratégico na Marinha do Brasil .....</b>	<b>324</b>
1. <i>A Nova Ordem Mundial</i> .....	324
2. <i>A Cooperação Regional e a Marinha do Brasil</i> .....	326
3. <i>O Mercosul</i> .....	328
4. <i>A Amazônia</i> .....	331
5. <i>A Missão da Marinha do Brasil e a Opinião Pública</i> .....	334
6. <i>Política, Ciência e Tecnologia</i> .....	342
7. <i>A Revolução nos Assuntos Militares e o Brasil</i> .....	346
8. <i>A Marinha do Brasil e o Poder Político</i> .....	350
<b>Conclusões</b> .....	<b>354</b>

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 366**



## Agradecimentos

Este trabalho só poderia ser feito com a ajuda de muitas pessoas, dentre às quais agradeço profunda e permanentemente:

Aos meus pais Selir e Jurema, por terem me sempre dado tudo o que é mais importante na vida.

À minha irmã Marta, seu marido Josias e minha sobrinha Julia, por ter usado e abusado da casa deles.

À grande quantidade de amigos e familiares que sempre me deram muito incentivo e apoio. Vocês são muitos para mencionar aqui, mas sabem que são importantes demais para mim.

Ao meu orientador Prof. Dr. Eliezer Rizzo de Oliveira, que desde o primeiro momento me apoiou e aconselhou da melhor maneira, pela nossa convivência e amizade ao longo dos anos.

Aos companheiros do NEE, que estiveram comigo antes e durante os melhores e ao piores momentos vividos entre duas cidades, Rio de Janeiro e Campinas : Suzeley Mathias, Héctor Saint-Pierre, Samuel Soares, Geraldo Cavagnari Filho, Shigenoli Miyamoto, René Dreifuss, Paulo César Manduca, Iara Beleli, Marcelo Sain, Jadison Freitas, Eduardo Mei, Adriana Marques, Luís Alexandre Fuccille, Paulo Kulman, Humberto Lourenção, João Roberto , Wagner Duduch, Silvia Kossoski, Ziara Roque e Robson da Silva.

Aos professores, colegas e funcionários da pós-graduação do IFCH-UNICAMP, pelo ensino, incentivo e ajuda que recebi desde o início até então.

Ao Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por mais uma vez ter confiado a mim os recursos públicos para a realização de mais uma pesquisa.

Aos servidores da Marinha do Brasil, que prestaram inestimável auxílio através do fornecimento de dados e informações: almirante-de-esquadra Mário César Flores, almirante-de-esquadra Mauro César Pereira, Vice-almirante Armando Amorim Vidigal,



contra-almirante José Eduardo Pimentel de Oliveira, capitão-de-mar-e-guerra Salvador Ghelfi Raza, capitão-de-corveta Josiane Marques Magalhães, primeiro-tenente Angélica Behenck Cerón, Cremilda Santos, Sonia Autran Martins, Ana Monte Alegre Rocha e Nathanael de Paula Guimarães Filho.

À Profa Dra Margareth Hayes, pelo apoio acadêmico e interesse neste trabalho.



Ao Prof Dr Bernardo Sorj, que desde o mestrado, me incentivou a continuar.

*Ex-Brasilia,scientia.*



## Introdução

Com que objetivos e valores os militares são formados e preparados para agir no contexto sócio-político nacional e internacional ? Esta pergunta tem uma resposta óbvia no sentido de que é por demais conhecida a missão que as Forças Armadas (FFAA) possuem no Brasil e no mundo. De fato, desde a criação do Estado-nação a existência de exércitos profissionais, pagos pelo Erário tem sido consagrada historicamente. A sua finalidade é o serviço ao Estado e a defesa militar da sociedade. Para o exercício de sua soberania, o Estado cobra tributos, faz as leis e prepara-se para a guerra, contra os inimigos. A História do Mundo Ocidental demonstra como esse fenômeno foi e tem sido marcante na organização e fundamentação dessa instituição político-administrativa cujas origens remontam ao início da Modernidade. Este argumento é corroborado e desenvolvido, por exemplo, pelas análises de Giddens, Tilly e Mann <sup>1</sup>.

O objetivo aqui estabelecido é, em primeiro lugar, apresentar e buscar compreender os princípios que fundamentam o estatuto das Forças Armadas brasileiras diante do Estado e da sociedade a partir das características básicas da profissão militar tal como a modernidade capitalista estabeleceu no âmbito dos países, em certa medida, independente da condição, sócio-econômica, isto é, do seu desenvolvimento ou subdesenvolvimento. É claro que realidades distintas contribuem para a variação do perfil do Estado e suas organizações, daí o fato de que há variação de um país central para um país periférico. Pretendemos, inicialmente construir uma tipificação ideal sobre a profissão militar em geral, e, a seguir, contextualizá-la na realidade de um país periférico e latino-americano como o

---

<sup>1</sup> A respeito dos autores mencionados ver:

TILLY, Charles, *Coerção, Capital e Estados Europeus*, São Paulo, EDUSP, 1996.

GIDDENS, Antony, *National State and Violence*, Cambridge, Polity Press, 1989.

MANN, Michael, *The Sources of Social Power Vol II : The Rise of Classes and Nation-States ( 1760-1914 )*, Cambridge, University Press, 1986.

Entendemos Modernidade como um momento histórico-social surgido a partir dos séculos XVII - XVIII e se estende até os dias atuais, de características baseadas na racionalização econômica, política e cultural, a partir da qual foram organizadas entidades como a empresa burguesa, o aparato burocrático-administrativo estatal, as concepções básicas de valores sobre o homem e o cidadão, originando tipos projetos civilizatórios como o liberal-capitalista e o socialismo. Habermas utilizou-se da análise weberiana para entendê-la como uma racionalização / abstração que fundamenta um processo de institucionalização (modernização) da formação de capital, desenvolvimento das forças produtivas, produtividade do trabalho, implantação de poderes políticos centralizados e identidades nacionais, vida urbana, difusão de direitos políticos, educação formal e secularização de valores. Ela é um projeto inacabado que passa por crises, mas não esgotou suas possibilidades. HABERMAS, Jürgen, *El Discurso Filosófico de la Modernidad*, Madrid, Taurus, 1989.



Brasil. Importa também levar em conta que os interesses reinantes no Estado e na sociedade não estão desvinculados da hegemonia de uma classe ou grupo social. Daí, o papel que assumem as Forças Armadas está eivado de aspectos relacionados ao conflito entre as classes no cenário político interno e externo. O conceito que se faz, em algumas vertentes sociológicas, dos militares como simples instrumentos da facção social dominante explica eventualmente uma parte das situações concretas, mas ele não é suficiente para o entendimento da ação e da missão dos militares.

Em segundo lugar, trataremos de enquadrar tal tipificação no exemplo dos oficiais da Marinha do Brasil (MB), abordando a sua especificidade corporativa frente às demais Forças Singulares ao Estado e à sociedade brasileira. Ainda, como a educação é uma ferramenta fundamental para a organização e manutenção dos interesses e, ao mesmo tempo, para a fundamentação das visões que os militares têm do processo social, político, econômico e estatal.

Após uma década de retirada dos militares do governo e sua transmissão aos civis, institucionalizando o Estado de Direito e a ordem democrática, ainda parece pertinente tratar da relação entre os militares e o poder político no Brasil. Poderia alguém argumentar que esta questão estaria resolvida, entretanto, alguns temas que tratam desta relação ainda são dignos de atenção. Isto pode ser demonstrado nos estudos realizados nesta década sobre a formação do espírito militar, o processo de distensão e o projeto militar, política de defesa nacional e o emprego das Forças Armadas para garantir a ordem pública e combater o narcotráfico e a manutenção de prerrogativas militares no Brasil democrático.

Procurando estabelecer a relação entre educação e política na tentativa de aprofundar o conhecimento a respeito da democracia e as condições nas quais ela é pensada e posta em prática, pretendemos estudar a formação da mentalidade das Forças Armadas brasileiras, desenvolvida nos cursos de formação básica de seus oficiais: enfocamos a Marinha do Brasil (MB), através do ensino da Escola Naval (EN). academia de formação de futuros oficiais - e na Escola de Guerra Naval (EGN) - escola de estado-maior. Esta proposta leva em conta: a) o tipo de educação que os alunos de tais cursos recebem, e, se e como, ela é significativa para a construção de uma cosmovisão que legitima sua carreira e sua participação enquanto atores políticos; e b) o tema da profissionalização na carreira do oficial da MB, discutindo os aspectos relativos à sua formação, ao seu comportamento, ao

seu pensamento estratégico e a sua produção intelectual concernente a estes temas. Se hoje, tempo de globalização, podemos falar e respirar democracia assumida assim como uma situação normal, perguntamos qual seria a “definição da situação” por aqueles que aprendem a arte da guerra (que segundo Clausewitz, é sempre manifestação da política), a defesa da pátria, a proteção da lei e da ordem e do Estado-Nação (Huntington, 1996).

O problema aqui apresentado para a elaboração deste trabalho é a formação dos oficiais das Forças Armadas, enfatizando a profissionalização relacionada às atividades técnico operacionais de defesa do país e as condições da construção, através da educação, de uma mentalidade adequada ao contexto de consolidação da democracia brasileira. Em outras palavras, a educação ética e política dos oficiais que manifesta um discurso sobre si mesmos, sobre a sociedade brasileira e o relacionamento entre ambos. Por isso, é necessário procurar saber se e como os militares assumem uma identidade que valoriza o controle civil sobre si mesmos capaz de reduzir sua autonomia diante do Estado, sua tutela para com a sociedade e eliminar sua postura intervencionista na situação social brasileira.

O caso aqui tratado é o da MB por ser uma Força que dá uma acentuada ênfase na profissionalização técnico-operacional de seus oficiais sem abrir mão da atenção com os rumos da situação social do Brasil. Parece ser possível que uma Força que prioriza a qualificação técnica seja capaz de elaborar uma visão de sua participação no processo de desenvolvimento econômico, cultural e político do Brasil.

### *Objetivos*

Conforme o exposto acima, os objetivos deste trabalho são:

- 1) Fazer uma reconstrução histórica da carreira do oficial da MB, levando em conta os diferentes momentos do pensamento manifestado sobre as suas aspirações e sobre o lugar da MB na defesa do país e sua relação com a sociedade brasileira.
- 2) Analisar quais são as questões mais relevantes relacionadas à formação da mentalidade e da profissão militar e como a educação formal castrense é viabilizada para expressar as características básicas sobre a identidade da corporação naval.
- 3) Compreender o pensamento político-estratégico formado na academia de preparação para assumir as funções de oficial da MB. Para tanto, tomamos como exemplo a ser estudado o ensino da EN e da EGN, a partir da análise dos currículos e da produção

intelectual dos oficiais, preparados segundo as determinações do Estado Maior da Armada (EMA), da Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM), e aplicados nos seus estabelecimentos escolares no período de normalidade democrática, isto é, desde o governo Fernando Collor até o governo Fernando Henrique Cardoso.

No caso da reconstrução histórica é significativo tratar da formação do oficial ao longo do tempo, como resultado de uma interação das mudanças ocorridas no país e na Força Naval, esta procurando desenvolver um pensamento estratégico adequado às necessidades da corporação e do país. Pretendemos enfocar as fases da História do Brasil dando maior ênfase ao período republicano, traçando o perfil do oficial da Marinha dentro do contexto econômico, político e cultural do país.

Atualmente a MB conta com alguns programas elaborados de forma a estabelecer objetivos, considerando potenciais riscos, que configuram o quadro de estruturação do Poder Naval, em apoio à ação política do Estado brasileiro, com razoável poder de dissuasão e com significativo fator de equilíbrio das forças atuantes no Atlântico Sul, em que pese ser esta zona de paz e cooperação. Os programas atualmente desenvolvidos são, por exemplo, o Programa de Reparelhamento da Marinha, Programa Antártico e a Convenção dos Direitos do Mar, que a MB vem se esforçando em efetivar com as dificuldades relacionadas ao orçamento disponível, para atender as diretrizes da Política Marítima Nacional em 1983 e da Política de Defesa Nacional (PDN) de 1996. Com a finalidade de analisar as etapas de formação do oficial até os dias de hoje, pretendo tratar da produção intelectual feita pela própria corporação, que expressa seu pensamento e está contido nos documentos produzidos pelo Estado Maior da Armada através da sua comissão de planejamento e é reproduzido e interpretado pela oficialidade.

A construção da identidade se dá na relação com os não-militares, e esta relação pode ser de oposição, harmoniosa ou conflitiva. A mentalidade militar e sua condição, aqui são tomadas como alvo sem ter necessariamente uma carga de ataques acrílicos ou tomada pejorativamente, segundo a reclamação de muitos militares, mas levando em conta os princípios e parâmetros de abordagem que são próprios de uma sociologia militar. O ensino militar está baseado em assuntos profissionalizantes, bélicos, morais e cívicos, no caso destes últimos, no amor à pátria, na hierarquia e na disciplina, na segurança, bem-comum etc. A abordagem destes temas é tarefa das disciplinas humanísticas, que fazem parte do

currículo das academias com maior ou menor valorização de acordo com o contexto histórico e as necessidades específicas de cada Força Armada. É sabido que as Ciências Humanas / Sociais foram formalmente incluídas na década de 70 nas academias militares. Isto tem relação intrínseca com a ditadura e o processo de distensão política encaminhado posteriormente. A questão é saber como e com que propósito elas são ensinadas a partir do momento em que o Brasil passa a implantar a ordem democrática, do qual fazem parte tanto os militares quanto os civis.

### *Hipóteses*

As hipóteses que norteiam este trabalho são:

1ª) Mesmo não havendo sinais explícitos de tutela, (isto é, da atitude de julgar a eficiência do governo e a estabilidade do regime admitindo a possibilidade de uma intervenção corretora) a Marinha do Brasil mantém preocupação com a situação política do país, o que não seria diferente de sua tradição histórica. Apesar de adotarem uma postura de normalidade quanto à ordem democrática, procuram fazer valer seus pontos-de-vista acerca da realidade nacional dentro de um quadro de subordinação aos civis, segundo determinação constitucional. Entretanto, isto não nos permite dizer que eles não evidenciem uma pretensão de acompanhar a evolução do quadro político. Existe ainda uma tensão não resolvida entre a aceitação de um papel como efetivo instrumento do poder político civil e o papel de atores políticos, intervindo no processo como no passado político brasileiro.

2ª) Existe um processo de modernização das Forças Armadas contemporâneas, que se caracteriza pelas mudanças sociais (econômicas, culturais e políticas) e organizacionais ocorridas ao longo do século XX no Brasil e no Mundo. As Forças Armadas vão se tornando instituições mais complexas e dinâmicas, o que leva às transformações profundas no caráter da profissão militar, aproximando-a das profissões do mundo civil, sem, contudo, perder a sua especificidade ligada aos objetivos da guerra. Tal modernização implica numa

crescente “civilinização” do seu “ethos” burocrático, que se reflete em todas as dimensões do preparo e do emprego militar.<sup>2</sup>

3<sup>a</sup>) No caso da MB, há uma preocupação na formação ético-política dos seus oficiais, que passa pela necessidade de integração dos oficiais a este “novo mundo”, seja para o desempenho de tarefas estratégicas e profissionais ligadas à defesa das águas brasileiras, seja enquanto membros de uma corporação que possui junto com as outras duas Forças uma auto-identidade social importante, com um peso específico na formação da cultura política brasileira.

### ***Procedimentos Metodológicos***

A razão de ter escolhido a MB como universo a ser pesquisado se dá por causa das seguintes questões:

Em primeiro lugar, há um número irrisório de estudos destinados à Armada na literatura sociológica que trata do tema da construção da identidade militar no Brasil, ao contrário do Exército, por exemplo, que é o alvo da maioria da produção. Existe uma nítida preocupação com a Força Terrestre porque esta tem maior contato físico com a população e por sua atuação mais direta em vários eventos da história nacional. Entretanto, apesar da Armada ter um contato menor com a população e manter maior distância porque ocupa o litoral e os principais pontos das bacias hidrográficas, também se fez presente nos eventos mais importantes da história brasileira desde seu início, tais como o Descobrimento e a Colonização (onde foi a primeira e por muito tempo, a única Força Armada para deter os invasores), guerras continentais e mundiais, os levantes populares, ocorridos no território

---

<sup>2</sup> Segundo Sanchez Vasquez (1969) “ethos” significa o modo de ser ou o caráter, enquanto forma de vida também adquirida ou conquistada pelo homem. Na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* e nos *Ensaio de Sociologia*, Weber utilizou a expressão para falar do modo de ser dos negociantes capitalistas e da burocracia. Aqui, então, utilizamos a expressão para falar das características fundamentais do ser militar. Ver SANCHEZ VASQUEZ, Adolfo, *Ética*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969. E ainda WEBER, Max *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, São Paulo, Abril Cultural, 1980 e também nos *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

Outro esclarecimento importante é o uso do neologismo “civilinização” no lugar de civilização, que seria a tradução mais correta. Entretanto em português este termo possui outro significado : tornar-se civil. Alguns autores têm feito o mesmo em português e em espanhol, como Côrtes (2001) e Bañón e Olmeda. Ver CÔRTEZ, Henrique, *O Pós-modernismo Militar e o Brasil “in”* *Revista da Escola Superior de Guerra*, 40, 2001, pp. 18-47. E ainda BAÑÓN, Rafael. / OLMEDA, José. A., *La Institución Militar em El Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial, 1985.

brasileiro, fora e dentro dos quartéis (como no caso de João Cândido), o Estado Novo, a Ditadura Militar e a transição para o governo civil. Estes acontecimentos demonstraram que a Armada lutava para defender tanto seus próprios interesses, como os interesses nacionais. Aqui tratamos de estabelecer alguns dos eventos básicos, onde a Marinha se fez presente na história brasileira, sobretudo no período republicano, conforme se poderá constatar na abordagem sobre o “ethos” da profissão militar e relacionamento da corporação com o Estado e a sociedade brasileira, ao fazermos um balanço e apontarmos algumas perspectivas no segmento final do trabalho. Neste sentido, a pesquisa enfoca as três últimas décadas do século XX, que se referem ao momento da transição política brasileira para a democracia e à construção de relações civis-militares em um novo contexto histórico.

Em segundo lugar, a questão do isolamento físico parcial descrito no parágrafo anterior, se já não é um empecilho, reforça o horizonte de investigação que se apresenta aberto para tratar das questões mundiais e como o Brasil está inserido nelas. Das três Forças Armadas a MB é a mais cosmopolita pelo contato com outros países do continente americano e os demais continentes do globo terrestre. A navegação marítima e suas características levam naturalmente ao contato com outras sociedades, de contextos culturais, econômicos e políticos distintos. Numa palavra, a Marinha é uma força que, para defender a pátria brasileira precisa ser “globalizada”. Este aspecto é significativo inclusive por causa das circunstâncias em que o mundo vive neste final do século XX e as transformações que nele têm ocorrido.

Em terceiro lugar, existe o aspecto da “elitização” do contingente de oficiais. É noção corrente o fato de que historicamente o recrutamento na MB tem sido feito nos estratos mais altos da sociedade brasileira. É também praticamente senso comum, o fato de que os membros das maiores patentes são filhos da classe média e alta - e via de regra não são negros / pardos. Daí, é necessário saber até onde esta idéia é verdadeira e em que medida os critérios de seleção para a formação dos cadetes corrobora ou não um elitismo de ordem sócio-econômica, étnico-cultural e política.

Em quarto lugar, a MB é tida como uma Força que possui grande índice de modernização tecnológica de seus equipamentos, em comparação ao Exército e à Aeronáutica, ainda que esteja em posição de desvantagem relativa e pontual com outras Marinhas da América do Sul. Então, é importante procurar saber se há incompatibilidade

entre a necessidade de um intenso e profundo preparo técnico-profissional com a formação ética e política para o desempenho das funções de estratégia militar e defesa nacional.

### *Sistematização*

Este trabalho está dividido em quatro partes, num total de sete capítulos e uma conclusão. A primeira parte, A Abordagem Teórica, contém o primeiro capítulo. Neste, tratamos de apresentar a fundamentação teórica sobre as Forças Armadas enquanto parte integrante do aparato estatal, com suas funções específicas dentro do âmbito político. A natureza e a função dos militares, bem como a legitimidade da sua profissão, são discutidas pela tradição sociológica, como no caso da abordagem marxista e da abordagem weberiana, conforme os seus desdobramentos na análise política de vários autores contemporâneos.

A segunda parte, a Profissão Militar na Marinha do Brasil, contém os capítulos segundo até quarto. No segundo capítulo, estabelecemos o desenvolvimento destas abordagens que servem como referência para tratar do mundo militar atualidade mundial e brasileira, com base na discussão sobre as características sociológicas mais importantes do “ethos” militar contemporâneo e das questões concernentes à política brasileira e sua inserção no cenário internacional. Assim, apresentamos as concepções existentes, classificadas como instrumental, organizacional e dualismo comparativo, para explicar as características da identidade das Forças Armadas militar e do comportamento assumido por elas na história através do seu relacionamento com o Estado e a sociedade. No terceiro capítulo, estabelecemos a relação entre o “ethos” da profissão militar e os estudos sobre a sua educação, de acordo com o modo como ela se dá na realidade brasileira, levando em conta as especificidades de cada Força Singular. Aqui apresentamos também a perspectiva pedagógica que julgamos válida para pensar a educação militar e alguns aspectos relacionados aos valores dessa profissão em geral e na particularidade de cada corporação.

No quarto capítulo, destacando a situação da MB. Assim, apresentamos as principais questões relacionadas à identidade da profissão militar-naval no Brasil e o sistema de ensino estruturado para dar cabo de sua formação ético-política, através dos modelos institucional e organizacional. Dentro deste quadro, centralizamos os comentários no ensino das duas principais escolas da corporação: a EN, e a EGN. A primeira, com a socialização básica dos aspirantes e a qualificação necessária para o desempenho das

funções de oficiais, onde, levantamos algumas questões sobre a educação básica dos oficiais da MB. A segunda, com a formação no nível de estado-maior, tornando os marinheiros habilitados para a alta administração naval; neste momento, centralizamos a análise no seu curso mais importante, o C-PEM, dadas as suas exigências para a capacitação no plano político-estratégico. A partir daí traçamos considerações sobre a contribuição dos civis à formação militar naval.

A terceira parte é a Estratégia Naval, que contém o quinto e sexto capítulo. No quinto capítulo, apresentamos as principais reflexões dos analistas navais sobre o fenômeno da guerra, a situação brasileira e a missão da MB. Para tanto, utilizamos a produção intelectual feita nesta corporação pelos seus líderes, e chefes navais. No sexto capítulo destacamos para a contribuição elaborada nas monografias ostensivas do C-PEM arquivadas na EGN. Sobre o seu conteúdo, tecemos algumas considerações no que diz respeito à problemática do contexto político mundial e nacional, sobretudo, das últimas duas décadas do século XX.

A quarta parte é denominada Balanços e Perspectivas da Estratégia Naval, que contém o sétimo capítulo e a conclusão. No sétimo capítulo, nossos comentários sobre alguns dos temas apresentados pelos oficiais-marinheiros, segundo as referências estabelecidas neste trabalho. Enfim, à guisa de conclusão, fazemos algumas das considerações feitas sobre a formação da profissão militar-naval e a identidade da profissão militar-naval no Brasil atual, dentro do enquadramento das relações civis-militares e da construção da democracia brasileira.



## **PARTE I – ABORDAGEM TEÓRICA**



## Capítulo 1 - As abordagens Sociológicas Clássicas sobre o Estado e as Forças Armadas

Este capítulo expõe parte da discussão teórica da sociológica clássica sobre o Estado e o uso da força, em nome dos interesses estabelecidos pelo poder político. Apresentamos a abordagem marxista e a weberiana e seus desdobramentos utilizados por vários autores que trataram do tema. A relevância de tais abordagens pode ser ainda sentida nas referências dos analistas que se debruçaram a trabalhar pensando como a realidade contemporânea pode ser explicada. Portanto, é exatamente por se tratar de autores clássicos da produção científica, que dispensamos eventuais justificativas para fazer-lhes reverência.

### 1. A Abordagem Marxista

O materialismo histórico-dialético, desde Marx, Engels, Lênin e Gramsci, faz referência ao uso da força militar pela burguesia para manter ou conquistar objetivos que facilitem o seu processo de dominação. Na literatura especializada, (Carrilho, 1994) <sup>1</sup> há estudos que se desenvolveram a partir do que foi conhecido como a “perspectiva instrumental” (Coelho, 1976) <sup>2</sup>. Na realidade brasileira e mundial, vários trabalhos têm sido feitos com a sua notável ajuda, porém, neste momento interessa de estabelecer as noções básicas do “ethos” da profissão militar que estão presentes nas Forças Armadas, abstraindo, por enquanto, a ideologia política a que servem. Em outras palavras, (seja na estrutura social capitalista ou socialista, no marco de uma orientação conservadora ou progressista, de direita ou de esquerda), os militares parecem ter um certo número de qualidades e comportamentos mais ou menos comuns, uma vez que são uma parte da burocracia do Estado-nação que é designada para a atuação na resolução de conflitos e guerras de cunho ofensivo ou defensivo. Poulantzas (1985) <sup>3</sup> já observara que o Estado possui uma autonomia relativa diante da sociedade e, mais ainda, que os militares e outras corporações

---

<sup>1</sup> CARRILHO, Maria, *Democracia e Defesa: Sociedade, Política e Forças Armadas em Portugal*, Porto, Dom Quixote, 1994.

<sup>2</sup> COELHO, Em Busca da Identidade: O Exército e a Política Brasileira Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

<sup>3</sup> POULANTZAS, Nicos, *O Estado, o Poder e o Socialismo*, Rio de Janeiro, Graal, 1985.

do aparato estatal, possuem uma especificidade própria. Este raciocínio foi também acompanhado em linhas gerais por outros pensadores como Althusser, Bourdieu, Establet e Passeron.

A educação é um processo de reprodução de idéias, valores e práticas que impõe um arbitrário cultural relacionado aos interesses da dominação social, mas que permite um tipo de configuração própria, segundo Pierre Bourdieu (1975) <sup>4</sup>. Por isso, através do processo pedagógico, se realiza a caracterização de um “ethos” próprio e um capital cultural específico que tende a se reproduzir no espaço de cada instituição, mantendo o seu ordenamento, assim como o da vida social, onde o sistema de ensino reforça os mecanismos de pensamento e ação, relacionados à qualificação necessária para as exigências do mercado de trabalho e do aparelho de estado.

Há escolas que formam a elite dirigente, denominadas, por Bourdieu, (1983) <sup>5</sup> de “escolas do poder”. Nelas, o conhecimento é difundido para a formação de quadros públicos e privados, responsáveis pela condução e pela perpetuação da situação social. Não é errado afirmar que os estabelecimentos militares, (sobretudo, as academias que formam os oficiais no nível inicial, intermediário e de estado-maior), podem ser enquadradas dentro dessa classificação.

Acerca da autonomia estatal importa enfocar o que Poulantzas chamou de “poder centauro”: metade homem, metade fera ao combater uma visão reducionista do marxismo, onde o Estado não seria nada mais do que um instrumento da ditadura de uma classe. Mesmo admitindo a sua “natureza de classe”, ele considera o Estado como um “aparelho especial”, pois este possui atribuições e serviços exclusivamente relacionados ao domínio político. Existe, muitas vezes, uma “utilização de classe do Estado”, dominação política que não pode reduzir e desconsiderar a importância da materialidade institucional do Estado, isto é, de sua “ossatura” propriamente dita, formada com as características da dominação racional-legal estipuladas por Weber <sup>6</sup> e variável conforme a realidade social. Neste sentido, Poulantzas<sup>7</sup> aponta para a existência de alguns equívocos: a) de uma dada leitura

---

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre / PASSERON, Jean Claude, *A Reprodução*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

<sup>5</sup> BOURDIEU, Pierre, A Juventude é Apenas Uma Palavra “in” *Questões de Sociologia*, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

<sup>6</sup> WEBER, Max, *Economia y Sociedad*, Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, [1922] [1944].

<sup>7</sup> POULANTZAS, Nicos, *O Estado, o Poder, o Socialismo...* op. cit.

marxista que considera o Estado como simples apêndice da infra-estrutura econômica e b) de uma consideração de que os níveis superestruturais seriam plenamente autônomos. Combinado a isso, está o fato de que no marxismo não há uma teoria geral do Estado, segundo Bobbio, e nem poderia haver, para Poulantzas, por causa da questão da transição do capitalismo para o socialismo. A própria teoria do Estado capitalista não pode ser separada da história da sua constituição e reprodução. Então, este mesmo raciocínio deveria ser empregado pela consolidação do socialismo.

Poulantzas afirma que se as relações de produção traçam o campo do Estado, este desempenha, contudo um papel autônomo na formação das classes sociais. O Estado estabelece uma divisão do trabalho social dentro de sua ossatura que lhe é específico, criando os tipos de trabalho material e intelectual, imprimindo um ritmo próprio ao seu funcionamento e gerando uma certa autonomização de suas funções, como, por exemplo, é o caso do aparato militar. Isto é, além da autonomia do Estado diante da sociedade, existe a autonomia das diversas formas de trabalho no seu interior. Esse autor aponta para a existência da “autonomia relativa” do Estado em relação aos grupos sociais, ressaltando que tal autonomia não é derivada do isolamento frente ao exterior, mas do que se passa dentro do Estado, como autonomia de um ou outro. Isto ocorre em relação aos demais ramos do aparelho estatal, dado a complexidade e às clivagens e diversificação das micropolíticas existentes no seu interior. O Estado é um “campo estratégico” com entrecruzamentos, contradições e articulações distintas e não um bloco monolítico. As divisões e as contradições existentes na estrutura interna do Estado são afetadas pelas lutas entre as classes e tomam uma especificidade e autonomia, gerando disputas entre os diversos aparelhos de Estado, afetando o funcionamento da divisão de trabalho e a reprodução ideológica de modo distinto, seja no aparato repressivo físico (Exército, polícia) seja no aparato simbólico (igreja, escola).

O marxismo tradicional, tem uma posição peculiar da questão militar: a) a idéia geral de que as Forças Armadas e o aparato estatal são um instrumento da dominação burguesa; b) a concepção de que os exércitos deveriam ser transformados em milícias populares agindo em nome dos interesses do povo e c) a questão dos objetivos do Estado-

nação e das causas da guerra. Quanto aos dois primeiros aspectos, Carrilho <sup>8</sup> lembra que a posição dos operários contra os exércitos e a favor da milícia, por ser esse considerado “uma máquina do despotismo”: os exércitos permanentes deveriam ser substituídos por uma guarda nacional miliciana e popular, exatamente para que se armem contra qualquer interesse avesso à emancipação do proletariado responsável pelo desenvolvimento do processo revolucionário. O Estado não deveria ter um corpo armado e regular de soldados, pois, conforme demonstra os fatos históricos, ele sempre se volta contra o proletariado nos momentos de maior antagonismo na luta entre as classes. Neste sentido, ele se torna a “ultima ratio” para defender a lei e a ordem instituída pelos proprietários dos meios de produção capitalista.

Dentre os dois principais teóricos do marxismo, Engels <sup>9</sup> se debruça com um pouco mais de cuidado sobre questão militar tentando analisá-la do ponto de vista exclusivamente militar, sem, entretanto, descuidar dos aspectos sócio-políticos quando trata da guerra civil norte-americana ou da unificação italiana. Ao passo que, quando Marx fala da Comuna de Paris, demonstra que isto propicia uma nova forma de organização da força: a milícia. Ela deve ser organizada com o objetivo de “defender o cidadão contra o poder-governo, em vez de um exército permanente que defende o governo contra os cidadãos”. No desenrolar deste raciocínio está a manutenção dos interesses da classe, demonstrando, ao mesmo tempo, que organiza o povo e o treina para qualquer embate bélico gerado pelo processo revolucionário. A crítica aos exércitos permanentes considera também que a sua organização é um tanto dispendiosa e certamente acarretaria um desvio de recursos que deveriam ser destinados para atender às carências materiais da população. De todo modo, a

---

<sup>8</sup> MARX, Karl, *Opere*, trad. Italiana, Vol VII, pg 266-267 *apud* CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal : Para Uma Explicação Sociológica dos Militares*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda 1985. Sobre esse autor ver também MARX, Karl , *Obras Escolhidas*, Lisboa, Avante e Moscou , Progresso, 1982-1985.

<sup>9</sup> ENGELS, Frederich, *Introduzione a Marx, La Lotta de Classes in Francia dal 1848 al 1850*. p 71, *apud* CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal...op. cit* . Ver também ENGELS, Frederich, *Lê Role de la Violence dans L'Histoire*, Paris, Sociales, 1971.

História ensinava que a sociedade não poderia estar desprotegida, sem armas. Por esta razão é que Engels <sup>10</sup> propõe a transformação gradual dos exércitos em milícias populares.

Lênin <sup>11</sup> por sua vez, adotou a idéia de que não são os exércitos em si, mas os seus objetivos é que devem ser levados em conta. Para ele a guerra não está subordinada à política, invertendo Clausewitz. A política (ação) é que está subordinada à guerra (luta de classes). É com isto em mente que o líder da Revolução Bolchevique divide a guerra em dois tipos: reacionária ou revolucionária. Um exército constituído para lutar contra a ordem burguesa e o imperialismo, que estivesse a favor do avanço da revolução proletária, seria um exército com uma importantíssima função para o êxito do socialismo. Daí, as Forças Armadas seriam um instrumento de classe, burguesa ou proletária. Como se sabe, após o triunfo da Revolução Bolchevique, o Exército Vermelho foi reformado e passou a ser o instrumento do poder soviético dentro e fora dos limites territoriais do país. Porém, há posições distintas. Na Terceira Internacional, Togliatti percebeu as dificuldades da proposta da decomposição do Exército e defendeu a sua democratização, dado o seu caráter de massa e o seu empenho na luta contra o fascismo. Esta proposta faria com que prevalecesse a expressão política dos soldados, contribuiria para a paz e para o impedimento da expansão dos interesses burgueses.

Gramsci <sup>12</sup> relaciona o papel dos exércitos à crise de hegemonia da classe dominante, apontando para a necessidade de ressaltar os aspectos técnico-militares ao mesmo tempo em que a origem dos oficiais subalternos, quando eles são levados a agir por conta de uma crise. Procurando superar o mecanicismo, Gramsci admite que “o elemento armado como dotado de uma especificidade própria”, que pode ser ligado ao argumento de Poulantzas sobre a “autonomia relativa” e a especificidade do elemento burocrático civil e militar, segundo Carrilho (1994).<sup>13</sup> Esta autora apresenta o quadro de interpretação do militarismo em conjunto com a classificação de cesarismo e bonapartismo no seu comportamento social e político. Há então, o cesarismo progressista, o reacionário e até

---

<sup>10</sup> Introdução ao Folheto de Borkhein Sobre os patriotas de 1896 - 1807 “in” ENGELS, Frederich , *Temas Militares*, p 531, apud CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal... op. cit.*

<sup>11</sup> LENIN, Vladimir I., II Programa Militare della Rivoluzione Proletaria “in” *Opere Scelte*, pg 673-683, , apud CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal... op. cit.* Ver também LENIN, Vladimir, I. , *Obras Escogidas* , doce tomos , Moscou, Progresso, 1970.

<sup>12</sup> GRAMSCI, Antonio, a Noterelle Sulla Politica del Machiavelli “in” *Quaderni del Carcere* pg 1602 - 1613, apud CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal... op. cit.* Ver também GRAMSCI, Antonio *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

mesmo o cesarismo sem César, enquanto que o bonapartismo representaria uma forma “regressiva” de cesarismo, onde a força das armas seria usada como forma de resolução de conflitos em último caso, levando a cabo o poder de julgar exatamente por parecer pairar acima das classes. Não se deve esquecer, no entanto, que Gramsci admite o Exército como “terceira força”, passando a ocupar o lugar do partido e do carisma no processo revolucionário.

O realismo político nos apresenta uma forma importante de tratar a questão das Forças Armadas e do Estado, que não pode ser ignorado pelo marxismo, pelo menos, em termos da defesa nacional e da política externa. Tal enfoque está relacionado aos interesses do Estado-nação, o que deixa em segundo plano o problema da ideologia e a consideração dos militares como instrumento da classe dominante. Desse modo, elas são apenas uma facção que possui uma função própria aos interesses de cada Estado. K. Waltz (1959)<sup>14</sup> apresenta em uma das suas três imagens, a realização das guerras pelos Estados, conforme a seguinte referência anteriormente feita. Cada Estado precisa saber como e quando é necessário fazer a guerra ou resistir a ela, pois todos estão suscetíveis de se encontrarem em condições adversas aos seus objetivos. A declaração de guerra ou a construção da paz depende das condições em que os Estados se encontram diante da possibilidade de alcançar ou não os seus objetivos. Neste caso, o conflito ou a harmonia dos Estados se fundam na interdependência que existe entre eles (Keohane, 1993).<sup>15</sup>

Quando se diz que o realismo baseado nas relações internacionais vai além da questão da ideologia política, mas esbarra no “ethos” burocrático específico. Isto significa dizer que: no tocante ao Estado-nação, o uso da força está ligado muito mais aos seus interesses do que à constituição sócio-política interna, num país capitalista ou socialista. Aqui o que conta são os interesses do Estado, pois, se eles estão em jogo, há uma mobilização para preservá-los, mesmo que eles se coadunem com os interesses estabelecidos pela elite e induzidos para que o povo os aceite. Mesmo num país socialista não desaparecem interesses que sejam de alcance nacional, pelo contrário, já que eles são importantes para mobilizar a população para a guerra cuja finalidade seja manter, defender

---

<sup>13</sup> CARRILHO, Maria, *Democracia e Defesa... op. cit.*

<sup>14</sup> WALTZ, Kenneth, N., *El Hombre, el Estado y la Guerra*, Buenos Aires, Editorial Nova 1959.

<sup>15</sup> KEOHANE, Robert, *Institutional Theory and the Realist Challenge After The Cold War* “in” BALDWIN, David, *Neorealism and Neoliberalism*, New York, Columbia University Press, 1993.

e difundir a revolução dentro e fora de seu território. Em outras palavras, o pensamento marxista em parte deixou de lado a questão do nacionalismo, porque, grosso modo, ele sempre foi visto como manifestação do pensamento burguês. Assim, o internacionalismo parecia concorrer melhor para o sucesso da luta do proletariado em vários países, dada a constância mais ou menos comum envolvendo a dominação e a exploração burguesa na maioria dos países. O dito de Marx: “trabalhadores de todos os povos, uni-vos” foi interpretado por muitos como a razão da necessária superação do nacionalismo e das formas de organização político-administrativa que lhe dá substância e operacionalidade. É como se na ex-URSS, China, Coréia do Norte, Cuba etc a identidade nacional estivesse superada pelo processo que visa a criação de uma sociedade sem classes. Mas, o que temos visto nas últimas décadas da história é o contrário. O nacionalismo passou a ser importante tanto nos países capitalistas quanto nos socialistas. O próprio processo do que se convencionou chamar de globalização, atualmente em curso, ele enfrenta reveses econômicos, políticos e culturais por sofrer a ação de questões de ordem local e regional (Hirst / Thompson, 1998).<sup>16</sup> Há um jogo político que é jogado pelos Estados de forma interdependente, a partir de princípios de cooperação, sem no, entanto, abrirem mão de posições egoístas, quando julgam ser necessário. E logicamente, a capacidade de exercer sua própria vontade está diretamente relacionado à posição que o Estado-nação ocupa no cenário político internacional. Os países mais ricos são aqueles que mais têm poder, daí, são menos permeáveis à influência de medidas universalizantes e mais capazes de exercer sua vontade sobre os demais.

A questão do nacionalismo e dos interesses nacionais é então importante para entender as razões pelas quais os Estados promovem a guerra ou a paz. E com isso, se põe o problema do uso da força armada para fazer valer a sua vontade. Por exemplo, os Estados Unidos são um país capitalista como o Brasil, a China é um país dito socialista como Cuba. Nos quatro tipo de Estado existe um forte sentimento de nacionalidade combinado com interesses específicos que são preservados em nome da soberania e o instrumento pelo qual a força é aplicada em casos extremos são as Forças Armadas em situação de guerra. Certamente que os Estados Unidos possuem um poder muito maior do que o Brasil, assim

---

<sup>16</sup> HIRST, Paul / THOMPSON, Grahamet, *A Globalização em Questão*, Petrópolis, Vozes, 1998.

como na comparação entre China e Cuba. Assim, podemos pensar na especificidade da profissão militar independente da estrutura sócio-econômica que a utiliza como instrumento de sua política. Decerto que há uma especificidade nos exércitos chinês, norte-americano, cubano e brasileiro, criando um “ethos” militar próprio. Entretanto, eles presumem uma especificidade própria e comum a todos os exércitos, por se dedicarem à profissão de portar armas e terem capacitação para usar a força de forma legítima, preservando os interesses nacionais, como nota Carrilho ao se referir às características básicas da relação entre os países.

## ***2 A Abordagem Weberiana***

Pelo exposto acima, parece adequado tratar do tema da profissão militar baseado na análise weberiana, onde se encontra uma visão próxima do desempenho de funções e tarefas da vida militar ao analisar o papel da burocracia nos Estados modernos. Weber fala das categorias de “ethos burocrático”, “vocação” e “monopólio da violência legítima”, que são fundamentais para tratar em diversos aspectos, dos funcionários do Estado. Alguns estudos já foram encaminhados nesta mesma direção, como Huntington (1996).<sup>17</sup> Temos ainda outros, que a partir de Weber, desenvolveram estudos sobre os aspectos organizacionais da corporação militar como Janowitz (1967)<sup>18</sup> e Jerkins e Moskos (1985)<sup>19</sup>. Uma das mais significativas produções sociológicas sobre a temática militar acolhendo a perspectiva destes autores também pode ser vista em Carrilho. Sua explicação sociológica do papel dos militares envolve a investigação sobre o relacionamento civil-militar e das Forças Armadas em si para tentar compreender o sentido das intervenções políticas em Portugal. Embora a autora não despreze a contribuição do marxismo, (pelo contrário, aponta para algum avanço obtido) ela constata a falta de reflexão constante desta concepção teórica sobre o papel dos militares em geral.

---

<sup>17</sup> HUNTINGTON, Samuel, *O Soldado e o Estado... op. cit.*

<sup>18</sup> Janowitz, Morris, *O Soldado Profissional*, Rio de Janeiro, GRD, 1967.

<sup>19</sup> MOSKOS, Charles. / HARRIES-JERKINS, Gwin, *Las Fuerzas Armadas y la Sociedad Moderna* “in” BAÑÓN, Rafael. / OLMEDA, José. A., *La Institución Militar em El Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial, 1985.

Ao perguntar sobre quais são as características fundamentais do Estado enquanto agrupamento político, Weber (1998)<sup>20</sup> responde enfocando a sua especificidade: a coação física. Embora considere que “a violência não é evidentemente o único instrumento de que vale o Estado..mas é seu meio específico. O Estado contemporâneo é “uma comunidade humana que , dentro dos limites de determinado território...reivindica o uso legítimo da violência física”.

O Estado se constitui para Weber (1974)<sup>21</sup> como uma associação política onde o poder e a força estão no seu cerne de maneira indissolúvel. É o aparato jurídico-normativo e o uso da coação física que faz do Estado um ente singular no desempenho da ação política, perseguindo a realização de seus interesses, a despeito de questões morais. Aqui este autor Weber, se assemelha a Maquiavel, pois não está preocupado em fazer um julgamento de valor sobre as intenções do valor moral, mas do valor prático da ação estatal. Não é um conjunto de regras, de prescrições sobre como deveria ser, mas é uma análise de como de fato ocorre a ação, política do Estado, isto é, o “sentido funcional do Estado e seu papel”. O Estado exerce o seu poder e a sua dominação através do aparato jurídico-burocrático-coercitivo em um determinado território. Ao tratar da visão weberiana, Dreifuss (1993)<sup>22</sup> assinala que o poder é entendido como uma “relação ou situação estratégica, a partir do qual se assume uma posição” através da qual a vontade própria pode ser imposta apesar de alguma resistência. Por sua vez, a dominação tem a ver com arbítrios, convenções, é uma “construção política...resultante e indutora de múltiplas determinações culturais e de força”, onde o importante é a internalização tanto da imposição quanto da submissão. É, assim, a a “substância” e a “manifestação” do poder.

Em outras palavras, enquanto o poder é a capacidade de realizar através da possibilidade da imposição da vontade própria, a dominação significa a submissão de um grupo a outrem pela probabilidade do comando ser obedecido. O Estado procura acumular,

---

<sup>20</sup> WEBER, Max, *Ciência e Política: Duas Vocações*, São Paulo, Cultrix, 1998.

<sup>21</sup> WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, cap. XIII, XIV e XV, *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1974. Ver também: MILLS, Charles W. , *From Max Weber*, Londres, Routledge & Keagan Press, 1970. E ainda, WEBER, Max, *Fundamentos de Sociologia*, Porto, Rés, 1983 *apud* DREIFUSS, René A , *Política Poder, Estado e Força : Uma Leitura de Weber*, Petrópolis, Vozes, 1993.

<sup>22</sup> DREIFUSS, René A , *Política Poder, Estado e Força... op. cit.*

manter e distribuir o poder diante dos outros Estados por meio de um conjunto de coações e sanções, onde está implícito o uso do direito, que estabelece um ordenamento social, e o uso da força, que significa a “ultima ratio” para a aplicação das “razões de Estado” no âmbito da política interna e externa. Ao mesmo tempo, o aparato burocrático do Estado é o meio pelo qual é organizado o exercício da dominação, de acordo com as normas estabelecidas. Neste caso, também não se descarta o uso da força física / psíquica. A “ameaça de força” é também um componente primordial no exercício da dominação. Ela é o seu “caráter político”. Dentro deste quadro, Dreiffus ressalta que mesmo o pensamento marxista tradicional não destoa da percepção weberiana quanto à “centralidade da força organizada” militar e policial. Trotsky já dizia “todo o Estado é baseado na força”, e, para Engels “Estado e força são precisamente o que todas as formas até agora existentes de sociedade têm em comum”.

O Estado é assim, a instância fundante do uso monopolista do poder e da força e esta é “a sua parteira, ao mesmo tempo em que seu instrumento”. Para Weber, a autoridade do Estado é do tipo racional-legal, estabelecida pelas regras e pela obediência, exercer, assim a dominação através dos “meios materiais” e de um “estado-maior administrativo”. Estes são os “servidores do Estado”, um conjunto de funcionários públicos que formam a burocracia, competência criada na educação e treinamento específico que executa o poder público. O poder que a burocracia exerce é segundo as razões de Estado, e, por isso mesmo, os instrumentos de gestão (financeiros, edifícios, militares, transportes) não lhe pertencem. Assim como para Marx, os operários são despossuídos dos meios de produção material que utiliza na empresa, o funcionário público só recebe recompensa material e prestígio social, não podendo dispor dos objetivos e recursos para proveito privado de si mesmo ou de um determinado grupo. O processo de expropriação a que ele se submete em nome da racionalidade legal do Estado se opõe ao patrimonialismo e ao partidarismo político. Aqui, o que deve vingar são os valores da disciplina e da honra, que ressaltam a importância da responsabilidade pessoal, exclusiva de quem está investido de uma autoridade tal que possui a obrigação de desempenhá-la “sem ressentimentos e sem preconceitos”. Isto só ocorre através de uma rígida disciplina que lhe é cobrada, onde o cumprimento de uma ordem deve ser realizado independente do ponto de vista pessoal. O exercício da vocação política seja, para o funcionário civil ou para o político, e mesmo para o funcionário militar,

significa, em última instância, o abandono de qualquer pretensão pessoal, uma prestação de serviço que realize a idéia da política como prática de uma ética que esteja acima de interesses privados e oportunistas. Isto é o viver para a política, e não viver da política, que inspira toda a sorte de desvios, mesquinha e perversão, manifestando a “politicagem” que desemboca na “política de poder”, impedindo a manutenção das qualidades consideradas fundamentais para Weber: a paixão, o sentimento de responsabilidade e o senso de proporção. Neste sentido é que a vaidade e o orgulho devem ser postos de lado, dando lugar a uma ética altruísta, pois, o único tipo de egoísmo aceito como legítimo, é o egoísmo nacional das razões de Estado.<sup>23</sup>

Segundo Weber, dentre os interesses básicos do Estado está a preparação para a guerra, de conquista ou defensiva, que é vital para a manutenção da associação política nacional dentro de um dado território, como suporte e regulação da atividade capitalista no mundo moderno. O próprio ato de se fazer a guerra é direcionado por interesses econômicos lucrativos, o que impulsiona a postura imperialista de muitos Estados. No entanto, o que interessa focar aqui, é que a preparação para a guerra exige a formação de exércitos treinados permanentemente, consolidando valores onde a hierarquia e a disciplina expressam o grau máximo, dado que na guerra a disciplina é decisiva para o bom desempenho em combate e a hierarquia é o sustentáculo da cadeia de comando onde se materializa a autoridade do emprego da força legítima. Isto demonstra a necessidade vital do Estado em constituir um corpo de funcionários que se preparam para “dar carne e osso” à soberania do Estado sobre um determinado território.

As características da burocracia, em Weber, são as de se constituir como um corpo administrativo e organizado, em nome de uma ordem impessoal e universal através de esferas de competência. A legitimidade da burocracia está no desempenho da autoridade racional-legal que permite ao Estado Nacional se constituir e se desenvolver. Há uma definição de regras e práticas aceitas por todos, pelo que são abrangentes o bastante para o exercício da dominação. A burocracia detém o poder efetivo por ser responsável pela rotinização da administração, e por isso, faz com que o poder do monarca ou do político possa parecer uma quimera ou um discurso vazio, se não contar com a instância

---

<sup>23</sup> Para uma compreensão mais ampla sobre a sociologia weberiana ver também, SAINT-PIERRE, Héctor L., *Max Weber: Entre a Paixão e a Razão*, Campinas, Ed. da UNICAMP, 1994.

burocrática. Weber deixa claro que esta característica serve tanto para o setor civil quanto para o setor militar: mesmo o oficial não detém poder algum, se as suas ordens não encontrarem espaço de realização na administração. Aliás, os próprios exércitos modernos, são, a seu ver, organizações burocráticas que precisam funcionar com a máxima eficiência. Como afirma o próprio autor “a eficiência militar baseia-se na disciplina burocrática”. Estabelecendo alguns paralelos que corroboram o seu pensamento, Weber afirma a identidade básica entre a empresa e o Estado, assim como o operário e o soldado. Por exemplo, os soldados russos em 1917 não tinham outra opção senão ir à guerra, mesmo que não o quisessem, assim como os operários são forçados a ir para as minas e as fábricas pelos capitalistas. Existe um aparato burocrático comum às várias instâncias da sociedade na esfera do Estado e da vida econômica como um fenômeno da modernidade capitalista que avança progressivamente em nome da administração e de sua capacidade de prever a tomada de decisões. Os literatos ingênuos são aqueles que não acreditam na realidade desse fenômeno, que afeta não só o Estado e a empresa, mas também o partido, a igreja, a cooperativa etc.

No caso da função militar, a disciplina é um aspecto importante, juntamente com a qualificação profissional, deveres, serviços e a hierarquia, que estão presentes no modelo weberiano. A disciplina tem que ser rigorosa, sem a qual as demais características não podem ser sustentadas. A cadeia de comando dos exércitos existe em função de um forte controle sobre o comportamento e as tarefas de cada posto. Por outro lado, o subordinado deve prestar obediência aos seus comandantes, dentro dos parâmetros estipulados pelo aparato burocrático-estatal. Este, por sua vez, está consolidado em uma série de normas, códigos, regulamentos e estatutos, que estabelecem os deveres e direitos dos indivíduos no exercício de seus cargos / funções. Do mesmo modo, ele estabelece as doutrinas e protocolos que fundamentam e balizam todas as operações militares, em tempos de guerra e de paz, em relação ao interior e ao exterior da instituição. Há, então, um conjunto de parâmetros aos quais os seus membros precisam obedecer, independentemente do seu julgamento e aceitação pessoal ou de vínculos de outra natureza axiológica e afetiva. Ainda que a obediência possa ser mais fácil de ser prestada a um líder portador de características afetivas, mais próximos da autoridade carismática, o subordinado deve manter-se no estrito rigor da obediência ao chefe, autoridade racional-legal. Isto se dá em razão da disciplina

que lhe é imposta pela racionalização burocrática, por ser uma forma de ordenamento impessoal e inculcada nos membros da instituição através de um processo contínuo e rotinizado de um hábito.

A disciplina é forjada no seio da instituição militar através de um longo processo de educação formal e informal, que está pautado nos princípios e valores da instituição. Isto se inicia na academia básica e se desenvolve até a escola de estado-maior e explica o comportamento essencialmente obediente e disciplinado que o soldado precisa ter não só para com os seus comandantes, mas também para com os seus colegas e comandados, servindo de exemplo para eles. Da mesma forma, essa disciplina explica a razão pela qual o soldado deve atender aos ditames do poder político, em nome dos interesses do Estado. Caso isto não ocorra, ele poderá sofrer as sanções cabíveis, assim como poderá também contribuir para o malogro dos objetivos estatais.

O mais adequado exemplo de que a burocratização é um fenômeno intrínseco ao desenvolvimento das organizações modernas, é a guerra. Ela significa o triunfo da organização burocrática em cada país e sua estratégia de universalização. Não é à toa que isto levou à busca incessante de qualificação e prestígio social em muitas instituições sociais, como as universidades, a imprensa, as academias militares etc. Não há como fugir do fenômeno da burocratização e quaisquer opções de organização social, mesmo nas idéias socialistas ou no cooperativismo econômico, pois existe a necessidade de “especialização e treinamento racionais”. Neste sentido, a guerra ajudou no desenvolvimento da burocratização porque impulsiona a sua expansão pelos vários países, pois todo o seu esforço e possibilidade de êxito caminha na direção da normatização, racionalização e padronização de ações e metas necessárias ao cálculo estratégico do Estado para proteger os interesses sociais. O tipo da organização da vida moderna é distinto de outras épocas como na China dos mandarins e no Egito dos faraós. Cada vez mais, com a ajuda da guerra, o adestramento e a divisão de habilidades, a criação de regulamentações e hierarquias, a burocracia se tornou uma constante no universo público e privado.

As principais questões referentes ao processo de burocratização social são: a) como será possível a preservação da individualidade; b) como contar com forças que possam conter a crescente influência dos burocratas e c) as limitações da burocracia e suas distinções entre a esfera pública e privada. De todo modo, existe um “ethos” que está

presente em ambos. É interessante notar que Weber apresenta o aspecto rotineiro da burocracia como oposição ao político, no sentido da posição que ocupa em relação à disputa pelo poder. O burocrata se prende à norma / padrão, questionando uma possível ordem que considere errônea, mas a cumpre, se necessário, dada a existência da consciência de disciplina e cumprimento do dever. Isto é feito de forma tal como se fosse fruto da sua convicção mais íntima e profunda, abrindo mão de qualquer tipo de disputa. Aqui está contida a noção de que a burocracia deve estar acima de quaisquer contendas e disputas de interesse políticos e particulares: o burocrata persegue a rotina e a racionalização em quaisquer circunstâncias em nome dos interesses do senhor. O próprio poder político não pode abrir mão da burocracia, mas o contrário é falso. O Estado pode abrir mão do talento político, porém, jamais pode eliminar os burocratas, a exemplo da Alemanha após a renúncia de Bismark.

Na obra *Rejeições Religiosas do Mundo e Suas Direções* (1973)<sup>24</sup>, Weber trata de analisar a razão da religião no que diz respeito aos seus objetivos, constituindo a tipologia do misticismo e do ascetismo. Neste caso, trata da intervenção no mundo e sua renúncia, demonstrando as relações entre as duas. O que importa aqui são as tensões geradas entre a “religião da fraternidade” e os “valores deste mundo” a partir do momento em que estes passam a ser racionalizados e estabelecidos pelas suas próprias leis, de forma sublimada. Então, temos as esferas onde se dão tais tensões: econômica, política, estética, erótica e intelectual.

Para efeito dos objetivos deste trabalho, importa fazer algumas alusões à esfera política e detectar as características apresentadas que podem ser relacionadas ao âmago da profissão militar. Weber afirma que as religiões criadoras de uma ética coerente da fraternidade tiveram problemas de relacionamento com as ordens políticas do mundo. Esta fraternidade universalista contrasta com os limites da tribo, da localidade e do Estado por serem mais abrangentes e por darem ênfase na pessoa. Ao contrário, o Estado burocrático exerce seu poder dentro de um espaço restrito (salvaguardando ou modificando a distribuição interna e externa de poder) sem manter uma preocupação com a pessoa. Ele é, em si mesmo, despersonalizado quando persegue os seus objetivos. O instrumento desta organização sócio-política é a violência legítima que só ele pode exercer, dentro de seu

---

<sup>24</sup> WEBER, Max, *Rejeições Religiosas do Mundo e suas Direções* “in” *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1974.

espaço de atuação. Não há outra organização que tenha tal poder, a não ser outros Estados, daí, a eclosão de conflitos e guerras quando os impasses entre eles não são resolvidos. Por isso mesmo cabe ao Estado “resistir ao mal” e triunfar pelo uso da força, o que é rejeitado pelo cristianismo, por exemplo. Assim diz Weber: “As razões de Estado, seguem, assim, suas próprias leis internas e externas. O êxito mesmo da força, ou da ameaça de força, depende, em última análise das relações de poder e não do direito”. Há, portanto, uma distinção fundamental entre a ética da fraternidade e os objetivos da política, por ser esta mais: calculista, objetiva, racional e impessoal.

Outro contraste causador de tensões entre a ética religiosa e a política é a concorrência sofrida por aquela em nome da guerra. O Estado é capaz de mobilizar os seus criando um “pathos” e um sentimento de comunidade, quando da eclosão de uma guerra. As demais diferenças entre os grupos e as associações são postas momentaneamente de lado em nome de um sacrifício compartilhado tanto por aqueles que combatem, como pelos demais membros da população. A comunhão nacional consagra a honra e a morte dos que entram em combate e os transformam em heróis: não há morte mais significativa do que morrer por alguma causa em pleno campo de batalha. Aí está contido todo o sentido de vocação de um guerreiro. Deste modo, o Estado também reivindica um tipo de morte tão sublime quanto a morte de um fiel. O soldado é também glorificado porque o objetivo de sua luta é muito maior do que ele, pois as causas que o levaram a esta situação são absolutamente impessoais. A própria sensação de fraternidade e união que ele experimenta com seus pares na guerra é tal que pode ser comparada ao contato com o sagrado da comunhão com Deus e seus companheiros. A concorrência entre a ética religiosa e o Estado chega a ponto de causar conflito quando se trata de aderir ou não a uma guerra. Ela passa a ser classificada de justa ou injusta dependendo de seu objetivo e de como ele coopera com a vontade de Deus. Assim, segundo Weber se torna lícito ou não se envolver como um soldado voluntária ou obrigatoriamente. É a tentativa de estabelecer o alcance da autoridade secular ou se submeter a ela, como no caso do calvinismo, interpretando com mais ou menos adesão à frase de Cristo: “Dai a César o que é de César”. No mais, são as vicissitudes do pragmatismo na relação entre a religião e a política que assumem uma certa organicidade, podendo, até mesmo, representar a vinculação entre os interesses dos mais privilegiados com as ações da fraternidade religiosa neste mundo.

Na abordagem weberiana, vimos que desde a constituição dos Estados modernos, foi necessária a centralização dos meios de coação física (a força) da imposição de leis e da cobrança de impostos. Para tanto, criou-se um corpo de funcionários civis e militares competentes e qualificados para o desempenho de tais funções, conforme dissemos anteriormente. Aqui, o que nos chama à atenção no pensamento weberiano é que a disciplina requerida para o desempenho das funções de serviço ao Estado, assumida pelos funcionários civis, é oriunda no corpo de funcionários militares, posteriormente estendida também para o interior da empresa capitalista, como no caso da fábrica. Com seu conjunto interno de funções normatizadas e racionalizadas estabelecidas em nome de um objetivo comum, a organização militar necessita de uma imensa dedicação e fiel cumprimento das obrigações dentro da linha de comando. Esta, por sua vez, é decisiva para que o empreendimento estatal obtenha sucesso na resolução de um conflito bélico interno ou externo. Do mesmo modo que a cobrança de impostos e o estabelecimento do cumprimento das leis por todos os cidadãos e organizações do Estado, ela conta com a disciplina férrea arraigada no corpo burocrático, segundo o desempenho de suas funções e tarefas. As características da burocracia moderna que funciona: a) pelas leis e normas administrativas; b) pela qualificação requerida por normas e regulamentos que foram ao longo do tempo desmilitarizadas, passando para a esfera da administração civil e c) pela autoridade de dar ordens e deveres oficiais. Assim, a própria idéia de que o cargo ocupado é uma profissão (com sua especificidade e treinamento, que estão a serviço dos interesses do Estado, e, portanto, acima dos interesses particulares, com um alto senso de disciplina e impessoalidade), antes de mais nada, consagrada na inevitável preparação para a guerra. Por causa disso, podemos admitir que as características da burocracia são formadoras do corpo de funcionários militares a serviço do Estado-nação. Tais características passaram a existir em função das guerras empreendidas ao longo da história moderna e contemporânea. É neste aspecto que se concentra a nossa análise: o quanto de características da profissão está contido na instituição militar para o exercício do serviço ao Estado e para a defesa da Pátria, que possa ser encarado como específico e legítimo, perdurando ao longo do tempo de vida do Estado no mundo atual, apesar das transformações no capitalismo, exigindo do Estado a atuação em diversas áreas, como por ex. bem-estar e infra-estrutura. Estas transformações, por sua vez, ocasionaram mudanças no “núcleo duro” do Estado, isto é, no

controle da economia, do estabelecimento das leis e no emprego da força, seja na segurança interna ou na defesa externa.

Até aqui, vimos que a leitura de Weber aponta para aspectos importantes na análise da profissão militar no mundo moderno. Em primeiro lugar, a profissão militar é fruto das necessidades e interesses do Estado nacional. Neste sentido, tem a ver com o uso do monopólio da violência legítima, que ele aplica quando exerce o seu poder dentro e fora de seu território. Em segundo lugar, os militares formam uma parte da organização burocrática do Estado, adotando características gerais de um “ethos” próprio : racionalidade, normatização, eficiência, disciplina, treinamento e impessoalidade. Só as especificidades da identidade e simbologia militar estão relacionadas à guerra. Em terceiro lugar, a identidade militar está baseada no serviço aos interesses do Estado, e, por isso mesmo tem a sua imagem legitimada e valorizada por suas habilidades relacionadas ao combate. O soldado é aquele que, muito mais do que qualquer outro profissional, se relaciona, a todo momento, com o risco iminente da morte ao levar às últimas conseqüências o fato de realizar os objetivos do Estado, sacrificando a sua própria vida em nome de um sentido de vocação que só tem paralelo com o mundo religioso. O “morrer pela Pátria” não é um acidente de percurso, mas é uma ação coerente com o risco calculado de seu treinamento e formação. Isto se consagra na figura do herói, que dá a sua vida, em muitos casos, desconhecido pelos anônimos cidadãos que visa defender. Weber aponta para o fato de que não há militarismo sem heroísmo do guerreiro, compartilhado por seus pares, ao mesmo tempo em que é legitimado pelo Estado e pela sociedade. A instituição militar não encontra paralelo na sociedade com seu treinamento e adestramento em razão do monopólio estatal das armas no uso do equipamento bélico naval aéreo e terrestre, enquanto que outras categorias e corporações conservam alguma semelhança com o mundo social, como no caso do administrador, financista etc. Embora haja alguma semelhança com um certo número de profissões civis, e algumas delas possam ser exercidas dentro e fora da caserna sem muitas variações, só aos militares é dada a responsabilidade de morrer em nome de uma causa de antemão considerada nobre e justa: a defesa nacional. Por causa destas características da profissão, a formação dos militares comporta dois aspectos importantes: o heroísmo e o treinamento. É esperado que o soldado, praça ou oficial, conjugue ambos em benefício das metas a serem alcançadas pelo grupo de combate, pelotão, batalhão, brigada, corporação e

nação. Na conjugação dos dois fatores é que serão avaliadas as suas habilidades para realizar com economia, eficácia e eficiência o que estava proposto pelo planejamento estratégico.

Por outro lado, é necessário analisar também o quanto as mudanças sociais influenciaram no funcionamento do Estado, tornando mais complexa a sua organização e atingindo assim a instituição militar. Em outras palavras, para garantir o Estado e proteger a sociedade, a profissão militar teve que aumentar a sua burocratização. Em certa medida, isto significa um movimento na direção inversa ao que foi estipulado no início da formação do Estado moderno. A sociedade e o Estado se tornaram mais diversificados internamente, o que resultou no aumento considerável das funções e tarefas daqueles que desempenham o trabalho nos meios de coação organizados pelo senhor da guerra. Os exércitos organizados com base na hierarquia e na disciplina, portando treinamento específico, influenciaram a burocracia. Mas agora, para vencer a guerra, é necessário não só a manutenção de tais valores basilares, como também um imenso investimento material e humano no treinamento. As máquinas de guerra se tornaram imensas estruturas burocráticas, cada vez mais parecidas com outras organizações estatais e com empresas públicas e privadas. Isto é o que Janowitz (1967) <sup>25</sup> denominou como processo de “civilização” da carreira dos funcionários militares. Ora, para a burocracia desempenhar sua missão a contento, é cada vez mais exigido um desenvolvimento das técnicas de educação e treinamento através de exames especiais e especialização contínua. Assim, a valorização do diploma, que significa a manutenção de privilégios que ocorre no nível das instituições da sociedade civil e política, legitimando a “sede de educação” técnica e universitária, influenciou também o sentido da profissionalização e do desempenho da carreira militar no mundo contemporâneo para a defesa do mar, da terra ou do ar controlados pelo Estado.

Como a profissão militar é fundada e desempenhada dentro de um contexto social, é preciso levar em conta como isto se relaciona com o desempenho dos que vestem a farda. Janowitz (1985) <sup>26</sup> já tratara deste assunto quando estabeleceu a distinção entre os momentos da evolução da carreira militar. Os militares estariam desempenhando funções

---

<sup>25</sup> JANOWITZ, Morris, *O Soldado Profissional... op. cit.*

<sup>26</sup> JANOWITZ, Morris, *Las Partes Cambiantes de La Autoridad Organizativa: la Institución Militar* “in” BAÑÓN, Rafael. / OLMEDA, José. A., *La Institución Militar... op. cit.*

cada vez mais burocráticas e especializadas, fazendo com que a sua profissão se tornasse mais parecida com as profissões civis. Os exércitos têm se organizado de modo parecido com empresas de médio e grande porte para fazer a guerra, por causa das crescentes necessidades da máquina administrativa do Estado. Daí, o número de pessoas empregado para o desempenho de funções e tarefas com treinamento específico aumenta. Isto é comparável ao processo de desenvolvimento da sociedade contemporânea, que requer uma quantidade maior de categorias profissionais. Neste sentido é que há o processo de “civilização” da profissão militar no mundo contemporâneo, criando um espaço de convergência entre a instituição militar e a sociedade. Aproximando-se desta análise, Moskos observa, aqui a passagem de uma lógica institucional, centrada na tradição e no heroísmo militar, para uma lógica ocupacional, onde a modernização e a profissionalização calcadas num tipo específico de educação e treinamento são acentuadas. Não é o caso de abrir mão de todo o legado da tradição e dos apelos institucionais, pois eles continuam a ser necessários para manter o “ethos” militar. Porém, passa a existir uma ênfase maior aos aspectos técnico-operacionais da qualificação administrativo-técnica na realização dos objetivos da defesa nacional.

A passagem do padrão institucional para o organizacional implica em realçar o papel da educação, que busca combinar a formação do caráter cívico-corporativo com a perícia e a destreza militar; como é sabido, esta é a tônica no mundo contemporâneo. No caso dos países-potência e de alguns países que ocupam uma posição subalterna no cenário internacional. Certos temas passam a ser considerados, tais como a forma de recrutamento e seleção dos efetivos militares (principalmente dos oficiais): a) a origem sócio-econômica; b) a origem geográfico-cultural; c) a qualidade do ensino nacional; d) as possibilidades de intercâmbio com outras organizações sociais, por ex. as universidades; e) a promoção de campanhas publicitárias incentivando o ingresso na carreira militar; f) a diminuição dos efetivos; g) a representação corporativa de interesses; h) a modelagem da estrutura de cursos de capacitação e treinamento e i) a composição da tropa por gênero e grupo étnico.



## **PARTE II - A PROFISSÃO MILITAR NA MARINHA DO BRASIL**



## Capítulo 2 - O “Ethos” da Profissão Militar

Este capítulo apresenta as características da profissão militar no mundo contemporâneo em geral, segundo foram delineadas pelos modelos construídos pela análise de alguns autores. Em seguida, apresentamos a discussão acumulada ao longo das últimas décadas sobre as características dessa profissão nos países da América Latina e do Brasil, enfatizando sua identidade e autonomia em relação ao Estado e à sociedade. Logo depois, apontamos para as mudanças ocorridas em escala mundial no plano político-estratégico e institucional que têm interferido com a formação da profissão militar e os desafios que ela impõem para a realidade brasileira.

Janowitz <sup>1</sup> apresenta uma análise sobre a instituição militar procurando entender em que aspectos ela forma sua identidade, o que significa levar em conta a existência de demandas internas e externas. Assim, ele visa perceber se há alguma possibilidade de vislumbrar um equilíbrio entre ambas no desenvolvimento histórico da própria instituição. Como se sabe, para o autor a complexidade burocrática aumenta no seio da corporação militar levando a uma nova postura sobre a autoridade exercida internamente, tornando-as menos autoritárias e mais eficazes. Isto significa a transformação da autoridade baseada na “dominação” para a autoridade baseada na “pressão” / persuasão. A instituição militar se vê forçada a relativizar a sua rigidez hierárquica e disciplinar como fruto da expansão burocrática ocorrida no seu interior, que por sua vez, está relacionada às demandas estatais e sociais assim como às necessidades funcionais internas. Podemos entender que, se é certo o fato de que a disciplina militar gerou a disciplina da burocracia civil, segundo Weber, a necessidade de incorporação de tecnologia pela burocracia militar inverte o sentido de análise, pois também, existe a tendência das instituições militares se civilizarem. Este processo vai criando uma “interdependência com a sociedade civil”, alterando sua

---

<sup>1</sup> O autor constrói um modelo de instituição militar que é próprio dos países ocidentais / industrializados / desenvolvidos, como os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental. Ele inicialmente, considerou as diferenças desses para com as novas nações, que eclodiram na Ásia e África após a Segunda Guerra. Posteriormente, Janowitz reviu sua abordagem, estendendo-a aos países da América Latina, que apresentam uma realidade intermediária entre os países industrializados e as novas nações. Por esta razão, o autor passou a enfatizar as instituições militares e a coerção nos países em desenvolvimento. Ver JANOWITZ, Morris, *Military Institutions and Coercion in the Developing Nations*, Chicago, The University of Chicago Press, 1988.

organização interna. Por esta razão, não faz muito sentido as análises que se aferram em demonstrar que as instituições militares são necessariamente autoritárias, fazendo parte delas os indivíduos de índole assemelhada.

Há também uma tendência de analisar organizações em larga escala exagerando suas diferenças no tocante ao mundo civil e ao militar. Uma “análise realista” a instituição militar destaca as mudanças ocorridas no modo de se fazer a guerra, oriundas das transformações no plano social. Neste caso, é necessário perceber qual o impacto da incorporação maciça e constante de tecnologia causou no seio da organização militar ao longo do século XX. No que diz respeito aos objetivos do combate, o incremento tecnológico contribuiu para: o aumento do poder de destruição, a administração da violência com a finalidade da dissuasão, a abertura das instituições militares às inovações. Esta realidade gerou um aumento da interdependência entre o mundo militar e o mundo civil, levando Janowitz, a criticar a noção de que existem “antagonismos” entre as empresas e o militarismo (resistente às mudanças), tal como afirmou Schumpetter. Houve uma busca crescente pelas inovações não só no campo dos recursos materiais, como também nos recursos humanos, onde o aprimoramento profissional através da formação acadêmica do oficial foi cada vez mais exigido para o desempenho de sua carreira, em que pese a permanência de um “resíduo militarista” que venera o espírito heróico do combatente, portador de privilégios e honrarias. Isto demonstra que a mudança de mentalidade é diferente das mudanças tecnológicas, e que a primeira pode permanecer incompleta em relação à segunda. Janowitz <sup>2</sup> aponta para a tendência à modernização civilizadora da instituição militar, afirmando que as transformações da instituição militar também se dão no tipo de mentalidade e no comportamento de seus membros, como o exercício de autoridade na passagem da dominação para a persuasão. A dominação é aqui entendida como um conjunto de sanções negativas, ameaças e submissão mecânica, ao passo que a manipulação (também chamada pelo autor de persuasão) busca técnicas de controle tais

---

<sup>2</sup> JANOWITZ, Morris, *Las Partes Cambiantes de La Autoridad Organizativa: la Institución Militar* “in” BAÑÓN, Rafael / OLMEDA, Jose A., *La Institución Militar... op. cit.*

Ver também: JANOWITZ, Morris, *La Organización Interna de la Institución Militar* “in” BAÑÓN, Rafael / OLMEDA, Jose. A. BAÑÓN, Rafael. / OLMEDA, José. A., *La Institución Militar... op.cit.*

Sobre as características da profissão militar, geradas pela socialização como a ética, o corporativismo etc ver : ABRAHAMSON, Bengt, *La Socialización Profesional* “in” BAÑÓN, Rafael. / OLMEDA, José. A., *La Institución Militar... op.cit.* pp 208-224.

como incentivos positivos, como a preocupação com as predisposições dos soldados, ainda que possa manter a ameaça de exclusão do grupo por falta de adaptação. O exercício da autoridade persuasiva implica na existência de problemas que causam dilemas e tensões anteriores ao longo do seu processo de desenvolvimento uma vez que existe uma ideologia conservadora na elite militar, temerosa por mudanças, ao interpretar, de forma equivocada seus objetivos no que diz respeito à deterioração de sua autoridade.

Outras manifestações endógenas, tais como rigidez organizacional, cerimonialismo excessivo e um profissionalismo exagerado ocorrem nesse processo. Este merece uma observação digna de nota porque, para o autor, parece ser advindo de baixo prestígio da profissão diante da sociedade. Ele se caracteriza por uma preocupação desmesurada sobre a especificação de missões, ao mesmo tempo em que existe uma falta de objetivos claros e de competência no âmago organizacional, abrindo mão da criatividade e se pautando por princípios mecânicos para a resolução de problemas; isto leva ao reforço da idéia de que o oficial combatente é distinto (superior) ao pessoal de apoio logístico-administrativo.

Janowitz aponta ainda para a tendência à cristalização de um modelo que ele chama de equilibrado, onde há ênfase numa ordem fraternal e na criatividade interna, cooperando para que a profissão militar seja mais relacionada à “destreza administrativa”, além da habilidade de combate, contribuindo para o aumento de seu prestígio diante da população. Isto leva seus membros a dotarem um comportamento mais esclarecedor sobre as relações de se fazer isto ou aquilo, além de valorizar o aspecto educativo, pois assim é possível ter em mente que um soldado é um oficial em potencial que necessita ser aprimorado. Outro aspecto importante, é a concentração em preocupações mais relevantes do que o excesso de cerimônias, como por exemplo, no caso do aumento da coesão / solidariedade interna e o fortalecimento do espírito de corpo. Por aí se desenvolve uma organização mais interessada no desenvolvimento de uma moral positiva e na manutenção de uma rede de bem-estar para os seus membros. Enfim, o ritualismo exagerado pode ser substituído pela melhoria das relações interpessoais e da competência técnica, levando até mesmo à transferência de conhecimento de relevante interesse social ao mundo civil empresarial e governamental.

Ao tratar das características organizacionais da instituição militar e seu relacionamento com a sociedade, Janowitz pergunta quais as causas de sua intervenção na política interna de vários países, principalmente as “novas nações”. Sua resposta caminha

no sentido de apontar para o controle dos instrumentos da violência a partir do papel assumido como agente de participação política e social em cada realidade em que se encontra. A profissionalização que busca o aperfeiçoamento na preparação para o combate faz aumentar a coesão interna e o potencial político direto.

O incremento da tecnologia também pode ser visto como maximização de relevância para a intervenção na sociedade. A este respeito, o autor chega a desenvolver um argumento baseado na tipificação da especificidade das Forças Singulares e nas Armas de cada uma delas. Para ele, a Infantaria possui características de superpolícia; como as outras Armas combatentes do Exército e as forças especiais de todos os ramos militares, elas são suscetíveis de intervenção, juntamente com os Fuzileiros Navais, enquanto que o restante da Marinha é menos política. A Aeronáutica também tende a ser bastante usada contra as tropas insurrectas. Ainda que este raciocínio possa ser relativizado, para nós, o que importa fundamentalmente na sua visão é que, a profissionalização crescente da instituição militar, não é garantia de menor intervenção na política, segundo o modelo de Huntington, conforme afirmou López (1994).<sup>3</sup> Outros elementos devem ser ressaltados, tais como a fragilidade jurídica das novas nações, a identificação equivocada de seu papel como forças policiais e a constituição de forças especiais para ajudar no campo da segurança interna.

Insistindo na busca de razões organizacionais para as intervenções castrenses, Janowitz aponta para a estrutura de conhecimento e as linhas de carreira, baseadas na divisão de trabalho interno (combatente, administrador e técnico). Como a instituição militar é criada para se preparar para a crise, podem ser criadas condições mais ou menos favoráveis para a recusa ou aceitação de mudanças e das tradições estabelecidas, embora seja ordenada, regulamentada e rotinizada. Algumas vezes é possível transferência de conhecimentos e aptidões pessoais / organizacionais para o exercício de uma vida política e civil, dependendo do que venha proporcionar as oportunidades e obrigações da carreira, onde um certo número de oficiais forma um núcleo com um grau maior de politização que os demais. Via de regra, os oficiais são mais levados à administração das instalações militares do que ao envolvimento nas causas políticas. Porém, o desconhecimento da vida política não é um fator limitador da participação ativa dado que os militares possuem um “ethos” nacionalista forte que se combina a um heroísmo melancólico, criando um certo

---

<sup>3</sup> LÓPEZ, Ernesto, *Ni La Ceniza ni la Guerra*, Buenos Aires, Alianza Editorial, 1994.

modelo de serviço público. Isto é relevante à medida que mantém um acerto misticismo apesar do profissionalismo. Uma outra peculiaridade importante é o tipo de carreira que o oficial venha a traçar ao longo de sua vida. : prescrita ou adaptada. Esta última possibilita mais a experiência com várias situações dentro e fora de seu país, assim como a formação educacional de estado-maior.

O recrutamento social e a formação podem, também, influir em maior ou menor grau no comportamento político, pois tendem a considerar influências pessoais e familiares e a distribuição sócio-geográfica para o acesso à carreira. A este respeito, Janowitz considera uma simplificação a associação direta da mentalidade da classe média com uma visão necessariamente progressista, assim como o ambiente urbano. De todo modo, ele admite que o “ethos burocrático” com a ideologia profissional é congruente com uma mudança gradual e modernizadora, que é identificada com a sua origem de classe média. Há então uma identificação, sem que haja determinação da origem de classe social.

A questão do recrutamento e dos vínculos sociais está relacionada à motivação e objetivos da carreira no sentido de seu prestígio social, pois, de uma maneira geral, a população tem uma visão negativa da carreira de oficial, tida como um antro de medíocres que fogem da competição do mercado de trabalho ao mesmo tempo em que serve como um mecanismo de mobilidade social ascendente.

A formação acadêmica e política após o recrutamento, têm influência, em maior ou menor grau na participação política. Ou seja, na maioria das novas nações, o compromisso com a política interna é reforçado pelo tipo de educação que os oficiais recebem. Desde os primórdios da profissão militar, foram criadas academias para substituir o ensino universitário regular, pois se pensava na necessidade de forjar o homem para o combate com adestramento específico e isolamento da vida mundana. Com isso foi gerada o que o autor chamou de “conseqüência marginal da educação militar”: um doutrinamento que leva os oficiais a aceitar o “status quo” e isolar aqueles que possuem pretensões políticas. A educação é importante porque forma uma ideologia profissional e política aliada à experiência adquirida e ao contexto sócio-cultural. Nas novas nações, os oficiais mantêm uma “imagem puritana” e nacionalista, assim como nas nações ocidentais industrializadas, mas se diferenciam destas por terem mais hojeriza aos grupos políticos organizados, aos profissionais e à empresa privada. O seu nacionalismo está imbricado de sentimentos

xenófobos e a sua imagem puritana é acentuadamente marcada pela luta contra a corrupção e a decadência sócio-política. As empresas públicas são vistas como mais apropriadas do que as particulares por estarem, supostamente, mais comprometidas com o desenvolvimento econômico, político e social. A própria política é qualificada negativamente, em razão da necessidade de fazer constantes arranjos, acordos, flexibilidade das normas / ações e da desconfiança sobre o desempenho dos partidos. Daí, a política dos militares é “a política de querer estar acima da política”. Esta postura se contrapõe à realidade dos países ocidentais industrializados, pois aqui há supremacia civil e os militares são levados a aprender e respeitar as debilidades dos líderes políticos. Impera uma visão de mundo tecnocrática no pensamento militar das novas nações o que justifica uma ação mais eficaz, sem rodeios e tanta deferência às nuances do jogo político, manifestando uma visão superficial, formada de assertivas fáceis de serem enunciadas, mais preocupadas com a ação do que com a reflexão. Isto fundamenta um tipo de profissionalismo pragmático que revela uma mentalidade justificadora de uma certa identidade auto-legitimada pela educação mas com pouca ênfase no desenvolvimento da autocrítica do papel da instituição na sociedade. Para Janowitz, seria então mais válida a combinação de uma ideologia que trate das características de zelo e ascetismo assim como da história da corporação, associadas ao bom senso e ao realismo sobre o seu papel no desenvolvimento econômico, político e cultural da sociedade da qual fazem parte.

Desde o início da profissão militar o ensino ministrado dos conhecimentos de engenharia era muito mais importante para a formação de um corpo de profissionais qualificado tecnicamente. Em países como os Estados Unidos a formação profissional impulsionou a criação de academias no Exército e na Marinha, dado que havia muitas resistências à profissionalização militar no ambiente civil. Entretanto, nas novas nações há um recrutamento de base civil com uma diferenciação em relação a outros grupos profissionais no que diz respeito ao conteúdo educativo. A situação em vários destes países apresenta uma articulação com a universidade, onde alguns de seus egressos passam a fazer parte das Forças Armadas. O resultado é que a despeito de receberem uma educação profissional, passaram um bom tempo no mundo civil universitário, onde reina a agitação política e mantêm interesse nestas questões.

A instituição militar existe a partir do fortalecimento dos laços de solidariedade e coesão como qualquer organização, mas, no seu caso, tais elementos condicionam o seu comportamento político. A coesão é fruto da aprendizagem e doutrinação contribui para as características de uma “instituição total”, segundo Goffman.<sup>4</sup> Mas, entre várias as nações velhas e novas existem diferenças que estão relacionadas à disposição das instalações militares pelo território nacional: quanto mais dispersas e menores, é maior a convivência com o mundo civil, enfraquecendo, assim, o isolamento próprio da vida militar. Este fenômeno ocorre mais nas nações novas do que nos países ocidentais industrializados.

A união forjada entre os militares é mais do que necessária a qualquer grupo primário. Ela inspira interesses comuns responsáveis pela motivação de intervenção na política. A sua desagregação pode levar a uma instabilidade interna e à promoção de contragolpes, por exemplo, como no caso da Birmânia, Paquistão e Egito. Ao mesmo tempo, a coesão pode ser um elemento fundamental para a aceitação da supremacia do poder civil e subordinação a ele, tal como pode ser demonstrado no exemplo de Israel, Índia e Malásia. Um fator que está presente na coesão militar é a questão geracional, levando a uma distinta conotação do sentido da política. Enquanto os mais velhos estão mais conformados com o “*status quo*”, os mais novos são mais inquietos e radicais em relação às perspectivas norteadoras para a ação. A diferença geracional leva a outros problemas, como a possibilidade de ascensão funcional e êxito na carreira, inclusive fora do serviço militar, caso haja possibilidades de inserção no mercado de trabalho após a passagem para a reserva. Outros fatores que estão relacionados com a coesão são: a experiência em vitórias bélicas, o relacionamento com outras corporações do Estado (como a polícia), rivalidades pessoais e laços familiares.

Moskos<sup>5</sup> caminha na mesma direção de Janowitz quanto as características da organização militar. No entanto, ele avança ao comparar modelos ideais opostos e buscar um terceiro modelo que possa representar uma síntese dos anteriores, servindo de parâmetro para o futuro. Estes modelos a seu ver são necessários para tratar das relações de

---

<sup>4</sup> GOFMAN, E., *Manicômios, Presídios e Conventos*, São Paulo, Perspectiva, 1974.

<sup>5</sup> MOSKOS, Charles / HARRIES-JERKINS, Gwyn, *Las Fuerzas Armadas y la Sociedad Moderna* “in” BANÓN, Rafael / OLMEDA, Jose A., *La Institución Militar... op. cit.*

convergência e divergência da corporação com a sociedade a partir das seguintes variáveis: a) representatividade da população no contingente das Forças Armadas; b) graus de paralelismos e descontinuidades com organizações civis; c) conhecimentos técnicos necessários a militares e civis e d) diferenças ideológicas entre ambos, levando em conta as distinções entre as Armas, Corpos, Quadros e Serviços.

O primeiro modelo, institucional, se caracteriza por ser divergente em relação à sociedade muito embora a missão dos militares seja a de defender o território, salvar a pátria, contribuir para a dissuasão e o equilíbrio internacional. Isto lhes dá um senso de dever e honra, mas a profissão militar aqui se pauta por ser um grupo de interesses, tais como uma série de benefícios sociais apesar dos baixos soldos, compensação alimentar, uniformes, assistência médica familiar e benefícios ao passarem para a reserva.

O segundo modelo, ocupacional, é próximo da realidade de mercado, onde há maior recompensa monetária, capacitação técnica e explicitação de interesses individuais. Assim, a organização militar é mais parecida com as demais organizações sociais, onde se trata de gerenciar a partir de análises de custo-benefício, variedade das formas de capacitação e restrições às compensações financeiras. Aqui, a família do servidor militar possui outro perfil, pois as mulheres são mais independentes por serem mais dedicadas à vida profissional do que à vida doméstica e social dos quartéis. O modelo ocupacional conta ainda com um maior número de funcionários civis e o aumento do ingresso de mulheres nas Forças Armadas.

O modelo plural é o terceiro, que significa a síntese dos anteriores, chegando a ser mais próximo da civilização de Janowitz, ao mesmo tempo em que integra elementos do tradicionalismo militar. A adequação maior / menor a um deles tem a ver com as características das Forças Singulares: a Aeronáutica e as Armas técnicas do Exército seguiriam o modelo ocupacional, a Marinha e as Armas de combate do Exército se inclinariam para o modelo institucional. O modelo ocupacional dá maior importância às funções relacionadas à administração, processamento de dados, educação, logística e assistência à saúde. Por sua vez, o modelo institucional cultiva os ideais de honra, misticismo, virilidade etc. A adoção de um ou outro modelo é conforme a história da corporação e a cultura do país, levando assim, a uma variação do “ethos” profissional. Porém, há problemas nos dois modelos: no ocupacional há maior utilitarismo

individualista, causador do enfraquecimento da moral em tempos de guerra, de menor eficácia da dissuasão e de menor controle social sobre seus membros. No modelo institucional há pouca qualificação humana necessária para as inovações tecnológicas e pouca valorização da democracia, dentro de uma sociedade de frágil cultura política e cívica.

Bañón e Olmeda (1985)<sup>6</sup> se baseiam no conceito de civilização de Janowitz, por eles entendido como o processo de crise dos valores militares e de tecnologias próprias, mudando paulatinamente para valores e tecnologias civis ou intercambiáveis em relação aos dois mundos. Este processo contém a adoção de mudanças no papel das Forças Armadas através dos vetores da industrialização e de transformação na estrutura social. Os exércitos se tornaram organizações complexas internamente, ao mesmo tempo em que a sociedade também se modificou no mesmo sentido da modernização. A corporação militar se tornou mais parecida com as empresas privadas, no que diz respeito à sua organização interna, dada a vasta divisão do trabalho de um variado número de especialistas treinados em diversas aptidões profissionais. Isto geraria: a) a necessidade da implementação de uma gestão burocrático-organizacional mais racionalizada, exigindo a mudança do perfil dos oficiais. (de heróis, passariam a especialistas nas funções e tarefas rotinizadas); b) novas necessidades logísticas, reforçando necessidades corporativas a ponto de buscar auto-suficiência e ampliação do recrutamento; c) apoio à expansão capitalista, pois se tornariam efetivos e permanentes clientes de tecnologia, contribuindo em maior ou menor grau para o impulso ao desenvolvimento, dependendo da realidade de cada país.

O empreendimento de uma guerra total contribui para a civilização da profissão militar, fazendo com que haja maior flexibilização das fronteiras entre civis e militares, incorporação da tecnologia civil (principalmente nas áreas de cibernética, medicina, química e biologia) e maior aumento das missões político-militares. A ênfase na visão dos militares como instituição leva em consideração a imposição do auto-sacrifício, relacionado a algumas restrições: disponibilidade permanente para o serviço, mudança constante de local de trabalho, rigidez disciplinar, proibição de greve e negociação das condições de trabalho e risco de vida.

---

<sup>6</sup> BAÑÓN, Rafael. / OLMEDA, José. A., *La Institución Militar... op. cit.*

A instituição militar apresenta-se então como uma “instituição total”, inclinando-se às intervenções corporativas que justifiquem seu grau de autonomização e “ethos” burocrático próprio. Apesar de apontarem para a necessidade de civilização, esses autores permanecem afirmando que a lógica institucional prevalece sobre a lógica ocupacional. A análise corporativa pode demonstrar isto, por exemplo, no que se refere à maior valorização e prestígio para os oficiais oriundos das academias militares do que para os egressos das universidades na maioria dos países. Eles ressaltam, porém, que Janowitz desenvolve um novo paradigma quando analisa o “ethos” burocrático militar através da disciplina que se transforma da ênfase na dominação para a ênfase na persuasão. Mas, o que importa em sua análise, é o conhecimento sobre a instituição militar através da sua ideologia política e profissional, o formato orgânico, as linhas de carreira, a estrutura de conhecimento teórico, a forma de recrutamento e os mecanismos de coesão engendrados.

A caracterização das Forças Armadas pós-modernas é uma classificação que abrange, de maneira geral, a realidade de muitos países pós-Guerra Fria e mundo ocidental. Dentro desta tipificação Moskos (2000)<sup>7</sup> estipulou alguns elementos principais: 1) a maior interpenetrabilidade entre as esferas civil e militar; 2) a diminuição das diferenças entre as armas combatentes e não-combatentes; 3) as mudanças nos objetivos militares em guerras tradicionais para outros que não diretamente ligados ao combate; 4) o uso de forças militares em missões internacionais autorizadas pela ONU e 5) a internacionalização das Forças Armadas, pertencentes a organizações multilaterais ou bilaterais, como por exemplo, a OTAN.

Este autor lembra que o otimismo da “nova ordem internacional”, legitimado por uma noção de “fim da história” está relacionado com a idéia predominante entre os pensadores modernos do século XVIII e XIX, como Kant, Smith, Comte, Spencer e Marx, de que haveria uma evolução da humanidade no sentido da construção da paz. A História era entendida de forma otimista, como uma trajetória da barbarização à civilização, da tradição à modernidade, possibilitando um melhor entendimento entre os homens.

Entretanto, a situação contemporânea nem sempre autoriza este prognóstico. O mundo está mais anárquico e a civilização passa por um sem número de questionamento. O “caos” e a “desordem” da situação internacional alcançam maiores dimensões nos últimos

tempos. Os bandos armados, os terroristas, os conflitos políticos e as ferramentas legítimas da guerra, estão escapando das mãos dos Estados. Mesmo assim, existe uma visão otimista da realidade mundial que visa enfrentar esforço pra a construção da paz.

Os militares estão sendo engajados cada vez mais em missões humanitárias neste mundo globalizado, pós-industrial, articulado politicamente pela redução da soberania dos Estados e a emergência de organizações não-governamentais, com uma grande presença dos meios de comunicação e das tecnologias do mundo econômico-financeiro.

Moskos e outros autores admitem que a chamada Revolução dos Assuntos Militares (RAM) está relacionada ao cenário pós-moderno, ainda que de maneira não completamente congruente. De todo modo, essa nova configuração das Forças Armadas significa uma quebra em relação ao padrão existente na era moderna e está mais próxima da realidade mundial com as suas mudanças tecnológicas e políticas do mundo pós-91. Baseado na experiência norte-americana e na tentativa de aproximação da situação das democracias avançadas do ocidente, Moskos estabeleceu um quadro evolutivo, conforme se vê a seguir.

Apesar de considerar que a realidade é maior, mais complexa e dinâmica do que qualquer paradigma científico. O paradigma pós-moderno vem se estabelecendo nestes aspectos, com base nos diversos acontecimentos dentro e fora dos Estados Unidos, no âmbito das relações Forças Armadas e sociedade. A tradicional postura militar de consagração de valores particulares e coletivos, como o dever, a pátria e a honra têm passado por uma forma de reinterpretação, com base nos valores de outras profissões mais comuns no mercado de trabalho e na vida societária. Isto significa que há um tipo de relacionamento mais ocupacional e menos institucional, com mais abertura para a variação de padrões de etnia, gênero e orientação sexual, relativização / abandono da conscrição etc.

A identidade da profissão militar vem se transformando sensivelmente, e isto implica na reconsideração de sua formação. O modelo emergente de Forças Armadas necessita de um tipo de soldado capacitado a atender aos requisitos das novas missões que elas desempenham. Assim, temos a valorização do soldado-intelectual, mais educado formalmente inclusive nas instituições civis, versado em Ciências Humanas e Sociais, além das técnicas e táticas de combate. Existem também o soldado-diplomata, melhor conhecedor dos fundamentos da política internacional, e o soldado-gerente, capacitado no

---

<sup>7</sup> MOSKOS, Charles / WILLIAMS, John / SEGAL, David, *The Post Modern Military: Armed Forces After*

planejamento e na administração dos recursos materiais e humanos que fazem parte da estrutura das Forças Armadas; este é levado a efetivar as possibilidades do uso da força de maneira cada vez mais eficaz, eficiente e econômica, sobretudo a partir do contexto de reengenharia e redução do aparato burocrático vigente nas empresas e nos Estados ocidentais a partir dos anos 90.

## ***1. O “Ethos” Militar no Brasil: Identidade, Profissionalização, e Autonomia***

### **1.1 A Concepção Organizacional**

No tratamento sobre o espaço que ocupam as Forças Armadas na sociedade brasileira, há uma divisão feita por E. C. Coelho (1976)<sup>8</sup> que se tornou clássica, entre a concepção organizacional e a perspectiva instrumental. A primeira tem por pressuposto a especificidade da corporação militar com seus objetivos, valores e identidade própria, onde as intervenções na política são determinadas por razões corporativas. A segunda, alude às vinculações do aparato militar com as classes sociais, seja a classe alta, média ou baixa e seus interesses políticos. Nesta parte, nosso trabalho faz a exposição dos argumentos das duas abordagens, considerando seus pontos básicos através de uma visão genérica sobre a postura dos militares brasileiros ao longo da República.

De antemão, é necessário deixar claro que aqui consideramos ambas as interpretações válidas para explicar o estatuto dos militares no Brasil. Não há como desconsiderar as suas contribuições e ênfases em argumentar sobre um ou outro momento da sua participação na vida nacional. Conforme afirmado anteriormente sobre a abordagem marxista e a weberiana (da qual a divisão de Coelho é uma variação adaptada), o posicionamento teórico deste trabalho oscila entre ambas, com seus méritos e limitações. Assim, nos parece ser também a abordagem de autores anteriormente citados como Carrilho, e alguns outros mencionados adiante, como Rouquié (1984), Dreiffus (1989), e outros como Oliveira (1994), Antônio C. Peixoto (1980), Cavagnari (1989)<sup>9</sup> etc, que apresentam uma dupla abordagem sobre o comportamento e a ação política dos militares.

---

*The Cold War*, New York-Oxford, Oxford University Press, 2000.

<sup>8</sup> COELHO, Edmundo, C. , *Em Busca da Identidade... op. cit.*

<sup>9</sup> ROUQUIÉ, Alain, *O Estado Militar... op. cit.* pp XXIV-XXV.

Segundo Coelho, a concepção organizacional está baseada no pensamento de Janowitz, que privilegia os aspectos particulares da organização militar e seu fechamento em relação à sociedade civil. Para este autor, o Exército construiu uma identidade, com doutrina, modernização, organização e valores próprios ao longo da história republicana brasileira, condicionando assim, a sua participação no universo sócio-político, como no caso da Proclamação da República, do Tenentismo, do Estado Novo, e da Ditadura Militar. Este modo de pensar alimentou o raciocínio desenvolvido por outros autores brasileiros, como por exemplo, José Murillo de Carvalho (1985),<sup>10</sup> que trabalhou com a noção de “soldado-corporação” ao analisar a participação do Exército na Primeira República, contestando outros autores que viam a predominância do “soldado-cidadão” no seio militar, influenciado pelo positivismo. Este, por sua vez, tributário de uma cosmovisão de classe média e da burguesia industrial urbana em formação na realidade brasileira da virada do século XIX para o XX nas suas primeiras décadas.

A idéia de que os militares são apenas um “instrumento” nas mãos da burguesia e da pequena burguesia, é posta de lado nos vários eventos que contaram com a participação dos militares ocorridos desde o início da República. Não de haveria este tipo de continuidade nas ações militares, mas, sim, a permanência de causas corporativas que as modelam. Por esta razão, Carvalho dá ênfase em aspectos como: recrutamento, seleção, modernização institucional, disputas internas entre grupos etc.

Embora tal encaminhamento teórico contenha um bom conteúdo de verdade e aplicação na produção do conhecimento sobre as Forças Armadas no Brasil, é importante chamar à atenção para a argumentação de Janowitz, que não isola a corporação militar da sociedade. Pelo contrário, este autor demonstra que o processo de “civilização” sofrido pelos militares tem início nas transformações ocorridas na vida social do mundo moderno, e, via de regra, a mentalidade predominante entre os oficiais e subalternos se identifica com

---

DREIFUSS, René, *O Jogo da Direita*, Petrópolis, Vozes, 1989, pp. 26-33.

OLIVEIRA, Eliezer, R. de, *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*, Campinas, Papyrus, 1994.

PEIXOTO, Antônio, C., *Exército e Política no Brasil: Uma Crítica aos Modelos de Interpretação*, “in” ROUQUIÉ, A., *Os Partidos Militares no Brasil*, Rio de Janeiro, Record, 1980.

CAVAGNARI, Geraldo L. ., *Autonomia Militar e Construção do Brasil-Potência* “in” OLIVEIRA, E. R. de (org) *As Forças Armadas no Brasil*, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987. pp 57-59.

Sobre a questão da autonomia militar. Ver também GARCIA, Prudêncio, *El Drama de La Autonomía Militar: Argentina Bajo Las Juntas Militares*, Madrid, Alianza Editorial, 1994.

<sup>10</sup> CARVALHO, José M. de, *As Forças Armadas na Primeira República, O Poder Desestabilizador*, “in” BUARQUE DE HOLLANDA, Sergio, *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, 1978.

valores de classe média. Nas “novas nações” os militares têm se envolvido nos aspectos econômicos, culturais e políticos da sociedade, assumindo uma postura promotora de reformas, sobrepondo-se à “fraqueza das instituições civis”, como no caso da África, Ásia e América Latina. Outros autores, já estabeleceram esta vinculação, como Huntington (1975)<sup>11</sup> ao analisar os padrões de ordenamento e mudança da vida social e como o comportamento militar está a eles relacionado. Portanto, parece que a leitura do pensamento de Janowitz, feita pelos adeptos da concepção organizacional, desconsideram que há um movimento de fora para dentro afetando a identidade da corporação militar, por mais que seja importante levar em conta como a sua estrutura interna, objetivos corporativos e funcionamento estão estabelecidos e provoquem algum tipo de atuação no seio da sociedade civil / política. Por esta razão, o investimento puro e simples em questões internas para explicar a identidade e o comportamento político dos militares brasileiros não parece ser apropriado por ser incompleto e de interpretação parcial, ainda que contribua para que o reducionismo analítico seja evitado.

Outro trabalho sobre os militares brasileiros que investigou sua socialização e comportamento pela concepção organizacional foi o de Alexandre de Souza Costa Barros (1978)<sup>12</sup>. Ele analisa a profissão dos militares e a sua participação como atores políticos procurando compreender as suas especificidades no desempenho de suas atividades, que são principalmente voltadas para: a resolução dos conflitos, a cooperação e as inovações estratégicas e tecnológicas no plano internacional. Para este autor, as características da profissão militar são sensivelmente independentes do ambiente social se comparada a outras profissões; isto é, seu desempenho não tem muita variação de um país para outro.

Porém, Barros chamou à atenção para um aspecto considerado importante: a maioria dos cientistas sociais tende a ignorar as especificidades que existem entre os militares dos países desenvolvidos e os dos subdesenvolvidos, especialmente a sua história e cultura. Daí, o autor enfoca o processo histórico-cultural de alguns dos aspectos da profissão dos militares latino-americanos e brasileiros, como a origem social e a

---

<sup>11</sup> HUNTINGTON, Samuel. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975. p 106.

<sup>12</sup> BARROS, Alexandre de S. C. *The Brazilian Military: Professional Socialization, Political Performance and State Building*, University of Chicago, Tese de Doutorado, 1978, mimeo.

profissionalização, os valores, as formas de autoridade no seio da instituição, a formação profissional e política.

## 1.2 A Perspectiva Instrumental

A chamada perspectiva instrumental, por sua vez, se dedica a explorar a tônica da instrumentalização das Forças Armadas pelos grupos dominantes e possui o mérito de relacionar a instituição militar à situação social demonstrando como e porque as elites e a classe média fazem uso das Forças Armadas para atingir os seus objetivos. Assim, elas mantêm o seu estatuto privilegiado em detrimento da maioria da população associada diretamente ou não aos interesses do capitalismo internacional e a sua inserção na realidade brasileira. São exemplos já bastante conhecidos os trabalhos de Werneck Sodré (1979)<sup>13</sup> em tom crítico ao uso dos militares como agentes do interesse dominante da burguesia nacional e estrangeira e as análises de Jaguaribe (1987)<sup>14</sup> sobre a identificação dos valores / mentalidade e comportamento militar às aspirações de classe média considerando a realidade de um país periférico e dependente que busca a modernização em todos os níveis.

Embora tenha produzido análises mais recentes e não ter sido citado por Coelho como pertencente à linha de pensamento instrumental, a contribuição de Quartim de Moraes (1990)<sup>15</sup> é significativa para a fundamentação dos argumentos enunciadores do uso do aparato militar em geral e por levar em conta a clivagem existente no interior das Forças Armadas brasileiras ao longo de sua história. Quartim de Moraes demonstrou a existência do pensamento de uma “esquerda militar”. Esta seria a facção que buscava as mudanças sociais e reformas institucionais tendo, então uma conotação “progressista”, ao contrário do conservadorismo dos militares de “direita”. O argumento deste autor é que a instituição militar reflete no seu interior as ideologias existentes no espectro social, fazendo com que o seu comportamento penda para um lado ou para o outro, conforme a relação de forças existentes dentro e fora da instituição. Desde a Proclamação da República até a Ditadura de 1964 existiu este confronto nas Forças Armadas brasileiras, o que foi interrompido com a

---

<sup>13</sup> WERNECK SODRÉ, Nelson, *História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

<sup>14</sup> JAGUARIBE, Helio, As Forças Armadas e a Democratização da Sociedade Brasileira, “in” FORTES, Luís. R. S./ NASCIMENTO, Marcos M., *A Constituinte em Debate*, São Paulo, SEAF, 1987..

<sup>15</sup> MORAES, João C. Q de, *A Esquerda Militar no Brasil*, São Paulo, Siciliano, 1990, pp 13-21.

vitória da “direita militar”, que a partir de procedimentos específicos, tais como cassação, aprisionamento, doutrinação, expurgo etc eliminou a facção de esquerda. A direita militar assumiu, então, o controle total sobre o pensamento e a ação da instituição no país. A esquerda militar foi atuante na organização do movimento republicano, através da ideologia do positivismo, que exaltava as atribuições do soldado-cidadão. Sua atuação se desdobrou na década de 20, com o Tenentismo, a Coluna Prestes, a Revolução de 30, a Intentona Comunista, o Estado Novo até a instauração da Ditadura em 1964, que instituiu a Ideologia de Segurança Nacional, de tendência reacionária. No decorrer de todo esse período, a esquerda militar foi responsável por defender, dentro e fora dos quartéis, causas que a seu ver levaria o país a construir uma realidade moderna, sem, no entanto, ser excludente, dependente e autoritária. As características do progressismo da esquerda militar visariam formar uma sociedade democrática, com forte participação popular, criando um projeto de desenvolvimento nacional sem as peias do imperialismo capitalista e uma ordem social com maior justiça e menor desigualdade social (não necessariamente, socialista). O mérito do trabalho de Quartim de Moraes foi demonstrar que embora não fosse hegemônica, a esquerda militar contribuiu para a luta política que aponta no sentido de maior emancipação da sociedade brasileira; além disso, foi a sua demonstração de que é possível haver diferença de pensamento entre os militares sem que tal postura comprometa o serviço ao Estado e a defesa da Pátria, conforme os ditames da carreira castrense.

Na Marinha, por exemplo, a participação de uma esquerda militar esteve relacionada aos eventos da Revolta da Chibata em 1910, liderada por João Cândido, contra os maus tratos dos marinheiros negros e ao apoio e simpatia de alguns oficiais ao Tenentismo e à Coluna Prestes. Posteriormente, a esquerda fomentou a Revolta dos Marinheiros e o apoio à facção legalista contra o golpe de 64, que custou divergências, gerando um impasse político na corporação até os dias de hoje. Segundo Quartim de Moraes, “o positivismo não chegou à Escola Naval”, portanto, o progressismo reformador “jacobinista” existente os discípulos de Benjamim Constant passou ao largo da Marinha, possuidora de maiores afinidades com o governo imperial. Nesta ocasião a Marinha era conservadora e aristocrática, postura geradora de conflitos posteriores contra os marechais do Exército ocupantes do poder. Acusada de depor Deodoro nem por isso teve um

relacionamento tranqüilo com Floriano, como demonstrou o período da Revolta da Armada.

Em resumo, a perspectiva organizacional permite ir além de uma visão reducionista sobre a luta de classes, enfocando os valores e comportamentos da MB a partir de suas próprias características. Por isso, aqui não se pode afirmar apenas que a corporação age apenas para atender aos interesses das classes sociais. Ela possui uma percepção sobre a política externa e interna do país e sobre si mesmo; assim, procura fazer valer sus pontos de vista em relação às outras corporações e às instâncias do poder político, como a Diplomacia, o EB, a FAB, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário etc. Isto significa dizer, por exemplo, que o processo de modernização no qual ela se engaja, lhe permite auferir alguns benefícios em relação às outras esferas do poder estatal e à sociedade ou calcular perdas e ganhos em termos de recursos humano materiais. Deste modo, um programa de reaparelhamento pode aprimorar seus recursos para fazer frente a outras Marinhas no Atlântico Sul ou ao EB e à FAB, cooperando para aumentar o seu prestígio e seu peso específico na estrutura de defesa nacional (delineamento de política de defesa, do modelo de criação do MD, na definição de rumos para o desenvolvimento nacional e seus reflexos na política marítima, na escolha da matriz energética, que define o modo de uso das fontes de energia (como a petrolífera e a nuclear). Outro exemplo pode ser dado em relação ao posicionamento da corporação contra ou a favor o estabelecimento de determinada legislação que prejudique / facilite o melhoramento das condições do exercício da carreira de praças e oficiais, assim como também da manutenção ou mudança de normas hierárquicas e disciplinares para os militares e seu impacto na corporação naval; tal postura pode ser observada em acontecimentos como a Revolta da Armada e a Revolta da Chibata.

A perspectiva instrumental é importante para entender que os militares, e aí a MB, fazem parte de uma estrutura burocrático-administrativa que não está acima dos interesses das classes sociais, tampouco que seus oficiais possuem uma maneira neutra de entenderem a si mesmos e o mundo. Ela permite associar tal visão ao espectro da estratificação social existente no país. Neste sentido, se pode dizer que ao cumprir a sua missão, a MB ajuda a realizar os projetos relacionados aos interesses da elite brasileira, aqui entendida como a sua classe dominante. Ao longo da História isto pode ser demonstrado como no período do

Estado Novo, da Segunda Guerra Mundial, na Ditadura Militar e da Transição Política. Aqui a MB esteve cumprindo e fazendo cumprir o tipo de projeto hegemônico nacional e internacional de inserção do Brasil no sistema capitalista. Com isso, garantir os interesses nacionais significa atuar em nome daquilo que a elite do país entende que deve ser feito. O tipo de engajamento da corporação pode também estar associado a alguma forma de expressão dos interesses da classe média, como foi o levante Tenentista e a Revolução de 30. Pode-se entender ainda que o período ditatorial implementado a partir de 1964 construiu um tipo de modernização para o país que atendeu às aspirações burguesas e da pequena burguesia. Daí, o investimento da MB em um Programa de Reaparelhamento está condicionado pelo dimensionamento de um Brasil-Potência, que favoreceu ao planejamento político-estratégico mundial no interior do contexto da Guerra Fria e o seu combate ao Movimento Comunista; do mesmo modo, o chamado “milagre econômico” privilegiou os setores alto e médio da sociedade brasileira em detrimento do popular e impediu uma manifestação livre dos trabalhadores e de outros movimentos contestadores do modelo e do regime. Assim, os militares brasileiros e a MB se envolveram no combate a qualquer forma de guerra, subversiva (interna) ou de expansão soviética (externa).

### 1.3 O Dualismo da Perspectiva Comparativa

Rouquié (1984) <sup>16</sup> elaborou o que ele chamou de uma “perspectiva comparativa” para tratar da realidade dos países latino-americanos (que possuem distintas configurações internas, apesar de, numa dada conjuntura, estarem sob o mesmo regime político com exceção da Costa Rica) e serem todos dependentes e periféricos. O autor analisou como foram construídos os mecanismos de funcionamento do poder militar, considerando que é possível tratar ao mesmo tempo das instituições militares em si, dos sistemas políticos e das teorias que os explicam. Isto pode ser feito como no caso da questão da modernização militar ou da sua natureza, vinculada às classes sociais. A abordagem comparativa se importa em saber sobre: a) a especificidade das Forças Armadas dentro do aparelho de estado; b) sua relação com alguma força social, pondo-se ao serviço de alguns interesses

---

<sup>16</sup> ROUQUIÉ, Alain, *O Estado Militar...op. cit.*

sociais e c) a homogeneidade / heterogeneidade cultural e ideológica dos militares e d) as relações cívico-militares, suas oposições e vinculações.

Como os fatos políticos não podem ser explicados por meio de equações matemáticas, é necessário ir além das explicações superficiais e mecanicistas sobre a atuação dos militares no contexto latino-americano. A visão de que eles seriam apenas um instrumento das elites nacionais ou simplesmente apêndices do capitalismo hegemônico, ou seja, “programados por Washington”, não pode explicar a complexidade da situação como um todo. Embora não se possa negar totalmente a vinculação dos interesses internos e externos no comportamento da instituição militar, também não é possível descartar a idéia que essa possui interesses e valores próprios que influenciam no seu comportamento sócio-político. Então, é preciso saber como o poder militar atua, levantar a tampa da caixa, preta além de analisar a realidade social que produz um tal tipo de situação política. Como afirma este autor; “As abordagens periféricas... As causas mais profundas do militarismo não se encontram, é óbvio na própria sociedade militar, da mesma forma como as Forças Armadas”.

Os militares não podem ser vistos como um bloco monolítico porque, na verdade, existem “partidos” no interior da instituição. Em momentos de crise institucional e política, fica evidente a presença de grupos que disputam o poder interno e a sua hegemonia. A história republicana brasileira mostra a existência de tais divergências, inclusive quando da ocasião da Ditadura, onde se pode verificar a discussão acerca dos rumos do regime entre os de tendência liberalizante e os da linha dura no processo que resultou na distensão política.

Tais tendências internas refletem as que existem no contexto social, mas fazem uma certa interpretação própria da situação, ao mesmo tempo em que utilizam um filtro através da estrutura hierárquica, conforme explicou Antonio C. Peixoto (1980)<sup>18</sup>. O lugar das FFAA e seu comportamento se explicam a partir de uma “configuração triangular”, onde estão presentes os civis, as correntes militares e os escalões da hierarquia militar. Existe a tentativa de cooptação dos militares pelos civis, a absorção de suas ideologias pelos militares, mas existe também a leitura própria que a corporação faz destas idéias a partir de necessidades e interesses próprios, valores do profissionalismo militar,

---

<sup>18</sup> idem.

autonomia institucional, motivações específicas e ainda a explicitação de suas demandas internas para a sociedade, pressionando-a a fim de alcançá-las. A hierarquia é quem legitima as pressões e as exigências e filtra aquilo que pode ser considerado ilegítimo. Mas a hierarquia não é um instrumento cego, pois participa das coligações com os civis e elabora estratégias autônomas, mantém os valores corporativos, leva em conta as diferentes correntes internas e os grupos civis nas tomadas de decisão. Isto explica as possíveis diferenças no seio da instituição, formando “partidos” no seu interior.

O esforço de Rouquié<sup>19</sup> visa combinar o estudo das instituições militares com o da militarização do sistema político da América Latina. A situação do subcontinente é vista comumente com portador de uma certa fatalidade histórica, de ser uma sociedade de povos tidos como “imatuross” e “incapazes de se autogovernarem”, faz parte das “mitologias grosseiras e caricaturas folclóricas” que só podem ser superadas com o estudo a partir de uma análise histórica. Na América do Sul, principalmente, haveria três fases pelas quais o Estado passou, donde faz parte a instituição militar e seu processo de “profissionalização”. A primeira fase é a do militarismo sem militares, com a existência de exércitos libertadores constituídos para lutar contra o colonizador europeu. Logo após, na segunda fase, passou a existir a formação de um exército nacional constituído pelo Estado, dado a necessidade da organização de seu aparato administrativo e coercitivo. A terceira fase é a da modernização e militarização do Estado, onde as Forças Armadas, seguindo o modelo europeu e norte-americano, são organizadas e formam o núcleo do Estado. Daí, elas adquirem recursos que permitem se desenvolver organizativa e moralmente, aumentando a sua influência na vida estatal e social, a partir de um sentimento de identidade que se traduz numa missão salvacionista, que ocorreria porque as instituições civis seriam dotadas de uma grande e permanente fragilidade.

Ao longo do tempo, as Forças Armadas foram se constituindo como uma instituição em busca de uma crescente autonomia diante do próprio Estado e da sociedade, muito embora esteja organizada para prestar serviço a este. Tal fato faz com que se desenvolva nos países, como por ex. o Brasil, um surgimento de “arrogância” e de comportamento “missionário”, ambos decorrentes ao mesmo tempo da ética corporativa e da liderança

---

<sup>19</sup> ROUQUIÉ, Alain, *O Estado Militar...op. cit.*

aristocrática e imperial. Para Rouquié, a realidade latino-americana é que “as novas repúblicas já possuíam um Exército antes mesmo de possuírem um Estado”. Este Exército era formado por fidalgos, “bacharéis de farda” e poucos técnicos que se agitavam em torno de interesses políticos reformadores e de modernização técnico-operacional para seguir o modelo dos países industrializados, protagonistas das guerras e grandes conflitos regionais e mundiais.

A formação de exércitos nacionais e permanentes se deu à medida que o Estado foi necessitando de organizar a sua estrutura, mas a passagem da figura do chefe para a impessoalidade do Estado foi feita através de “múltiplos fatores convergentes”, tais como as necessidades econômicas de uma região exportadora de matérias primas e os valores corporativos do corpo de oficiais, como, por exemplo, seu sentimento de identidade nacional, necessidade de modernização de equipamentos e formas de recrutamento. Rouquié nota que nos fins do séc. XIX e início do séc. XX há uma distinção entre a burguesia e a instituição militar. Ao mesmo tempo em que a burguesia nascente vai se tornando mais cosmopolita, os militares vão adotando uma postura mais apegada ao nacionalismo, em função de sua missão de defesa da pátria. A história da constituição dos exércitos nacionais permanentes esbarra em questões étnicas e de luta por espaço institucional. Para esse autor, a Guerra do Paraguai é sintomática por tratar da realidade de países como a Argentina e o Brasil, que utilizaram boa parte de seus negros escravos como material humano descartável. Para Rouquié, a prestação do serviço militar da tropa era não só obrigatória como também forçada, que foi feita tanto para atender aos interesses estratégicos, como para incentivar o embranquecimento da população. Porém, entre nós a existência de negros nas tropas causaria ainda vários problemas, como foi o caso da insubordinação de João Cândido, chamado por sus adeptos do “almirante negro”, contra os castigos corporais impostos na Marinha, que merece um tratamento à parte, conforme veremos adiante.

Rouquié chama também à atenção para a importância do sistema de ensino militar, que começou a ser montado para atender às necessidades de modernização, formando pessoal mais bem preparado; sobretudo no corpo de oficiais, tornando-o também mais homogêneo. Isto resultou num progressivo fechamento em relação aos civis, aumentando a autonomia da corporação e reforçando e aumentando um sentimento de superioridade. Em

suas palavras: “A passagem obrigatória dos oficiais pelas escolas militares de bom nível propiciará, à sociedade militar, libertação da tutela civil. Mas este processo é lento, inclusive nos países que já possuem academias militares” (Rouquiè, 1984) <sup>20</sup>.

A disputa de espaço institucional no Brasil está relacionada à formação do Exército em oposição à Guarda Nacional, que estava ligada às oligarquias rurais regionais. Estas, por sua vez, bastante desconfiadas da existência de um Exército nacional, que ocupa uma posição de segundo plano e está repleto de indivíduos considerados marginais e degenerados. Só com a extinção da Guarda Nacional em 1918 que o Exército se livra de uma posição inferior em termos institucionais e da influência do favoritismo e apadrinhamento herdados do período imperial. A formação do estado nacional republicano não poderia conviver com as imposições regionais de demonstração de poder que afetavam inclusive o controle do monopólio da violência legítima, relacionado com a ordem interna. A centralização do Estado determinou a subordinação das polícias militares dos estados ao Exército na década de 30. O maior peso institucional foi também conquistado com a adoção da conscrição universal e obrigatória, dando à instituição uma representatividade mais efetivamente nacional.

A busca pela modernização profissional que contava com a educação e o reaparelhamento bélico, gerou a discussão a respeito de como e se a maior profissionalização seria um fator chave de capacidade institucional de se manter fechada em si mesma ou passar a ter maior participação na vida social da Nação. Aqui passou a se travar uma interessante polêmica sobre qual ideologia expressaria melhor a motivação da participação dos militares na vida nacional, se a “ideologia do soldado-cidadão”, ou a “ideologia do soldado-corporação” (Carvalho, 1984). <sup>21</sup> Esta polêmica está inscrita, na passagem do “velho” para o “novo” Exército, possuidor de quadros profissionais, ao mesmo tempo em que este postulava ser “a nação em armas”. A partir daí, a profissionalização militar exige a formação através de um longo treinamento intelectual e físico, em tempo integral, submetido à codificação de regras burocráticas. Porém, a explicação de como e porque os militares se tornaram atores políticos com bastante

---

<sup>20</sup> *idem*.

<sup>21</sup> CARVALHO, José Murillo de As Forças Armadas na Primeira República, O Poder Desestabilizador... *op. cit.*

presença na realidade latino-americana depende, então, da investigação da natureza militar e dos partidos internos da instituição, além do pretorianismo político.

Rouquié <sup>22</sup> aponta para o que entende ser um paradoxo: a modernização que foi promovida como forma de afastar os militares da política contribuiu para aumentar a sua hegemonia sobre os civis, criando uma realidade onde se tornaram um poder sobre o Estado e a sociedade. Tal fato pode ser explicado também em termos instrumentais em função das necessidades das transformações econômicas ocorridas nas economias dependentes e periféricas, pois a credibilidade dos investidores estrangeiros aumenta quando existe um aparato coercitivo-militar que garante a ordem interna. Ao mesmo tempo, é a importante se constituir um Estado bem preparado que gera a organização moderna de seu aparato, e esta aumenta o prestígio do Estado diante dos demais e da própria sociedade nacional. Por isso é levado adiante o processo de modernização militar no Brasil com a vinda das missões francesa e alemã, tornando nossas Forças Armadas mais “confiáveis” interna e externamente.

Isto significou não só a melhoria dos equipamentos bélicos, mas também a ampliação da qualidade dos quadros formados através da escolarização contínua e exclusiva dos oficiais nas academias militares. Eles não só se tornaram cada vez mais homogêneos e corporativistas, como permitiram a elevação de uma barreira maior entre si e a tropa. A socialização através das academias possibilitou mais independência da instituição quanto aos critérios de recrutamento e seleção do corpo de oficiais, tornando-o mais elitista frente a uma sociedade de mestiços, negros, índios, imigrantes e de vários grupos não-católicos. Prevaleceu um tipo de oficial com origem social mais próxima à classe média, considerada branca e católica, mais urbana do que rural. Apesar da preponderância da classe média alguns indivíduos das classes populares buscaram as Forças Armadas por “razões econômicas” por causa da gratuidade do curso e perspectiva de carreira de longa duração. Alguns desses indivíduos são também filhos de suboficiais que já contam com uma pré-socialização familiar em relação aos valores castrenses, reforçando, então o auto-recrutamento. Ao longo do tempo, a formação dos militares foi sendo

---

<sup>22</sup> ROUQUIÉ, Alain, *O Estado Militar...op. cit.*

civilinizada, conforme a expressão de Janowitz, uma tendência de todo o mundo moderno que a América Latina também acompanhou.

O perfil genérico dos oficiais é então, o das classes médias: as que são inferiores e visam ascender e as que são superiores, mas que estão em decadência. Por isso, neste período, havia uma nítida distinção entre a oficialidade e a tropa, geralmente pertencente às classes populares. Tal situação é explicada pelo tipo de recrutamento baseado na conscrição universal dos civis para a prestação do serviço. A principal função deste serviço seria a formação moral e cívica do cidadão e a integração das Forças Armadas com o povo. É neste espírito que se busca formar o soldado-cidadão, conforme os objetivos da Liga de Defesa Nacional, de Olavo Bilac, que via nas Forças Armadas um “laboratório de dignidade individual e patriotismo”. Entretanto, nota o autor, que o “soldado-cidadão será miles antes de ser civil”. O serviço militar obrigatório é efetivamente prestado pelos filhos dos mais pobres, pois os mais privilegiados contam com o tráfico de influência e o apadrinhamento para se livrarem da tropa.

Rouquié admite que as considerações feitas sobre a modernização militar no Brasil se dão através da análise da história do Exército. A Marinha, chamada por ele de “desconhecida”, ficou fora da sociedade militar por um bom tempo. Seu pessoal era composto por indivíduos “mais civis do que soldados” e “mais cosmopolitas”, com participação tardia na vida política do país, ao contrário da Marinha Argentina e do próprio Exército Brasileiro ao longo do período republicano.

Apesar das afirmações de Rouquié, é importante ressaltar que a participação política da MB se deu em vários momentos históricos. A MB, em comparação com o Exército, teve um papel secundário na participação política republicana até 1964, dada a tradição histórica que reputou à Força Terrestre a hegemonia no interior das Forças Armadas. Em épocas tais como no Estado Novo, a Marinha fez coro com o Exército dentro dos princípios da Doutrina Militar do Estado Novo, concebida por Góis Monteiro, no esforço de modernização institucional para o cumprimento da missão salvacionista. E no período da chamada “democracia vigiada” entre 1946 e 1964, a Marinha teve participação ativa nos episódios da Novembrada, que visava impedir a posse do presidente Juscelino Kubistchek através da ação do almirante Silvío Heck e seus comandados (Silva, 1984).<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> SILVA, Helio, *O Poder Militar*, Porto Alegre, LP&M, 1984.

Na Ditadura Militar, a participação política da corporação naval, tomou uma dimensão maior do que nas outras fases da República, pois não houve dissidência de sua parte durante todo o período onde as Forças Armadas ocuparam diretamente o poder. Do mesmo modo como as outras Forças Singulares, ela pode ser considerada diretamente envolvida e responsável pelas ocorrências que levaram à instauração do regime a partir do Golpe e a retirada dos militares do governo através da transição política para a democracia. Durante a ditadura se verificou a existência de tal hegemonia, pois, como se sabe, o Exército se constituiu como um “partido fardado” (Ferreira, 1988) e (Ferreira, 2000) .<sup>24</sup> Não obstante, a MB assim como a Aeronáutica tiveram importante participação no processo autoritário recente, pois se vincularam ativamente tanto das atividades policiais consideradas essenciais para a manutenção do regime (informação, prisão, tortura, cassação etc), como também da estratégia de ocupação e militarização do aparato estatal sob a inspiração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

No processo que ficou conhecido como abertura política, com a distensão política essas duas Forças mais uma vez contribuíram, negociando, fazendo “lobby” e estabelecendo os parâmetros possíveis que estipularam o estatuto que as Forças Armadas como um todo, passariam a assumir na nova ordem democrática. Neste caso, elas procuraram mais uma vez pensar e agir em unísono para resolver questões centrais do contencioso militar, por exemplo, a criação do Ministério da Defesa (MD), a legitimidade das intervenções militares segundo a Constituição, o controle do orçamento para a defesa, a Anistia, a administração do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), do Projeto Calha Norte etc

## ***2. A Consolidação da Autonomia Militar***

O período ditatorial contribuiu, segundo Rouquié, para que a “causa do Estado” fosse garantida, fazendo com que ele se tornasse o “guardião da nação” e o sufocador da sociedade civil. Em suas palavras: “os militares brasileiros não defendem a causa do povo, mas acima de tudo, a causa do Estado”.

---

<sup>24</sup> FERREIRA, Oliveiros , *Forças Armadas, Para que ?!*, São Paulo, GRD, 1988.  
Ver também FERREIRA, Oliveiros, *Vida e Morte do Partido Fardado*, São Paulo, Senac, 2000.

Para isto, entendemos que a DSN contribuiu, possibilitando a “despolitização” do Estado e o aumento da autonomia militar, perpassando a fase da distensão política e o advento da Nova República. Pois, as Forças Armadas desenvolveram, historicamente, um enorme grau de autonomia e tutela diante dos Estado e da sociedade, na realidade brasileira e latino-americana, configurando uma situação de pretorianismo político. Elas se constituíram como um poder acima dos poderes, visando moderar os conflitos no interior do Estado e da sociedade, adotando uma pretensa postura “bonapartista”. Estando assim colocadas, ficaria mais fácil tomar para si a consecução dos objetivos propostos, conduzindo o processo político dentro dos limites estabelecidos: a Pátria seria defendida, a lei e a ordem garantida e mantidas a salvo de quaisquer interferências consideradas por elas espúrias e perturbadoras de um tipo de projeto nacional previamente concebido pelas elites (Silveira, 1990).<sup>25</sup>

Com a instauração da Ditadura Militar, a partir de 1964, a DSN estabeleceu o que Coelho chamou de “consenso sobre domínio” na legitimação das Forças Armadas enquanto participantes ativos na realidade brasileira. As três Forças agiram em conjunto enquanto a materialização do Poder Militar enquanto um instrumento do Poder Nacional, cujo objetivo era o de ajudar a alcançar e a efetivar os Objetivos Nacionais Permanentes (ONPs) e os Objetivos Nacionais Atuais (ONAs).

Na Junta Militar que assumiu o governo e no interior da instituição, a Doutrina agiu de comum acordo e harmoniosamente para manter o “status quo” que garantiu a realização de ações para conter o avanço do risco da subversão ligada ao Movimento Comunista Internacional (MCI) e a quebra da ordem interna, salvaguardando interesses da elite nacional e estrangeira durante a Guerra Fria, sob orientação direta dos Estados Unidos. A DSN ajudou também no estabelecimento das bases do binômio “segurança com desenvolvimento”, ainda que, já no período do chamado “milagre econômico” a influência da Escola Superior de Guerra (ESG) e de seus egressos no governo pudesse ser considerada menor do que no início do regime ditatorial (Miyamoto,1995)<sup>26</sup>. Em concordância com Coelho, este autor afirma que a DSN foi construída com a herança da Doutrina Militar do Estado Novo (DMEN), sendo mais sofisticada e ampliada. O positivismo da “ordem e

---

<sup>25</sup> SILVEIRA, Cláudio de C , *O Risco da Democracia: A Intervenção Militar na Nova República*, Dissertação de Mestrado, UFRJ. 1990, digit.

progresso” influenciou o famoso binômio expresso acima e com a recorrência ao pensamento autoritário brasileiro formado por Alberto Torres e Oliveira Vianna. A difusão da DSN pela ESG teve por objetivo criar condições para legitimar a criação de um projeto de Brasil-Potência procurando a anuência das chamadas lideranças da sociedade. Sua influência na elite nacional era tanta que, ela pode ser considerada como mais do que simplesmente uma doutrina de orientação institucional. Ela se tornou a manifestação de uma ideologia capaz de justificar todo o processo social em curso no país e no continente açambarcando a totalidade do aparelho de estado e a maior parte das instituições da sociedade civil brasileira. Assim se justificou a criação da ESG como um “laboratório ideológico”. Embora oscilando de peso no governo, a Sorbone Brasileira teve um papel extremamente importante na justificativa da intervenção política das Forças Armadas, aliada aos interesses civis.

Quanto ao processo de transição para o restabelecimento do Estado de Direito, as Forças Armadas não deixaram de lado a postura autônoma e tutelar, conforme pode ser visto na farta produção de material sobre o tema na literatura especializada (Oliveira, 1987)<sup>27</sup>. É sabido que em vários momentos pairou no ar o ambiente de controvérsias sobre questões polêmicas oriundas da mudança de regime, que por sua vez afetava diretamente o estatuto das Forças Armadas e seus interesses político-corporativos. Assuntos como as novas atribuições constitucionais dos militares, a anistia política, a criação do MD, a proteção da Amazônia (SIVAM, Calha Norte, Programa Nuclear Paralelo etc), foram alvo de um intenso “lobby” da caserna diante da Assembléia Nacional Constituinte (ANC), que veio a ser formada para balizar o novo processo político. Juntamente com isso, havia os assuntos que diziam respeito ao governo, presidido por Sarney, com as suas ambições mais imediatas: o tamanho do mandato presidencial, a legislação eleitoral, a política econômica etc, onde eram expostos argumentos considerados incompatíveis com as necessidades mais prementes do país, mas atendiam aos ditames do fisiologismo político e a malversação administrativa. Para tentar manter os seus interesses, o governo civil utilizou o “argumento da força”, quando a “força dos argumentos” não era suficiente. Este mesmo critério valeu para que as Forças Armadas pudessem obter ganhos específicos que mantiveram o se

---

<sup>26</sup> MIYAMOTO, Shiguenoli, *Geopolítica e Poder no Brasil*, Campinas, Papirus, 1995. p.114.

<sup>27</sup> OLIVEIRA, Eliezer R. de, *As Forças Armadas no Brasil*, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.

estatuto privilegiado enquanto corporação, como orçamento, política salarial, sistema de ensino militar etc e não perdessem a sua influência na transição em curso para um regime onde o seu poder viesse a ser ameaçado. Os ministros militares da Nova República deram várias declarações sobre o que e como deveria ser feito na nova legislação e na herança ditatorial do “entulho autoritário”. Eles fizeram também, declarações sobre como os civis deveriam proceder para que a transição não fosse ameaçada, principalmente o general Leônidas Pires Gonçalves, que manifestou opiniões várias vezes para que nenhum tipo de percalço ocorresse. Ele qualificava os projetos e as decisões tomadas pelos civis como “inaceitáveis” ou não, dependendo da conveniência do poder, em sua participação nas negociações. Ficou então sendo conhecida como o “voto do urutu” a expressão dos anseios e pretensões militares, e de “ronco da caserna” o queixume sobre os objetivos corporativos não alcançados ou adiados.

O relacionamento entre civis e militares no Brasil durante o processo de transição continuou a permitir que as Forças Armadas obtivessem e garantissem ganhos e intenções em assuntos mezinhos e grandiloquentes, responsáveis pelo delineamento do destino do país. Cavagnari (1989) <sup>28</sup> chamou à atenção, a este respeito para o fato de que as Forças Armadas mantiveram a intenção de fazer do Brasil uma potência regional, subordinada aos objetivos norte-americanos. Para tanto, era imprescindível a preservação da autonomia político-institucional do aparato militar. Ainda que se promovesse a liberalização do regime, seria imprescindível que houvesse a manutenção da autonomia sob pena do próprio Estado se tornar fraco, segundo a visão das Forças Armadas. Cavagnari afirmou que o propósito da abertura e da transição política não era construir a democracia, mas sim a criação de um autoritarismo civil, pois desde a ditadura a idéia era “manter e ampliar uma área central de manobra, essencial à promoção com tranqüilidade e segurança”.

Assim, não deveria haver um real espaço para a articulação de forças políticas organizadas na sociedade civil, que lutavam pela pluralidade político-ideológica e pela efetivação da cidadania através da atuação dos partidos e movimentos sociais.

---

<sup>28</sup> CAVAGNARI, Geraldo L., *Autonomia Militar e Construção do Brasil-Potência...op.cit*

A autonomia mantém a preponderância das Forças Armadas sobre o Estado e a sociedade e justifica a adoção da postura tutelar de cunho intervencionista e salvacionista que tem sido adotada ao longo do tempo, pondo em risco toda a tentativa de real consolidação do regime democrático e sua característica de cidadania e participação popular.

A autonomia militar chegou a estabelecer uma situação onde as Forças Armadas se constituíram como algo à parte do Estado e da sociedade, uma “sociedade política armada”, (SPA) segundo a denominação de R. Dreifuss. Para ele “as características da sociedade militar ou da sociedade política armada são fruto de um complexo processo de formação da sociedade política ampla e da concomitante ausência de sentimento de Estado no Brasil, que lhe deu origem e forma específica”. A SPA possui ainda um complexo formado por uma privilegiada rede de prestação de serviços e assistência que cobrem os membros das instituições militares e seus familiares, configurando uma verdadeira situação de bem-estar social de qualidade bastante superior a da maioria da população brasileira (Dreifuss, 1989)  
29

A existência desta situação dificulta em muito as pretensões de que o poder civil possa subordinar efetivamente o poder militar, tal como no modelo clássico de democracia. Para Dreifuss, as Forças Armadas exercem uma “tutoria arbitral” que as tornam “redutos de tensão social e política, e supressoras do aumento desta”, onde os civis adesesistas do conservadorismo ideológico-político dão inteiro respaldo a tal comportamento. Assim, as Forças Armadas passam a ter um papel político considerado pelo autor como “distorcido e disfuncional”. Em vez de serem pensados como “funcionários públicos armados”, os militares são tidos como “usurpadores do espaço político da soberania popular” que deveriam aprender a valorizar e preservar. Não há possibilidade de manter quaisquer níveis de discordância dentro e fora da instituição militar sobre o seu papel político auto-assumido e atribuído pela elite civil. Os próprios membros da instituição militar devem obedecer rigidamente à mentalidade vigente, em nome da hierarquia e da disciplina, sob o risco de marginalização e acusação de falta de patriotismo e rigidez ético-moral, entendidos como imprescindíveis ao desempenho da carreira, segundo os parâmetros adotados.

Outra característica da SPA é a de que as Forças Armadas se tornaram “guardas pretorianas” em nome do combate ao “inimigo interno” ligado ao MCI. Para tanto os exércitos se tornaram tropas de “ocupação” do território nacional em nome da defesa de uma suposta “lei e ordem”. A mudança do papel político das Forças Armadas implicaria na eliminação de sua condição de SPA em Forças Armadas Societárias (FAS), onde, dentre

---

<sup>29</sup> DREIFUSS, René, *O Jogo da Direita...op. cit.*

outras as prioridades seriam a defesa contra a agressão externa, o controle cívico-político, a criação do MD, o redimensionamento da composição das Forças Armadas sem a preponderância do EB e a mudança da mentalidade militar.

De acordo com os objetivos deste trabalho este é um aspecto considerado essencial, pois implica em acabar com o ensinamento “catequético” da ESG, rever os currículos das academias e escolas de estado-maior e aumentar o intercâmbio com as universidades civis. Algumas dessas medidas seriam de curto, médio e longo prazo, este último, como no caso da formação dos oficiais.

A Assembléia Nacional Constituinte (ANC) instituída tratou de alguns destes aspectos, mas manteve boa parte das características da SPA, apesar do esforço de muitas lideranças políticas civis, principalmente da oposição. Ao lado de temas como a destinação constitucional e da anistia política, considerados como ganhos parciais da democracia recém instituída, os militares reivindicaram e conseguiram manter uma boa parte do seu lugar na tradição institucional brasileira, articulando-se de forma coesa. Os governos civis sucessores da Nova República de José Sarney deram um tratamento relativamente satisfatório para a consolidação do controle civil, como a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI) por Fernando Collor e a criação do MD e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) por Fernando Henrique Cardoso. Mas a questão da formação dos militares, o orçamento de defesa, a manutenção de privilégios profissionais e a dubiedade da legislação sobre a legitimidade da intervenção militar para garantir a lei e a ordem, continuam a ser um forte indicativo da presença da autonomia militar.

### ***3. “Ethos” e Crise de Identidade das Forças Armadas Brasileiras***

No período da Ditadura Militar brasileira, a participação das Forças Armadas como atores sócio-políticos se combinava com o objetivo de fazer do país uma potência regional de médio porte, capaz de exercer sua influência na América do Sul, apesar de estar subordinada ao poder da superpotência norte-americana e se submeter aos seus objetivos dentro da política da Guerra Fria. Esta situação reforçava a presença das Forças Armadas como garantidoras de uma lei e de uma ordem que era contrária a quaisquer formas de sociedade que não a do capitalismo. A histórica e hegemônica aversão ao comunismo e ao socialismo, combinava-se com a DSN, que criou um tipo singular e coesão das Forças

Armadas, além de salvaguardar os interesses da elite nacional e estrangeira na América Latina e no Brasil.

No período democrático, a instituição se deparou com uma nova realidade: a) no plano internacional, como o fim da Guerra Fria e a formação de blocos econômicos regionais e continentais, restrições à soberania dos Estados pelo Direito Internacional; e b) no plano nacional, com a volta da democracia e o estímulo ao exercício da cidadania através da reorganização da sociedade civil, da valorização dos direitos humanos, mas também com problemas sérios de ordem econômica, relacionados ao capitalismo “pós-industrial” como o aumento da exclusão, da desigualdade etc.

Com as mudanças da conjuntura política interna e externa, este período revelou uma situação específica, segundo Oliveira (1994)<sup>30</sup> levando-as Forças Armadas a uma “crise de identidade”. Como “parte do sistema decisório e elemento externo a ele”, os militares se viram questionando sobre as suas demandas (missão, recursos materiais etc) que a seu ver, deveriam ser atendidas pelo Estado e pela sociedade. Tal questionamento foi também sobre as percepções dos outros atores políticos sobre si próprios, assim como a percepção militar sobre eles. A posição ao mesmo tempo dentro e fora do aparato burocrático estatal levou as Forças Armadas a buscarem legitimidade para exercerem “papel moderador”, um quarto poder acima dos Poderes Constitucionais. Isto se tornou mais grave ao longo do tempo, por conta da manutenção da tradicional e já consolidada autonomia institucional. Os militares passaram a reivindicar suas demandas sob o risco de haver algum tipo de confronto indesejável com os civis. Assim, no governo Sarney, Collor e Itamar, os militares fizeram as suas listas de reivindicações, algumas atendidas, outras não imediatamente por causa da conjuntura econômica e política. O governo Sarney atendeu a todas, assim como o governo Collor, embora tenha feito uma reforma administrativa que extinguiu o Serviço Nacional de Informações (SNI) e rebaixou o estatuto ministerial do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e do Gabinete Militar. A criação do MD, discutida desde a Constituinte, foi adiada para uma possível implementação futura do parlamentarismo, mas também atendeu aos temores de perda da autonomia por parte dos militares. Oliveira ressalta que o presidente Collor buscou enfrentar a questão da subordinação dos militares aos civis, recusando a

---

<sup>30</sup> OLIVEIRA, Eliezer, R. de, *De Geisel a Collor... op. cit.*

tutela, de modo distinto ao de Sarney, e posteriormente, de Itamar Franco. Por isso, o autor afirma que Collor escolheu ministros que por sua vez, também era avesso a essa postura tutelar. Desse modo a autoridade presidencial estaria livre de contestações. Este autor nota que como forma admirável de comportamento democrático que Mário César Flores, da Marinha, Carlos Tinoco, do Exército e Sócrates Monteiro, da Aeronáutica não só foram responsáveis por conter a contento as insatisfações internas, resultantes de restrições impostas às reivindicações, mas, sobretudo no processo de “impeachment” do próprio presidente e comandante supremo. Os ministros militares foram procurados por lideranças civis do governo e da oposição para que interviessem na crise política, mas se recusaram a fazê-lo, por ser o caso de competência civil.

A “crise de identidade” assim mesmo perdurou em função da ausência por parte do poder civil de resolver problemas tais como: a) uma Política de Defesa Nacional, que explicitasse claramente os princípios demarcatórios do preparo-emprego das Forças Armadas e o dimensionamento da participação do Poder Legislativo nas decisões sobre tais assuntos; b) a problemática da legislação ordinária baseada no artigo 142 da Constituição Federal e o uso das Forças Armadas em novas atribuições, como meio-ambiente, narcotráfico e segurança pública; c) a redefinição geopolítica em relação à Bacia do Prata, na qual a Argentina deixa de ser o inimigo externo mais provável e passa a ser visto como aliado, em função do Mercosul; d) a necessidade de proteção maior da Bacia Amazônica, alvo provável da cobiça internacional, sobretudo das grandes potências; e) a projeção para o Atlântico Sul estendendo-se à África Austral e à Antártida e f) a configuração de uma “nova ordem internacional” ainda muito cinzenta e difusa quanto aos interesses estratégicos.

Neste sentido, é dito que a “crise de identidade” dos militares estava expressa “na razão de existência do aparelho militar”, a sua missão, que envolve aspectos ideológicos e estratégicos. Segundo Oliveira, tal crise passou a ser resolvida somente no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir do momento em que o presidente instituiu um “novo padrão de relacionamento político com as Forças Armadas”, segundo Oliveira (1998) <sup>31</sup> .

---

<sup>31</sup> OLIVEIRA, Eliézer. R. de, As Relações Cívico- Militares no Governo Fernando Henrique Cardoso, “in” *Premissas*, 17-18 NEE-UNICAMP, 1998, p.37-68.

Isto ocorreu principalmente com a Lei dos Desaparecidos de 1995, da decretação da Política de Defesa Nacional em 1996 e da criação do MD em 1998, consolidada em 1999.

Não obstante, temos que considerar que apesar de sofrerem mudanças, as Forças Armadas brasileiras ainda registram características estabelecidas ao longo da história em relação ao plano interno: continuam sendo atores políticos privilegiados, pois são os responsáveis pela garantia de uma (in)determinada lei e ordem e conservam uma autonomia que relativiza o controle civil. Isto significa dizer que há uma enorme imprecisão no termo “lei e ordem”, como está descrito no texto constitucional brasileiro. Ele permite que as Forças Armadas se envolvam, intervindo no processo político-institucional com a permissão dos Poderes Constitucionais. Assim, a não qualificação dessa expressão favorece aos interesses políticos de cada momento, de acordo com a conveniência dos grupos políticos. Entendemos que este procedimento atribui aos militares uma marca de força e de fraqueza do poder político civil. Isto permite a consagração dos militares como “salvadores da Pátria” e a manutenção de seu poder autônomo diante do Estado e da sociedade brasileira.

No plano externo, o fim da bipolaridade põe em xeque o seu papel tradicional, a sua identidade, apesar de buscarem chegar a um estágio de maior eficiência através da modernização de seus efetivos para garantirem mais apropriadamente a defesa do território nacional e prestar-se a ensaiar novos papéis, como a proteção ao meio-ambiente e ao narcotráfico. Este é o caso de admitir as ações subsidiárias, como na ajuda ao combate de queimadas e no suporte aos órgãos federais e estaduais na luta contra o narcotráfico, como se encontra na realidade de outros países latino-americanos. Aliás, isto tem sido objeto de polêmica na opinião pública, que, segundo a imprensa, é favorável à utilização dos militares nestes casos e na segurança pública. Os próprios militares têm recusado a assumir estes encargos, afirmando que eles são um desvirtuamento, perda de prestígio da missão militar e um grande risco de contaminação da instituição por causa da corrupção. A autonomia institucional das Forças Armadas brasileiras tem possibilitado que elas busquem se modernizar e capacitar para atender aos desafios do mundo moderno no campo político-estratégico. Neste sentido, elas tentam se profissionalizar considerando as dificuldades da realidade do país. Porém, seu profissionalismo não descarta o seu afastamento da vida política, sua auto-intitulação intervencionista com o intuito de defender

a sua interpretação da lei e da ordem e salvar a Pátria dos inimigos internos, assim considerados pela instituição e pelas elites civis.

As questões civis-militares e o problema da autonomia militar em relação ao sistema político brasileiro foram também analisados por Soares (2000)<sup>32</sup> enfocando o período da transição política e a consolidação democrática através dos governos Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso. Para o autor, ainda existem nichos de autonomia militar encontrados nos diversos campos da organização político-administrativa que vem se constituindo ao longo desses anos segundo as seguintes categorias: 1) expectativas do sistema político sobre a definição, o papel e as missões das Forças Armadas; 2) participação dos civis na organização da defesa nacional; 3) dimensão das Forças, custo econômico e controle sobre recurso; 4) capacidade de fiscalização do Congresso sobre as atividades militares; 5) decisões sobre a política de pessoal militar; 6) foros especiais para militares; 7) produção de informações pela inteligência; 8) atividades das Forças Armadas em ações de defesa interna; 9) educação e doutrina militar; 10) revisão sobre ações do regime autoritário.

Uma avaliação do grau de autonomia militar (institucional e política) nos três governos civis mostra que houve variações em alguns temas e permanência em outros. Quatro deles não sofreram alteração: permaneceram na média a autonomia em relação à dimensão e custo das Forças e em relação às atividades de inteligência, ao passo que permaneceram altas a capacidade de fiscalização do Congresso, os foros especiais e a educação e doutrina militar. Tais variações estão vinculadas à construção de “um novo profissionalismo militar”. Este se caracteriza por ser um profissionalismo policializado, em substituição ao profissionalismo politizado, que perdurou até os anos 80. O novo profissionalismo está sendo instituído dentro de uma difusa e duvidosa situação, onde as missões clássicas dos militares são questionadas e reorientadas. Há o uso das Forças Armadas para o combate ao narcotráfico, ao contrabando e às “forças adversas” internas e externas, além do apoio a projetos de defesa ambiental, assistência humanitária e combate à criminalidade social.

---

<sup>32</sup> SOARES, Samuel, *Forças Armadas e Sistema Político na Democracia*, FFLCH-USP, Tese de Doutorado, 2000, digit.

A grande questão para Soares é saber até que ponto o novo profissionalismo possui controle e decisão do poder civil. Ou seja, se tais atribuições ocorrem por decisão do poder civil ou do poder militar. A falta de decisão mais efetiva do poder civil e a manutenção da autonomia militar indicam que o resultado desta equação mostra que as Forças Armadas ainda decidem quais as condutas mais apropriadas para a sua ação. Assim, a própria reorientação tem a ver com a adoção de uma identidade auto-atribuída, em grande medida, pelos militares; eles definem quem são os inimigos, julgam representar os anseios populares e mantêm uma forte presença nacional.

Embora tenham sido dados alguns passos para a afirmação do controle civil, como a criação do MD, da ABIN e a PDN, permaneceram situações que concorrem para o contrário: a manutenção da lei e da ordem pelos militares, o assento permanente dos comandantes de Força no Conselho de Defesa Nacional (CDN), as atividades das Forças Armadas na defesa interna e seus limites, a falta de fiscalização do Congresso, uma avaliação mais completa sobre o acerto de contas com o passado, a ausência de um debate substantivo no Legislativo sobre a PDN e a Política Militar de Defesa (PMD) e, enfim, a não-interferência dos civis no processo de educação e doutrinação militar. Para que se construa um controle civil adequado, Soares afirma a importância de considerar a predisposição da classe dirigente, o suficiente conhecimento técnico dos civis para exercê-lo, a forma de construção e a aceitação militar desse controle e da autoridade civil.

A questão da autonomia militar e das novas ameaças foi novamente tratada por Soares (2001)<sup>33</sup> a partir da consideração dos novos tempos vividos no contexto interno e externo, após o fim da Guerra Fria e o início da globalização neoliberal. Este novo cenário trouxe conseqüências para a América Latina e o Brasil. Soares chamou à atenção para a emergência de questões, econômicas e políticas que existem na realidade social brasileira que sustentam o quadro de indefinições e comprometem o bom andamento das relações civis-militares. Apesar de alguns progressos, existe a “atuação autônoma” do aparato militar e a

---

<sup>33</sup> SOARES, Samuel, *As Antinomias das Relações Cívico-Militares no Brasil : Das Velhas às Novas Ameaças*, texto apresentado no Seminário Brasil-Argentina e as Novas Ameaças, NEE-UNICAMP / CELA-UNESP, agosto de 2001. digit . O termo “novas ameaças” é difuso, mas qualifica genericamente problemas no campo político-estratégico para os países da OTAN, como migrações ilegais, terrorismo, violação de direitos humanos, agressão ao meio ambiente, ação de “países vilões” aumento do crime organizado e do narcotráfico, pobreza endêmica etc. para a realidade brasileira, alguns têm usado o termo qualificando a situação de crescimento da de ordem pública, por causa da violência urbana e do narcotráfico, da ação de ONGS atentatórias à soberania nacional e de movimentos sociais considerados contestadores à ordem vigente.

“ampliação do recurso à força” no que diz respeito à problemática da segurança pública, em especial no combate ao narcotráfico. Isto é um sintoma da debilidade da cidadania brasileira, que possui um precário controle sobre as Forças Armadas. As razões desta situação novamente são creditadas às características do sistema político nacional organizado na história nacional. Aqui, o autoritarismo, o populismo e o patrimonialismo estatal contribuíram para o enfraquecimento dos mecanismos de participação e representação política, como os partidos e o Legislativo, comprometendo, então, a qualidade da democracia brasileira. Os exemplos do passado recente a partir da transição política são claros a este respeito, como nas decisões sobre assuntos importantes em relação ao aparelho militar: a missão constitucional das Forças Armadas, a anistia política, o caso dos desaparecidos, a defesa nacional e a segurança pública. Se é certo que houve alguns avanços, a situação institucional está aquém de uma resolução que privilegie a efetivação do espaço público republicano e democrático. A sociedade civil está atomizada e contida pelas determinações estatais ao empreender seus projetos políticos, como o combate à violência, à desigualdade social e o estabelecimento de uma política de defesa nacional.

Na percepção do autor, este quadro pode constituir numa séria e grave ameaça ao pleno exercício da cidadania. Os exemplos revelam esta afirmação, como no caso, da maneira pela qual o Executivo encaminha as decisões, através do Gabinete de Segurança Institucional, sobre o combate ao narcotráfico, da atuação das Forças Armadas nas greves das polícias militares e civis. Aliado a isso, temos a indefinição de uma política militar de defesa, a manutenção do dispositivo constitucional designando os militares para manter a lei e a ordem e garantir os poderes constitucionais, e o uso de termos controversos, tais como “forças adversas”, conforme se poder ver na Concepção Estratégica do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX). Definir os princípios e limites do uso da violência estatal e classificá-la como legítima ou não é uma tarefa ainda distante da cidadania brasileira, que está ameaçada de ser “refém dos recursos do uso da força”.

Mathias (2001)<sup>34</sup> também levantou questões sobre o estatuto dos militares brasileiros dentro do contexto das novas ameaças. A autora partiu dos mesmos pressupostos

---

<sup>34</sup> MATHIAS, Suzeley. K., *Brasil: Interesses Nacionais e Novas Ameaças*, XIII Conferência da LASA, Miami, 2001.

de Soares sobre a situação internacional e seus reflexos na América Latina, considerando a realidade brasileira. Em sua percepção, existe uma influência externa promovida pelos Estados Unidos para garantir os seus interesses nacionais, Isto resulta na “subordinação estratégica” dos países latino-americanos a esta potência. Em combinação com este quadro, como não há uma política pública civil no âmbito político-institucional brasileiro, revela-se a continuidade da autonomia militar.

As pressões norte-americanas para enquadrar os países à sua agenda estratégica, define o conceito e a qualidade das ameaças, interferindo no aparato militar dos países subordinados. Suas Forças Armadas, então, devem ser transformadas em gendarmarias, para tratar de assuntos de segurança interna, como o combate à guerrilha à subversão e ao narcotráfico. Os Estados Unidos intentam, então, criar, uma “percepção homogênea da política de defesa”, através da reunião periódica dos Ministros de Defesa americanos, facilitando a ampliação do seu poderio econômico, através da formação da Alca. A própria decisão de dar prioridade no combate ao narcotráfico, reflete as características dessa subordinação. O processo de globalização neoliberal, capitaneado pelos Estados Unidos, contribuiu para a atrofia da soberania brasileira, comprometendo a própria noção de ameaças e interesses nacionais que o país pudesse ter. Esta postura se reflete no contexto interno nacional. Aqui, a autora está próxima das considerações traçadas por Soares, quanto às características da transição política e do processo de redemocratização do Brasil. A presença militar continuou determinante no processo político-institucional e na definição dos pressupostos de políticas públicas, de segurança e defesa, como é o caso dos planos de combate às drogas, da PDN, do Projeto Calha Norte e o SIPAM / SIVAM, da criação e institucionalização do MD e, enfim, do poder de polícia atribuído aos militares. Assim, as Forças Armadas continuaram a manter “nichos” de autonomia, preservando prerrogativas incompatíveis com a ordem democrática. Tampouco não há uma definição suficientemente clara das distinções entre defesa e segurança pública, comprometendo a atuação das Forças Armadas, propiciada pela visão norte-americana em relação ao continente. Neste sentido, a subordinação dos militares aos civis brasileiros de modo efetivo, é uma situação aquém do ideal por não atender plenamente às exigências da democracia e do estabelecimento soberano dos interesses nacionais. A nova postura a ser adotada, depende da criação de mecanismos formais e de um programa de educação para a defesa, preparando civis e

militares à medida que se tornem conhecedores dos aspectos político-estratégicos, político-orçamentários, jurídico-políticos e político-pedagógicos, que estão pautados em nome do estado de direito, dos direitos humanos e da cidadania.

Outras considerações sobre a situação político-econômica e militar dos Estados Unidos no hemisfério, assim como as suas repercussões para a América Latina foram analisadas anteriormente por Fraga (1999) <sup>35</sup> e Diamint (2000) <sup>36</sup>. O novo quadro se desenrolou na América do Sul com a realidade institucional-militar, onde surgem novas formas de domínio, ao mesmo tempo em que subsistem falta de controle estatal sobre a violência e a delinquência social, envolvendo as Forças Armadas, seguranças privadas e a polícia. Como controlar as missões das Forças Armadas e implementar a democracia, segundo o parâmetro da Nova Ordem, é uma dúvida que permanece cada vez mais importante de serem analisadas. Isto sem esquecer a situação de prerrogativas e autonomia que os militares latino-americanos passam (Soares,1994) <sup>37</sup>. A participação da sociedade civil, cada vez mais suscetível de um processo de internacionalização, com a atuação das ONGs, principalmente no campo dos direitos humanos, contra a violência social, preservação dos recursos ambientais. Na nova ordem globalizada, há “novas ameaças” sobre as quais as Forças Armadas não estariam necessariamente capacitadas para resolver ou não querem se dispor a tal, revelando, debilidade quanto ao poder civil. Mesmo assim, existe o uso “de fato” dos militares no combate ao narcotráfico em países como o Brasil, o Chile e a Argentina. Outras formas de atuação preconizadas para as Forças Armadas têm a ver com o combate à guerrilha e o terrorismo, segundo a lógica da política externa norte-americana. Para a América Latina esta orientação está a cargo do Comando Militar Sul, sediado em Miami, com subdivisão no Panamá. Segundo Diamint, muitos militares latinoamericanos recebem formação profissional ali e já são constituídos como “interlocutores diretos” do Pentágono, tratando de forma autônoma de questões relativas à segurança hemisférica dentro de um contexto de criação de medidas de confiança mútua.

---

<sup>35</sup> FRAGA, Rosendo., *La Custión Militar Al Finalizar Los 90*, Buenos Aires, Editorial Centro de Estudios Unión para Nueva Maioría. 1997 p 29.

<sup>36</sup> DIAMINT, Rut., *La Construcción de Supremacia Civil em Defensa y Seguridad en el Cono Sur*, texto apresentado na XII Conferência da LASA, Miami 2000, digit.

<sup>37</sup> SOARES, Samuel, *Militares, Pensamento e Ação Política: Um Estudo das Monogafias da ECEME (1985-1993)*, Dissertação de Mestrado FFLCH-USP,1994.

Jorge Zaverucha (2000)<sup>38</sup> pôs em discussão o caráter da transição política e da democratização do Brasil, enfocando, de modo razoavelmente distinto de Oliveira (1998)<sup>39</sup>, as questões presentes no relacionamento entre os civis e os militares. No seu entender, a manutenção da autonomia política dos militares possui graus elevados que o poder civil ainda não conseguiu recapturar; do mesmo modo, existem alguns retrocessos, com a concessão de novos espaços políticos aos militares. Os governos dos presidentes Collor, Itamar e Cardoso não conseguiram alcançar o nível de construção de uma situação política satisfatória. Eles estabeleceram um “governo democrático”, mas, não um “regime democrático”. Isto ocorre porque não existe suficiente minimização do poder militar. Para esse autor: “custa-nos aceitar uma verdade: a de que os militares são submissos ao poder civil quando as coisas, em especial, ocorrem de modo como eles querem”. Os mais variados exemplos de autonomia e ingerência do poder militar são dados: o seu estatuto de servidores do Estado, a militarização da segurança pública (especialmente o combate ao narcotráfico e ao relacionamento com as PM’s e o MST), a elaboração do orçamento militar, a legislação penal militar e a revisão constitucional. Existe um “vácuo institucional do poder” que vai sendo ocupado pelas Forças Armadas, em especial o EB, através do convite do poder civil na participação dos órgãos estaduais e federais de segurança pública, da reestruturação do COTER (Comando de Operações Terrestres) e do serviço de inteligência, formando “enclaves autoritários” dentro do aparelho de Estado.

Segundo Zaverucha, existe um vácuo institucional no país porque o mínimo de Estado e o sistema legal não penetram em todo o território nacional, não garante aos cidadãos o direito de ir e vir e não há o devido funcionamento da polícia e das Forças Armadas como braço armado do Estado. As relações civis-militares permanecem num estado de instabilidade uma vez que as crises de governo geram possibilidades de crise de regime, devido à falta de solidez das instituições e do estado de direito.

Em suma, “a profusão de temas e a quantidade de declarações constituem indicadores de que os militares não se encontram recolhidos nos quartéis e cuidando, basicamente, de seus assuntos profissionais. Pelo contrário, demonstra que as Forças Armadas continuam achando-se aptas no direito de exercerem influências sobre a regulação da vida sócio-política-econômica do país. A relutância com que os militares se posicionam contra a perda

---

<sup>38</sup> ZAVERUCHA, J., *Frágil Democracia*, Rio de Janeiro, JZE, 2000. pp 295-313.

se suas prerrogativas é outro atestado de que as Forças Armadas almejam continuar a exercer um tipo de influência política que, é, repito, incompatível com o regime democrático” ( Zaverucha, 2000).<sup>40</sup>

Os esforços de reforma do Estado pelo governo, especialmente o de Fernando Henrique Cardoso, só tocaram no âmbito civil, deixando de lado, o militar. Itamar tratou de apoiar-se no prestígio militar, fazendo com eles uma aliança de cunho nacionalista, tendo uma “neutralidade positiva” com este, ao contrário da “neutralidade negativa” que mantiveram com Collor. Este foi o presidente que mais tomou medidas causadoras do descontentamento da caserna, e isto, poderia ter influenciado na sua queda, conforme aventa o autor. Embora não se diga que o “poder moderador” hodierno seja menor do que o de pré-64, ele não deixa de existir, pois representa o traço de que ainda existe uma “cultura neopatrimonialista no Brasil”, onde os militares gozam de prestígio político nas facções à direita e à esquerda do poder civil. Ou seja, ambas consideram os militares um ator político relevante, não havendo pressa alguma em marchar contra os enclaves autoritários dos militares, porque existe o preço a pagar da estabilidade política. Isto significa dizer que, para que os militares não se sintam propensos a golpear ou intervir na ordem política, é melhor deixá-los manterem certos privilégios incompatíveis com a democracia, assegurando, então, o papel de “guardiães da lei e da ordem”. Deste modo, a situação política não parece ter maiores transformações, por ser considerada aceitável pelo poder civil. A existência de um “pacto político informal” permite que os civis sejam governo e que as Forças Armadas sejam poder; elas não têm as suas prerrogativas atingidas, sob pena de abalar a governabilidade e a estabilidade. Para Zaverucha, o poder civil terá que decidir se quer assumir as condições para mudar a situação transformando o Brasil em um efetivo regime democrático.

Este autor possui importância na consideração sobre o estatuto das Forças Armadas no regime democrático, entretanto, não considerou a discussão sobre a questão da educação militar. A decisão do Congresso Nacional sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) assinala no seu artigo 83 que a educação militar é de trato específico das Forças Armadas. Não há pleno conhecimento do sistema de ensino das Forças Armadas por parte

---

<sup>39</sup> idem.

<sup>40</sup> idem.

dos civis de itens como gastos, projeto político-pedagógico, planejamento curricular etc. Por outro lado, não há suficiente conhecimento dos civis que envolvem os temas relativos à defesa nacional. O despreparo é grande, salvo raras e honrosas exceções. A falta de educação dos civis para a defesa e seu grau de intimidade com o tema segue, em linhas gerais, o padrão sobre os assuntos militares, segundo as características das relações civis-militares e a manutenção da autonomia castrense apresentadas por Soares (2000).<sup>41</sup>

O ex-ministro da Marinha, almirante Mário César Flores já afirmara que: “sobre a política educativa militar, há o desconhecimento de como as Forças Armadas educam a sua gente e um absoluto desinteresse em informar sobre essa questão” (Flores,1998).<sup>42</sup> A ênfase deste oficial é dada na formação inicial dos oficiais, como a EN, a AMAN e a AFA. Mas, no caso das escolas de estado-maior ele assinala que “existe uma grande intervenção civil na formação”. Deste modo, ele nota que é necessário que tal situação mude com o passar do tempo e haja melhoria do nível da população brasileira em geral. Assim mesmo, deixa claro que há diferença na participação dos civis no âmbito da educação militar. Tomando como exemplo a MB, a participação dos civis e sua contribuição na EN só se dão mais diretamente no nível da docência das disciplinas de conhecimento técnico-científico ou no estabelecimento de padrões generalizados pelo MEC para o reconhecimento da validade do Curso de Bacharéu em Ciências Navais enquanto curso de nível superior.

Assinalamos que, de maneira geral a abertura dos portões das escolas militares aos civis, ocorre nas visitas programadas de cunho particular ou oficial, nas cerimônias de formaturas e nas festividades cívico-desportivas.

O poder civil, através de sua estrutura político-administrativa e cultural-científica parecem ter muito que fazer, aumentando a sua participação e influência na formação dos militares brasileiros, tanto no campo técnico-operacional, quanto no ético-político. As condições de construção de um efetivo controle civil sobre os militares no regime democrático, passam, necessariamente, pela forma que assume a cultura política, cujos elementos são materializados nas instituições responsáveis pela formação educacional dos civis e dos militares. Por esta razão, o Poder Executivo, o MEC e o MD possuem uma

---

<sup>41</sup> SOARES, Samuel A *Forças Armadas e Sistema Político...op. cit.*

<sup>42</sup> FLORES, depoimento dado a OLIVEIRA, Eliezer. R. *Forças Armadas e Democracia: o Papel do Poder Legislativo* p. 51 vol II NEE-UNICAMP, Relatório FAPESP,1998.

relevância na tomada de medidas que impulsionem e legitimem as mudanças consideradas necessárias. No recém-criado MD, através do delineamento da PDN, há estudos a caminhar sobre a Política Militar de Defesa, os projetos especiais de interesse da defesa nacional e de política de ciência e tecnologia nas Forças Armadas .

A preocupação com a profissionalização das Forças Armadas implica em sua modernização, racionalização e integração com o substantivo envolvimento de civis e militares. A síntese da missão do MD: é exercer a direção superior das Forças Armadas, cumprir as atribuições de sua área de competência, constituir-se no órgão central do sistema de defesa nacional, contribuir para a otimização da capacidade de defesa do país, integrar, modernizar e racionalizar as Forças Armadas, conduzir o processo de aperfeiçoamento da Estrutura Militar de Defesa brasileira e contribuir para a modernização do Estado em sua esfera de responsabilidade (MD, 2000).<sup>43</sup>

No atual cenário político nacional e internacional, é sabido que o MD tem tratado de programas e projetos, dentre os quais a inserção do Brasil no plano sul-americano, hemisférico e mundial, a atualização da PDN, a participação das Forças Armadas no combate à violência e ao crime organizado, o envolvimento da sociedade nos assuntos de defesa e a reestruturação da ESG. Alguns estudos estão sendo empreendidos nesta direção, mas, ainda há muito que ser desenvolvido. Talvez, no nível da educação, o futuro papel da ESG seja a melhor maneira de começar o debate para a melhor integração entre os civis e os militares no campo da defesa. Porém, outras medidas necessitam ser tomadas para ampliar o espectro da democratização da relação entre ambos, como, por exemplo, as diretrizes e a organização do sistema educacional das Forças Armadas como um todo.

Isto poderá ser feito, exatamente para dar concretude às palavras do ministro Geraldo Quintão, ao afirmar sobre a atuação do MD: (...) “ele chegou para somar, para conquistar novos espaços, para unir cada vez mais as forças vivas da Nação e, por meio dessa união de esforços, ajudar o Brasil a vencer os desafios que tem pela frente” (Mistério da Defesa, 2000).<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> MINISTÉRIO DA DEFESA, *O Ministério da Defesa*, Palestra do general Antônio Taveira na ECEME em novembro de 2000.

<sup>44</sup> *idem*.

#### ***4. As Transformações em Escala Mundial e os Desafios Futuros***

Nesta parte serão apresentadas algumas das questões atuais sobre a situação mundial das últimas décadas e a sua repercussão na formação da profissão militar, tendo em vista a realidade dos países centrais e seus efeitos nos países periféricos, aqui também chamados de “novas nações”. Assim, abordaremos os temas da globalização, da complexidade da ordem mundial transnacional e da situação das revoluções ocorridas no campo do preparo e emprego da força militar.

##### **4.1 A Globalização e a Soberania dos Estados**

A problemática do processo de globalização enquanto dinâmica mundial que se internalizou às expensas do Estado-nação foi tratada por Hirst / Thompson (1998).<sup>45</sup> Eles afirmam que um “efeito-chave” deste processo foi a de “paralisar estratégias nacionais de reformas radicais, de considerá-las inevitáveis diante do julgamento e da sanção dos mercados internacionais”.

Os autores tratam esta assertiva com ceticismo, visto que existe uma mitificação do significado e da realização da globalização. O seu argumento é que: a) há precedentes históricos quanto ao processo de internacionalização econômica na passagem do século XIX para o XX; b) não há um número significativo de empresas genuinamente transnacional; c) a mobilidade do capital é restrita aos países em desenvolvimento; d) a economia mundial não está num patamar; e) a governabilidade econômica das grandes potências exerce forte pressões sobre os demais mercados econômicos.

A globalização é, então, um “mito conveniente” que foi gerado a partir do colapso keynesiano e da valorização do monetarismo a partir dos anos 80 e 90. Desenvolvendo modelos ideais de enquadramento da economia mundial Hirst / Thompson argumentam que o processo globalizante tem mais a ver com o estabelecimento de uma “pax americana” em nome dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos que a extensão efetiva de todos os procedimentos das relações econômicas mundiais. O estatuto dos Estados-nação sofre

---

<sup>45</sup> HIRST, Paul. / THOMPSON, Grahame, *Globalização...op. cit* p. 272 - 274.

algumas interferências no âmbito de suas capacidades, inclusive, a guerra. A sua possibilidade declinou sensivelmente nos Estados avançados, e o uso das Forças Armadas tem se tornado menos relevante entre si. Isto provoca mudanças nas suas missões e diminui a sua importância na intervenção política entre os Estados. A evolução tecnológica contribui para que as guerras convencionais fossem mais obsoletas, a não ser entre os Estados do Terceiro Mundo. Com menos guerras, os Estados se tornam menos significativos para os cidadãos, que sempre formaram laços de coesão e identidades nacionais a partir delas. O exercício da soberania dos Estados encontrou outras formas de atuação, como as transformações econômicas e tecnológicas, assim percebidas através das rodadas econômicas do Grupo dos Sete (G7) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e no desenvolvimento das comunicações e da indústria cultural. O uso da força para o exercício da soberania em um território é menos cogitado, embora o Estado não tenha aberto mão dela para o controle de fronteiras, da população e da adoção de políticas de cunho sócio-econômico para esta população, como a situação de pobreza e de bem-estar social.

Os vínculos nacionalistas e cívicos estão declinando no contexto dos Estados desenvolvidos, assim como se vê no caso da diluição de identidades nacionais, em nome de questões étnico-culturais de alcance local e regional.

## 4.2 A Nova Ordem Transnacional

O contexto do mundo pós-Guerra Fria comporta um grande número de perplexidades (Dreifuss, 1999).<sup>46</sup> Não é somente por conta da formação da multipolaridade, como também pelas transformações relacionadas à produção e à informação em escala mundial. A introdução maciça da informática, telemática e da computação pos o capitalismo em um intenso processo de recriação, o que fez gerar os processos integrados de transnacionalização latamente complexa através de três desdobramentos: a) “mundialização” de estilos, hábitos e costumes; b) “globalização” tecnológica, produtiva e comercial; c) “planetarização” da gestão de organizações transnacionais e instituições

---

<sup>46</sup> DREIFUSS, René A. . , *A Época das Perplexidades*, Petrópolis, Vozes, 1999.

supranacionais. O significado da estrutura da política se alterou substantivamente a partir de então. Há um “novo sentido de autoridade societária” e uma “reformatação e refuncionalização do governo”. As novas “elites orgânicas” constituíram novos sistemas de poder e os gerencia através do desenvolvimento/aplicação de tecnólogos, engenheiros, cientistas, com um tipo de alcance além das estruturas estatais para o tratamento dos assuntos relacionados à dimensão pública e crítica.

Isto não significa dizer que os Estados-nação perderam as suas atribuições relacionadas à soberania e à territorialidade. Na verdade, eles se adaptaram à nova configuração, adotando uma “postura pivotal” projetando o poder e os interesses das diversas corporações estratégicas, constituídas em conglomerados e nos grupos de origem nacional, com atuação transnacional, através da formação de sinergias, alianças e redes, estas corporações interferem na regulamentação e na desregulamentação de governos, na pluralidade e na singularização de seus papéis, mecanismos e práticas, e na atuação das organizações comunitárias e das capilarizações das estruturas de poder.

Esta é uma situação paradoxal, porque a planetarização, ao mesmo tempo que agrega transnacionalmente, fragmenta e pontualiza os procedimentos, práticas e interesses, como as minorias étnicas, religiosas, permitindo a configuração de um “nacionalismo excludente”

As novas elites orgânicas desenvolvem a sua atuação sem a visibilidade e a transparência necessária para a avaliação da consciência pública. Ela se utiliza de diversos mecanismos de associação e intervenção contornando as regras do Estado/governo e introduzindo a lógica do “pensamento único”. Essas elites pretendem a constituição autônoma de uma situação sócio-econômica-política que desconsidera a mobilização, a reivindicação social e a manutenção do estado de bem-estar social. Isto representa o fim da política. Por isso, Dreifuss considera fundamental na sociedade e a atual situação como típica sinalização no Estado-nação, da transferência de autoridade dos estados-nacionais para a “polity” planetária. Esta é a configuração de uma “Nova Ordem Transnacional”, que implica nas mudanças no jeito de governar e no papel do Estado em nome de “sociedades-mercado” com seus novos desafios econômicos. A organização das estruturas política, legal, institucional e militar passaram então, a se adequarem às suas normas e

procedimentos no que diz respeito ao tratamento da dinâmica social em seus diversos interesses e conflitos.

Neste quadro, surgem novos tipos de formalização da autoridade pública como empresas e organizações que administram produtos e serviços relacionados ao bem público. Há o declínio da política como clássica prática permanente de disputa das diversas formas de representação e interesses dos sindicatos, partidos etc. Em seu lugar, surgem “novas formas de cidadania e bem-estar”: o que se entende até agora por sociedade civil, contrato social, nação e Estado, passa a ser reformulado a partir do questionamento geral, implantado pelas novas formas de gerenciamento da vida dos indivíduos e grupo, no contexto geral da transnacionalização, ao criar “novos espaços societários ativos”. Eles são altamente desterritorializados, integrados, mobilizados e desenvolvidos pela comunicação virtual. As velhas questões reaparecem na constituição da “net-polis”, “cibercratas” de existência telecomputrônica. Há uma despolitização dos temas relacionados à propriedade, à dominação, apesar de alguns questionamentos existirem de forma fragmentada, sobre o modo de vida e satisfação de interesses de diversos grupos sociais, em nome do “aqui e agora”. A noção de cidadania do fim do século XX possuiu um referencial “impreciso”, e “utilitarista”. Ela está voltada para maximizar os bens e os serviços aos “cidadãos-societários-usuários”.

A nova “polity” planetária provoca a “pulverização e multiplicação de temas e focos da política”, despolitizando as relações de propriedade e deixando de lado as chamadas grandes questões sociais. Assim, se cria uma “nova poliarquia”, cuja característica é o crescimento e a participação de novas organizações metaestatais e transnacionais, organizações do tipo virtual, não-institucional e não-governamental. As questões que passam a fazer parte da agenda transnacional são o aprofundamento dos recursos naturais, comunicações, utilização do mar, migração, identidades étnicas, religiosas, terrorismo de alta tecnologia, pirataria do conhecimento e implementação de leis e acordos coletivos. Do mesmo modo, vão se afirmando temas e problemas de cunho nacional e regional que os Estados precisam enfrentar. Dentre eles, o problema da segurança e da defesa assume importância peculiar, levando ao redesenho das Forças Armadas de tal ordem, que afeta a sua preparação, recrutamento e treinamento, que estão relacionados com manuseio de meios cada vez mais complexos e sofisticados produzidos pela revolução científico-

tecnológica em curso. Os Exércitos, Marinhas e Aeronáuticas passam a repensar o seu inter-relacionamento e a sua organização, enquanto instrumentos estatais do exercício da força.

Com o desmoronamento da ordem internacional até a década de 90 e a emersão de crises político-estratégicas em profusão, as Forças Armadas ganham uma constante redefinição de novos amigos e inimigos. A multiplicidade de poder internacional há uma nova “constelação político-militar” de alcance global, transcontinental, intercontinental e regional. Em termos comparativos, enquanto os Estados Unidos são a única “megapotência global completa e estável”, o Brasil, Egito, Paquistão, África do Sul etc são tidos como “pivôs político-táticos” de alcance regional, porém com importância secundária.

A nova realidade mundial gera novos interesses econômicos e configurações político-militares que não estão concentradas apenas nos elementos clássicos do poder estatal: territorialidade, nação e objetivos / interesses soberanos, modificando a percepção e o alcance da administração e do governo. Isto faz com que países de expressão transnacional do eixo Norte-Norte utilizem a força militar com o intuito de estipular os novos procedimentos políticos-estratégicos, baseados no incremento de alta tecnologia e na capacidade de se imporem como forças coercitivas, dissuasórias e beligerantes. O poder militar é utilizado para “delimitar interesses”, estabelecer ou preservar “áreas de influência” e estabelecer “formas de presença”, de acordo com os interesses da nova concentração de poder. Assim, são reconfiguradas as estruturas e organizações transestatais de defesa /segurança dos países, como a reformulação da OTAN e a ampliação da Conferência sobre Cooperação e Segurança na Europa (CSCE), que são orientadas pelo “grande poliedro” tecnológico-produtivo e político-estratégico: Estados Unidos, Rússia, China, Japão e Alemanha.

Os Estados Unidos passaram a ser o mais importante polo científico-tecnológico e mais potente “pivô político-estratégico e foco sócio-cultural” do planeta, cabendo adotar uma postura ímpar. Para tanto, enfrenta desafios que significam buscar agir nos novos espaços mundiais políticos e econômicos. Assim sendo, adota uma presença planetária em termos políticos e militares, constituindo a “primeira civilização global da história”. Esta situação põe o país diante de uma “missão planetária” que se desenvolve no meio termo da satisfação de seu autocentrismo tradicional e a sua inserção tradicional, o que pode causar

alguns choques entre os seus interesses nacionais de açaance global”com os demais países. Os Estados Unidos se reconhecem na “necessidade de liderar” a situação internacional, procurando construir consensos relacionados à economia de mercado e à democracia liberal. Suas estratégias no Golfo, Península Balcânica, América Latina, Europa e Ásia são exemplos que apontam nesta direção. Este país detém, então, a hegemonia de um processo que comporta algumas incertezas quanto ao seu poder, autonomia, papel da ONU e reação da comunidade internacional.

Para a realidade das Américas, a constituição do Nafta e do Mercosul, são questões a serem pensadas nesta direção. A extensão dos mercados nacionais com o objetivo de construir macromercados põe em questão o relacionamento com os Estados Unidos e os limites de sua influência no hemisfério. A partir disso, deve-se considerar as possibilidades deste relacionamento, ao mesmo tempo em que o estabelecimento de pontes com outros macromercados com a Ásia e a Europa. Dreifuss alude à possibilidade do Mercosul torna-se uma base dinâmica de inserção global de nível econômico, político e cultural que se traduza na mudança de relações domésticas, regionais e internacionais.

O transcorrer dos anos não deixou de lado a importância dessas considerações, principalmente em função da discussão sobre a implantação da Alca, que provocou reuniões periódicas em Miami, Buenos Aires, Brasília e Quebec. Há divergências entre os países a respeito do prazo de sua implantação. O próprio governo brasileiro fez um pronunciamento neste sentido, deixando claro que a Alca não deverá fazer desaparecer o Mercosul.

#### **4.3 A Guerra Contemporânea, Complexidade e Revolução nos Assuntos Militares.**

A Revolução nos Assuntos Militares (RAM) é um sinônimo atual da modernização porque implica numa configuração tecnológica e organizacional capaz de atender as necessidades bélicas dos Estados-nação e projetá-las para o futuro, identificando as ameaças existentes e as possíveis, num cenário de crises políticas. Isto contribui para a implementação de mudanças no nível estratégico, tático e operacional, mas não necessariamente na política de defesa e no uso da força como recurso dos Estados. Os interesses poderão ser os mesmos, como também os objetivos de manutenção da paz, de

composição das alianças político-estratégicas etc, tal como ocorre com as maiores potências do planeta, como no caso dos Estados Unidos. Este país impõe o padrão tecnológico e organizacional que os demais países tendem a seguir, conforme vemos em Chilcoat (2000).<sup>47</sup> Outros países como a Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan, Austrália, Índia, Indochina, Paquistão e Japão têm buscado seguir esta tendência imposta pelos Estados Unidos. Caso isto não ocorra, fica comprometida a credibilidade do país para implementar um efetivo poder dissuasório.

A RAM modifica as Forças Armadas no que diz respeito ao: a) desenvolvimento de sistemas de comando, controle, computação e inteligência (C4I); b) o desenvolvimento de ação conjunta, levado a otimizar a capacidade de combate; c) os avanços tecnológicos que podem aumentar o poder de combate das pequenas unidades ; d) os novos conceitos operacionais, como “manobra dominante”, “engajamentos de precisão”, “proteção completa multidirecional” e “antecipação logística”.

Estas novas características da guerra contribuem para aumentar o hiato tecnológico e os problemas de interoperacionalidade entre as Forças de dentro ou de fora de um país. Para que isto seja reduzido, investe-se na tecnologia de comunicação, a fim de que as Forças possam “conversar mutuamente”. O Departamento de Defesa norte-americano busca se preparar para as incertezas do futuro, considerando um horizonte para os próximos anos através do desenvolvimento da doutrina, educação, treinamento, organização e material capaz de manter verdadeiramente integradas as operações militares. Assim, esta atitude do Departamento, com a ajuda dos países aliados e demais parceiros, pretende implementar um programa de quatro partes principais: a) perseguir e focar os esforços de modernização para garantir a superioridade tecnológica dos Estados Unidos, b) continuar a explorar a RAM para prover o país da habilidade necessária ao bom desempenho das missões no presente e no futuro, c) empreender uma revolução administrativa, de modo a consolidar uma reengenharia radical na sua infra-estrutura e atividades, d) garantir ou conter ameaças futuras com a finalidade de manter o gerenciamento dos riscos num ambiente de restrição de recursos, alcançando a melhor posição para responder de maneira efetiva a rápida às ameaças . Dois aspectos chamam à atenção, como no caso da

---

<sup>47</sup> CHILCOAT, R. , A Revolução na Educação Militar, “in” Military Review (edição brasileira) , 3T 2000, pp 20-33.

manutenção da proeminência norte-americana, que venha a comportar circunstâncias adversas, estratégias assimétricas: proteção contra as incertezas e desenvolvimento de avanços e capacidades tecnológicas (Cohen, 1998).<sup>48</sup>

Uma análise da situação dos Estados Unidos e a necessidade de estabelecer o seu planejamento estratégico atual, com as diversas mudanças no plano político-ideológico e no plano científico-tecnológico, foi feita por Khalilzad e Ochmaneck (1997)<sup>49</sup>. Para eles, o atual planejamento de defesa dos Estados Unidos deve contemplar uma avaliação das funções dos militares e o tamanho das suas Forças Armadas. O desafio é buscar efetivar os interesses do país em termos de política externa e segurança nacional, sabendo promover significativas mudanças no orçamento e na estrutura de defesa, sem, no entanto, comprometer a realização dos objetivos propostos. Isto significa introduzir princípios semelhantes às propostas de reengenharia, para o estabelecimento de um projeto de forças que seja compatível com os diversos cenários prospectivos, construídos com base nas tendências político-estratégicas do mundo atual.

Há uma série de questões básicas referentes à situação do país que o Departamento de Defesa é desafiado a tratar. Por exemplo, a propriedade da atual estratégia de segurança nacional, as principais missões da Forças Armadas para sustentar tal estratégia, o planejamento e a avaliação das Forças diante das incertezas futuras, as implicações das novas tecnologias no combate, o papel a desempenhar em conflitos não entendidos plenamente como guerras, as projeções futuras dos gastos do orçamento de defesa, a reestruturação administrativa do Departamento e a sua capacidade de sustentar, modernizar e operar as Forças. Para manter a sua liderança global, os Estados Unidos devem perseguir a manutenção e o fortalecimento de alianças entre os países democráticos, prever as hostilidades das regiões críticas e reforçar o crescimento da abertura econômica internacional e considerar a possibilidade de ampliação da OTAN.

As considerações sobre a nova ordem mundial, a política global e a segurança nacional norte-americana foram feitas por David Alberts e Thomas Czerwinski (1999)<sup>50</sup>. A abordagem utilizada é dada pela teoria da complexidade para analisar o sistema

---

<sup>48</sup> COHEN, Willian, *Annual Report to Congress*, Department of Defense, Washington DC, 1998.

<sup>49</sup> KHALILZAD, Zalmay. / OCHMANECK, David., *Strategy and Defense Planning for the Coming Century* "in", *Strategic Appraisal*, Washington D. C., RAND Corporation, 1997. pp 20-33.

<sup>50</sup> ALBERTS, David / CZERWINSKI, Thomas, *Complexity, Global Politics and National Security*, Washington D. C. , NDU, Institute for Strategic Studies, CCRP Publication Series, 1999.

internacional, indo além de uma visão linear tradicional, onde os “inputs” e os “outputs” são proporcionais, causa e efeitos são observáveis, a previsibilidade facilita a elaboração do planejamento e o sucesso depende de um cuidadoso e detalhado controle e monitoramento. Na verdade, esta é uma visão reducionista dos problemas político-estratégicos, que podia ter alguma validade para explicar o mundo pré-90.

Então, é necessário adotar uma percepção não-linear do sistema, na qual não há proporcionalidade, equalização, evidência e previsão de forma absoluta. Pensar as questões político-estratégicas nos dias de hoje, para esses autores, significa adotar uma concepção onde o caos está presente, fazendo, assim, aumentar a complexidade dos fatos gerados pelos diversos atores envolvidos nos cenários existentes. A crise é uma parte integrante e essencial do processo, que não deve ser descartada. Pelo contrário, é preciso ser considerada como elemento-chave para entender a dinâmica da guerra.

Neste sentido, Clausewitz <sup>51</sup> é valorizado como um pensador central. A sua percepção de que a guerra possui uma gramática própria, mas uma lógica que lhe é exterior, é um dado importantíssimo. A lógica da guerra é a política, que comporta uma variedade de relações dinâmicas que levam a instabilidades, crises, desgastes e adaptações constantes. Clausewitz possui atualidade para pensar a guerra atual por causa das imprevisibilidades políticas e da relação do “tripé”: Estado, povo e Forças Armadas. Como toda guerra possui uma complexidade própria, o comportamento de um destes elementos envolvidos está condicionado à paixão do povo, à racionalidade do Estado e a combinação de incidentes na batalha que a torna imprevisível. Outro fator de imprevisibilidade é a fricção dos recursos materiais e humanos, consumindo o povo, o Estado e as Forças Armadas. A importância da História para o comandante é grande, pois ela é capaz de educá-lo frente às experiências passadas e dar-lhe condições de julgar as suas ações futuras. A História ajuda o comandante a recorrer às metáforas ricas em imaginação. Deste modo, ele pode explorar as diversas possibilidades, considerando os aspectos relativos ao novo, mutável, surpreendente e inspirados.

A importância atribuída a Clausewitz para uma nova postura científica ajuda a pensar a situação dos Estados Unidos e do mundo daqui para diante, levando em conta a sua enorme problematização. Com base na visão sistêmica não-linear é possível estar abert

---

<sup>51</sup> CLAUSEWITZ, Karl, Von , *On War* , Princenton Press, 1986 .

a novos conceitos e modelos de compreensão. Os autores do Instituto Santa Fé, da RAND Corporation e da National Defense University (NDU), passaram a incorporar as principais mudanças epistemológicas ocorridas ao longo do século XX, onde as Ciências Naturais-exatas e a tecnologia deixaram de serem vistas segundo o paradigma newtoniano. Este concebe o mundo como ordenado, equilibrado, preciso, evolutivo e regulado. Com as novas questões postas pelos estudos da física quântica, da biologia genética, da matemática dos fractais, o que era considerado caminho para o erro, o desvio e o engano, passou a ser entendido como forma de fazer o conhecimento avançar e melhorar a sua qualidade de compreensão do mundo. O caos, a entropia, a contingência, a imponderabilidade, a nebulosidade e a indeterminação são eleitos como características integrantes do conhecimento científico-tecnológico.

De certa forma, podemos dizer que esta foi uma outra “revolução copernicana”: A noção de paradigma científico e a sua validade dependem das crises e rupturas que são provocadas, fazendo o conhecimento avançar para novos horizontes. A concepção adotada pela teoria da complexidade vai além da visão sistêmica linear por considerá-la estreita. Para se pensar o mundo de hoje é importante ter uma visão mais abrangente, onde, está presente, um sem-número de questões sociais. Assim, não haveria mais espaço para separar os vários aspectos da condição humana. As organizações e instituições sociais possuem uma interligação complexa de tal ordem que, somente uma visão abrangente (holística) pode ser considerada válida para entender a realidade.

De acordo com outros autores, ciosos do lugar dos Estados Unidos no mundo (Khalilzad / Olmanech, 1997) <sup>53</sup> não há escolha. Este país necessita manter a sua liderança mundial e, isto não se resume à mera vontade; é um imperativo da situação vigente para que o desenrolar dos fatos possam se dar na melhor maneira possível. Neste aspecto, são também consideradas as possibilidades de uma estratégia exitosa na relação com os demais países que possuem alguma expressão mundial. Daí, o planejamento do Departamento de Defesa necessita considerar os valores e a cultura nacional ao estabelecer as idéias importantes para a manutenção dessa liderança pelos norte-americanos.

---

<sup>53</sup> KHALILZAD, Zalmay. / OCHMANECK, David., *Strategy and Defense*. .. op. cit.

A História é um intenso e complexo registro de interconexões e possibilidades que causam mudanças imprevistas a partir da interação com os diversos atores envolvidos, com sucessos e fracassos que dependem da estratégia adotada por uns em relação aos outros. Em outras palavras, a guerra depende do quanto de antecipação e surpresa o Estado pode contar na elaboração de suas políticas diplomática e militar. Por sua vez, isto depende de como cada um dos atores envolvidos serão capazes de fazer para contribuir negativa ou positivamente para o intento daquele Estado, pois, há uma exigência de adaptação às mudanças que se relacionam à ação dos atores no contexto onde estão inseridos.

O pensamento sistêmico proposto deve, então, considerar a dinâmica do processo político-estratégico onde existe um enorme grau de indeterminação, contradições e ambigüidades. O mundo está em constante transformação, como se pode perceber na atual situação que envolve os Estados: soberania, governo, fronteiras, etnias, tecnologia, finanças, mídia etc são elementos que têm modificado as características dos Estados, enfraquecendo-os muitas vezes, embora eles continuem a existir.

As ferramentas intelectuais precisam ser modificadas, pois elas são insuficientes para entender toda a complexidade presente. Do mesmo modo, não se deve cair na ilusão de que haja qualquer tipo de panacéia no conhecimento sobre o mundo e na formulação de políticas. A melhor saída é uma abordagem interdisciplinar, onde pensadores de todas as áreas do conhecimento devem continuar a perseguir a busca de esclarecimento sobre o contexto atual. Um exemplo significativo desta proposta é o estatuto da OTAN. Aos cinquenta anos ela é diferente do que foi no passado e poderá sê-lo no futuro. Ou ela se adapta criativamente aos novos tempos, ou poderá estar fadada à extinção. A nova situação do mundo, marcada pelo conhecimento e a informação eletrônica, além das turbulências políticas, precisa ser compreendida com base no caos e na complexidade. Para tal é preciso que haja estratégias mutáveis, ou “leap frog” (Mazarr, 1999) <sup>54</sup>, que são geradas com novas formas de pensar. Isto se coaduna com a RAM, que se caracteriza pelas mudanças pós-Guerra Fria e Guerra do Golfo referidas anteriormente. Tais mudanças implicam em novas formas e técnicas de comunicações, operações bélicas, doutrinas, rotinas, planejamento administrativo e orçamentário. Até o ano de 2010, existe a constante necessidade de empreender esforços com vistas à modernização das Forças. Novos meios militares serão

utilizados no futuro: blindados, aviões e navios poderão deixar de ser necessários na guerra do futuro, mas, até lá, há muito o que fazer na melhoria dos meios existentes, chamados por Mazarr de “neanderthal generation”. Neste sentido, uma política de transição deve ser empreendida considerando a janela de vulnerabilidade que o país pode enfrentar no presente e no futuro, provocadas pela mutabilidade do cenário mundial político-estratégico.

O comando é outro aspecto a ser modificado (Schmitt 1999) <sup>55</sup>. Imbuído da consciência da complexidade, outro perfil de comando e controle precisa ter espaço. A visão tradicional, ainda predominante na estratégia militar, é baseada na ciência newtoniana, base da revolução científica que pensa o mundo como uma máquina universal, isto é, como um sistema equilibrado, razoavelmente harmonioso, evolutivo etc. A guerra aqui é entendida como um sistema fechado, cartesiano e idealizado. O novo paradigma de entendimento da guerra vai de encontro ao que está descrito acima, por considerá-lo defasado. Concebendo a guerra como um sistema aberto, que está suscetível a múltiplos fatores é possível pensar o fluxo contínuo com o novo ambiente em que ela se desenvolve: a existência da fricção e seu efeito entrópico, a não linearidade, a nova dinâmica do campo de batalha e a importância do que Clausewitz classificou de incidentes menores.

Daí, o comandante passa a ter a sua decisão condicionada por múltiplos fatores interligados, relacionados ao caos e os fenômenos complexos, variáveis e mutáveis. A dinâmica e a imprevisibilidade da guerra levará o comandante, no máximo, a conhecer alguns princípios aos quais poderá se agarrar: confiar somente no poder da tecnologia será uma ilusão. A tecnologia pode ser uma ferramenta importante, mas ela não assegura a vitória em si. Ela pode até mesmo contribuir para aumentar a imprevisibilidade e o “fog” da guerra. Nesta nova realidade, as características do oficial, devem ser um comando e controle macrosopocópico, adaptativo espontâneo e cooperativo. Parâmetros para incertezas, desordem e fluidez devem ser considerados e a capacidade de observação, orientação, decisão e ação passam a ser mais valorizadas. As características de liberdade de ação, descentralização e autodisciplina passam a ser fundamentais. Neste caso, existe a ênfase no

---

<sup>54</sup> MAZARR, Chaos Theory and US Military Strategy : a “Leapfrog” Strategy for US Defense Policy , “ in” ALBERTS, D. / CZERWINSKI, T. , 1999, *op. cit.* , pp 315-319.

<sup>55</sup> SCHMITT, Command on (out of) Control: The Military Impication of Complexity Therory, “in” ALBERTS, David / CZERWINSKI, Thomas, 1999, *op. cit.*, pp 219-222.

empenho de cada um e de todos, permitindo uma “coevolução” e um planejamento que se pautem pela adaptabilidade às mudanças, e não pela prescrição em si.

Paul K. Davis, David Gompert e Richard L. Kugler (1997)<sup>56</sup> estabeleceram algumas características da necessidade de adaptação do planejamento de defesa a partir da questão sobre as possibilidades do Departamento de Defesa construir a melhor postura para atingir os objetivos estratégicos dos Estados Unidos. Tal postura deve se basear na previsão das diversas contingências, configuração do ambiente futuro e adaptação às mudanças das condições estratégicas.

As mudanças e incertezas atuais levam o país a enfrentar novos desafios, a encarar as mudanças da natureza da guerra, a pensar no futuro ao estabelecer as prioridades de presença de coalizão e enfim, considerar as possibilidades de novas adaptações estratégicas à medida que as mudanças continuarão a ocorrer. Segundo estes autores, o planejamento de defesa não pode ser reativo, isto é, baseado em considerações a partir das ameaças existentes. Ao contrário, ele deve ser um tipo de “gerenciamento de portfólio”, onde seja possível estabelecer regulagens, ajustes e revisões. Para tanto, é importante reconhecer que há problemas sérios relacionados à estrutura decorrentes do passado, como a impropriedade da postura de “peacetime”, as vulnerabilidades não esperadas, as falhas em estabelecer adaptações, as fragilidades políticas e a sustentabilidade estratégica questionável quanto ao ambiente futuro.

O planejamento no contexto de incertezas considera : a) uma adaptabilidade operacional ao adquirir capacidades para as diversas contingências nos diferentes cenários; b) a configuração de um contexto favorável à ampliação das alianças, cooperação, prevenção de instabilidades, redução da competição entre os Estados e a deterrence contra países potencialmente maliciosos; c) a adaptabilidade estratégica para conviver com as incertezas no plano político internacional.

A validade da utilização de um tipo de gerenciamento como este, é adaptar algo da racionalidade empresarial para a estrutura de defesa, pois, ao ver destes autores, há paralelos que podem ser considerados. As alternativas consideradas possíveis e viáveis para a modernização da estrutura de defesa levam em conta as contribuições da RAM para o

---

<sup>56</sup> DAVIS, Paul / GOMPERT, David / KUGLER, Richard L., *Adaptiveness in Defense Planning: The Basis of a New Framework e New Principles for Force Sizing “in” Strategic Appraisal*, 1987. pp 69-136.

planejamento a médio e longo prazo. Isto ajuda a evitar o perigo da urgência e faz uma abordagem cautelosa em relação ao futuro. Deste modo, melhora a percepção sobre o problema de que o nó górdio não é simplesmente cortar a estrutura das Forças, mas pensar a sua constituição e as melhores formas de organizar o seu preparo e emprego. É neste sentido que os autores propõem uma reengenharia das Forças, considerando o C4I + SR (observação e reconhecimento), a mobilidade e a letalidade dos sistemas nos contextos a serem empregados.

A modernização implica aqui numa certa racionalização, necessária ao processo de reengenharia, para os diferentes contextos. Esta atitude implica em manter a capacidade de adaptação, substituir capital por trabalho para reduzir baixas e aumentar a integração das forças, além de aumentar a capacitação funcional para a maioria das missões. É bom lembrar que o processo de reengenharia não é uma panacéia. O planejamento continuará contando com os riscos e incertezas no plano político-estratégico. Poderá haver mudanças rápidas e drásticas na configuração das Forças e das unidades em função do contexto existente. Considerando a problemática da RAM, por exemplo, poderá ser discutido qual será o tamanho e aplicação das brigadas, divisões, esquadrilhas e forças navais baseadas em porta-aviões. Para tanto, é fundamental a superação das resistências assim como o papel que deve ser desempenhado pelas lideranças civis e militares daqui para diante. Daí, uma nova visão diferente da atual, então, precisa ser implementada.

Paul Dibb (Fialho, 2001) <sup>57</sup> adota a análise destes autores para tratar do caso das Marinhas de porte médio, como a Austrália, mais próxima da realidade brasileira. O planejamento com base na capacidade, o encorajamento da diversidade e da adaptação, assim como a flexibilidade, são os elementos fundamentais para pensar a estrutura das forças de um país de orçamento relativamente baixo. Também para um país de influência regional é necessário pensar o planejamento estratégico da estrutura de forças para determinar as prioridades e estabelecer a alocação de recursos orçamentários. Um aproveitamento da discussão sobre a estrutura de forças e o planejamento estratégico,

---

<sup>57</sup> DIBB, Paul, apud FIALHO, Ivan, Reflexões Sobre o sistema de Defesa Nacional Parte I “in” *A Defesa Nacional*, 1T2001, ESG, pp 47-58.

adaptado à realidade brasileira foi realizado por Raza (1997), (Raza, 2000), (Proença Jr / Raza / Diniz, 1999) e (Proença Jr / Raza 2000) <sup>58</sup>, conforme veremos adiante.

Algo deste tipo de discussão também foi considerado por outros analistas navais, como o vice-almirante Armando Amorim Vidigal <sup>59</sup>. Ele estabeleceu alguns pontos básicos para o preparo e emprego do Poder Naval brasileiro para o século XXI à luz das transformações ocorridas no cenário internacional, com a hegemonia norte-americana. O quadro de incertezas gera vulnerabilidades novas para o Brasil. O pensamento sistêmico e integrado (semelhante à Joint Vision 2010) e a interoperabilidade das forças deve ser considerado como pontos válidos para o planejamento e administração da Força Naval brasileira.

#### **4.4 As Relações entre os Estados Unidos e a América Latina na Formação Militar-Naval**

Entende-se, genericamente, que os que a atitude dos Estados Unidos para com os países da região tem sido a de manter os objetivos da “pax americana” imposta globalmente com um determinado elenco de características singulares delineadas a longo, médio e curto prazo de forma a cumprir os interesses nacionais. Com a “era Clinton” houve a preocupação com a segurança nacional e continental, que parecia entender e trabalhar com as peculiaridades de cada área e países das Américas. Por isso, não se pode tratar o Caribe e a América Central como a América do Sul. Mesmo nesta região, deve-se respeitar as diferenças entre os países andinos, caribenhos platinos e amazônicos. Mais ainda, o Brasil, Chile e Argentina merecem tratamento especial, por serem países maiores e mais pujantes. O Brasil é visto de modo ímpar pela posição de liderança entre os demais.

Os Estados Unidos possuem a maior e mais poderosa Marinha da atualidade, a qual

---

<sup>58</sup> RAZA, Salvador G., A Diplomacia Naval; Um Estudo em Estratégia “in” *Revista Marítima Brasileira*, 2 T, 1997 (Parte I) p. 99 –118. E idem, 1997 3TParte II, pp 141-159.

Ver também RAZA, Salvador G. *Sistemática Geral de Projeto de Força : Segurança, Relações Internacionais e Tecnologia*, Tese de Doutorado, UFRJ, 2000, digit . E ainda PROENÇA JR, Domício, RAZA, Salvador, DINIZ, Eugênio, *Guia de Estratégia*, Rio de Janeiro, JZE, 1999 e RAZA, Salvador G., PROENÇA JR, Domício, *Horizonte 20XX: A Amazônia e a Inserção de Segurança do Brasil*, XXIV ANPOCS, 2000, digit

<sup>59</sup> VIDIGAL, Armando, Uma Estratégia Naval para o Século XXI “in” *Revista Marítima Brasileira* 3 T 1997, pp 87-120.

manteve uma determinada influência histórica na MB, assim como a “Royal Navy”. De maneira positiva ou não, a USNAVY pode ser considerada como uma referência para os brasileiros”, no que diz respeito às concepções estratégicas e ao preparo e ao emprego.

Para uma melhor compreensão desse relacionamento, aqui estão levantadas algumas considerações sobre os aspectos considerados mais relevantes para a cooperação entre os Estados Unidos e a América Latina, para a formação e aperfeiçoamento dos oficiais, especificando a situação brasileira e a carreira naval. Tais considerações estão baseadas numa avaliação feita a partir da percepção de uma analista norte-americana, a partir do que foi estabelecido pelo planejamento político-estratégico do Pentágono para os países da região (Hayes, 1996).<sup>60</sup>

A regra geral é que, a despeito da prioridade doméstica do governo estado-unidense, o documento denominado “The Peace, Prosperity and Democracy Act” (PPDA), submetido ao Congresso dos Estados Unidos. Em nome desta orientação, o Departamento de Defesa elaborou o “Defense Planing Guidance” (DGP) que identifica as “novas ameaças” e propõe as prevenções que devem ser tomadas para manter os interesses do país. As ameaças são listadas como: a proliferação e o uso de armas de destruição massiva, os conflitos regionais, o terrorismo, a subversão, os riscos à ordem mundial que afetem a economia nacional e os perigos aos regimes democráticos vigentes. As prevenções a serem viabilizadas são: 1) promover a democracia, os direitos humanos, o crescimento econômico e o livre mercado; 2) atender as regiões consideradas críticas pelo governo e 3) estabelecer parcerias internacionais baseados em um relacionamento equitativo e amistoso nas dimensões econômica, política e estratégica.

Os interesses dos Estados Unidos na América Latina foram acomodados para o contexto político-econômico, passando das intervenções armadas para garantir objetivos do governo e das empresas nos anos 60 e 70, para as crises econômicas dos anos 80 (chamados de década perdida) e chegando aos anos 90 com a “emergência” de alguns mercados nacionais adesistas de uma política econômica, baseada nas reformas do Estado, na abertura econômica e na integração regional. Com isso, o Nafta é um programa que visa contemplar esta nova realidade como um novo estímulo às boas relações econômicas entre os Estados

---

<sup>60</sup> HAYES, Margareth, *Future Naval Cooperation with Latin America: Final Report*, Alexandria, Center of Naval Analisis, 1996.

Unidos e a América Latina, apesar da existência do Mercosul e dos impasses relativos à possibilidade de implantação da Alca num futuro próximo. O narcotráfico e o combate à guerrilha de origem marxista em alguns países, como a Colômbia, tomam uma importância fundamental no nível do relacionamento político no hemisfério. A América Latina é vista como dotada de um grande potencial na “economic security” estabelecida pelos Estados Unidos, que se tornaram seus principais aliados extra-Europa ao longo dos anos com a “política da boa vizinhança”. É certo que houve problemas tais como o abalo dos princípios do TIAR, firmado no Rio de Janeiro em 1947, por causa do apoio dos Estados Unidos à Inglaterra na Guerra das Malvinas / Falklands. Há também restrições de Washington à venda de armas, um afastamento técnico-militar dos norte-americanos e maior aproximação com a Europa, com exceção de Cuba, a região é considerada por eles de segurança vital. Mas os interesses estratégicos continuam apresentar uma relação histórica, onde o Brasil, a Argentina, os países do Pacífico e do Caribe, estão considerados nas prioridades dos Estados Unidos. Os interesses dos Estados Unidos através de sua Marinha são vistos de modo a promover novas possibilidades, de modo distinto ao que foi no passado. Existem países que possuem uma Força Naval próximo de alguns outros membros da OTAN, por exemplo, Brasil, Chile, Argentina, Colômbia e Peru, com áreas consideradas fortes (preparo), que reduzem o impacto de áreas deficientes (operações anti-aéreas).

Dentre os países latino-americanos, a Argentina e a Colômbia são os que possuem maior aproximação militar-naval com os Estados Unidos. Isto pode ser explicado, por causa da política do governo argentino de Menem de manter as “relações carnis” com os Estados Unidos. A Colômbia apresenta um quadro interno de combate ao narcotráfico e à subversão armada que a leva a ter um relacionamento bastante próximo do Pentágono e do Departamento de Estado.

O Brasil parece manter uma posição mais reticente, pois busca um bom relacionamento com a USNAVY do mesmo modo como o faz com as Marinhas européias, sobretudo a Inglaterra, a França, a Espanha e Portugal. Ao longo de décadas, o país buscou possibilidades de modernizar a esquadra com a contribuição dos Estados Unidos, através da compra de alguns navios, pelo processo de “hot ships” (transferência direta e imediata dos meios navais, com a simples troca de tripulação, adaptação de equipamentos e rebatismo do

casco). Margareth Hayes (1995) <sup>61</sup> apontou anteriormente para as perspectivas de maior integração da USNAVY com as Marinhas da América Latina, que estão consignadas nos princípios da Doutrina de Emprego Naval dos Estados Unidos, denominadas “...FromThe Sea” e o “Foward...From the Sea” . A América Latina é entendida pelo pessoal do comando naval como um bom laboratório para testar as condições de aplicação desta doutrina. Ela apresenta diversidade no meio-ambiente litorâneo, instalações de operações e treinamentos bastante razoáveis e familiares (com exceção para o uso de submarinos a *diesel*) assim como alto grau de profissionalismo dos oficiais, estrutura logística suficiente, parceria tradicional extra-OTAN e experiência em operações de paz).

O contexto econômico-político é entendido como favorável face às mudanças ocorridas a partir dos anos 80 no subcontinente. Porém, um fator ainda sensível em alguns países é a relação entre civis e militares. O chamado “return to the barracks” , ainda comporta problemas, principalmente no orçamento que define itens de preparo e emprego das Forças Armadas, representando, assim uma significativa autonomia institucional. Neste caso, a Argentina pode ser enquadrada como um bom exemplo de subordinação aos civis, enquanto que no Chile, esta situação não estaria resolvida. Os gastos militares têm se reduzido ao longo do tempo, e assim vários itens, como os salários, levando a classe média a se desinteressar da carreira militar, apesar da conservação de sua boa imagem diante da população em geral. Pelo lado dos militares, o orçamento é uma questão chave no relacionamento entre eles e os civis, pois demanda capacidade para tratar de temas como operação, modernização, perfil, estrutura e remuneração das Forças Armadas.

Outro problema sensível, para Hayes, é a questão dos conflitos regionais, das disputas fronteiriças e da competição militar entre os países da América Latina. Na América do Sul estes problemas têm sido tratados de maneira satisfatória, haja visto o caso do Equador-Peru e os entendimentos sobre o Canal de Beagle entre Argentina e Chile. O Brasil não possui tais problemas e desistiu de comum acordo de disputar com a Argentina a supremacia político-estratégica na região, partindo para a integração e cooperação, até mesmo, em exercícios militares conjuntos.

A cooperação da USNAVY e do United States Marine Corps (USMC) com a

---

<sup>61</sup> HAYES, Margareth, *Future Naval Cooperation with Latin America*, Alexandria, Center of Naval Analisis, 1995.

América Latina, envolve algumas atividades, tais como: interação político-militar, acesso às instalações navais da América Latina, exercícios e operações, programa de educação profissional militar, interoperacionalidade em comunicações, pesquisa e desenvolvimento e programas de assistência em geral. Com bases nestes princípios, o governo dos Estados Unidos utiliza a estratégia de determinar o Pentágono, através da Secretaria da Marinha, a realizar vários programas de integração e cooperação. A USNAVY possui menor presença militar na América Latina que do que o USARMY e a USAF, o que tem sofrido cortes em função das mudanças ocorridas no plano político econômico. As ações programadas pela USNAVY em combinação com as Marinhas da América Latina, envolvem exercícios técnico-operacionais cuja maior expressão é a UNITAS, que corresponde às simulações de situações de preparo e emprego naval. Por isso, esse exercício é conhecido como a “jóia da coroa” da USNAVY na América Latina e um “modelo para o mundo” em termos de benefício mútuo e relação profissional. Os marinheiros e fuzileiros latino-americanos têm a oportunidade de conhecer os equipamentos e procedimentos adotados pela USNAVY, reconhecidos como dos mais sofisticados e avançados do mundo. A UNITAS é também a oportunidade da promoção de intercâmbio visando o aprofundamento do contato com uma corporação altamente profissionalizada e com larga experiência em situações de combate. Combinam-se aí, duas características importantes na visão dos latinos : a USNAVY é, ao mesmo tempo, uma Marinha de altíssimo nível, que pontifica em termos de Primeiro Mundo e constitui-se, assim, num modelo a ser seguido pelas demais, ainda que , na verdade, o ideal seja inatingível.

Mas, por outro lado, muitos oficiais da USNAVY não vêm com tanta importância assim a realização da UNITAS, por falta de conhecimento/compreensão, o que os leva a um questionamento sobre os seus objetivos. Assim, haveria pouquíssima possibilidade para aprender algo realmente novo, dada a defasagem técnico-operacional, a não ser em termos muito específicos, como por exemplo, o adestramento das tropas em bacias hidrográficas, na selva e nos equipamentos utilizados, trocando-os pela de procedência européia e asiática. O que fica registrado e pode ser considerado significativo é a razoável / boa qualidade dos oficiais e praças: com um equipamento menos sofisticado, eles conseguem realizar grandes tarefas e mantêm uma grande disposição para aprender coisas novas. De todo modo, a UNITAS é vista como um exercício válido pelo comando da USNAVY, por causa das

chances de aumentara possibilidade de intercâmbio e boa vontade, necessárias nas relações internacionais e na manutenção das tradições entre os Estados Unidos e a América Latina, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial.

O Brasil participa da UNITAS com regularidade desde 1960, assim como de outros exercícios como o FLEETEX (Fleet Exercise) e o “Capabilities Exercise”. Outro programa que merece destaque é o PEP (Personal Exange Program). Seu objetivo é promover o desenvolvimento da qualificação entre os oficiais navais em instituições militares em ambas as regiões, como as academias navais e escolas de estado-maior. Face à defasagem aludida anteriormente, é certo que há um interesse maior dos latinos em estudar nos Estados Unidos do que o contrário. Mas, em ambos os casos, poucos destes cursos contam efetivamente para a progressão na carreira profissional. Outra razão é a barreira da língua inglesa, que reduz os habilitados. Por isso, nem todas as chances são aproveitadas conforme o esperado.

Existem programas acadêmicos que promovem candidatos para a realização de ensino e pesquisa nos Estados Unidos com o intuito de aproximar mais os dois lados. Isto é feito principalmente após um certo afastamento da América Latina, levando a uma geração de oficiais que se formaram e se tornaram seniores sem muito contato com a USNAVY, especialmente entre os anos 70 e 80. Os programas acadêmicos apresentam algumas vantagens para o Brasil, Chile e Argentina, segundo o perfil de suas Marinhas. Embora a quantidade de latinos tenha diminuído, a procura pela pós-graduação existe no “Naval War College” (NWC) e na “Naval Postgraduate School. Na Naval Academy” (NPS) entre 1943 e 1993 apenas um brasileiro foi graduado, ao passo que países como Chile, Equador, Colômbia, Venezuela, Honduras e Peru chegava a mais de uma e a quase três dezenas de guarda-marinhas formados em Annapolis.

A presença do Brasil na pós-graduação é um pouco mais significativa. Durante a década de 90 o número de oficiais variou de um a cinco, tendo uma média de três oficiais por ano estudando em áreas como Engenharia Eletrônica e Elétrica além de Comunicações. No NWC, de 1988 a 1994, apenas um brasileiro participou dos estudos, o que não difere dos demais países neste caso. Existe a preocupação da USNAVY em intensificar o intercâmbio de pesquisadores oriundos do Brasil, Chile e Argentina. Nestes dois países há algo consolidado, enquanto que, no Brasil, a USNAVY pretende ampliar e desenvolver o

programa. No geral, a maior participação brasileira na USNAVY e em cursos de suprimentos, salvamento e no USMC. A pós-graduação, de 1989 a 1993 contou com trinta e cinco brasileiros. Por ocasião da aquisição de navios no passado, o Brasil envolveu 1600 marinheiros em 40 cursos.

A contrapartida das academias latino-americanas, o recebimento de oficiais norte-americanos é anual ou bianual na ESG. Alguns deles desistem da carreira e precisam enfrentar a barreira da língua portuguesa. Alguns brasileiros tomam parte no intercâmbio educacional para o aperfeiçoamento de marinharia e navegação, como nos estágios feitos no *USS Enterprise* e no *USS América*. O desenvolvimento profissional também possui continuidade nas instituições navais dos Estados Unidos (NWC e NPS) apesar do declínio geral da presença dos latinos, conforme o dito anteriormente. De um modo geral, as relações têm sido desenvolvidas satisfatoriamente, consolidando a estratégia dos Estados Unidos para a região e ajudando na criação de novas pontes entre os comandos operacionais dos países envolvidos. Deve-se notar também o empenho do Pentágono em promover um programa permanente para militares e civis do hemisfério com o intuito de aperfeiçoar os quadros burocráticos, militares e acadêmicos para o gerenciamento da política de defesa. Esta é uma das funções do Centro Hemisférico de Estudos de Defesa da Universidade de Defesa Nacional (CHDS/NDU), onde os seminários e eventos estabelecidos ao longo do ano visam também a aproximação entre militares e civis dos países das Américas, entendida como necessária para o aprofundamento do regime democrático.

Militares e civis brasileiros têm sido permanentemente convidados para o CHDS. Os civis participaram de forma pioneira, sobretudo os acadêmicos. Os militares, mas reticentes, só passaram a participar dos eventos do CHDS com a criação do MD estabelecendo relações mais próximas, como sinalizou a visita do ministro Geraldo Quintão ao Centro em 2000. Durante este ano, dois oficiais da MB participaram dos seminários, representando a corporação e o MD.<sup>62</sup> Tal participação é vista, genericamente, de duas maneiras por civis e militares: há os que consideram uma boa oportunidade de intercâmbio para ambos os lados; há os que admitem tais benefícios, mas possuem reservas à postura norte-americana, pois o que é cooperação pode ser também entendido como interferência imperialista.

---

<sup>62</sup> [www.ndu.edu/chds](http://www.ndu.edu/chds), Acesso em 30 de abril de 2001.



### **Capítulo 3 - O “Ethos” Militar no Brasil: Profissionalização e Educação**

Neste capítulo, abordaremos as características da profissão militar no Brasil, enfocando os aspectos relativos à formação dos oficiais brasileiros em geral e em particular os da MB. Primeiramente, trataremos de apresentar as questões relacionadas pelos analistas que se debruçaram sobre o tema dentro do contexto brasileiro. Faremos uma apresentação ordem teórico-metodológica dos princípios e os fins da educação militar. Em seguida, abordaremos a profissão militar no país através das peculiaridades de cada Força Armada, centralizando o foco na educação marinheira, descrevendo as razões institucionais de sua existência, que é embasada pelos documentos oficiais da organização da carreira, através do funcionamento dos vários cursos do sistema de ensino da corporação naval.

Assim, aqui apresentamos as principais pesquisas sobre educação militar feitas no Brasil durante as décadas de 80 e 90. Elas são importantes para ajudar a contextualizar a discussão teórica empreendida nas páginas anteriores e também a estabelecer as premissas adotadas neste trabalho. Abordaremos as questões consideradas mais relevantes pelos autores abaixo relacionado, aproveitando as proposições feitas pelos autores que nos ajudam a dar alguns passos adiante, levando-as em conta para tratarmos da educação militar-naval no aspecto técnico-operacional e ético-político.

Em primeiro lugar, exporemos o tipo de racionalidade na qual entendemos fazer parte dos fundamentos da educação de militares e civis, dentro do contexto de uma sociedade democrática. Em segundo lugar apresentaremos as características do “ethos” da profissão militar no Brasil, considerando as peculiaridades entre as Forças Armadas, para chegar à identificação daquilo que é próprio da Marinha. Expomos aqui a situação da corporação diante do Estado e da sociedade brasileira e como ela se entende enquanto tal: a sua missão relacionada ao que está estabelecido pelos ditames constitucionais, pela PDN e nos documentos por ela confeccionados, como Política Básica da Marinha (PBM) e a Doutrina Básica da Marinha (DBM). É com base nestes documentos que a corporação justifica os princípios da formação de seus oficiais. A partir daí, levantamos algumas considerações relacionadas aos princípios da profissão militar-naval e os valores da sociedade democrática, com base na existência de um grau relativamente elevado de autonomia.

## 1. Os Estudos Sobre Educação Militar

A conclusão da transição política e a consolidação do regime democrático no Brasil contribuíram significativamente para a necessidade de redefinição na formação dos oficiais das Forças Armadas. De um papel político intervencionista, moderando conflitos com um poder acima das divergências civis, tutelando-os ou assumindo o comando da cena política e exercendo diretamente o poder de maneira ditatorial por quase três décadas, os militares brasileiros passaram a se preocupar com a profissionalização, procurando resolver sua crise de identidade. Isto se deu à medida que ao longo do tempo tem havido condições necessárias para o estabelecimento do “controle civil objetivo” (Huntington, 1996),<sup>1</sup> que enfatiza a “despolíticação” da corporação e os mantém aptos para servir à Sociedade e ao Estado. Por esta razão, o poder civil passa a ser o condutor do processo político, mantendo os militares responsáveis pela defesa nacional, a manutenção da lei e da ordem a partir da iniciativa dos poderes constitucionais (Oliveira, 1994).<sup>2</sup>

Estes argumentos ajudaram a gerar um certo número de importantes reflexões sobre conjunto a formação dos militares brasileiros e a construção da ordem democrática com ênfases diferentes, como veremos a seguir. Outros estudos trataram de algumas especificidades da instituição militar, como a educação das academias e escolas de estado-maior, enfatizando a sua cultura organizacional.

Albernaz (1986)<sup>3</sup> realizou um estudo sobre as funções e tarefas do segundo-tenente da MB através do exame do currículo da EN. Neste trabalho, a autora privilegiou o Corpo da Armada e deixou de fora o Corpo de Fuzileiros Navais e o Corpo da Intendência, e, assim, procurou verificar quais os objetivos estipulados no núcleo comum de estudos e sua consonância com os objetivos daquelas funções e tarefas. O estudo chegou à conclusão de que existe um privilegiamento dos conhecimentos da área técnico-operacional, que por sua vez, minimiza o valor dos conhecimentos humanísticos. A autora valeu-se da análise de Marger e Kenneth por entender que há uma especificidade da formação profissional,

---

<sup>1</sup> HUNTINGTON, Samuel *O Soldado e o Estado... op. cit.*

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Eliezer, R. de, *De Geisel a Collor... op. cit.*

<sup>3</sup> ALBERNAZ, Heloisa da C. , *Funções e Tarefas do Segundo Tenente da Marinha e os Objetivos do Currículo da Escola Naval*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, UFRJ, 1986. digit. Ver MAGER, R. F. / KENNETH M. B. , *o Planejamento Profissional*, Porto Alegre, Globo, 1976 *apud* ALBERNAZ, Heloisa da C. *Funções e Tarefas do Segundo Tenente da Marinha... op.cit.*

privilegiando a dimensão cognitiva para o desenvolvimento do currículo, tratando de questões como desempenho, tecnologia educacional e planejamento na suas etapas de formação. Os objetivos gerais do currículo adotado pela MB eram: a) a formação global (moral e cívica); b) a base científica sólida e c) a capacidade de liderança e higidez física, que vão evoluindo conforme as necessidades e interesses da EN em seu preparo político-estratégico e técnico-operacional. Embora este seja um trabalho relevante, entendemos que ele não considera aspectos importantes como o perfil dos alunos, as exigências da corporação e o contexto social onde ambos estão inseridos. Isto é fundamental para entender de forma mais apropriada a representação que os sujeitos fazem do espaço social em que estão situados. Conforme Bourdieu (1992) <sup>4</sup> é necessário registrar a relação entre capital social e capital cultural, que são legitimados pela instituição de ensino e como eles operam no nível simbólico e nas práticas cotidianas dos que tomam a educação como um certo sentido de “distinção” e “prestígio” social.

É também importante considerar alguns aspectos levantados pela “teoria do currículo”, que afirma ser o mesmo responsável pela organização, manutenção e legitimação do saber. Desse modo, estudos como os de Bernstein, Young, Esland e Mills <sup>5</sup> são significativos para compreender esta problemática: a sociedade seleciona, hierarquiza e classifica os conhecimentos, codificando-os de uma maneira serial e integrada. Aqui a socialização é adotada pela noção tradicional de compartimentos das disciplinas e os conhecimentos integrados, que representam a possibilidade de criação, abertura, flexibilidade apesar de buscar manter uma coerência ideológica, como para e Fourquin, (1995) Young (1971) <sup>6</sup>. Este também se preocupa em apontar as formas de controle e administração que promove a circulação de saberes absorvidos consciente ou inconscientemente através da imposição de características de organização de tais saberes, seguindo a lógica da estrutura social, onde há conhecimentos considerados mais ou menos rentáveis, legítimos, etc. De modo semelhante, Young considera que o conhecimento é “socialmente construído” e “racionalmente fundamentado” dentro de uma noção política

---

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre, *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1992. Ver também : BOURDIEU, Pierre, *Questões Práticas*, Campinas, Papirus, 1996.

<sup>5</sup> GOODSON, Ivor, *Currículo: Teoria e História*, Petrópolis, Vozes, 1995.

<sup>6</sup> FOURQUIN, Jean C., *Sociologia da Educação*, Petrópolis, Vozes, 1995. Ver YOUNG, Michael, *Knowledge and Control: The New Directions for the Sociology of Education*, London, Collier-Mc Millan, 1971. Ver também APLE, Michael, W., *Ideologia e Currículo*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

sujeita à crítica e à contestação. Esland parte da percepção da construção social do conhecimento e registra os universos simbólicos, as relações intersubjetivas e as questões típicas apresentadas sob a forma institucionalizada do currículo reificados e aprovados socialmente.

Numa abordagem antropológica do espírito militar desenvolvido na AMAN, em Resende, no estado do Rio de Janeiro, Castro (1990) <sup>7</sup> analisa o cotidiano e as relações intersubjetivas dos cadetes das diversas armas que são socializados com vistas à sua transformação em oficiais. Castro segue a concepção organizacional de Coelho (1976) <sup>8</sup> enfatizando a socialização da vida militar na academia. Partindo do conceito de “instituição total” de Goffman, e de identidade de Dumont, o seu trabalho privilegia os elementos presentes na distinção entre militares e paisanos, que demarca as fronteiras entre a instituição e a sociedade. Isto demonstra como os rituais, práticas e valores representam a expressão de uma condição social singular encarnada de forma diferenciada segundo os perfis dos cadetes, que se identificam em maior ou menor grau com tal ou qual especialidade representada pelas Armas do Exército. Estas, por sua vez, são estabelecidas segundo a sua necessidade técnico-operacional: Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Material Bélico, Intendência, Comunicações, Armamentos e Engenharia. Os cadetes “escolhem” as Armas a partir de certas informações básicas, apresentadas formalmente, ou extraída do convívio social na família ou na relação com os membros da corporação. Assim, os cadetes valorizam uma ou outra área de conhecimento que julgam ser mais importantes para o desempenho da carreira de oficial.

Gilmar H. da Conceição (1990), <sup>9</sup> aborda a relação entre a educação militar e o tecnicismo no Brasil ao estudar a formação dos cadetes do EB na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), na cidade paulista de Campinas. O seu entendimento é que as necessidades de organização do EB e a sua missão diante do Estado e da sociedade brasileira, criam uma ênfase no aprendizado de conhecimentos da área técnico-operacional e da área ético-política, que consagram a manutenção dos interesses político-econômico-

---

<sup>7</sup> CASTRO, Celso *O Espírito Militar... op. cit.*

<sup>8</sup> COELHO, Edmundo C. *Em Busca de Identidade...op. cit.*

<sup>9</sup> CONCEIÇÃO, Gilmar H. da, *A Educação e a Formação Militar de Nível Médio : a EXPCEX - Análise de Alguns Elementos*, UFSCAR, Dissertação de Mestrado, 1990, digit.

culturais da sociedade capitalista e a sua divisão de classes. Aliada a isto existe a tradição histórica positivista, recebida a partir do século XIX no Brasil com as suas características de autoritarismo, visão a-histórica e busca da objetividade do saber. Desde então, o ensino do positivismo nas academias militares (Marinha e Exército) valorizava o cálculo, a mecânica, a lógica além dos princípios baseados na obediência e na hierarquia. Esta valorização no plano educacional serviu para fazer com que: a) em primeiro lugar, os militares fossem formados para preservar a ordem hierárquica, no espaço da instituição e da postura intervencionista no seio da sociedade; b) em segundo lugar, houvesse na caserna, o reforço da percepção de que todo o conhecimento deve ser desenvolvido para a superação do caos, da anarquia, da imprevisibilidade, do acaso e da contradição, em nome das necessidades institucionais e do desempenho das tarefas e funções estipuladas. Nos dias atuais, esta percepção continua reforçando a funcionalidade e a sistematização da vida militar, elegendo os saberes que legitimam tanto a moralidade altruísta, honrada e virtuosa quanto o desempenho de atividades profissionais. Esta concepção é transmitida pela psicologia behaviorista, pela ergonomia, pela cibernética, pela informática, pela engenharia e outros saberes denominados neopositivistas. O tecnicismo, então, combina-se bem com os princípios do positivismo e do neopositivismo por ser um desdobramento deste, o qual é estabelecido em nome da manutenção de um rígido sistema de idéias e práticas que se estabeleceu na sociedade e na instituição.

O propósito da formação de quadros de elite para o EB e para o país relaciona os militares aos interesses da classe dominante e seu projeto de manutenção da ordem social vigente. Este propósito pode ser contestado, segundo o autor, a partir de outras bases educacionais, como o caso da proposta de educação popular aos moldes do pensamento de Paulo Freire. Segundo este pensador, a educação popular poderia criar melhores condições de conscientização da população brasileira quanto à sua situação de submissão ao projeto social da elite em termos econômicos, políticos e culturais. Tal como a análise feita por Gramsci (1984)<sup>10</sup> o propósito da real democratização do ensino envolve a quantidade e a qualidade do sistema educacional em nome da transformação das condições sociais vigentes. Para Conceição, esta proposta foi abafada no Brasil pelo golpe militar de 1964. No seu lugar, foi implantado um sistema educacional massificador e tecnicista.

---

<sup>10</sup> GRAMSCI, Antônio, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno... op. cit.*

Ludwig (1992)<sup>11</sup> analisou a formação dos oficiais das Forças Armadas brasileiras no período de transição política da ditadura para a democracia partindo da relação entre educação e política feita por Charlot e Swamp e utilizando-se de três perspectivas teóricas, a seu ver, complementares: a teoria da reprodução de Bourdieu (1975), a teoria das intervenções militares de Rouquié (1984) e a teoria da análise ideológica do papel constitucional dos militares brasileiros, feita por Huntington (1975), Moraes (1987), Dreiffus (1989) e Oliveira (1994)<sup>12</sup>. Embora vinculando os militares ao serviço da classe dominante, o autor aponta algumas lacunas existentes no caráter altamente reprodutivo, o que contribui para que haja transformações significativas no futuro próximo, levando a uma situação em que os militares brasileiros superem o seu papel intervencionista na política da sociedade brasileira. Ludwig trabalhou com um levantamento feito na EN, AMAN e AFA fazendo uma “análise prática” da pedagogia militar. Esta pedagogia está baseada nos interesses de classe e na continuidade e na descontinuidade de interesses dominantes na educação militar a partir do “efeito combinados da lavagem de cérebros” e da possibilidade de contestação. Estes dois movimentos estão consubstanciados nos currículos e programas das disciplinas, que, de uma forma mais ou menos específica, contribuem para a domesticação, docilização e também para a análise crítica.

A produção da ECEME através das monografias dos oficiais-alunos do curso de estado-maior, o CPEAEx, foi analisada por Soares (1994)<sup>13</sup> com o intuito de compreender como o EB se percebe enquanto corporação e o seu papel diante de uma sociedade em transição para a democracia. O autor considerou os aspectos de geração e as condições de enunciação do discurso, de teoria semiótica de Greimas e a perspectiva política de Schmitt sobre o conceito de soberania e a distinção: amigo-inimigo. A constatação deste trabalho é que os militares gozam de relativa autonomia política, dificultadora da consolidação do regime democrática e possibilitadora de um “novo padrão de intervenção militar”, em função do poder que ainda detém quanto aos rumos da situação sócio-política e da mentalidade que justifica essas intervenções, por sua vez, revelada através do discurso enunciado. As Forças Armadas, em particular o Exército, continuam se vendo com o poder

---

<sup>11</sup> LUDWIG, Antônio C. W. *A Formação do Oficial Brasileiro e a Transição Democrática* - Tese de Doutorado, Faculdade de Educação-UNICAMP, 1992. digit.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Eliezer, *De Geisel a Collor... op. cit.*

<sup>13</sup> SOARES, Samuel, *Militares, Pensamento e Ação Política...op.cit.*

de decidir o momento e a dimensão do risco que precisam evitar, intervindo na situação social, para a garantia do poder e da soberania do Estado, da lei e da ordem. Em suma, para o autor, o novo padrão de intervenção militar apresenta, da parte das Forças Armadas, uma visão democrático-restritiva da situação, a possibilidade da intervenção militar e a precariedade dos mecanismos institucionais responsáveis pela subordinação dos militares aos civis. A manutenção da autonomia militar persiste, apesar do respeito da instituição às normas vigentes na democracia. Em todas as três percepções, a consolidação democrática permaneceria incompleta, pois não haveria o afastamento da instituição militar da política e o controle efetivo da instituição por parte dos civis.

Silvio Val (1998) <sup>14</sup> abordou a formação dos quadros de elite da MB através do ensino da EGN com o intuito de demonstrar quais os valores considerados importantes para que os “privilegiados” tenham o desempenho das atividades de direção e comando na corporação. Seu entendimento é que os valores “pessoal”, “de desempenho” e “relacional” são os critérios adotados para criar um perfil adequado de oficiais intermediários (apoio) e os que pertencerão à elite (comando). Assim, ele traça um retrospecto histórico da Escola desde a sua fundação, apresentando as mudanças internas como reflexo das mudanças ocorridas na MB e, em segundo plano, no país e no Mundo. Os cursos da EGN funcionariam como um longo processo de “eleição”, “ritualização” e “consagração” ,necessário à criação de uma verdadeira “elite” militar, responsável pela condução da administração naval. As reflexões do autor se baseiam em Weber, Bourdieu e Etzioni, e nos seus respectivos conceitos de “ethos burocrático”, “capital simbólico” e “dimensão moral e afetiva” das organizações. Val nota que há uma distinção entre os diversos quadros da MB, onde o “quadro principal” oriundo da EN - Corpo da Armada (CA), Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e Corpo de Intendência da Marinha (CIM) - possui mais privilégios de ascensão na carreira. Dentro desta situação o CA é o que goza de mais prestígio na composição do corpo discente dos principais cursos da EGN, o que se reflete na estrutura organizacional da MB, principalmente nos postos de oficiais-generais.

---

<sup>14</sup> VAL, S. *A Escola de Guerra Naval e a Formação dos Quadros de Elite da Marinha do Brasil*, UFF, Dissertação de Mestrado, 1995, digit.

## *2. Educação Militar, Razão Instrumental, Razão Prática e Razão Crítica.*

Vimos anteriormente como a questão da ênfase nos conhecimentos técnico-operacionais pode levar ao tecnicismo, do mesmo modo que a influência do positivismo reforça um tipo de postura intervencionista e autoritária (Conceição, 1990). A valorização do Gerenciamento pela Qualidade Total (GQT) e dos conhecimentos em que ela se apoia, também podem significar uma relação com o tecnicismo, em uma roupagem adequada aos processos e produtos estabelecidos em nome da modernização organizacional e social.

Uma crítica ao GQT e a sua apropriação no mundo da educação já foi feita por Gaudêncio Frigotto (1995), quando relacionaram seus pressupostos às normas da pedagogia tecnicista. Esta é responsável por infundir um tipo de formação que consagra a racionalização, a competitividade, o desempenho, e o alcance de resultados em nome da eficácia, eficiência e economia do mercado da produção e do consumo capitalista. Deste modo, o GQT pressupõe como qualidade, as formas de pensar e agir, que são inculcadas ou estimuladas nos indivíduos para que sejam racionais, autônomos e participativos. Assim, esta postura combina-se com a metodologia construtivista adequada a produzir, mesmo que de forma não calculada, “identidades individuais e sociais ajustados ao clima ideológico do neoliberalismo”.(Silva, 1995).<sup>15</sup>

Para o caso da educação militar, estes pressupostos têm correspondência com a variedade temática que reside na questão da profissionalização, entendida como modernização da instituição em termos do melhor gerenciamento dos recursos materiais / humanos relativos ao seu preparo e emprego. Certamente que as medidas tomadas pelos governos brasileiros na década de 90 em nome da racionalização do aparato estatal, envolvem os mais variados setores da administração pública, com uma orientação próxima ao que é feito na gestão da iniciativa privada, adaptando o que for possível. As Forças Armadas são uma parte desse aparato e, em maior ou menor grau, sofrem a influência do processo de racionalização estatal na sua estrutura organizacional. Isto permite agregar muito desses pressupostos da “qualidade total” para a aplicação no campo burocrático-

---

<sup>15</sup> FRIGOTTO, Gaudêncio, Educação e Formação Humana: Ajuste Neoconservador e Alternativa Democrática “in” GENTILLI, Pablo A . / SILVA, Tomas T , *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*, Petrópolis, Vozes, 1995.

Ver também *A Nova Direita e as Transformações na Pedagogia da Política e na Política da Pedagogia*, “in” GENTILLI, Pablo A . / SILVA, Tomas T., 1995, *op. cit.*

administrativo e no seu sistema de ensino. Porém, não é plenamente verdadeiro que tal gestão, em todos os campos de atuação, seja uma cópia do modelo empresarial, ou que tenha sido adotado puramente pela realização de um projeto de política econômica. Devemos lembrar que este tipo de administração, quando adaptado à lógica do serviço público, pode ser aplicado ao universo militar em nome de uma proposta da necessidade de modernização da máquina de guerra ou do bom trato do patrimônio nacional, como convém a uma república democrática.

Outra questão básica pertencente ao tema da educação militar e à consagração de uma pedagogia tecnicista tem a ver com a valorização da racionalidade instrumental. A necessidade de alto padrão de prontidão para o bom êxito das operações militares se dá através do uso cada vez mais crescente da tecnologia mecânica, elétrica, eletrônica e computrônica. Este pode contribuir para o privilegiamento das áreas técnicas do conhecimento escolar e acadêmico em detrimento do conhecimento filosófico-científico, de cunho humanístico e social. A racionalidade instrumental parte do pressuposto da oposição entre razão objetiva e razão subjetiva, elegendo a primeira como válida para conhecer e transformar o mundo em processos e produtos da sociedade capitalista de consumo de massas e seus meios de difusão cultural. Em oposição à racionalidade instrumental do mundo ocidental, Adorno e Horkheimer (1986)<sup>16</sup> propõem a “teoria crítica”, enquanto uma forma de resgate dos pressupostos iluministas, destinados à emancipação dos indivíduos / grupos; isto significa usar a razão de forma compreensiva e reflexiva de forma a contribuir para a elevação da cultura do nível da barbarização para o nível da civilização.

Analistas como Bruno Pucci (1995)<sup>17</sup> desenvolveram um debate sobre os objetivos da educação, baseados na teoria crítica, qual seja, a promoção de uma verdadeira humanização do homem através da auto-reflexão, formando sujeitos capazes de construir uma consciência sobre o caráter ideológico e mistificador da razão. Com esta percepção, seria possível viabilizar formas de desenvolvimento cultural que contribuam para a transformação social. O vínculo da educação com a realidade social, na teoria, embasa o desafio de construir um projeto pedagógico que seja diferenciado da tradicional imposição

---

<sup>16</sup> ADORNO, Theodore W. / Horkheimer, Max, *A Indústria Cultural: O Iluminismo como Mistificação das Massas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

<sup>17</sup> PUCCI, Bruno, *Teoria Crítica e Educação: A Questão da Formação Cultural na Escola de Frankfurt*, Petrópolis, Vozes, 1995.

da cultura tecnicista. Tal projeto subverte as influências da metafísica e do positivismo, responsáveis pela reificação cultural e pela manutenção da situação social.

Habermas (1980)<sup>18</sup> analisa um aspecto da teoria crítica voltado para a questão da racionalidade moderna e a produção do conhecimento ocidental. A sua problemática envolve a vinculação entre o conhecimento e o interesse, que se encontra constantemente, mascarada pela ideologia, pela metafísica e pelo positivismo. Por esta razão, Habermas constrói uma crítica de como as Ciências Naturais / Exatas e as Ciências Humanas contribuíram para o embotamento da razão e do seu processo de auto-reflexão. As Ciências Naturais / Exatas, denominadas de ciências empírico-analíticas, possuem um interesse instrumental. Isto significa dizer que tal interesse é explicador e operatório, cujo propósito é a busca pela objetividade do saber sobre os fenômenos do mundo natural e a sua manipulação. As Ciências Humanas, denominadas de ciências histórico-hermenêuticas, se constituíram em nome da construção do sentido, buscando apresentar o fato espiritual como um dado evidente. Nestas ciências, o interesse é voltado à prática à medida que a construção do sentido intermedia a relação entre a situação e o intérprete, tendo por finalidade: a) a aplicação social na forma de normas de intervenção e controle; b) a produção de regras de compreensão e ação para os saberes econômicos, sociológicos e políticos.

O nexó entre conhecimento e interesse, que significa pautar a produção epistemológica por uma orientação questionadora, tem a ver com as chamadas ciências sociais-críticas. Neste campo, o propósito é a análise, através da auto-reflexão das condições da produção do próprio conhecimento na vida social; isto é, da dimensão do trabalho, da linguagem e do poder. Este é um tipo de empreendimento que visa superar os limites da dualidade entre o objetivismo e o subjetivismo, do mundo da orientação técnica e da manipulação prática, propondo uma forma de promoção de uma sociedade emancipada através de um processo de reflexão, diálogo, enfim, de interação por meio da comunicação livre da distorção, da manipulação e da repressão ideológica. Ao relacionar a produção de conhecimento com a crítica da sociedade, Habermas (1982)<sup>19</sup> busca superar o positivismo

---

<sup>18</sup> HABERMAS, Jürgen, *Conhecimento e Interesse*, Col. *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1980.

<sup>19</sup> HABERMAS, Jürgen *Conhecimento e Interesse*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

existente nas ciências modernas ao promover, a reflexão das suas causas e objetivos com insistência.

O propósito pelo qual este trabalho considera a validade da teoria crítica frankfurtiana e a sua herança através da contribuição habermasiana, tem a ver com o pensar sobre a importância do conhecimento científico na cultura moderna em todas as esferas da vida social. No mundo escolar-acadêmico, tal concepção teórica ajuda a fundamentar um certo tipo de proposta construtivista de ensino-aprendizagem. Ela está vinculada ao desenvolvimento dos sujeitos através da formação de uma consciência crítica, reflexiva e autônoma, capaz de contribuir para a promoção de ideais e práticas gerais, voltados para a valorização da cidadania, da democracia e do desenvolvimento social equilibrado. Esta é uma proposta que decorre de modo semelhante a outras correntes de pensamento sócio-político, como a da “educação politécnica”, segundo os princípios gramscianos da produção da cultura e da formação dos intelectuais, enquanto crítica da ideologia e possibilidade de transformação social. Notamos que há divergências entre as teorias frankfurtiana e gramsciana. Contudo, não há como negar alguns pontos de convergência, em termos da promoção de uma cultura de perfil “humanista” e “progressista”, de acordo com as características da emancipação iluminista Freitag (1987), (1987) e (1993)<sup>20</sup>. Deste modo, o exercício da crítica e suas implicações na formação educacional podem servir à produção cultural em geral e à qualificação profissional em particular, ao mundo civil e ao mundo militar. Isto posto, podemos argumentar que nem sempre o construtivismo pedagógico se articula a uma ideologia capitalista neoliberal ou de outras de suas orientações de política econômica e desenvolvimento social.

Quanto aos propósitos do conhecimento científico numa profissão que constrói e legitima a sua importância na formação técnico-educacional e ético-política, parece válido um modo de construtivismo pedagógico baseado na proposta das ciências sociais críticas (ou de uma educação politécnica). Isto não significa dizer que os militares seriam “politizados” como instituição e comporiam qualquer tipo de vanguarda, junto com outros

---

<sup>20</sup> FREITAG, Bárbara, *Estado, Escola e Sociedade*, São Paulo, Moraes, 1987.

FREITAG, Bárbara, *A Teoria Crítica Ontem e Hoje*, São Paulo, Brasiliense, 1988.

FREITAG, Bárbara, *Sociedade e Consciência*, São Paulo, Cortez, 1993.

Ver também FREITAG, Bárbara, Aspectos Filosóficos e Sócio-antropológicos do Construtivismo Pós-Piagetiano “in” GROSSI, Esther / BORDIN, Jussara (org), *Construtivismo Pós-Piagetiano : Um Novo Paradigma sobre Aprendizagem*, Petrópolis, Vozes, 1993, pp. 26-34.

grupos sociais identificados como elite, classe média ou classes populares. Todavia, tal consideração ao menos poderia ajudar a construir um clima mais favorável entre civis e militares para o aprofundamento da democracia brasileira, com a participação específica das universidades, através de algum tipo de planejamento que possa vir a ser efetivado pelo MD. Os documentos orientadores do preparo / emprego dos militares falam de cooperação técnico-científica com as universidades brasileiras, entretanto, não é muito abundante tal cooperação nas áreas humanísticas, sendo esta mais comum e farta nas Ciências Naturais / Exatas com ênfase marcada na tecnologia que elas podem proporcionar.

A educação atual está eivada de questões relativas à finalidade do ensino e da aprendizagem. A postura assumida por nós neste trabalho é a de que o conhecimento se difere da mera cópia / reprodução de informações. Ele é fruto de um processo de construção através de sujeitos dotados de condições de compreender a realidade de forma elaborada e autônoma. Este conhecimento está baseado no vínculo entre educação e cidadania, possibilitando aos homens uma competência política. Para que isto ocorra da melhor maneira possível, é necessário que o conhecimento seja de característica interdisciplinar.

Neste sentido, estamos próximos do que foi apresentado por Pedro Demo (2001)<sup>21</sup> sobre o que ele denominou caráter da aprendizagem de cunho reconstrutivo. Embora tenha se tornado um hábito classificar essa postura pedagógica como “construtivismo”, Demo lembra que o melhor termo é “reconstrutivismo”, porque, normalmente, os homens reconstróem o que está disponível no ambiente cultural. A construção, em si, é um processo que depende de um grande grau de originalidade, quase nunca possível.

A caracterização feita por este autor apresenta o mundo atual como uma “sociedade aprendente” (Assman, 1998) ou uma “sociedade em rede” (Castells, 1999).<sup>22</sup> Demo utiliza a terminologia “pós-moderno” para se referir à cultura desta sociedade, evitando, explicitamente, entrar em considerações teóricas sobre a sua propriedade. Por exemplo, alguns outros autores já apontam Piaget como pós-moderno e outros assinalam a validade do significado do conceito de modernidade de Habermas.

---

<sup>21</sup> DEMO, Pedro, Política Social e Conhecimento Educacional, “in” *Ensaio : Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 26, vol 8 jan/ fev 2000, Fundação Cesgranrio.

<sup>22</sup> ASSMAN, Hugo, *Metáforas Novas para Reencantar a Educação: Epistemologia e Didática*, Piracicaba, UNIMEP, 1998. E também CASTELLS, Manuel, *A Sociedade em Rede*, São Paulo, Paz e Terra, 1999.

Conforme afirmamos anteriormente, partimos daqui, identificando o construtivismo / reconstrutivismo como arte da abordagem que valoriza a razão e discute os seus limites, no âmbito da modernidade. Em outras palavras, adotamos a perspectiva de que a modernidade passa por abalos e mal-estar, mas isto não significa que ela seja um processo falido e tampouco concluído. Pelo contrário, consideramos a idéia habermasiana de que a modernidade é um processo inacabado, em construção (Habermas, 1989) <sup>23</sup>. Contudo, admitimos como Demo, que a educação é fundamentalmente “saber pensar”, “aprender a aprender”, mas que contém a “primazia do político”. Isto se diferencia dos tipos de visão escolanovista e tecnicista, que embasam o liberalismo, voltado exclusivamente para o mercado, e a Gestão pela Qualidade Total (GQT), que consagra o primado das competências técnicas. De fato, a educação construtivista / reconstrutivista se preocupa com as habilidades formal e política, reforçando a maiêutica socrática e a interdisciplinaridade diante de um contexto dinâmico de complexidades, incertezas, flexibilidade etc.

As Ciências Naturais / Exatas e Humanas / Sociais encontram pontos em comum quanto ao método de conhecimento, apesar de manter as suas características próprias. Por exemplo, a dialética passou a ser valorizada nas Ciências Naturais, à medida que se admite a contradição e o erro, se busca entender o caos, a desordem e a indeterminação, assumindo-os como base da criatividade. Assim, elas consideram o mundo como uma complexidade maior do que a ilusão positivista pode supor. Com isso, elas possuem pontos de encontro com parte da tradição epistemológica existente nas Ciências Humanas.

O caráter da educação assumido neste trabalho se identifica com os aspectos de construção do conhecimento ético-moral, através da responsabilidade de assumir os próprios atos diante do contexto social e da compreensão criativa, histórica e comunicativa (Habermas 1989), e relacionadas ao processo historicamente construído (Gramsci, 1978) e Vygotsky (1984) <sup>24</sup>. O conhecimento é, então, entendido como um desenvolvimento permanente, autônomo, criativo e historicamente construído.

---

<sup>23</sup> HABERMAS, Jürgen, *Teoria da Ação Comunicativa*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

<sup>24</sup> idem. Ver também: GRAMSCI, Antônio, *Concepção Dialética da História*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. E ainda VIGOTSKY, Lev, *A Formação Social da Mente*, São Paulo, Martins Fontes, 1984.

Apesar das críticas possíveis a esta concepção, entendemos que ela é importante para relacionar à formação profissional militar, cujas características possuem exigências técnico-operacionais e ético-políticos, inclusive, no atual contexto de modernização e de transformações proporcionadas pela chamada RAM. Até aqui, temos duas formas de pensar a questão da modernidade. Moskos nos apresenta as tipologias de classificação da instituição militar, entendidas como tradicional e moderna. Habermas é um dos que nos fala das características do conhecimento nos marcos do mundo moderno. O desafio é pensar as condições de possibilidade da existência de uma organização estatal-burocrática com características adequadas às transformações atuais e o propósito que há no conhecimento gerado e difundido nesta organização, através de suas instâncias educacionais. Em outras palavras, uma organização que possa ser considerada moderna no tocante a vários aspectos técnicos, administrativos, éticos etc, estaria gerando e reproduzindo um tipo de conhecimento construtivista / reconstrutivista de interesse emancipador e crítico. Ele estaria voltado para pensar e repensar a problemática da política, da paz e da guerra, considerando a realidade nacional e internacional. Assim, entendemos que tal postura pode contribuir significativamente para o aperfeiçoamento das relações civis-militares, de acordo com os ditames da sociedade democrática. Por esta razão, assumimos que esta fórmula é válida para pensar as bases da questão da educação militar e naval, tal qual têm sido elaboradas pelo sistema de ensino militar e materializado de maneira especial nas academias de ingresso, aperfeiçoamento e estado-maior. As suas principais características estarão apresentadas adiante neste trabalho. Porém, antes de tratar deste tema, iremos nos referir ao “ethos” da educação militar através de seus elementos característicos comuns no Estado-nação moderno, e das propriedades específicas dos países, como no caso do Brasil. Este tratamento considera o universo cultural delimitado da profissão militar e não descarta as singularidades de cada uma das Forças Armadas.

### ***3. Aspectos Éticos e Morais da Profissão Militar***

Vimos anteriormente que a ética da profissão se pauta pelos princípios da hierarquia e da disciplina, binômio que torna possível a prática da responsabilidade no serviço ao Estado e na defesa da Pátria. O mundo militar é rigidamente hierarquizado em

contraposição com o mundo civil, onde há uma hierarquia mais flexível, como se pode verificar no desempenho das funções públicas e privadas.

Dentro e fora da caserna, há um ritual que é rotinizado freqüentemente desde as atividades mais simples, como o cumprimento a um oficial superior, à preparação para as refeições e as tomadas de decisões administrativas; isto vai ao extremo nas operações bélicas cujo ponto máximo é a preparação para a guerra. Em contraposição, o mundo civil deixa de lado vários detalhes como a apresentação ritualística, postura rígida e inflexibilidade nos procedimentos rotineiros. No contato com a vida militar, muitos civis tendem a considerar vários procedimentos como um exagero desnecessário. A dualidade da ética na comparação entre os dois mundos já fora apontada por Castro (1990) e por Mercadante (1978)<sup>25</sup>, ao denominá-la de “ética bifronte” e ao mencionar a demarcação da fronteira entre os homens de farda e os paisanos. A percepção da ética militar pode passar para muitos, a impressão que em nome da hierarquia e da disciplina, as características de autonomia individual, flexibilidade e criatividade desaparecem de suas práticas. Pelo contrário, existe a preocupação com a manutenção dessas características, exatamente porque elas são sumamente importantes tanto para o treinamento em nome da racionalização administrativa quanto para o planejamento e a aplicação das estratégias de combate. Estes valores podem se adequar à estrutura hierárquica, sendo mais presentes nos escalões superiores do que nos inferiores da cadeia de comando. É exatamente por causa da responsabilidade conferida à missão da corporação militar que esta regra é seguida por seus membros, pois há o risco de vida daqueles que estão na frente de combate e na retaguarda, além da população civil. A afirmação de Weber sobre os funcionários da burocracia, que cumpre as suas funções estipuladas pelos seus superiores, mesmo que sejam alvos de críticas preliminares, é muito mais evidente no mundo militar. A moral kantiana do dever, do agir de tal modo que o motivo da ação se transforme numa lei universal, está presente no âmago da corporação militar, e visa, em muitos casos, ser estendida para o mundo civil.

A rigidez da disciplina militar pode ser demonstrada também no cotidiano das atividades sociais até mesmo fora das instalações militares propriamente ditas. Nas atividades de conagraçamento, diversão, lazer, cultos religiosos e filantropia social, continua

---

<sup>25</sup> CASTRO, Celso, *O Espírito Militar...op. cit.* E também MERCADANTE, Paulo, *A Ética Militar*, Rio, Zahar, 1978.

a obediência à hierarquia. Este é um fenômeno que ocorre nas zonas residenciais das vilas militares e no espaço urbano em geral, e é estendido às famílias dos praças e oficiais. Por exemplo: mulheres e filhos dos escalões inferiores prestam deferência aos familiares dos membros dos escalões superiores. Esta é uma atitude considerada normal dado que a reprodução dos valores e normas acontece de modo horizontal e vertical no âmbito das instituições totais de Goffman. No mesmo sentido da perspectiva interacionista, é o que foi chamado de “definição da situação” pelo indivíduo dentro do contexto em que vive. Isto é ainda parte do processo de “construção” da realidade social, decorrente do processo de socialização. Este aspecto merece ser levado em conta, pois tem a ver como através de mecanismos informais vai se moldando ao caráter, a mentalidade e o comportamento do indivíduos na coletividade em geral ou num grupo social específico. Em outras palavras, o processo de socialização primária e secundária, respectivamente. Como a caserna é um mundo à parte, estão presentes mecanismos formais e informais, apreendidos pela educação que recebem. Os mecanismos informais são muitas vezes mais fortes do que os formais para cunhar o tipo adequado de indivíduo que desempenha papéis dentro da instituição militar. Portanto, não é somente o currículo, sistematizado nas grades dos programas, nos planejamentos pedagógicos e nas tarefas estipuladas que podemos perceber o processo de formação do soldado. É também o que significa o outro lado, o que está implícito, o que não é dito verbalmente e está fora da percepção direta daqueles que estão de fora, como os civis. É o “currículo oculto”, que está presente nas academias e demais repartições, dentro e fora dos quartéis. Apesar de se tomar maior conhecimento sendo um “observador participante”, ou tentar sê-lo, algo pode ser elucidado sobre o assunto, pois tal como disse Weber “não é necessário ser um César para falar de César”. Contudo, os militares continuarão a ser militares e os civis serão sempre civis, apesar de todas as tentativas de aproximação, intercâmbio e cooperação entre ambos. Talvez o ideal fosse buscar “o melhor de dois mundos” em nome do interesse público, pois a especificidade da vida militar é requerida pelo próprio Estado e legitimada pela sociedade.

A profissão militar possui peculiaridades em relação às profissões civis que servem ao Estado, o que ressalta ainda mais uma visão dessa como corporação portadora de um “ethos” próprio, sem par no serviço público, segundo publicação do Exército Brasileiro

(1997).<sup>26</sup> Dentre as características mais importantes podemos destacar: a) o risco de vida - a convivência constante com o perigo e a possibilidade iminente da morte na guerra ou num conflito armado; b) sujeição à rigidez hierárquica e disciplinar - o condicionamento da relação com os chefes e subordinados, mais ainda, é a estipulação de normas e regras rígidas de comportamento, que atingem a vida profissional e pessoal; c) dedicação exclusiva - a proibição de estabelecer quaisquer vínculos empregatícios ou prestação de serviços, levando-o a uma vida modesta do ponto de vista sócio-econômico; d) disponibilidade permanente - ao longo de vinte e quatro horas por dia pode ser requisitado para o serviço, sem direito a remuneração ou compensação extra; e) mobilidade geográfica - a possibilidade de requisição para o serviço em qualquer ponto do território nacional ou estrangeiro, sem maiores compensações para o servidor e sua família; f) formação específica e treinamento constante - a educação continuada com capacitação durante toda a vida profissional, onde é exibida a manutenção de um "alto padrão de desempenho" como resultado das reciclagens e adestramento em várias funções específicas; g) proibição de associação sindical - não é permitido a participação de qualquer espécie de movimento reivindicatório e manifestações públicas como greves, passeatas etc; h) restrições a direitos trabalhistas - não há garantias dos direitos universais dos trabalhadores nas sociedades modernas, tais como : remuneração do trabalho noturno, limite da jornada de trabalho, repouso semanal remunerado e remuneração para o serviço extraordinário; i) proibição da associação política - o que leva à ausência de filiação político-partidária e a propaganda explícita de qualquer ideologia; j) manutenção dos vínculos - a possibilidade da prestação do serviço em caso de necessidade extrema, pois os reservistas podem ser requisitados mesmo que estejam em qualquer ótipo de atividade profissional; e) vida familiar condicionada - a educação dos filhos e a formação do patrimônio familiar fica prejudicada pela mobilidade constante e pela restrição do cônjuge de exercer atividades remuneradas.

Cada uma das Forças Armadas se organiza em três áreas de especialização técnico-operacional: veículos de combate, administração e apoio ao combate. Há variações e combinações operacionais dentro das características de cada Força, mas a estrutura é basicamente a mesma para a respectiva definição das Armas, Quadros e Serviços. Uma variação maior está na estrutura do Exército em função de suas necessidades para

---

<sup>26</sup> *Revista do Exército Brasileiro*, Serviço de Comunicação Social do Exército, Brasília, DF. 1997.

empreender um combate terrestre. Por exemplo, na Marinha, os Fuzileiros Navais se constituem como se fosse uma corporação à parte. Dentro desta situação, cabe ressaltar a existência dos Serviços, que têm aumentado cada vez mais no interior da instituição militar, tornando-a mais complexa e civilizada. São oficiais não combatentes que se encarregam do apoio à administração, como analistas, médicos, advogados, etc. De modo distinto dos outros oficiais, esses são formados nas universidades civis e posteriormente, optam pela carreira militar, obtendo assim o treinamento básico requerido. Existe então uma diferença de formação entre os oficiais oriundos das academias militares e os que são egressos das instituições de ensino superior do mundo civil, muito embora se diga que não há distinção significativa, pois todos concorrem para o mesmo fim: a vitória em combate. Os oficiais das academias são vistos como “mais militares” que os outros porque é deles o espírito marcial de habilidade em combate, pois em nenhum outro setor da vida social alguém é treinado para atirar com um determinado tipo de fuzil, um canhão, um avião ou um navio. A peculiaridade dessas habilidades faz com que os oficiais que a eles se dedicam diretamente tenham uma valorização distinta dos que os apóiam. Isto significa dizer que o oficial do Corpo da Armada é mais valorizado do que o oficial do Corpo da Intendência a ponto daquele ser considerado “a alma da Marinha”. A idéia de navegar e estar presente no campo de batalha implica em assumir um caráter considerado mais heróico, missionário e sagrado no desempenho das funções necessárias ao empreendimento da guerra.

Toda essa situação aponta para o fato de que o “ethos” da instituição militar não só assume uma característica própria, relacionada à atividade de cada Força, sendo que, dentro dela, mesmo os Quadros, não diretamente combatentes, como por exemplo, a Intendência, possuem um valor maior por encarnarem mais adequadamente o que Castro chamou de “espírito militar”. Assim, se percebe uma hierarquização interna na estrutura das Forças Armadas, onde as Armas ocupam maior prestígio, seguida pelos Quadros e, por último, os Serviços. Isto posto, cabe fazer algumas considerações quanto à educação militar e o reforço de determinado tipo de “ethos” que ela constrói, conforme veremos a seguir.

Em primeiro lugar, a distinção que os combatentes recebem, não poderia ser outra, pois realizam uma atividade fim da corporação em particular, da instituição militar em geral e do Estado como um todo, no uso legítimo da violência. As outras funções e tarefas são atividades-meio para o fim proposto. Em segundo lugar, a distinção entre os egressos da

academia militar e os do sistema de ensino civil reforça dois aspectos aqui considerados importantes: a) a linha demarcatória entre militares e paisanos se torna cada vez mais tênue por causa da existência crescente de oficiais universitários na rotina diária do interior dos quartéis; b) é esperada destes oficiais uma espécie de “conversão” à vocação militar, obrigatoriamente explicitada no processo seletivo e reafirmada no dia a dia da prestação do serviço. Em ambos os aspectos, existem a reprodução de uma determinada visão do que vem a ser a essência do militar, dotada de uma caracterização tal que não pode ser atribuída a qualquer indivíduo na sociedade. Aqui está presente a idéia de que existe uma aura de mistificação cultivada pela instituição e legitimada pela sociedade política e civil. Os militares podem incorporar esta situação especial de modo tão profundo a ponto de continuar a se assumirem enquanto tal mesmo depois de se retirarem do serviço ativo.

Esta postura varia com o tipo de inserção das Forças Armadas na sociedade. No Brasil é forte esta tendência, ao passo que nos Estados Unidos se costuma dizer que tal indivíduo foi militar enquanto esteve no serviço ativo, deixando-o por opção ou aposentadoria. O que em alguns lugares é visto como cargo público, em outros é sinônimo de título honorífico e vitalício, criando assim, gerações de oficiais gerais “de pijama”, que proclamam aos quatro cantos a sua patente como forma de manter ou usufruir privilégios e prestígio social ou mesmo influência política. De todo modo, o processo de civilização da profissão militar concorre para que, a especialidade das funções e das tarefas dos oficiais, esteja mais próximas de quaisquer organizações burocráticas na esfera pública ou privada. A partir daí, podemos identificar um terceiro aspecto: c) existe um espaço de integração do mundo civil e militar apesar das distinções anteriores, pois a profissão das armas é criada e administrada pelo mundo civil. Além do que, em muitos casos, há semelhanças com outras profissões, principalmente no trabalho dos servidores militares não combatentes. A própria idéia de integração aqui é entendida a partir da lógica do serviço ao Estado, defesa da sociedade e se reflete no aspecto educativo mesmo para os oficiais que possuem o “status” de combatentes.

A educação então é vista como um fator importante para o desenvolvimento da estrutura organizacional da instituição militar, investindo no aprimoramento técnico-operacional e humano. Para isso, ela planeja uma série de medidas internas que implicam na mudança de perfil e procedimentos de sua estrutura burocrático-administrativa, em

especial, o seu sistema de ensino. Dentro deste sistema, o perfil das escolas de formação e aperfeiçoamento de oficiais assume uma importância crucial. Ao mesmo tempo, elas devem ser capazes de oferecer uma formação que seja de alto nível tecnológico e de alta qualidade em termos de conteúdos éticos e políticos. Em certa medida, isto é a tentativa de conjugar objetivos de conhecimentos de áreas biomédicas, tecnológicas e humanas para a realização do objetivo maior de formar o oficial com um preparo técnico e político num só indivíduo. No caso brasileiro, existe a peculiaridade da necessidade de um preparo constante que não chega a se realizar na prática dos oficiais militares, dado que o envolvimento do país em guerras é o mínimo possível.

O que importa neste momento ressaltar é que, ao falar de educação, as Forças Armadas conjugam aspectos organizacionais com aspectos sociais. Como é a tônica na realidade das “novas nações”, a instituição militar no Brasil tem noção de sua importância para com a sociedade e procura se organizar dentro da realidade em que ela se encontra no presente, na sua história e no que possa vir a ser no futuro. A instituição reconhece que as mudanças econômicas, políticas e culturais influenciam no seu modelo organizativo a curto, médio e longo prazo. Assim, a sua capacidade de mobilização para uma crescente modernização e aperfeiçoamento profissional não descarta o quadro social do país e do Mundo, levando a instituição a ter que se adaptar às transformações ocorridas e a se enquadrar em um novo padrão de relacionamento com a sociedade.

### **3.1 O “Ethos” e a Educação no Exército Brasileiro**

O Exército, na maioria dos países, constituiu como a primeira Força Armada, dado que a maior parte da população vive no território, e isto desde os tempos antigos quando eram formados para proteger as cidades, províncias, ducados e nações. Como uma das características desde a formação dos Estados modernos, os Exércitos passaram a se formar como consequência das milícias organizadas anteriormente pela autoridade política ou pelo povo lutando contra o despotismo, o colonialismo ou algum país estrangeiro. Por este motivo, os homens, praças e oficiais do Exército possuem um atavismo maior com o território e se dizem mais próximos do povo, além de serem os garantes da unidade nacional. Por exemplo, o EB reivindica as suas raízes à luta pela independência do Brasil

nos tempos coloniais, e, principalmente a partir da Guerra dos Guararapes em 1648, ao longo do tempo, se constituiu como “a espinha dorsal da Nação” (embora a Marinha seja considerada a primeira das Forças Armadas criadas na história do país). Isto leva os militares da Força Terrestre a procurar se manter integrados à Nação, conhecendo a sua diversidade geográfico-cultural e preservar as suas tradições e valores adquiridas ao longo da história. Como o seu desempenho é prioritariamente dentro do território nacional, os Exércitos buscam se capacitar para atuarem com eficácia no combate interno além do externo. Assim desenvolvem uma doutrina emprego ajustada às características do país e seu dinamismo.

Os oficiais do Exército Brasileiro têm sua profissionalização dividida em Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações), Quadros e Serviços Auxiliares (Material Bélico, Intendência, Engenharia Militar, Saúde, Capelania, Complementar e Música). As Armas desempenham funções de combate, os quadros e serviços desempenham as funções de apoio. Conforme vimos anteriormente, aqui se põe uma divisão que também está presente nas demais Forças Singulares: os que lutam e os que apoiam a luta. Esta distinção traz conseqüências também na formação, pois todas as Armas e alguns Quadros passam pela educação e treinamento da AMAN depois de passarem pela Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX) ; os demais ingressam na Força através da formação universitária civil. Dado que os Exércitos se tornaram imensas estruturas burocráticas, a diversidade de funções e tarefas relacionadas à qualificação profissional alcança um alto grau de tamanho e expressão, o que se torna uma justificativa considerada válida para dizer que todos são necessários.

Outra característica marcante dos oficiais dos Exércitos reproduzida no Brasil é o tipo de coesão permanente com os companheiros quando em operações de combate, uma vez que é raríssima a hipótese da atuação individual e solitária. Desde o grupo de combate até a brigada, passando pelo pelotão, pela companhia e pelo batalhão, existe o vínculo e a assistência direta aos superiores e aos subordinados. Esta é a Força que mais insiste num determinado tipo de coesão, onde o trabalho de um está visceralmente ligado ao trabalho dos demais, formando uma solidariedade orgânica intensa. No Exército, os comandantes estão mais próximos de seus subordinados em razão das mesmas necessidades operacionais, ajudando a estabelecer elos pessoais mais permanentes, apesar da hierarquia.

Há uma terceira característica na formação dos oficiais do Exército, reproduzida pelo EB, que está relacionada à sua proximidade da população. De certa forma, o oficial percebe mais do país em que vive, e com isso a sociedade que ele visa defender. Esta postura é reforçada dentro das atividades consideradas “positivas” e até mesmo as consideradas “negativas”. Ora, se defender o solo pátrio contra a invasão é positivo, as atividades de intervenção em conflito interno como uma guerra civil, um golpe de estado ou a atividade de policiamento de algumas áreas, traz maiores constrangimentos para a população. Mesmo que estas intervenções internas sejam consideradas benéficas a médio e longo prazo, é sempre a figura do soldado / oficial do Exército que se faz notar mais nitidamente nas ruas. Quando há qualquer ameaça à ordem que seja considerada grave, muitos populares dizem: “chamem o Exército”, deixando de se registrar a necessidade da ação das demais Forças Singulares. A maior aproximação da corporação com a população, tende a aumentar a possibilidade de seu papel político. Pertence geralmente ao Exército a maioria dos oficiais que ocupam os cargos de direção estatal em alguma intervenção política dos militares, cooperando para a manutenção do estereótipo de que eles: a) são mais interessados no poder do que os seus colegas da Marinha ou da Aeronáutica e b) possuem uma operacionalidade mais flexível, capaz de exercer funções policiais e emergenciais. Se observarmos a trajetória de uma sociedade como a brasileira, vemos que há um vasto registro acadêmico sobre a participação política do Exército, por conta de uma preocupação maior com a “lei e ordem interna” e por sua protagonização de eventos marcantes, principalmente no período republicano, como a Proclamação, o Estado Novo e a Ditadura Militar de 1964 a 1985, assumindo aqui as funções de um “partido fardado”. Isto não significa dizer que as outras Forças não participaram ativamente, mas que houve uma preponderância do Exército na formulação geopolítica e na administração estatal.

A formação dos oficiais do Exército no nível de aperfeiçoamento de estado-maior, feita na ECEME, se concentra nos saberes técnico-operacionais, administrativos, morais e cívicos. Além da “cultura de arsenal”, há uma considerável produção de temas relacionados à temática interna da segurança e da defesa nacional, por conta da incorporação de um papel mais nitidamente político.

### 3.2 O “Ethos” e a Educação na Aeronáutica Brasileira

O oficial da Aeronáutica no Brasil é formado aviador, intendente ou infante na Academia após a passagem de dois anos pela Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), localizada na cidade mineira de Barbacena, para os que pretendem ser aviadores. Dentre tais especialidades, somente na Intendência é admitida a presença de pessoas do sexo feminino, no qual em termos de formação acadêmica militar, a Aeronáutica é a primeira dentre as Forças Armadas brasileiras. Esta Força conta também com um curso de formação de oficiais na área de saúde (com qualificação universitária civil) e com um curso de formação de oficiais temporários para as diversas atividades profissionais de permanência limitada na Força.

Como é próprio da vida militar, os oficiais combatentes são vistos como portadores de maior prestígio, embora não se negue, pelo contrário, se valorize a presença dos Quadros e Serviços Auxiliares. Desses, são os aviadores que estão no topo da lista por cumprirem a destinação primordial da corporação: voar. Não é por acaso que a Academia da Força Aérea (AFA), localizada na cidade paulista de Pirassununga, é denominada de “Ninho das Águias”, um totemismo revelador da característica básica do aeronauta, que segundo a AFA devem ser dotados de “atributos intelectuais, morais e físicos, de forma a obter-se, como produto desse treinamento, oficiais capazes e eficientes, em condições de tornarem-se líderes de uma moderna força aeroespacial”. (FAB, 1999).<sup>27</sup>

Para que se realize tal objetivo, os ensinamentos são de conteúdo moral, cívico, científico, técnico-especializado e militar e seu prosseguimento é feito na Universidade da Força Aérea (UniFA), que compreende, dentre outras unidades, a ECEMAR, localizadas no Campo dos Afonsos, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Aqui pode ser notada a preocupação profissionalizante da FAB que assume um perfil de oficial altamente especializado e treinado para agir com o máximo de autonomia possível na aeronave, apesar do apoio de terra pois os aviões de combate comportam um ou dois tripulantes, no máximo, cabendo a esses a realização de missões solitárias no espaço aéreo nacional, internacional e estrangeiro. Os oficiais da FAB se atribuem uma característica distinta das outras Forças Singulares porque, na maioria das vezes, o combate no Exército é levado a

---

<sup>27</sup> [www.aer.mil.br](http://www.aer.mil.br) . Acesso em 13 de maio de 1999.

cabo por soldados e praças, na Marinha é por soldados praças e oficiais, mas, na Aeronáutica são os oficiais que quase sempre estão na linha de frente, em contato direto com o inimigo. Uma outra distinção marcante deste oficial é a constante busca pela tecnologia no campo aeroespacial, o que o obriga a se manter sempre atualizado, pois o seu equipamento de combate faz parte de um dos setores mais competitivos do complexo industrial-militar, dado que o espaço é a “fronteira final” da conquista técnico-científica do conhecimento humano, abrindo então um vasto campo de aprofundamento. Exemplo disso, é o orgulho da corporação em formar o primeiro astronauta brasileiro com o apoio do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), do Centro de Tecnologia da Aeronáutica (CTA) e da “National Agency of Space and Aeronautic” (NASA).

O conhecimento acumulado na aviação é em parte compartilhado com a Marinha e o Exército, pois é a FAB que treina os seus esquadrões: aeronaval e aerotransportado de pára-quedistas e da aviação de asa móvel. Nisto há mais do que uma atitude de cooperação e integração das Forças porque a Aeronáutica brasileira é, historicamente originária desses esquadrões.

Os oficiais da Aeronáutica são vistos pela população como portadores de grande qualificação e destreza no desempenho de sua função, em boa parte porque a FAB conta com o Esquadrão de Demonstração Aérea (EDA), mais conhecido pela população como Esquadrilha da Fumaça. Ela é um instrumento de propaganda, relações públicas e de aprimoramento do ensino da aviação. Não por acaso, a sua sede está localizada na Academia da Força Aérea (AFA), situada na cidade paulista de Pirassununga. Suas evoluções e acrobacias são populares no Brasil e no exterior, permitindo aos pilotos do EDA divulgar a sua missão de “estimular e desenvolver as vocações e a mentalidade aeronáutica, contribuir para a integração das Forças Armadas com a FAB, representar a FAB no exterior como um instrumento diplomático e de comunicação social, comprovar qualidade da indústria aeronáutica nacional e participar da integração nacional marcando presença em todo o país”.

O desenvolvimento do perfil do oficial aeronauta é dado nos cursos de aperfeiçoamento e estado-maior conforme seus pares”. Neles é dada a ênfase no perfil profissional dedicado à capacitação tecnológica sem perder de vista o horizonte das

questões sociais e políticas. Como se sabe, a Aeronáutica não abriu mão de sua participação social e política no cenário brasileiro desde que foi criada.

### **3.3 O “Ethos” e a Educação na Marinha do Brasil**

A Marinha é a primeira Força Armada brasileira constituída historicamente, tendo, portanto, precedência formal sobre o Exército e a Aeronáutica nos textos e eventos oficiais. Este é um tipo de orgulho singular que possuem os membros da corporação. De resto, seus oficiais se orgulham também porque são formados com o espírito de que a sua missão envolve: a) os riscos e perigos da vida no mar, o que por outro lado incentiva o espírito aventureiro; b) o contato mais variado com outros povos e nações - o que amplia a sua visão sobre o mundo em que vive, estabelecendo comparações com o seu país de origem. (por esta razão, duas posturas são passíveis de ser adotadas: ou ele se torna mais aberto às influências culturais externas, ou se torna mais fechado às mesmas, num certo sentido, mais conservador dos valores nacionais); c) o engajamento numa batalha onde o meio natural não pertence a ninguém em muitos casos. Isto significa dizer que o mar precisa ser precisa ser dominado pela esquadra que pretende nele vencer; d) o confinamento em uma embarcação submarina ou de superfície por um longo período de tempo, levando ao isolamento do convívio social e familiar. Ao mesmo tempo, exige a adoção de um outro grupo básico, a sua equipe de trabalho, onde deve mostrar permanente cooperação e integração, sem perder uma certa dose de autonomia; e) a economia de recursos, já que os meios navais podem operar longe de suas bases. Aqui é preciso levar em conta a escassez de equipamentos, suporte de vida, combustível e os imprevistos de manutenção e reparos; f) o relacionamento com outros povos, onde os marinheiros desenvolvem uma especial vertente diplomático-militar, que se faz presente nos momentos de aguçamento de uma crise política ou na resolução de um conflito entre Estados ou facções políticas.

Parte dos oficiais da Marinha pertence ao Corpo de Fuzileiros Navais, que desempenham atividades específicas de assalto, estabelecimento de cabeças-de-praia, invasão e outras operações anfíbias em rios, lagos e mares nacionais e estrangeiros. Eles contam com o apoio da esquadra para o desembarque de tropas através dos meios navais e aeronavais. Por terem semelhança com a Infantaria das outras Forças, são considerados

duros e aguerridos na luta corpo a corpo dos grupos de combate e pelotões. É dito que, se poucos indivíduos podem ser militares combatentes e somente os especiais podem ser marinheiros, só os melhores podem ser fuzileiros. Seu lema é “Ad Summus”, pois buscam eficiência e qualidade máxima. Mais do que qualquer marinheiro, os fuzileiros navais encarnam a índole de bravura, heroísmo e coragem de modo peculiar a um infante. Isto é levado a sério a ponto de usarem uniforme próprio e recusarem ser chamados de marinheiros. Em parte esta distinção tem a ver com a sua maior atuação na terra do que no mar, como o usual na corporação, com carros de combate e tropas a pé, além de uma estrutura operacional de comando parecida com o Exército. Enfim, conservam um “ethos” próprio (meio ao mar, meio à terra), no âmbito da Força Naval. A população brasileira possui alguma simpatia pelos fuzileiros, principalmente pela sua banda marcial, a ponto de homenageá-los no carnaval carioca dos anos 50. Outro exemplo de simpatia é grande aceitação da população da colaboração dos marinheiros, fuzileiros e soldados do Exército no combate à epidemia de dengue no Rio de Janeiro, nos últimos anos. Mas, por outro lado, a imagem da Marinha pode sofrer arranhões. Em qualquer tipo de intervenção para garantir a lei e a ordem, segundo os preceitos constitucionais ou não, são os fuzileiros que são destinados para tal missão, por causa de seu treinamento específico de policiamento e captura do inimigo. Em alguns episódios da história brasileira, como a Revolta da Armada, o Tenentismo, a Revolta dos Marinheiros, e a Ditadura Militar, a corporação sofreu críticas da parte de intelectuais e militantes políticos da sociedade civil sobre o tipo de sua participação que ela teve, em conjunto com as outras Forças ou em particular (Ministério da Marinha, 1985).<sup>28</sup>

Apesar destas considerações, a MB procura apresentar uma imagem de profissionalismo e preparação constante, onde a preocupação com o emprego da força para a dissuasão é grande, em harmonia com um papel mais afeito à defesa externa do que interna, de modo um pouco distinto do que historicamente tem sido o papel dos militares em geral e do Exército em particular.

A Política de Defesa Nacional - a Marinha do Brasil (PDN-MB), a Política Básica

---

<sup>28</sup> Para uma apreciação da versão histórica da Marinha sobre a sua atuação no Brasil, ver:

MINISTÉRIO DA MARINHA, *História Naval Brasileira* 6 Volumes, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1985.

da Marinha (PBM) e a Doutrina Básica da Marinha (DBM), são documentos importantes donde podemos retirar algumas indicações sobre o lugar da educação no pensamento político-estratégico da corporação naval.<sup>29</sup>

A Política de Defesa Nacional: a Marinha do Brasil (PDN-MB) é outro documento elaborado “intra-muros” pela MB que guarda correspondência com a PDN elaborada pelo Poder Executivo. Os objetivos manifestos no documento são, dentre outros, os de respaldo militar e persuasão de acordo com a requisição da ação política na esfera internacional e de operação coordenada com as demais Forças Armadas quando e como necessário. O documento apresenta catorze diretrizes, donde podemos destacar duas diretrizes. A primeira diretriz afirma que é preciso: aprimorar a organização, o aparelhamento e a articulação das Forças Armadas assegurando-lhes as condições, os meios orgânicos e os recursos humanos capacitados para o cumprimento de sua destinação constitucional”.

A quarta diretriz fala da cooperação com a sociedade e as universidades com o propósito de aprimorar o preparo e o emprego da corporação. Assim, é importante “buscar em nível de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de capacidade de produção, de modo a minimizar a dependência externa do país quanto aos recursos naturais estratégicos de interesses para a defesa”.

A Política Básica da Marinha (PBM) é um documento que trata de missão, fatores condicionantes, objetivos e ações decorrentes do preparo e do emprego da MB. Ela “tem o propósito de estabelecer os objetivos que devem ser alcançados pela Marinha” a partir de sua fundamentação na PDN, na Sistemática de Planejamento de Alto Nível (SPAN) e no Plano Estratégico da Marinha (PEM)<sup>30</sup>. A missão é apresentada como responsável pela

---

<sup>29</sup> MARINHA DO BRASIL. *Política de Defesa Nacional: a Marinha do Brasil*, Serviço de Relações Públicas da Marinha, Brasília, DF, 1997. E ainda:

MARINHA DO BRASIL, *Doutrina Básica da Marinha*, Estado Maior da Armada, Brasília, DF, 1997.

MARINHA DO BRASIL, *Política Básica da Marinha*, Estado Maior da Armada, Brasília, DF, 1998.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Política de Defesa Nacional*, Secretaria Geral da Presidência da República, Brasília, DF, 1996.

<sup>30</sup> Segundo o comandante Durante: “A *Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha (SPAN)*, revisada em 1986, visualiza o conjunto formado pelo Poder Naval e os demais componentes do Poder Nacional, atuando de forma harmônica e integrada. A SPAN é decomposta em três fases: básica, do preparo e previsão de aplicação do Poder Naval e administrativo-financeira. A fase básica tem por propósitos a determinação das implicações estratégicas das conjunturas nacional e internacional, a formulação de concepções de emprego do Poder Naval e o estabelecimento de diretrizes para o preparo da Marinha. Nesta fase é elaborado no Estado-Maior da Armada (EMA) o Plano Estratégico da Marinha. O PEM, documento de mais alto nível na MB, é constituído de três partes distintas que se interligam de acordo com uma relação

orientação do Poder Marítimo e a preparação do Poder naval para que sejam alcançados os Objetivos Nacionais. A partir daí, a MB empreende as tarefas fundamentais clássicas: “controlar áreas marítimas, negar o uso do mar ao inimigo, projetar poder sobre a terra e contribuir para a dissuasão”. Quanto aos objetivos relacionados à educação de seus homens e mulheres, a PBM fala da capacitação de pessoal em meio às constantes mudanças evolutivas da tecnologia militar e da valorização dos seus indivíduos, através do seu desenvolvimento moral, profissional, intelectual e cultural.

A DBM apresenta a fundamentação teórica no nível político-estratégico da existência do Poder Naval. Assim: “aborda os conceitos e princípios doutrinários destinados a orientar o preparo e aplicação do Poder Naval brasileiro”. Este texto trabalha principalmente com os conceitos de Poder Nacional, Defesa Nacional e Objetivos Nacionais. As diretrizes expostas na DBM são a referência fundamental para a Nação em tempos de guerra ou de paz e, neste sentido, se constitui como o limite para a construção de quaisquer textos produzidos pela MB que trate de sua missão e a defesa nacional. O texto deste documento considera como complementares e concordantes a produção de documentos para o emprego conjunto das Forças Armadas, como a Diretriz para o Estabelecimento da Estrutura Militar de Guerra e a Carta das Nações Unidas. Há ainda documentos mais específicos da Assembléia Geral da ONU, como por exemplo, a Convenção para os Direitos do Mar e o Direito Internacional. Na definição de Poder Marítimo e Poder Naval está explícita a idéia de que ambos são um instrumento de ação política e militar e “um fator de desenvolvimento econômico e social, visando a conquistar e manter os objetivos nacionais”.

A MB desenvolveu documentos delineadores de princípios gerais a partir do que já havia sido estabelecido na PDN, a partir de um perfil pacifista, onde a dissuasão é o conceito fundamental e a profissionalização é um processo cada vez mais intenso no interior da Força, assim como parece ser no Exército e na Aeronáutica. Tanto a PDN-MB, quanto a PBM e a DBM são um tipo de elaboração autônoma, que traduz os objetivos da corporação naval. Isto é feito a partir de uma matriz estruturada anteriormente, onde são apresentados aspectos técnico-operacionais e político-estratégicos para o emprego do Poder

---

*lógica que lhe dá continuidade”. Ver DURANTE, Antônio César O Programa do Reaparelhamento da Marinha, EGN, 1998, digit.*

Militar através da MB no plano externo e interno. É evidente a ênfase dada ao emprego da Força no plano externo, mas isso não significa que sua ação interna esteja descartada, conforme permite a Constituição Federal, a legislação maior. Isto revela um sério problema de concepção de defesa e segurança que traz uma série de questionamentos sobre a relação cívico-militar no Brasil contemporâneo.

Entendemos que embora se fale de cooperação técnico-científica, ela está mais afeita aos recursos naturais e não se estende aos recursos humanos, que como se sabe, são também fundamentais para a defesa. Note-se que a explicitação da cooperação da comunidade científica se enquadra para as características do conhecimento das Ciências Naturais-Exatas, mas não necessariamente das Ciências Humanas-Sociais. O estudo mais elaborado destas disciplinas é no nível de estado-maior; sua aplicação para os níveis mais baixos ainda está no nível das intenções. Mesmo que se aponte para a capacitação e aprimoramento dos oficiais em nível de mestrado e doutorado, não há no texto qualquer menção ao fato de que tais cursos sejam realizados através das universidades brasileiras. Isto pode ser uma intenção, mas não uma determinação imposta à corporação. Duas perguntas são passíveis de serem formuladas. Os cursos realizados após a EN, nos centros de treinamento e na EGN, seriam suficientes em termos técnico-operacionais e político-estratégicos para o reconhecimento de que a corporação estaria capacitada para conferir uma formação adequada às demandas atuais da sociedade? Ou será apenas a explicitação de um princípio que caberia ser melhor regulamentado no planejamento da corporação? Caso a primeira pergunta tenha resposta afirmativa, isto pode ser apontado como mais um aspecto na preocupação com a autonomia corporativa e política manifestada pela organização militar no Brasil e seu “corporatismo”.

A carreira dos oficiais da Marinha do Brasil se inicia, principalmente, após os anos de estudo na EN, como aspirante, egresso do CN ou das escolas civis de ensino médio. Outros oficiais são formados em universidades civis como profissionais de diversas áreas e fazem concurso público para entrarem na corporação; após um determinado período de estágio probatório, chegam à patente de segundo-tenente. As patentes recebidas desde a formação na EN são: guarda-marinha, segundo-tenente, primeiro-tenente, capitão-tenente, capitão-de-corveta, capitão-de-fragata, capitão-de-mar-e-guerra, contra-almirante, vice-

almirante, almirante-de-esquadra e almirante. Esta última só é atualmente aceita para as figuras honoríficas, como Barroso e Tamandaré (patrono da MB). De uma maneira geral o indivíduo passa cerca de dois terços de sua vida na corporação fazendo cursos, ou seja, aproximadamente trinta anos. Existe um enorme processo de afinamento que vai ocorrendo ao longo dos anos.

A Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM) é o órgão responsável pelo planejamento e administração dos cursos de formação de praças e oficiais realizados na EN e centros de formação. A EGN é de responsabilidade direta do EMA, que cuida da formação voltada para as atividades de estado-maior. De um modo geral, a MB é composta por cerca de sessenta mil pessoas, onde aproximadamente dez por cento é a sua oficialidade. Na EN o aspirante passa quatro anos de ciclo escolar para a formação básica de oficial subalterno, formando-se guarda-marinha. Após cerca de um ano no ciclo pós-escolar onde faz um curso de especialização nas diversas organizações da MB e na viagem de instrução no navio-escola *Brasil*, o guarda-marinha torna-se segundo tenente. Neste caso, ele já está habilitado em Sistema de Armas, Eletrônica, Mecânica (para o Corpo da Armada e o Corpo dos Fuzileiros Navais) Guerra Anfíbia (para os Fuzileiros) e Administração de Sistemas para o Corpo de Intendência.

O desenvolvimento da carreira deste oficial se dá com base no Plano de Carreira dos Oficiais da Marinha (P-COM)<sup>30</sup>, cuja última modificação data do ano de 1997. Este Plano está estabelecido segundo as necessidades do serviço público federal e da MB, no que tange ao preenchimento dos cargos e postos estabelecidos para o serviço. A partir de então, os cursos oferecidos no desenvolvimento da carreira são:

- a) *Curso de Aperfeiçoamento (C-Ap)* para a qualificação nas funções e tarefas de operações navais da superfície, submarinas, aeronavais ou anfíbias. Em alguns casos, este curso se destina ao Corpo de Saúde da Marinha (CSM), quando se verifica a necessidade de treinamento específico.
- b) *Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-MOI)*, que tem por finalidade o treinamento de oficiais para trabalhar em equipe e elaborar o planejamento militar.

---

<sup>30</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA, *Plano de Carreira dos Oficiais da Marinha do Brasil*, Secretaria Geral da Marinha, Brasília, DF, 1997.

- c) *Curso de Aperfeiçoamento Avançado (CAA)* como aprofundamento de conhecimentos acadêmicos dos oficiais intermediários. Este curso é considerado pela corporação como semelhante à pós-graduação em nível de mestrado, sendo realizado nas áreas de interesse especial para o serviço <sup>31</sup>.
- d) *Curso de Qualificação Técnica Especial (C-QTE)* também considerado como um curso de pós-graduação e tem a finalidade de especializar o oficial nas habilitações especiais e próprias no desenvolvimento dos membros do CFN. Este curso possui caráter voluntário.
- e) *Cursos de Altos Estudos Militares (CAEM):* 1) *Curso de Estado-maior para Oficiais Superiores (C-EMOS)* para o exercício de assessoria e planejamento em alto nível no plano operacional e estratégico; 2) *Curso Superior (C-SUP)* para a ampliação de conhecimentos de exercícios e funções de assessoria de alto nível voltados para a administração; 3) *Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM)* voltado para a Alta Administração Naval, isto é, o almirantado.

Estes cursos são ministrados no CIAW, e na EGN. Desde a entrada na EN como aspirante até a saída da EGN como capitão-de-mar-e-guerra ao concluir o último curso, o oficial estuda cerca de vinte anos. Os cursos são realizados, na maioria, pelos oficiais do Quadro da EN, que compõem o CA, CFN e CIM. Os oficiais egressos de universidades civis passam a pertencer aos Quadros Complementares destes Corpos, de acordo com as suas diversas habilitações. Há também outros corpos especiais, como o : a) Corpo de Saúde da Marinha (CSM) , composto pelo Quadro de Médicos, Quadro de Cirurgiões Dentistas e Quadro de Apoio à Saúde; b) Corpo de Engenheiros da Marinha (CEM) composto pelos profissionais habilitados no ramo; c) Corpo Auxiliar da Marinha (CAM), formado pelo Quadro Técnico de oficiais, habilitados em diversos serviços técnico-administrativos. Este Corpo pode ser composto também pelos praças que realizam concurso de ingresso ao nível de oficiais. Aqui os oficiais passam a integrar o Quadro Auxiliar da Armada, o Quadro Auxiliar dos Fuzileiros. Existe ainda o Quadro de Capelães Navais, cujos membros são formados em instituições religiosas civis.

---

<sup>31</sup> A discussão sobre a equivalência e reconhecimento dos cursos de pós-graduação dos estabelecimentos militares brasileiros é alvo de polêmica, conforme está ilustrado nos pareceres do Conselho Nacional de Educação, do MEC. [www.mec.gov.br/cne/ftp/sumula](http://www.mec.gov.br/cne/ftp/sumula). Acesso em 01 de novembro de 2001.

Os atributos exigidos para aquele que pretende ser oficial da MB estão relacionados à sujeição aos sacrifícios inerentes à vida militar, o que pode impedir o indivíduo de manter proximidade da família, ter horários fixos e satisfazer vários interesses pessoais. Além de tudo, espera-se que tal indivíduo mantenha o respeito pela hierarquia e a disciplina. Isto pode ser recompensado pelo constante aprimoramento profissional e desenvolvimento pessoal, aliados à estabilidade profissional. Estas condições são valorizadas por muitos membros da sociedade brasileira que concorrem em grande número aos cargos e postos disponíveis a cada ano, revelando interesse de entrar para a corporação naval, segundo o diretor da DEnsM, o contra-almirante José Eduardo Pimentel de Oliveira <sup>32</sup>.

Assim, vemos que existe uma formação razoavelmente complexa, dividida e subdividida em áreas de competência profissional, cooperando para as atividades-meio e as atividades-fim da MB. Isto acontece em função da diferenciação existente no interior da instituição militar, entre as atividades de apoio ao combate e as atividades de combate. Por esta razão, gozam de maior prestígio interno os oficiais oriundos da EN, dado que o seu treinamento é exclusivamente voltado para a guerra. Dentre os três principais Corpos, (Armada, Fuzileiros e Intendência) o maior destaque é para o primeiro, pois, a Armada possui a responsabilidade e a competência de navegar, atividade básica da Força, cuja missão está relacionada à manutenção da soberania estatal nas suas águas jurisdicionais. Os Corpos de Saúde e de Engenharia, ocupam o segundo lugar em termos de prestígio e ascensão ao posto de oficiais-generais. Aqui o máximo é o posto de vice-almirante. Isto se explica pelas suas responsabilidades e competências, consideradas importantes para a manutenção dos recursos humanos e materiais, como é o caso da saúde dos indivíduos e do bom estado das máquinas e equipamentos utilizados no combate. O Corpo Auxiliar possui menos prestígio por estar relacionado às funções e tarefas mais distanciadas do combate. De todo modo ele tem recebido maior valorização ao longo do tempo por causa da diversidade de responsabilidades e competências cada vez mais necessárias ao serviço das várias Organizações da Marinha, espalhadas pelo país. Neste Corpo os oficiais chegam somente ao posto de capitão-de-mar-e-guerra.

O prestígio dos Corpos está materializado nas possibilidades de ascensão na carreira através da ocupação dos postos ao longo do tempo. Observamos também que esta

---

<sup>32</sup> Entrevista concedida à *Folha Dirigida* em 30 de maio de 2002.

complexidade funcional pode ser entendida como uma demonstração do fenômeno da “civilinilização”, ampliada com o advento das novas tecnologias de produção de bens e serviços no funcionamento das burocracias atuais.



## Capítulo 4 - A Formação do Militar da Marinha do Brasil

Neste capítulo, apresentaremos a formação dos oficiais da MB, enfatizando a organização da educação no interior das suas principais escolas : EN e EGN. Assim, descrevemos e analisamos os temas sobre o que é pensado e apresentado pelos oficiais acerca de sua qualificação, considerando a entrada na academia naval desde o curso de Bacharel em Ciências Navais na EN até o ápice da formação na EGN. Sobre a EN enfatizaremos a sua missão e ensino no preparo ético-moral, dada a necessidade de formação de líderes qualificados dentro de um padrão julgado válido pela MB. Sobre a EGN, apresentaremos o seu ensino através de sua organização interna de cursos, destacando o C-PEM por ser considerado o de maior prestígio na corporação em função de suas características. Assim, trataremos de seu planejamento curricular e funcionamento atual, baseado numa busca constante de modernização em relação às mudanças no contexto nacional e internacional perpetradas nas últimas décadas. A educação na MB é pensada, neste capítulo, dentro dos modelos institucional e organizacional, o que significa eleger o modelo plural como síntese dos anteriores, conforme anteriormente citado por Moskos, a partir do que Janowitz chama de “modelo equilibrado” da instituição militar.

Aqui serão expostas as monografias produzidas pelos oficiais da MB no C-PEM da EGN e artigos da Revista Marítima Brasileira (RMB), que possuem um conteúdo significativo para exemplificar a adoção do modelo plural. Apesar da MB contar com cerca de cinco mil oficiais, estes textos possuem legitimidade por: se basear estritamente no que é dito pelo Regulamento Disciplinar da Marinha (RDM), em vários documentos de instituição e serem a transcrição de palestras ou a produção de chefes navais no exercício de suas funções, ter recebido premiação especial interna (Prêmio Jaceguai) ser selecionada previamente para o arquivamento na Biblioteca da EGN . Dos textos escolhidos, parte foi produzida no período de distensão da Ditadura Militar e parte no período da vigência do Estado de Direito, representando, assim, o passado recente e o presente da corporação e do país, através da visão de uma parte significativa dos seus chefes.

## 1. O Modelo Institucional na Marinha do Brasil

De acordo com o modelo institucional, a mentalidade do oficial da MB pode ser caracterizada preliminarmente como sendo de serviço à Pátria e ao Estado, com heroísmo, bravura e a aventura exigidas pelo espírito militar, mas com uma vasta visão profissional, procurando adequar-se à qualificação necessária aos objetivos estabelecidos pelo Poder Naval. Daí existe, a ênfase na preparação técnica sem o descuido da situação social, econômica, política e cultural do Brasil, pois enquanto militares, eles estão sempre prontos para contribuir com o desenvolvimento e a segurança externa e interna, de acordo com os interesses nacionais.

Segundo com o *Breviário de Educação Moral, Cívica e Social da Marinha*, a Educação é a arma mais importante para se formar uma corporação forte, capaz de servir ao país: “Para o bem e para o mal, a Educação, no seu sentido mais amplo, é mais poderosa que qualquer outra força à disposição do Estado. Uma Educação sólida é a chave de todo êxito e o fundamento de toda prosperidade e grandeza da Nação”.<sup>1</sup>

A tarefa do oficial requer uma grande capacidade de análise e síntese desde o início da carreira até o Alto Comando, ápice da carreira militar. Para o bom desempenho desta carreira é necessário ter “patriotismo e abnegação”, além de um “rosário de sacrifícios”. O essencial é criar um caráter capaz de exigir sacrifícios, um “evangelho cívico”, que afasta o oficial das vantagens materiais e ocupações alheias à carreira naval: “O aspirante a guardamarinha precisa ter a compreensão de que, ao atravessar a ponte para a Ilha de Villegaignon e transpor os umbrais da Escola, ele já não é mais um indivíduo isolado. A partir de então, ele pertence à uma corporação cheia de tradições, que lhe cumpre defender e honrar”. O aspirante jamais deve esquecer seu juramento: DEDICAR-SE INTEIRAMENTE AO SERVIÇO DA PÁTRIA; DEFENDER-LHE A HONRA, INTEGRIDADE E INSTITUIÇÕES COM O SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA.

---

<sup>1</sup> *Breviário de Educação Moral, Cívica e Social da Marinha*, sem autor, sem data. Ver também: CONGRESSO NACIONAL, *Lei de Ensino da Marinha*, Lei 6540 de 29 de junho de 1978. MINISTÉRIO DA MARINHA, Estatuto dos Militares “in” *Vade Mecum Naval*, Secretaria Geral da Marinha, Brasília, DF, 1994. MINISTÉRIO DA MARINHA, Regulamento Disciplinar da Marinha “in” idem, 1994. Para uma visão geral sobre as Marinhas ver: PETRUSIO, Roberto L. *Uma Marina de Guerra Para Hacer Que?*, Buenos Aires, Instituto de Publicaciones Navais, 1998.

Como é próprio da tradição naval, cada embarcação da MB carrega em sua frente o lema “*Tudo pela Pátria*” encimado pelo brasão da República. A bandeira nacional é constantemente mantida na popa. Os nomes das navios são sempre em homenagem aos estados, personagens históricos, rios, cidades, espécies da fauna / flora etc, pertencentes à vida brasileira.

Novas embarcações não implicam, necessariamente, em novos nomes. Em muitos casos, os navios modernos levam os nomes, consagrados, revivendo os espíritos das tripulações e as experiências que tiveram ao longo da História. Deste modo, há uma contínua renovação de respeito às tradições do passado, juntando-as ao momento presente e às expectativas quanto ao futuro, construindo, assim, a vida da corporação.

Dentro desse modelo, é possível perceber produções que caminham no sentido de enaltecer os valores militares a ponto de atribuir-lhes a necessidade de cultivo permanente, sob pena de desagregação da coesão da corporação e a perda de importância relativa à existência dos seus principais elementos: a hierarquia e a disciplina. O capitão-de-corveta Ronald Santiago (1995)<sup>2</sup> cita como fonte autorizada da expressão destes valores, o RDM onde estão expressos conceitos de patriotismo, civismo, fé na missão das Forças Armadas, espírito de corpo, amor à profissão, aprimoramento técnico, hierarquia e disciplina. Por esta razão, as afirmações do autor tomam caráter universalizante, pois não vêm acompanhadas de uma leitura crítica, ao contrário, é tão somente, o endosso do conteúdo de um material que enuncia afirmações claras sobre o ser militar. Por ser de caráter oficial e doutrinário, é entendido como a revelação pura e simples do ser militar marinheiro. Segundo a descrição de Santiago, o culto a esses valores desenvolve um espírito profissional adequado à vida militar, permite ao oficial a criação de um modelo para seus colegas e subordinados, amplia a solidariedade orgânica e aumenta a motivação para a prestação do serviço. É necessário manter forte o espírito de coesão institucional e a mentalidade justificadora do cumprimento do dever e das obrigações para que a instituição seja fortalecida. Caso isto não ocorra, existe o risco da própria Pátria ficar enfraquecida. Segundo esta noção: “a Força Armada é a expressão da alma nacional, enfraquecer as virtudes militares é trair; servir à sua causa é servir à Pátria”.

---

<sup>2</sup> SANTIAGO, Ronald , *A Profissão Militar*, EGN, 1995, digit .

O discurso aqui expresso, é de exaltação à Pátria e seus símbolos, como a bandeira e o hino, em situações de paz ou guerra. Neste caso, o patriotismo tende a ser exacerbado, já que o país estaria ameaçado por algum tipo de conflito. O civismo é outro elemento constituinte do ser militar, que deve ser respeitador das leis e cumpridor de suas obrigações, que vão desde o pagamento de impostos ao sacrifício da própria vida, caso seja necessário. Quem deve ser exemplo também se espelha no exemplo dos que vieram antes. Por esta razão é importante o “culto das tradições históricas”, o respeito à sabedoria ancestral que promove e guarda tais tradições, e faz mais forte a fibra adequada à formação do homem militar. É interessante notar que para o oficial, o respeito às tradições do passado não só permite que continue acesa a chama do deus Marte, conferindo maior confiança na vitória, mas é também um fator de aumento da eficiência. A busca de melhores resultados através do desenvolvimento de suas habilidades faz os oficiais se esforçarem ao máximo para terem um desempenho considerável honroso e merecerem um lugar junto aos grandes heróis da corporação “que deram o seu serviço e o seu sangue ao país” e registraram a sua atuação através “de uma diligente e hábil preparação”, além de na guerra demonstrarem “habilidade e coragem”. Este tipo de profissional deve ter uma fé de duplo alcance: na sua corporação e nas Forças Armadas como um todo. A premissa básica é perguntar-se a si mesmo até que ponto ele acredita no seu comandante, no seu navio e na Marinha. Sem tal tipo de confiança, não é possível obter a vitória em nenhuma campanha naval e das outras corporações militares. Entretanto, este tipo de confiança não pode ser somente do militar, mas também de todo civil consciente de que o seu país precisa ser defendido e exercer seu poder soberanamente.

Considerações de ordem cívica e moral são também feitas pelo capitão Santiago, no caso da evocação de um “espírito de Marinha”. Esta é a tradução intramuros do espírito de corpo que deve ser ressaltado pelo menos em dois momentos: no trabalho no navio e no uso da farda diante dos civis. Como a Marinha possui “classes” e “esquadrões” diferentes, cada um deles mantém a sua identidade própria e rivaliza com as demais, competindo de maneira “sadia”, a fim de aumentar a solidariedade e a coesão, reproduzindo as características da corporação com dignidade e valor. A devoção aqui apresentada é tida como um fator de aumento da valorização da profissão pelo próprio oficial, à medida que ele aceita, por amor, assumir uma vida de sacrifício, resignação, estoicismo e voluntarismo.

Isto é feito para que “o fogo sagrado da Pátria” continue vivificando os corações e as mentes dos marinheiros, e motivando-os ao desempenho da profissão nos mais altos padrões. É neste sentido que, para Santiago, o estudo passa a ser valorizado. Ele é o substrato do “aprimoramento técnico-profissional”, que permite o desenvolvimento de uma carreira de acordo com as necessidades do presente e do futuro, sem perder de vista o passado. Grandes vultos como Napoleão e Nelson são exemplos da combinação da genialidade com a devoção, aliada à busca do aprimoramento através do estudo. Mais do que uma motivação individual, o aprimoramento é visto como uma imposição, pois é a Ordenança Geral para o Serviço da Armada (OGSA), que estipula este procedimento e para o desempenho satisfatório da carreira. Assim, existe a busca do aprimoramento constante com o objetivo de ter maior clareza nas suas ordens, correção na sua fiscalização e conhecimento da profissão. Todo este procedimento só tem sentido para o oficial da Marinha porque é a realização da disciplina, que por sua vez é a promoção da coesão da organização. Só neste caso, a hierarquia tem peso equivalente, por ser esta a aceitação de comando, obediência e subordinação inerente à vida militar.

Outro exemplo da valorização do institucionalismo existente na vida da MB foi dado pelo capitão-de-mar-e-guerra Antônio Carlos Sepúlveda (1996)<sup>3</sup>. Ele fez uma avaliação da realidade da educação no Brasil e os possíveis reflexos para a Marinha. Depois de apresentar um quadro bastante conhecido pelos meios acadêmicos, das autoridades públicas e da população em geral, onde cita a situação dos estudantes, dos professores, das escolas, o problema do analfabetismo, os vícios do sistema de ensino e a perda da qualidade do ensino superior, o artigo trata de analisar: o lugar da educação no planejamento estratégico nacional, a educação como um instrumento de liderança, a qualificação dos docentes da Marinha e os cursos da Escola Naval, do Colégio Naval e da Escola de Aprendizes de Marinheiros à luz das necessidades da Marinha. Para o capitão Sepúlveda, “a educação deve ser entendida como o principal pilar da sustentabilidade do desenvolvimento do país. Enquanto ignorarmos tais evidências, estaremos condenando o Brasil do futuro a se transformar em presa fácil da tutela e da subserviência, da exploração, do colonialismo”.

---

<sup>3</sup> SEPÚLVEDA, Antônio C. , O Ensino no País e seus Reflexos para a Marinha “ in” *Revista Marítima Brasileira*, 1T 1996.

A Marinha deve repudiar a postura de relativo isolamento presente na vida universitária brasileira e acompanhar a evolução tecnológica existente no mundo exatamente para que possa dar sustentáculo à afirmação acima. O Sistema de Ensino Naval (SEN) precisa primar pela qualidade diante do poder e da opinião pública; navegar no rumo certo dentro do mar de lama. O Poder Naval não pode continuar sendo vítima da situação de descaso com a educação, já que aquele é uma das expressões do Poder Militar e este, por sua vez, expressão do Poder Nacional. A educação deve ser considerada como uma das mais importantes componentes do Poder Nacional, é um dos meios imprescindíveis da “grande estratégia”. Os efeitos negativos para a MB estão no comprometimento do seu “alicerce pensante” e na baixa qualidade da formação do homem brasileiro. O maior risco é comprometer a preparação dos homens e das mulheres da Marinha, que em essência, são a própria Marinha.

Apesar da necessidade de qualificação técnico-profissional, a formação moral não pode jamais ser esquecida. É neste aspecto que a situação da Marinha precisa ser levada em conta porque a Educação é o instrumento básico na formação da liderança da corporação. O capitão Sepúlveda chega a afirmar, citando o professor G. J. Mann da Academia de Annapolis da Marinha norte-americana, para quem “a liderança é a única matéria de real interesse para a Marinha”. É um equívoco pensar o contrário. A Liderança Naval e suas características são vitais para o êxito de qualquer operação militar nas batalhas e nas guerras. É evidente que a liderança tem sido valorizada desde o ministro até o grumete mas ela ainda é encarada como “um dom, um engenho, uma arte. A face científica da questão não tem sido adequadamente utilizada”. O perfil de um líder é definido a partir das características de conhecimento, habilidade de expressão, coragem, entusiasmo e autoconfiança, segundo o Almirante Burke, mas a isto devem se somar os objetivos da aplicação das Ciências Humanas, além das Ciências Exatas. Para que possa exercer todas as funções exigidas pelo serviço o oficial da Marinha necessita ter uma profunda formação em temas de liderança, e a educação é o instrumento adequado para alcançar este objetivo.

A estrutura de educação da Marinha precisa estar harmoniosamente inserida na Política Nacional de Educação e por esta razão, o EMA e a DEEnsM estruturaram a forma mais adequada possível estabelecendo as diretrizes e os meios necessários. A história da Marinha está repleta de exemplos que demonstram a necessidade de adaptar a estrutura

escolar aos interesses do país conjugados aos interesses da Força Naval. Em razão dos objetivos deste projeto de pesquisa e o período da história da corporação que ele intenta abranger, dois fatos são significativos para a compreensão do processo de decisão sobre a educação naval feita pelo comando da Escola Naval e o Estado-Maior: a) a instituição da Lei do Magistério Militar e a reforma do currículo por parte da Escola Naval, com ênfase na profissionalização e redução das disciplinas humanísticas. Alguns chefes militares discordaram da desativação do Magistério Militar apontando para a redução do espírito de liderança. Para eles, os professores civis são bons, mas, carecem de intimidade com o ser militar.

## ***2. O Modelo Organizacional na Marinha do Brasil***

Um exemplo relacionado à educação, enfatizando aspectos do modelo ocupacional, é uma análise do SEN instituído pela Lei de Ensino da Marinha de 1978 (implementada a partir de 1979) feita pelo vice-almirante e ex-diretor da Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM), Edmundo B. Bittencourt (1982).<sup>4</sup> Há uma preocupação em demonstrar a “validade nacional” do Sistema para o pessoal militar e civil, que vai desde o auxiliar técnico em primeiro grau para os cursos de especialização de praças à pós-graduação em ciência navais na EGN. Em todos os casos, o Sistema deve atender às diretrizes estabelecidas pela Marinha em função de suas necessidades. Para isso, a corporação precisa: considerar os critérios de seleção, qualificar o pessoal administrativo civil, a reformular o serviço de saúde, combinar as necessidades do serviço aos dos indivíduos servidores, dar prioridade as atividades de ensino e a prestação de serviço embarcado na distribuição do efetivo, qualificar o pessoal com habilidades técnico-profissionais sem descuidar da formação militar-naval, aperfeiçoar de forma constante, o pessoal dentro da corporação com meios científicos, universitários e industriais adequados, cooperar com as outras Forças Singulares e outros órgãos governamentais, em especial, o então Ministério da Educação e Cultura (MEC), que impõe exigências ao sistema de ensino nacional como um todo.

---

<sup>4</sup> BITTENCOURT, Edmundo, *A Contribuição da F DEN para o Ensino na Escola Naval*, EGN, 1982. mimeo.

Este empreendimento deve obedecer ao princípio da racionalização administrativa e organizacional da corporação, consignado em documentos condicionantes como: Programa de Reparelhamento da Marinha, Fixação de Forças e Efetivos, o Plano Geral de Instrução, Ações Determinadas pelo Departamento Geral de Pessoal da Marinha e pelo Plano Setorial de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A premissa básica é a de que o homem “é o elemento básico da Marinha”, um capital humano que deve ser investido através da educação para a preparação do futuro da corporação, dada a importância da competência da formação do chefe e do líder, e o investimento altíssimo na produção do saber. O comentário destas diretrizes pelo autor é crítico da constante falta de recursos que só faz aumentar os desafios e as dificuldades. Além do que ele enfatiza a importância de liberar o pessoal de formação na academia em terra para o ensino na EN, deixando as tarefas burocrático-administrativas em outras instalações da MB. Isto demonstra uma preocupação peculiar com a formação dos cadetes, colocando-os em maior contato com os oficiais de carreira que compõem a estrutura básica da corporação : a Armada, os Fuzileiros e a Intendência, pois os interesses gerais da MB devem ser preservados, assim como o atendimento das necessidades individuais dentro de uma certa forma de equivalência. A prioridade deve ser a formação dos oficiais para que a MB cumpra com eficiência a sua missão; isto só pode ser feito com o investimento na atuação de seus chefes e líderes no campo do ensino.

O Sistema de Ensino Naval (SEN) tem como “tarefa maior” a formação do homem de tal modo a dotá-lo com uma sensibilidade para os assuntos do mar, mais do que puramente o conhecimento tecnológico. Com este objetivo, cooperam ativamente a EN e o Centro de Instrução Almirante Wandelcok (CIAW), onde a própria corporação reconhece a sua qualidade, mas vê falhas que devem ser reparados com o apoio das diversas organizações da MB, a fim de completar o adestramento e qualificação dos oficiais. O Colégio Naval (CN) pode ou não ser o primeiro estágio da formação do oficial, já que para o ingresso na EN, não é necessário ter sido cadete.

Os problemas de cumprimento dos objetivos do SEN não estão apenas no interior da corporação. Outro órgão federal também deve ser envolvido: o MEC. Ele é responsável pelo sistema educacional brasileiro, e interfere nas pretensões do planejamento e da Lei de Ensino da Marinha, com exigências de ordem curricular, carga horária, ementas etc. Deve-

se lembrar que um período destes choques de interesse se deu quando a MB passou por um remodelamento para a aplicação do Sistema de Fragatas, posto em prática a partir de meados dos anos 70, segundo o Programa de Reaparelhamento, e representou um momento fundamental de modernização da Força Naval. O propósito era de que os cadetes saíssem com a formação plena em Engenharia Mecânica, Elétrica Eletrônica Naval.

Um outro tema considerado como uma situação problemática para Bittencourt, foi a inclusão de professores civis nos quadros da EN, com o objetivo de efetivar a formação técnico-profissional dos cadetes. Esses eram professores da área tecnológica e de Ciências Naturais que ensinavam com baixos salários, comprometendo a qualidade, a ponto do seu desempenho ser considerado “uma tragédia” pela MB. Como se isso não bastasse, havia ainda o problema do exemplo a ser dado. Os valores dos professores civis são distintos dos militares, portanto “nem sempre aceitáveis para os futuros oficiais”, pois devem ser educados com um espírito considerado “sadio, militar e marinheiro”. A solução adotada foi a recriação do professor-militar, incentivando que oficiais com formação específica passassem a fazer parte do corpo docente da EN, sem obrigação de concessões especiais. Esta medida resolveria o problema porque este tipo de professor possui qualidades e atributos dignos do cargo ocupa por ser militar, entusiasmado com a profissão e almejar o almirantado. Assim, o seu desempenho poderia ser considerado satisfatório, por não depender de dia ou hora para cumprir as suas tarefas e possuir conhecimentos próximos da experiência de bordo.

O aperfeiçoamento dos oficiais necessita ser materializado nos currículos, que antes de serem implementados, e, por isso, foi alvo de muita discussão interna, através de vários simpósios com a participação de oficiais e almirantes. Mas, os entraves foram tantos que a implementação só foi efetivada em 1985. Seguindo os objetivos deste aperfeiçoamento, foi promovido um programa para o acompanhamento de desenvolvimento do pessoal, com a especificação de metas educacionais e uma avaliação de desempenho. A MB considerou ser também necessário reexaminar o sistema de recrutamento e seleção de oficiais, dando ênfase nos conhecimentos específicos. A ênfase nos conhecimentos gerais, feita até então, foi considerada prejudicial para os objetivos da corporação. O maior problema do novo sistema de recrutamento era a elaboração de avaliações em aproximadamente 40 profissões, dado a existência de muitos Quadros e Serviços. Por isso, a EN precisaria passar por um

redirecionamento em seus programas curriculares de formação geral e diversificada, em seus laboratórios e na incorporação de novos avisos de instrução (barcos para o aprendizado de marinharia e navegação).

Em suma, segundo Bittencourt, a MB deve ter consciência agudizada para a importância de seu sistema de ensino, dando prioridade para o homem que conduz o navio, em suas palavras: “a razão de ser da Marinha”. O tipo de ensino adotado estava fora das aspirações da carreira de muitos oficiais e um número pequeno destes se dedica ao CN, à EN e ao CIAW por acharem mais importantes prosseguir com as funções e tarefas costumeiras às atividades técnico-operacionais. A pergunta então, feita foi: por que a MB age assim? A resposta apontou para as perspectivas de melhora da situação a partir da valorização “do marinheiro sobre o técnico”, juntamente com a compreensão e colaboração dos chefes navais. Isto implicaria em vencer grandes desafios, tais como a filosofia de formação profissional, a origem acadêmico-militar ou universitária do oficial (tabu Villegagnon), o perfil do corpo docente e os critérios de avaliação. Mais ainda, isto significaria trabalhar com ideais contraditórios: disciplina x criatividade e iniciativa, comando x obediência, liderança x timidez.

O capitão de mar-e-guerra Luiz de L. M. Massa (1978)<sup>5</sup> apresentou anteriormente uma argumentação, premiada pela corporação (Premio Jaceguai), que vincula os objetivos da pós-graduação com os interesses da MB. Em suas palavras: “O que a Marinha certamente deseja é prepara seus oficiais para agirem, para se desempenharem de suas funções de forma a mais eficaz possível”.

A seu ver, o importante é a preparação para a ação, não só na Marinha, mas na vida como um todo. Este seu senso pragmático, abarca o total de interesses da corporação que estão contidos “desde as profundezas do mar ao espaço sideral”. Este autor apresenta razões de cunho global para avaliar em que medida há lugar para a pós-graduação na estrutura de ensino da Marinha. Basando-se nas considerações de Feybess, oficial da Força Aérea Francesa, Massa relaciona os seguintes objetivos da educação: a) transformar os estudantes em homens de ação disciplinados; b) dispor os conhecimentos técnicos aos oficiais; c) disseminar um conhecimento comum aos especialistas das diversas áreas e d) formar chefes

---

<sup>5</sup> MASSA, José. L. L. de M. , *A Objetividade da Pós Graduação para os Interesses da Marinha*, EGN, 1978, mimeo .

abertos para o mundo e capazes de se relacionar criticamente com ele. O comandante Massa afirma que esta lista ainda poderia ser enriquecida com mais outros dois objetivos: o desenvolvimento de habilidades técnico-científicas aplicada ao cotidiano e a criação de uma percepção clara sobre a realidade brasileira.

Com as mudanças ocorridas no mundo moderno, a imagem do militar gladiador passa a ser substituída pela imagem do militar técnico-cientista. Costuma-se ridicularizar o primeiro em favor do segundo, mas o autor lembra que o gladiador dominava as armas disponíveis pela tecnologia do seu tempo. E ainda é importante notar que o método científico se caracteriza pela observação, explicação e teorização, o que significa o uso permanente do bom senso. Uma educação considerada adequada lavaria em conta ambos os tipos de militar, numa denominação de gladiador-cientista. A adoção de um sistema de pós-graduação deveria contemplar este objetivo, além do que lhe é comum em qualquer estabelecimento superior de ensino e pesquisa. O interesse da Marinha é ter seu pessoal aperfeiçoado ao máximo, e nisto coopera a ciência e a tecnologia. Massa relaciona exemplos que corroboram, este argumento valendo-se da contribuição das Ciências Naturais e dos ramos da Engenharia, por estarem relacionados aos interesses da corporação: a preparação para a ação. É evidente que nem todos os oficiais terão que obter o nível do doutorado, mas o desejável é que todos tenham nível de graduação e um grande número seja titulado mestre. De todo modo, em qualquer nível, é importante manter o princípio da “educação continuada”, onde a EGN se destaca como um lugar privilegiado para a sua realização no mais alto grau. Uma vez que é crescente a complexidade do mundo, “a substituição do arpão pelo computador” precisa ser adotada, para enfrentar o inimigo em pé de igualdade ou próximo disso. Então, para a Marinha interessa uma estrutura de aprimoramento dos procedimentos operacionais, conseguidos através do método científico. Isto significa “associar a capacidade de reflexão à disposição para a ação”, desenvolvendo sua inteligência, conforme a concepção pedagógica de Dewey. Num grau de planejamento e administração estas exigências deveriam caber aos oficiais responsáveis pela gerência de projetos nas áreas de construção, manutenção, armamentos etc.

Além da EGN, outros estabelecimentos de ensino naval deveriam estar envolvidos, como o Instituto de Pesquisa da Marinha (IPqM), e a EN. Neste caso, a qualificação de um corpo docente (civil e militar) é considerada como essencial por causa de seus

conhecimentos teóricos e experiência prática. A adoção deste tipo de orientação educacional abala as estruturas tradicionais que fazem parte de qualquer grupo social, assim como a corporação naval. Mas, ao ver do comandante Massa, é necessário se atirar para o novo, avançando no caminho das inovações e dos desafios dispostos à evolução da corporação e do país. À Marinha cabe seguir este curso, estimulando os seus oficiais a realizar a ambiciosa síntese de Dewey: “aprender a aprender”. Só deste modo é possível acompanhar os rumos da “sociedade pós-industrial”, uma sociedade da informação formadora da “aldeia global”, que se vislumbrava para o futuro próximo. Os países desenvolvidos já vivem esta realidade desde os anos 70, onde estavam presentes características econômicas, tecnológicas e culturais que geram uma revolução no comportamento dos indivíduos e grupos. Isto levou a uma agitação social intensa, como os movimentos sociais que tomaram corpo a partir dessa época, contestando a situação vigente. Cedo ou tarde, o Brasil acompanharia esta tendência mundial. Por esta razão, a Marinha deveria estar alerta e se preparar para o futuro.

Tais transformações contribuirão para uma maior aproximação entre militares e civis, pela necessidade de maior intercâmbio na produção e aplicação do conhecimento. Na verdade, o comandante Massa chama os militares de “civis de farda”, porque o seu entendimento é que se é civil antes de entrar na Força e se volta a ser civil, quando da passagem para a reserva. A valorização da pós-graduação implica em reformular a graduação acadêmica militar, que por sua vez, esbarra nas exigências estabelecidas pelo MEC quanto às pretensões da corporação em formar engenheiros plenos. Para Massa, a saída seria transformar a EN em uma “escola politécnica”, oferecendo formação básica e habilitação para a continuação dos estudos em uma universidade dentro ou fora do país, através de convênios firmados. Os novos horizontes a conquistar, alcançando as qualidades do método científico, seriam: “amalgamar o gladiador, o cientista e o político num único indivíduo, este o desafio que a Marinha enfrenta hoje, e esta a síntese das razões pelas quais lhe interessa empreender a pós-graduação generalizada dos seus oficiais”.

Conforme nos referimos anteriormente, o capitão Frederico Santos considerou, no mesmo sentido, a atual formação dos oficiais marinheiros brasileiros. As mudanças em escala global com a multipolaridade das relações políticas e o estabelecimento de parcerias econômicas impõem ao Brasil a necessidade de se tornar competitivo no plano mundial,

tendo como consequência a preparação profissional mais adequada à “sociedade da informação e dos serviços”. A emergência do “socialismo de mercado” fortalece os indivíduos a partir de seu acesso cada vez mais privilegiado aos produtos e serviços em grande escala, levando-o a se tornar um cidadão do planeta. A globalização do estilo de vida o integra à realidade das grandes corporações econômicas do setor de bens de consumo, definindo um estilo de vida comum aos quatros cantos do mundo. Porém a própria globalização contribui paradoxalmente para a busca e identificação de valores nacionais. O nacionalismo recrudescer tanto no aspecto cultural como no aspecto político. No campo econômico, as transformações levam ao questionamento do “welfare state” e a necessidade de reorientação das políticas públicas, assim como um amplo programa de reformas do Estado destinado a conter os gastos públicos, estimulando as privatizações e a terceirização dos serviços. A sociedade de informação e dos serviços aponta para a emergência de um indivíduo sofisticado, consciente do papel que desempenha no mundo em que vive. Este é o “triunfo do indivíduo como agente direto da evolução moral e social”. A conscientização crescente da possibilidade de moldar o futuro é a grande mega-tendência dos novos tempos. Os paradigmas tradicionais são abandonados em nome da terra desconhecida a ser conquistada. A formação militar-naval brasileira terá que levar em conta a situação mundial atual, pois a própria MB tem sofrido as consequências deste processo de mudanças.

### *3. Uma Avaliação do Sistema de Ensino Naval*

Expondo os erros e acertos do SEN e seus reflexos para a MB nas décadas posteriores, o contra-almirante Luis L. Ferreira (1979),<sup>6</sup> da (DEnsM), apresentou um quadro baseado na legislação e no planejamento e ações postas em prática no campo educacional. No que se refere à formação de oficiais, ele expôs a situação da validade nacional dos diplomas de “graduação” feita na EN, segundo o que foi estipulado pela Diretriz Ministerial. Tal formação visa a equivalência para o exercício profissional após a saída do serviço ativo. Outro foco das necessidades da formação foi a implementação da Lei do Magistério de 1978, onde foi declarado o fim do Magistério Militar. A partir de

---

<sup>6</sup> FERREIRA, Luis L. *O Sistema de Ensino Naval*, palestra proferida na EGN, 1979, mimeo.

então, a MB passou a contar com professores civis no seu quadro, de acordo com a legislação do Serviço Público Federal, pois não havia um número disponível de professores militares para o ensino na EN.

A criação da Formação Diversificada da Escola Naval (FDEN) em 1979 estabeleceu quatro opções na atribuição dos diplomas de Ciências Navais expedidos pela EN: Engenharia Militar Naval de Mecânica, de Eletrônica, de Sistemas e de Sistemas e Administração. Elas procuravam atender às necessidades da MB nos seus três Corpos: Armada, Intendência e Fuzileiros Navais. Para o desenvolvimento da formação foram criados os C-FTA (Cursos de Função Técnica Avançada), entendido como um primeiro nível de “pós-graduação”. Seus objetivos estão relacionados “ao desempenho de funções de pesquisa, ensino e desenvolvimento de projetos”, além de “aprofundar a formação adquirida nos cursos de graduação e subseqüentes, com o incentivo à pesquisa científica e tecnológica”.

Todavia, a implementação desta estrutura de ensino gerou problemas internos (processo seletivo, pré-requisitos, falta de clareza quanto aos interesses da corporação) e externos (relações com as universidades civis e com o MEC). Dentre os problemas externos, o contra-almirante ressaltou que é interesse da MB a conquista do diploma profissional civil, mas se o oficial o quiser, terá que buscá-lo por si mesmo. As perspectivas do SEN passaram a ser: a) o reequipamento da EN e dos outros centros de instrução naval, como o CIAW e b) novas formas de seleção e classificação de pessoal, obedecendo ao “binômio: instrução x utilização”. Ferreira enfatiza uma visão sistêmica, onde os “inputs” e os “outputs” são processados para dar “feed back” às ações. Isto contribui para que a eficácia e a eficiência do SEN aumente, ocasionando novas formas de avaliação e aprimoramento do próprio SEN.

Foi o capitão-de-mar-e-guerra Jose Eduardo V. Marinho (1995)<sup>7</sup>, então superintendente de ensino da EN, um dos que mais enfatizou a importância da criação da FDEN, traçando um quadro histórico dos seus antecedentes e seu processo de implementação, a partir das mudanças ocorridas na sociedade brasileira e no interior da corporação naval. Sua análise demonstra como a FDEN foi criada para atender às

---

<sup>7</sup> MARINHO, José. E. V, *O Ensino na Escola Naval*, Rio EGN, 1995, digit.

necessidades da MB para a formação de seu pessoal, através da sua ligação com os cursos de aperfeiçoamento impostos aos oficiais ao longo da carreira. As últimas três décadas foram testemunhas de transformações sociais importantes no campo da tecnologia, criando um impacto na preparação dos recursos humanos destinados à defesa, como no caso da MB. A capacitação dos homens em ciência e tecnologia eletrônica informática, além das já tradicionais: mecânica e elétrica, gerou um processo de discussão do fluxograma e do planejamento curricular da academia naval. Desde o ano de 1960 a EN procura se adaptar às condições oferecidas pela realidade brasileira, dado o processo de modernização industrial do país, vinculando-o à procura de seus cursos. Para atender à demanda, a EN, então com pouca procura, reformulou sua estrutura de ensino para tornar mais a carreira de oficial atraente aos jovens, em especial aos de classe média. Em 1969 o seu currículo foi modificado, de acordo com as exigências do MEC, para a formação de engenheiros operacionais de mecânica, assim como ocorre em algumas universidades civis. A EN chegou, então, a juntar-se à entidade que controlava o concurso vestibular unificado na cidade do Rio de Janeiro, a Fundação Cesgranrio. Isto levou a um aumento da procura pela EN, mas desvirtuou seu objetivo fundamental, uma vez que à MB não cabe conceder diplomas de engenheiro, mas sim, formar o oficial militar marinheiro. Assim mesmo, ao longo da década de 70 houve a introdução das habilitações de Eletrônica e de Administração de Sistemas. Mais tarde, isto implicou na mudança dos currículos para atender ao MEC, pois a MB não poderia conferir diplomas de engenheiros plenos, conforme a pretensão de muitos indivíduos, dentro e fora da corporação. Para acomodar os interesses, a FDEN foi em 1979 criada com o curso de bacharelado em Ciências Navais com as habilitações em Mecânica, Eletrônica, Sistemas de Armas e Administração de Sistemas, o que vigora até os dias de hoje. Esta medida estava integrada à importância atribuída à “sólida habilitação profissional” em que todo o sistema nacional de ensino estava engajado, de acordo com os interesses do “desenvolvimento” do país. Disso resultou que a valorização da capacitação tecnológica afetou o ensino das Humanidades e Línguas, representadas pelo Português, Inglês, Psicologia, Geografia Econômica e Liderança. Mesmo estabelecendo o ensino das Ciências Sociais Aplicadas (Economia e Administração), a sua carga horária foi diminuída em relação aos anos 50 e 60. O

comandante Marinho admite que estas modificações estão ligadas à polêmica em torno da relação educação-trabalho, que justifica o incremento de recursos humanos como um fator que contribui para a reprodução do capital. Porém, a adoção da diversificação da formação da EN foi considerada um “elemento indispensável à flexibilidade necessária para atender a adequada formação nos diversos níveis profissionais”, visando a transformação do perfil de “ecletico oficial” para aquele com perfil de maior especialização, através da terminalidade do ensino. Para a MB isto representaria: primeiro, a criação num futuro próximo de uma “elite” com vasto lastro profissional, ainda mais com a introdução da computação e da informática; segundo, mudanças no Curso de Aperfeiçoamento realizado após a EN, reduzindo o seu tempo de duração e os gastos referentes à sua implementação.

A filosofia básica da FDEN é a diversificação do ensino, conferindo habilitações (total de seis) para a qualificação dos três corpos da MB. Sua implementação gerou reformas na infra-estrutura de recursos laboratoriais e meios navais para o ensino (avisos de instrução e o navio-escola *Brasil*, construído com base na estrutura de uma fragata). Foi estabelecido: a) o “ciclo escolar”, composto do ensino regular de quatro anos; e b) o “ciclo pós-escolar”, com oito meses de duração, incluindo o preparo e a realização da viagem de instrução no navio-escola. O ciclo escolar está dividido no ensino básico (conhecimento acadêmico e científico de todas as áreas e línguas), no ensino profissional (fundamentos de Artes e Ciências Navais) e no ensino militar-naval (conhecimentos morais e cívicos através do estudo de liderança). Para a realização do ciclo escolar, a EN ministra cerca de trinta e cinco disciplinas, sendo 50% no ensino científico, 35% no ensino técnico profissional e 15% no ensino científico de humanidades. Embora as Ciências Humanas tenham a sua carga horária menor em relação às outras áreas, elas passaram de um índice de 0,38 para 0,78% de 1965 a 1995. Para o comandante Marinho, isto representou um “aumento exagerado”. Não obstante, ele se julga um entusiasta da “melhoria da qualidade” e do equilíbrio entre o “generalista e o especialista”, com a introdução da FDEN, porque ela possibilitou um “grande salto tecnológico” e “novos desafios”, principalmente com a capacitação maciça em eletrônica e computação. A FDEN tornou possível ao aspirante a escolha mais adequada de opções no seu preparo técnico-profissional através de melhor aquisição de embasamento acadêmico. Assim, a MB só teria a ganhar com um oficial mais preparado no serviço ativo na administração, na tropa ou à bordo. Tal formação contribuiu

para : a) que os cursos de aperfeiçoamento pudessem se dedicar a um conteúdo mais específico; b) devolver ao curso da EN o "status" de graduação; c) possibilitar a flexibilidade nas habilitações; d) modernizar os acessórios de ensino e e) implementar novos métodos de ensino-aprendizagem.

A FDEN precisou de ajustes posteriores, como o maior entrosamento do corpo docente com o Comando do Corpo de Cadetes (COMCA) para evitar sobrecarga, e gerou também a discussão sobre o processo avaliativo através de um questionário dirigido aos comandantes e aos comandados, contando com a ajuda do Serviço de Psicologia da Marinha, referente q uma década. Esta avaliação mostrou deficiências na formação das áreas de liderança e administração. A importância atribuída pela corporação a estes dois aspectos deve-se ao fato de que o oficial é formado principalmente para o comando. Tanto que desde 1984 a corporação já havia iniciado um projeto de revitalização do ensino de Liderança, o que resultou nas alterações curriculares em vigor no ensino militar de formação humanística. A disciplina de Liderança teve a sua carga horária ampliada, contribuindo para uma maior solidez de base acadêmica através das Ciências Humanas. A avaliação da FDEN contribuiu ainda para fazer com que houvesse maior compatibilidade entre o ensino da EN e as tarefas dos oficiais nos primeiros anos de carreira nas diversas instalações da Força Naval. Mas somente uma definição mais clara pela Administração Naval do perfil que a corporação deseja nos próximos anos pode confirmar esta tendência. Ao ver do comandante Marinho o que é bom pode melhorar ainda mais, através de um "ensino dinâmico" com "avaliações constantes e criteriosas", e a adoção de "tecnologias educacionais inovadoras". Em um mundo em constante mutação, o questionamento dos valores (inclusive o de Estado-nação) precisa levar a MB a buscar melhores formas de organizar a formação dos seus oficiais, onde haja a preservação da ética e da tradição da profissão naval: neste sentido, a FDEN é considerada "um grande passo", cabendo as medidas necessárias das Orientações Ministeriais para "corrigir as distorções".

Demonstrando preocupação com o perfil adequado da carreira do oficial de Marinha, o então capitão-de-mar-e-guerra José E. Pimentel de Oliveira (1991),<sup>8</sup> atual contra-almirante, diretor da (DEnsM) e ex-diretor da EGN, apresentou uma argumentação

---

<sup>8</sup> PIMENTEL de OLIVEIRA, José Eduardo, *A Formação dos Quadros e a Carreira do Oficial de Marinha, EGN, 1991, digit.*

sobre os parâmetros definidores e um processo adequado de seleção dos que integram os Corpos e Quadros da MB. Ele manifestou a preocupação com a organização do sistema de ascensão que contém fatores quantitativos e qualitativos até o último posto: almirante-de-esquadra. O sistema apresenta algumas distorções merecedoras de correção, pois há um grande contingente de oficiais que perdem o acesso ao almirantado e outros que realizam funções técnicas avançadas que poderiam ser melhor aproveitados no serviço ativo. A MB necessitaria voltar a sua atenção para ambos, procurando equilibrar melhor as exigências da carreira. Ao ver de Pimentel de Oliveira, a carreira de oficial deveria ser desempenhada “de modo a permitir que se atinjam metas pessoais e objetivos institucionais”. O Plano de Carreira dos Oficiais da Marinha (PCOM) estabelece os princípios e exigências da corporação para o exercício dos cargos e as promoções aos postos superiores, mas contém algumas falhas que poderiam ser corrigidas para o bem dos indivíduos e da MB. Algumas das exigências impostas estão na realização de cursos que possibilitarão elevação do nível profissional e ascensão funcional, realizados na EGN, como por exemplo: o Curso de Funções Técnicas Avançadas (C-FTA), o Curso de Comando e Estado-Maior (C-CEM) e o Curso de Política e Estratégias Marítimas (C-PEM). Para todos os cursos há um rigoroso processo seletivo que obedece às determinações do Estado-Maior da Armada (EMA). Este órgão é responsável pela fiscalização das forças e do efetivo e autor das recomendações das vagas para os cursos. Na verdade, tais recomendações já são estipuladas desde a EN, onde, então, deviam ser formados 102 guarda-marinhas da Armada, 32 da Intendência e 23 dos Fuzileiros Navais, para o preenchimento das vagas de oficiais-generais no futuro. Como era de se esperar, nem todos terão condições de chegar ao almirantado, por razões pessoais e institucionais, respeitando os parâmetros de tempo de serviço, quantidade de pessoal e de qualificação para o exercício de cargos e funções. Segundo o planejamento organizado, após o curso da EN, um oficial pode realizar os cursos citados acima para chegar ao almirantado, mas só um terço dos capitães-de-mar-e-guerra que possuem o C-PEM têm condições de acesso aos postos de oficial-general. Para Pimentel de Oliveira, a falha que precisa ser corrigida é o desequilíbrio das exigências impostas, uma vez que os oficiais da EN seguem todo esse percurso. Por sua vez, os oriundos das universidades civis que comporão o Quadro Complementar e o Serviço de Saúde da Marinha poderão ter acesso ao posto de capitão-de-mar-e-guerra fazendo apenas os dois primeiros cursos. Mesmo

ressalvando o fato de que eles jamais chegarão ao almirantado e que assim mesmo possuem competência e importância para a corporação, o modo pelo qual eles ascendem é visto por Pimentel de Oliveira como um desvio passível de correção. Esta é a reclamação de muitos que estão no serviço ativo, que não precisariam passar por um percurso tão árduo se fossem avisados no início da carreira, quando manifestaram aptidão e interesse para o exercício do serviço de oficial da MB, pois esta deveria alertá-los para este fato para que se tornassem conscientes das dificuldades do processo.

O autor apresenta também outra razão para esse fato: as universidades civis não seriam tão boas assim para que os oficiais egressos dela possam, de alguma forma, ser privilegiados. Em suas palavras, “é até admissível que tenham uma formação inferior à EN”. Tal situação vale principalmente para os que não possuem pretensão de alcançar os últimos postos, saindo da corporação no nível de capitão-de-mar-e-guerra. Para aqueles que estão na corrida da carreira militar, que não alcançam o C-PEM pode cair em “desencanto, perplexidade, perda pecuniária e vergonha perante a classe e a família”. Isto compromete a sua situação futura, tornando-a delicada: ele opta pela saída de serviço ativo ou continua nele sem o ardor de outrora. Por esta razão a MB deveria criar mais opções no aprimoramento deste oficial, ou mesmo poderia ajudar na sua qualificação com “cursos expeditos”, caso opte pela saída da corporação buscando outra atividade no mundo civil.

A idéia de modernização se manteve presente ao longo do tempo na mentalidade dos oficiais da MB, conforme se pode observar também na produção de outros autores marinheiros, como vimos através do artigo do capitão de fragata Frederico Santos, que produziu uma análise das chamadas “megatendências mundiais”, formadoras de novos paradigmas para o século XXI: a emergência do “socialismo de mercado”, a explosão econômica global, o declínio do “welfare state”, a ascensão econômica do Pacífico e as mudanças nos padrões de liderança. Para enfrentar esta situação, é importante que a MB invista na “formação holística” de seus oficiais e futuros líderes.

A fim de que sejam ágeis, experientes e produtivos deve-se valorizar o espaço da intuição, criatividade e sensibilidade, investindo maciçamente na educação.

#### ***4. As Mulheres na Marinha do Brasil***

Outro elemento pertencente ao modelo organizacional na vida da corporação naval é

a presença das mulheres. Dentro do processo de modernização organizacional, vemos a presença feminina no quadro de oficiais-marinheiros. A participação das mulheres na MB se deu de forma pioneira em relação às Forças Armadas brasileiras. Em 1981 o então ministro Maximiano da Fonseca criou o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM). Logo depois surgiram os Quadros Complementares (QC) e o Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais (QUAFO) para ajudar a suprir as vagas não preenchidas com novas admissões de pessoal civil na área da saúde, especialmente no Hospital Naval Marcílio Dias, na cidade do Rio de Janeiro (Ghiggino, 1990).<sup>9</sup> Segundo este oficial a MB se serviu da experiência e formação de universitários saídos dos “campi” universitários, segundo o atendimento às necessidades da filosofia de emprego de pessoal, o que demandou elaborar um planejamento de longo prazo. Tal planejamento não ficou imune a distorções quando da sua implementação no tocante ao plano de carreira. A situação só foi resolvida com a criação do Quadro Técnico (QT) através da Lei 9519 de 26 /11/ 97 que dispõe sobre a Reestruturação dos Corpos, Quadros de Oficiais e Praças da MB. As oficiais pertencentes ao QUAFO até então, passaram a compor o Corpo de Engenheiros da Marinha, os Quadros do Corpo de Saúde e o Quadro Técnico.

O Exército e a Aeronáutica aprenderam com os erros e acertos da MB. A Aeronáutica admitiu o ingresso feminino em 1982 e o Exército criou o Quadro Complementar de Oficiais somente em 1990. Mas esta experiência foi decisiva para a própria MB porque no Exército homens e mulheres pertencem ao mesmo quadro para o exercício de funções técnicas, o que foi considerado mais conveniente e adequado aos padrões de modernização organizacional, tanto no sentido administrativo quanto no sentido cultural. Assim, a MB reviu a sua posição e reformulou a admissão dos homens e mulheres a partir de 1997 para as funções técnicas. No início, as oficiais construíram a sua trajetória formando um certo espírito de corpo próprio e buscando ampliar os horizontes após um período estabelecido para a adaptação. Assim, formaram o seu coral, hino e insígnia em 1981, agregando-os às outras atividades que despertam o senso de “disciplina, sentido de

---

<sup>9</sup> GHIGGINO, Aloísio, O Aproveitamento do Oficial do QC /QAFO Dentro da Qualificação Profissional, EGN, 1990, digit. Vale lembrar que a alteração feita no ano de 1997 se deu pela mudança no P-COM. A este respeito ver MINISTÉRIO DA MARINHA, *Plano de Carreira dos Oficiais da Marinha do Brasil*, Secretaria Geral da Marinha, Brasília, DF, 1997.

propósito e certeza de escolha, de amor à MB e ao Brasil” (CAFRM, 1995).<sup>10</sup>

O choque da presença feminina extrapolou os limites do Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) e se espalhou pelas outras unidades da MB à medida que as oficiais iam se incorporando ao serviço como estagiárias e, em seguida, como encarregadas de um e outro setor. A população civil também teve que se acostumar de ver/conviver com mulheres fardadas de branco/cinza claro-escuro exercendo funções dentro de uma área tradicionalmente dominada pelos homens. A impressão de muitos se dividia em que a presença feminina seria: a) um fracasso, pois não teria nada a ver com o ser militar; b) daria certo, mas somente dentro de certos limites; c) teria sucesso possível como em outras profissões, onde o trabalho feminino entraria de forma complementar na renda familiar.

Ao longo do tempo, as mulheres foram conquistando novos espaços na vida social e solidificando a sua atuação na corporação. Isto resultou na mudança de postura quanto à sua presença, sendo consideradas cada vez mais aceitáveis por seus colegas e pelos civis em nome da eficiência, auto-disciplina, criatividade, flexibilidade e uma boa dose de charme. No entanto, alguns problemas não foram descartados, como o tratamento e a deferência preferencial às mulheres no cumprimento, no serviço à mesa e nos encargos e tarefas, em especial as operacionais. Estes hábitos tiveram que ser deixados de lado em nome da ritualística, da hierarquia e da necessidade do serviço militar.

Outros problemas como transferências, assédio, namoro, licenças, continuam a existir. Da parte dos civis, muitos ainda não se acostumaram bem ao tratamento formal das mulheres quanto à invocação de suas patentes. Como na Língua Portuguesa não há variação de gênero neste caso, eles ainda acham estranho o fato de ter que se dirigir a uma mulher chamando-a de cabo, sargento, capitão etc.

Na MB existe ainda a particularidade da conveniência da presença das mulheres nos navios e na frente de batalha. Enquanto profissionais de várias áreas técnicas elas já prestam alguns serviços temporários embarcadas. No entanto, não fazem parte do Corpo da Armada, do Corpo de Fuzileiros Navais e do Corpo de Intendência da Marinha, oriundos da formação da EN. A MB não vê conveniência /necessidade da admissão de mulheres na academia que forma o oficial combatente, como em alguns países do Mundo. Neste caso, as opiniões divergem. Alguns oficiais admitem que tal postura poderá mudar no futuro, mas, a

---

<sup>10</sup> Citação da gravação institucional em vídeo preparado pelo Corpo Auxiliar Feminino de Reserva da

maioria parece estar convencida de que a atual situação é a melhor possível, não devendo a corporação mudar o seu procedimento.

### *5. O Ensino Atual na Escola Naval*

A EN (fundada em 1782 com o nome de Academia Real de Guardas-Marinhas) reivindica, assim, o título de primeira instituição de nível superior do Brasil, ainda sobre o domínio de Portugal. Ao longo de sua existência, a Escola procurou acompanhar os períodos de transformações científico-tecnológicas que modificaram a navegação da vela para a propulsão nuclear, sempre procurando se enquadrar nas determinações estabelecidas pela Marinha, ao longo da história brasileira. Passando por vários locais do centro da cidade do Rio de Janeiro, ela fixou-se definitivamente na Ilha de Villegagnon em 1937 e ali permanece até os dias de hoje.

A vida na EN aparentemente é como a de qualquer escola com aulas em salas, laboratórios, quadras esportivas, bibliotecas, áreas para estudo individual e em grupo etc. Mas, ao penetrar mais profundamente se percebe a especificidade do que é feito ali. Com todo o ambiente de camaradagem e saudável competição, logo se sabe que a formação ali recebida é voltada para a guerra. Ainda que alguns em número crescente cheguem com a preocupação compartilhada com a família, os amigos e a sociedade, de que a carreira militar é segura e estável, esta percepção vai se esmorecendo no sentimento daqueles que não se consideram tão vocacionados assim para a vida na caserna. O garbo da farda que promove a atração do sexo oposto, o desempenho artístico nos bailes, a motivação das competições esportivas vão se esvaindo em nome da submissão às exigências burocrático-administrativas da educação escolar.

Como não poderia ser diferente, a rigidez própria da vida militar, suas normas hierárquicas e disciplinares, vão se tornando mais evidentes na rotina do aquartelamento, na falta do comodismo doméstico e na carga de estudos gerais e específicos necessários à formação militar-naval. A moral é rígida; são consideradas faltas graves, a indisciplina e a pederastia, revelando traços característicos do modelo tradicional. Existe ainda uma adicional complicação: o treinamento a bordo dos avisos de instrução leva muitos a sofrer

física e psicologicamente os efeitos da ondulação do mar. Há os que desistem mas a maioria dos quase 250 calouros que entram por ano, persiste tentando mostrar adaptação e crescente empenho para chegar a ser guarda-marinha e subir aos altos escalões da carreira militar-naval. A concorrência se dá com a disputa de 2800 candidatos para as 25 vagas reservadas ao público externo. Os demais, aproximadamente 80 % são oriundos do CN, sediado na cidade fluminense de Angra dos Reis.

Luiz Fernando Bibiani, professor na EN desde 1968 afirma: “Nós queremos os melhores que conheçam e gostem da Marinha”. O Contra-Almirante Carlos Afonso Pierantoni Gambôa, diretor da EN durante o ano de 2000, afirmou que “o trabalho mais difícil é formar um jovem para ser líder não só com o conhecimento científico, mas também com o conhecimento do ser humano”. (Escola Naval, 2001) <sup>11</sup>.

A EN possui mais de 700 alunos. Aproximadamente 150 chegam à formatura. Destes, cerca de 10, são naturais de países africanos como a Namíbia e da Guiné-Bissau. A origem da maioria deles é o Rio de Janeiro, mas 30% são naturais, principalmente de São Paulo, se bem que há alguns representantes de outros estados brasileiros. São eles os membros da nova geração que apostam na mitificação da Marinha, do amor ao mar e no gosto da aventura, além da preparação para o combate.

Os aspirantes se subdividem nos três Corpos da MB: Armada (60%), Fuzileiros (20%) e Intendência (20%) que seguirão para o bacharelado em Ciências Navais habilitados nas áreas de Mecânica, Eletrônica e Sistema de Armas.

O capitão-de-corveta Eduardo Henrique Dutra De Lamare, concorda com o fato de que a estabilidade é um atrativo enorme para a carreira, além do espírito marinho, que é portador de novidades como viagens e fuga da monotonia do cotidiano. Afirma o oficial que na EN: “Gostamos de acreditar que isso aqui é uma ilha de excelência. Procuramos resgatar valores que estão adormecidos na sociedade, como lealdade, ética, moral...” (Escola Naval, 2001).

Neste sentido, a religião (católica, evangélica e espírita) e os esportes ajudam a completar os ensinamentos necessários para a obtenção dos atributos considerados válidos

---

<sup>11</sup> ESCOLA NAVAL, [www.mar.mil.br/em](http://www.mar.mil.br/em). Acesso em 10 de fevereiro de 2001. A EN tem se preocupado em promover seminários sobre a sua educação e o contexto contemporâneo, como a situação política internacional e ciência e tecnologia, convidando professores e pesquisadores para o debate, conforme demonstram as iniciativas realizadas nos meses de julho de 2001 e 2002.

para a formação do futuro oficial. Há uma grande variedade de esportes: atletismo, basquete, vôlei, tiro, pentatlo militar, futebol, judô, remo olímpico, natação, pólo aquático, vela e esgrima. Há ainda os esportes praticados apenas na Escola, os chamados grêmios, de lutas (karatê, jiu-jitsu, krau-magá e capoeira), xadrez e mergulho.

O ensino da EN está dividido em três áreas: o ensino básico, o das disciplinas científicas naturais/exatas, humanas/sociais e língua portuguesa; o ensino militar-profissional, com as normas, regulamentos e práticas responsáveis sobre o ser militar onde se destaca o a disciplina de Liderança, responsável pelas atividades de comando. Por fim, o ensino técnico-operacional das áreas de Mecânica , Eletrônica, Eletrecidade e Sistemas de Armas que dão as habilitações relativas à especialização para o desempenho das atividades técnico-operacionais (Escola Naval, 1998).<sup>12</sup>

O corpo discente é formado exclusivamente de membros do sexo masculino. Sua composição socio-econômica é majoritariamente de classe média-média e média-alta. Entretanto, ao longo das últimas décadas tem crescido significativamente o número de alunos de origem popular, classe média-baixa e baixa. Do mesmo modo, cresceu o número de ingresso de não-brancos. Embora estas mudanças gerem uma necessidade de adaptação dos procedimentos pedagógicos por parte da EN, elas são vistas também como exemplo de maior “democratização” do perfil da oficialidade da MB.

### **5.1.O Ensino Ético-Moral da Escola Naval.**

O capitão-de-mar-e-guerra Luiz F.P. da Fonseca (1998)<sup>13</sup> tratou de apresentar as Diretrizes do Comandante para o Ensino e fez algumas considerações válidas para descrever o atual perfil dos aspirantes da EN. A primeira delas, foi a queda do nível sócio-econômico dos aspirantes, situando-se na faixa dos menos favorecidos da população; a segunda é o objetivo de apenas buscar um emprego para que ingressa na EN. O autor não concorda muito com tais afirmações; a seu ver, deve-se levar em conta também o ambiente em que a juventude atual vive.

---

<sup>12</sup> ESCOLA NAVAL, *Manual de Liderança* , 1998.

<sup>13</sup> FONSECA, Luis, F. P. da, Diretrizes do Comandante para o Ensino “in” *Revista Marítima Brasileira* , 4 T, 1998.

Existe, em primeiro lugar, um ambiente “pacifista” como uma verdadeira força transnacional que leva as pessoas a não entender o sentido da guerra e a missão das Forças Armadas. Aliado a isto está a sólida estabilidade diplomática brasileira que afasta a população da necessidade de pensar na defesa nacional. Em segundo lugar, há o “liberalismo” que valoriza excessivamente o individualismo, a ambição material, o imediatismo e o afrouxamento dos valores éticos e morais: “o aspirante de hoje é mais realista e menos romântico”.

O que fazer ?! A proposta do comandante Fonseca é incentivar: a) que os aspirantes tenham uma “boa educação” no trato com seus colegas, professores, instrutores e com os civis, sempre procurando dar o exemplo de boas ações; b) que os aspirantes tenham maior conhecimento das Ciências Sociais, particularmente da Política, com a finalidade de compreender-se como cidadão e como militar, compreender o papel das Forças Armadas e sua subordinação ao poder político, fugir do estereótipo de que não há diversidade interna e que seria um erro buscá-la e valorizá-la, ampliar os assuntos profissionais para além dos temas técnicos e táticos valorizando os estratégicos e compreender e analisar as diferentes culturas, sistemas e regimes políticos, econômicos e militares; c) que os valores éticos e morais sejam mantidos para serem seguidos e exigidos por um homem público servidor do Estado; d) que a ascensão à carreira militar não deva ser vista como um fim, mas a plena realização profissional em cada etapa; e) que haja motivação para a profissão e o entendimento dos benefícios da formação profissional-militar, estimulando os colegas a entender a sua utilidade para o país.

Em verdade, a preocupação com a formação dos futuros oficiais já começa desde o Colégio Naval (CN), como podemos ver no depoimento do capitão-de-corveta Armando R. Luque (1999) e do capitão-de-mar-e-guerra Antônio Fernandes Martins Dias (2001).<sup>14</sup> Mais uma vez, o ponto de partida são os valores ético-morais que devem existir nos oficiais-alunos e adaptadores do CN. Pensando nesta questão foi empreendido um curso de liderança, relações humanas e de ética para adolescentes. Este curso contou com o auxílio de técnicas pedagógicas como as dinâmicas de grupo e jogos eletrônicos estrangeiros que

---

<sup>14</sup> LUQUE, Armando R. Chega de Teorias. Vamos à Prática “in” *Revista Marítima Brasileira* 2T 1999. O Comandante Antônio Ferreira Dias apresenta também algumas questões relativas à formação naval no mundo contemporâneo, conforme veremos adiante no item 5.5. Ver DIAS, Antônio Fernandes Martins, *A Formação Básica do Oficial de Marinha*, EGN, 2001, digit .

exemplificam batalhas, como por exemplo, na Guerra das Malvinas, e outras mais. O curso contou ainda com alguns jogos de guerra disponíveis na EGN e no simulador do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA).

## 5.2. A Importância da Liderança na Escola Naval

A liderança é vista como um fator fundamental na formação dos oficiais da MB, tendo em vista o cumprimento de sua missão. Ela é vista pelo capitão-de-mar-e-guerra Paulo Alfredo B. da Silva (1989)<sup>15</sup> como de difícil definição, muito embora possam ser consideradas as noções correntes de que ela é o atributo de influenciar as pessoas exercidas numa dada situação que vise a realização de objetivo(s) especializado(s). Dentre as qualidades do líder, a principal é uma síntese de outras: a credibilidade.

A vida militar envolve os atributos de hierarquia e disciplina. Neste caso, é diferente do ambiente empresarial, por exemplo. O cumprimento da missão aliado ao desempenho obtido contribui para a avaliação do líder, mas a profissão militar exige que o oficial tenha “alguma coisa a mais”. Nos primórdios, a simples autoridade da função era suficiente. Hoje em dia, porém, ela está pautada pelo preparo profissional e pelo discernimento do chefe com relação às necessidades dos homens sobre o seu comando.

O comandante é o elemento que combina as exigências de uma organização militar no âmbito interno (ideais e aspirações, entusiasmo, esperança, estímulo dos indivíduos) e externo (ordens, missões, regulamentos etc) é necessário que o líder possa ser influente de forma eficaz, o que significa ter: autoridade hierárquica, autoridade moral, competência técnica e uma certa dose de carisma. Na relação entre o comandante e o subordinado existe a coerção, que só deve ser usada em determinados momentos. Contudo, o autor admite que das atribuições acima, o carisma é a mais difícil de ser encontrada e definida.

Como alguém se torna um líder? A seu ver: “Não existem líderes natos. Cada homem nasce com uma capacidade intrínseca que é desenvolvida durante a vida através do treinamento específico. Daí, a liderança militar não só pode como deve ser desenvolvida, de modo específico, pautada nos inúmeros estudos e pesquisas existentes”. Por isso mesmo, o

---

<sup>15</sup> SILVA, Paulo A. B. da, *A Liderança e a Formação do Oficial de Marinha*, EGN, 1983, digit.

militar moderno não pode se abster de conhecer os ramos da Psicologia que tratam da liderança e da dinâmica de grupo, bem como dos estudos sociológicos voltados para a carreira militar, alicerces básicos para o efetivo exemplo de liderança”.

Para este autor, a estrutura de ensino da MB, especialmente, na EN e no CIAW, deve considerar a situação vigente, onde se vive numa época de transformações profundas pós-Segunda Guerra Mundial. Nela, o Brasil luta desesperadamente para deixar de ser subdesenvolvido e o mercado de trabalho é altamente competitivo. Isto influencia a escolha dos jovens, que buscam nas Forças Armadas a segurança e a garantia de sobrevivência. Entretanto, a escolha da profissão militar deve ser pautada pelo idealismo do indivíduo de servir ao seu país, não visando vultosos ganhos econômicos. Como nem todos os brasileiros sabem, a situação do país é difícil. A própria MB sofre como os demais setores, com a inexistência de recursos suficientes para a manutenção e aquisição de seus meios. Por outro lado, a falta de ameaça externa reduz no contexto geral do país, a importância da manutenção de um Poder Naval adequado. Isto cria na mente dos indivíduos desprovidos do idealismo necessário, uma tendência de crise existencial, que se não for contida devidamente, poderá afetar a MB. Daí, a importância da liderança para anular os óbices e as influências negativas que afetam a Marinha como um todo.

Após o ano de 1984 a DEEnsM e a EN se preocupou em reformular o ensino da disciplina de Liderança, pois até então o que havia era considerado sem embasamento científico e feito de maneira obsoleta. O aspirante do terceiro e do quarto ano passou a ter ensinamentos da área de Ciências Sociais: Psicologia, Sociologia e Antropologia Filosófica, para conhecer melhor a temática da liderança. O autor concorda, mas critica o fato de muitos instrutores não serem preparados e versados nas disciplinas, comprometendo a credibilidade delas junto aos aspirantes. A sua sugestão é que apenas os oficiais com requisitos básicos possam fazê-lo. Os demais poderiam ser aproveitados, com base na sua experiência de carreira, em palestras, conversas etc.

No CIAW o ensino de Liderança também foi modificado na mesma época que na EN. Isto atingiu os Cursos de formação e Estágio de Aplicação para os Quadros Complementares, Corpo de Saúde da Marinha, Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha e o Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais. Mas há cursos como os de oficiais da reserva, capelania, cirurgião-dentista e farmacêutico que

não possuem Liderança no currículo. A MB deve providenciar para que isto seja feito, segundo o capitão Silva. Para os oficiais dos postos mais elevados, ele propõe a realização de cursos de reciclagem.

Após outras considerações, este oficial entende que: “De tudo o que foi exposto, concluímos não haver dúvida de que o estudo da Liderança nos dias de hoje deve ser respaldado por conhecimentos científicos e, para que possa ser desenvolvida a capacidade de liderança, é fundamental todo um conjunto de conhecimentos das Ciências Sociais”. Durante o Seminário sobre a Revitalização do Ensino de Liderança em 1984 as respostas à pergunta acerca dos efeitos positivos desta na vida militar, foram muitas, dentre as quais se pode destacar: melhoria geral da competência técnica, prática consciente da disciplina, melhoria do relacionamento interpessoal, maior co-participação no culto dos valores institucionais, maior prontidão de reação, disseminação do modelo desejável de comportamento e maior preservação da identidade profissional.

Como o objetivo do ensino deve ser o da formação de atitudes compatíveis com os valores da MB, o ensino de Liderança contribui para o desempenho das atividades cotidianas, o desenvolvimento da consciência e do juízo de valor e a perfeita compreensão do papel de líder. A DEEnsM preparou um Manual de Liderança que conta com a caracterização básica das questões e seus fundamentos. O conteúdo é abordado utilizando exemplos da História e da ficção, sobretudo da filmografia norte-americana, rica em roteiros de personagens e situações militares.

A preocupação com a formação dos oficiais em termos de liderança, foi também apresentada pelo capitão-de-mar-e-guerra João Alfredo Poeck (2000),<sup>16</sup> do Corpo de Fuzileiros Navais. Ele apresentou a liderança inicialmente, como um atributo da consciência, ao refletir permanentemente sobre os valores e os deveres da vida profissional. Assim, “todos os oficiais, já são líderes”, cabendo-lhes entender melhor como exercê-la no contexto de um mundo com grandes transformações culturais e tecnológicas. Em sua opinião o Manual de Liderança da MB traz os elementos-chave para a formação ideal de um oficial. Deve-se considerar a realidade “intramuros” e “extramuros” no aproveitamento do conteúdo que as Ciências Humanas poderão oferecer para o sucesso do líder. A

---

<sup>16</sup> POECK, João A . Como Exercer a Liderança em um Mundo com Transformações Tecnológicas e Culturais “in” *O Anfíbio*, 2000, Corpo de Fuzileiros da Esquadra , Rio de Janeiro, pp. 47-50.

hierarquia e a disciplina são consideradas os “elos permanentes” internos da instituição e estão ligados à contribuição da ética militar (Filosofia), ao exemplo (Psicologia) e à comunicação (Sociologia). Em qualquer manobra de crise, para fazer a guerra ou promover a paz, estes requisitos são importantes e valiosos na vida do oficial. No ambiente exterior, o oficial é uma extensão da anterior, pois a todo o tempo ele representa a instituição. Ele deve possuir o reconhecimento por parte dos não militares, ao passo que percebe que neste ambiente vigoram outras regras e valores. Para tanto, a contribuição da Ciência Política é bastante recomendada para que o oficial tenha credibilidade, capacidade de comunicação e habilidade de negociação, além de iniciativa.

Um outro desafio importante na formação do oficial marinheiro foi apontado pelo capitão-de-mar-e-guerra Carlos Eduardo Naito (1994)<sup>17</sup> avaliando a necessidade de maior aperfeiçoamento da profissionalização dos oficiais que ingressam na corporação através dos Corpos e Quadros Complementares da MB. A chamada “Nova Ordem Mundial” é uma realidade que provocou profundas transformações com campos diversos da vida social, como no caso da política, da ciência e da tecnologia, com a informática, a computação e a comunicação.

Para garantir a soberania do país, as Forças Armadas precisam estar atualizadas em termos de tecnologia e pessoal, a fim de “formar cérebros”. Neste caso, deve-se promover algumas reformas no ensino e no preparo profissional naval. Os documentos oficiais desde a PDN até PBM falam da importância da qualificação do pessoal. Porém, a má qualidade do ensino nacional se reflete na MB, mas a esta cabe desenvolver pesquisa científico-tecnológica em nome do atendimento das necessidades navais do Brasil valorizando as qualidades morais, profissionais, intelectuais, psicossociais e físicas do “elemento humano”.

Para Naito, existem dificuldades tais, como a diversidade em tipo e graus dos equipamentos e sistemas, a carência dos recursos institucionais, a separação dos principais centros de formação de oficiais e praças, as dificuldades de nacionalização do equipamento militar, e a realimentação do setor operativo. Ao ver de Naito, deveria haver maior flexibilidade do SEN nas adaptações, correções e atualizações exigidas para a dinâmica do

---

<sup>17</sup> NAITO, Carlos E. , *Face à Nova Ordem Mundial, Avaliar a Necessidade de Maior Profissionalização da Marinha do Brasil* , EGN, 1995, digit .

ensino, inclusive os currículos além da melhoria da qualificação dos instrutores (necessariamente militares) e da reavaliação dos cursos de formação de oficiais.

O ensino das Humanidades para a formação do futuro oficial da MB é considerado adequado em linhas gerais. No entanto, há algumas ponderações. A ressalva do ex-ministro da Marinha, almirante Mário César Flores <sup>18</sup> à EN é a insistência na especialização da formação dos aspirantes. As Humanidades não podem ser o carro-chefe, mas devem ter o seu lugar junto ao ensino científico, contribuindo para a ampliação da formação do segundo-tenente. O almirante não vê a especialização prematura como necessária. Seria mais importante perseguir uma formação mais holística, onde a especialização ficaria para os curso de aperfeiçoamento do segundo-tenente.

O vice-almirante Vidigal <sup>19</sup> também faz algumas ressalvas. A seu ver, o aspirante deveria ter uma formação humanística maior, por causa da necessidade da liderança e do aperfeiçoamento da visão de mundo e da cidadania. A Educação Militar-Naval tem uma forte ênfase na ciência e na tecnologia e pouca nas Ciências Humanas. A importância da formação humanística na EN deve ser estabelecida em função de: a) a liderança é um requisito básico para o oficial; b) o militar é também um cidadão, e tal formação abre os seus horizontes; c) sendo cidadão e militar necessita entender que é um instrumento do poder civil. Neste sentido, Vidigal propõe que deva ser reduzida a formação técnica, enfatizar a formação científica e moral e enfim, aumentara formação humanística para a construção e o fortalecimento do espírito dos aspirantes. É necessário deixar claro que a EN não forma o segundo-tenente, mas o futuro almirante da MB. O exemplo da USNAVY é evocado para lembrar que, no tempo da II Guerra, o bom comandante era formado em três ou quatro meses porque ele já tinha boa formação científica.

Os cursos técnicos de aperfeiçoamento podem ser dados após a EN, quando após o posto de segundo-tenente é necessário para exercer com proficiência as funções de bordo, pois deste momento até o posto de capitão-tenente o oficial deve ser antes de tudo, um bom cumpridor de ordens. Do posto de capitão-de-corveta para diante, ele passa a comandar. Neste momento é importante que ele tenha formação sobre a administração da corporação através dos cursos de comando e estado-maior. Aqui há uma grande transformação, pois o oficial passa a dar ordens. Mais uma vez, a formação humanística é fundamental.

---

<sup>18</sup> Entrevista concedida ao autor no Rio de Janeiro em 20 de fevereiro de 2001.

Para Vidigal, o ensino de Filosofia, Sociologia etc é imprescindível para fazer o militar mais humano e prepará-lo para maior contato com a sociedade. Ele tem uma natural dificuldade com as tensões da intelectualidade, dada a sua obrigação com o comando, mas isto também o leva a pensar questões à medida que se abre para ouvir os seus subordinados ao ponderar e fazer críticas. Enfim, a formação humanística ajuda o militar a ter consciência de que ele é um instrumento da sociedade democrática e pluralista. Assim, ele olha para ela com o interesse de cidadão acima do interesse do Estado, para que haja a realização do bem-estar e de melhor justiça social para a população. Se já tivesse esta formação na EN, o militar poderia dar uma contribuição maior à sociedade. Para Vidigal, há um bocado de razão na crítica ao texto da atual LDB no seu artigo 83. A autonomia da educação militar não pode ser total, somente ela é aplicável em termos específicos. É a sociedade que deve dizer o que o militar deve estudar na formação científica, inclusive as Ciências Humanas. Sobretudo aqui, o Poder Militar tem que aceitar esta ingerência do poder civil.

O almirante Flores tem posição semelhante a Vidigal. Sua percepção é que a educação do oficial de marinha deve contar também com a formação humanística, atendendo às necessidades de uma percepção holística da realidade em que atua. O conhecimento das Humanidades é bom, pois o militar continua a ser um cidadão e precisa ter uma capacidade genérica para discernir sobre Filosofia, Sociologia e História. Não pode ser a locomotiva da EN, mas devem ser um vagão no trem. É necessário abrir a cabeça do militar para outras questões, assim como nas demais profissões. O detentor da capacidade intelectual, ao longo do tempo, naturalmente se impõe e isto contribui para a liderança / comando, ampliando a sua compreensão onde a máquina militar está inserida. Assim, deve-se seguir o exemplo de oficiais como Ibsem Câmara, Henrique Sabóia, Armando Vidigal, etc. Aqueles que se dedicam a ampliar a sua cabeça tem uma ascendência natural sobre os mais modernos e, portanto, as concepções humanísticas devem ser valorizadas, sem dúvida.

Cabe assinalar que é importante tratar também da questão da autonomia das Forças Armadas no tocante à educação, conforme a determinação do Congresso Nacional através da LDB, Lei número 9394 de 1996<sup>20</sup>. No seu artigo 83, ela confere às Forças Armadas a legitimidade para tratar do sistema de ensino militar. O almirante Flores vê como inevitável

---

<sup>19</sup> Entrevista concedida ao autor no Rio de Janeiro em 30 de março de 2001.

e benéfica alguma ingerência do MEC, pois, para a formação básica do segundo-tenente há que haver algum enquadramento nas normas vigentes para toda a sociedade brasileira. Mas, quanto à formação, profissional-militar, não há como ter ingerência, dada a especificidade da carreira, como por exemplo o estudo sobre a operação de uma caldeira naval. Quando se passa a oficial mais graduado, é bom manter a perspectiva da MB de maior colaboração com universidades e institutos de pesquisa, por exemplo no campo da ciência e da tecnologia. Aliás, a seu ver, a MB está na frente em termos de abertura face às demais Forças, pois isto contribui para um maior intercâmbio, trazendo outros conhecimentos e ajudando a multiplicá-los no interior da corporação. Alguns cursos de mestrado (como, por exemplo, o da USNAVY em Monterrey, Estados Unidos) substituem o próprio C-PEM, embora a tradição naval ainda mantenha algumas resistências a procedimentos desta natureza.

### **5.3. A Educação e a Qualidade Total na Escola Naval**

Há também no ensino da EN, a tônica voltada para a qualidade. A importância da qualidade na MB é expressa por textos produzidos por seus oficiais. A sua implementação foi a partir da declaração do então ministro Mauro César Pereira, em abril de 1995, no sentido de construir uma esquadra de qualidade. Após apresentar a evolução conceitual da questão da qualidade, do controle para a garantia até chegar na gestão pela qualidade total, apresenta-se o triângulo básico da qualidade: conscientização, motivação e meios. Assim é dito que é indiscutível o nível intelectual dos oficiais e praças da MB, mas algumas deficiências persistem, como a falta de conhecimentos da língua inglesa e de informática por parte de muitos. Seria preciso criar uma massa crítica para disseminar a Gestão pela Qualidade Total (GQT) na MB, motivar as chefias e a aplicação de maiores recursos materiais para a otimização e maior desempenho das funções.

O capitão-e-mar-e-guerra Alberto Delano de Oliveira (1995)<sup>21</sup> fez algumas considerações sobre a aplicação da Qualidade Total na educação militar. A seu ver, uma

---

<sup>20</sup> CONGRESSO NACIONAL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, Lei 9394 de 1996.

<sup>21</sup> OLIVEIRA, Alberto D. de, *Gerenciamento pela Qualidade Total : Uma Experiência de Implantação*, EGN, 1995, digit.

moderna foi feita igualmente pelo capitão-de-mar-e-guerra Ricardo Rios (1994).<sup>23</sup> Ela não é um “modismo passageiro” conforme demonstrou o seu sucesso desde o Oriente ao Ocidente, a sua aplicação pela USNAVY e a criação no Brasil do Programa Brasileiro de Qualidade Total (PBQT). Este foi concebido com a finalidade de diminuir o desperdício e aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior.

O comandante Rios ressalta as implicações destas questões para as Forças Armadas num cenário pós-Guerra Fria, onde, mais do que nunca, a MB deve mostrar a sua eficácia e economia dos recursos postos à sua disposição. Neste sentido, o GQT é entendido como uma resposta aos desafios relacionados ao preparo e emprego do Poder Naval brasileiro.

O Plano Diretor da Marinha (PDM) demonstrou pioneirismo na implementação do GQT, mas, a sua plenitude conta, também, com a ativa participação dos chefes navais. Uma Marinha de qualidade, aprendendo e ensinando novos métodos e técnicas, só poderá ser feita com: a participação de todos, a introdução de uma nova mentalidade e a busca constante de novos resultados, onde “zero defeitos”, é uma preocupação constante.

#### **5.4. Os Desafios da Formação Atual dos Oficiais da Marinha do Brasil**

O comandante Antônio Dias abordou a formação dos oficiais da MB apresentando a sua evolução histórica através da criação da organização da EM e do CIAW ressaltando a importância da ciência na profissão moderna assim como a emergência da subjetividade e do conhecimento pós-moderno. Sua argumentação caminha na descrição das áreas técnico-científica, humanista e militar nas academias navais brasileiras, no desenvolvimento do plano de carreira dos seus oficiais e na comparação com a realidade de alguns países como Portugal, Estados Unidos, França, Inglaterra, Argentina, Chile e Venezuela. Por fim, o comandante Dias fez uma comparação com o meio profissional civil brasileiro. Sua ênfase foi dada a fim de colaborar na formulação de uma proposição que venha a aperfeiçoar a formação básica dos oficiais da MB diante das necessidades / características do mundo moderno e dos desafios do século XXI.

A montagem do SEN com base na legislação vigente e a sua compatibilização com

---

<sup>23</sup> RIOS, Ricardo, *A Gestão pela Qualidade Total*, EGN, 1994, digit.

a estrutura organizacional da MB estão ligados à Sinopse Geral do Curso de Bacharêu em Ciências Navais, estruturado pela DEEnsM, cujos requisitos são as áreas referidas anteriormente. Estas se diferenciam em termos percentuais gerais da seguinte forma: a) humanística 990 horas (32,4%) ; b) técnico-científica 1.125 horas ( 36,8%); c) profissional-naval 945 horas (30,8%), num currículo cuja carga total é de 3.060 horas. A formação do oficial do Corpo da Armada possui 24% para as duas primeiras áreas e 49% para a terceira; o Corpo de fuzileiros possui 24% para a primeira, 28% para a segunda e 48% para a terceira.; no Corpo de Intendência temos 24% para a primeira, 27% para a segunda e 49% para a terceira. Este oficial fez um balanço das três áreas após o desenvolvimento da carreira no curso de aperfeiçoamento; seu entendimento é o de que a, embora o preparo profissional-naval seja “fundamental” para o exercício dos cargos, a formação humanística é “imprescindível” no contexto do mundo moderno. Por seu turno, o preparo técnico-científico deve ser melhor balanceado a fim de contribuir com a carreira dos oficiais. O comandante Dias ressaltou ainda que há diversificação na formação militar no mundo moderno, assim como no mundo civil, que possui uma formação flexível e polivalente. O contexto da globalização impõe que haja “valorização crescente da competência e do conhecimento” por causa da sua própria dinâmica, responsável pela criação de mudanças sociais profundas. Para a realidade regional, o Mercosul assume uma importância considerável. Em razão disso, a MB precisa considerar com muito cuidado a formação de seus oficiais a fim de ter uma visão mais adequada do mundo em que vivem e exercem a sua profissão, assim como da organização a qual pertencem. A qualidade da formação profissional está diretamente ligada ao desenvolvimento de competências variadas, que vão desde a interação social à adaptação flexível às diversas necessidades do trabalho. Para a MB isto significa ter um oficial capacitado para absorver a evolução tecnológica e capaz de desenvolver atributos morais, intelectuais e culturais. Isto implica na adoção de um preparo “geral e polivalente”, tendo o devido cuidado em não comprometer a formação militar-naval, o que fatalmente recai na revisão do currículo da EN, tornando-o mais balanceado entre as três áreas de conhecimento consagradas pela estrutura de ensino. Assim mesmo, a área de Humanidades poderá ter uma participação maior através de disciplinas como Direito e Administração. O argumento de Dias está inspirado na sua percepção de profissionalismo militar tal como descrita por Janowitz, onde a educação geral / integral só

poderia ser alcançada a partir da atualização curricular e um treinamento mais avançado nas Humanidades para o conhecimento tanto das relações interpessoais como das relações internacionais. Deste modo, para o comandante Dias, estaria lançado o fundamento de preparação e “desenvolvimento da Marinha do futuro”.

### **5.5 Questões Sobre a Educação Naval**

Tendo descrito as considerações feitas pelos oficiais, passamos aqui a fazer alguns comentários sobre o SEN. Ele tem como característica de organização e funcionamento peculiares aos interesses e às necessidades da corporação naval e possui fundamentação oferecida pelos diversos documentos que configuram o serviço público e a carreira militar, do mesmo modo, está apoiado numa imensa variedade de documentos elaborados na própria MB, formando uma unidade complexa de princípios, normas e regulamentações através de planos, doutrinas, programas e leis. Chamamos à atenção para alguns aspectos que merecem consideração a partir dos relatos expostos pelos oficiais e a tentativa de seu enquadramento dentro de um modelo equilibrado feita da nossa parte.

Em primeiro lugar, para a realização de seus objetivos, a MB naturalmente, depende da estrutura de ensino vigente no país. A corporação oferece algumas entradas de acesso à carreira de oficial, sendo os indivíduos oriundos: a) do Colégio Naval; b) do ensino médio; c) dos quadros de praças e d) das universidades civis. Em todas elas, a MB precisa trabalhar com a questão da qualidade / precariedade do ensino nacional, sendo que, em a e c ela possui um tempo de preparação e treinamento que podem contribuir para chegar mais perto do perfil de oficial desejado, pois o processo está mais subordinado ao seu controle. Nas outras formas de entrada, a MB fica mais dependente da demanda, por isso instala uma seleção classificada como rigorosa. Neste sentido, a MB visa absorver uma parte da elite escolar brasileira nas várias áreas de conhecimento técnico-científico e das Humanidades. Estes indivíduos passam de “civis de farda” a ter um comportamento mais propriamente militar e de cunho tradicional. Porém, o contrário deve ser considerado, pois o seu conhecimento e origem cultural criam algum impacto na vida da corporação, contribuindo para o processo de civilização, que ajuda na adoção de valores organizacionais.

Mas uma questão importante sobre o SEN, tem a ver com os limites de suas finalidades. Estes são impostos pela legislação vigente (como é o caso da LDB e do MEC), desde que a MB passou a reestruturar o seu ensino na década de 70, com a implementação de seu Programa de Reparcelamento. A pretensão de criar uma formação genericamente reconhecida como graduação plena em Engenharia, ajudaria a recrutar parte do pessoal qualificado das escolas brasileiras, entretanto o MEC não autorizou. Isto demonstra um aspecto importante nos limites das instituições militares no que tange à sua autonomia. Do ponto de vista administrativo / autárquico, a educação castrense não pode extrapolar o padrão estabelecido, por exemplo, impedindo que um oficial formado na instituição venha a desempenhar funções civis. Um aspecto que merece destaque é que tal impedimento ocorreu dentro de um contexto ditatorial, onde, supostamente, todos os interesses da instituição militar poderiam ser atendidos. Mesmo tendo militares na chefia e demais cargos desse Ministério, tal dispositivo fora negado à MB, e assim, permanece até os dias atuais. A saída encontrada pela corporação através da FDEN, tenta conciliar interesses dentro dos limites, perseguindo os seus objetivos de qualificação técnico-operacional dos oficiais. Assim, verificamos que o problema da autonomia autárquica não está exclusivamente relacionado ao regime político. Ele decorre também de injunções burocrático-administrativas, estruturadoras de um modo próprio e específico no caso brasileiro. Isto se estendeu através das alterações de regime em que pese a autonomia garantida ao ensino militar pelas LDBs em vigor no passado e no presente.

Em segundo lugar, os recursos humanos disponíveis para a formação dos oficiais podem estar fora, mas, devem estar, preferencialmente, dentro da corporação. Isto acontece não só por causa da carência de recursos materiais, como também pela visão adotada de quem são os agentes responsáveis pelo desempenho de tal tarefa. Podemos aqui registrar um pouco mais da ambigüidade do modelo equilibrado; os professores civis têm uma notável qualificação acadêmica, mas, são apontados como alvo de preocupação em dois aspectos : a) financeiro - pois o salário é reconhecidamente baixo, desestimulando maiores investimentos na carreira e no tempo de trabalho, apesar da existência do instituto da estabilidade no serviço público estabelecido pela União; b) ético-moral - os professores civis possuem valores e comportamentos distintos dos professores militares de carreira, o que pode gerar conflitos no interior dos corpos docente e discente das escolas, mais ainda

para o caso do CN e da EN. Este é um ponto importante para a reflexão de quem deve formar o oficial, sobretudo se levarmos em conta as transformações sociais existentes na atualidade, dentro e fora do país. Ao mesmo tempo, em que a corporação precisa de oficiais mais antigos e experimentados na vida em caserna e nas funções marinheiras, ela necessita do conhecimento e experiência de homens e mulheres profissionais, formados nas universidades civis, contribuindo para implementar novos métodos e técnicas de ensino-aprendizagem, além de conteúdos considerados mais modernos. A saída encontrada em contratar oficiais inativos indica a ausência de recursos financeiros desejáveis, assim como de apego ao tradicionalismo. A MB, as outras Forças e as universidades têm enfrentado um problema crônico de falta de pessoal. Atualmente, ela possui 343 professores, basicamente civis, para as escolas que estão sobre a jurisdição da DensM, mas há uma carência de quase 5 mil servidores, sendo 193 professores, que só pode ser preenchida com autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que administra a situação dos quase 9 mil servidores civis da MB.

Em terceiro lugar, é notório que a adoção da FDEN foi um passo significativo para a MB, naquilo se pretende em termos dos objetivos da missão da EN, estabelecidos pela sua estrutura curricular. É certo que devemos considerar os problemas de funcionalidade que demandam modificações. Nisto, as habilitações adotadas são entendidas como válidas para absorver a necessidade de preparo e emprego dos homens nas atividades bélicas da MB, que tenta acompanhar as modificações tecnológicas dos meios navais. Contudo, tal fato não impediu a valorização de aspectos mais tradicionais, ligados ao ensino de Liderança. Os oficiais devem ser preparados para desempenhar com mais eficácia as funções nas organizações navais, mas também devem ser aperfeiçoados na arte de comandar e administrar o serviço de seus subordinados nos seus vários corpos e quadros. O que foi chamado de “sólida formação profissional” deve comportar as duas áreas de competência. Pelo menos para o aspecto relacionado aos objetivos deste trabalho, ressaltamos a importância do ensino dos conhecimentos humanísticos. Embora o número de horas-aula tenha sido considerado exagerado em relação aos conhecimentos técnico-científicos, poderá ser observada uma apresentação mais ampliada da importância das disciplinas humanísticas ministradas na EN, além da sua contribuição para a formação do futuro comandante num contexto social altamente dinâmico. Consideramos este aspecto

extremamente válido para a educação ético-política dos oficiais da MB, que deve repercutir dentro de todo o processo de desenvolvimento de sua carreira, sobretudo quando chegar nos níveis superiores, quando da realização dos cursos da EGN. Ora, se isto é válido para tais níveis, pensamos que deve ser também fundamental que este incentivo seja ampliado desde a formação básica do oficial, em nome dos objetivos da educação voltados para o serviço à cidadania e ao poder político. Podemos ressaltar também que o ensino das Humanidades é considerado válido na MB para abordar o contexto cultural de crises e mudanças de paradigmas científicos, pois elas são responsáveis pelo tratamento da complexidade do mundo atual. Esta questão toma mais relevância quando relacionadas às exigências de qualificação profissional e às competências a ela relacionadas, por causa das atividades de comando. Neste sentido, Janowitz é mencionado por um oficial, contudo sem referências explícitas ao processo de civilinização por nós destacado neste trabalho. Há desdobramentos destas questões pertencentes à adoção de um modelo mais ou menos tradicional na MB e sua estrutura de ensino. Assinalamos que eles aparecerão ressaltados adiante na abordagem que fazemos sobre a formação dos oficiais através do ensino ministrado na EN e na EGN.

Na discussão anterior das questões relacionadas ao ensino na EN, podemos verificar ao longo das últimas três décadas, uma modificação na sua estrutura, em nome de um certo ideal de modernização empreendido pela MB, sobretudo a partir da implementação de seu sistema de fragatas. Este foi significativo porque deu à MB maiores condições de dispor de meios navais mais adaptados ao porte que o Brasil almejava ter, dentro das mudanças implementadas pelos governos militares nas décadas de 60 e 70, conhecidas genericamente por “milagre econômico”. Com um tipo de equipamento mais avançado, a MB se tornou mais capaz de deter conhecimentos técnicos, próximos às Marinhas mais avançadas de porte médio. Esta modernização provocou mudanças importantes na formação dos jovens oficiais, gerando a FDEN, que existe até os dias atuais com algumas modificações.

Entendemos que o conhecimento técnico-profissional é valorizado pelos oficiais para a reprodução e ampliação do saber técnico-científico, conforme estão consignados nas áreas de Engenharia e Sistemas, do mesmo modo, as Ciências Exatas contribuem para o embasamento da formação geral. Porém, segundo o exposto acima, a formação moral e cívica que forja o espírito militar, tem sido alvo de crescente preocupação da parte da MB.

Isto porque os atributos espirituais são fruto da reprodução de valores estabelecidos como legítimos pela corporação. Neste caso, ganham maior peso os saberes humanísticos. A criação de simpósios sobre o ensino de Liderança pela EN é significativa em uma situação complexa, onde a corporação precisa investir sua atenção para conseguir resultados satisfatórios em termos de recursos humanos. Os ingressantes são jovens criados em um ambiente cultural mutável, diverso, liberal, dinâmico e complexo, portanto distinto da vida militar, mesmo que tal situação se refira também aos alunos egressos do CN, que já passaram alguns anos de adestramento, segundo os parâmetros estabelecidos pela MB. Por esta razão, assinalamos que a MB enfrenta um dilema específico das instituições militares contemporâneas, em função da necessidade de educar jovens brasileiros, segundo os ideais de honra, patriotismo etc, ao mesmo tempo em que precisa manter-se aberta aos influxos da sociedade a qual pertence, onde existem desequilíbrios sociais, maiores incertezas, flexibilidade, liberalidade e emergência de questões relativas às diferenças étnicas, religiosas e de gênero. Este ambiente tem se tornado acelerado com a massificação das novas tecnologias da comunicação, de produtos que simbolizam sonhos de consumo e busca de realização individual, acentuada ainda mais pela competição do mercado de trabalho. Tal dilema contribui para manifestar as características mistas de um modelo equilibrado na tentativa de ser tradicional e moderna ao mesmo tempo.

A nosso ver, tal fato contribui para a aproximação do enquadramento feito por Moskos sobre a instituição militar. É na adoção deste modelo que interpretamos suas considerações feitas pelos oficiais aqui apresentados, no que tange à capacidade de comando e liderança. Parece ser bastante importante para a MB que o futuro oficial comandante saiba desenvolver competências além das atribuições técnico-operacionais e administrativas, conforme está localizado na discussão sobre a questão da “qualidade” que deve ser perseguida em todas as organizações militares-navais brasileiros. Além disso, torna-se importante o desenvolvimento de saberes ligados ao exercício da liderança, tornando válidos os conhecimentos específicos de Psicologia, Sociologia, Liderança, Educação Militar-Naval, Direito, Antropologia e Política Internacional. Interpretamos esta preocupação um aspecto relevante na preocupação com os indivíduos que terão de lidar com situações sensíveis dentro e fora dos ambientes militares.

Entretanto, há um outro aspecto da formação militar brasileira que não está no enquadramento do modelo equilibrado pelos teóricos citado. Insistimos neste aspecto pelo fato de que a sociedade brasileira passou pelo processo de transição política protagonizada pelos militares. No contexto atual desta sociedade, a cidadania é um valor e uma atitude válida e legítima no texto constitucional e na legislação vigente, inclusive a educacional, como a LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Vemos isto como relevante para a relação entre civis e militares, assim como para o amadurecimento da democracia, pois a necessidade de seu desenvolvimento no país deve ser do interesse de todos: Estado, povo e Forças Armadas.

## ***6. O Ensino na Escola de Guerra Naval***

O objetivo deste segmento é fazer uma descrição do ensino da EGN em geral, e do Curso de Política e Estratégias Marítimas (C-PEM) em particular, no seu atual estágio de organização para que, posteriormente, possa ser desenvolvida sua apresentação como um todo em seu desenrolar histórico, acompanhando o processo e modernização naval. Assim, consideraremos inicialmente o seu antecessor, o Curso Superior de Guerra Naval (C-SGN) e, depois, o C-PEM. Faremos uma retrospectiva desde a sua criação na década de 80 e sua relação com a evolução do pensamento político-estratégico da MB.

No início do século, o Brasil contava com uma Armada além das capacidades operacionais da Marinha e da realidade do país. A EGN foi fundada em 1914 na cidade do Rio de Janeiro, dentro da preocupação de qualificar melhor a oficialidade naval brasileira com ajuda e influência norte-americana através do *Naval War College*, numa época em que o contexto internacional exigia por conta da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

*Lembra-vos da Guerra* é a frase que está posta em destaque num dos corredores principais onde se desenvolvem as atividades de ensino da EGN. Esta frase, inicialmente, se tornou o lema da EGN, o que foi posteriormente modificado para: *Navale Bellum Nautis Docere*: ensinar ao nauta, a guerra no mar.

A EGN é a repartição mais importante da MB para se aprender as o conjunto das doutrinas que fundamentam a missão da corporação e discutir as principais questões relacionadas ao emprego do Poder Naval, dentro da lógica da Política Militar, enquanto parte integrante da PDN e da atribuição constitucional das Forças Armadas. A EGN é o

lugar privilegiado da formação dos oficiais para ocupar as posições de chefia e comando no prosseguimento da carreira militar naval desde o posto de capitão-tenente ao de capitão-de-mar-e-guerra. Toda as atividades da EGN estão submetidas ao EMA características, que é responsável por aprovar o seu regimento, fixar as vagas para os cursos e aprovar o seus currículos.

A EGN tem por função a formação em alto nível dos oficiais da MB para a ocupação dos postos da Alta Administração Naval. A Escola oferece anualmente quatro modalidades de curso: Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-MOI), Curso Superior (C-SUP), Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-MOS) e Curso de Política e Estratégias Marítimas (C-PEM). Esta nova nomenclatura é resultado de portaria ministerial em 1997, o que não alterou o perfil dos cursos existentes anteriormente. O C-SUP e o C-MOS fazem parte do C-AEM (Curso de Altos Estudos Militares) e está destinado a civis e militares da MB no nível de capitão-de-mar-e-guerra ou da outras Forças Armadas que necessitem de qualificação nas questões referentes ao Poder Marítimo Nacional. O Exército possui o CEPAX e a Aeronáutica o CPEA, como cursos correlatos, que contam eventualmente com a participação de oficiais da MB. Conforme a informação disponível no Regimento Interno da EGN (2000), temos as seguintes características dos cursos:<sup>24</sup>

#### *Curso de Estado Maior para Oficiais Intermediários (C-MOI)*

*Propósito: Capacitar os capitães-tenentes de todos os corpos e quadros para o desempenho de comissões de caráter operativo e administrativo e o exercício de funções de estado-maior, com ênfase nos fundamentos e na prática do processo de planejamento militar e dos trabalhos e estudos de estado-maior.*

*Descrição: Um curso essencialmente doutrinário, destinado a todos os corpos e quadros, realizado em duas fases. A primeira, feita por correspondência, consiste no estudo de disciplinas organizadas em lotes avulsos, avaliadas por provas escritas, variáveis para os*

---

<sup>24</sup> ESCOLA DE GUERRA NAVAL, *Regimento Interno*. [www.mar.mil.br/egn](http://www.mar.mil.br/egn). Acesso em 01 abril de 2000.

*diversos corpos e quadros. A segunda fase, de frequência obrigatória na EGN, em regime de tempo integral. Esta fase, com organização modular, prevê o desenvolvimento de exercícios práticos sobre os fundamentos e na prática, atinentes a trabalhos e estudos de estado-maior (EEM)*

#### *Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (CEMOS)*

*Propósito: Ampliar os conhecimentos dos oficiais do CA, CFN e CIM, especificamente designados, visando a funções de assessoria de alto nível e de estado-maior, com ênfase em planejamento estratégico das operações navais.*

*Descrição :O CEMOS é primordialmente doutrinário e apresenta aspectos conjunturais pertinentes; dissemina os conceitos de mais alto nível da doutrina naval e dos componentes do Poder Naval; enfatiza o planejamento de nível operacional (comandante de força e de teatro de operações) e suas vinculações com os níveis estratégicos e político, empregando a metodologia do processo de planejamento militar (PPM); pormenoriza e destaca conceitos de estratégia militar, em especial aqueles aplicáveis à guerra naval; apresenta problemas administrativos e legais mais prováveis de serem enfrentados pelos oficiais-alunos nas etapas subseqüentes da carreira; e transmite conhecimentos relativos à logística, política, economia, direito e ciência e tecnologia.*

#### *Curso Superior (C-SUP)*

*Propósito:O curso apresenta aos oficiais as conjunturas nacional e internacional, permitindo uma análise prospectiva, com ênfase nos elementos do poder marítimo. Abordam-se ainda o Planejamento de Alto Nível da Marinha e, em particular o Plano Estratégico da Marinha*

*Descrição: A EGN ministra os seguintes Cursos Superiores:*

*C-SUP para Oficiais do CA, CIM e CFN; C-SUP por correspondência para Oficiais do CEM, CSM, CTM E CAM.*

## 6.1.Os Cursos de Alto Nível da Escola de Guerra Naval

Os cursos de alto nível da EGN (C-SGN e C-PEM) se organizaram com uma estrutura curricular de grande abrangência, tratando de temas especificamente militares, como os jogos de guerra e as operações navais, ao mesmo tempo, que dispensava maior atenção aos conteúdos das Ciências Sociais. O curso de maior importância foi até, 1969 o C-SGN, cujo propósito inicial era a “atualização e aperfeiçoamento de oficiais do Corpo da Armada, Corpo de Fuzileiros Navais, Escola Naval, Intendência da Marinha e Quadro Médico, para o exercício das funções de comando, chefia e planejamento, inerentes aos oficiais-generais” . Isto ocorreu dentro da chamada “fase de consolidação” da EGN, que segundo Val (1996) transcorreu entre 1963 e 1992, após o período de “implantação” (1914 - 1945) e o de “busca de identidade” (1946 - 1962). Em 1968, a Marinha optou por retomar os dois cursos regulares existentes desde o início de seu funcionamento : o Curso de Comando e Estado-Maior (C-CEM) e o Curso Superior de Guerra Naval (C-SUP) . Val ressalta que esta foi uma mudança significativa, acompanhada da transformação do instrumento jurídico-administrativo para gerir a EGN: os decretos presidenciais foram substituídos pelas portarias ministeriais. Assim, a Marinha passou a ter “mais autonomia para gerir a EGN. Com isso, a Escola se tornava uma instituição mais ágil no atendimento aos objetivos da Marinha de Guerra”. Este era um tempo de mudanças político-administrativas e de espaço físico também. Em 1970, a Escola foi transferida do centro da cidade do Rio de Janeiro para o bairro da Urca, zona sul, onde permanece até os dias de hoje.

A partir de 1971 houve o estabelecimento de um novo currículo para os dois anos regulares citados acima, além de um curso básico à distância, preparatório para o ingresso na Escola, que foi suspenso entre 1974 e 1979. Neste ano, a Escola criou o Centro de Estudos Avançados com o intuito de prestar apoio às suas atividades de pesquisa e às atividades curriculares. O Centro de Estudos Avançados foi transformado em Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE), existente até hoje com os mesmos objetivos. Então ,

ficaram estabelecidos dois cursos: o C-CEM e o C-SGN que foram denominados Cursos de altos Estudos (CAEM).<sup>25</sup>

O C-PEM foi criado pelo ministro Henrique Sabóia, através da Portaria Ministerial 0473 de 31/ 03/ 1984 com a denominação de Curso de Política e Estratégias do Mar, mudado em 1992 para Curso de Política e Estratégias Marítimas, no momento em que a EGN completava 70 anos de existência.<sup>26</sup> Ele se tornou o mais importante dos cursos da EGN em função do seu objetivo de preparar os futuros oficiais-generais da Marinha. O C-PEM foi criado no momento em que a transição política da ditadura à democracia passava por um momento crucial com a eleição do primeiro presidente civil, pela via indireta, e as perspectivas de transformações mais profundas na ordem político-institucional e na corporação naval. O C-PEM passou a ser o substituto natural do C-SGN para a EGN e a própria MB. Esta é a razão pela qual este trabalho enfoca o currículo destes dois cursos, para tentar compreender a formação dos oficiais e a sua relação com o pensamento político-estratégico da MB, vinculando-os ao contexto histórico do país e da corporação. Entretanto, o diretor da EGN na ocasião, almirante Flores, relata na entrevista para este trabalho que a criação do C-PEM foi apenas a mudança de nomenclatura, dado que se manteve com o mesmo propósito e conteúdo do C-SGN. De fato, havia um hiato muito grande, que deveria ser suprido, entre o curso de estado-maior, feito pelo capitão-de-corbeta e o C-SGN, feito pelo capitão-de-mar-e-guerra. Vidigal, porém, afirma que criação do C-PEM obedeceu também à necessidade de melhor especificação da formação dos oficiais no nível de estado-maior no enquadramento de carreira para efeitos de remuneração. Esta era uma época muito fértil na EGN, quando foram introduzidos os jogos de guerra e o treinamento de operações ribeirinhas para os fuzileiros navais, tal como a experiência forjada no *Naval War College*. A criação do C-PEM foi tão bem sucedida que inspirou o EB a fazer o mesmo na ECEME e a Aeronáutica a criar seu curso na ECEMAR. Embora haja coincidência com o período final da transição política, Flores ressalta que não teve nada a ver com o momento político-institucional. Foram razões meramente de conveniência do ensino que levaram a MB a criar o C-PEM suprimindo a lacuna cultural-institucional para a formação de seus oficiais.

---

<sup>25</sup> ESCOLA DE GUERRA NAVAL, *Currículos do Curso Superior de Guerra Naval (C-SGN)1971-1984*, mimeo.

<sup>26</sup> ESCOLA DE GUERRA NAVAL, *Currículos do Curso de Política e Estratégias Marítimas (C-PEM) 1985 - 2001*, digit.

A preocupação maior era o aperfeiçoamento profissional ligado à possibilidade da ascensão ao almirantado. Daí, não havia influência do campo político-ideológico. De acordo com Flores, a EGN sempre se portou pela orientação geral da MB, que não se deixou levar pelos interesses políticos internos. Para ele, há muito exagero neste assunto em relação às escolas militares, cujos componentes não percebiam a situação com a mesma intensidade. Não que inexistisse o vínculo político-ideológico de seus membros, mas não havia imposição dos valores dominantes no âmbito da corporação. A própria ESG não tinha influência nas escolas militares. Decerto que os temas ligados à ordem interna eram tratados, porém, somente em três ou quatro conferências de participantes da ESG e do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), atualmente conhecido como CIM. Os currículos da EGN eram absolutamente imunes ao problema político-ideológico que, mesmo na época do fim do regime ditatorial, não despertavam interesse por tais questões, conforme a tradição da MB. Algum envolvimento dos fuzileiros navais na segurança interna era requerido, assim como a área de informações. Porém esta era uma parcela diminuta, porque a maioria da MB estava preocupada com a defesa externa do país, ao contrário do EB, que sempre foi mais hegemônico, intervencionista e tutelar. Na EGN os oposicionistas e os situacionistas tinham ampla liberdade para expor as suas idéias, mesmo nos anos mais duros do regime. Não havia, então, doutrinação, mas discussão sobre as questões nacionais de interesse da corporação naval. Por causa da ênfase profissional, se estudava disciplinas como Logística, Administração, Política Externa, Operações Navais e Operações Anfíbias.

Nos demais cursos da EGN o que há é o peso doutrinário-hierárquico que atua por gravidade, assim como em todas as Forças Armadas do mundo. Este tipo de crivo gera uma “patrulha subliminar não-ostensiva e não-violenta”. Mas nos cursos superiores como o C-PEM a discussão é absolutamente livre e gira em torno dos temas de preparo e emprego da Força, aquisição de meios, etc. Havia e há discussão das interpretações diferentes que atacam ou defendem quaisquer concepções, inclusive com a presença do chefe do EMA. As monografias produzidas trazem muitas críticas à organização e aos procedimentos da MB, sem o impeditivo de quaisquer partes. O senso crítico, dialógico e reflexivo tem sido uma constante. Assim, afirma Flores: “A EGN foi sempre aberta e continua sendo”.

Esta postura é confirmada por Vidigal, antecessor de Flores na direção da EGN, através da entrevista para este trabalho, concedida em março de 2001. A Escola tem tido um ensino aberto ao longo do tempo, mesmo no período ditatorial, onde, como diretor deu a sua contribuição, pois viveu o processo de transição da ditadura para a democracia.. Alguma abertura já havia, mas o seu período lá contribuiu significativamente para as transformações necessárias.

Desta forma, a EGN tenta cumprir a lacuna da precariedade da formação humanística, considerada tão importante para o oficial-comandante e prestes a fazer parte da Alta Administração Naval. No entendimento de Vidigal o C-PEM é, talvez, o melhor curso de estado-maior do Brasil, em termos da formação e da visão do país e do Mundo que ele proporciona. Até hoje, a EGN possui um caráter aberto e democrático, inclusive com relação ao Estado e à sociedade civil. A tradicional visão “esguiana” sempre teve muita crítica no seu interior.

Em 1992 houve outra alteração na estrutura administrativa da EGN, onde foi criado o Centro de Cursos por Correspondência (CCC), organizando o Curso Básico e o Curso Superior para os oficiais intermediários iniciantes no posto de capitão-tenente. Os oficiais do posto de capitão-de-corveta passaram a fazer o C-CEM e os capitães de mar- e- guerra a fazer o C-PEM. A atual estrutura de cursos da EGN foi estabelecida pela Portaria Ministerial 00115 / 1996 do Ministério da Marinha para a implantação no ano de 1997, em vigor desde então.

## **6.2. Os Currículos do C-PEM (1985 -1990)**

O C-PEM teve o seu primeiro currículo aprovado em novembro de 1984 pelo EMA para vigorar a partir de março de 1985, com um total de 1824 horas / aula distribuídas em 10 disciplinas, além das Viagens de Estudo e dos Tempos de Estudo. Tais disciplinas foram: Prática de Planejamento, Sistemas Administrativos, Conjuntura Econômica, Mobilização, Política, Estratégia, Relações Internacionais, Assuntos Psicossociais, Política Marítima e Política Naval. O curso possuía como propósito principal “a atualização e ampliação de conhecimentos no campo da Estratégia, da Administração, da Política Marítima e dos assuntos correlatos, com vista a: a) para os oficiais superiores da Marinha,

aperfeiçoá-los para o exercício de funções nos altos escalões da Marinha ; b) para os civis e oficiais superiores do Exército e Aeronáutica, prepará-los para o exame dos principais assuntos relacionados com a Marinha e o Poder Marítimo”.<sup>27</sup>

Das diretrizes então estipuladas para o C-PEM, podemos destacar: “a) ao término do curso os oficiais e civis deverão estar em condições de discutir os vários aspectos ligados à formulação das políticas relacionadas com o Poder Marítimo e o Poder Naval , assim como proceder ao exame, à revisão e à elaboração de documentos de alto nível da MB “ ; b) “ os trabalhos curriculares, individuais ou coletivos, abordarão temas reais ou próximos as realidade, cuidadosamente selecionados, de modo a focalizar a atenção e o esforço sobre as conjunturas nacional e internacional , no que for aplicável ao planejamento estratégico da MB... a critério do EMA, poderão ser eventualmente mobilizados como subsídio daquele Estado-Maior”.

A partir de 1987, o currículo tornou explícita a vinculação de tal subsídio com Planejamento Estratégico da Marinha (PEM) e a Sistemática de Planejamento e Administração da Naval (SPAN). No geral, a estruturação inicial do C-PEM não diferenciou muito do C-SGN , seja na organização curricular, nos propósitos e nas diretrizes. Ressalte-se aqui as mesmas características em função de exortar os oficiais-alunos para que mantivessem a “mente aberta” e o desapego a uma “interpretação rígida ou a uma solução inconteste”. Por isto mesmo, a troca de informações, de experiências e de idéias livre e amplamente era estimulada pelo EMA.

A avaliação era feita por trabalhos em grupo e individuais somente nas disciplinas de Jogos e Planejamento, Sistemas Administrativos, Mobilização, Estratégia, Política Marítima e Política Naval, com peso igual a 1 para todas elas.

Se compararmos os últimos currículos do C-SGN com o primeiro currículo do C-PEM, constatamos que houve um aumento da carga horária em cerca de 20 % e a substituição de disciplina Problemas Nacionais por Assuntos Psicossociais, conservando o mesmo tipo de conteúdo. Conforme dito anteriormente, o ano de 1984 foi atípico para o C-SGN, modificando a estrutura e o conteúdo programático a fim de acomodar a transição para o C-PEM. O primeiro currículo do C-PEM é mais próximo dos últimos currículos do

---

<sup>27</sup> idem.

C-SGN. O amadurecimento do curso e sua maior caracterização foram constatados ao longo do tempo. O C-PEM vai se organizando melhor e incorporando os temas emergentes na corporação naval, no Estado e na sociedade brasileira. Por exemplo, a reorganização da administração federal com a criação e o reagrupamento de ministérios, secretarias, empresas estatais, eram levadas em conta, também o planejamento e a execução de alguma política pública considerada importante, como por exemplo, ciência e tecnologia, política energética, energia nuclear, reforma agrária etc. Outro exemplo pode ser citado no caso da disciplina de Política, que passou a ter uma preocupação maior com a sua primeira unidade, responsável por estabelecer os conceitos fundamentais de sociedade, estado, classe, nação, poder, objetivos e estratégias nacionais, a teoria clássica e a teoria marxista, poder de estado, partidos e instituições políticas. Além disso, esta disciplina incorporou o conteúdo de Geopolítica, que foi mais tarde agregado a Estratégia. A partir de 1988, o tema da Justiça Militar passou a se também um item do programa de Política. Em 1990, esta disciplina ganha mais alguns novos itens, como, como a discussão sobre um “conceito estratégico nacional e o emprego combinado das Forças Armadas”. Mais ainda, a “visão do Congresso Nacional sobre o papel das Forças Armadas, em especial a MB”. Isto revela a preocupação da corporação em discutir os temas de relacionamento com o Poder Legislativo e as perspectivas em relação à missão da MB, bem como os possíveis mecanismos de pressão adotados de ambos os lados para o preparo e emprego da Força Naval.

As disciplinas mais trabalhadas em termos de tempo gasto são, em geral. Sistemas Administrativos e Mobilização, Estratégia e Política Marítima. Com o decorrer dos anos, a partir de 1987, Estratégia passou a ter uma valorização maior, incorporando os conteúdos de avaliação estratégica de cenários político-militares nas várias regiões do planeta e suas relações com o Brasil, de acordo com o que foi estabelecido no PEM. Este procedimento previa o estudo estratégico do Brasil e sua vinculação com o Atlântico Sul, o Caribe, o Índico, o Pacífico Sul, os Estados Unidos, a Europa e as possíveis existências de crises. Os subsídios teóricos para tal eram dados pela disciplina Relações Internacionais ao abordar o sistema internacional e os possíveis espaços de inserção do Brasil.

A partir de 1989 o currículo traz nova nomenclatura para a política de segurança em função da criação do Conselho de Defesa Nacional (CDN) pela Constituição Federal de

1988. Esta mudança tem a ver com as discussões sobre o desgaste do termo “segurança nacional” por causa da influência da DSN difundida no Brasil pela ESG. Os políticos, as Forças Armadas, a opinião pública e a Constituição adotaram um novo termo que entenderam ser mais adequado para o contexto da sociedade democrática, como no caso de “defesa nacional”. Notamos que a própria terminologia esguiana já havia desaparecido do currículo do C-SGN durante um certo tempo, possibilitando a interpretação do declínio da influência direta da DSN na mentalidade militar vigente.

A avaliação também sofreu modificações com o tempo. Os trabalhos estabelecidos para tal, em 1990, foram os seguintes temas: análise de crises, política marítima, política naval, exposição oral de monografia e planejamento estratégico. O currículo de 1990 foi aprovado pelo então chefe do EMA, Mário César Flores, que passa a ter posterior posição de destaque na MB e no cenário político nacional a partir de então como ministro da Marinha e da Secretaria de Assuntos Estratégicos no governo Collor-Itamar Franco.

### **6.2.1. Os Currículos do C-PEM (1991 - 2000)**

Em 1991 permaneceu a vinculação da SPAN e do PEM. Nos estudos de Política passa a ser incorporado um tópico intitulado “a visão do Congresso Nacional sobre o papel das Forças Armadas, em especial da MB” que se dividiu no emprego político do Poder Naval e na adequação da Marinha aos interesses nacionais. Isto revela o fato de que o Congresso Nacional passou a ser visto com portador de um peso relativamente maior do que no passado, sendo responsável por decisões importantes, tal qual a consideração anterior. O currículo de 1991 apresenta, de igual modo, uma mudança terminológica para a defesa nacional e a discussão do conceito estratégico nacional. Em 1992, já era encontrada a denominação “política de defesa” como um dos aspectos da política de acordo com a situação relacionada ao regime democrático.

O currículo de 1993 trouxe algumas novidades em termos de organização segundo as diretrizes estabelecidas. Passou a ter três grandes blocos na organização do C-PEM: a) o bloco de Estratégia onde foi feito “uma avaliação prospectiva de aspectos da conjuntura mundial seguida de um estudo de uma concepção estratégica para o Brasil”; b) o segundo bloco analisou a PDN enfatizando a organização das instituições nacionais, como a

mobilização e os sistemas administrativos, finalizando com o estudo sobre a política naval; c) o terceiro bloco constou da conjuntura nacional, abrangendo a conjuntura econômica, os assuntos psicossociais, os aspectos políticos e o poder marítimo. Note-se que neste período, o Brasil ainda não possuía um documento base sobre a PDN, o que só ocorreu em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, a MB, assim como as outras Forças Armadas entendiam que deveriam discutir os seus princípios fundamentais e tratar de adequá-los à missão específica da cada uma delas.

Os estudos de Relações Internacionais trouxeram novos tópicos abordando a repercussão da “United Nations Conference of Environmental Development” (UNCED) em 1992, mais conhecida como Rio-92, realizada no Riocentro, em de Jacarepaguá, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. A criação do Mercosul, estabelecido pelo Tratado de Assunção é também pela primeira vez abordado em termos de suas perspectivas de integração e a sua relação com a política externa do Brasil.

Outro tema até então sem explícita menção anterior é a discussão sobre a nova “ordem mundial”, em razão da hegemonia dos Estados Unidos no panorama internacional pós-Guerra Fria e as suas implicações para o Brasil, inclusive com a perspectiva de criação do Nafta e da criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI). A disciplina de Estratégia passou a ter um empenho maior de carga horária (de 148 para 296 horas) por causa da incorporação de Geopolítica, da avaliação estratégica de crises e manobras de crises, organizando mais racionalmente tais conhecimentos, segundo a lógica operacional da MB. A valorização desta disciplina prosseguiu em 1994, aumentando sua carga para 336 horas / aula. Neste mesmo ano, o Gerenciamento pela Qualidade Total passou a ser um tópico de Sistemas Administrativos.

A maior parte dos trabalhos avaliados pertence à disciplina de Estratégia. No ano de 1995 ela continua a ter o maior tempo do cronograma estipulado, passando para 344 horas / aula. A segunda disciplina mais bem aquinhoada é Política Marítima, aqui com um total de 240 horas / aula. Em 1996 a disciplina de Estratégia alcança 376 horas / aula o que foi aumentado para 432 em 1998, caindo para 328 em 2000. Os trabalhos individuais tiveram uma carga horária média de 200 horas / aula. No ano de 2000 esta foi a disciplina com maior tempo disponível depois de Estratégia com um total de 236 horas / aula.

A valorização de disciplinas como Estratégia, Política Marítima e Trabalhos Individuais pode ser explicada pelos propósitos do C-PEM, tornando evidentes no próprio título do curso o seu significado, além da necessidade da MB de determinar aos seus oficiais a produção de um conhecimento que seja útil aos objetivos da corporação. Porém, a importância que a disciplina de Estratégia tomou ao longo do tempo está relacionado também às transformações ocorridas dentro e fora da MB, notadamente no Brasil e no Mundo. Sem desmerecer as demais, ela torna-se a disciplina que melhor agrega o elenco de conceitos / temas considerados como mais apropriados para pensar a razão de ser da corporação. Sua discussão vai desde as formulações clássicas sobre a guerra até a formulação das bases para uma estratégia naval brasileira e os jogos de crise internacionais, passando pela avaliação da conjuntura nacional e a evolução do pensamento estratégico naval. No ano de 1997, a MB e a EGN passaram por um processo de modernização organizacional, com a reformulação operacional dos planos de carreira. O currículo de 1998 põe também uma unidade inteira com vários tópicos sobre a SPAN e assim, apresenta um único diferencial em relação ao anterior. Isto ocorreu em função da necessidade de aplicação dos conhecimentos político-estratégicos no planejamento naval.

### **6.2.2. A Estrutura Atual do C-PEM**

O C-PEM por meio da atualização e ampliação de conhecimentos nos campos da Estratégia, da Administração, da Política naval, da Política Marítima e de assuntos correlatos, tem como propósito: aperfeiçoar oficiais do CA, CFN, CIM, CETN e QMD-CSM para o exercício de funções nos altos escalões da Marinha e preparar civis e oficiais do Exército e da Aeronáutica para o exame dos principais assuntos relacionados com a Marinha e o Poder Marítimo brasileiro.

A intenção do C-PEM é capacitar os seus oficiais para o desempenho da direção e do comando em alto nível, mas, isto está posto dentro de limites restritos. De modo distinto do que poderíamos inferir das formulações de alguns, a EGN não pretende ser uma instituição universitária e nem se reconhece enquanto tal. Em relação às outras Forças Armadas, a atitude da MB é distinta, uma vez que a Aeronáutica tem a sua ECEMAR dentro da estrutura organizativa da UNIFA e o Exército tem buscado validar a sua

qualificação do curso de estado-maior como uma pós-graduação “strictu-sensu”. Segundo a EGN esta não é a pretensão da MB, embora reconheça que a contribuição da filosofia e das ciências seja muito importante para formação em alto nível de seus oficiais. Pelo menos, quanto a este aspecto, a organização não assume um posicionamento corporativista, tal como poderia supor a partir do comportamento das outras Forças Armadas. A qualificação no nível de pós-graduação deve ser buscada por iniciativa do próprio oficial no sistema de ensino brasileiro ou estrangeiro, sem apoio ou facilidades explícitas da organização.

O curso é ministrado, atualmente, por instrutores civis e militares lotados na própria EGN, palestrantes, conferencistas e preletores da MB ou de outras instituições públicas e privadas. Também são convidados os membros da administração federal, parlamentares, acadêmicos, sindicalistas e membros de ONGs. Os oficiais-alunos avaliam os convidados, juntamente com a direção da EGN para indicar o seu possível retorno na próxima oportunidade. A distribuição dos temas das aulas obedece ao cronograma de atividades, e o detalhamento das unidades do programa traz as datas de apresentação do tema das palestras e seus executores, bem como as referências bibliográficas indicadas. Há uma enorme gama de assuntos tratados de acordo com o interesse da MB e a especialidade de cada convidado, obedecendo à lógica da distribuição do conteúdo nas várias disciplinas. Pensar a política, a guerra, a defesa nacional, o Estado, a sociedade brasileira no atual contexto regional e mundial para depois formular impressões e interpretações do perfil do Poder Naval brasileiro e seus interesses é a tônica, o que contribui para a formação dos quadros responsáveis pela execução das estratégias e táticas que venham a ser empregadas. Dar uma fundamentação teórico-metodológica que contempla a enormidade dos assuntos próprios das Ciências Humanas e Sociais é, então, necessário e valorizado pela corporação. Entretanto, o curso não tem uma característica propriamente acadêmica, pois não visa qualificar no nível de pós-graduação os seus alunos.

Os oficiais-alunos são avaliados por trabalhos individuais ou em grupo, para algumas disciplinas somente. Existe também a apresentação de uma monografia individual no fim do curso, cujo tema é indicado pelo EMA, ou pode ser sugerido pelo oficial-aluno, após aprovação dos responsáveis pelo ensino da EGN. Por exemplo, um exercício de manobra de crise, pode ser desenvolvido sobre a descrição e análise de possíveis cenários sobre a defesa da região amazônica para evitar o ataque de uma suposta potência

estrangeira, trabalhando em conjunto com o Exército e a Aeronáutica. Ou então, o uso da própria Força Naval em algum tipo de operação de paz (“peacekeeping”, “peace enforcement” ou “peacebuilding”). Neste caso, pode-se discutir a atuação dos fuzileiros navais em algum tipo de operação de resgate, de controle e manejo de uma área para operações militares navais ou de outras Forças Armadas e na ajuda para a evacuação da população civil em algum tipo de distúrbio ocorrido.

Houve algumas as mudanças de ordem metodológica e programática na estrutura do C-PEM, como o remanejamento da carga horária de algumas disciplinas. A maior novidade em relação ao currículo anterior, de 1998, foi a introdução da estrutura organizacional e das funções do MD, instituído em 1999. De acordo com o currículo estabelecido para o ano de 2000, os oficiais-alunos possuem um alto grau de liberdade de pensamento e expressão pelo fato de que não se trata de um curso doutrinário. Há espaço para o debate, a crítica e o questionamento das doutrinas estabelecidas pelo EMA, desde que haja fundamentação. O próprio EMA pode aproveitar o que venha a considerar importante como contribuição à formulação do pensamento político-estratégico naval brasileiro.

### **6.2.3. As Áreas e Disciplinas do C-PEM**

As disciplinas ministradas são em número de 11 com um período destinado às atividades complementares. O total da carga horária é de 1320 horas/aula, com a duração de 40 semanas. A importância dessas disciplinas reside no fato de que são elas as responsáveis por ajudar a reproduzir / formular a formação do pensamento político-estratégico da Força Naval, em suas principais doutrinas e nas várias interpretações que existem sobre a sua atuação na realidade brasileira e internacional.

Existem três áreas de estudo no C-PEM: a) Administração e Logística; b) Operações Navais e c) Política e Estratégia. O conteúdo programático está estruturado em três grandes blocos: 1) revisão dos principais conceitos de política e estratégia e elementos da conjuntura internacional; 2) apresentação da conjuntura nacional e suas características econômicas, políticas e culturais, a Política de Defesa Nacional, Marítima e Naval e 3) elaboração de um conceito estratégico do Poder Nacional.

A lógica da organização curricular começa pela área de Administração Pública e Economia Brasileira. A disciplina de Sistemas Administrativos procura apresentar uma

visão panorâmica da Administração Federal, contendo a nova estrutura do MD e a organização das Forças Armadas, inclusive a MB. Também apresenta as formas de administração empresarial privada e estatal, onde aparece o item sobre gestão pela qualidade total e as suas implicações para a MB. É interessante notar que no estudo da administração pública, Congresso Nacional é visto como um “locus” privilegiado porque é onde se decide o destino do país, ao mesmo tempo em que se trata dos interesses e objetivos da corporação, como emprego, orçamento, legislação marítima em geral etc. Em outras palavras, é onde a MB exerce o seu “lobby” no poder civil através de sua acessoria parlamentar e comando da Força, para acompanhar e ver aprovados ou não os projetos de seu interesse.

Nosso foco aqui está nas áreas de Administração e Logística, onde se encontram as disciplinas de Sistemas Administrativos e Conjuntura Econômica, e muito mais na área de Política e Estratégia, composta pelas disciplinas de Política, Estratégia, Relações Internacionais, Política Marítima, Política Naval e Assuntos Psicossociais. A conjuntura econômica nacional é tratada na disciplina de Conjuntura Econômica, onde são apresentadas as principais características da economia brasileira, dando ênfase nos problemas nacionais e nas prioridades governamentais, no setor financeiro, na função do banco central, no comércio exterior, nos setores industrial e agropecuário, e, ainda, na política energética e de ciência e tecnologia (o papel das empresas e das universidades).

A segunda área de estudos versa sobre a Política e a Estratégia em si, partindo da compreensão sobre o Brasil e o Mundo. Em termos de conjuntura nacional os oficiais-alunos estudam os Poderes da República, com a importância a um certo nivelamento de conhecimentos básicos sobre os conceitos da Ciência Política, dada a heterogeneidade das informações e da formação dos oficiais-alunos. Em anexo, há uma lista de autores e obras que são considerados válidos para alcançar tal objetivo. Deste modo, é indicado um pouco do conhecimento dos clássicos da teoria geral do Estado, desde os gregos até o pensamento contemporâneo. A disciplina de Política tratava, até 98, da estrutura militar de guerra, da atuação da SAE, da Estrutura Nacional da Inteligência, da concepção estratégia nacional, da ação do Ministério da Justiça (MJ) na segurança pública e da estrutura administrativa e operacional das Forças Armadas brasileiras, como os três ministérios militares e o EMFA. É interessante notar ainda os tópicos sobre o Congresso Nacional e sua visão sobre as

Forças Armadas, especialmente a MB. Do mesmo modo, vale ressaltar a atuação da MB no Congresso e a organização da Defesa Nacional.

A disciplina de Política teve o seu programa reestruturado, tendo uma abordagem mais cuidadosa dos conceitos e das doutrinas básicas da política em temas filosóficos e científicos. Os tópicos sobre a política nacional contemplam a evolução histórica contemporânea do Brasil, de Vargas a Collor de Mello antes de tratar dos Poderes Republicanos e dos princípios da atual Constituição. A PDN é um tópico que abarca os temas relacionados ao MD, a atuação da MB no Congresso e a atuação das outras Forças Singulares. Esta reestruturação representa uma melhor adequação à situação política vigente, tendo em vista as iniciativas do governo Fernando Henrique Cardoso de promulgar a PDN e de criar o MD, condições admitidas como necessária para uma significativa modernização da estrutura nacional de defesa e melhor enquadramento das Forças Armadas na nova realidade político-institucional do país.

Na disciplina de Relações Internacionais há uma alusão à formação dos blocos econômicos Alca, Mercosul e a possível área de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia. A outra área de ação do Estado onde a MB procura estar bem relacionada é o Itamaraty. A sua missão como Força guarda algumas características diplomáticas, donde a sua preocupação mais intensa com questões relativas à conjuntura internacional e à projeção do país na Bacia do Prata, Amazônica, do Caribe e do Atlântico Sul. Os estudos de Política Internacional ajudam a fundamentar as análises de possíveis cenários de emprego político-estratégico, levando em conta as ações dos países da América Latina ou alguma potência de fora da região, na qual é necessário a intervenção do Poder Naval. O Estudo de Política Internacional é responsável, então, por tratar de confirmar ou não uma dada visão do Mundo e do Brasil. Nesta disciplina é que fazem sentido às discussões sobre a formulação de idéias novas acerca das transformações que criaram o processo de globalização, as macroestruturas a emersão de um novo patamar para a relação entre os Estados. Através do planejamento do curso é possível ver que estes são os temas que iniciam a série de palestras dada a necessidade e interesse da MB em situar-se no Mundo em função das transformações sociais ocorridas. Em Relações Internacionais também são tratados os temas sobre a natureza das relações entre os países, a evolução política do Mundo pós-guerra e a situação de multipolaridade, as relações Norte-Sul e Leste-Oeste, a

globalização dos mercados, as questões ambientais e o impacto das novas tecnologias nas relações mundiais. A atuação dos organismos internacionais, como OEA, ONU e o papel do Brasil na Antártida são, igualmente, objetos de análise, assim como a formulação da Política Exterior Brasileira e as relações do país com seus vizinhos continentais, com os africanos, asiáticos, europeus e o países do Oriente Médio.

O estudo de Estratégia faz, inicialmente, uma revisão da base conceitual dos clássicos do tema que abordam a teoria da guerra e dos conflitos, o Poder Marítimo e a Geopolítica. Os principais autores encontrados aqui são, Clausewitz, Sun-Tzu, Moltke e Jomini, Douhet, Mitchel, Seversky (guerra aérea), Liddel Hart, Lawrence e Mao-Tse-Tung (guerra de guerrilha) e a situação Pós-Guerra Fria. A evolução do pensamento naval e as mudanças ocorridas até a emergência da Nova Ordem Mundial e o seu sistema de segurança coletiva, são também contemplados no programa dessa disciplina, juntamente com as crises internacionais e o emprego do Poder Naval em tempos de paz. Existe ainda uma avaliação estratégica que compreende a relação do Brasil com o Atlântico Sul, o Caribe, o Pacífico, o Índico e o Golfo Persa. Isto precedido da análise de um documento fundamental para a MB: a SPAN, responsável por tratar do planejamento estratégico e de forças e fazer uma avaliação estratégica prospectiva, utilizando o método Delphy e o método de impactos cruzados. A disciplina de Estratégia prevê também o estudo da conjuntura nacional e uma formulação de uma estratégia naval brasileira, formulando cenários, avaliando criticamente a sua adequação e a elaboração de jogos de crise.

Em Estratégia, foi introduzido um tópico sobre a segurança européia, onde se destaca a presença dos Estados Unidos no continente com suas vantagens e desvantagens como superpoder de ingerência. Foi também introduzido o tema da estratégia operacional, que enfatiza “a gestão dos meios de força a nível de teatro de operações”. E ainda, a explicitação do programas PITIA e PROFOR, a discussão sobre o legado histórico e a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro. Os enfoques e as tendências do pensamento estratégico naval na Nova Ordem Internacional, as operações de paz e a evacuação de não-combatentes, o conceito de emprego integrado das forças e a guerra de informação. Também passou-se a dar um pouco mais de destaque à Convenção dos Direitos do Mar, seus possíveis contenciosos e implicações para a MB, o Protocolo da Antártida, o Protocolo de Madri etc.

A disciplina de Política Marítima trata das bases de uma política nacional, da exploração, dos recursos marítimos, da estrutura dos portos, da marinha mercante, da construção naval e da relação da MB com as diversas organizações que são responsáveis pela execução da Política. Política Naval é a disciplina que aborda as principais características e órgãos da MB que planejam e executam a Política Naval, como o EMA, do Comando de Operações Navais (ComOpnav) , do Departamento Geral de Navegação (DGN), da Secretaria Geral da Marinha (SGM) etc. Já na disciplina de Poder Naval, são analisadas as ações das Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais, de acordo com a sua adequação ao conceito estratégico e a utilização de meios navais como a aviação de asa fixa e o submarino de propulsão nuclear.

Os aspectos fundamentais da sociedade brasileira, a ética e a moral na sociedade contemporânea são tratados nos Assuntos Psicossociais, que comporta uma análise comparativa com outras sociedades e o papel dos meios de comunicação, da Igreja e do sindicalismo brasileiro. Aqui é dado destaque a tais organizações por exercerem influência notória na sociedade brasileira, segundo a MB. É igualmente destacada a participação destas organizações por conta do fato de que são instituições que exercem grande influência sobre o pensamento e o comportamento da sociedade brasileira, inclusive sobre o apoio ou não ao uso das Forças Armadas na missão de defesa nacional, no emprego de missões especiais ou numa eventual mudança de suas atribuições, tais como a responsabilidade pela segurança pública e a proteção ambiental.

Parece-nos que elas são mais propensas a manter certa consciência social que cria condições mais ou menos favoráveis à atuação da MB e das Forças Armadas em geral. Os meios de comunicação, por exemplo, podem ajudar a esclarecer, obscurecer ou confundir a população sobre a destinação constitucional das Forças Armadas e o seu uso de forma específica na defesa nacional ou na segurança pública. Eles podem ainda, ser um tipo de instrumento de facções ou grupos que gostariam de ver as Forças Armadas sendo usadas para atividades consideradas fora de sua missão principal. Num extremo, a “mídia” pode ajudar a convencer a sociedade que as Forças Armadas brasileiras não seriam tão necessárias assim porque vivemos num clima de paz e cordialidade com os países vizinhos; e mesmo no caso da possibilidade de uma guerra contra alguma potência externa, nossos

militares estariam fadados ao fracasso por causa da sua pouca experiência real em combate, assim como a Guerra das Malvinas, enfrentada pela Argentina.

A área de Operações Navais desenvolve as disciplinas para o treinamento em ações tais como: de superfície, anti-submarino, aéreas, anfíbia, ribeirinhas, comunicações, minagem, tráfego marítimo e op. especiais.

#### **6.2.4. A Modernização do C-PEM**

No atual estágio de seu processo de organização, o curso busca estudar as possíveis formas de atuação da Força Naval dentro do contexto da sociedade brasileira e de sua forma jurídico-política de Estado de Direito, segundo a determinação constitucional vigente, assim como visa se adequar dentro da estrutura administrativa criada em 1998 com a criação do MD, onde a racionalidade estatal deve ser operacionalizada para determinar o perfil de organização e emprego da MB, a especificidade de sua missão e os custos políticos e econômicos envolvidos nesta questão.

O processo de modernização desembocou na elaboração de um novo currículo para a o C-PEM, adotado a partir de 2000 que mantém as disciplinas do currículo anterior, mas visa reformular seu conteúdo e objetivos dentro de uma lógica estruturante de pensar um “projeto de força” para a MB. Neste sentido, as disciplinas das Áreas de Política e Estratégia mantiveram uma posição especial, em particular esta última.

O curso manteve a organização em blocos originalmente incluído na década de 90, mas, reformulou parte do seu conteúdo. No primeiro bloco, há uma revisão conceitual de Política e Estratégia e uma apresentação da conjuntura internacional. No segundo bloco, são analisadas a conjuntura política, social e econômica do Brasil e a PDN, a Política Marítima e a Política Naval. No terceiro bloco, os oficiais-alunos elaboram um conceito estratégico naval de acordo com a realidade brasileira, segundo as necessidades de segurança e defesa. De posse deste estudo, são feitos os exercícios de manobra de crise, onde se emprega politicamente o Poder Naval como expressão do Poder Nacional.

Este currículo pretendeu atender os objetivos propostos para o ensino da EGN em preparação para a realidade do século XXI Neste caso, existe, em primeiro lugar, a preocupação de pensar a guerra do futuro e a qualificação requerida em termos de tecnologia e pessoal, de acordo com “as novas estruturas de gestão do combate e

administrativas “a partir de dois pressupostos : a) a centralidade da guerra nos altos estudos militares e b) o tipo de educação militar da qual a EGN é encarregada” No primeiro pressuposto, deve-se eliminar a falsa dicotomia entre atividades-meio e atividades-fim, pois todas as atividades cooperam para o combate da guerra no mar. Ao utilizar a força para os objetivos da política se pretende fazê-lo através de uma qualificação de oficiais para “conceber alternativas de forma crítica e reflexiva, os “elementos necessários para estruturar um projeto educacional que queira formar comandantes para a guerra e administradores conscientes das demandas da concepção e preparo das forças em todos os tempos”. No segundo pressuposto, existe o reconhecimento da importância de um tipo de educação onde seja possível “formar homens e mulheres cada vez mais capazes de conhecer os elementos da realidade bélica onde se situam e onde atuam, para nela intervir, aceitando-a rejeitando-a, transformando-a”. Esta é uma concepção que entende a educação militar como processo e não como produto, de “modo vivo, aberto que cumpre produzir, realizar, evoluir”. (EGN 2000).<sup>28</sup>

De acordo com este relato, a EGN, a realidade mundial, provisoriamente chamada de “pós-industrial”, na falta de um termo mais adequado, se caracteriza por um grande grau de imprevisibilidade e inovação em relação ao que existia há pouco no mundo contemporânea. No modelo anterior se pensava a maximização e a sinergia de todas as especialidades e competências específicas no preparo das forças. O emprego conjunto das forças poderia ser feito previamente pelas Forças Singulares. Mas, com as transformações ocorridas no fim do século XX a História mostrou que “a guerra não pode ser compartimentalizada”, isto é, o entendimento segmentado que determinam o comando e o controle da guerra não funciona mais de modo adequado, mesmo como resultado de componentes considerados ótimos. Por isso, é necessário ter uma organicidade maior do que a simples soma das partes.

O modelo “pós-industrial” se baseia na interoperabilidade das forças, assim como a harmonização e a integração das formas de pensar e agir, por causa dos novos produtos e processos resultantes das novas tecnologias adotadas na guerra. Aqui as comunicações têm um papel fundamental a desempenhar: ela dinamiza as informações a ponto de se tornar

---

<sup>28</sup> ESCOLA DE GUERRA NAVAL, *A Educação Militar na Marinha do Brasil para o Século XXI*, 2000, digit.

necessária a redução dos escalões hierárquicos para o emprego das armas. A EGN deverá, então, se preocupar em formar oficiais com o seguinte perfil para a MB: “empatia e coragem moral para liderar, a aguda consciência crítica da realidade onde vai atuar, capacidade de traduzir os propósitos institucionais em metas e trajetórias coerentes com a amplitude decisória do escalão hierárquico onde se coloca; capacidade de avaliar criticamente a articulação dos objetivos políticos com as capacidades bélicas e a fundamentação teórica da guerra e o conhecimento das possibilidades instrumentais das técnicas bélicas”. A EGN deve fomentar a educação de seus oficiais através da auto-educação e dos segmentos de ensino para, respectivamente, dar cabo da forma (cursos e programas) e da função (comando) dos objetivos do ensino. Na auto-educação há a centralidade do estudo da História. Esta é ensinada de maneira interpretativa e crítica, sem as armadilhas da simplificação e do receituário, inerentes à lógica tradicionalmente adotada. Aqui é necessário abandonar os dogmas estabelecidos e o imediatismo da aplicabilidade dos padrões do passado na realidade presente para adotar uma nova postura, onde domina a reflexão, a complexidade e a incerteza. Numa palavra: “o mundo mudou, as coisas mudaram, nós mudamos. A História serve como base de aprendizado. Mas, aprender com a História não é querer que ela se repita”.

Deste modo é que se pode levar o oficial a ter a sua reflexão alimentada para exercer a sua capacidade de acordo com as exigências da profissão militar-naval. Os segmentos do ensino seguem a evolução da carreira, estipulando cursos de formação e aperfeiçoamento desde o posto de capitão-tenente até o de capitão de mar-e-guerra. Estes segmentos são entendidos pela EGN como o “farol que permite orientar o percurso, avaliar desempenhos e corrigir trajetórias”. A EGN elabora os cursos relacionados à doutrinação, à autonomia do aprendizado e ao processo decisório sobre as capacidades bélicas; isto é “a conduta da guerra e o projeto de forças”. Para atender a estes momentos, a EGN estrutura os seguintes cursos: C-MOI, C-EMOS/C-SUP e C-PEM em mais de 400 oficiais por ano. Por isso, o C-PEM sofreu uma reformulação em 1999, assumindo o “projeto de forças como lógica articulante” de sua concepção, em nome do qual a MB busca aproximar os segmentos de ensino com os momentos de aprendizagem. Daí em diante, haverá muito que fazer, demandando ainda questionamentos, avaliação e novas propostas alternativas.

Para desempenhar uma função de acordo com as necessidades da MB para o futuro, a EGN deverá se transformar adotando um papel de “laboratório cultural” para o EMA, integrando a reflexão com a ação e atividade-meio com a atividade-fim num processo de “constante atualização em nome das tradições do passado, das necessidades presentes e das perspectivas para o futuro”.

### ***7. A Contribuição dos Civis ao Ensino Militar-Naval***

Vimos anteriormente que no interior da EGN, a presença de civis é considerada intensa e receptível. Como a Escola se preocupa da discussão do pensamento político-estratégico na versão do Poder Naval, ela admite mais naturalmente a presença de civis como participantes dos Cursos de Altos Estudos, como o C-PEM, seja na categoria de conferencistas ou de palestrantes convidados, tratando dos mais variados assuntos de interesse do país e da MB segundo as determinações, diretrizes e planejamentos sobre todos os assuntos feitos pelo EMA. Esses participantes são membros da classe política, empresarial, acadêmica e líderes de várias instituições da sociedade civil.

O mesmo ocorre com as outras Forças Armadas, de acordo com suas estruturas próprias. Eventualmente, os civis são chamados também para alguns seminários sobre a educação e a profissionalização militar. Por exemplo, o EB apresentou iniciativas consideradas importantes ao realizar um Simpósio sobre Educação Militar na AMAN, em outubro de 1998, com a presença dos ministros do Exército e da Educação. Porém, este simpósio versou muito mais sobre a necessidade de profissionalização da Força, sob a ótica de sua qualificação e aperfeiçoamento através de cursos de pós-graduação “latu e strictu sensu” (mestrado profissional) através do ensino à distância a ser ministrado por alguma instituição civil. Neste caso, o EB procurava alguma ajuda do mundo civil, o que foi feito, mais tarde, por exemplo, através da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Outro Evento foi o Seminário de Defesa Nacional na ECEME, em novembro de 2000 com representantes da cúpula da corporação e do MD. A ECEME organizou o seminário, que contou com representantes da sociedade civil e do Estado. Líderes de associações de bairro, membros de organizações não-governamentais, empresários, acadêmicos, sindicalistas, técnicos de alto nível. Fazia parte do encerramento do CPEAEx o debate sobre temas nacionais e a defesa, na tentativa de conscientizar os participantes da

importância do assunto e abrir a corporação para receber críticas e sugestões sobre o seu relacionamento com a sociedade brasileira. Os coronéis de exército, futuros generais e comandantes da Força Terrestre se preocupavam em ressaltar as características do quadro nacional e internacional e a necessidade de maior profissionalização das Forças Armadas, aprofundando os vínculos com os que eles consideram parte significativa da opinião pública brasileira.

As mudanças no ensino militar são também alvo das outras Forças Armadas. E aqui citamos como, por exemplo, novamente o próprio EB. A ECEME, através do programa ECEME 2005 se preocupa em se manter permanentemente atualizada, empreendendo um “Projeto de Reengenharia” na sua administração interna e modernizando a estrutura de seus cursos.(Preparação, Altos Estudos Militares, Política e Alta Administração e o Programa de Atualização de Diplomados). Assim, a Escola visa trabalhar “estimulando o auto-didatismo e a metodologia do aprender a aprender ” com o apoio de universidades e instituições de ensino civis.

Este tipo de concepção de educação militar mantém semelhanças com a “revolução na educação militar”, como decorrência da chamada RAM, de seu emprego “conjunto, combinado e multinacional”, segundo as necessidades do contexto das transformações profundas no cenário mundial. Estas considerações foram feitas para a realidade dos Estados Unidos pelo general Richard Chilcoat, então reitor da NDU, e publicadas em um número especial de um periódico do EB. Nele está ressaltado o impacto dramático da revolução militar no desenvolvimento da carreira dos oficiais, devendo ser “baseada na tecnologia da informação”, “incorporada às operações, proporcionam integração entre os estudos” e “recorrer aos componentes civil e militar, assim como às instituições internacionais”.

Os argumentos básicos desta concepção estão expressos a seguir: dentre os fatores básicos para a mudança da educação militar, a tecnologia de informações tem um papel central, por causa de sua capacidade de influir diretamente no complexo processo de conhecimento, planejamento e tomada de decisão, vitais para estar à frente dos demais competidores. Deste modo, a educação militar deve buscar excelência e tirar proveito das mudanças, evoluindo dentro de um curso combinado de “continuidade mudança, renovação e crescimento”. A situação mundial faz com que os militares atuem como guerreiros,

diplomatas, braço da lei e agentes humanitários. Para tanto, as escolas militares de alto comando devem contar com dois tipos importantes de características combinadas: a) a cooperação de agências governamentais, não-governamentais e multinacionais; b) a sincronização e a harmonização de operações de combate em conjunto com as demais Forças Armadas, descendo ao nível de brigadas, esquadrilhas e navios. É este tipo de visão conjunta que corrobora a Política de Educação Militar do Oficial Profissional, estabelecida pelo chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior por meio de padrões acadêmicos e currículos conjuntos. Para Chilcoat, aqui a NDU tem um papel considerado fundamental, juntamente com as escolas de comando das Forças Singulares: a necessidade de entrosamento constante gera o planejamento da “Educação Militar Conjunta 2010” com a finalidade básica de avaliar e atualizar o processo de educação militar. Isto é feito com um novo paradigma, substituindo o modelo industrial pelo modelo pós-industrial, onde a interdependência entre os centros de ensino coopera para a sinergia e a interoperabilidade. A materialização desta proposta é o estabelecimento de rede de computadores, currículos, seminários, palestras, conferências, cursos, exercícios de jogos de guerra na forma presencial e à distância. Invocando Thomas Jefferson, o general Chilcoat aponta um novo horizonte onde novas as e verdades serão constantemente descobertas, onde será cada vez mais necessário “uma vontade de indagar e criar, de aceitar mudanças e visões, de defender novas idéias e, acima de tudo, liderar”.

Vemos que algumas características do que foi expresso por Chilcoat para a realidade norte-americana, têm sido aproveitadas pelas Forças Armadas brasileiras, como fez o EB. No caso da MB, são consideradas as questões da mudança no cenário mundial com as exigências de alto preparo tecnológico baseado na computação e na informática, do paradigma epistemológico de incertezas, do incentivo à auto-educação, da interoperabilidade das Forças e da contribuição das instituições acadêmicas e seu modo de tratar da complexidade da situação segundo a proposta de modernização do C-PEM. Para o caso da EGN, houve a sugestão de alguns analistas em transformá-la numa “Universidade de Estudos do Mar”, onde o método de estudo baseado numa proposta de “projeto de

forças” também inserida na discussão da RAM, que apontam para a estruturação da corporação para o século XXI. (Proença Jr / Raza 2000).<sup>29</sup>

Mesmo a situação da ESG, para alguns, poderia servir também de inspiração para as mudanças no campo da educação voltada para a defesa nacional para congregar os três ramos das Forças Armadas. Não nos parece que não é do propósito do MD a sua transformação numa Universidade de Defesa Nacional, como nos Estados Unidos, mas a sua reformulação tem sido estudada pelo Ministério da Defesa. Ao relatar para esta pesquisa a sua percepção da educação militar, Flores, advogou uma mudança na organização da ESG. A sua avaliação é que ela foi um erro em termos de concepção inicial. Os seus criadores se destinaram a fazer uma instituição para criar líderes, segundo as circunstâncias do Estado e da sociedade na época pós-II Guerra Mundial onde eclodiu a Guerra Fria. No passado, o próprio Curso de Estado-Maior das Forças Armadas era feito por quem não conseguia fazer o Curso Superior da ESG, o que não oferecia condições adequadas de formação de recursos humanos relacionados à defesa.

Atualmente, há uma lacuna em relação à realidade mundial, imposta pela tecnologia. Até a II Guerra Mundial, as guerras terrestre, marítima e aérea, tinham contornos definidos, mas não havia uma combinação que chegasse ao nível tático, conforme ocorre hoje. Como por exemplo, na Guerra do Golfo, as coisas estão mudando e mostrando que a separação não tem mais cabimento. Por esta razão é que, para Flores, se deve buscar uma linha de ação onde o planejamento das operações seja combinado, formulando doutrinas que permitam mais integração das Forças. O ensino militar tem que dar um passo na direção da integração, superando o corporativismo isolado a nível estratégico-operacional. A situação ainda não é boa porque a ESG foi uma instituição que, pela concepção de sua origem, nunca foi uma escola integradora no sentido militar. A crítica aqui feita à ESG é que ela se pautou mais em “bater o carimbo” em civis e militares com afinidade ideológica pró-regime, com isso, a Escola se deteve em defender noções superficiais dos problemas e sem competência para a maioria das questões de defesa.

Para Flores, cabe ao atual MD reduzir tal caracterização da ESG e ampliar a integração das Forças Armadas em áreas como Logística, Administração, Operações

---

<sup>29</sup> PROENÇA JR , Domicio / RAZA, Salvador Ghelfi, *A Educação Militar na Marinha do Brasil Para o Século XXI*, 2000, digit.

Combinadas, Política Energética, Ciência e Tecnologia, Saúde etc. Estas medidas ajudam a aumentar a eficiência e a economizar os recursos financeiros. O ensino militar moderno deve dar um salto no sentido integracionista também nos cursos de estado-maior de cada uma das Forças Armadas, pois o conceito de teatro único de operações em moda, supera as resistências corporativas. Respeitando as características e possibilidades das Forças Singulares, o ensino militar deve aproveitar as facetas de cada uma delas. A resistência corporativa ainda é enorme, embora a nova geração, atualmente na casa dos 40 anos, dê sinais de maior abertura e empenho para que tal integração seja feita. No caso brasileiro, isto deve ser levado em conta, especialmente, para a situação da Amazônia, pois, na guerra real há uma imposição normal do inimigo para que isto seja feito.

A MB seguiu o exemplo dos debates promovidos pelo EB, envolvendo com mais intensidade civis e militares através do intercâmbio de proposições sobre o preparo e o emprego naval à luz da orientação político-estratégica. O EB é uma corporação tradicionalmente vista como “fechada” e “tutelar” mas deu alguns passos significativos na criação de momentos de maior abertura à sociedade brasileira, ainda que eles possam ser entendidos como manutenção de interesses corporativistas. A MB, que esteve atenta a estas experiências através de seus representantes, pode aproveitar algo de válido para estabelecer maior diálogo com a sociedade.

De um modo geral, entendemos que a prática de seminários de debates com a sua oficialidade e os membros da sociedade civil brasileira pode ser intensificada aos moldes do exemplo e da temática tratados acima. Neste particular, os fatos trataram de apressar algumas expectativas quanto às relações civis-militares sobre a formação dos oficiais na MB. Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 foram alvo da análise dos oficiais da MB em um simpósio organizado em novembro do mesmo ano na EGN. Foram convidados acadêmicos, jornalistas, diplomatas e políticos para falar sobre o ocorrido aos oficiais-alunos dos cursos de estado-maior. Os ex-diretores da EGN, almirantes Flores, Fernando Diegues e Vidigal apresentaram suas considerações, representando a corporação. Dentre outros aspectos, o vice-almirante Vidigal, ressaltou o “momento histórico” da realização do evento, afirmando, entusiasticamente, o acerto da MB em promovê-lo. Na sua perspectiva, foi uma “oportunidade magnífica”, que contribuiu para o seu futuro, pois as idéias de todas

as tendências políticas circularam livremente nos debates. Isto demonstrou o quanto a MB está entrosada com a sociedade civil, tendo em vista o contexto democrático. Vidigal firmou que: “Não podemos mais ficar na nossa torre de marfim. Temos de descer para a sociedade e mostrar nossa importância para esse país como um Poder Militar democrático, mas um Poder Militar digno de significação, é importante para qualquer país”<sup>30</sup>. Um outro aspecto significativo para a corporação naval foi o convênio feito com a UFRJ, para a instalação de um “Master Business Administration” (MBA), nas dependências da EGN a partir de 2001. Isto propiciou o aumento das oportunidades de melhoria da formação dos oficiais da MB e demais Forças.

A profissão militar no Brasil ainda necessita passar por um processo de maior integração das três Forças Armadas através dos cursos de altos estudos militares e de estado-maior. Este é um argumento defendido pelo capitão-de-mar-e-guerra Sérgio dos Santos Cima (2001)<sup>31</sup> que abordou a criação do MD, a legislação de ensino do país e as características da educação militar, sobretudo no seu mais alto nível. Tendo como base a necessidade de integração, este autor destacou a autonomia do ensino militar diante da estrutura educacional brasileira, pois esta é necessária para qualificar adequadamente os oficiais para o cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas. Assim, elas também podem certificar seus cursos, expedir diplomas de graduação e pós-graduação de seus membros. A integração dos cursos militares contém dificuldades que devem ser superadas pelo MD, como a sua própria consolidação e as especificidades de cada um dos ramos castrenses. Neste sentido, o autor avalia como necessário que os cursos de política e estratégia das Forças Armadas possam contribuir para tal propósito de maneira significativa embora mantenham características próprias. Existiriam algumas alternativas, tais como a unificação ou a harmonização dos currículos das escolas de estado-maior. Entretanto, a seu ver não se deveria praticá-las, por não serem compatíveis com a realidade militar brasileira. Por isso, a integração é a melhor proposta, podendo ser viabilizada pela interação entre os cursos e pela promoção de atividades acadêmicas comuns, tais como jogos de guerra, painéis, videoconferências etc. Um outro exemplo importante de integração foi a

---

<sup>30</sup> Simpósio Análise e Consequência do Ato Terrorista Ocorrido nos Estados Unidos em 11 de Setembro de 2001, EGN, novembro de 2001.

<sup>31</sup> CIMA, Sérgio dos Santos *As Possibilidades de Integração dos Cursos de Altos Estudos das Forças Armadas*, EGN, 2001, digit.

criação em 2001 do Curso de Estado-maior de Defesa (CEMD) pela ESG, sem prejuízo dos demais cursos de altos estudos. O comandante Cima entende que tal curso atende aos interesses comuns das três Forças no preparo de oficiais que prestam, ou venham a prestar serviço no MD nas áreas de planejamento estratégico operações combinadas e operações de paz.

Em vista do exposto acima, algumas considerações analíticas de nossa parte fazem-se necessárias. Em termos da identidade das Forças Armadas e o pós-modernismo militar, Côrtes (2001)<sup>32</sup> utilizou-se do modelo de Moskos para enquadrar as instituições militares brasileiras, acrescentando duas novas áreas: interação com o setor privado e assistência cívico-militar. Porém, sua análise é aqui por nós contestada em alguns pontos, concernentes com os objetivos deste trabalho, como o que está relacionado ao perfil militar predominante do oficial comandante e a contribuição dos quadros civis. Neste caso, a sua idéia básica é fazer com que a guerra não seja entendida segundo a característica de força do deus Ares (Marte), mas, sim a partir da reunião da sua força com a sabedoria de Atenas (Minerva).

Vemos como discutível o ponto que enfatiza os agentes desta transformação. A pesquisa, a doutrina e a aplicação não podem ser monopólio das instituições militares, nem das instituições governamentais, como a ESG. Embora elas sejam necessárias, não são suficientes, pois é imprescindível o concurso e a participação das universidades e as instituições de ensino e pesquisa do Estado e da sociedade civil para a formação de quadros civis e militares para a defesa. Para a constituição de uma sociedade democrática, a formação das políticas, diretrizes, doutrinas etc necessitam de pesquisa, ensino e extensão, características das instituições acadêmicas. Este procedimento já tem se tornado comum nos planos tecnológico e técnico, mas ainda não parece estar plenamente desenvolvido no campo político-estratégico. Por mais que as Forças Armadas tenham maior interesse em desenvolver um ambiente acadêmico em suas escolas de formação e que a ESG seja reformulada no mesmo sentido, as universidades possuem um papel insubstituível na contribuição para o tratamento das questões relacionadas à Defesa Nacional.

Já nos referimos em outra ocasião a alguns princípios que entendemos serem fundamentais para a educação militar-naval brasileira no atual contexto social: a formação

---

<sup>32</sup> CÔRTEZ, Henrique, C. O Pós-Modernismo Militar e o Brasil...*op. cit.*

integral, interdisciplinar e crítica. Para tanto, enfatizamos a importância do ensino das humanidades na formação dos oficiais-marinheiros, no que tange à situação político-institucional, aos imperativos do comando e à compreensão da complexidade dos fenômenos políticos (Silveira, 2000).<sup>33</sup> Entendemos que esta consideração deve estar relacionada à modernização profissional de caráter organizacional, encampada pelos militares ao longo das últimas décadas e à manutenção de características tradicionais/institucionais, como também, em relação ao novo contexto em que se encontram, caracterizado pela RAM e pelo “pós-modernismo” militar (embora tenhamos apresentado alguns argumentos questionadores do significado deste conceito). Assim, uma nova postura epistemológica sobre o significado da Estado, do povo, das Forças Armadas, da política e da guerra, poderá ser recuperada e desenvolvida a partir de então. O processo de modernização, baseado na extensão das características da civilização, poderá ter melhor desdobramento, considerando: *a) as características do conhecimento científico*, que, conforme demonstrado pelos autores aqui apresentados, é fundamental para entender o mundo no seu arranjo político-estratégico. As questões de defesa envolvem todas as áreas do conhecimento acadêmico. Este pode e deve ser orientado de maneira integradora, contemplando a racionalidade instrumental, a racionalidade prática e a racionalidade emancipadora. Deste modo, pode-se pensar na superação do positivismo, tomando por base a reflexão e a análise crítica. Estes princípios são importantes exatamente porque a guerra envolve uma complexidade de aspectos políticos, técnico-operacionais, burocrático-administrativos, econômicos etc que são imprevisíveis, flexíveis, incertos e imponderáveis; *b) o princípio democrático da soberania popular e do exercício da cidadania* é básico para a consideração das relações civis-militares, pois a guerra é um desdobramento da política e deve ser conduzida pelo Estado em nome dos interesses do povo, através das Forças Armadas. A consolidação e o aprofundamento da democracia implica no maior envolvimento dos civis no planejamento e resolução de quaisquer crises político-estratégicas que possam vir a ocorrer. No entanto, sabemos que as Forças Armadas brasileiras possuem atribuições que estão relacionadas à política interna, além da política

---

<sup>33</sup> SILVEIRA, Cláudio de C. , *Educação Militar, Profissionalização e Democracia : o Caso da Marinha do Brasil*, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, 2000, digit.

externa. Sabemos ainda que elas mantêm uma autonomia político-institucional incompatível com o que podemos qualificar com uma ordem democrática adequada. Por esta razão, em que pese todos os esforços de modernização, entendemos ser crucial atentar para a formação de uma nova mentalidade entre os civis e os militares brasileiros. Ambos ainda necessitam ser formados em outros moldes, onde a educação para a defesa seja enfatizada, ao mesmo tempo em que a competência civil avance e a autonomia militar seja reduzida ao nível das necessidades burocrático-administrativas do Estado. Em outras palavras, o atual contexto de mudanças no plano político-estratégico pode contribuir para que, no plano externo e interno se modifique a postura quanto às Forças Armadas. Isto poderá ser feito tornando os militares efetivo instrumento do Estado para as missões no plano externo, portanto, com aplicação militar e diplomática. Aqui ganha mais sentido e força a idéia de que a MB pode exercer um papel mais diplomático e menos policial (para garantir a ordem marítima). A MB que se entende como uma Força com pouco perfil intervencionista, mas ainda não se encontra numa situação que consideramos a mais apropriada para o perfil de uma Força Armada efetivamente moderna e a serviço da democracia brasileira. O envolvimento da estrutura de defesa do país em missões de paz, com a orientação política nacional e da ONU podem ser o melhor investimento para a organização de uma Força condizente com as questões nacionais e internacionais presentes neste novo século. Neste caso, a maior tarefa caberia ao poder político. O afastamento das questões internas é um desafio a ser empreendido, o que envolveria a revisão do artigo 142 da Constituição Federal,<sup>34</sup> extingüindo suas atribuições relativas à “garantia dos poderes constitucionais... da lei e da ordem”;

*c) o papel do poder político, através do MD e da administração naval são imprescindíveis para o êxito destas mudanças, pois o preparo profissional com todos os arranjos burocráticos, recai sobre a estrutura de ensino da Marinha. Dentre as muitas possibilidades e proposições, apontamos para um maior intercâmbio com as universidades brasileiras. Decerto que existe uma cooperação institucional em muitos campos do conhecimento no ensino, na pesquisa e na extensão. Porém esta cooperação poderá se estreitar no campo das*

---

<sup>34</sup> CONGRESSO NACIONAL, *Constituição da República Federativa do Brasil*, Senado Federal, Brasília, DF, 1988. Para verificação do relacionamento da MB com o poder político no Congresso ver entrevista do comandante Afonso sobre as assessorias militares em OLIVEIRA, 1998.

humanidades, não apenas no aspecto da qualificação técnica de profissionais militares. Ela poderá ser aperfeiçoada no plano político-estratégico desde a educação dos futuros oficiais na EN até os estudos de estado-maior de alto nível na EGN. No caso desta, uma reformulação de sua organização seria bem-vinda, sem, contudo, transformá-la em uma universidade. Entendemos que, nos termos aqui dispostos, o contato com a universidade é salutar para ambas as instituições. Mas, transformar as escolas de estado-maior em universidades é concorrer para uma inadequada manutenção da autonomia política corporativa e deixar de considerar plenamente a capacitação e experiência acumulada pelo segmento universitário brasileiro.<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> Vale aqui lembrar o esforço feito pelo Congresso Nacional em se manter atualizado na discussão sobre a educação militar. Este e outros temas sobre os desafios da defesa brasileira foram tratados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDEN) no seminário promovido em Brasília, DF entre os dias 19 e 23 de agosto de 2002. O evento envolveu acadêmicos, políticos e militares.

## **PARTE III - ESTRATÉGIA NAVAL**



## Capítulo 5. O Pensamento Político-Estratégico na Marinha do Brasil

Neste capítulo serão apresentados os temas considerados mais importantes na elaboração do pensamento político-estratégico à luz da missão da MB. Deve-se ressaltar que as concepções aqui apresentadas pelos oficiais não constituem, necessariamente, a versão oficial da doutrina estratégica naval brasileira, mas a produção intelectual feita no interior da corporação por alguns de seus analistas, que são influentes e possuem legitimidade diante da mesma. Consideramos aqui, na maioria, a visão dos oficiais chamados “heterodoxos” em função da sua contribuição mais efetiva para o pensamento militar-naval na ordem democrática (Marques, 2001)<sup>1</sup> e da sua influência na corporação.

Num primeiro momento, expomos as questões básicas das doutrinas clássicas que fundamentam a guerra e a aplicação do Poder Naval dos Estados no mundo contemporâneo. A partir daí, apresentamos a explicação dos analistas navais sobre temas do âmbito político-estratégico e a situação do Brasil no contexto da política internacional e nacional, com início na década de 80. As informações foram compiladas com base na literatura produzida, em conversas e entrevistas com os oficiais. É interessante notar que estes oficiais representam um tipo de composição entre os tipos de soldado-intelectua (*schollars*) e soldado-gerente (*managers*) relacionados à tipologia de Moskos.

Procuramos fazer um encadeamento razoavelmente lógico, passando dos temas de abrangência geral às especificidades do país e da MB. Assim, apresentamos o seguinte ordenamento: a Guerra no Mar, a Política e a Diplomacia Naval, Os Estudos Estratégicos a RAM, a Estratégia Naval dos Estados Unidos pós Guerra Fria, o Emprego Político do Poder Naval Brasileiro, Poder Político, Defesa Nacional e Missão da MB, o Poder Naval em Tempos de Paz, a Aviação Naval, a Amazônia, as Relações Estado-Forças Armadas-

---

<sup>1</sup> MARQUES, Adriana, A., *Concepções de Defesa Nacional no Brasil; 1950-1996*, Dissertação de Mestrado, IFCH- UNICAMP, 2001, digit.

Conforme dissemos anteriormente, não podemos tratar a instituição militar como um bloco monolítico em termos de pensamento, apesar de haver uma unidade básica sobre si mesma, o país e o mundo na sua concepção geral e específica de cada Força. Para o caso da MB ver D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; CHEIBUB, Zairo Borges, *O Brasil e as Forças Armadas na Percepção dos Oficiais da Marinha*, CEPEDOC, 2002, digit.

Sociedade, uma Avaliação da Atual Estrutura Naval Brasileira e, por fim, A Modernização em Curso na MB.

### *1. A Guerra no Mar*

A guerra marítima é uma questão que envolve os períodos do uso do mar promovido pela humanidade ao longo da História. O primeiro deles vai da invasão do Egito (5500 a 4500 a.C) até as lutas entre cristãos e muçulmanos no Mediterrâneo (1500 a 1600 d.C); aqui a embarcação mais utilizada é a galera. O segundo período é o do empreendimento da Escola de Sagres, no fim do século XV até o início do século XVIII; a embarcação mais utilizada é a caravela, um projeto náutico que propiciou o desenvolvimento da carraca e dos galeões. Esta é a “era da vela” que fez e glória dos países europeus no mar, como Portugal e Espanha, dando lugar mais tarde à Inglaterra, França e Holanda. O terceiro período inicia-se no século XVIII e transcorre até os dias de hoje; é a “era da máquina” a vapor, a óleo e a propulsão nuclear. A Marinha moderna surgiu das evoluções e arranjos técnicos da era da vela, alguns mantidos estruturalmente, outros adaptados para a era da máquina. Conforme se sabe, as exigências de organização dos interesses do Estado-nação provocaram a necessidades da profissionalização do aparato militar substituindo o exército voluntário e contratado por funcionários de carreira à seu serviço.. Neste sentido, a profissionalização passou a envolver a educação para a especialização de funções e tarefas, além do treinamento constante.

O desenvolvimento das Marinhas propiciou a argumentação mais ou menos sistematizada sobre a sua organização e emprego. No período contemporâneo, dentre os pensadores de maior monta, encontramos criados por aqueles autores: Alfred T. Mahan, Julian S. Corbett e Théophile. A . Aube.<sup>2</sup> Mahan é o grande nome dos estudos navais em

---

<sup>2</sup> MAHAN, Alfred T. , *Naval Estrategy of Sea Power upon History (1660-1783)* O almirante norte-americano é tido como o mais influente dos autores navais, pois deu centralidade ‘a questão do poder marítimo na vida das nações, como o de seu próprio país. CORBET, Julian S. , *Some Principles of Maritime Strategy*, Annapolis, Naval Institute Press, 1988 . Este autor civil inglês foi pioneiro em adotar as teorias de Clausewitz para a realidade da guerra no mar; se tornou importante na historiografia e na educação naval que não redundasse em superficialidades, se opondo às idéias de Jomini; de Jomini. Este suíço, se tornou famoso a partir do período napoleônico, como um grande autor de estratégia, por basear a sua concepção no desempenho de um grande líder militar e no tradicionalismo. Assim, constituiu princípios gerais da guerra aos quais atribuiu valor universal, de valor inequívoco e absoluto; *apud* G., PROENÇA JR, Domício, DINIZ, Eugênio, RAZA, Salvador ,*Guia de Estratégia...op.cit.* O almirante francês Théophile Aube fez profundas reflexões sobre a guerra franco-prussiana. Ele constatou a impossibilidade da Marinha de seu país se

termos de importância e influência, tornando-se, para muitos, como um “verdadeiro mito”. A transição da era da vela para a era da máquina é o momento onde novas questões navais surgem e necessitam de um melhor enquadramento. Maham se dispõe a debruçar sobre o assunto que envolve a ação de tecnologias e táticas mais adequadas aos novos tempos. O comentário de Raza e outros autores é que Maham trouxe um “bálsamo” para as pretensões de um país como a Inglaterra num primeiro momento, assim como os demais países que seguissem a uma estratégia expansionista e beligerante. Estes autores identificam o pensamento mahamiano com o pensamento de Jomini, no tocante à pretensão de cientificidade, mas carregado de uma leitura equivocada, parcial e exagera da História. Esta serviria muito mais como um pretexto para embasar as assertivas dos mestres da teoria da guerra do que o efetivo instrumento pelo qual se possa construir uma concepção dotada de rigor, plausibilidade e reflexão crítica sobre o objeto de estudo. Em relação a Maham houve a elaboração de uma dogmática, assumida por muitos, incapaz de resistir à reflexão crítica. Neste caso, dois grandes exemplos são: a individualidade da esquadra e a inevitabilidade da batalha decisiva. Maham sustentava estas idéias em nome da constituição de um grande poder marítimo que teria por fontes: a posição geográfica, a configuração física e a extensão do território nacional, o caráter do povo e o caráter do governo. Deste modo seria possível constituir um poder naval garantidor dos objetivos do poder marítimo nacional. O poder naval teria emprego ofensivo, onde “o objeto de toda e qualquer esquadra de combate era sempre a esquadra de combate inimiga”.

O emprego do poder naval se justificaria para Maham, pois na sua concepção a melhor defesa é o ataque. A chave da estratégia mahamiana é: a concentração de forças, uma posição central com relação às forças inimigas, a operação a partir de linhas interiores e a disposição de uma boa linha de comunicação. Estes quatro princípios estão, assim, plenamente identificados com os princípios jominianos. A busca pela “batalha decisiva da guerra naval” é o recurso e a condição essencial para a vitória da esquadra. Uma vez aniquilada a esquadra inimiga, tudo o mais seria resolvido.

O pensamento da guerra naval encontrou outra concepção nas argumentações

---

equiparar à Alemanha e à Inglaterra. Daí, desenvolveu uma concepção estratégica defensiva para desgastar o inimigo com meios navais de menores proporções, conhecida como *jeune école*. Ver VIDIGAL, Armando A. Apontamentos de Estratégia Naval, *Revista Marítima Brasileira*, 3T 1998, pp 103-131.

construídas por Corbett. Sua afinidade teórica é com os escritos de Clausewitz (1986),<sup>3</sup> entendendo que a guerra é um desdobramento da política e condicionada pelo momento histórico. Portanto, difere do dogmatismo e do personalismo mahamiano. O estudo corbettiano privilegia a historiografia naval, relacionando esta ao processo educativo dos oficiais, com o intuito de promover reformas na corporação através do "Naval War College", transformando-o num laboratório de idéias e integrando-o à universidade.

As diferenças entre Corbett e Mahan ficam estabelecidas a partir do entendimento sobre o que vem a ser o comando. Não há comando do mar no sentido absoluto, mas relativo. Este pode ser local, temporário ou permanente. Dependendo do propósito da guerra, é orientado um tipo de comando em relação ao mar. O entendimento de Corbett não é o de que o inimigo não possa fazer nada, mas, sim, de não interferir seriamente com os interesses do Estado a serem estabelecidos pela esquadra. A visão da complexidade da história naval apontada por Corbett, é avaliada como um exemplo de relação com a construção teórica clausewitziana. Deste modo, a guerra só se justifica enquanto estiver submetida aos interesses da política, limitando-a em tempo e intensidade, ao contrário da interpretação jominiana/mahamiana da guerra napoleônica como um fenômeno ilimitado. Portanto, Corbett preconiza a guerra com um emprego limitado da força e que o mar não é um caminho comum, mas uma "barreira intransponível" se não houver o emprego dos meios necessários. Isto pode ser comprovado no que ocorreu entre a França e a Inglaterra na disputa pela posse do Canadá. Este mesmo exemplo histórico é o fundamento para que se admita a indivisibilidade da esquadra, adotando, em parte uma postura ofensiva, em parte, defensiva. Por isso, não é a concentração de forças num só arranjo da esquadra que garante o sucesso na guerra. Há uma diferença entre concentração tática e concentração estratégica que deve ser levado em conta. Deste modo: "Cada uma das forças estava situada e em comunicação com as demais, de tal maneira que, antes de qualquer força inimiga, pudesse explorar a fraqueza local de uma dessas forças, uma grande parte, ou mesmo a totalidade da esquadra, podia ser reunida" (Proença Jr / Raza / Diniz 1999).<sup>4</sup>

A idéia reinante de que enquanto a esquadra inimiga não fosse destruída não se

---

<sup>3</sup> CLAUSEWITZ, Carl Von *On War*, Princenton Press, 1986, *apud* PROENÇA JR, Domício, RAZA, Salvador, DINIZ, Eugênio, *Guia de Estratégia... op. cit.*

<sup>4</sup> PROENÇA JR, Domício, RAZA, Salvador, DINIZ, Eugênio, *Guia de Estratégia... op. cit.* p. 115.

podia ter o comando do mar, contrapõe-se à visão defensiva da “esquadra em potência”, isto é, manter ao máximo os navios nos portos para não ser atingido pelo inimigo que pretenda o domínio do mar. A esquadra disposta em portos estratégicos, funcionaria, então, como uma estratégia defensiva e inibidora de possíveis ataques inimigos. Ao comentar a importância de Corbett aqueles autores apontam para a sua relativização do alvo prioritário, de acordo com as circunstâncias dinâmicas da política e a sua subordinação da Marinha aos seus propósitos. O tamanho de uma esquadra também não significaria tanto, pois a qualidade é um atributo mais importante do que a quantidade de meios navais disponíveis. Para Corbett, não se deve contar apenas com os navios de linha, tal como em Mahan. Outros tipos de navios e arranjos da esquadra poderiam ser usados na guerra através das atividades de supervisão, controle, regulação e presença dos navios da flotilha e de cruzadores. O equívoco da Mahan estava em dar atenção apenas aos navios de combate de primeira linha, voltados para a batalha decisiva, porém mais lentos que a flotilha e os cruzadores.

O bloqueio naval é uma estratégia defendida por Corbett para a guerra no mar. Em seu entendimento ele é o centro da guerra marítima enquanto uma operação que se destina a conter as bases navais inimigas. O bloqueio poderia ser: a) aproximado, mantendo os navios inimigos retidos nos portos e b) à distância, provocando o inimigo a sair dos portos e expô-lo ao combate. O bloqueio seria uma forma eficiente de guerra no mar, não sendo, então, um desperdício, conforme a visão de Mahan. O pensamento de Corbett se opõe também ao que ficou conhecida como “jeune école”, consolidada pelo almirante francês Aube. A sua interpretação centrava a análise no que uma esquadra de menor porte poderia fazer na guerra, sem contar com a possibilidade da batalha decisiva. Neste caso, a guerra de corso e ataque da flotilha seriam as vertentes menos importantes da estratégia adotada. Utilizando-se de torpedos instalados em navios menores, poderia-se atacar os navios de maior porte, fazendo incursões na área dos navios de linha inimigos. A flotilha possuiria também a vantagem do controle costeiro por causa das pequenas dimensões de seu calado e sua alta velocidade. Porém, Corbett relativizava o sucesso dos torpedos da flotilha em função da pura sorte, dada a inexistência do radar e da possibilidade do reconhecimento visual dos barcos num prazo curto de tempo. A passagem dos torpedos para patrulhas seria também fruto do acaso, pois a rotinização dessa prática intensificaria a ação das patrulhas,

contendo a penetração inimiga. O comboio era contestado por Corbett em razão das mudanças tecnológicas das circunstâncias da guerra a partir do fim do século XIX, com o aumento do número de embarcações mercantes, o desaparecimento dos corsários, a perda de autonomia dos navios a vapor e o uso do telégrafo sem fio. A combinação da navegação independente com as patrulhas volantes utilizando um sistema de rádio seria melhor prática do que os comboios. Entretanto, os fatos refutaram estas hipóteses de Corbett ao longo do tempo desde a I Guerra Mundial, com a estratégia da guerra adotada pela Alemanha contra os britânicos no uso irrestrito de submarinos. O erro de Corbett, um civil, é apontado não por causa do aspecto tático, mas político. A sua suposição de que “a disposição alemã de incorrer nos riscos e acertar os custos de se tornar uma potência internacional”. Outra limitação do pensamento de Corbett é a especificidade dos seus escritos, voltando-se, basicamente, para a realidade da Grã-Bretanha para atuação de seu oficialato e da opinião pública. Não obstante, seu mérito está em dar uma contribuição ao debate da guerra no mar, desafiando e pondo em xeque as funções das Marinhas e das bases da tradição naval.

Um balanço da contribuição de Mahan e Corbett feito pelos analistas, consideram a concepção manhaniana próxima da propaganda pura e simples, um “evangelista do poder marítimo” sem embasamento teórico consistente. Ao passo que Corbett chega bem mais perto da formulação de uma teoria da guerra marítima, aproveitando-se dos postulados clausewitzianos. Ao mesmo tempo ele visava educar os oficiais e o público sobre a importância de possuírem um entendimento muito mais adequado sobre o mar e sobre a sua época. Este balanço aponta também para a importância da percepção corbettiana onde a guerra está limitada aos objetivos políticos; isto envolve uma dinâmica e uma complexidade própria presentes neste tipo de situação.

O pensamento político-estratégico naval foi influenciado fortemente por Mahan, que estabeleceu o grande paradigma clássico de emprego do poder marítimo nos Estados contemporâneos a partir da virada do século XX. Nas palavras do vice-almirante Armando Vidigal (1998) <sup>5</sup>. Mahan foi mais um geopolítico do que um estrategista, entretanto, a sua obra representou um marco a partir do momento em que assinalou a relação entre a grandeza de um país com o uso do mar, e serviu de base para a explicação da ação do Império Britânico ao longo da História. Embora Tucídides já houvesse se referido à

importância do comércio marítimo para o aumento do poder do Estado, a elaboração de Maham se adequou mais à realidade do mundo hodierno, pois é fruto da situação pós-revolucionária na Inglaterra e repercutiu no planejamento de governantes de outros países como Theodore Roosevelt, Guilherme II e no governo japonês do início do século. Mesmo o Brasil, com o Barão do Rio Branco e o almirante Alexandrino, foi influenciado a ponto de tentar organizar uma grande esquadra que contribuiria para uma ação política mais independente da Inglaterra no plano internacional.

Para Vidigal, a evolução do quadro político internacional com as duas Grandes Guerras Mundiais foram importantes para testar os erros e acertos do “velho mestre”, como o bloqueio naval para a negação do uso do mar ao inimigo e as alterações do fluxo de comunicações entre os países controlando o comércio marítimo. O pensamento da Maham passou a ser parcialmente questionado a partir de então. Conforme vimos anteriormente, Corbett é um dos que relativiza a concepção mahaliana de domínio do mar, como se o mesmo fosse indivisível. Seria mais vantajoso pensar nos diversos graus de domínio do mar: total, parcial, permanente e temporário. Ao mesmo tempo, seria importante levar em conta o uso de navios de médio porte e outros meios navais e aeronavais. Os navios capitais, como os cruzadores e encouraçados só seriam importantes mesmo em uma batalha decisiva numa situação de domínio absoluto do mar; de rara ocorrência. Quando esta fosse descartada pelas circunstâncias, poder-se-ia empreender a “guerra de corso” para atingir as comunicações marítimas do inimigo. Segundo Vidigal, Corbett foi importante porque abriu as portas para a “jeune école” de Aube e para a “ação indireta” de Liddell Hart,<sup>6</sup> representantes das novas concepções estratégicas posteriormente em voga. Sem descartar completamente a batalha decisiva e o bloqueio naval, como Maham, Corbett preconiza o princípio da esquadra em potência e das ações de desgaste para reduzir a capacidade militar do inimigo. Este tipo de organização relativiza a concentração do poder naval numa batalha decisiva, permitindo que esta se dê onde e quando for necessário, por causa da natural mobilidade do poder naval.

A concepção da “jeune école” de Aube valoriza a utilização de torpedos

---

<sup>5</sup> VIDIGAL, Armando A. , Apontamentos de Estratégia Naval “in” *Revista Marítima Brasileira*, 3T 1998, pp 103-131.

<sup>6</sup> AUBE, Theodore, *apud* VIDIGAL, Armando, Apontamentos de Estratégia Naval, *op.cit.*  
LIDDELL HART, *Estratégia* , Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966, *apud* VIDIGAL, Armando, Apontamentos de Estratégia Naval , *op.cit.*

autopropulsados e os navios rápidos, de pequeno porte, para as ações militares navais conhecidas como “poeira naval”. Estas, teriam a função de neutralizar os grandes navios, sem a necessidade da batalha decisiva. Aqui, o uso de contratorpedeiros teria uma grande importância porque afastaria os torpedeiros da linha de combate. Vidigal reforça a tese de que esta estratégia foi decorrente da situação francesa após a derrota para a Prússia em 1870. Sem condições econômicas e técnicas para acompanhar o desenvolvimento das potências navais européias, como a Alemanha e a Inglaterra. A idealização desta concepção estratégica, prioriza a defesa, onde a guerra do curso, a guerra de desgaste e a proteção territorial ganharam destaque. As Marinhas pequenas puderam aplicá-la aumentando o uso dos meios navais com minas e torpedos (e posteriormente, dos mísseis superfície-superfície). Porém, Vidigal apontou para as “limitações graves” afetando a sua utilização. A atualidade da “jeune école” foi comparada com a Guerra do Golfo onde a própria USNAVY encontrou dificuldades para modificar o seu perfil de “blue” para “brown navy”, pois tinha que impedir a ação de submarinos de pouca profundidade e a tática de impedir a ação dos iraquianos. Outro autor que relativizou a batalha decisiva para Vidigal foi o almirante Castex . Se num primeiro momento, ele apontou para a vulnerabilidade do poder marítimo de nações que poderiam ter suas comunicações / fluxo bloqueados, mais tarde se convenceu da vulnerabilidade do poder terrestre. Este poderia ser afetado pela projeção do poder naval sobre a terra pela aviação naval, por mísseis, pelo apoio de fogo e pelo uso de artefatos nucleares como as ogivas e os submarinos.

Liddell Hart também influenciou a estratégia naval a partir da importância que atribuiu à ação indireta. Esta atitude contrasta com a visão de Clausewitz e Liddendorf porque estes não fazem considerações sobre a situação pós-guerra e a construção da paz. Deve-se deixar de lado a noção de guerra absoluta e pensar nas ações que promovam o desgaste do inimigo e sua exaustão moral e física. O fundamental aqui é procurar as situações mais vantajosas para diminuir a resistência do adversário, pois o alvo mais importante, é o seu cérebro (governo) e não o seu corpo (tropas). A guerra é, então, um empreendimento que exige o constante uso da razão, assim, não é o puro e simples uso da força que resolve o conflito. Vidigal vê neste autor a influência de Sun-Tzu ao estabelecer as suas máximas positivas e negativas para conseguir a paz. Em termos operacionais, a visão de Liddell Hart pode ser aplicada para a realização de ações navais indiretas, como o

bloqueio naval e a guerra de corso, convergindo com a “jeune école” por resistir à batalha decisiva.

## 2. A Diplomacia Naval

O capitão-de-mar-e-guerra Salvador Ghelfi Raza (1997)<sup>7</sup> em seu posto anterior, partiu de uma nova avaliação do emprego político do poder naval utilizando-se da contribuição da Ciência Política para redefinir os conceitos básicos que sustentam a sua aplicabilidade no atual contexto da ordem internacional. A partir do estudo da Estratégia, o seu propósito é refletir sobre os princípios e apresentar uma proposta de organização da Marinha que sirva de base ao seu emprego político, aos moldes da Diplomacia Naval.

De acordo com, Raza são feitas as seguintes considerações sobre as maneiras de emprego político do poder naval: 1) *política de canhoneiras*, está associada ao emprego das forças coercitivas, passa a ser vista, segundo Paul Kennedy (1983)<sup>8</sup>, como “o uso de navios de guerra em tempos de paz para a obtenção de objetivos diplomáticos e políticos dos Estados; 2) A *presença naval* é percebida de modo temerário porque nem sempre a sua visibilidade é evidente, gera controvérsia sobre o uso de submarinos e segue uma atitude passiva; 3) *diplomacia coercitiva*”, é de concepção inadequada e “restrita e enganosa”, porque não considera o uso da força para tentar resolver situações políticas de “não-crise”, pois não se pode usar os meios navais apenas em atos bélicos; 4) *suasion*, entendida aqui como Luttwak (1987)<sup>9</sup>, que consiste numa forma de ação indireta de aplicação das forças navais, fora dos atos de guerra, para alcançar alguma vantagem ou evitar alguma perda. Baseando-se em James Cable (1991)<sup>10</sup> Raza enumera três aspectos importantes para o entendimento desta terminologia: os Estados são atores, as forças navais são limitadas e a situação geral é definida como não-guerra; 5) *Estado*, é a entidade que exerce a soberania dentro de um determinado território. Mas o emprego do poder naval deve levar em conta somente as ações que envolvam o relacionamento entre os Estados, deixando de lado as

<sup>7</sup> RAZA, Salvador, *Diplomacia Naval...op. cit.*

<sup>8</sup> KENEDY, Paul, *The Rise and Fall of the British Naval Mastery*, London, Fontana Press, 1983 *apud.* RAZA, Salvador, *Diplomacia Naval... op. cit.*

<sup>9</sup> LUTTWAK, Eduard, *Strategy: The Logic of War and Peace*, Cambridge, Belknap Press of Harvard University Press, 1987. CABLE, James, *Gun Boat Diplomacy 1919-1991*, Londres, Mc Millan 1991, p. 32, *apud* RAZA, Salvador, *Diplomacia Naval... op. cit.*

ações contra grupos internos e outros não reconhecidos internacionalmente como Estados: 6) *força naval limitada*, é condicionada pela legitimidade do seu objetivo e proporcionalidade do seu emprego para alcançar tal objetivo; 7) *não-guerra*, entendida como uma situação de crise onde haja: um fator surpresa na sua origem, tensão para decidir e uma provável conseqüência de um conflito armado. Embora seja difícil definir “crise”, segundo Raza, pode-se admitir que ela sempre está presente, em tempos de guerra ou paz. Isto se dá por causa do conflito de interesses entre os Estados, o que pode suscitar uma situação contraditória, que Cable chamou de “não-guerra, não-paz”. Os modelos / arquétipos de Diplomacia Naval são do tipo cooperativo ou coercitivo, mas ambos carecem de perfeita representatividade na realidade histórica, pois, efetivamente, a situação real é sempre mais complexa, até porque muitos eventos ocorridos e informações obtidas não são considerados como tão relevantes no seu tempo. Além disso, existe a censura que restringe o acesso à verdade dos fatos e do sentido que eles representam.

Aqui, mais uma vez Raza recorre a Cable para apresentar quatro categorias onde a Diplomacia Naval pode ser enquadrada: a) definidora (promover a criação de um fato consumado), b) propositiva (induzir uma decisão não considerada pelo Estado-alvo), c) catalítica (exploração de oportunidades favoráveis), d) expressiva (ênfase em atitudes ou suportar declarações políticas dos Estados). Mas o autor reconhece que a tipologia de J. Cable é mais importante para a descrição do que para a análise da problemática. Assim como é também a classificação (coercitiva e suportiva) de emprego político do poder naval, por não enfatizar as ações que o Estado-alvo poderia cometer feita por outros como Blekman e Kaplan.

Em Luttwak o emprego político do poder naval pode ser entendido como “naval suasion” – efeito político voltado para o Estado-alvo através de fatos latentes e ativos, respectivamente, ações indiretas/veladas e coercitivas. Porém, estes últimos não são baseados apenas na capacidade dos navios, mas na reputação dos Estados a que pertencem. Luttwak contribuiu para que o poder naval seja visto como capaz de operar dentro de um quadro de valores do Estado-alvo; além do uso tecnológico e subordinado ao comportamento relativo do Estado. Há também uma questão referente ao sentido do uso dos conceitos de “compelência e deterrência”. O autor lembra que, compelir é mais difícil

---

<sup>10</sup> CABLE, James, *Gun Boat Diplomacy 1919-1991*, Londres, Mc Millan 1991, p. 32, *apud* RAZA, Salvador,

do que deter. O primeiro significa “o uso ativo de força para fazer o oponente fazer algo ou impedi-lo de que continue uma ação em andamento”; ao passo que “deterrence é o uso da força militar para propósitos não-militares, fazendo com que o adversário assuma um comportamento distinto da ameaça ou da destruição”. Por exemplo, o almirante soviético Gorshkov percebeu que o poder naval produz resultados políticos e militares, o que impõe uma nova relação de dimensão entre o relacionamento político e o militar. Gorshkov se preocupou com o emprego político da Marinha em tempos de paz, na defesa dos interesses soviéticos, com uma política assertiva- o que necessitaria de uma Força Naval dotada de “robustez para suportar as ações diplomáticas, justificando, assim, o expansionismo da URSS”.

Para Raza os modelos / arquétipos apresentados são, além de restritivos, improváveis, pois não permitem prever que tipo de ação os Estados adversários poderão tomar. Do mesmo modo, há o equívoco de considerar o emprego político do poder naval como produto, e não como causa da relação entre os países no sistema político internacional. Isto significa dizer, diferente de Cable, que o Estado não controla as conseqüências de sua ação contra o Estado-alvo, pois este pode ter uma reação inesperada. Quanto a Luttwak, o autor afirma que o novo cenário estratégico mundial possui novas formas e dimensões de comunicações entre os Estados e as sociedades a que pertencem. Existe a presença de várias entidades e dos blocos econômicos, o que traz um efeito complicador para o quadro estratégico-diplomático. Há outras restrições como as feitas por Blekman e Kaplan, que estabeleceram a relação entre a força e a diplomacia, porém, Raza assinala que, atualmente, as opções navais clássicas têm sido revistas pelo conceito de “intelligence warfare” pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e União Européia Ocidental (WEU).

A visão de Raza é que se deva partir da premissa da relação entre os efeitos do emprego político do poder naval, com os efeitos das ações econômicas e políticas. Tal aspecto deve ser considerado na situação do mundo atual. Mesmo num clima de grande redução do emprego da força militar por razões econômicas e políticas, este ainda é um fator importante na consideração da ação dos Estados. Nas palavras deste autor: “A função das Forças Armadas, como sempre, persiste e se adapta às mudanças estruturais e à

dinâmica das relações internacionais. Isto leva à configuração de um ‘novo modelo de emprego das Forças Armadas’ fora das situações de guerra”.

Para Raza, o emprego do poder militar se presta mais a “prevenir os conflitos”, e, quando não for possível, “restringir a sua expansão”. Para fundamentar a sua visão, o autor assinala o equívoco de se pensar que a realidade mundial caminha para a paz entre os Estados, pois basta olhar para a História atual que registra, desde a criação da ONU até 1984, a ocorrência de 13 operações de paz. Já no período compreendido entre 1990-1994 foram registradas 18 operações de paz. Com isso, o autor combate a visão ingênua, “inocente e idealística” reinante em muitas afirmações. Ele aponta para a revalorização dos “exercícios de manobra de crise” como uma demanda para o uso político do poder naval. Neste caso, deveria ser considerado o fator “credibilidade” no estabelecimento da relação entre o emprego efetivo dos meios navais e os interesses político-estratégicos dos Estados.

Ao adotar o modelo de análise da Diplomacia Naval a partir do exercício de manobras de crise, Raza assume que não é apenas a racionalidade absoluta que dita as regras nem é o exclusivo uso da força. É preciso incorporar a complexidade da questão, assim como a complicação teórica resultante para estabelecer os conceitos apropriados. A dinâmica das relações internacionais impõe que a “moldura intelectual” seja revista sob pena de imprecisão e falta de veracidade de suas assertivas.

O atual sistema político internacional apresenta uma situação de instabilidade, aumentada pela multipolaridade política e imprevisibilidade a partir da crise do Estado-nação. Isto não confere certezas às diversas prospecções feitas, já que são elaboradas num processo de mutação. De fato, a realidade é muito mais do que um modelo matemático e estatístico. O uso destes modelos para elaborar um cenário é tradicionalmente aceito como válido na estrutura naval, mas elas não conseguem expressar a real tendência do processo político-estratégico. O princípio da incerteza revela que há “elementos não-quantificáveis pelas teorias convencionais”. Então, um novo ferramental teórico é necessário para a prospecção de cenários em função das “tendências globalizantes” nas relações internacionais que isto implica na seleção dos elementos responsáveis pelo desenvolvimento da estruturação político-estratégica. Isto posto, dois passos devem ser dados: o primeiro, consiste em identificar e selecionar as tendências político-ideológicas mais relevantes em termos de peso de decisão e situá-los numa perspectiva histórica; o

segundo, é a elaboração de um cenário “inserido num contexto temporal” e os seus desdobramentos e dispostos horizontalmente, com influência na forma como o Estado tomará as suas decisões. Por exemplo, qual seria a influência da organização político-militar do Mercosul aos moldes da WEU na alocação de recursos para as Forças Armadas de cada um dos países. Um tipo de análise como esta privilegia muito mais a “qualificação de incertezas” do que um modelo rígido e quantificado feito como se fosse a análise verdadeira da realidade no tocante à pesquisa organizacional que sustenta o planejamento militar.

Segundo Raza, as novas atribuições das Forças Armadas seram as ações que envolvem as operações de paz (“peace-enforcement”, “peacemaking”, “peacebuilding”) de acordo com as detreminações da ONU na realidade pós-Guerra Fria, como no caso da Somália. Esta nova postura significa deixar de ser puramente policial para trabalhar com um grau elevado de complexidade, onde estão presentes os conflitos étnicos, político-regionais e locais. A Diplomacia Naval, então deve incorporar em sua tipologia as atribuições de “peacemaking” e “peacebuilding”, que envolve a presença de outros atores além dos Estados, como os enclaves étnico-culturais, as organizações não-governamentais, os conflitos de baixa intensidade e o “direito de ingerência”, legitimado pela comunidade internacional para fins humanitários e o restabelecimento da paz. A Diplomacia Naval tem que considerar também a complexidade neste caso, pois a situação destes conflitos de baixa intensidade envolve a necessidade do uso da força militar de pequena duração, como demonstrou os Estados Unidos e a sua influência na ONU no caso da ex-Iugoslávia e de Ruanda. Isto fez com que o conceito de “peacekeeping” passasse a englobar várias atividades, promovendo ações mais coercitivas, denominadas de “peace-enforcement”.

A nova dimensão do emprego do poder naval se baseia, forçosamente, neste tipo de renovação da Diplomacia Naval e explora os seus “fatores de força”, tais como: versatilidade, mobilidade, capacidade de projeção, potencial acesso, simbolismo e capacidade de permanência. Ao mesmo tempo, ela considera as fraquezas como a capacidade do poder bélico de produzir efeitos políticos, o incitamento às hostilidades em função da presença de navios de guerra e a capacidade de influência dos meios navais de longa duração de seu trânsito num cenário que pode mudar com rapidez.

Enfim, a Diplomacia Naval deve ter alguns referenciais básicos, tais como a pressão

da legislação e da opinião pública internacional na restrição ao uso da força militar; caso seja imprescindível, a compelência deve ser buscada, em lugar da destruição. É importante ter em mente que o propósito da Diplomacia Naval é o acordo político e não só a vitória militar, e, ainda, que o conflito é o seu objetivo, e não os beligerantes.

Raza evidencia ser necessária a conversão de conceitos para o planejamento do poder naval. Ele parte de um quadro conceitual referente às tarefas básicas de ação (militar, diplomática e policial) com a contribuição feita por E. Grove (1990) e aperfeiçoada por Keneth Booth (1985); este, por sua vez, insere a idéia de “comando relativo do mar” criada por Geoffrey Till (1994)<sup>11</sup>. Com a contribuição destes autores, Raza caracteriza as áreas de ação e as organiza da seguinte forma: a) militar - deterrência estratégica, projeção de poder, interdição marítima e projeção do mar territorial; b) diplomática - diplomacia naval cooperativa e diplomacia naval coercitiva; c) policial – manutenção da soberania e da ordem, defesa e garantia da utilização dos recursos naturais. Contudo, deve-se tomar alguns cuidados relativos à não correspondência necessária e direta no plano horizontal e a confusão entre o significado e a extensão das tarefas dentro de uma mesma área.

Na área militar (guerra convencional, limitada ou geral) existe a incorporação do “comando relativo do mar”, em superioridade às propostas de “controle de área marítima” e “negação do uso do mar”. Na área diplomática, consideram-se as atribuições básicas da Diplomacia Naval, onde o poder sofisticado de combate não é necessário. Raza chama à atenção para o fato de que o modelo de Grove pode ser visto como simples, mas ele esconde uma “complexidade analítica”, dado o fato de que a distribuição de tarefas pode ser feita em mais de uma área de atuação. Este modelo é defendido por Raza porque se trata de uma importante ferramenta para a “reavaliação dos componentes teóricos da diplomacia naval” e dar sustentação à estrutura organizacional, que tem por objetivo o emprego político do poder naval. Sem esta consideração, o poder naval se tornaria um fim em si mesmo, além de ser irracional e irresponsável, por subordinar os objetivos aos meios navais

---

<sup>11</sup> GROOVE, Erik, *The Future of Sea Power*, Londres, Routledge Press, 1990, *apud* RAZA, Salvador, *Diplomacia Naval... op. cit.*

BOOTH, Ken, *Navies and Foreign Policy*, Londres, Croom Helm, 1997 pp. 33-36, *apud* RAZA, Salvador, *Diplomacia Naval... op. cit.*

TILL, Geoffrey, *Maritime Strategy and the Nuclear Age*, Londres, Mc Millan, 1984, *apud* RAZA, Salvador, *Diplomacia Naval... op. cit.*

disponíveis.

Uma nova estrutura organizacional teria ainda que contar com navios de primeira e segunda linha, ao invés da manutenção de “battle groups”, que incluem plataformas sofisticadas com grande poder de fogo e possuem a sua sede em porta-aviões, conforme a visão do almirante norte-americano Zumwalt. Raza entende que a adequação dos meios aos fins é necessária em nome do planejamento operacional e da racionalização maior dos recursos. O modelo de Grove já antecipa esta adequação. Ele afirma ser necessária a superposição do modelo de Zumwalt sobre o de Grove a fim de trabalhar com a seguinte proposta para o emprego político do poder naval: baixo perfil policial e alto perfil diplomático-militar. Este autor ressalta que o baixo perfil policial não é uma associação com a prevenção do narcotráfico ou do contrabando, mas, sim, com o exercício da soberania e proteção dos interesses nacionais, usando a força, se necessário, para garantir o uso de uma determinada área marítima. É no modelo de alto perfil diplomático-militar que se encontram as maiores contribuições à análise do planejamento das forças navais convencionais. Este modelo se afasta do tradicional escalonamento vertical de importância das missões militares sobre as missões diplomáticas e propõe uma simbiose que visa atender a ambas nas das missões de paz, interagindo com novos atores num cenário de “no-peace, no-war”.

Os meios navais devem, então, ser preparados em duas áreas: a) C4I Avançado (comando, controle, comunicações, computadores e inteligência) em substituição ao tradicional C3I (comando, controle, comunicações e inteligência) e b) Sistema de Armas. O comandante Raza advoga a tese de que esta proposta de emprego dos meios navais é uma alteração do dogma enraizado, onde a “interação político-militar” está restrita aos altos escalões decisórios. Ou seja, as decisões sobre a guerra devem ser coordenadas entre os decisores políticos em terra e os que atuam no ambiente decisório possibilitando autonomia tática para as forças navais, que poderiam agir sob uma orientação centralizada e detalhada cooperando com a maximização de seu emprego político.

Uma vez que a complexidade da crise é grande, existe a precariedade da presença do conselheiro político em terra para delimitar as decisões no mar além de impedir a sua eficiência. Um “novo princípio para a guerra” deve ser considerado, para melhor aproveitamento da dinâmica do cenário estratégico: organização e administração. As

vantagens da adoção deste novo princípio são a padronização das ações, a economia de material e pessoal e o menor desgaste político. Também é necessária a redução dos escalões decisório, explicitando a sua responsabilidade e objetivos; isto possibilitaria maior agilidade e flexibilidade no emprego da força. Apesar deste princípio ser ou não formalmente instituído, necessidades práticas vêm ajudando a sua aplicação, como a OTAN em 1992 na sua sede e na sede do SHAPE, (Supremo Comando Aliado Europeu) na adoção das Forças de Reação Rápida . Este comportamento é tido como uma mera questão de tempo no caso de outras forças navais que pretendem operar com credibilidade e obter poder efetivo.

As inovações tecnológicas podem contribuir para a aplicação desta nova estrutura de comando e controle, com o uso de *software* com capacidade de informação, comunicação e auto-avaliação de performance e integração com o comando em terra. Deste modo, se efetivaria uma real capacidade operacional num cenário onde deve prevalecer a intenção de negociar, mais do que obter a vitória militar. Os Sistemas de Armas devem ter “capacidade de deterrência estratégica”, utilizando vetores de alta precisão, possíveis de despistar a vigilância inimiga. O armamento disponível é tributário da evolução tecnológica, mas desde Mahan, seu impacto reconfigura vários dilemas e cria novos problemas, ainda mais no contexto mundial atual, onde a tecnologia deve estar relacionada ao conceito de “Surveillance, Intelligence and Reconnaissance”(SIR).

A silhueta dos meios navais não é um simbolismo suficiente e deve estar associada ao objetivo de cooperação, e não de coerção. Esta moldura estaria associada ao baixo perfil policial e alto perfil diplomático-militar. A superioridade da defesa sobre o ataque integra o primeiro requisito e se enquadra na realidade, pós-Guerra Fria, com a presença de um número maior de ações em “brown waters” e operações navais de minas, mísseis , aeronaves e sistema de vigilância. Aqui os custos ascendentes contam com pressões para redução de orçamento e a adequação ao número de elementos e plataformas essenciais.

De todo modo, o mais importante é considerar que o conceito básico de segurança estratégico-militar dotado de conteúdo pragmático. Para Raza, os planejadores navais precisam “romper com os conceitos arraigados” e evoluir para uma “postura holística” relacionada à dinâmica da Diplomacia Naval e às suas incertezas. As mudanças propostas devem ser gerenciadas, não apenas substituindo, mas adaptando os meios navais existentes,

tomando como guia o ditado anglo-saxão: “Built a lite, teste a little, and learn a lot”. Isto implica numa nova mentalidade, acompanhada do uso de um conhecimento teórico-acadêmico que é ausente na realidade brasileira. Assim, os meios navais como os porta-aviões assumem uma nova importância como possíveis plataformas C4I. Do mesmo modo, as forças anfíbias podem assumir maior capacidade de embarque/desembarque rápido e projeção sobre a terra. As forças de superfície se tornam a “espinha dorsal” para a Diplomacia Naval em “plataformas de múltiplo emprego”, de defesa antiaérea e capacidade de precisão para alcançar alvos em terra. Este perfil é bem adequado aos novos tempos nas ações das forças multinacionais que devam agir em nome da padronização de procedimentos e da interoperabilidade entre elas. Mais ainda, a Diplomacia Naval precisa contar com a elevada qualificação de pessoal, sem a qual tudo se põe a perder. O novo planejamento e o emprego dos meios com a finalidade diplomática é uma exigência fundamental da realidade de um mundo em transformação, que o Brasil, como potência regional, deve ter a coragem de assumir e promover mudanças.

### *3. Os Estudos Estratégicos e a Revolução nos Assuntos Militares*

O comandante Ghelfi Raza, assinalou, juntamente com Proença Júnior e Diniz, o caráter interdisciplinar dos estudos estratégicos, envolvendo as Ciências Naturais e as Ciências Humanas no contexto da RAM. Alguns tendem a vê-la como algo bem mais abrangente e constante na história da guerra moderna, pelos menos desde Napoleão, passando pela Guerra Civil Americana, a *Blietzkrieg* alemã, a composição das Forças Armadas soviéticas, a organização dos aliados na II Guerra Mundial e a Guerra do Golfo. Parece-nos que está aí embutida a idéia de ciência como um conhecimento que se expande a partir das mudanças de paradigmas com base em critérios de falseabilidade e verificabilidade presentes na crítica epistemológica. (Proença Jr/ Raza /Diniz 1999)<sup>12</sup>. Existe a visão de que a RAM está, em primeiro lugar, intimamente relacionada com a eficiência do combate, alterado qualitativamente por causa das mudanças tecnológicas. A *Blietzkrieg* é por isso considerado um exemplo. Em segundo lugar, as novas formas de luta passaram a ser incorporadas, levando à própria mudança organizacional das Forças

---

<sup>12</sup> PROENÇA JR, Domicio, RAZA, Salvador, DINIZ, Eugênio, *Guia de Estratégia*, op.cit, p. 170-172.

Armadas, como foi o caso da introdução da propulsão a vapor na Marinha, que modificou a identidade e a formação do oficial. Em terceiro lugar, deve-se considerar a atualização das Forças Armadas a partir da posse e manutenção de equipamentos tecnológicos que causaram modificações logísticas <sup>13</sup>. Para Raza e os outros autores, a RAM seria estrategicamente importante para: a) o entendimento das possibilidades da criação de assimetrias das capacidades de combatente entre adversários; b) a imposição da mudança de visão do desenvolvimento de um projeto de forças, visando a modernização dos meios e dos processos burocrático-administrativos, apontando para a sua evolução no futuro.

Após fazer algumas considerações sobre a validade, a propriedade e a utilidade do conceito de revolução nas Ciências Naturais e Humanas o autor assinala que há um “fascínio de alguns autores” com relação a alguns acontecimentos, considerados “surpreendentes, inusitados ou espetaculares” mas que não possuem um embasamento científico consistente. Por isso, Clausewitz é por este autor, considerado importante em nome das características de complexidade da guerra atual e futura, considerando a RAM e a necessidade de um projeto de forças.

A continuidade da argumentação desse oficial foi desenvolvida posteriormente em sua análise de uma sistemática de um projeto de forças, onde ele se prende a considerar a complexidade das questões atuais e a necessidade de repensar os parâmetros de planejamento e organização das forças. Seu intento parte de uma concepção sistêmica, holística, levando em conta um embasamento teórico-analítico e a criação de uma nova mentalidade, enfatizada por ele como ausente do cenário nacional. Deste modo, ele busca romper com os paradigmas arraigados e propõe um modelo considerado mais adequado para a realidade do Brasil no final do século XX e no início do século XXI. Este considera as mudanças científico-tecnológicas e político-estratégicas, estabelecidas no contexto da RAM, ao preconizar uma forma de planejamento adaptável ao contexto de incertezas do mundo atual, de acordo com as proposições de Paul Davis. (Raza, 2000). <sup>14</sup> A lógica deste novo planejamento relacionado ao projeto de forças, passou a ser considerada pela administração naval na formação dos recursos humanos, elaboração contou com a sua

---

<sup>13</sup> KREPINEVICH, Andrew, F., Cavalry to Computer: The Pattern of Military Revolutions “in” *Strategy and Force Planning*, Newport, Naval War College Press, 1995, *apud*, PROENÇA JR, RAZA, Salvador, DINIZ, Eugênio *Guia de Estratégia... op. cit.*

<sup>14</sup> RAZA, Salvador, *Sistemática Geral de Projeto de Força...op.cit.*

participação. Alguns destes aspectos foram apresentados no capítulo anterior, como as inovações que contribuíram para delinear as principais características do ensino militar-naval e o papel da EGN na missão da MB para o século XXI. Entretanto, ressaltamos que as limitações de nosso trabalho de pesquisa, infelizmente, impedem a análise da avaliação e da possível implementação das propostas deste autor no planejamento e na administração da corporação naval.

#### ***4. A Estratégia dos Estados Unidos Pós-Guerra Fria***

Vidigal (1999) <sup>15</sup> assinalou que a estratégia dos Estados Unidos pós-Guerra Fria se baseou na determinação do governo Bush em 1991 ao estabelecer as novas bases da Estratégia de Segurança Nacional, onde se destacam : a) o colapso soviético e a recuperação da autonomia dos países do Leste Europeu; b) a mudança do sistema de alianças dos Estados Unidos em sua relação especial com a Europa e o papel da OTAN ; c) o surgimento de ameaças mais ambíguas levando a instabilidades e vácuos de poder; d) a imprevisibilidade e a volaticidade das relações internacionais em geral ; e) o lugar de liderança mundial ocupado pelos Estados Unidos; f) o narcotráfico ocupando a “maior ameaça” à segurança nacional; g) as tensões resultantes dos desafios ambientais vigentes; h) o crescimento das migrações; h) a proliferação de armas e i) o uso de tecnologias de ponta da parte dos países considerados “não-confiáveis”.

Os países do Terceiro Mundo estão no centro desta questão em função de suas características. Assim, a ênfase da doutrina estadunidense é deslocada para o eixo Norte-Sul. No caso da América Latina, Vidigal chamou à atenção para o que afirmou o general Barry Mc Cafrey, chefe do Comando Militar Sul, definiu em 1995, apontando a particularidade do mundo pós-Guerra Fria: as rivalidades étnico-religiosas e nacionais, o combate às drogas e ao terrorismo, o apoio ao livre comércio à democracia etc.

O futuro da OTAN é mencionado por Vidigal em função da reunião de cúpula de Roma em 1991. Nesta ocasião, um novo conceito estratégico foi formulado, ampliando a área geográfica de sua atuação tradicional, estendendo o combate às ameaças para além dos limites propriamente militares e estabelecendo a necessidade de preparo para intervir em

---

<sup>15</sup> VIDIGAL, Armando A ., Apontamentos Sobre Estratégia Naval (II) : a Estratégia dos EUA Durante e Após a Guerra Fria, , “in” *Revista Marítima Brasileira* 4T 1999 ,pp. 63-110.

uma variedade de problemas políticos, territoriais e culturais. A OTAN passou a ter uma tarefa bem maior que a inicial e criou novos vínculos institucionais com os demais Estados. O desenvolvimento da crise europeia na Bósnia-Herzegovina durante os anos 90 confirmou esta caracterização.

A expansão da OTAN, implica, necessariamente, na discussão sobre a UE. As opiniões dos realistas se dividem a favor e contra, o que implica numa imensa polêmica, comportando uma grande variedade de questões atinentes ao problema. Quanto ao papel político-estratégico que os Estados Unidos ocupam na OTAN, suas conseqüências podem, certamente afetar a tese da “universalização” da Organização e contribuir para a dinamização da postura liberal-intervencionista que este país passou a doar a partir dos anos 90.

A partir deste período, foi discutido e implementado o preparo e o emprego da USNAVY, cuja missão é determinada pelo planejamento naval, em nome daquela Estratégia. Esta Força passou a manter uma “ação de presença”, apoio no desenvolvimento de cooperação com outros países. Deste modo, as crises poderiam ser evitadas, com a sua participação na manutenção da estabilidade, sobretudo do tipo “law enforcement”. A estratégia naval norte-americana, baseada no documento “...From the Sea” vislumbra a capacitação para a dissuasão nuclear, defesa, presença avançada, provisão do transporte marítimo, preparo e expansão de uma força-base em resposta às possíveis crises. Daí decorre a necessidade do redimensionamento da Força, para também atuar próximo ao litoral (como “brow water”, manutenção de presença avançada, controle da faixa costeira inimiga pelos fuzileiros navais, intensificar contatos diplomáticos e o combate em águas rasas na superfície e no fundo do mar).

Esta estratégia sofreu algumas críticas pela sua “postura olímpica”, o que causou controvérsias com as demais Forças Armadas dos Estados Unidos e gerou um novo documento no ano de 1994, o “*Foward... From The Sea*”. A partir de então, a USNAVY mudou a sua visão, deixando de dar tanto destaque à sua Armada e os fuzileiros. Neste documento, as operações conjuntas foram enfatizadas, a partir da consideração de que o poder naval é necessário, mas não suficiente para dar conta das missões referentes ao emprego do poder político-militar dos Estados Unidos. A participação do Exército e da Força Aérea passou a ser mais valorizada como instrumentos de política-externa. Levando

em conta a interoperacionalidade com as Forças dos países aliados, foi desenvolvida a justificativa da participação dos fuzileiros e das forças baseadas em navios-aeródromos, respectivamente, com unidades expedicionárias para operações especiais e grupos-tarefa de emprego tático versátil e múltiplo. À capacidade de vencer guerras, somou-se a capacidade de preveni-las, evitando conflitos e crises.

A estratégia conjunta foi revista em 1996 / 1997, procurando superar os interesses corporativos no interior das Forças Armadas, que ora permite ao USARMY enfatizar a presença física no território estrangeiro e à USAF valorizar a tecnologia *stealth* para a dissuasão. A partir de então, a USNAVY se preocupa , em manter uma presença avançada no mar ou nas regiões costeiras. Observadas as diferenças entre as Forças Armadas, todos cooperavam para a manutenção da visão liberal-intervencionista dos Estados Unidos. Neste caso, Vidigal nota a contribuição dos fuzileiros, sempre marcadamente realista-intervencionista, onde a tendência para o uso da violência e a inevitabilidade do conflito se faz presente de maneira permanente. O autor assinala a existência de uma caracterização da teoria do caos, que contribuiu para o debate cultural no final do século XX.

A USNAVY manteve um debate interno a partir de 1995 através das propostas elaboradas no documento *Vision 2020* pelo Comando de Operações Navais e no Conceito Operacional da Marinha elaborado pelo Grupo de Conceitos e Estratégias da Equipe da Marinha. Segundo Vidigal, o *Vision 2020* possui uma estratégia mais coercitiva e realista. A dissuasão é a principal missão em tempos de paz, através da aviação embarcada e de mísseis. Ao mesmo tempo, ela é responsável por uma justificação das operações conjuntas com as outras Forças Armadas, com a capacidade de ataques de precisão em massa e com o uso do navio-arsenal

Esta postura sofreu críticas, levando à criação do Conceito Operacional da Marinha em 1997. Aqui, a missão da Força Naval era a projeção da influência norte-americana no exterior, através da sua principal característica de flexibilidade política e militar em águas internacionais. Uma mesma força pode desembarcar fuzileiros, evacuar não-combatentes e impor zonas de exclusão. Na guerra, ela pode impedir que haja um fato consumado pelo agressor, ao envolver outros contingentes numa operação conjunta nacional ou de alguma coalizão. Tal postura teve maior aprovação pelo planejamento naval dos Estados Unidos. Entretanto, em 1998 a USNAVY divulgou um outro documento, o “Posture Stattement”,

com o aval das autoridades civis e militares da Força. A sua missão, a partir de então é “apoiar a disseminação das instituições liberais em todo o mundo, mas aceita o caos, que perturba a possibilidade de uma ordem mundial estável. Para tanto, ela assume que os Estados Unidos são uma nação indispensável” em termos de capacitação tecnológica e dos objetivos políticos internacionais.

Vidigal indica a manutenção da visão liberal-intervencionista, onde a ação de presença avançada é central, influenciando o cenário de paz, permitindo uma resposta rápida ao mesmo tempo em que está fora das restrições políticas no território dos países aliados. Para isso, mais uma vez se valorizam aqui, as operações conjuntas com as demais Forças Armadas. Não obstante, a *USNAVY* mantém um papel singular; antes e depois de um conflito, ela pode permanecer no cenário por longo tempo para enviar “recados” aos adversários; de forma controlada, ela pode ser usada com grande variedade político-militar. O autor faz um reparo a isso, quando ele justifica a expansão da Força Naval, legitimando uma visão manhejiniana do poder marítimo. Ao ser uma “potência benevolente”, os Estados Unidos consolidam uma liderança “imperial”, de difícil conciliação com a visão efetivamente liberal, pois prioriza o uso da força: o discurso e a prática deste país estão em rota de coalizão. A defesa da democracia, dos direitos humanos, da estabilidade etc, encontram limites nos interesses nacionais norte-americanos, como ocorreu na guerra Irã-Iraque, no Golfo e nos Balcãs. A postura dos Estados Unidos é, segundo Vidigal, sempre realista ao “dar apoio a amigos, pressionar ou coagir inimigos”, tal qual a frota ateniense na antiguidade e a Inglaterra no Século XIX. Embora tenha se preocupado com as águas marrons / pardas, a *USNAVY* nunca deixou de lado a sua característica de Marinha de águas azuis, com sua esquadra de grupos-tarefa baseados em navios-aeródromos e nas operações anfíbias através das ações de cabeças-de-praia, ocupação e manutenção de portos / aeroportos e controle do tráfego marítimo.

##### ***5. O Emprego Político do Poder Naval Brasileiro***

Quanto ao emprego político do poder naval, Vidigal afirma que o poder militar nacional é um fator de colaboração e apoio com a política externa, nas situações em que a cooperação internacional impera. Na situação de guerra, ele deve agir conforme a sua missão de defesa nacional. Assim, ele recorre à interpretação de Clausewitz feita por Aron,

onde há uma estreita vinculação entre a estratégia e a diplomacia. Mas, entre a paz e a guerra total há uma grande distância a ser percorrida, pois, as ações bélicas têm por objetivo a dissuasão, a persuasão, a pressão até chegar à coação.

Abaixo do nível de violência pode-se “mostrar a bandeira” como forma de ressaltar a presença do poder naval fora do território; ou ainda, é possível praticar a “política das canhoneiras” buscando construir relações favoráveis, demonstrar poder e determinação, desenvolver missões de paz e divulgar uma boa imagem do país no exterior. Este é o tipo de uso político do poder naval mais freqüente no mundo contemporâneo, por exemplo, pela USNAVY (Vidigal, 1997).<sup>16</sup> As tendências atuais apontam para o uso político do poder naval em ações mais relacionadas às operações do tipo “brown water”, deixando a tradicionais operações de “blue water” para a excepcionalidade. Isto se dá porque há uma mudança nos princípios da política internacional: a autodeterminação e a não-intervenção dão lugar aos interesses coletivos da humanidade. Por isso, se justifica a intervenção para garantir os direitos fundamentais individuais e coletivos em quaisquer países. Mais uma vez, a Guerra do Golfo, a campanha da Bósnia-Ezergovina, a situação de Ruanda e da Somália são exemplos que ilustram esta nova realidade. Para Vidigal, as concepções da “jeune école” são mais aplicáveis ao contexto atual, através da capacidade de defesa costeira, minas, submarinos convencionais, navios velozes e mísseis superfície-superfície.

O Brasil não poderia estar fora da tendência mundial. Por esta razão, o autor ressalta a adoção do princípio da dissuasão pela atual PDN, diferente, portanto, do caráter coercitivo que justifica boa parte da missão das Marinhas das grandes potências. Para dar aplicabilidade a este princípio, a MB incorporou, no PEM, as características de mobilidade, flexibilidade tática, amplo alcance geográfico e capacidade de permanência no mar. Mas, para que o poder naval mantenha a sua característica de inerente diplomacia é importante investir no preparo dos oficiais e buscar manter a credibilidade que conta com a qualidade dos meios e a disposição política para utilizá-los. É aqui que se inscreveria a discussão sobre a MB ter ou não um submarino de propulsão nuclear e um navio aeródromo para as ações de defesa da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e do litoral brasileiro como um todo. Vidigal preconiza esta possibilidade, justificando o aumento da eficácia deste tipo de

---

<sup>16</sup> VIDIGAL, Armando, A., Estratégia Para o Século XXI, “in” *Revista marítima Brasileira*, 3T, 1997, pp. 87-120.

submarino para a guerra de corso e para o desenvolvimento de uma tecnologia autóctone; no caso do navio aeródromo, seu uso poderia aumentar a proteção do espaço aéreo para as operações navais e as forças em terra, utilizando helicópteros.

Ao analisar as estratégias navais para o século XXI Vidigal (1996)<sup>17</sup> já se referia à importância da dissuasão para a MB e o país. A elaboração do PEM pela MB é anterior à própria PDN pelo Executivo. Mas isto não invalida os seus princípios, que estariam de acordo com aquilo que a presidência estabeleceu na PDN. Nela há duas notas importantes, assinaladas pelo autor sobre a concordância de ambos é a eleição do princípio fundamental da dissuasão e a explicitação da proteção à Amazônia. Não há como negar que a adoção do princípio da dissuasão admite o uso da força, em função do realismo político que compõe a relação entre os países. A missão das Forças Armadas é a defesa do território, é fazer a guerra; o que estiver fora disso (atribuir-lhes novas missões, como segurança pública, narcotráfico, meio-ambiente, por exemplo), é dar-lhes pretexto para a intervenção política na vida do país. Para que a dissuasão tenha por objetivo a busca e a manutenção da paz tenha eficácia, é preciso: participar de operações de paz, saber “explorar as fraquezas” das grandes potências, considerar o poder naval nacional para que tenha credibilidade e considerar as “vulnerabilidades estratégicas” do país.

Como exemplo das “fraquezas”, a própria USNAVY demonstrou na Guerra do Golfo deficiência na capacidade: a) da guerra de minas, b) do sistema de detecção de submarinos e de torpedos anti-sumarinos não projetados para águas rasas, c) do sistema de armas *Aegis*, que produziam muitos ecos falsos ao operar no litoral.

As “vulnerabilidades” nacionais seriam: a) dependência de fontes de energia como petróleo, carvão e gás), b) a ausência de uma significativa frota mercante nacional e c) a floresta amazônica. Para dar conta destas vulnerabilidades o Brasil precisa adotar uma combinação de meios navais submarinos, aéreos, de superfície e anfíbios, do SIVAM além de um intenso preparo de recursos humanos. Mas para tanto o país enfrenta dilemas que devem ser tratados, tais como a relação entre a quantidade e a qualidade dos meios navais, o sistema de armas adotado, o grau de nacionalização dos equipamentos e os custos

---

<sup>17</sup> VIDIGAL, Armando A. ., O Emprego do Poder Naval no Limiar do Século XXI “in” Premissas , caderno 12, abril de 1996, NEE-UNICAMP, pp. 33-79.

orçamentários para a aquisição de material e preparo dos homens.

## ***6. O Poder Político, a Defesa Nacional e a Missão da Marinha do Brasil***

Conforme explicou em depoimento para esta pesquisa, as questões relativas ao cenário político-institucional são vistas por Vidigal<sup>18</sup> de maneira ponderada. Por exemplo, a autonomia militar não é um fato isolado. Outras corporações estatais gozam do mesmo privilégio. Por exemplo, o Itamaraty também é cioso de quaisquer interferências estranhas. A autonomia acontece em países atrasados como o Brasil, onde defesa e política externa não interessam à população. Somente a partir de 1996, com a instauração da PDN é que o poder civil orientou melhor a situação. Deste modo, a autonomia militar é culpa de civis e militares, como o país não tem uma ameaça concreta de conflito, a sociedade não se preocupa como o faz com as “questiúnculas internas”, mas, à medida que o país venha a amadurecer, isto tende a desaparecer. O planejamento e a orientação das Forças Armadas necessita da participação e civis e militares, para estabelecer a PDN, a Política Militar de Defesa (PMD) e a Estrutura Militar de Defesa (EMD). A PDN possui defeitos, é generalista, mas tem princípios importantes. A PMD e a EMD deve ser feita independente da corrente política, pois é necessidade para o país como um todo. Vidigal salienta que a EMD está em elaboração pelo governo, após ouvir a sociedade, através de uma comissão de “notáveis” com ampla liberdade de opinião sobre o tema. Os trabalhos passaram para a segunda fase, com a convocação de cada setor para debate, esclarecimento e aprofundamento das sugestões apresentadas. A partir daí, o MD elaborará dois documentos a serem apresentados ao Congresso num futuro próximo. Na avaliação de Vidigal, este foi um processo bastante democrático, pois não está sendo feito no gabinete. A expectativa é que a qualidade dos mesmos seja bastante razoável, contribuindo para a unificação da visão estratégica nacional, a despeito das especialidades das Forças Armadas. A adoção de uma logística única, de um orçamento racionalizado e discutido, assim como do aperfeiçoamento da formação militar serão ganhos significativos. Sobre este último aspecto, o Brasil não incorrerá no erro feito pelo Canadá, passando por cima das características específicas de cada uma das Forças Armadas. Haverá entre nós maior

---

<sup>18</sup> Entrevista concedida ao autor no Rio de Janeiro em 20 de fevereiro de 2001.

integração, sobretudo, no nível de estado-maior e, talvez, a unificação de boa parte deles, deixando a parte de operações a cargo de cada Força Singular.

O processo de criação do MD deve ser compreendido em função das questões referentes à relações civis-militares no Brasil e da cultura em cada uma das Forças Armadas. O EB é esmagador como organização e, na ocasião, queria fazer de um general o ministro, o que não deu certo. Ele é uma corporação que, historicamente, adotou um perfil “de ocupação” do território nacional, o que era necessário no passado, mas, hoje não. Para Vidigal, a MB e a FAB possuem uma percepção mais “evoluída” por causa de sua formação. A MB é mais globalizada, pois tem uma visão mais alargada e conhecedora de “outras formas de vida”, sendo projetada para os grandes horizontes e a relatividade das culturas existentes nos diversos países.

Assim, uma tarefa fundamental do MD é pensar no dimensionamento das Forças e nos recursos disponíveis. Vidigal nota que os militares são extremamente disciplinados e irão se enquadrar de forma cada vez mais satisfatória ao longo do tempo. Nisso, a MB tem dado a sua contribuição, apesar das questões levantadas pela imprensa sobre a resistência do então ministro Mauro César Pereira, à criação do MD. Na verdade, o ministro simplesmente buscou evitar que o cargo de ministro fosse ocupado por um militar; do mesmo modo que a maioria dos oficiais navais era contra, caso o mesmo fosse dado ao EB. No transcorrer do tempo, os pontos de vista do ministro Pereira, refletindo o sentimento da MB, foram todos acolhidos. Vidigal interpreta que a sua saída do governo teria se dado por não concordar em passar de ministro para comandante de força, o que, na sua visão pessoal, seria “descer um degrau”.

A participação do Congresso Nacional em questões de defesa ainda é superficial, se comparado a outros países, mas devemos nos lembrar que o exemplo dos Estados Unidos ocorre também por “lobby” da indústria armamentista. Para Vidigal, ao Congresso não compete escolher o equipamento militar, isto tem que ser tarefa do MD, em função do modelo estratégico adotado e das necessidades operacionais identificadas. Contudo, é necessário que o Congresso aumente a sua participação e interesse nas questões de defesa. Desta maneira, as Forças Armadas poderão se dedicar adequadamente à sua profissionalização e atender à sua missão constitucional com ênfase na defesa externa. Isto significa que elas não podem intervir no processo político de maneira nenhuma. A sua ação

deve ser a de ajuda nas ações complementares, como as catástrofes, os problemas populacionais de saúde etc. Nada é mais incompatível que imiscuir as Forças Armadas em tarefas policiais, pois a sua essência, é o preparo para a guerra. O grande risco é que militares e civis achem que as Forças Armadas têm que governar o país ou se intrometer em disputas, como o caso da greve de trabalhadores em Volta Redonda, ocorrido em 1988.

Vidigal alerta para o fato de que a intervenção militar é estimulada pelos civis, tal como as “vivandeiras de quartel” e os empresários em 1964. Nesta ocasião, os militares foram empurrados para esta crise, uma vez que o povo estava descontente. A pressão era muito forte, como pode ser visto através do apoio de figuras nacionais notáveis como Sobral Pinto e outros mais. Para este oficial, devemos nos lembrar que a permanência dos militares no governo demorou muito e criou desvios e corrupção.

Falando dos ganhos para a sociedade através do trabalho da MB, a construção do Espaço Cultural da Marinha, é vista como um exemplo de carinho, de ensino das tradições e do respeito à história do país, à cidadania e à nacionalidade. Por isso mesmo, a corporação passa também a ser respeitada e admirada pela população. A sociedade é assim atraída para dentro da Marinha e passa a criar melhor e maior “consciência de maritimidade” na percepção de quem vive no litoral e no interior do país. É importante que a sociedade brasileira saiba que a Marinha é responsável pela consolidação da Independência e da preservação do território nacional, através da genialidade de José Bonifácio, ao compreender que o Brasil tinha de se manter um Império unificado territorialmente. Os vinte e cinco anos de grande turbulência e lutas separatistas, foram contidas por homens como Cochrane, Greinfel etc. Vidigal ressalta que, até a Segunda Guerra Mundial, o país não tinha vias terrestres consideráveis. O país era um “arquipélago” e o mar era a única via de comunicação de longa distância. Era a MB que levava o EB de um lado para outro no período entre 1942 e 1944. Então, daí dizer que o Brasil é territorialista já era um equívoco dos geopolíticos como Therezinha de Castro, Meira Matos etc, que, felizmente, reconheceram o erro recentemente. A insistência da proeminência do territorialismo tem a ver com a influência cultural exercida pelo EB, reforçada pela interpretação errônea do significado da Batalha dos Guararapes. Na verdade, é necessário saber que a nação brasileira só começa na Independência, foi mantida com a ajuda de sua primeira Força Armada, a Marinha. Esta precisava, na época, do apoio de oficiais e

marinheiros estrangeiros nos seus quadros, até chegarem a ser supridos totalmente pela população nativa.

Segundo Vidigal, o Poder Marítimo brasileiro tende a desenvolver-se, de acordo com a tipologia manhaniana de eleger aspectos como a população, o território, as riquezas nacionais e a mentalidade marítima. O Brasil será, inexoravelmente, uma grande potência, assim como a China e a Índia, pois estamos destinados a isso, em parte pela Natureza, em parte pela História. Na Ditadura Militar, a Ideologia de Segurança Nacional foi criada em contraposição à ideologia comunista do MCI, mas, essa era superficial e oca. Atualmente ela não tem sentido, a não ser como registro histórico dos equívocos dos Estados Unidos e da URSS a partir da Guerra Fria. Por isso, hoje ela é considerada um “lixo que a História joga para debaixo do tapete”. O Brasil está destinado a ser uma potência democrática, justa e livre. Tudo indica isto, apesar da falta de instrução do povo. Ele é visto como “amigo, fraterno, dócil e corajoso”; gosta de carnaval, futebol, samba e possui uma “essência boa”. São estes traços culturais que ajudarão a tornar o país uma verdadeira potência.

No pensamento de Vidigal, constata-se que o Brasil quer ter uma Marinha oceânica, não uma Marinha “suburbana”. A situação atual da MB no contexto nacional está evoluindo de boa para melhor, como por exemplo, a introdução da oficialidade feminina e do Quadro Complementar e do Quadro Técnico. Com a admissão de universitários civis, a MB ficou de “sangue novo”, “menos corporativista, mais humanizada e preocupada com as questões sociais”, mas o preparo e o emprego da Força deve ser também aprimorado na área do CFN. Neste particular, a MB tem uma parcela de culpa dada a sua omissão histórica em relação à Amazônia, permitindo que o EB fizesse parte das suas atribuições e cooperando com o incentivo da nacionalidade através da instalação de escolas, postos de saúde, do hasteamento da bandeira nacional etc . Este foi um procedimento natural e necessário que, hoje em dia, tem mudado, através da compreensão de sua maior presença na área. Os fuzileiros têm um grande papel nesta situação, mantendo-se altamente treinados, inclusive com a ajuda do EB. Este também é um assunto para o MD tratar na estratégia militar nacional, contribuindo para superar eventuais rivalidades entre as corporações e estabelecer o melhor planejamento para o país.

Segundo Vidigal, a criação de uma Guarda Costeira sem vinculação com a MB é vista com bons olhos, mas é um procedimento muito oneroso. Com cerca de um terço dos

recursos a MB executa este serviço com tarimba e experiência, ajudando às necessidades do país. Sobre os meios navais, Vidigal afirma que foi um grande equívoco acabar no passado com o uso do avião na MB. Isto ocorreu por influência da Aeronáutica, que não admitia a posse e peração da aviação de as fixa pelas demais Forças Armadas. A integração navio-avião é uma coisa fundamental e uma grande aspiração da MB, por esta razão, o então ministro Mauro César Pereira, reviveu a aviação naval, comprando os aviões A-4 Skyhawk / AF-1 por causa da oportunidade, depois, foi feita a reforma do navio-aeródromo *Minas Gerais*. Entretanto, como este foi considerado antiquado e adaptado da marinha mercante, ele não possui condições de recolher os aviões à velocidade necessária de 30 nós. Caso a MB o mantivesse, seria uma “farsa” que a sociedade, desconhecendo os aspectos técnicos, aceitaria muito bem. Por esta razão, ela optou pela compra do navio-aeródromo francês *Foch*, rebatizando-o de *São Paulo*, aproveitando também uma oportunidade. O preço pago foi de US\$12 milhões foi considerado “simbólico” pelo vice-almirante. Sem a arma aérea, a MB ficaria mutilada para cumprir a sua missão. Por exemplo, na eventualidade de um conflito na região amazônica por causa da intromissão de uma potência extra-continental com forças vindas do mar, seria necessário defender a foz do Amazonas. Neste caso, o alcance do navio-aeródromo é “sui generis” e flexível, pois bastaria mudar o tipo de avião, para mudar o tipo de missão. Vidigal lembra que hoje, há pouquíssimas Marinhas dignas deste nome. Elas são mais “brow waters”, de águas costeiras por causa da necessidade da proteção da Zona Econômica Exclusiva. Mas, o Brasil tem um destino de ser uma potência, daí, necessita de uma Marinha de águas oceânicas (“blue waters”). A falta de ameaças e a existência das desigualdades sociais levam a sociedade a desvalorizar o assunto da defesa, mas cabe ao país pensar em seu desenvolvimento e na sua segurança ao mesmo tempo. Por isso, são necessários a capacitação e preparo dos núcleos operacionais que poderão crescer no momento em que o país dispuser de mais recursos; como por exemplo, o núcleo de minas, localizado na cidade bahiana de Salvador. Para Vidigal, por menor que seja a nossa Marinha, e possa parecer um exagero, a integração aeronaval tem que estar nucleada no navio-aeródromo. Aqui, há uma diferença de concepção de quem defende a operação dos aviões a partir de terra, pois a qualificação do piloto necessita do uso do navio-aeródromo.

Outro meio naval importantíssimo é o submarino de propulsão nuclear. Ele é considerado um ícone que a MB tomou para entrar na era do átomo, contribuindo para

motivá-la a buscar, a preços módicos, o domínio completo do urânio. Isto foi feito de forma diferente do Programa Nuclear Brasil-Alemanha, que custou caro e não produziu quase nada. A MB será reconhecida no futuro pela contribuição ao país em termos de avanço tecnológico autônomo e aumento da credibilidade diante da comunidade internacional. Respeitados os limites estabelecidos pela PDN, o submarino nuclear é a melhor arma dissuasória depois da bomba atômica, da qual o Brasil renunciou o uso. Pois não é possível para a MB acabar com este programa, mas ele tem que ser um projeto de governo para os próximos dez anos. Sozinha, a MB levará trinta anos e até lá, não saberemos como estará o balanço político-estratégico mundial. Os recursos que a MB possuem são 15% do seu orçamento. Isto é pouco para tocar a construção do submarino, mas faz falta para a vida da corporação tocar asua administração. Enfim, Vidigal afirma que a sociedade brasileira terá muito a ganhar com a tecnologia do submarino.

### ***7. O Poder Naval em Tempos de Paz***

O Emprego do poder naval em tempos de paz se caracteriza pelo estabelecimento da importância da guerra e da paz, de acordo com o comandante Paulo Pinto. Teóricos como Clausewitz a conceitua como um ato político; Lênin fala da paz como a continuação da guerra por outros meios. Assim, no mundo atual, o uso do Poder Naval pode ser classificado como dissuasório, coercitivo e persuasivo (Pinto, 1995).<sup>19</sup> Para os países em desenvolvimento/subdesenvolvidos, as Forças têm um caráter humanitário, educativo ou policial, mas não deixa de ser um desvirtuamento da função principal. O comandante Pinto ressalta que a mais importante do que as armas e os sistemas operativos, é a capacidade de projetar o poder com credibilidade. Baseado no almirante soviético Gorskov, Pinto afirma que é importante manter a presença, influenciando nos negócios internacionais dos países e aproveitar a oportunidade ímpar de se mostrar até mesmo para as potências mais fortes, que terão de conviver com a sua existência.

---

<sup>19</sup> PINTO, Paulo, *O Emprego do Poder Naval Em Tempos de Paz*, Rio , Serviço de Documentação da Marinha , 1989, p. 69.

O comandante Pinto lembra o almirante Flores, que observa ser a vontade, a convicção política e naval, os principais fatores para que uma Marinha de águas contíguas se transforme numa Marinha de águas oceânicas. As atividades marítimas são de exploração e exploração, comércio e guerra, mas há uma possibilidade de eclosão de uma crise. O emprego das forças navais nesta situação se pauta por enfrentar qualquer ação que efetivamente afete o interesse nacional de um país ou grupo de países por outrem. A presença das forças navais, então, podem contribuir para o convencimento do adversário sem tem que optar pela violência. Assim, há modalidades quanto ao seu emprego, que se inicia pela presença, passam ao apoio e chegam à intervenção direta, por sua vez graduada em bloqueadora, definidora, punitiva e restauradora. Em uma situação de normalidade, o Poder Naval auxilia a política externa do país, em nome da amizade e da cooperação. Por isso, a MB e a Chancelaria se articulam em tempos de paz, para : mostrar a bandeira, exercícios de preparo e emprego próximo da situação real, exercícios conjuntos e a proteção do tráfego marítimo. A MB faz exercício conjunto com seus vizinhos regionais: a Argentina (FRATERNOS), Venezuela (VEMBRAS), Paraguai (NINFA) e Uruguai (ATLANTIS). Com os Estados Unidos e outros países do Atlântico Sul, é realizada a operação UNITAS. Segundo o comandante Pinto, a iniciativa do Brasil prova incontestavelmente que as Marinhas médias podem angariar prestígio e aprimorar o seu preparo com tais exercícios conjuntos.

As ações complementares são entendidas como nem sempre adequadas e oportunas para o preparo para a guerra, como a guarda costeira, mas podem ser exercidas desde que não comprometam as missões principais. Entretanto, deve-se lembrar que a Marinha que não está preparada para os tempos de paz, certamente não estará para os tempos de guerra. Deste modo, ela deve conservar as suas características de versatilidade, controle, mobilidade, capacidade de projetar poder, potencial de acesso, simbolismo e autonomia.

Quanto ao uso dos meios os submarinos são mais eficazes para a defesa em combinação com as corvetas, as fragatas e os contratorpedeiros. Além disso, devem ser utilizados navios de apoio. O navio-aeródromo é necessário ao controle do mar para uma Marinha oceânica. Mas, é bom lembrar que “quem tem um, não tem nenhum”. Enfim, a vitalidade do Poder Naval pode ser explicada adaptando” velhos princípios em novo contexto”, como os ensinamentos de Mahan, Corbett, Gorshkov e Cable. O Brasil tem

como palco de atuação principal o Atlântico Sul, considerado uma zona de paz e cooperação, mas a constante tensão do mundo atual e a situação crítica podem surgir, demonstrando a diferença entre o ideal e o real.

## 8. A Aviação Naval

O vice-almirante João Carlos Caminha (1980) <sup>20</sup> foi um grande sistematizador e comentarista da estratégia naval na MB. Seus ensinamentos na EGN influenciaram muito dos pensamentos dos oficiais que se dedicam ao estudo do tema. Seu enfoque é relacionado à elaboração da doutrina, planejamento e operações da guerra naval, o que deve ser feito sempre considerando a imprevisibilidade e a adaptação à dinâmica da lógica da guerra e seus efeitos políticos.

Uma das contribuições mais significativas de Caminha foi quanto à importância do avião para o emprego do Poder Naval. Sob a influência do estrategista italiano Douhet, a concepção estratégica que elegeu o Poder Aéreo, condenou a posse e o controle dos aviões pelo Exército e pela Marinha. Deste modo, a Aeronáutica teria supremacia e o controle total de todos os meios aéreos, sobretudo os de asa fixa, onde o bombardeio estratégico era por si só a razão de ser da Força Aérea, que não poderia ser enfraquecida pelas necessidades operacionais das outras Forças. Este raciocínio foi que inspirou a criação da Aeronáutica na Inglaterra, Itália e na Alemanha nas primeiras décadas do século XX. Com o impacto do Poder Aéreo na Segunda Guerra, o Brasil criou a sua Aeronáutica em 1941, adotando também o “monopólio exclusivo da Força Aérea” e excluindo as possibilidades das outras Forças do preparo e do emprego da aviação.

Caminha afirmou, contudo, que em contraposição à concepção douhetiana, o almirante Castex argumentou que “as funções operativas devem ter precedência sobre as de funções que se ocupam os meios em si”, embasando a idéia de que os Exércitos e as Marinhas poderiam ter aviação própria. Numa operação naval, o avião passa a ser uma extensão do navio, sendo utilizado do mesmo modo que um canhão embarcado, já que este é próprio da operação de marinheiros, e não de soldados do Exército. O exemplo histórico da Royal Air Force (RAF) e da Royal Navy nas Guerras Mundiais mostrou como

---

<sup>20</sup> CAMINHA, João C., *Elementos de Estratégia*, Rio, Bibliex, 1980.

na primeira, a experiência aeronaval contribuiu para o bom desempenho nesta situação e, como o seu rompimento entre 1918 e 1937, pôs a *Royal Navy* em grau de inferioridade frente a Marinha norte-americana e a japonesa. Foram os Estados Unidos desenvolverem cada vez mais o seu Poder Aéreo, consolidado na Segunda Guerra e a sua aviação no Exército e na Marinha, que detém o “cetro de netuno” em relação às demais Marinhas do Mundo. Sua força aeronaval surgiu a partir de meados da década de 20 e continua a estar em alta conta até os dias de hoje.

A MB experimentou um longo período de restrições impostas à operação aeronaval por força das pressões da Aeronáutica, principalmente a partir da conta do Nael *Minas Gerais*, no governo de Juscelino Kubistchek. Segundo Caminha, nunca houve uma perfeita integração aviador-marinheiro por conta da cultura profissional, do preparo e do emprego serem distintos, apesar dos esforços empreendidos. Mas, uma Marinha capacitada para cumprir a sua missão não pode prescindir do controle da aviação nas operações sobre o mar e a costa. A defesa desta visão é tão enfática, que ele compara uma Marinha sem aviões a um Exército sem blindados. A seu ver, a estratégia naval não pode prescindir dos meios aéreos orgânicos navais, mesmo que enfrentem argumentos de ordem econômica, administrativa ou militar. A decisão “salomônica” dos governos brasileiros desde Castelo Branco ao dividir o controle da aviação entre a MB e a FAB, não foi avaliada pelos oficiais como a melhor solução. Coube à primeira o controle do navio-aeródromo e dos helicópteros, mas os aviões foram operados pelos aviadores da FAB.

Segundo Caminha, o planejamento naval deve considerar a aviação naval, apesar do “distanciamento” dos governantes estatais da realidade marítima. Sua tarefa é de esclarecê-los sobre as reais perspectivas do poder naval, nas diversas situações vigentes em cada época e conduzir a controvérsia “com franqueza”, discutindo os diversos pontos de vista sobre os problemas navais, dentre os quais, a aviação.

A MB parece ter aprendido bem esta recomendação, prosseguindo empenhada em melhorar a sua capacidade aeronaval com a modernização do navio-aeródromo e o uso de helicópteros embarcados ou operando a partir de terra. Porém, o uso e o controle de aviões era ainda uma aspiração. Até 1996, estas eram as palavras da própria corporação: “a Marinha se ressentia de não dispor de aeronaves de ataque, capazes de garantir a defesa da

esquadra em alto-mar e o pleno controle tridimensional de uma área marítima”<sup>21</sup>. A situação mudou quando em 1998, quando na gestão do ministro Mauro César Pereira, a MB empreendeu nova modernização no *Minas Gerais* e comprou vinte aviões de fabricação norte-americana, A-4 *Skyhawk* / AF-1 do Kuwait. Isto motivou a corporação a prosseguir, tendo o apoio da FAB e da Argentina para o treinamento dos seus pilotos.

Como dissemos anteriormente, a partir da década de 80, o Brasil tratou de fortalecer a sua capacidade aeronaval, modernizando o navio *Minas Gerais*, comprando novos helicópteros e aviões. O desenvolvimento deste objetivo se deu com a aquisição recente do *São Paulo*. Esta foi entendida como uma maneira de demonstrar o aumento da credibilidade da MB e a sua competência dissuasória. Contudo, tal fato não deixou de receber críticas, conforme veremos adiante.

## 9. A Amazônia

Uma análise da importância da Amazônia para o país e a missão da instituição militar foi feita por Raza, juntamente com Proença Jr (2000)<sup>22</sup>, considerando o ambiente internacional atual e a relação entre os Estados. Com a situação pós-Guerra Fria houve um “desmoronamento” dos conceitos que estabelecia a dimensão da realidade político-estratégica, apesar disso, o fenômeno da guerra só continua a ser explicado enquanto “continuação da política”, segundo a conclusão de Clausewitz. Neste sentido, temos o emprego das forças como subordinadas aos objetivos políticos dos Estados: “o poder civil, a política, subordina inteiramente o poder militar, a guerra”. Para a realidade brasileira, as hipóteses de emprego da força mudaram com a constituição do Mercosul, a perspectiva de ameaça de conflito com a Argentina foi transferida para a região amazônica. A consideração feita por Raza, junto com Proença Jr, sobre a Amazônia como uma questão relacionada à segurança do Brasil foi tratada a partir do estabelecimento de uma “trindade paradoxal”: objeto de paixão, objeto de razão e espaço de combate. Os militares brasileiros experimentam estas três dimensões.

---

<sup>21</sup> Revista Manchete, *Edição Especial, Marinha do Brasil: Ação e Tecnologia*, julho de 1996.

<sup>22</sup> RAZA, Salvador G., PROENÇA JR, Domicio, *Horizonte 20XX: A Amazônia e a Inserção de Segurança do Brasil*, XXIV Reunião Anual da ANPOCS, 2000, digit.

Existe uma convicção de que ela pertence ao Brasil e deve ser defendida pelos brasileiros, é o “verde da nossa bandeira” que desperta os sentimentos profundos de nacionalidade, aliado aos demais elementos do seu patrimônio natural. Em contraposição, há o pensamento generalizado internacionalmente de que a Amazônia é “patrimônio da humanidade”, assim como os oceanos, a Antártida e o espaço sideral.

Segundo esta análise, a racionalidade de proteção e segurança da Amazônia se pauta pela decisão do país de resistir em armas a qualquer ato de força sobre o território nacional amazônico, segundo os princípios expressos na Constituição de 1988 e na PDN, de manutenção da soberania e da conquista de sua credibilidade para articular os mecanismos efetivos de defesa territorial. A Amazônia como espaço de combate se refere à disposição da força a partir de critérios logísticos e táticos. Assim, é possível a constituição de uma infra-estrutura dos meios considerados adequados para os próprios objetivos do combate. No entanto, é necessário considerar a existência de um risco que: a) haja a “indução” de ameaças, percebidas além da decisão política de defesa implícita da região e b) haja a “transposição” de ameaça, sem a devida consideração do cenário amazônico e da adoção de uma hierarquia de cenários estabelecida previamente. Mais uma vez o autor se refere à necessidade de pensar as Forças Armadas dentro da perspectiva da elaboração de um “projeto de forças” que leve em conta aspectos diplomáticos e militares e coopere com a integração, a sinergia entre elas, no que tange ao seu preparo e emprego.

Lembramos que a questão sobre a Amazônia e a sua importância para a MB foi também apontada pelo ex-ministro da MB, almirante-de-esquadra Mauro Cesar Pereira<sup>23</sup>. Para ele, ela é um processo “complexo e delicado”, mas não tão difícil como muitos supõem. O seu maior problema é a população, que não pode ser descuidada em termos de assistência e do conhecimento da presença brasileira na região através de suas Forças Armadas e de outras instituições governamentais. Para o ex-ministro, isto desabilitaria a ação de grupos que pretendem mudar a mentalidade da população. A desnacionalização em si assim como a invasão de seu território é praticamente impossível para o almirante Pereira porque não haveria condições de se realizar, em função das características da região. Mesmo assim, nas Forças Armadas, em particular na MB, há constante treinamento para que a defesa amazônica seja a melhor possível.

---

<sup>23</sup> Entrevista ao *Estado de São Paulo*, 01 de janeiro de 1998.

## *10. As Relações Estado, Forças Armadas e Sociedade Brasileira*

O almirante Flores (1992) <sup>24</sup> evocou as mudanças ocorridas nas últimas décadas para analisar a participação das Forças Armadas na vida nacional no passado, no presente e sua qual a sua previsão para o futuro. O capitalismo liberal-burguês e a utopia socialista com o seu capitalismo de Estado modificaram-se ao longo do tempo, produzindo um tipo de situação nova em termos econômicos, políticos e sociais, mexendo com a tradição cultural e psicológica das Forças Armadas e as suas expectativas quanto á sua orientação no futuro dentro do cenário nacional e internacional. Esta é a problemática que pauta o relacionamento Estado-Forças Armadas-Sociedade. O problema fundamental aqui é a ausência de uma “vontade geral” que estabeleça as regras do jogo político estatal e das suas instituições. Ou seja, a sociedade falta com a responsabilidade de definir com maior clareza e firmeza os procedimentos necessários à melhor forma de ordenamento democrático. Não poderia ser diferente, num país cuja tradição histórica é apresentar um Estado forte e uma sociedade frágil, que não o controla satisfatoriamente. Assim, a situação brasileira se caracteriza pela dualidade entre a lógica do entendimento democrático e a centralização autoritária. Por isso, Flores se posiciona como favorável a que a democracia não só perdure como avance, como resultado do desenvolvimento das relações entre os civis e os militares.

Mas, afinal, quem são os militares? Para responder a tal pergunta, Flores traça um perfil onde estes são identificados como um grupo naturalmente “conservador”, por causa da necessidade de manter a coesão institucional, o que não significa, de imediato, que recusem todo e qualquer tipo de mudança. Enquanto classe social, os seus valores são preponderantemente de classe média, tradicional ou emergente. As Forças Armadas não são contra a mudança social. Os militares são politicamente nulos enquanto instituição, mas os seus membros são livres ideologicamente como cidadãos e eleitores de opinar e participar conforme a sua consciência. De fato, a politização das Forças Armadas é um risco que traz efeitos nefastos a toda a sociedade e ao aparato estatal. No entanto, há diferenças entre os

---

<sup>24</sup> FLORES, Mário C , *Bases para uma Política Militar*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.

civis e militares que podem perdurar numa sociedade democrática, o que é bastante diferente de haver orfandade e autonomia militar, causada pela insensibilidade da sociedade quanto aos interesses e as necessidades da corporação e do Estado. Assim como para Vidigal, Flores afirma que as razões pelas quais existe a autonomia e a extrapolação burocrática das Forças Armadas são a falta de diretriz do próprio Estado /sociedade e a substituição de propósitos relacionados ao preparo e emprego da instituição. Para o ex-ministro, é um equívoco pensar que a autonomia política não existe, mas há um certo grau de exagero nesta consideração. As razões da autonomia militar se baseiam na relação entre o Estado e a sociedade, na influência do positivismo e na ausência de preocupação adequada com a defesa, por parte dos civis. A tutela militar e o pretorianismo são o resultado da indefinição reinante sobre a situação militar. Por isso, a presença dos militares na ordem interna é uma excepcionalidade que existe com base na tradicional falta de definições claras do poder civil e do cumprimento das suas necessidades. Segundo Flores, estas seriam verdadeiramente preenchidas por outras corporações como a Guarda Nacional e a Guarda Costeira.

Como demonstra a relações históricas entre civis e militares, é a demanda social, juntamente com o condicionamento militar que faz com que haja justificativa para a ideologia da intervenção na ordem interna, como é o caso da cultura predominante na sociedade brasileira. A abordagem que este autor faz da trajetória desde o Império até a República, exemplifica como tal afirmação pode ser considerada verdadeira. O EB é bem mais preocupado e atuante com relação a este tema na MB, esta postura só teve maior presença nas operações dos fuzileiros navais.

Para mencionar um fato marcante do passado recente, a visão do almirante sobre o que ocorreu em 1964, foi resultado do “envenenamento” do presidente João Goulart pelos partidários da esquerdização do país aliado à reação militar quanto às tentativas de quebra da sua hierarquia e disciplina. Tudo isto, foi influenciado pelo clima da Guerra Fria, do qual se aproveitaram os governos de Moscou e Washington. Neste caso, 1964 foi o resultado do “caldo de cultura” existente, somado ao momento da Guerra Fria.

O legado do milagre do período autoritário foi um grande crescimento econômico, mas pouca preocupação com a cidadania e a igualdade social. O endurecimento político do regime se deu pela cisão ideológica da classe média, pela existência da guerrilha urbana e

rural, mas a transição política se tornou possível por causa da fragilidade do milagre econômico, do crepúsculo da Guerra Fria e da relação estabelecida entre as Forças Armadas e a Presidência da República a partir de Geisel. Com a realização do Estado de Direito, a Constituição de 1988 em seu artigo 142 estabeleceu a defesa da pátria e a garantia da ordem constitucional como missão das Forças Armadas.

De um modo geral, as Forças Armadas na história da República se debateram entre a sua inserção social e a falta de profissionalização efetiva, como se pode perceber pela atuação do EB. A MB “sempre se manteve mais profissional, com influência secundária em relação ao Exército”. Em suma, a instabilidade democrática não é instável por causa do intervencionismo militar. Mesmo no atual período democrático, as perspectivas da sociedade brasileira sobre as Forças Armadas se caracterizam por as considerarem: úteis à manutenção dos interesses liberais-conservadores, inúteis por causa dos mesmos interesses e úteis para o desempenho de atividades subsidiárias e parapoliciais. Esta percepção é resultante da visão errada sobre a verdadeira função das Forças Armadas que existe no poder civil, pois, defesa é um tema que não rende votos aos políticos e a maioria da população é apática em relação a esta questão. As Forças Armadas só se envolvem em atividades não-militares por causa da ausência do interesse civil em realizá-las para cumprir necessidades nacionais, do controle da ordem legal-policial e da contribuição para a manutenção do elã profissional (neste caso, a MB e a FAB têm uma presença maior do que o EB no cenário nacional).

Os novos alicerces de construção do relacionamento entre civis e militares no Brasil devem se dar na revisão das práticas clientelistas e patrimonialistas e no fim do preconceito referente à não-polemização da participação militar no plano interno, de acordo com o dispositivo constitucional. Segundo Flores, os militares são democratas, e, quando agem de forma interventora é a contragosto e por causa da pressão civil. A qualidade da democracia depende da sociedade, ao produzir boas leis e fazê-las cumprir, juntamente com a sua capacidade de proporcionar as necessidades básicas da população, através da criação de maior justiça político-jurídica e social. Mas, a nova ordem internacional produziu conceitos e hipóteses de emprego do poder militar que a sociedade brasileira terá que responder a partir da avaliação de qual o melhor modelo político e quais os valores que deverão guiá-lo. Hoje em dia, há novos atores que interferem no quadro nacional e internacional, como é o

caso da emergência dos regimes internacionais e da influência dos meios de comunicação. Estes levam ao questionamento sobre a diluição/manutenção da soberania nacional, a ecologia, as armas nucleares os direitos humanos e os interesses das grandes potências. Os Estados Unidos como potência hegemônica, podem tentar impor o tipo de democracia que lhe convém, mas, não sabemos totalmente qual será a reação dos outros países, como a França, o Japão e a Alemanha.

Flores apontou as grandes tendências da política internacional como sendo : a existência dos organismos e mecanismos transnacionais (os movimentos nacionalistas e multiculturais e a atitude norte-americana de polícia planetária) , as tensões Norte-Sul e a possibilidade de conflito entre as grandes potências. É certo que a imprevisibilidade das transformações globais afetam os parâmetros relativos ao preparo militar brasileiro. Com isso, permanece as questões sobre defesa coletiva, a redução das Forças Armadas nos países subdesenvolvidos, a superação dos antagonismos entre a Argentina e o Brasil, a revisão do TIAR e a situação do Atlântico Sul. Contudo, o que não é considerado apropriado pelo autor é a redução do efetivo das Forças Armadas e o seu investimento em papéis auxiliares, como o combate ao narcotráfico, o contrabando, a defesa do meio-ambiente e da segurança pública. Esta nova ordem poderá produzir conflitos e impasses, que fará com que o Brasil defina os rumos de sua participação no cenário internacional e o seu direito de defesa. Neste sentido, a missão das Forças Armadas é de fundamental definição. Os problemas poderão advir se perdurar um clima de descaso e orfandade das Forças Armadas e venha a eclodir alguma crise política. Os rumos do Brasil para o futuro envolvem o desenvolvimento da cultura política militar e a condução do país ao nível de potência mundial, mas, sem os erros do milagre econômico. Nisto, é necessário prever o aumento nos gastos militares, de 0,5 a uma faixa entre 0,6 e 0,8% do PIB. Caso isto não ocorra, há o risco de que o Brasil perca a credibilidade internacional para atuar nas hipóteses de emprego regionais, no cenário da América do Sul e do Atlântico Sul. Os Estados Unidos poderão atuar como um fator de apoio ou omissão no envolvimento do Brasil em alguma espécie de crise. Neste caso, o preparo militar e a possibilidade de ataque / defesa dependerão da vontade do povo brasileiro, manifestando o interesse nacional. A Constituição dá os princípios básicos da missão das Forças Armadas, mas, é possível combinar as restrições materiais com os objetivos estabelecidos de forma sóbria e realista.

Até 1996 o país carecia de uma PDN, e ainda carece de uma PMD, mas as premissas estipuladas e os antagonismos possíveis estão identificados de forma satisfatória. Estas são entendidas pelo almirante como a via pacífica na resolução dos conflitos, a aplicação do princípio da dissuasão, o apoio à estabilidade da ordem político-jurídica, a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem. Porém é importante ainda vencer os óbices culturais dos militares (discutir tecnologia e qualidade, priorizar o desenvolvimento tecnológico, alterar currículos e doutrinas, e aperfeiçoar o preparo humanístico para adaptar os militares à democracia) e dos civis (superar a apatia sobre os temas de defesa, manter o moral alto, a dignidade e o respeito social das Forças Armadas).

24

A transição política para a democracia fez com que houvesse um progresso significativo no campo político-institucional. O poder civil se fortaleceu. Embora alguns se refiram à tutela militar na nova República ela não houve de fato. Ocorreu apenas uma forma de “amparo” do presidente Sarney em nome das circunstâncias. Tal amadurecimento foi ressaltado por Flores no episódio do processo de cassação de Collor. As Forças Armadas se mantiveram ajustadas às determinações democráticas, não interferindo nos fatos, apesar de alguns civis, mesmo da oposição, esperarem o contrário. A criação da PDN e do MD no Brasil tem mostrado que o relacionamento entre civis e militares brasileiros melhorou sensivelmente. Segundo Flores,<sup>25</sup> o momento atual é prova desta melhoria.

### ***11. A Situação Atual da Estrutura Militar-Naval Brasileira***

Conforme o depoimento do almirante Flores dado para este trabalho,<sup>26</sup> há semelhanças e diferenças em relação ao posicionamento de outros analistas navais. Em sua avaliação, a nova configuração das Forças Armadas envolve a discussão do perfil, segundo o que a sociedade brasileira quer; isto é o que fará o estabelecimento da orientação profissional-militar. No caso da MB, a evolução do contexto histórico a fez passar de uma estratégia de guerra anti-submarina dos anos 40 aos anos 70, para a defesa da fronteira

---

<sup>24</sup> Depoimento a OLIVEIRA, Eliézer R., *Forças Armadas e Democracia...op. cit.*

<sup>25</sup> D' ARAUJO, Maria Celina, CASTRO, Celso, *Militares e Política na Nova República* Rio, FGV, 2001.

<sup>26</sup> Entrevista concedida ao autor em no Rio de Janeiro em 20 de fevereiro de 2001.

marítima, após a redução das hipóteses de conflito a partir das décadas de 70 e 80. Para cumprir com a sua missão, a MB necessita de meios adequados tais como o submarino de propulsão nuclear, a aviação aeronaval operando a partir de terra, navios-escolta, navios para patrulha e bloqueio (fragatas e corvetas), redirecionamento das operações dos fuzileiros navais, controle das águas interiores, com a participação do EB. Além disso, há a atuação como patrulha costeira, podendo ser, até mesmo, ser substituída por uma Guarda Costeira no futuro, apesar do fato da corporação cumprir bem esta tarefa, economizando os recursos dos cofres públicos.

Caberia ao MD tratar de questões, tais como a redução da participação militar no cenário político nacional, o serviço militar obrigatório, a redução dos efetivos militares, a nacionalização tecnológica e o ajuste nos serviços de inteligência. A organização e a disposição atual dos meios navais é vista com reservas pelo almirante, quando se trata da aviação aeronaval. A sua postura foi a de “discordar com lealdade” do Comando da MB e do MD, pois, a seu ver, não faz sentido a corporação dispor de um navio-aeródromo, como o *São Paulo* se o país não tem pretensões imperialistas na região. A aviação naval pode existir baseada em terra, como no caso da Base Aérea e Naval de São Pedro da Aldeia (BAenSPA) ou de uma base da FAB, do mesmo modo que foi feito na Guerra das Malvinas pela Argentina. A retórica que a MB usa para a proteção do tráfego marítimo, não se coaduna com o embarque de aviões, pois não tem havido nenhuma ameaça ao tráfego marítimo transoceânico e não há um adversário declarado do país. Isto justifica porque a MB deve ter aviação de patrulha marítima e avião para ataque a navios inimigos saídos de terra. No mais, isto faz parte de todo um processo de discussão que o MD desencadeou, contando com a ajuda de militares e civis da área política, governamental e acadêmica. Na verdade, até mesmo a compra do navio-aeródromo antes da definição da PDN e da PMD pelo MD, causou protestos de uma personalidade civil, que se retirou da comissão convocada pelo ministro Geraldo Quintão quando foi efetivada a compra deste navio.

A atual PDN é considerada por Flores ainda muito “vaga e superficial”, servindo para qualquer país além do Brasil. Deveria haver uma PMD, que foi prometida pelo poder civil, mas ainda não viabilizada porque comporta uma discussão complexa e a disputa natural entre as Forças Armadas. Cabe ao poder civil intervir em quaisquer disputas e decidir o modelo de defesa que o país deverá criar para atender aos seus interesses internos

e externos. Flores lembra que as Forças Armadas estão num refluxo quanto às intervenções políticas, embora o EB continue com uma cabeça tutelar, ela está contida. A proporção dos envolvidos com questões internas na MB sempre foi, historicamente, muito menor que no Exército. O próprio Centro de Informações da Marinha (CIM) teve pouca participação e a corporação não teve nenhum oficial comandando o DOI. A MB é, assim, mais bem vista por todos por ser mais profissional, embora haja distorções quanto ao seu papel por parte de alguns civis, como por exemplo, nas ações subsidiárias e complementares. Para que esta situação se modifique satisfatoriamente, deve haver uma intervenção política efetiva. Mas, a situação atual ainda é aquém do ideal, pois há no Congresso Nacional despreparo e omissão em relação a uma preocupação mais efetiva com as questões de defesa. O Congresso não tem um papel como nos Estados Unidos, que desce aos detalhes e é impositivo no que pode ou não comprar. Na sua própria experiência como Ministro da Marinha, o almirante Flores relatou que foi procurado pelos congressistas para decidir o que deveria cortar no orçamento. A sua resposta foi de que isto deveria caber aos congressistas. No próprio MD, a situação pode também melhorar, uma vez que o próprio ministro não tem poder sequer para tratar do reequipamento militar; isto é afeto aos comandantes das Forças. Para o almirante, este órgão deveria ter uma participação mais efetiva nos estudos sobre a necessidade de possuir ou não tal / qual equipamento militar, como no exemplo do *São Paulo*. Mas, de fato, o seu poder é marginal e semelhante ao que já era atribuição do extinto Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

A situação atual da corporação naval é vista por Flores de forma basicamente correta na sua organização técnico-operacional. A gestão do ex-ministro Mauro César Pereira mudou aspectos que Flores considera necessários, outros não, com a criação dos comandos de forças prontas e o de forças de superfície. Este arranjo é mais importante para a USNAVY, mas nem tanto para uma Marinha como a brasileira, pois, o comandante da Esquadra ficou só com atribuições administrativas e o comando operacional passou para os comandantes das forças prontas e de superfície. De todo modo, esta é uma crítica superficial, que não afeta a boa avaliação feita sobre a MB. Como é de conhecimento geral, a prioridade brasileira de defesa é a Amazônia. Por isso, a MB deve dar mais ênfase a esta região do país. Até hoje, a mentalidade vigente dos comandantes é a ênfase nos navios marítimos, mas isto necessita mudar para que o preparo das bases ribeirinhas de Ladário e

Manaus seja mais adequado. No Corpo de Fuzileiros Navais também deve haver alguma reformulação, exatamente para que as operações sejam condizentes com o ambiente amazônico. E aí, a utilização da população local é de grande importância porque o amazônida está mais acostumado aos desafios da fauna e da flora local.

Quanto aos meios navais, o desenvolvimento do submarino de propulsão nuclear é importante porque ele é a única arma capaz de efetiva dissuasão no caso de agressão de alguma potência, do mesmo modo que para Vidigal. Flores ressalta que no mar, o submarino nuclear, com a ajuda dos submarinos convencionais, muda o balanço estratégico do Atlântico Sul. Contudo, o seu desenvolvimento está muito prejudicado pela questão de recursos, adiando as pretensões de sua construção. Mas, é importante lembrar que para este oficial, o chamado programa nuclear paralelo feito para o domínio do ciclo do combustível é mérito da MB e tem contribuição nas necessidades civis. O reator de potência para o submarino pode ser reproduzido para as populações do interior em cidades de 50 mil habitantes. O próprio Centro de Tecnologia da Marinha passou a sua tecnologia para as Indústrias Nucleares Brasileiras (INB), transformando a MB em cliente privilegiado. Isto é muito importante para o país, apesar dos equívocos cometidos pela interpretação de muitos ambientalistas.

Finalmente, a MB dá importância à apresentação de suas tradições, história e instalações para a sociedade brasileira. Ao passar pela Ponte Rio-Niterói, o cidadão vislumbra as instalações da Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ), ostensivamente sinalizada como a sede da Esquadra brasileira. Outro grande exemplo disso é o conjunto arquitetônico do Espaço Cultural da Marinha, situado entre a Praça 15 de Novembro e a Praça Mauá, no centro da Cidade do Rio de Janeiro onde estão fundeados o navio-museu *Bauru*, o submarino-museu *Riachuelo* e montadas a exposição permanente do palacete da Ilha Fiscal e do acervo da Biblioteca da Marinha. Neste local, foram feitas as reformas de algumas instalações para dar maior visibilidade da corporação à população na fachada dos prédios do Primeiro Distrito Naval e da Ilha das Cobras, onde estão situados o Quartel General do Corpo de Fuzileiros Navais e o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Flores lembra que a iniciativa deste projeto foi do então contra-almirante Max Guedes, atual diretor do patrimônio histórico-cultural da Marinha, realizada na sua gestão no ministério e continuada pelos seus sucessores com bastante êxito até os dias de hoje.

## 12. A Modernização em Curso na Marinha do Brasil

Embora não seja considerado um estrategista, no sentido comum do termo, o almirante-de-esquadra e ex-ministro da Marinha, Mauro Cesar Pereira (1999) <sup>27</sup> influenciou no planejamento e na administração naval brasileira nos últimos anos. Aqui apresentamos a sua avaliação da MB nas últimas décadas e a sua noção de modernização burocrático-administrativa e político-estratégica.

Para Pereira, a Marinha nasceu das necessidades do Estado brasileiro no passado, a partir da visão de estadistas como Rio Branco, que compreendeu a importância de empregá-la como “instrumento de poder e afirmação política internacional”. Esta visão, continuou na República através do incentivo de figuras como Rui Barbosa. O rótulo de “monarquista”, atribuído à corporação por conta de disputas políticas internas, dificultou a percepção adequada sobre a Força Naval, não dando a ela a atenção devida. Nem por isso, a Marinha deixou de cumprir a sua missão, como na Guerra do Paraguai e na colaboração nos esforços brasileiros na Primeira e na Segunda Guerra Mundial. Apesar da dependência material externa e da falta de recursos, os marinheiros procuraram sempre inovar ou copiar os equipamentos da guerra naval utilizados pelos outros países. Este procedimento continua até hoje, na MB que procura vencer a inércia através da modernização dos meios administrativos, do treinamento dos homens e da tecnologia bélica. O almirante Pereira enfatizou que nos últimos cinquenta anos, a MB deu continuidade a tal determinação, tendo como padrão tecnológico a influência anglo-saxã, sobretudo os Estados Unidos. Isto ocorreu:

a) nos meios e equipamentos navais adquiridos, como os contratorpedeiros da classe *Pará*, após a Segunda Guerra até a aquisição das fragatas classe *Niterói* na década de 70. Esta era uma tecnologia considerada avançada até mesmo para a *Royal Navy*. Houve ainda a compra dos submarinos ingleses da classe *Oberon* e dos navios alemães varredores de minas. O CFN deixou de ser apenas uma guarda e passou a adotar o modelo dos fuzileiros norte-americanos, adaptado à realidade brasileira. Desse modo, os fuzileiros implementaram uma concepção estratégica e um preparo condizente com uma “força

---

<sup>27</sup> PEREIRA, Mauro C., A Marinha que Vi e a que Não Terei Tempo de Ver, “in” *Revista Marítima Brasileira*, 4 T 1999.

operativa moderna”. Em meio a tudo isso, a MB elevou a sua força aeronaval, através da compra do Nael *Minas Gerais*, cujos desdobramentos seguiram adiante.

Na argumentação do almirante Pereira, é notório o incômodo da situação brasileira em relação ao acordo feito com os Estados Unidos, por intermédio do *Mutual Assistance Program* (MAP). No pós-guerra, o Brasil foi buscando a manutenção de sua soberania, que corria o risco de ficar tolhida, em nome da nacionalização do material e da adequação das táticas aos cenários concernentes aos interesses nacionais. O episódio do rompimento do acordo com os Estados Unidos, em 1977, foi o coroamento de um trabalho paulatino de afastamento da influência estadunidense. Apesar disso, as propostas de mudança na concepção estratégica seguiram o mesmo curso, pois a Marinha não podia permanecer configurada, quase exclusivamente, para uma guerra anti-submarino, como era o objetivo dos Estados Unidos para o Brasil.

Na década de 70, a modernização dos meios se desenvolveu com o maior aprofundamento no conhecimento do sistema de fragatas, na operação dos helicópteros *Lynx* na viabilização do projeto do submarino de propulsão nuclear (considerado de valor incomensurável para o país), na construção das corvetas classe *Inhaúma*, do navio-escola *Brasil*, dos submarinos da classe *Tupi*, na aquisição das fragatas inglesas classe *Greenhalg* e dos mísseis antiaéreos *Seacat*. A organização do centro de mísseis e armas submarinas, de apoio a sistemas operativos, de mergulhadores de combate, de eletrônica, de sistemas de análises navais de controle tático e de controle do teatro de operações marítimo experimental, completa o quadro de organizações relacionadas ao bom desempenho das atividades navais. A nova estrutura das forças de superfície permitiram maior especialização e avaliação de emprego nos cenários nacionais. O CFN continuou na tarefa de melhoria das suas condições para operar como força anfíbia, de acordo com o planejamento estratégico adotado.

b) o preparo de pessoal subalterno e do oficialato teve uma mudança significativa. Isto foi possível não só com a evolução da estrutura de ensino da EN e da EGN, como também através da criação e modernização dos centros de instrução : CIAW, Centro de Instrução Almirante Marques de Leão (CAAML), a criação do Escritório Técnico de Construção Naval (ETCN) na USP, a criação do Instituto de pesquisa da Marinha (IPqM), do Comando de Controle Naval do Tráfego Marítimo (ConCONtraM), do Sistema de Controle Marítimo

do Atlântico Sul (CAMAS), do Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval (CIAAN) e da Base Aérea e Naval de São Pedro da Aldeia (BAeNSPA).

Houve também modernização em termos administrativos. A MB criou o sistema do Plano Diretor com o apoio da informática para o processamento burocrático. As organizações internas passaram a ter uma “visão empresarial” em termos de estrutura e desenvolvimento, contribuindo para a economia e a produtividade da MB.

No relacionamento externo, houve o estreitamento das relações com as Marinhas do Mercosul, em especial da Argentina, além da Venezuela, África do Sul, Chile e Estados Unidos, como oportunidade de manter o intercâmbio e a confiança mútua.

O preparo de pessoal foi também valorizado. Durante a década de 80, o quadro de pessoal da MB contou com a criação da formação diversificada da EN, dos Quadros Complementares (feminino e técnicos) e a reformulação nos cursos de praças. Até o empenho da MB em divulgar para a sociedade brasileira as suas tradições, história e características é notado por Pereira como essencial para a manutenção e alargamento da “mentalidade marítima”, seja a partir da criação do Espaço Cultural da Marinha, seja na construção do navio-veleiro *Cisne Branco*, símbolo da cultura marítima-naval para o incentivo da formação dos aspirantes.

No entanto, ainda há outros fatores a considerar. Como metas para o século XXI, a MB necessitaria desenvolver ainda: 1) a produção de equipamentos e sistemas; 2) a modernização das fragatas *Niterói*, 3) a conclusão do submarino *Tikuna*; 4) novos navios anfíbios auxiliares; 5) a aviação naval; 6) o CFN; 7) a rede de comunicações navais; 8) os sistemas administrativos; 9) a Reserva Ativa para operações subsidiárias e 10) o envolvimento internacional da MB nas operações de paz e no trabalho conjunto com as outras Marinhas da região.

No mundo pós-queda do Muro de Berlim, onde o contexto atual aponta para mudanças, incertezas e necessidades de atualização permanente, o Brasil precisa assumir o desafio dos problemas sociais não resolvidos, para não se quedar num “atraso perigoso”. Ao mesmo tempo, o país precisa enfrentar a retomada do crescimento da Marinha Mercante e melhorar a qualidade do relacionamento entre a política externa e a política de defesa para que ele “se porte com a personalidade de um país grande”, mantendo a estratégia de dissuasão e a cooperação internacional, principalmente com o Mercosul e a África.

Esta é uma tarefa considerada “grande e desafiadora” para o MD, que terá que contar com recursos financeiros, valorização da defesa nacional e da competência civil, a integração entre as Forças a partir da interadaptação cultural e do bom senso, enfim, do âmbito da capacitação do pessoal, sobretudo os oficiais. No que diz respeito à MB, a motivação desta tarefa já havia sido dada. Então, caberia ao MD dar prosseguimento e orientação a este planejamento, com o concurso das outras Forças Armadas. Foi empreendido um novo esforço modernizador pela MB na gestão ministerial do almirante Ivan Serpa com seu desdobramento dado pelo almirante Pereira quando esteve à frente da corporação.

Na entrevista concedida no ano de 2001, para este trabalho,<sup>28</sup> o almirante Pereira defendeu a adição de um perfil oceânico para a MB. É exatamente porque “o Brasil é um país grande, ou seja, porque tem uma presença mundial muito importante”. Este oficial-general assinalou que a sua postura é realista, e não ufanista, como o discurso vigente no período da Ditadura Militar. Por isso, o Brasil não pode abdicar da sua posição no cenário mundial, ao contrário, deve assumi-la como consequência natural de sua importância. O Brasil não pode ficar na dependência de outros países, como no período da Segunda Guerra Mundial. Ele possui divergências com o almirante Flores em termos político-estratégicos e burocrático-administrativos, que foram também manifestadas em publicação recente.<sup>29</sup>

Apesar disso, o almirante Pereira assinalou que não concorda muito que tenha havido uma predominância de Mahan na MB, embora admita a sua validade e seja a favor de uma Força Naval oceânica como modelo para o Brasil. Há uma “bagunça mental” própria ao brasileiro que torna as suas idéias mais independentes. Para Pereira, a PDN deve dar suporte aos interesses e às dimensões do país em termos realistas; isto quer dizer “estar preparado” para qualquer emergência. Daí, não se pode pensar de forma improvisada do mesmo modo que uma estratégia defensiva, implica em adotar uma postura ofensiva em alguns momentos. O tipo de política não provocativa, adotada pela Argentina, deve ser olhada com “cautela”, pois neste país, os militares sofreram uma reação muito maior em

---

<sup>28</sup> Entrevista concedida ao autor a Luis Alexandre Fuccille e a Adriana A. Marques em 19 de julho de 2001 em Londres, Inglaterra.

<sup>29</sup> PEREIRA, Mauro C. , *A Marinha que vi....op. cit.*

relação ao Brasil, levando em conta os eventos do passado recente. A estratégia que interessa ao Brasil não pode prescindir de “mostrar a bandeira”, para que a presença e a sua capacidade de dissuasão seja conhecida pelos demais países. Ao ver do ex-ministro, isto é importante, inclusive para a participação nas forças de paz encabeçadas pela ONU. Baseado nestes argumentos, a PDN foi classificada por Pereira como sendo adequada, mesmo tendo um caráter genérico. Aliás, ele nota que é próprio de uma política de defesa a generalidade para mostrar o que um país quer e não quer fazer. O processo de elaboração da PDN comportou discussões e divergências com a diplomacia, mas o resultado pode ser considerado bom. De todo modo, caberia ao país apresentar uma postura mais ofensiva em termos de política externa, para que possa ser mais ouvido e respeitado na comunidade internacional. Esta preocupação se adequa às prioridades da PDN. Por exemplo, sobre a Amazônia, não se deve deixar de entender que, caso ela seja invadida, a operação se dará fundamentalmente pelo mar. Então, é importante que o país possua fragatas e outros meios navais adequados para realizar a sua missão a contento.

No tocante às necessidades e à missão do MD, o ex-ministro não nega a ausência de pressão externa para criá-lo. Entretanto, ele admite que ela não foi feita somente pelos Estados Unidos. Outros países participaram ao manifestarem estranhamento com o fato de ter havido três ministérios militares, além do EMFA. Este fato não pode ser considerado errado por si só. Mesmo no que diz respeito à necessidade de articulação e integração entre as Forças, a existência de um único ministério, não é garantia suficiente para que tal fenômeno venha a ocorrer. Nas palavras do almirante Pereira: “a simples criação do MD não resolveu o problema principal. Isto só ocorrerá se o país souber, efetivamente, o que é a PDN e a sua estratégia de defesa”.<sup>30</sup>

A função do MD não é simplesmente a administração das Forças, uma vez que cada uma delas possui uma estrutura diferente, tanto para os tempos de paz quanto para os tempos de guerra. O MD deve investir no emprego combinado, ressaltando a diferença entre elas. Por isso, para que haja maior desenvolvimento político da aplicação do poder

---

<sup>30</sup> Entrevista concedida ao autor a Luis Alexandre Fuccille e a Adriana A. Marques em 19 de julho de 2001 em Londres, Inglaterra.

militar, é necessário: a) definir a PMD com uma concepção global e as concepções relativas a cada Força; b) fazer exercícios e atualizar as Forças de maneira conjunta, a fim de que elas possam se intercomunicar e interagir. O almirante Pereira não nega que a MB se opôs inicialmente à criação do MD, apesar de contribuir grandemente para a sua consecução após a determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso. As ressalvas da corporação naval se prendiam às questões administrativas, à desconfiança quanto a sua eficácia, à economia de recursos e ao peso institucional do EB (apelidado de “efeito vitamina de abacate”) e à mencionada pressão externa. Apesar disso, o resultado foi considerado por Pereira como próximo daquilo que a MB pretendia. Os ministros do Exército e da Aeronáutica, respectivamente, Zenildo Lucena, Lélío Lobo e seu sucessor Mauro Gandra, não negaram a existência de diferenças sobre o MD. Porém, eles ressaltaram a normalidade do fato no Brasil e outros países do mundo. Em termos de política interna, deve-se lembrar que muito do que se fala sobre 1964, não pode ser considerado “desastroso”, como muitos dizem, principalmente, a imprensa. Este tipo de acusação cria uma “mágoa”, um “machucado” que influencia negativamente quem não possui um sentimento e uma convicção firme. Para Pereira, não se pode atribuir às Forças Armadas todos os problemas decorrentes do passado. Apesar disso, ele é favorável a imagem dos militares, criada pela opinião pública. Mas, como sempre, existe o risco deles serem atacados por algum fato/versão veiculado pela imprensa como forma de acusação. As dificuldades relativas a tais problemas estão presentes no contexto democrático também no plano constitucional. O artigo 142 define qual é a missão das Forças Armadas, considerada pelo almirante como “suficientemente ampla e adequada a qualquer necessidade”. O almirante nota que o caso das greves de policiais militares, na Bahia em julho de 2001, demonstrou a propriedade do texto constitucional. Ele deve ser mantido como está, para que as Forças Armadas possam defender a lei e a ordem, sem desmandos, mas com eficácia. Até mesmo, a possível mudança nas palavras não implicariam no seu significado. O que se espera é que as Forças Armadas defendam o país no plano interno ao impedir depredações, violência e qualquer tipo de “ataque”, provocado por uma situação que ameace a estrutura brasileira.

Na hipótese de que o Brasil venha a ter uma Guarda Nacional, ela deveria ser criada segundo o modelo norte-americano, onde o comando (federativo ou local), está associado

com o tipo de ameaça que venha a ocorrer. Pensar na composição da GN implica também em estabelecer a situação do EB. Assim, o oficial advoga a tese de que boa parte dos oficiais deveria ser formada por esta Força, possivelmente diminuindo o seu contingente de recrutas.

Quanto ao relacionamento com os políticos, o almirante Pereira já havia considerado anteriormente que a MB está adaptada ao jogo de poder democrático, mantendo um relacionamento “elevado” com o Congresso Nacional através da sua assessoria parlamentar e incentivando o “despertar da classe política para a formação de idéias fundamentais sobre os temas de defesa”. Não há maiores problemas com os civis, apesar de considerar que a própria criação do MD, foi fruto da influência externa, pois a existência de três ministérios militares foi apontada como um “anacronismo e empecilho para o país ser aceito nos fóruns internacionais evoluídos, os que ansiavam pelo rebaixamento do *status* dos militares”.<sup>31</sup> Em que pese ter havido possíveis divergências, a MB procurou se estruturar internamente para se enquadrar à nova estrutura estatal, mantendo a sua herança cultural. Neste caso, Pereira considera que o resultado foi satisfatório, se considerarmos a legislação posta em vigor a partir de 1999.

Enfim, a modernização atual da MB em termos tecnológicos e administrativos deve continuar seu processo, já desencadeado por uma estrutura enxuta e bem capacitada, sempre buscando a redução da dependência externa e a economia de recursos. Quanto ao pessoal, a visão de Pereira é que a educação é um aspecto central, no que a MB vem se saindo muito bem. O ensino na EN é por ele avaliado como “muito bom”, o que contou com a sua determinação no Ministério da Marinha de investir nos meios auxiliares, como biblioteca e no quadro de professores, convidando oficiais da reserva por causa das dificuldades de se pagar um bom salário competitivo a um bom profissional disponível no mercado de trabalho. A formação ético-política dos aspirantes é qualificada como adequada em nome do produto que surge de sua vida na EN, “do ponto de vista do aspirante em relação ao ambiente social”. Embora o próprio almirante assim afirme, ele reconhece que a formação humanística é fraca e precisa ser modificada.

---

<sup>31</sup> *idem.*

Para o preparo dos oficiais as universidades civis têm oferecido à MB boa qualificação, no caso daqueles que se tornam oficiais dos seus quadros complementares (engenheiros, técnicos e saúde). Apesar disso, eles necessitam estar cada vez mais imbuídos do “ethos” militar, porque é esta a profissão que passaram a abraçar, desde então, independente de sua qualificação específica.. Outro aspecto da educação salientado por Pereira foi o aperfeiçoamento do P-COM, dentro de uma realidade administrativa e orçamentária que corrigisse as possíveis distorções e atendesse aos requisitos de qualidade da MB. A partir dos anos 90, o próprio almirante Pereira contribuiu para a mudança do P-COM, transformando os quadros, conforme se estruturam hoje e procurando introduzir maior qualificação para os oficiais. Isto foi feito através da proposta de criação de cursos de pós-graduação (mestrado), o que foi recusado por não se enquadrar na legislação do MEC.

A recente reestruturação do ensino na EGN igualmente foi decorrência desse processo do P-COM. A formação da EGN também mereceu a mesma classificação, notando que o C-PEM se modernizou dentro de uma idéia já presente anteriormente; na verdade ele “não é um curso, onde não se ensina”, mas um estímulo ao debate e à discussão de diferentes temas, com a participação de muitas pessoas de fora da MB.

### *13. A Crise Mundial, o Terrorismo e a Marinha do Brasil*

Os debates em torno das ações terroristas no “World Trade Center” e no Pentágono, atingiram a MB conforme podemos verificar no evento promovido pela EGN. A complexidade da crise político-estratégica é certamente grande, com diversas perspectivas de abordagem. Nossa intenção se restringe a relatar aqui as impressões dos oficiais-generais marinheiros, com base nas conferências proferidas por eles. O calor dos acontecimentos e as suas imprevisibilidades não atrapalharam os oficiais na elaboração de questões passíveis de atingir a sociedade brasileira.

O almirante Diegues ressaltou a natureza do ato terrorista a partir do estabelecimento de suas características e dimensões, da vontade dos terroristas, da matriz do terrorismo árabe e de seu desdobramento de duas formas descontínua e evolutiva.<sup>32</sup> O

---

<sup>32</sup> Simpósio Análise e Consequência do Ato Terrorista Ocorrido nos Estados Unidos em 11 de Setembro de 2001, EGN, novembro de 2001.

vice-almirante Vidigal apresentou algumas reflexões em torno da crise. A primeira foi em relação à extraordinária repercussão do ataque terrorista por causa da força da televisão, o que foi sendo diminuída ao longo dos meses, conforme vemos na redução do espaço no noticiário. A segunda reflexão foi a ação de retaliação dos Estados Unidos, corroborada pela opinião pública, apesar da perda de civis e falhas ao atingir o alvos. A terceira reflexão foi sobre o apoio praticamente universal que os Estados Unidos receberam da comunidade internacional. Contudo, este apoio sofreu pressão de parte da comunidade islâmica, como os grupos radicais paquistaneses e Sadam Hussein que não apresentou qualquer manifestação. Esta atitude dificulta a dissociação da guerra contra os terroristas da guerra contra o Islã e seus adeptos por todos os lugares, inclusive o Brasil. A quarta reflexão teve a ver com as mudanças no isolacionismo da política externa dos Estados Unidos. Ele passa a não ter mais sentido e existe a sua probabilidade dessa tornar-se mais “cautelosa” e menos “imperial”. Existe aqui o posicionamento de alguns críticos do atual processo de globalização, como os governos dos países subdesenvolvidos, parte da intelectualidade norte-americana e mundial. Vidigal fez alusão ao próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, em recente visita à França, quando criticou a nova ordem mundial e a unilateralidade de suas políticas. A quinta reflexão aludiu às mudanças prováveis no relacionamento entre os Estados Unidos e a Rússia, contribuindo para a expansão da OTAN para o Leste. Enfim, a sexta reflexão foi sobre a situação do Islã, que corre o risco de ser confundida com uma cultura intolerante, belicosa e bárbara. Este equívoco deve ser eliminado em nome da sua grande e secular contribuição para a História da Humanidade. Como esta situação afeta o Brasil e a preparação das Forças Armadas, Vidigal se junta aos argumentos de Flores, descritos abaixo. Porém, Vidigal alude à necessidade de pensar sobre o “emprego político do Poder Militar”, através da estratégia dissuasória. Para o país e para a MB isto significa entender que o Programa Nuclear desenvolvido pela corporação deve ser considerado como benéfico para o país. A posse do submarino nuclear é um diferencial no tratamento de outros países, como é o caso da Índia e do Paquistão. Se o Brasil não quiser ser tratado como um país de terceira categoria, o governo deve tomar medidas de maior controle e investimento nesse projeto, assumindo-o como uma política de

---

Estado. A sociedade e os militares devem, então, participar de forma intensa neste processo.

O almirante Flores se deteve em tratar mais detidamente na função das Forças Armadas depois da crise terrorista. Em sua percepção, os militares devem continuar nas suas atividades clássicas essenciais e subsidiárias, em especial nas atividades de inteligência e colaboração com demais órgãos federais. Neste sentido, a ação das Forças Armadas deve ser complementar e restrita, o que não significa descartar ações específicas para a destruição de núcleos-bases de ações terroristas, assim como pode ser feito com o narcotráfico e o contrabando de armas. Aqui Flores lembrou a existência de possíveis riscos sacrificios para o povo, apesar das críticas “preconceituosas, viciadas e distorcidas” ao se oporem à ação militar em nome dos mesmos riscos e sacrificios.<sup>33</sup>

O combate ao terrorismo deve levar também ao aprimoramento do uso de alta tecnologia para evitar atingir alvos civis, desde que estes não encubram atividades terroristas. As hipóteses de emprego militar resumem-se a: a) em primeiro lugar, no emprego rotineiro e nas atribuições para-policiais que devem ser aperfeiçoadas em termos de doutrinas e treinamento: b) em segundo lugar, como instrumento de neutralização ou destruição dos núcleos-bases do terrorismo, alcançando-os “no útero” de sua gestação. Neste caso, também é necessário haver criação e desenvolvimento de doutrina e treinamento especializado para os militares. Para o almirante, o Brasil não está na estaca zero, mas o seu preparo ainda deixa a desejar.



## Capítulo 6 - A Contribuição C-PEM na Produção do Pensamento Político-Estratégico da Marinha do Brasil

Nesta parte, serão apresentados os temas considerados mais importantes na elaboração do pensamento político-estratégico à luz da missão da MB. Deve-se ressaltar que as concepções aqui apresentadas pelos oficiais não constituem, necessariamente, a versão oficial da doutrina estratégica naval brasileira, mas a produção intelectual feita no interior da corporação por alguns de seus analistas, que são influentes e possuem legitimidade diante da mesma. A contribuição do C-PEM à formulação do pensamento político-estratégico naval está baseada nas monografias ostensivas arquivadas na Biblioteca da EGN, após um processo interno de avaliação e triagem. Deste modo, estes escritos são considerados significativos para entender como os oficiais dos altos escalões pensam a inserção da MB no Brasil e no Mundo. A apresentação do conteúdo das monografias que tratam do pensamento político-estratégico naval brasileiro nesta secção, procura ser razoavelmente cronológica ao longo das décadas de 80 e 90 e dotada de um sentido lógico sobre a situação do país no campo externo e interno. Em algumas delas, percebe-se a ligação, com o contexto imediato onde foram produzidas, em outras, é feita uma abordagem através da perspectiva histórica, retrocedendo a momentos do passado e/ou avançando para o futuro, buscando fazer uma prospecção do tema abordado em algum cenário específico.

Deste modo, pensamos ser é possível montar uma idéia da evolução da discussão dos assuntos abordados e perceber a incidência de algum deles, mesmo quando o tema principal do trabalho versa sobre assunto diferenciado. Isto demonstra também a interligação que existe entre um tema e outro. Como por exemplo, ao explicarem qual a importância estratégica do Atlântico Sul para o Brasil, recorre-se à história recente ou pregressa e vincula-se o mesmo ao ordenamento internacional atual, à consciência de maritimidade do povo brasileiro e à propriedade do uso deste ou daquele meio naval.

A complexidade das questões vai além do tipo de apresentação e da abordagem adotadas. Por isso, não há pretensão de esgotar as possibilidades de análise do conteúdo dessas monografias. Em alguns momentos, procuramos atualizar a exposição do tema em nome da evolução dos cenários político-estratégicos e /ou fazemos algumas relações com a

abordagem teórica deste trabalho, descrita anteriormente, e com a apresentação do pensamento estratégico naval desenvolvido pelos analistas citados no capítulo anterior.

Não é demasiado lembrar que as monografias são ostensivas e possuem alguma legitimidade na corporação, pois são escolhidos pelos chefes navais dentre a produção geral do C-PEM, embora não reflitam, necessariamente, a posição da MB sobre o tema.

### *1. A Política Externa Brasileira*

A tradição diplomática brasileira de seguridade universal, resolução pacífica de conflitos, autodeterminação dos povos, diálogo nas negociações entre os países, etc foi destacada pelo capitão-de-mar-e-guerra José Jayme Moraes (1986)<sup>1</sup> para afirmar a posição de peculiaridade que o Brasil ocupa entre o Norte e o Sul, ajudando a fortalecer o diálogo entre os dois blocos. A seu ver o país é uma “potência emergente” do Terceiro Mundo subdesenvolvido. Entretanto, o país apresenta todas as condições para que a sua autonomia seja ampliada. Isto pode ser possível porque o Brasil possui recursos materiais e humanos consideráveis, além do nível de crescimento econômico e tecnológico considerado respeitável. Mas o país conta com dificuldades que se notam pela dependência energética e pelo pequeno nível de poupança da economia.

No caso brasileiro, o Poder Militar estaria aquém das responsabilidades de assegurar a proteção ao território, com um relativo poder de deterrência e significativa dependência tecnológica. O Brasil precisaria “se voltar para o mar”, intensificando o seu Poder Marítimo. Na História brasileira, o bom trabalho do Barão do Rio Branco e de José Maria Paranhos Jr, tornou as nossas fronteiras estáveis em termos de litígios com os nossos vizinhos. Baseado nisso, a preocupação do país deveria ser o alargamento de sua presença no Atlântico, voltado para ocupar uma posição de destaque na região. O comandante Moraes entende que os interesses do Norte e do Sul não são contraditórios em si, mas alguma crise no sistema econômico internacional poderia afetar esta relação de modo

---

<sup>1</sup> MORAES, José J., *A Política Externa Brasileira*, EGN, 1986, digit .

terrível. Na sua avaliação a América Latina teria interesses comuns que aproximariam os países, com um mercado com uma importância maior do que os Estados Unidos. Os esforços do governo brasileiro, ao exercitar o diálogo constante com os vizinhos, demonstram isso. Em relação aos Estados Unidos, o Brasil tem algumas divergências, apesar de manter boas relações em geral. De todo modo, a dependência completa em relação a este país é algo indesejável, assim como as altas taxas de juros que o Brasil paga aos bancos internacionais, em função da política econômica dos norte-americanos e a sua interferência através do BIRD e do FMI nos rumos de nossas estratégias comerciais.

A situação da política externa brasileira se reflete no preparo e no emprego do Poder Naval. Apesar das dificuldades do país em outras áreas, ele não pode descuidar daquele que será o efetivo instrumento de segurança no mar. Temos todas aquelas características enumeradas inicialmente, mas o desenvolvimento do Poder Naval nacional só foi efetivamente satisfatório durante as Guerras de Independência, com uma “Marinha à altura da missão a que se destinava”, além da “consciência de maritimidade” necessária à integração do território nacional que só se comunicava plenamente pela via marítima. Ao longo da História a participação da Marinha foi a de cooperação com os Estados Unidos nas duas Grandes Guerras. Isto se deu até que e nos anos 70 e 80, ocorresse a degradação do acordo de assistência militar em que o Brasil preferiu outros países para a compra de material bélico, como por exemplo, as fragatas classe *Niterói*.

Por causa do perfil pacifista brasileiro o emprego do Poder Naval é utilizado em áreas diplomático-militares, como as missões de paz. A liberdade que gozam as Marinhas de manobrar nos mares sem ferir a soberania das nações é vista por Moraes como de muita importância para missões desta natureza. Um navio de guerra tem versatilidade a ponto de poder servir como uma plataforma para apresentação de uma banda de música e entretenimento entre os representantes governamentais ou pode servir para o refúgio de cidadãos nacionais, e, mais ainda ele pode servir para o bombardeio contra objetivos terrestres. É certo que uma diplomacia naval bem sucedida depende da boa articulação com os diplomatas e os atores envolvidos nas negociações. Faz parte dos interesses nacionais saber se o Poder Naval será usado para a resolução de uma situação através de um conflito bélico ou apenas do posicionamento dos navios em resposta a uma provável provocação, o uso da coerção e a dissuasão e a adoção de uma defesa ativa / ofensiva cabe ser avaliado

por tais interesses.

Aliado a isso, o comandante Moraes sugere que o Brasil deve pretender possuir uma Marinha oceânica de alcance regional. Então, é necessário o planejamento naval para que isto aconteça, sobretudo através das operações conjuntas com outras Marinhas, como no exemplo das operações sulamericanas FRATERNAL, VEMBRAS e com as que são realizadas com os países africanos. Por fim, segundo este oficial, para o efetivo controle de uma área marítima, é considerada “indispensável” a componente aeronaval.

## ***2. O Atlântico Sul e os Interesses Brasileiros***

A Convenção da Jamaica, feita em 1982, na III Conferência Sobre os Direitos no Mar é um documento fundamental elaborado pela comunidade internacional, embora tenha demorado cerca de nove anos para ser concluído. Além de outros cento e vinte e sete países, o Brasil é signatário deste, que estabelece o direito e o uso do mar no sistema internacional, segundo as determinações da ONU.

O quadro mundial apresentou um grande aumento, cerca de 80%, no transporte marítimo de mercadorias, fazendo aumentar a importância do mar. Ele é também importante pelos recursos minerais, (sobretudo petróleo e os nódulos polimetálicos) e como fonte de energia das marés e de alimentos. Para garantir seus interesses, o Brasil estabeleceu uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de 180 milhas e o limite do mar territorial de 12 milhas, perfazendo um total de quase 200 milhas (Azevedo, 1985)<sup>2</sup> de acordo com os limites da Convenção.

Entretanto, para o comandante Azevedo, o Atlântico Sul representa um pouco mais para o Brasil do que a exploração de seus recursos econômicos e energéticos. Ele é um palco de realização de possíveis cenários relacionados à estratégia de cooperação ou de confronto no relacionamento do país com os demais, pertencentes ou não às águas desta porção do Atlântico. Ao trabalhar com uma ou outra hipótese, faz-se necessário a constituição de um Poder Naval preparado e a manutenção de uma consciência marítima pela nação brasileira, segundo o coronel Danilo Pedro Piastro (1991).<sup>3</sup> Deste modo, o

---

<sup>2</sup> AZEVEDO, Os Interesses Marítimos Brasileiros e a III Conferência Sobre os Direitos do Mar, EGN, 1985, digit.

<sup>3</sup> PIASTRO, Danilo P., O Atlântico Sul : uma das Razões do Poder Naval Brasileiro, EGN, 1991, digit.

Atlântico Sul é entendido como “espaço vital” para o Brasil. Em caso de conflito, o Poder Naval poderá ser aplicado para a proteção do tráfego marítimo internacional. A importância destas águas aumentou após as limitações impostas ao Canal de Suez e ao Canal do Panamá, e poderá ser maior ainda com o Mercosul e a multipolarização mundial, aumentando o comércio por via marítima. Isto possibilitará o crescimento do nosso Poder Marítimo e, neste caso, o aumento do nosso Poder Naval não pode ser descartado. Se o país tem pretensões de se inserir no Primeiro Mundo, ele poderá contrariar alguns interesses estabelecidos no cenário mundial. Como a ordem jurídica internacional não possui decisão de mando e os instrumentos são tênues, o Brasil pode ser envolvido em algum tipo de conflito que levará a uma dada participação militar. Assim, as Forças Armadas estarão sempre presentes, seguindo o previsto na Estratégia Militar de Guerra e na Estrutura Naval de Guerra.

As possibilidades de que tal conflito ocorra, certamente diminuirão com o ocaso da Guerra Fria, mas o conflito Leste-Oeste poderia recrudescer em algum momento, envolvendo o Atlântico Sul nas suas regiões de águas profundas e na sua ocupação por mísseis balísticos. Outro fator gerador de incertezas tem a ver com o crescimento do conflito Norte-Sul, que faz aumentar os interesses das potências mundiais na região. Assim, o Brasil precisa estar preparado para manter os seus interesses, não descartando o uso da força militar. No âmbito regional, apesar da manutenção da estabilidade geral, algum tipo de contenda territorial ou a instabilidade em alguns países, poderão exigir a participação militar brasileira.

As pressões provenientes do Primeiro Mundo, mais o preparo do Poder Naval brasileiro devem ser considerados, para o coronel Piastro, assim como foi afirmado antes pelo almirante Flores: “O nosso preparo naval deve conferir prioridade à defesa da fronteira marítima e do tráfego marítimo em águas próximas, admitindo-se que apenas parte da fronteira marítima com suas águas adjacentes constituiria teatro ativo. A defesa próxima fundamenta-se no controle de áreas marítimas por aviões de esclarecimento e ataque baseados em terra (áreas extensas), navios-escolta, submarinos e minagem defensiva (defesa local de pontos selecionados)” (Piastro, 1991).<sup>4</sup>

Uma problematização maior do Atlântico Sul no contexto da ordem internacional

foi feita pelo capitão-de-mar-e-guerra Carlos Alberto Briggs Vasconcellos (1992).<sup>5</sup> As características de um mundo multipolar constroem um novo equilíbrio de poder, conforme Piastro, mas o capitão faz uma recorrência histórica mais ampla sobre o Atlântico Sul em geral e o Brasil em particular, com a finalidade de perceber melhor os “óbices esperados” elaborar uma estratégia adequada para contrapô-los.

Os antecedentes históricos mencionados são as bases da “velha ordem”, fundada ainda em Westfália, em 1648. A “nova ordem” surgiu em 1989 com a drástica alteração da situação vigente na queda do Muro de Berlim e seus desdobramentos: o fim do Pacto de Varsóvia, a democratização do Leste Europeu e a consolidação da Comunidade Econômica Européia, depois denominada de União Européia. Isto fez com que os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão assumissem a liderança nos seu respectivos continentes, disputando poder e influência nas demais áreas do planeta, mantendo a situação multipolar, conforme definida por alguns analistas, como o vice-almirante Armando Vidigal.

No âmbito das relações Norte-Sul o cenário é mais complicado e sombrio, com as perspectivas de relações de força cada vez mais acentuadas em favor do Norte. A Guerra do Golfo exemplificou o amparo político e ideológico que faltava na ordem vigente, institucionalizando o dever de ingerência e o “apartheid” ideológico. Baseando-se na análise de Jean Christopher Rufin, ele aponta a existência dos “novos bárbaros” do Sul segundo a ótica do Norte. A nova ordem terá como problema vital, não mais a afirmação da soberania ou a destruição de uma ideologia rival, mas a administração da interdependência entre os países. A diluição do conceito de soberania vem para facilitar a formação dos blocos econômicos e as organizações de defesa coletiva, levando a pressões de toda sorte sobre o III Mundo na resolução dos problemas internacionais de acordo com os interesses das grandes potências, tais como as drogas, os direitos humanos, a proliferação nuclear, o terrorismo e a poluição ambiental.

A nova ordem tem se consolidado também com a ação de ONGs, de grupos como a Anistia Internacional e dos organismos internacionais como o GATT, Banco Mundial e outros. As implicações da “nova ordem” para o cenário do Atlântico Sul são apresentadas pelo capitão Vasconcellos com base nas reflexões do almirante Ibsem Câmara, do vice-

---

<sup>4</sup> FLORES, Mário C. , *apud* Piastro, 1991.

<sup>5</sup> VASCONCELLOS, Carlos Alberto B., *O Atlântico Sul e a Ordem Internacional*, EGN, 1992, digit.

almirante Vidigal, de Hélio Jaguaribe e de Roberto Campos. Para Ibsem Câmara, dos anos 80 até o final do século XX, seriam esboçadas com nitidez, as perspectivas do distanciamento entre os países ricos e os países pobres dado que aumentaria a crise energética, a explosão demográfica e a desordem econômica. O advento da “nova ordem” antecipou esta situação prevista. Cada vez mais existe o distanciamento entre ambos os conjuntos de países, agravado com o protecionismo, o endividamento, a competição ideológica etc. A visão de Hélio Jaguaribe tem validade para Vasconcellos por causa de sua análise que contempla a situação de “assimetria estrutural” entre os países desenvolvidos do Norte e os subdesenvolvidos do Sul. Esta assimetria está consignada no “garrote econômico” realizado pelo sistema financeiro internacional, pelo FMI e pelo GATT. No caso do vice-almirante Armando Vidigal, este enfatizou o “apartheid tecnológico”, por causa do não acesso às tecnologias sensíveis do Primeiro Mundo, sobretudo para fins militares. Isto configura a situação representativa o neoliberalismo baseado na dependência tecnológica. O economista Roberto Campos é considerado por Vasconcellos ao afirmar que a administração da interdependência é o problema vital da “nova ordem”, onde deve passar a vigorar um conceito de soberania relativa, conforme foi dito em Maastrich por Miterrand no ano de 1991.

Em suma, para Vasconcellos, dentre os postulados da “nova ordem”, a sugestão da redução de soberania reforça o princípio do dever de ingerência e ressuscita o intervencionismo colonial do século XIX, caracterizando um tipo de “política de canhoneiras do século XXI”.

O tráfico e o consumo de drogas é um dos temas que melhor exemplificam a relação entre os ricos e os pobres. No caso do Atlântico Sul, isto ainda não assumiu contornos transnacionais porque os principais produtores não se encontram nesta área do continente americano e africano. Mas, a preocupação persiste em função das diretrizes estabelecidas no Norte para acabar com a produção e a lavagem de dinheiro, muito mais quando o aparato policial dos países produtores de droga é insuficiente para dar cabo de tal tarefa. Isto leva às pressões para que as Forças Armadas sejam utilizadas juntamente com o auxílio “técnico” de pessoal estrangeiro, podendo evoluir para a intervenção militar. Outro tema importante para este oficial no cenário do Atlântico Sul tem a ver com o meio ambiente. Ele reveste-se de importância fundamental por causa da conservação das florestas tropicais,

uma vez que este oceano as possui em ambas as margens, principalmente, na margem brasileira com a Amazônia. O problema básico aqui é o dilema entre a preservação e o desenvolvimento, o que já gerou muito romantismo e histeria no trato do assunto questão. Vasconcellos nota que a superação deste dilema veio com a adoção da tese do desenvolvimento sustentado. A realização da Rio-92 teve o mérito de reduzir a tese do “patrimônio da humanidade” a níveis baixos, uma vez que ela trazia consigo a ameaça do dever de ingerência.

As implicações de ordem estratégica são entendidas, para Vasconcellos, segundo o contra-almirante Caminha, onde reinam as ações raciocinadas que interferem na busca dos objetivos. O Atlântico Sul é uma área geográfica de interesse estratégico. Para Caminha esta parte do oceano é um grande vazio de poder. Outro nome citado é o Almirante Emilio Sacchetti, que define área de interesse estratégico é aquela que é suficiente para levar as nações a empregarem a força para consecução de seus interesses, apresentando-se, assim, como palco de antagonismo.<sup>6</sup>

O Atlântico Sul está marginalizado estrategicamente por conta de fatores geográficos (grande distância dos pólos de poder) e econômicos (pequena participação dos fluxos do comércio internacional). Mas, esta situação só foi plenamente verdadeira até os anos 70, pois em 1975, em Maputo, houve um aumento da presença militar soviética. Ela cresceu ainda mais a partir de 80 por causa da situação criada com a intervenção cubana em Angola e da Namíbia pelos sul-africanos. Nesta ocasião, a URSS buscava os minerais estratégicos, segundo o comandante Cauteau-Béjaire. Por isso, em 1985 houve uma patrulha de submarinos com mísseis de longo alcance. De todo modo, o Atlântico Sul se tornou um fantástico reservatório de matérias primas para as potências ocidentais e uma área de expansão econômica e cultural sem a qual o mundo norte-americano estaria asfixiado. Por esta razão, os Estados Unidos mantêm bases nas ilhas de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, para o controle do continente antártico, da rota do Cabo entre os Estados Unidos e Santos e das Ilhas Malvinas e Geórgias do Sul. Estes exemplos são sinônimo da importância do Atlântico Sul para as linhas de manutenção marítima, o aproveitamento dos recursos naturais e das vulnerabilidades vindas do mar.

---

<sup>6</sup> CAMINHA, João C. *Apontamentos de Estratégia... op. cit.*

Em 1982 a Conferência da ONU Sobre os Direitos do Mar, na Jamaica, criou as ZEE para a exploração e exploração do mar. Infelizmente, na atualidade, a capacidade militar e econômica dos países sul-americanos é inferior ao que seria considerado necessário para exercer controle efetivo sobre as águas da região. Isto leva a pensar no poder dos países ricos e a sua ingerência política nos países do Terceiro Mundo, baseados nos conceitos de: a) deterrência - deve ser exercida em áreas-chave nas quais os Estados Unidos apresentam alguma vulnerabilidade quanto ao comércio e matérias primas vitais; deve ser também usada pelos países aliados, como a Coréia do Sul e Israel; b) presença avançada e respostas de crise - ações complementares e interdependentes, que consiste em manter pequenos grupos-tarefa de forças navais próximas às áreas de potencial capacidade de crises. Estas podem operar em conjunto com forças aliadas e grupos de batalha sob o comando de navios-aeródromos em cruzeiros ao longo do planeta; c) reconstituição - é um conceito até e como fruto da necessidade conjuntural então inédito na estrutura militar dos Estados Unidos. Significa uma postura preventiva decorrente das incertezas oriundas dos problemas pós-URSS, substituída pela Comunidade de Estados Independentes (CEI), que mantinha a máquina militar anterior.

Estes conceitos foram aludidos pelo então presidente dos Estados Unidos, George Bush, em nome dos quais o Poder Naval tem que se adaptar e estar preparado. É possível que nas próximas décadas, o país tenha que enfrentar uma “força de contingência” atuando em nome da “estabilidade regional” para justificar a sua relutância em se subordinar aos interesses da comunidade internacional. A idéia de que o Atlântico Sul seja uma ZPCAS poderá não descartar a intromissão norte-americana nos interesses das nações sul-atlânticas. Os esforços dos países através da iniciativa do governo Sarney na ONU em 1982, tiveram ampla adesão, mas os Estados Unidos foram o único voto contrário, justificando a sua postura em função do risco às restrições ao livre acesso naval e às atividades marítimas.

Vasconcellos novamente cita Caminha, ao afirmar que o documento reflete a postura diplomática brasileira da época, ao mesmo tempo pragmática e idealista. O professor Alberto Mourão também é lembrado ao avaliar o documento como um processo, com grandes possibilidades de vir a se tornar uma figura do Direito Internacional Público, e não uma utopia. O almirante Flores também é citado por considerar o documento como

“maduro ético-político e útil para ajudar a inibir, ou, pelos menos, não ampliar a presença das superpotências na região e a longo prazo, incrementar o desenvolvimento” .

Hoje, o Atlântico Sul sofre a ameaça da intervenção internacional, sem suficiente capacidade dos documentos e resoluções para evitá-la. No entanto, Vasconcellos acredita que eles poderão servir para reduzir, ou anular, uma possível legitimidade concedida pelo Conselho de Segurança da ONU. Para isso, é necessário considerar o conceito estratégico brasileiro, que passou pelas situações de bipolaridade da Guerra Fria, construiu o Projeto de Fragatas a partir de 1972 em nome das perspectivas de mudanças e adotou o “pragmatismo responsável” a partir de 1974. Atualmente, é preciso considerar o ambiente de multipolaridade, segundo o que foi assinalado por Vidigal, além das novas ameaças e identificar as nossas vulnerabilidades conjugadas ao interesse nacional. O preparo e o emprego naval deverá seguir o caminho da paz, mas este só será mantido se existir uma capacidade dissuasória poderosa o bastante para superar as vulnerabilidades.

Deste modo, o emprego do Poder Naval deverá ser conduzido a aumentar tal capacidade adequada ao cumprimento de sua missão. Aqui as operações conjuntas dos países da América do Sul, intensificando a cooperação militar para aumentar a capacidade dissuasória e diminuir o ônus político de cada país individualmente. Por esta razão, a MB é importante que o preparo se oriente pela: qualidade, eficácia, profissionalização, nacionalização do sistema de armas, construção do submarino nuclear e de meios de superfície (como as corvetas) e meios flutuantes específicos. Adotando este procedimento, a MB poderá permitir-se estacionar em tempo prolongado nas áreas onde qualquer tipo de crise ocorra.

De um modo geral, o tipo de argumentação dos oficiais sobre os interesses do Brasil no Atlântico Sul é de refletir a disposição do país em manter os princípios da Convenção da ONU e considerar o oceano sul-atlântico como ZPCAS, entretanto, as transformações da ordem internacional nas últimas décadas faz com que aumente o grau de instabilidade e das expectativas quanto ao futuro. A bipolaridade da Guerra Fria trazia um clima de relativa tranqüilidade para o Brasil. Com exceção da intervenção cubano-soviética na África, que provocou um tipo de alerta na região, a ameaça mais provável seria a ação da coalizão socialista no tráfego marítimo através de operações submarinas. A outra alternativa de crise estaria relacionada à Argentina. Isto foi descartado a partir do momento em que

ambos os países recusaram a supremacia no domínio nuclear para fins militares e que promoveram maior integração da região com o Paraguai e o Uruguai, originando o Mercosul. Este tipo de associação econômica contribuiria para o aumento do tráfego marítimo regional, estendendo o volume das atribuições do Poder Naval. Com a globalização e a comercialização intra-blocos, tal o volume tenderia a ser maior ainda.

### ***3. A Integração Regional: o Cone Sul da América do Sul***

Para o capitão-de-mar-e-guerra Carlos da Silva Moreira (1995)<sup>7</sup> a emergência do Mercosul é um esforço dos países do Cone Sul para integrar, aumentando o intercâmbio com vistas a torná-lo um empreendimento bem sucedido. Nesta medida, o Poder Marítimo e o Poder Naval terão uma atuação relevante ao longo do tempo. Ele entende que a globalização é ainda um processo indefinido no qual o Brasil e seus vizinhos, vão procurando desenvolver seu processo de integração. Esta situação é descrita pelo oficial como sendo a da “orquestra de um único regente”, que a dirige, mas, marca o compasso com os pés nos bastidores. Nela, os naipes afinam seus instrumentos fazendo seus melhores acordes, mas dissimulando seus medos para o futuro.

O mercado global é uma questão de sobrevivência, onde se delineiam riscos e ameaças, embora haja uma grande revolução nas comunicações, o novo papel dos empresários ao buscar novos espaços de atuação e o novo papel do governo, balizando a economia. Com isso, estamos longe do Fim da História, de Fukuyama, apesar do afastamento do apocalipse nuclear. Porém, não significa dizer que a situação seja tranqüila. As ameaças que se apresentam são, dentre outras: nacionalismo radical, problemas étnicos, disputas territoriais, conflitos regionais, pan-arabismo, anti-semitismo, super-terrorismo, aumento da fome e pobreza.

O capitão Moreira cita Vidigal ao conceber o mundo pós-Guerra Fria, que evoluiu da alta confrontação e baixa instabilidade para a baixa confrontação e a alta instabilidade. A expectativa dos países em desenvolvimento no cenário de incertezas é tentar vencer o abismo entre os países ricos e pobres e o curso da política econômica internacional dada a atuação dos órgãos de comércio e finanças. Por isso, os reflexos para o Brasil envolvem, a

---

<sup>7</sup> MOREIRA, Carlos A. da S., *A Integração do Cone Sul da América do Sul*, EGN, 1995, digit.

busca do fortalecimento do sistema internacional e os destinos do Mercosul, ao possibilitar o desenvolvimento das nossas indústrias, o nosso poder de barganha diante dos outros blocos econômicos e a maior integração dos países da região. Dentro desta realidade, a missão das Forças Armadas envolve riscos e oportunidades. Elas devem cumprir a sua missão constitucional com ênfase nas missões de paz e na dissuasão, cooperando para a integração regional. O Poder Naval deve minimizar o uso da força, enfatizar a dissuasão e promover: o desenvolvimento da consciência marítima, a capacidade de defesa, a capacitação da construção naval nacional, as operações conjuntas com os países do Mercosul, o engajamento nas forças de paz e alcançar o efetivo controle da ZEE.

As possibilidades proporcionadas pelo Mercosul ao Brasil através da projeção de seus interesses internacionais foram também salientadas pelo capitão-de-mar-e-guerra Gabriel José Colmenero Lopes (2000).<sup>8</sup> A seu ver, esta é uma grande oportunidade que deve ser aproveitada como desenvolvimento da Marinha Mercante e do setor de construção e reparos navais. O Brasil precisa tirar proveito desta situação para ampliar suas pretensões econômicas no comércio internacional. Isto pode ser dinamizado mais ainda com a efetivação da possibilidade da formação de um bloco econômico, promovido entre o Mercosul e a União Européia. Tal medida viria a contribuir para diminuir a influência dos Estados Unidos e as suas pretensões hegemônicas com a criação da Alca. Após um período de consolidação e otimismo, seguido de uma fase problemática, cheia de turbulências entre o Brasil e a Argentina, em junho de 2000 houve o que foi chamado de “relançamento do Mercosul” a partir das concessões feitas pelo Brasil em Buenos Aires. O comandante Lopes vê como parceiros fundamentais esses dois países, já que a Bolívia e o Paraguai participam secundariamente e possuem graves dificuldades econômicas. O Uruguai tenta tirar alguma vantagem das disputas entre Brasília e Buenos Aires, assumindo uma posição bastante flexível. Nesta situação, outros países, como o Chile e o México, mantêm entendimentos com o bloco e discutem as propostas de sua ampliação.

Em termos político-estratégicos, Lopes assinala que a maior ameaça seria a desintegração do Mercosul, trazendo instabilidade e impossibilitando que a região possa adquirir projeção internacional. Outras ameaças de origem transnacional à região são

---

<sup>8</sup> LOPES, Gabriel C. , *Mercosul*, EGN, 2000, digit.

consideradas, como o narcotráfico, o contrabando de armas, a situação dos índios e movimentação de grupos terroristas e guerrilheiros. Estas ameaças poderão justificar a redução da soberania dos países sulamericanos da parte dos países-potência dos outros lugares. Além das sanções econômicas promovidas pela formação coesa dos países do Mercosul, Lopes aponta para a dissuasão militar de forma coletiva, por Forças com um dado grau de credibilidade. Estas seriam responsáveis pela segurança das áreas interoceânicas para o oriente e para o ocidente. O quadro se completa com apoio de Forças Terrestres e Aéreas, combinado com um eficiente sistema de vigilância eletrônica e de comunicação.

As pretensões de Brasil de conquistar um assento no Conselho de Segurança da ONU e da Argentina ao buscar uma parceria especial com a OTAN, confirmam as condições de ampliação dos interesses dos principais promotores do Mercosul. Para isto, contribuiria também as participações nas missões de paz da OEA e da ONU. Elas são um dos compromissos vistos como cada vez mais constantes para as Forças da região, ajudando, assim, no preparo militar. Por isso, o intercâmbio e as operações conjuntas entre elas amplia as suas qualificações, mesmo num contexto adverso, onde os gastos militares são contidos pelas dificuldades econômicas existentes.

#### **4. A Antártida e os Interesses Brasileiros**

A Antártida é uma área considerada estratégica para os interesses brasileiros por causa da sua importância como área internacional para pesquisa de recursos minerais, naturais, meio-ambiente e clima, além de sua localização geográfica no extremo sul do planeta. Esta é uma região que, historicamente, tem sido alvo da cobiça internacional desde o século XVII. Hoje em dia, é a pesquisa científica que impulsiona a ação dos países no continente, de acordo com o Tratado da Antártida, estabelecido em Washington. Ao ver do capitão-de-mar-e-guerra Sérgio Caetano de Barros (1988)<sup>9</sup> a pesquisa científica funciona como um manto que esconde interesses econômicos e militares dos países. Assim, o Sistema do Tratado Antártico (SCAR) encaminha a sua atuação de modo intenso para tratar

---

<sup>9</sup> BARROS, Sérgio, C. de, *A Antártica e os Interesses Brasileiros*, EGN, 1988, digit .

do problema do aproveitamento dos recursos da região. O desenvolvimento tecnológico correspondente a este aproveitamento permite que haja melhores condições para que os países pleiteiem os seus interesses. Isto deve ter ficado mais claro a partir da Convenção para a Renegociação para a Exploração Mineral em junho de 1988.

Os interesses do Brasil na Antártida são: políticos – a possibilidade de haver instabilidade regional decorrente dos problemas reivindicatórios dos países envolvidos; científicos – a singularidade da região, por ser um grande laboratório natural para o estudo do clima, da fauna e da flora marítima; estratégicos - a posição privilegiada por causa da confluência de três oceanos, mais os Estreitos de Drake, de Magalhães e o Cabo da Boa Esperança. Tais interesses estão consignados na Política Nacional para os Assuntos Antárticos (POLANTAR) de 1987. O envolvimento do Brasil iniciou-se a partir de 1956 com os artigos de Therezinha de Castro na Revista do Clube Militar, como a preparação para o primeiro acordo geral (AG-I) naquele ano. A adesão do país ao Tratado foi em 1975. A partir daí, várias ações, organizações e eventos foram realizados pelo governo: em 1982 foi criada a Comissão para os Assuntos Antárticos em 1982 e a criação da Comissão para os Assuntos do Mar, que gerou em 1983 o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). A MB participou ativamente deste processo e enviou. No mesmo ano, os navios *Barão de Tefé* e *Professor Besnard*, este pertencente à Universidade de São Paulo (USP). Em 1984 foi instalada a Base Comandante Ferraz, contando com a participação de militares e civis brasileiros.

Neste mesmo ano a Comissão Nacional de Pesquisa Antártica (CNPA), pertencente ao Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tornou-se o comitê oficial brasileiro diante do SCAR. O CNPq passou a controlar o PROANTAR a partir de 1991. Entretanto, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar conta com a presença da MB. A corporação tem uma posição de destaque por causa do empreendimento realizado na criação do PROANTAR e no apoio logístico aos pesquisadores, assim como nos subprogramas de educação e treinamento, formação, capacitação de pessoal e na cooperação internacional. Isto ajuda a adquirir experiência para a adaptação às condições severas do clima frio e mantém ativa a participação brasileira neste setor do plano internacional. De todo modo, o capitão Barros vê com cautela algumas questões referentes à região. O Tratado da Antártida possui características ímpares no

Direito Internacional e apresenta fragilidades, tais como a persistência de reivindicações de soberania de alguns países, as pressões do Terceiro Mundo contra o “exclusivismo” implantado pelos mais ricos, o início das explorações dos recursos minerais da região e o desejo de aplicação das regras da III Conferência para o Direito do Mar na região antártica. A seu ver, houve um “congelamento” das reivindicações territoriais em função das acomodações políticas para a assinatura do Tratado da Antártida, mas, o ponto nevrálgico seria a exploração dos recursos minerais da região, podendo criar uma revisão do Tratado por causa dos interesses econômicos. A seu ver, o Brasil manteve uma estratégia correta, pois os resultados foram considerados positivos. O PROANTAR foi montado realística e gradualmente, de modo coerente com as nossas limitações nos campos científico e econômico. Por isso, a presença do país deve ser mantida em função das potencialidades da região.

O capitão-de-mar-e-guerra Armando Augusto Martins (1989)<sup>10</sup> enfatizou o valor estratégico da Antártida, embora o Atlântico Sul seja visto como área secundária para os interesses dos países do bloco ocidental. Porém, cabe ao Brasil o reforço da cooperação e solidariedade hemisférica para aplicar uma “estratégia de forças” condizente com seus interesses. Neste caso, o comandante Martins vê a Operação UNITAS como o grande exemplo a ser incentivado. A importância do Poder Marítimo e a chamada “consciência de maritimidade” foram aludidas por Maham, na qual os Estados Unidos se baseiam para agir diante dos outros países, especialmente nos tempos da rivalidade com os soviéticos, se prolongando até a década de 80 na disputa pelo domínio nuclear. A partir daí, a deterrência, que visava conter o poderio soviético em nível mais violento com o uso dos submarinos nucleares, passou a ser a tônica. Isto fez com que a USNAVY e as demais Forças reagisse e pudessem criar condições para a realização de uma guerra que fosse, segundo o presidente Reagan: global, convencional e prolongada.

O Atlântico Sul é importante para os Estados Unidos por sua localização estratégica, mais do que por seu valor econômico. A OTAN se responsabiliza pela segurança até o Trópico de Câncer. Contudo, Martins argumenta que não se pode negar a importância dos seus mares para a comunicação e o tráfego marítimo. Os próprios Estados Unidos se

---

<sup>10</sup> MARTINS, Armando A., *A Antártica e os Interesses Brasileiros*, EGN, 1989, digit.

interessam pelos produtos que passam pela Rota do Cabo (matérias-primas, petróleo, minerais estratégicos e alimentos). Entretanto, este país presta atenção à possibilidade do soerguimento soviético após a Perestroika e a Glasnost, entendido por Martins como uma estratégia para ganhar tempo e disputar a supremacia mundial com os norte-americanos. Para manter as sua influência, os Estados Unidos fazem um esforço de reaproximação após os ressentimentos gerados por seu apoio à Inglaterra na Guerra das Malvinas. No caso do Brasil, os canais estão abertos, no campo militar, pelas operações e exercícios bilaterais, como o FLEETEX, a UNITAS e o OCEAN VENTURE. Por isso, é um engano pensar que os norte-americanos não dão importância à UNITAS, como instrumento de política externa e possibilidade de atendimento de sua estratégia global. A MB deve seguir o grande exemplo da OTAN e da USNAVY em especial. Não é demais lembrar que na Segunda Guerra Mundial, as duas Marinhas trabalharam juntas, com o Brasil fazendo o serviço de escolta e apoio. Hoje em dia, a UNITAS é o grande veículo para a integração entre ambas. Há três objetivos político-estratégicos no Atlântico Sul a serem perseguidos pelos brasileiros: a manutenção, proteção e controle do tráfego marítimo, a manutenção da paz e da estabilidade da região e por fim, a defesa da soberania dos países costeiros. Dos vinte e cinco países banhados pelo Atlântico Sul, somente três deles possuem Marinhas de relevo regional: Brasil, Argentina e África do Sul. Daí é importante que a estratégia brasileira manifeste adequadamente os interesses nacionais na região.

Insistindo no valor estratégico da região antártica para o Brasil, o capitão-de-mar-e-guerra Delcio Machado de Lima (1991)<sup>11</sup> enfatizou também o fator econômico, político, científico e ambiental como essenciais para a consecução dos objetivos dos países. O Brasil reúne algumas condições favoráveis, tais como: a proximidade com a Antártida, a contigüidade desta com a América do Sul, as linhas de comunicação marítima (Rota do Cabo), a influência sobre o clima do país e a capacidade do país de atuar fora das fronteiras nacionais. As perspectivas nacionais nesta região se referem à exploração de recursos naturais, não-militarização do continente, a manutenção da paz e da cooperação internacional e o apoio e fortalecimento do Sistema de Tratado Antártico (STA). Cabe à MB ajudar a efetivar os objetivos da POLANTAR e a promover maior responsabilidade do país com o PROANTAR.

---

<sup>11</sup> LIMA, Delcio M. de, *O Oceano Atlântico e Seu Valor Para o Brasil*, EGN, 1991, digit.

A resposta do capitão-de-mar-e-guerra Fernando Marinho Mattos (1992)<sup>12</sup> em relação aos interesses nacionais na Antártida difere um pouco dos seus antecessores por caracterizar mais especificamente a atuação propriamente militar-naval na Antártida a partir de seu valor estratégico. Com a possibilidade da posse do submarino nuclear pelo Brasil, a pesquisa oceanográfica, principalmente a acústica submarina é um conhecimento importante a ser valorizado. Outros conhecimentos relacionados com a oceanografia biológica e geológica, da geofísica marinha e do clima relacionando os oceanos à atmosfera e à terra, são vistos por este oficial como muito valiosos para a eficaz utilização das águas austrais. A atuação da MB poderá ser na área subantártica, em proximidade de algumas ilhas próximas da Rota do Cabo. Mas, o problema é que elas têm sido alvo da cobiça de alguns países através de crescentes manifestações militares. Outro agravante é a situação mundial pós-91, que trouxe a fragmentação do Leste Europeu, o fundamentalismo islâmico, os novos conflitos regionais etc. Também para o comandante Mattos, o que caberia ao Brasil considerar os aspectos levantados por seu colega, conforme dito anteriormente (Lima, 1991).

O comandante Aloisio Marques da Cunha (1997)<sup>13</sup> corrobora as abordagens anteriores em relação aos objetivos e perspectivas nacionais na Antártida. Ele faz uma retrospectiva histórica extensa onde ressalta o fato de que o Brasil apresentou protesto por não ter sido convidado para a Conferência de Washington, em 1959. Isto gerou uma disposição política no país, que resultou no esforço de seu reconhecimento na comunidade internacional. A tentativa foi bem sucedida a ponto do país aderir ao Tratado em 1975 e ser aceito como membro consultivo em 1983. Ao longo do tempo, o relacionamento entre os países na questão da Antártida evoluiu do predomínio da mentalidade político-militar, para um novo delineamento de um desenvolvimento ecologicamente sustentado no atual contexto de globalização. A partir de então, a perspectiva político-econômica passou a ganhar proeminência.

Para o capitão Cunha, a tradição científica marítima brasileira credenciou o país para o Conselho Consultivo através da participação da MB: no Ano Geofísico Internacional, 1957-1958, na ocupação da ilha de Trindade, na pesquisa oceanográfica do

---

<sup>12</sup> MATTOS, Fernando M., *O Oceano Atlântico e Seu Valor Para o Brasil*, EGN, 1992, digit.

<sup>13</sup> CUNHA, Aloisio M. da, *A Importância Estratégica dos Mares Antárticos para o Brasil*, EGN, 1997, digit.

triângulo Cabo Frio-Trindade-Abrolhos para a exploração pesqueira e na pesquisa oceanometereológica entre Cabo Frio e Chuí.<sup>14</sup> Outra peculiaridade da abordagem de Cunha é admitir que a corrida espacial entre as superpotências tirou parte da importância da Antártida no cenário mundial, mas a sua valorização se pautou por duas teses distintas ao longo do tempo: a tese territorialista – busca a anexação territorial para a pesquisa científica e o investimento econômico. O Brasil não se alinha a esta posição; a tese internacionalista – busca atrair a região comum de atuação da Carta da ONU, negando ou neutralizando o Tratado da Antártida. O Brasil também não se alinha a esta posição, pois respeita e defende a adesão ao Tratado e seu sistema jurídico.<sup>15</sup>

Cunha assinala que a internacionalização proposta é restritiva e desfavorável, correndo o risco de se transformar em um “condomínio de poderosos”. A postura da tese territorialista é também inaceitável porque inibe a participação da comunidade internacional. Assim, é necessário, a seu ver, uma superação das perspectivas no cenário internacional, atualizando as teses de ocupação e exploração da Antártida. A seu ver, as letras no papel podem não garantir uma zona de neutralidade e paz, embora sejam do amparo legal para tratar das questões da ocupação do território e dos mares antárticos. O Tratado da Antártida foi uma solução excludente à internacionalização e uma solução conciliatória por causa das diferentes reivindicações territoriais, o que permitiu instituir uma situação de cooperação compartilhada em nome do desenvolvimento sustentado. Neste sentido, as tarefas do Poder Marítimo e do Poder Naval brasileiro devem ser desenvolvidas considerando os interesses nacionais e as peculiaridades da nova ordem internacional, que se pauta pela formação dos megablocos que proporcionam a integração entre os países para além das fronteiras geofísicas, e pelas mudanças de paradigmas em nome das transformações tecnológicas e da evolução do poder aeroespacial.

## **5. A Guerra das Malvinas**

As implicações do conflito das Malvinas, ocorrido entre a Inglaterra e a Argentina e as suas repercussões para o Brasil foram descritas pelo capitão-de-mar-e-guerra Alberto do

---

<sup>14</sup> Estes pontos encontram-se da Região Nordeste à Região Sul, perfazendo aproximadamente metade do litoral brasileiro.

<sup>15</sup> Isto é dito em nome da postura coerente com a tradição histórica do Brasil e sua política externa.

Valle R. de Almeida (1985).<sup>16</sup> Ele assinalou que tais implicações foram do tipo político e bélico e envolveram a OTAN, a Comunidade Econômica Européia, a ONU e o Sistema Interamericano em geral. De maneira específica, o conflito afetou as relações entre os Estados Unidos e a América Latina e mexeu profundamente na política interna argentina.

Como se sabe, os países membros da OEA ficaram do lado da Argentina, exceto os de língua inglesa. A posição do Brasil foi de apoio aos argentinos em nome da estabilidade política no continente e das boas relações com este país. Neste sentido, a política externa brasileira procurou atuar na busca de uma situação pacífica, negociando para que não houvesse uma derrota humilhante para a Argentina, o que não ocorreu de imediato. A tradicional neutralidade e pacifismo do Brasil foram deixados de lado em parte, sustentando a legitimidade do pleito argentino, em nome da integração continental, da identificação com as aspirações dos países do Terceiro Mundo e do acordo estabelecido pelo TIAR. Na avaliação de Almeida, o Brasil se portou de acordo com os seus princípios de modo coerente, sem pretender se confundir ou se aproveitar da situação.

As repercussões da guerra na Argentina foram a de surpresa e protesto com a mudança da posição norte-americana ao mesmo tempo em que forma empreendidos esforços paralelos para manter os vínculos com Washington e a queda do regime ditatorial-militar neste país. Para a América Latina, houve: o desestímulo às tentativas belicistas no continente, como no caso do Peru, Equador, Venezuela, Bolívia e o enfraquecimento do TIAR. Apesar de tudo, o sistema latino-americano é solidário e a OEA tentou contornar a influência negativa. As Malvinas ainda são importantes estrategicamente para a Argentina, que, mesmo derrotada, não desistiu de suas pretensões sobre as ilhas, não declarando o fim das hostilidades até então. Da parte dos britânicos, o desfecho da crise foi o restabelecimento das relações normais com a Argentina após a manutenção dos interesses dos habitantes das ilhas e do governo.

O capitão Almeida assinala, então, as lições diplomáticas aprendidas: 1) os países do Terceiro Mundo possuem boas relações com os do Primeiro Mundo, mas, há limites estipulados pelas grandes potências. Elas mantêm entre si relações especiais que são consideradas mais importantes, como no exemplo entre os Estados Unidos e a Inglaterra; 2)

---

<sup>16</sup> ALMEIDA, Alberto do V., *A Lição Diplomática da Guerra das Malvinas*, EGN, 1986, digit .

A URSS, apesar de ser uma superpotência, e possuir interesses globais, não se envolveu na crise; 3) a mobilização argentina para a guerra não teve a participação da população em geral, como inicialmente era de se esperar; 4) os argentinos supuseram erroneamente que os seus inimigos eram somente os ingleses; 5) a Inglaterra conscientizou-se do risco de ataque iminente das ilhas, o que só foi debelado com a ajuda norte-americana; 6) a democracia na Argentina não se consolidou apesar do fim da guerra, tendo em vista as posteriores ações de militares rebeldes; 7) houve um fortalecimento dos laços entre os Estados Unidos e a Inglaterra; 8) a atuação da ONU foi precária; 9) a situação de guerra envolve altos custos políticos e bélicos, mesmo quando existe disparidade entre o poder militar dos beligerantes; 10) a atuação dos norte-americanos pôs em risco a ampliação do conflito através de uma possível reação dos latino-americanos.

Olhando para estes ensinamentos, o Brasil deveria: a) buscar o estímulo do reatamento entre os dois países combatentes; b) estar atento à evolução das Forças Armadas argentinas; c) fortalecer a OEA e o TIAR e d) buscar uma cooperação igualitária com os Estados Unidos. Enfim, para Almeida, existia uma atmosfera de “individualismo pragmático” dos países no cenário internacional. Estes participam proporcionalmente aos seus poderes político-militares. Por isso o Brasil devia se manter cuidadoso, pois o seu poder militar já deixava a desejar como braço armado da diplomacia nesta ocasião.

O capitão-de-mar-e-guerra Ronaldo da Silva (1985) <sup>17</sup> apontou, igualmente, as deficiências das Forças Armadas argentinas neste mesmo conflito. No seu entendimento descreveu a falta de unidade de comando, a precariedade e a obsolescência de material bélico e a inadequabilidade da avaliação sobre as possibilidades de ação do inimigo. A bem da verdade ele afirma que, ainda teria que passar algumas décadas para que toda a verdade suba à tona; o próprio material disponível em publicações gerais e específicas ainda era precário. O comandante Silva nota que a atuação dos militares argentinos que enfrentaram um complexo campo das unidades de comando onde havia mudanças constantes, assim como dificuldades políticas internas. Outros fatores foram a dificuldade de execução do apoio aeronaval partido de terra, a impossibilidade da Armada de se fazer ao mar, a situação inexplicável de isolacionismo da Força Aérea, além da avaliação inadequada do inimigo e dos problemas de material defasado. As conclusões deste oficial ressaltam as

características da guerra moderna e a necessidade de integração entre as Forças Armadas através de seu emprego conjunto e combinado. Estes procedimentos ajudariam a pensar melhor a doutrina de emprego, adequada às necessidades da situação e a desenvolver um sistema mais aperfeiçoado de informações sobre o inimigo. Assim, a definição de uma doutrina militar, a nacionalização do equipamento, a busca de auto-suficiência e modernização das Forças Armadas são objetivos a serem alcançados pela Argentina. O Brasil poderia também aprender com este diagnóstico, dada a finalidade de se preparar melhor para alguma crise político-estratégica no futuro.

Ao ver do capitão-de-mar-e-guerra Cláudio Maurício M. dos Santos (1986)<sup>18</sup> a Argentina assumiu uma posição inflexível, na qual só admitiu a retirada de suas tropas com o reconhecimento, *a priori*, do governo britânico, de sua soberania nas ilhas. Os argentinos não esperavam que a reação britânica chegasse aos extremos de um conflito armado. Baseado na argumentação do almirante Flores, o comandante Santos arrolou os ensinamentos mais significativos desta situação (assim como o fizera o capitão Almeida). Eles demonstraram que: a) os Estados Unidos atribuíram uma prevalência da OTAN sobre o TIAR; b) a ONU, a OEA e o TIAR foram impotentes para resolver questões relativas aos interesses de uma grande potência; c) reforçou a aliança alglo-americana; d) aumentou a desconfiança dos países latino-americanos em relação aos Estados Unidos; e) dificultou o diálogo Norte-Sul; d) desestimulou disputas oriundas de processos de descolonização pela força e f) permitiu que o Brasil elevasse o seu prestígio no cenário mundial com os princípios e a postura que adotou na ocasião.

## 6. O Atlântico Sul e África

A importância estratégica do Atlântico Sul e os interesses dos países da região e dos extra-regionais, acerca do uso do mar em termos econômicos e estratégicos, foi também feita pelo capitão-de-mar-e-guerra José Ascâneo Leão (1988).<sup>19</sup> Em sua abordagem, o Brasil possui uma natural vocação marítima por causa de suas condições geográficas, com a

---

<sup>17</sup> SILVA, Ronaldo da , Os Interesses Marítimos Brasileiros e a III Conferência dos Direitos do Mar, EGN, 1986, digit .

<sup>18</sup> SANTOS, Cláudio M. M dos, *A Lição Diplomática da Guerra das Malvinas* , EGN, 1986, digit .

<sup>19</sup> LEÃO, José A . *Os Interesses Regionais e Extrarregionais no Atlântico Sul*, EGN, 1988, digit.

sua projeção para o Leste até o continente africano, principalmente por causa do promontório do Nordeste brasileiro. A meio caminho das duas porções de terra, passa boa parte da produção petrolífera e das mercadorias manufaturadas ou *in natura*, que são embarcadas nos navios, que cruzam os mares do sul, vindos do Oriente Médio da Ásia e da costa oriental da África. Por isso, o estabelecimento da III Conferência dos Direitos do Mar e da ZPCAS, foi fundamental para a manutenção do bom relacionamento com os outros países. A característica da política externa brasileira de intensificação dos laços com os países do Terceiro Mundo aponta para o relacionamento promissor no que diz respeito à África, segundo Leão. Embora não tenha interesses hegemônicos na região, devemos ter alguma influência econômica, política e cultural, aproveitando o contexto de desmilitarização do continente a partir da década de 80. Com a sua política de aproximação, o Brasil já vem conseguindo sucesso em manter um intercâmbio com os povos do continente. Mas é importante adotar uma política externa que seja firme e se vincule a um poder naval compatível com as necessidades e interesses do país podendo corresponder adequadamente no momento em que for necessário.

Fora da região do Atlântico Sul, alguns países que se imiscuíram ao longo do tempo neste cenário, como as superpotências em disputa no período de Guerra Fria e as suas disputas hegemônicas. Potências de menor porte, como a França e Inglaterra, também se estabeleceram historicamente. A primeira, mantendo uma relação cordial com as ex-colônias, a segunda manifestando maiores interesses político-estratégicos, como na disputa pelas ilhas Falklands / Malvinas e nas instalações nas ilhas de Ascensão e Tristão da Cunha.

Mas a estratégia naval brasileira em relação a todos os países é adotar o pacifismo. Com o fim do “apartheid” na África do Sul e da intervenção na Namíbia, a paz na região poderá ser estabilizada. O Brasil adotou uma postura histórica de atender às necessidades norte-americanas e proteger o tráfego marítimo. No entanto, a MB vem procurando seguir o seu próprio caminho, adotando uma estratégia que emprega o poder naval em consonância com os objetivos nacionais no cenário limitado ao conflito no Atlântico Sul através do reconhecimento da incapacidade do engajamento em uma guerra de grandes proporções.

Segundo Leão, ao limitar a hipótese de guerra a esta porção do Oceano Atlântico, o Brasil reconhece que não é a África, mas a Argentina que representa a sua maior probabilidade, embora tenha havido a diminuição de tensões e que após a guerra pela

disputa das ilhas antárticas este país tenha a superioridade em termos do poder naval e aeroespacial. É por isso que este comandante defende a tese da capacitação aeronaval, com um navio-aeródromo de ataque com aviação embarcada, de meios de minagem defensiva e ofensiva, porque a FAB não teria condições de prover proteção à Força Naval. Isto é uma deficiência que o país tem que considerar para fazer com que o Poder Naval tenha condições ofensivas, caso os objetivos nacionais determinem.

## *7. O Relacionamento Brasil-Estados Unidos*

A política Naval dos Estados Unidos para a América do Sul foi mencionada pelo capitão-de-mar-e-guerra da USNAVY John Albert Nash (1986) <sup>20</sup> desde os tempos da pirataria, da escravatura, das explorações e do ciclo de produtos agrícolas, como o açúcar, o café, a borracha e dos minerais, como o ouro. Na atualidade houve questões de disputa territorial na América do Sul, da indústria bélica brasileira e dos conflitos político-ideológicos na África. Segundo Nash, o Oceano Atlântico no Hemisfério Sul tem uma importância significativa por causa do tráfego marítimo, do tamanho das Marinhas da região, da relação com os Estados Unidos pós-Malvinas e das matérias-primas que este país precisa. Na possibilidade de um confronto com a então URSS, o Atlântico Sul ocuparia uma posição-chave.

Pri isso, o Brasil com a Argentina possuem um papel importante para os Estados Unidos por causa da posse de 90% da costa sulamericana e do tráfego marítimo intenso entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Citando o almirante Caminha, Nash conclui que boa parte dos interesses norte-americanos e soviéticos transitava pela costa brasileira. É certo que o Brasil tem divergências com os Estados Unidos no campo militar apesar de ser um aliado político-ideológico no cenário internacional no período da Guerra Fria.

Analisando os interesses políticos e econômicos das superpotências na América do Sul, o capitão-de-mar-e-guerra Vicente da Costa Aroeira Neves (1987) <sup>21</sup> viu o grande interesse dos Estados Unidos na América Central e na América do Sul. Após a Segunda Guerra, ocorreram fatos significativos, como a transformação econômica no Brasil e na

---

<sup>20</sup> NASH, John A ., *A Política Naval dos Estados Unidos para o Atlântico Sul* , EGN, 1986, digit .

<sup>21</sup> NEVES, Vicente C. A ., *A Capacidade de Projeção de Poder Extracontinental no Atlântico Sul*, EGN, 1987, digit .

Argentina, o choque do petróleo, o isolamento cubano, a guerrilha de El Salvador e Nicarágua e a questão da soberania na Zona do Canal. Como já mencionado por outro oficial, ele ressalta que o Brasil arrefeceu o seu entusiasmo de aliado histórico com os Estados Unidos, sobretudo após a denúncia do acordo militar de 1977. Entretanto, a posição brasileira poderia vir a ser valorizada caso houvesse alguma instabilidade na região.

É certo que a posição dos Estados Unidos ficou debilitada com a crise das Malvinas, principalmente com a Argentina, deixando ressentimento nos países latino-americanos, mas havia a presença de outras potências no Atlântico Sul, como a França, a Espanha a Inglaterra e a ex-URSS. Como se sabe, a estratégia naval dos Estados Unidos, desde a Doutrina Monroe, é a de ser o guardião do hemisfério, o que foi evoluindo ao longo do tempo até a Guerra Fria ao conter o expansionismo soviético e manter a paz na região. O capitão Neves também é dos que apontam para o lugar privilegiado do Brasil em negociar qualquer acordo político-militar com os Estados Unidos, por causa de sua condição de ser maior que os demais países. Mas a Argentina e a África do Sul também possuem grande importância estratégica, dada a sua localização e o tamanho de suas Marinhas. Não fosse a dívida externa e o impacto que elas causam nestas Marinhas, certamente haveria maiores condições para o seu treinamento e a construção de meios navais. Sobre isto o oficial também considera o fato de que a MB está crescendo, dentro de limitações e possui planos para o futuro, como o submarino de propulsão nuclear e a aviação embarcada de ataque, apesar do país ser promotor da ZPCAS.

Enfim, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos continuam boas e cooperativas, apesar dele admitir as divergências existentes. Ambos os países devem investir na ZPACS, mesmo com a clara prioridade dos Estados Unidos no Atlântico Norte. O aumento do interesse na promoção da paz no hemisfério poderia motivar as ações entre os países, mesmo com as dificuldades político-ideológicas causadas pela presença cubano soviética na África e as dificuldades econômicas do Brasil e seus vizinhos.

A história das relações com os Estados Unidos foi descrita por José Luis Ramos de Azevedo (1988)<sup>22</sup>, desde a Independência brasileira. Este oficial também não vê motivos de grandes discordâncias, salvo se o Brasil vier a conseguir mais independência na tecnologia nuclear, o que sempre foi tentado vedar pelos Estados Unidos. As perspectivas

eram mais sombrias no passado, sendo mudadas na década de 80 com o posicionamento de ambos os países em reatar o acordo militar, combinando a transferência de tecnologia “de forma ampla e aceitável”, observados os princípios de segurança. Desde que haja o respeito à soberania e defesa dos interesses nacionais, a bela retórica sobre tal relacionamento poderá ser efetivada verdadeiramente. O comandante Azevedo lembra que no passado a aproximação entre o Brasil e a Europa na década de 70 e 80 foi benéfica para a MB e seu plano de capacitação, permitindo ainda a nacionalização de parte considerável da construção e reparo naval.

O capitão de-mar-e-guerra Rui da Fonseca Elia (1990)<sup>23</sup> aborda igualmente a história das relações com os Estados Unidos acrescentando que na atualidade, a segurança estratégica se baseou na “política de contenção” através da OTAN e do TIAR, referida aqui por Flores. Coube, então, às Marinhas da região, a cooperação associada a esta estratégia, pois os Estados Unidos vêm as Forças Armadas da América Latina como instrumentos de sua política, como no caso do combate ao MCI com os Exércitos e promovendo a estabilidade entre os países com as demais Forças Armadas. As tendências e expectativas aumentaram mais ainda com o processo de transformações econômicas com a formação de blocos econômicos, como o Nafta e a possibilidade da Alca, que comporta o risco de reviver a Doutrina Monroe. A melhor saída é a maior valorização da América Latina por suas próprias elites. O comandante Elia lembra Hélio Jaguaribe ao alertar sobre as mudanças de importância relativa na situação política mundial, onde existe a transformação do plano político-militar para o econômico-tecnológico. Isto leva o país a meditar sobre as perspectivas quanto ao futuro.

## **8. A Nova Ordem Internacional**

A nova ordem internacional e as transformações ocorridas no campo político-estratégico no limiar de um novo século, apresentam uma quantidade importante de conflitos globais, revoluções sociais, genocídios, problemas ecológicos, a derrocada de ideologias políticas, questões de armamentos nucleares, aproveitamento do espaço extraterrestre etc, segundo o registro feito pelo capitão-de-mar-e-guerra João Alberto

---

<sup>22</sup> AZEVEDO, José L. R. de, *O Brasil e os Estados Unidos*, EGN, 1988, digit.

<sup>23</sup> ELLIA, Rui da F., *A Política Norte Americana para os Países da América Latina*, EGN, 1990, digit.

Sant'Anna Sampaio (1992).<sup>24</sup> Assim, o mundo necessita definir novos parâmetros de relacionamento entre as nações a partir da mudança do eixo Leste-Oeste para o eixo Norte-Sul, pois há grande perplexidade e dificuldades dos líderes mundiais de encetar o rumo para os seus países, no campo interno e externo.

Com a bipolaridade em declínio, após as mudanças no Leste Europeu, deve ser notado o crescimento do Japão com a emergência da sociedade de serviços e da indústria do conhecimento, causando a exportação de fábricas para outros países de mão de obra mais barata. O crescimento e a importância deste país aumentou em termos econômicos e militares, com uma força de 246 mil homens e um grande orçamento militar, apesar das restrições impostas após a Segunda Guerra Mundial. Para Sampaio a presença e a atuação da OTAN também é relevante para a situação atual. A sua reorientação estratégica a partir de 1987, não necessariamente trouxe segurança para a Europa, segundo o general J. Galvin, ex-comandante supremo da organização. Deste modo, a criação do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte em 1991, passou a discutir a integração daqueles que foram inimigos no passado, visando impedir conflitos nacionalistas. A possibilidade da participação de outros países leva em conta as mudanças dos mecanismos de alianças, os recursos financeiros, o envolvimento possível da OTAN em conflitos no Leste, as possíveis discordâncias entre os membros etc. A OTAN pode, estatutariamente, intervir em crises dentro e fora da Europa, desde que haja ameaça aos interesses dos seus Estados-membros. Sampaio assinala que a realidade dos países de Terceiro Mundo apresenta desníveis consideráveis na sua composição social. A sua relação com os países do Primeiro Mundo passa atualmente de forma necessária pela revolução científico-tecnológica, microeletrônica, biotecnologia, química fina, robótica, telemática e o aproveitamento das fontes de energia. Esta situação causa um escalonamento entre os países: os de alta tecnologia, os intermediários e os de baixo padrão tecnológico. Isto se diferencia um pouco da situação passada, onde o Terceiro Mundo se beneficiava de vantagens fundamentais, como por exemplo, a mão de obra barata e a abundância de matérias-primas.

No campo político a relação é também complexa, pois o apoio a regimes democráticos pelo Primeiro Mundo é relativo, conforme ocorreu no caso da Argélia em

---

<sup>24</sup> SAMPAIO, João A. S. , *A Ordem Internacional*, EGN, 1992, digit.

1992, quando um movimento militar abortou eleições livres que colocaria fundamentalistas islâmicos no poder; neste caso, o apoio do Primeiro Mundo foi flagrante. A Guerra do Golfo também demonstrou a possibilidade de confronto. Somam-se a isso, a questão ecológica e a explosão demográfica que qualificam a degradação das relações entre os dois blocos de países.

O Brasil está no meio desta situação, mantendo as suas esperanças de alcançar o nível mais alto, desde que os obstáculos internos e externos possam ser removidos. Para Sampaio há fatores condicionantes, tais como: a modernização do Estado, o acesso às novas tecnologias, a reforma do sistema educacional, o investimento em pesquisa, a consolidação da democracia e as adequadas ações de política externa. Somente superando tais problemas o país poderá tráfegar no trilho mais veloz e tornar-se importante no cenário internacional.

### ***9. A Guerra e a Estratégia Naval Brasileira***

A essência da guerra foi comentada por Fernando Afonso Wanderley Frisco (1992)<sup>25</sup> baseada nas concepções clausewitizianas. Este capitão-de-mar-e-guerra, afirma ser a lei do mais forte o princípio que rege as relações internacionais, apoiadas nos instrumentos da diplomacia e da estratégia. O Brasil poderá adotar um conceito político-estratégico que contemple esta característica para a sua política exterior e, ainda, que o faça também em relação aos “valores éticos”, em termos da mobilização da sua população e por conta da importância dos elementos psicológicos. As relações entre a política e a guerra, a influência da guerra absoluta na estratégia, os valores éticos dos objetivos políticos e o lugar das forças morais na guerra moderna foram o objeto do comentário deste oficial. Frisco se põe ao lado dos defensores de Clausewitz e seus comentaristas, como Raymond Aaron, tentando fazer algumas considerações sobre a realidade brasileira atual. Isto significa dizer que o pensador alemão não pode ser visto como um defensor da carnificina e da sanguinolência, mas um analista das condições históricas do período napoleônico e de seu tempo, com a atuação do Exército prussiano. As suas contribuições continuam fundamentais para entender adequadamente o fenômeno da guerra até os dias de hoje. Algumas delas estão relacionadas à participação do povo na guerra, ao elemento

---

<sup>25</sup> FRISCO, Fernando A. V. , *A Essência da Guerra* , EGN, 1992, digit .

psicológico que leva a nação a se defender e a postura defensiva que desgasta o atacante para tentar promover ou restabelecer a paz.

No Brasil, há uma discussão sobre a validade de possuir Forças Armadas e manter os gastos com a sua organização e preparo por conta da situação de tranqüilidade e estabilidade que o país vive com os seus vizinhos. Como a última guerra que o país enfrentou foi contra o Paraguai no século XIX, é comum que este argumento ganhe peso ao ver de muitos. O comandante Frisco lembra, entretanto, que a manutenção do território e da paz só tem sido possível por causa da capacidade estratégica do Brasil, mantendo as suas Forças Armadas preparadas para quaisquer eventualidades. Sem a estratégia, a diplomacia brasileira, sequer seria ouvida no ambiente internacional.

Nos tempos atuais, a Guerra das Malvinas, a desintegração da URSS e as crises no Oriente Médio, são demonstrativos da necessidade dos Estados-nação manterem capacidade estratégica para conviver uns com os outros. A chamada “nova ordem ou desordem internacional” não preteriu o argumento de Paul Kennedy que relaciona a força econômica ao poderio militar. Entretanto, os que são partidários da opinião de que os militares brasileiros devem se envolver em operações, como segurança pública, narcotráfico etc”, defendem um perigoso desvio. Frisco as considera como “atividades estranhas à missão básica das Forças Armadas ” por ser a sua tarefa principal a instrumentalidade da política externa nacional. Considerando a realidade mundial, o Brasil deve buscar novas concepções de emprego político-estratégico, com os olhos voltados para a relação com outros países, sobretudo do Primeiro Mundo.

Dentre os objetivos políticos da guerra e a sua relação com valores éticos, a conjuntura da “nova ordem internacional” há os problemas relacionados às intenções das grandes potências. Para Frisco, seria mais adequado falar de uma “desordem internacional” por conta das diversas disputas em todos os quadrantes do globo terrestre e a indefinição do quadro político em todos os continentes: crise econômica, explosão demográfica, conflitos étnicos, nacionalismo, fome, miséria etc. Neste quadro, o comandante Frisco classifica a posição do Brasil, como de “orfandade”, após o fim da Guerra Fria. Os países da OTAN, especialmente os Estados Unidos, sempre foram vistos como aliados e possíveis co-defensores de nossos interesses desde a Doutrina Monroe, mas as transformações do

processo político que preconiza um “governo do mundo” ameaçam esta relação histórica. As grandes potências pressionam o Conselho de Segurança da ONU para ingerirem na realidade dos países que são vistos como promotores de ameaças tais como, a proliferação nuclear, as violações dos direitos humanos, a destruição do meio ambiente, a venda de armas etc. Isto significa adotarem uma nova postura colonialista, onde uma sistemática campanha de convencimento da opinião pública internacional vem sendo preparada. Aqui as vulnerabilidades, assinaladas por Vidigal, aqui aparecem. O Brasil precisa estar atento a elas, podendo se tornar alvo da pressão internacional, então promovendo uma “resistência política” baseada na vontade popular para preservar os seus interesses e seu território. Para Frisco, isto não é um sonho, como se pode ver no exemplo dado duas vezes pelos russos ao conter ameaças e invasões à sua integridade. O Vietnã também é outro exemplo significativo, que ao seu ver, é mais válido para o Brasil do que a Guerra das Malvinas.

A Amazônia é um patrimônio considerável e prioritário para o Brasil, daí a preparação dos militares brasileiros ser um investimento importante. É necessário que haja a presença do amazônida nas instituições militares e a melhoria dos meios naval e aéreo para o cumprimento das tarefas de defesa de sua área. Como outros oficiais, Frisco defende o treinamento dos Fuzileiros Navais para as operações ribeirinhas e a construção do submarino de propulsão nuclear para atuarem de modo dissuasivo.

Entretanto, antes de tudo isso, o Brasil precisa empreender a grande “busca de uma moral”, capaz de dar consciência ao povo de que as guerras não terminaram e que existe a cobiça internacional sobre alguns países, dentre eles, o Brasil. Isto é tomado pelo autor como um imperativo categórico, para que o país não seja uma “presa fácil” das grandes potências. Só assim, o espírito nacional possuirá a determinação necessária, na eventualidade do uso da força militar, para se defender das possíveis ameaças no futuro. A estratégia naval brasileira foi também objeto das considerações do capitão-de-mar-e-guerra Ralph de Vasconcellos Rosa (1991) <sup>26</sup> ao procurar identificar um horizonte prospectivo para o país até o fim do século XX, onde são contemplados os temas da atuação da MB em tempos de paz, e a sua atuação diante da sociedade brasileira.

---

<sup>26</sup> ROSA, Ralph, V. , *A Estratégia Naval Brasileira*, EGN, 1991, digit .

A História do Brasil a partir da Independência, mostra a Marinha sendo empregada de acordo com os interesses políticos do Estado-nação recém soberano, que precisava usar meios navais apresados dos portugueses. Foi formada uma Esquadra forte para consolidar o processo de independência. Nesta época, não havia uma estratégia naval brasileira, mas, sim a influência britânica, com sua doutrina de bloqueio para isolar o inimigo e forçá-lo a buscar a batalha decisiva e o uso do que modernamente é chamado de corso e desgaste contra os navios inimigos mercantes e de guerra respectivamente. Assim foi feito por Cochrane e Taylor, ao comandar a fragata *Nichteroy*, com a ajuda de outros navios da ainda jovem Marinha brasileira, empregada para sufocar as resistências ao processo político delineado por José Bonifácio e as disputas regionais, ao longo dos movimentos ocorridos na Regência: Setembrada, Sabinada, Farrapos, Cabanagem e Novembrada.

Com a substituição da vela pelo carvão no século XIX e a industrialização do aço para a construção naval, o país sofreu algumas restrições de abastecimento de combustível e pessoal qualificado para operar as máquinas. Juntamente com isso, haviam surgido armamentos sofisticados para a época, como novo tipo de canhão e de torpedo. Logo após a Guerra do Paraguai, travada sob o comando dos almirantes Barroso e Tamandaré, o Brasil possuía a quinta Marinha do Mundo, atrás apenas da Inglaterra, Rússia, França e da Itália. O declínio veio com a Proclamação da República e a rivalidade com o Exército, acirrada com a Revolta da Armada.

No século XX, o almirante Alexandrino contribuiu para a modernização da Esquadra, a partir da experiência da guerra entre a Rússia e o Japão, mas, a famosa “Esquadra de 1910” teve seu programa de aquisição modificado e sofreu problemas de manutenção, aquisição de sobressalentes e defasagem tecnológica, contribuindo para a minoração do Poder Naval nacional. Na Primeira Guerra, a Marinha participou de patrulhas para proteger o Atlântico Sul através da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG). Na Segunda Guerra, o relacionamento aproximado com os Estados Unidos ajudou no preparo naval brasileiro, sobretudo na guerra anti-submarino. Nesta ocasião, o Brasil seguiu uma estratégia complementar aos norte-americanos, ajudando a manter os interesses dos aliados na região e protegendo o tráfego marítimo. Entre ambos os conflitos, houve esforços para a modernização da corporação com a criação da EGN em 1914, a vinda da missão naval dos Estados Unidos em 1922 e um programa de reaparelhamento nos anos 30.

A Segunda Guerra possibilitou a criação do Programa de Assistência Mútua (MAP), facilitando ao país a obtenção de navios e sobressalentes a preços muito baixos, o que provocou o aumento da sua dependência tecnológica para com os Estados Unidos.

Em 1941, a Marinha sofre uma mudança significativa, com a criação da Aeronáutica e o seu monopólio de aviação de asa fixa. Mesmo com a aquisição do Nael *Minas Gerais*, em 1952, a Marinha permaneceu limitada em termos de operações navais, pois a FAB ficou com a exclusividade da operação dos aviões. As décadas de 60 e 70, do milagre brasileiro, foram muito importantes para a MB por causa da aquisição de fragatas e submarinos novos da Inglaterra e de navios-varredores da Alemanha. A Política Básica da Marinha (PBM) de 1975 enfatizou a importância do desenvolvimento tecnológico, com o apoio do Estado e do setor privado. Por este caminho, poderiam ser desenvolvidos projetos de construção e reparo naval, como ficou estabelecido pelo Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM) de 1979, após a denúncia do acordo militar com os Estados Unidos. Na ocasião, o Brasil construiu meios navais nacionais considerados modernos, como as corvetas classe *Inhaúma* e os submarinos da classe *Tupi*. Neste período, o acordo nuclear com a Alemanha, propiciou ao Brasil, a possibilidade de capacitação para o desenvolvimento de seu programa nuclear autônomo para a construção do submarino de propulsão nuclear.

O comandante Ralph Rosa lembra que a falta de interesse de nossas elites e da sociedade em geral, prejudica a melhor discussão e planejamento de tudo o que refira à segurança do país, através de uma política que seja capaz de orientar o preparo e o emprego do Poder Naval. Como não havia, naquele momento, uma PDN, era constante o risco de adulterar o “verdadeiro papel” das Forças Armadas com atividades policiais e de combate ao narcotráfico. Os cenários possíveis da situação internacional e a posição do Brasil foram delineados por este oficial ao longo do tempo. Por exemplo, na hipótese de uma guerra generalizada, por imposição da Guerra Fria, o país deveria resistir às pressões e se manter neutro; caso houvesse uma escalada nuclear, deveria haver a concentração dos esforços nacionais na guerra anti-submarino e a resistência à implementação de bases estrangeiras em seu território. O fato da construção de iniciativas como a ZPACS e o Mercosul demonstram os indícios do comportamento brasileiro, aliado a uma estratégia dissuasória, à busca do entendimento mútuo e a detenção de qualquer competição armamentista na região.

Para Ralph Rosa, não seria demais lembrar que a histórica tradição de “buscar o desenvolvimento com um mínimo de segurança” levou o Brasil a se inferiorizar em relação a outras Marinhas da América do Sul, como por exemplo, a Argentina. Contudo, a Guerra das Malvinas e a Guerra do Golfo demonstram a importância de manter uma Força Naval capacitada para alguma crise, sobretudo, a importância estratégica navio-aeródromo.

A escalada da violência no planeta a partir da década de 80 pode ser um indicativo da emergência de um cenário de crise, a partir da busca do conhecimento e das transformações políticas a partir de então. As crises podem ser geradas pelas grandes potências, pelo crescimento dos conflitos de fronteiras e pela interrupção da ordem marítima internacional. Aqui o Brasil poderia então adotar a “teoria do punhal” ou da “faca afiada”, mantendo o seu Poder Naval com a credibilidade necessária para levar o adversário à negociação. Neste caso, o submarino de propulsão nuclear é fundamental para elevar o “preço a pagar” por quaisquer atitudes contra o interesse nacional.

Para Ralph Rosa a participação em missões da paz, baseada na dissuasão e debaixo dos ditames da ONU, é importante para aprestar a capacidade anfíbia de projetar poder sobre a terra, com o apoio das tropas e o seu transporte. Em tempos de paz, a MB pode agir também, através de visitas a portos estrangeiros e mostra da bandeira. Como há baixa probabilidade de que haja algum conflito, a MB deve se preocupar em modernizar os navios e submarinos, nacionalizando a ciência e a tecnologia necessária ao seu emprego. Por isso, o uso do avião, da fragata, do submarino, das minas, das corvetas para quaisquer atividades de desgaste e negação do uso do mar ao inimigo, aos moldes da “jeune école”, com o controle de área para fluidez do tráfego marítimo. A prioridade estaria entre o litoral do Espírito Santo e o Paraná, criando grupos tarefa e contando com o engajamento da FAB. Porém, seria imprescindível a dotação de capacidade aeronaval embarcada diversificada. As aeronaves britânicas V/STOL seriam as mais adequadas, apesar das limitações de equipamento e tamanho do navio-aeródromo brasileiro. O autor também manifesta a importância dos submarinos, para negar o uso do mar, desgaste e corso e uso de meios de superfície modernos seria fundamental para o bom desempenho das forças navais; aliado a isso, haveria a projeção de poder sobre a terra para assalto anfíbio com apoio de fogo naval e logístico através de navios e helicópteros.

Através desta lógica dissuasória, as bacias hidrográficas podem ser atendidas através do preparo e aplicação de navios e das operações ribeirinhas. Aqui, a Amazônia emerge como área prioritária e um cenário de maior vulnerabilidade de conflitos de fronteiras. A presença da MB na região através de seus meios é considerada fundamental para a que a dissuasão seja aplicada com êxito neste caso. De um modo geral, a participação dos militares na vida nacional, em tempos de paz, deve ser a de constante diálogo para esclarecer o seu verdadeiro papel, mostrando que a participação nas intervenções políticas ao longo da História brasileira vem antes mesmo do advento da República. Estas se deram por conta do despreparo das elites civis, do envolvimento de militares em atos revolucionários. Ao ver desse comandante, no episódio de 64, os militares quebraram o padrão de intervenção apoiando os civis e preparando a transição para a democracia. Contudo, no período em que estiveram no governo, os militares fizeram o país saltar para a oitava economia mundial, fazendo o país crescer. É importante lembrar que a instabilidade político-partidária é sempre um fator que leva à intervenção militar. Os militares devem se dedicar às tarefas profissionais, mas, para tal, os políticos precisam reconhecer a importância do poder militar para que os interesses nacionais sejam preservados. Assim, é preciso aperfeiçoar o conhecimento sobre a realidade internacional e o jogo de poder entre os países. A responsabilidade do Congresso Nacional é grande, pois cabe a ele a legislação sobre os temas de interesse nacional, como é o caso da PDN, para orientar a preparação das Forças Armadas, em particular, da MB. O país necessita de uma “visão geoestratégica” que seja direcionada politicamente, promovendo um amplo debate sobre o Brasil, seu lugar no mundo atual e suas aspirações para o futuro, através de uma política de defesa que leve em consideração as reais necessidades do país.

Assim, o oficial pergunta: o que caberia à MB fazer ? Ele responde que ela poderia participar ativamente desta discussão, avaliada pelo Congresso Nacional, esclarecendo o povo e as elites menos avisadas que segurança nacional não é um tema exclusivamente militar. Mais ainda, o país deveria promover um debate sobre os recursos para a montagem de uma “Esquadra moderna e eficiente”.

## 10. A Ciência e a Tecnologia

O século XX comportou uma importante revolução tecnológica que causou impacto sobre as necessidades e interesses econômicos e políticos dos países. Ao Brasil cabem duas opções: ou desenvolve um programa de aprimoramento científico-tecnológico autóctone ou importa o conhecimento externo com o risco de aprofundar a sua dependência e realizar uma “pseudo-industrialização”, conforme aconteceu com alguns países, por exemplo, o Iraque. Atualmente, no nosso país é possível detectar uma consciência sobre tal problema, com vistas a tomar medidas contra o intervencionismo externo no campo da ciência e da tecnologia. Assim, cabem às Forças Armadas brasileiras contribuir para que isto se torne realidade. A MB já tem demonstrado que também trabalha neste sentido e visa aumentar as possibilidades da “arrancada para a capacitação tecnológica nacional”. Estas são afirmações feitas pelo capitão-de-mar-e-guerra Ulisses F. Camardela (1991)<sup>27</sup> ao discorrer sobre o relacionamento da MB com os setores científicos nacionais. O interesse da MB em ciência e tecnologia está subdividido em várias áreas, a saber: logística, informática, jogos de guerra, análise prospectiva, propulsão, armamentos, sensores, criptologia, comando, controle e comunicações (C3I), estrutura, análise e avaliação operacional, cenários de fatores físicos, materiais, simuladores, equipamentos de navegação, equipamentos para o CFN. Para dar cabo destas áreas a MB utiliza as acomodações de outras instituições. Por não possuir uma instituição própria, o Instituto Militar de Engenharia (IME) o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), e as boas universidades brasileiras. Mesmo assim, ela é capaz de criar condições favoráveis à qualificação, em termos de recursos humanos e materiais, limitada apenas à falta de verba suficiente.

A importância da detenção de recursos tecnológicos condizentes com as aspirações nacionais foi também tratada por Cláudio Augusto Bailly Andersen Cavalcanti (1994).<sup>28</sup> Na Nova Ordem Internacional é o progresso econômico e social dos países está associado à relação entre o Poder Nacional e o incremento de C&T. O Brasil adotou uma postura distorcida em relação ao contexto internacional, pois se dedicou mais à produção da primeira do que da segunda. Isto porque ocorreu tradicionalmente, entre nós, há uma

---

<sup>27</sup> CAMARDELLA, Ulisses F., *Interação da Marinha com os Meios Científicos e a Tecnologia Nacionais*, EGN, 1991, digit.

<sup>28</sup> CAVALCANTI, Cláudio A. B. A., *Ciência, Tecnologia e o Poder*, EGN, 1994, digit..

grande preocupação em incentivar a produção do conhecimento científico, supondo que a tecnologia é uma consequência. Mas, segundo Cavalcanti tal afirmação é uma idéia falsa. A tecnologia deve ser desenvolvida em função da sua ligação estreita com o Poder Nacional e precisa ser o mais autóctone possível, para não comprometer a sustentação deste mesmo Poder. Para este oficial, a MB tem se esforçado para detectar os problemas e aproveitar as lições aprendidas em seu intuito de configurar um conjunto de sugestões e recomendações necessárias ao desenvolvimento de tecnologia de sistemas.

É preciso, então, interpretar os interesses nacionais à luz do estabelecimento de uma “Grande Estratégia”. Este é anseio dos que tratam das questões relacionadas ao desenvolvimento do país, através dos artigos publicados. Deve haver a congregação de esforços dos vários setores da nação para que o país cresça, em que pese as grandes dificuldades econômicas e sociais existentes. Se permanecerem esforços isolados, haverá o risco de provocar vários danos ao invés da realização do “propósito comum”. O grande problema, para Cavalcanti, é ter certeza de que os Objetivos Nacionais representam os interesses de todos, e, não apenas, do grupo dirigente. O capitão cita, então, uma parábola chinesa para afirmar que um país começa a sua morte quando os seus líderes ouvem apenas as vozes pronunciadas pelas suas bocas, sem saber a fundo suas opiniões e sentimentos reais. Por esta razão, o que interessa a uma nação, não pode ser definido apenas pela sua elite, mas deve refletir a reunião de percepções dos militares e da sociedade civil. Tal situação dá relevância ao papel do Congresso Nacional. Ele é o foro de debate supremo, mas isto não invalida que haja outros espaços, onde os segmentos representativos do povo devem se fazer presentes, representando uma forma de participação que seja “abrangente e diversificada”: Forças Armadas, universidades, sindicatos etc. Neste sentido, Cavalcanti lembra o dito da ESG sobre a relação entre o Poder Nacional e os Objetivos Nacionais, por causa da necessidade de integração entre ambos. Aqui deve ser adotada a fórmula vontade geral + capacidade + ação + consecução de objetivos de efeitos desejados. Da parte do Estado brasileiro, cabe a definição de uma Política que balize o Poder Naval para cumprir o que quer a sociedade brasileira.

A capacitação em C&T é um fator de desenvolvimento do país, gerando conhecimento e serviços que ajudam a manter a sua soberania aumentando a sua

produtividade, competitividade, renda, indústria, investimento e segurança. Como o Brasil experimentou uma industrialização tardia, ele foi levado a importar a tecnologia estrangeira, adaptando-a criativamente em função das suas necessidades. Cavalcanti é da opinião de que isto foi válido até certo ponto. Entretanto, não eram considerados os interesses da sociedade brasileira e do mercado interno, já que os objetivos se relacionavam à política de exportação, voltada para conquistar fatias do mercado externo. Hoje, no entanto, a concorrência é global, como pode ser exemplificado na mudança de comportamento das características da produção e do mercado mundial. O mundo moderno e seu processo de maturação tecnológica, globalização e reengenharia é tocado a partir do estabelecimento de uma infra-estrutura capaz de receber as transformações geradas. Isto é considerado válido, mas, para Cavalcanti, deve ser feito para o uso da grande maioria da população. Não adianta deixar os recursos tecnológicos disponíveis apenas para uma minoria de privilegiados.

A geração de tecnologia é fundamental para o exercício do verdadeiro poder das nações, como é o caso do Japão e dos Estados Unidos. Este possui o conhecimento de superioridade tecnológica na sua estratégia militar, que deve ser alcançada e mantida mesmo nos tempos de paz, pois ela é chave para preservar o valor estratégico dissuasório. Não há como escapar da realidade que divide o mundo entre aqueles que possuem e não possuem a tecnologia. No campo militar, os acontecimentos da Guerra do Golfo demonstram o quanto foi importante manter a superioridade tecnológica. Por exemplo, os aviões F-117 utilizados eram 3% da Força Aérea dos Estados Unidos (USAF) e destruíram 40% dos alvos estabelecidos.

Após o fim da Guerra Fria, a estratégia militar norte-americana passou a trabalhar com o conceito de “reconstitution”, inserida no contexto das novas ameaças, da incerteza quanto ao futuro, da necessidade da redução de tamanho das Forças Armadas e da manutenção da capacitação tecnológica. A “reconstitution” envolve o treinamento e o preparo do pessoal para a pronta resposta no desenvolvimento e na fabricação de itens necessários à segurança nacional. O uso da tecnologia é importante para o relacionamento entre as nações e o exercício de sua soberania, não só no campo militar como no relacionamento comercial entre elas. Contudo, a existência do “apartheid tecnológico” entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, impede que este relacionamento seja equilibrado. A

situação de dependência da periferia em relação ao centro se mantém, gerando um tipo de preocupação política dos países periféricos quanto às possibilidades de sua inserção na ordem internacional.

A participação da MB deriva do estabelecimento de um conceito estratégico nacional, onde deve ser discutido com a sociedade brasileira que tipo de missão as Forças Armadas devem realizar, isto é, qual a sua doutrina e emprego militar. A MB busca atingir uma combinação de tecnologia e eficácia para fazer valer o seu poder combatente. A boa relação entre o desempenho, emprego e o aprestamento é que determinam o grau de eficácia a ser alcançado. Mesmo inexistindo uma Estratégia Nacional, a MB não se inibe em realizar investimentos que ela considere importantes para desenvolver as atividades relacionadas à sua missão. Assim, ela julga que também contribui para o Poder Nacional no campo de C&T. Para atingir melhor racionalização dos custos, a situação mais confortável é investir em áreas de dupla utilidade, civil e militar. Outra característica importante é o grau de nacionalização da tecnologia. Para as Forças Armadas isto é um requisito fundamental de segurança e de sobrevivência. Então, a MB julga que é preciso nacionalizar de forma “consciente e organizada”, com o apoio da engenharia nacional, para romper a discriminação do “apartheid”. Deve-se: resistir aos “pacotes” tecnológicos de fantástica aplicação nos países do Primeiro Mundo em nome da independência em relação a eles; manter o “balanço de poder” com o processo de nacionalização; atentar para os altos custos dos itens exclusivos da MB e das Forças Armadas, como por exemplo, dos sistemas de armas. A MB continua a realizar investimentos, como o submarino nuclear na COPESP, o controle tático e auxiliar à navegação no IpqM, o sistema de controle tático (SICONTA) para o navio-aeródromo e a modernização das fragatas classe *Niterói* através da ENGEPRON.

Para o comandante Cavalcanti, é necessário concentrar recursos em equipamentos controladores do sistema, atividades de integração e engenharia de “hardware” e software”. Os interesses estratégicos da MB devem se pautar pelo investimento em educação em todos os níveis, no projeto do submarino nuclear e nos sistemas de armas e sensores de submarinos. Como a transferência de tecnologia estrangeira tem prós e contras, a atualização das Forças Armadas brasileiras só será possível e satisfatória através da

construção de um Projeto Nacional que contemple a educação, a industrialização e a crescente importância de C&T no mundo atual.

### *11. A Maritimidade*

A importância da mentalidade marítima por parte da sociedade brasileira deve ser assumida mais do que nunca em razão do crescimento da valorização dos oceanos mundiais. O esgotamento dos recursos terrestres e o desenvolvimento tecnológico em curso são os responsáveis por esta nova dimensão, segundo o capitão-de-mar-e-guerra Carlos Eduardo Araújo Motta (1994),<sup>29</sup> o Brasil ainda não despertou de modo suficiente para esta realidade, que será determinante no século XXI. Nas palavras do oficial: “o mar é o principal protagonista do futuro da nação”. O atavismo histórico ao território, ligado à atividade da agricultura, pecuária e da mineração não pode ignorar que o Brasil nasceu e se desenvolveu como nação por causa do mar. A mentalidade marítima decorre do uso do mar para satisfação das necessidades e dos interesses dos povos. Este uso possui a dimensão econômica, científico-tecnológica e cultural através das hidrovias, dos recursos energéticos, vivos e minerais.

A PBM apresenta as diretrizes mais importantes sobre atuação da MB na navegação e na segurança nacional em atividades militares e não-militares, que reservam uma cota significativa de prestígio à corporação naval. Além da defesa marítima em si, a MB atua na hidrografia, cartografia náutica, apoio à navegação, ensino profissional-marítimo, assistência às populações ribeirinhas, capitânicas dos portos e indústria naval civil. O crescimento da mentalidade marítima, por si só, garantiria a transferência de tais atividades para outras esferas do Estado e da sociedade. Mas, no curto prazo isto não seria possível, pois a restrição orçamentária também impede tal transferência. A MB já possui experiência e uma sistemática de trabalho que permite um custo menor ao país para o estabelecimento dessas mesmas atividades. Entretanto, isto não deve impedir o progressivo estímulo da participação civil nestas atividades, de acordo com o aumento da consciência da maritimidade brasileira.

---

<sup>29</sup> MOTTA, Carlos E. A., *A Importância da Mentalidade Marítima Brasileira*, EGN, 1994, digit .

Os interesses brasileiros e a orientação política para o aproveitamento dos recursos marítimos foram tratados pelo capitão-de-mar-e-guerra Celso Guimarães Lapa (1994)<sup>30</sup> à guisa da Convenção para os Direitos do Mar da ONU em 1982 na Jamaica. A partir daí, a orientação das políticas nacionais formatou a estrutura legal para dar legitimidade aos interesses nacionais. Este é o exemplo da Constituição Federal de 1988 e a Lei 8617, que dispõe sobre o mar territorial, a plataforma territorial e a ZEE. O aspecto político-militar da Convenção é assinalado por Lapa, ao mesmo tempo em que faz alguns questionamentos sobre a efetivação da dimensão das 200 milhas náuticas e a movimentação de navios estrangeiros na ZEE. O Brasil ainda possui desafios com relação à proteção dos recursos existentes, à constituição de uma verdadeira política marítima, que conte com recursos financeiros e científico-tecnológicos, à consolidação do Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC) e à fixação do que é permissível sobre o aproveitamento dos recursos vivos do mar brasileiro. Isto significa dizer que a Política Marítima Nacional (PMN) e a Política Nacional para o Aproveitamento dos Recursos do Mar (PNRM) poderão contar com sugestões e sofrer alterações em nome de uma mais eficaz consecução dos objetivos nacionais.

## ***12. A Comunicação Social e a Marinha do Brasil***

A situação social atual é extremamente influenciada pelo processo da comunicação de massa. Dentre os vários temas tratados, existe a discussão sobre a missão das Forças Armadas e o fenômeno da guerra, com base na opinião pública e na decisão do poder civil. No entanto, na especificidade brasileira, muito do que poderia ser discutido é deixado de lado por falta de informação e conhecimento da população e do Legislativo. A própria composição da Comissão de Defesa Nacional fica prejudicada, por vezes, porque o assunto é considerado impopular no país, não rendendo votos suficientes dos eleitores e um grande destaque para os parlamentares. Por outro lado, também os militares, muitas das vezes, não sabem aproveitar as potencialidades existentes na “aldeia global” para divulgar a importância de sua missão para os cidadãos e os políticos. Isto os leva a perder apoio

---

<sup>30</sup> LAPA, Celso G., *Posturas Sul-Americanas em Relação à Convenção da ONU Sobre os Direitos do Mar*, EGN, 1994, digit.

necessário para o preparo de sua missão com eficácia e eficiência. A MB não pode deixar de considerar estas questões ao procurar manter um bom relacionamento com a sociedade brasileira e desempenhar as suas tarefas a contento. Este é o argumento apresentado pelo capitão-de-mar-e-guerra Willian Carmo César (1992),<sup>32</sup> para tratar da importância que tem para a MB e para o país a preparação de estratégias ligadas ao esclarecimento da opinião pública quanto à legitimidade da corporação e seu serviço ao país.

A importância da comunicação pode ser exemplificada pela influência que possui na construção e transformação dos valores sociais. Um país como o Brasil, que tem a sua tradição esportiva ligada ao futebol, experimenta a profusão de esportes estrangeiros, como o basquete e o beisebol, que caem no gosto da população, da juventude em especial. Isto se tornou viável por causa da tecnologia de difusão através das antenas parabólicas, que captam os programas vindos do exterior em um ritmo cada vez mais crescente, criando “novos ídolos e hábitos entre a garotada”. A comunicação contribui, também para o alargamento dos horizontes individuais, transmitindo cultura e assuntos de interesse público. Este é um exemplo da utilização da comunicação no processo educacional, principalmente para a erradicação do analfabetista, fato de grande validade na realidade brasileira. Numa sociedade que se pretenda democrática a opinião pública é fundamental. Para que esta seja desenvolvida adequadamente pelas instituições, o trabalho de relações públicas precisa ser bem conduzido, tendo como alvo os líderes e os diversos grupos de interesse. Entretanto, o comandante César lembra que a opinião não nasce espontaneamente. Citando um assessor do governo norte-americano, Hadley Cantril, ele afirma que a opinião: a) é fruto da persuasão; b) apresenta reações variadas; c) está ligada aos interesses do público; e) é suscetível de maior suggestionamento e manipulação quando o público é menos informado. Para que o trabalho de relações públicas tenha sucesso, é preciso seguir uma metodologia que considera as etapas de: identificação de públicos de interesse, avaliação da opinião corrente, planejamento das formas de atuação, seleção dos meios adequados, realização da comunicação e avaliação dos resultados.

As instituições públicas têm o dever de informar ao público as suas atividades aos cidadãos-contribuintes, para que possam exercer dignamente a sua cidadania e o seu

---

<sup>32</sup> CESAR, Willian C. , *A Importância da Comunicação Social na Marinha do Brasil* , EGN, 1992.

civismo, avaliando e participando da vida destas instituições. No caso das Forças Armadas, é necessário que haja boa divulgação de suas atividades para que elas sejam mais conhecidas e ajudem a difundir uma mentalidade mais completa à população sobre os assuntos da defesa nacional. Contudo, a realidade brasileira está aquém do que poderia ser considerado bom para a sociedade e as Forças Armadas. Segundo César, apenas 5% do noticiário são dedicados aos militares na imprensa, perdendo de longe para outros temas, como economia, esporte, lazer, violência etc. Esta situação, em parte, tem a ver com os “motivos ideológicos” resultantes do período dos governos militares, onde nesta época, a instituição militar é mostrada como a “vilã da história contemporânea brasileira”. Quando ela aparece no noticiário, a grande quantidade de notícias está vinculada à corrupção, mordomia, falcatura e desastres. Cabe, então, à MB desenvolver a sua estratégia de comunicação social através do Serviço de Documentação Geral da Marinha (SDGM) e do Serviço de Relações Públicas da Marinha (SRPM) para divulgar em todos os meios a suas atividades e despertar na população a característica manheimiana de maritimidade. Para tanto, há que se considerar a revisão de alguns procedimentos e a melhoria da estrutura interna destes órgãos.

O comandante César faz coro com os almirantes Caminha, Berrutti e Flores que apontaram para a importância da população entender que o mar está relacionado ao nascimento e ao desenvolvimento da nação brasileira. Há países que possuem este grau de consciência, como a Inglaterra, o Japão e a Holanda. Porém, o Brasil tem uma visão mais voltada ao continentalismo, à territorialidade, que precisa ser equilibrada pela valorização das coisas do mar e sua importância econômica, cultural e política para o país. Mesmo entre aqueles membros da elite e do povo, que são dotados de maior conhecimento cultural a visão que possuem sobre o mar e a Marinha é insuficiente, levando a uma visão distorcida e equivocada de sua missão. Para que o seu preparo e emprego seja o melhor possível, é necessário que esta situação mude. O resultado poderá ser visto no orçamento, na seleção / recrutamento e no apoio à diplomacia brasileira. Neste sentido, as campanhas de esclarecimento e divulgação deverão ser direcionadas aos diversos públicos existentes no espectro social: de ação política, de interesse marítimo, de influência popular e de massa. As atividades cívico-desportivas-culturais, palestras e todos os meios disponíveis de

divulgação contribuirão para mudar a situação e aprofundar os laços entre a MB e a sociedade.

### ***13. A Marinha do Brasil e a Sociedade***

“Gerentes dos instrumentos de violência” é o adjetivo atribuído às Forças Armadas, responsáveis pela coação física em nome das necessidades do Estado e da provisão da defesa da sociedade. Porém, infelizmente, muitos não pensam assim; acham que os militares são apenas burocratas armados, utilitários de um arriscado / extremado poder de coação através da força ou um grupo de indivíduos que apenas busca ascensão social através da carreira das armas. Isto demonstra o desconhecimento que grande parte da população e da elite, inclusive dos intelectuais, possui do significado e da importância das Forças Armadas, segundo o capitão-de-mar-e-guerra José Antônio Carlos Leal (1992).<sup>33</sup> Este oficial ressaltou, no entanto, que existe um grupo de cidadãos que é sabedor e reconhecedor da legitimidade do poder militar e do valor das Forças Armadas na vida brasileira. Para que a imagem das Forças Armadas seja difundida conforme esta percepção, os meios de comunicação cumprem um papel fundamental dada a sua capacidade de influenciar a opinião pública. O relacionamento da MB e da sociedade brasileira deve ser inspirado na frase de Rui Barbosa: “Os povos são e fortes, as nações másculas e livres amam nas suas esquadras a imagem de sua própria existência”. Até então, este dito tem sido importante para o Brasil e a sua Marinha, muito embora ela esteja “aquém da estatura internacional atingida pelo país”, segundo o comandante Leal. Isto pode ser explicado a partir de um modelo de relacionamento entre a corporação e a sociedade, além da configuração criada pela influência de fatores históricos, como a Guerra do Paraguai, a Revolta da Armada, a participação nas duas Grandes Guerras e a Revolução de 1964 com seus governos militares.

A Marinha brasileira surgiu na criação da Armada Imperial em 1822, para ajudar na consolidação do processo de independência em relação a Portugal. Para tanto, foi feito um ato de subscrição popular que visava o reparo, a aquisição de navios e equipamentos necessários à proteção do país, tornando possível saírem do Rio de Janeiro para a Bahia os

---

<sup>33</sup> LEAL, Antônio C. , *A Marinha e a Sociedade Brasileira*, EGN, 1992, digit.

primeiros navios brasileiros, em 1823, entusiasmados com a euforia popular, a fim de combater os que se opunham à soberania brasileira. Como é sabido, nem a maioria dos marinheiros nem a dos oficiais, era nascida no país; muitos eram britânicos e até mesmo portugueses. Os poucos brasileiros que existiam eram índios, condenados, marginais, escravos e menores recrutados à força. Desde cedo, sentiu-se a necessidade de aumentar a capacidade naval do país para que fizesse frente à sucessão de revoltas e levantes que o país enfrentou ao longo do século XIX. E assim se seguiu o período relativo à Guerra do Paraguai, com a participação proeminente de Tamandaré, Inhaúma e Ouro Preto. Depois desta Guerra, a Marinha experimentou uma fase de obsolescência de meios e a interferência de ministros civis, bacharéis de direito, sem a plena consciência plena das dificuldades enfrentadas. Isto foi um exemplo do “descaso das elites” para com o melhor preparo do Poder Naval brasileiro. Na Revolta da Armada, ocorrida no período republicano, a Marinha ficou isolada das elites e do sentimento popular, criando um clima hostil, principalmente com o Exército. Entretanto, para Leal, a Marinha queria apenas defender a sociedade, em nome da sua interpretação dos interesses nacionais, porém, a corporação ficou marcada negativamente e sofreu prejuízos quanto à sua composição. A partir daí, a corporação adotou uma “postura legalista” durante toda a República Velha. A sua revalorização só foi feita através da atuação de Rio Branco e Alexandrino, ao organizarem a famosa Esquadra de 1910, para apoiar a política externa brasileira. Mas, nem por isso, os recursos materiais permaneceram os ideais por muito tempo e os recursos humanos eram os mais adequados.

A revolta dos marinheiros, encabeçada por João Cândido, é considerada por esse oficial e sua corporação como uma demonstração da quebra da ordem e da disciplina. Foi contra a posição da Marinha o apoio do Congresso e a simpatia da opinião pública para com os amotinados. Contudo, esta posição favorável se modificou com o desenrolar dos fatos, com a movimentação dos navios na Baía de Guanabara e a ameaça de bombardear a cidade na eclosão da segunda revolta. O episódio causou na corporação, um sentimento de isolamento e ressentimento por causa da campanha pela anistia.

Além das questões levantadas por causa da Esquadra de 1910, este momento crítico levou a Marinha a refletir sobre a sua organização, preparo e emprego, o que continuou de difícil resolução, através dos acontecimentos desenrolados nas duas Grandes Guerras. De

todo modo, a avaliação de Leal é que a corporação teve a “certeza do dever cumprido”, tendo uma participação superior à disponibilidade dos meios que lhe foram confiados. Daí em diante, a Marinha percebeu que deveria acompanhar o desenvolvimento do país para cumprir mais adequadamente a sua missão de defesa e para participar das atividades subsidiárias, relacionadas aos seus interesses.

Em 1964 a Marinha participou da Revolução para atender ao clamor da sociedade, que discordava dos rumos que o país traçava naquele momento. Um pouco antes, o episódio das reivindicações de caráter sindicalista feita pelos subordinados no interior da corporação, afetou os pilares básicos da hierarquia e da disciplina. Os praças foram alvo do “proselitismo e a propaganda de esquerda”. Neste período, a Marinha corrigiu o rumo com a participação efetiva na Revolução e os governos que ela instituiu. Militares brasileiros e técnicos civis deram uma grande contribuição para a construção do desenvolvimento nacional. Foram feitas algumas críticas sobre os governos militares por parte dos civis, pois eles possuem uma formação rígida que não se combina sem dificuldades com as flutuações do jogo político. O Congresso não participou mais da discussão sobre o preparo e o emprego das Forças Armadas, que cada vez mais estavam metidas nos problemas da vida nacional. A imprensa e a intelectualidade de esquerda passaram a fazer críticas aos militares, entendendo-os como estranhos à sociedade e pedindo a sua extinção, por estarem a serviço de potências estrangeiras. Por causa destes fatos, Leal qualificou esta como a fase mais difícil do relacionamento entre as Forças Armadas e a sociedade.

A propagação do movimento comunista afetou a Marinha de maneira parcial, pois a sua preocupação maior era a possível guerra submarina empreendida pelo poder soviético no Atlântico Sul. Os fuzileiros navais tiveram algum envolvimento interno, mas a corporação, em geral, estava mobilizada para a defesa externa. Os anos 70 se seguiram com o Brasil tentando se livrar da influência direta dos Estados Unidos e a redução do orçamento militar, especialmente para a MB. A crise do petróleo e da dívida externa afetou o orçamento federal e a parte que cabia à MB. Ela foi afetada, mas, procurou dinamizar-se assim mesmo com o maior entrosamento com a indústria nacional e a criação dos primeiros passos para a criação da indústria de informática brasileira. Mais ainda, a Marinha participou do esforço para a fixação do mar territorial em 200 milhas, da expedição à Antártida e para aumentar a presença nacional na Amazônia. A partir daí, a fundação da

Sociedade dos Amigos da Marinha (SOAMAR), demonstrou a preocupação com o desenvolvimento da consciência de maritimidade, que se traduz numa série de ações até os dias atuais. A “volta aos quartéis” e a democratização dos anos 80 trouxe para a MB a oportunidade da construção de seus próprios meios e maior profissionalização da corporação, mas havia o risco de “revanchismo”, no relacionamento com alguns setores da sociedade.

O momento presente é de paz, apesar das incertezas e imprevisibilidades quanto à ordem vigente no plano internacional. O Brasil tem seguido a sua via pacífica e se conformado a ser um país de capacidade bélica inferior em relação ao Hemisfério Norte. O clima atual é de maior busca pela cooperação, as tentativas de integração econômica e os entendimentos políticos. As disputas ideológicas deram lugar às divergências políticas naturais da democracia, mas alguns setores sociais ainda detêm um “amargor” em relação ao período iniciado em 1964. Eles querem discutir o papel das Forças Armadas para solucionar o problema de uma futura intromissão militar na vida política do país. Deste modo, no interior da instituição, busca-se um modelo aliado a maior profissionalização e ao voluntariado, do mesmo modo que reivindicam a redução dos efetivos, racionalizando a estrutura militar, reorientar os seus recursos e maximizar o seu aproveitamento. Isto está justificado por conta do “desaparecimento dos inimigos”, daí surgem várias solicitações de ordem social por causa da incapacidade do governo em atender a várias delas.

De acordo com Leal, a MB se vê como “fração da sociedade”, formada, então pelo caráter e pela cultura nacional. A sua composição sócio-econômica é variada, com homens e mulheres de todas as classes sociais. A oficialidade e as praças não são diferenciadas do povo e buscam ser aprimorados constantemente por conta das necessidades técnicas. Este oficial lembra que, no geral, o contingente da MB representa cerca de 0,04% da população brasileira, que ingressa na corporação de maneira voluntária. Deste modo, Leal vê como oportuna a maior presença da corporação no território nacional através de uma política de visitas de oportunidades do seu contingente. Como se sabe, a maior concentração dos meios navais na cidade do Rio de Janeiro contribui desfavoravelmente para a melhor visibilidade da corporação e suas atribuições por parte da população.

Outros ganhos poderão vir com a ênfase na profissionalização do marinheiro a bordo e em terra. A própria a sociedade tem auferido alguns benefícios como o

reconhecimento da qualidade da SPAN e a cópia de suas características por vários órgãos da administração pública. A tecnologia nuclear e a informática são também exemplos da contribuição que a corporação tem dado ao país. O relacionamento da MB com o meio acadêmico nacional é visto com bons olhos pelo comandante Leal. Há o diálogo que a corporação tem com os institutos tecnológicos civis. A MB se deferência das outras Forças por não querer manter uma organização própria, como o IME (Exército) e o ITA (Aeronáutica). Este é o significado do trabalho conjunto da MB com a USP para assuntos técnicos. Em outras esferas do meio acadêmico já começou a crescer a discussão sobre o papel das Forças Armadas e a MB tem se preocupado em participar mais ativamente neste processo.

Há um bom entrosamento da corporação com o meio empresarial e com a Marinha Mercante. Entretanto, com a opinião pública existe falta de maior diálogo e considerável isolamento. Conforme vimos na visão de outros, esta se interessa mais pelas Forças Armadas quando há algum fato inusitado, fato pessoal, novidade bélica ou alguma crise. Os meios de comunicação ainda atuam com “descrença” em relação aos militares, por causa dos governos militares. Seu comportamento ainda é “sectário e tendencioso”. Por isso, a corporação necessita desenvolver um programa mais adequado de conscientização da opinião em geral através do trabalho de relações públicas.

No relacionamento com as elites também há dificuldades. A corporação ainda vê limitações em seus membros a ponto de não valorizarem o papel dos congressistas, pondo em dúvida o seu real interesse pela política de defesa nacional e a sua competência para legislar, apesar do bom e exitoso trabalho das assessorias militares, defendendo posições profissionais desde a Constituição de 1988. A relação com o Executivo tem sido de muito respeito, mas há poucos recursos que são destinados às atividades militares por causa das prioridades dos problemas sociais e econômicos. Neste sentido, não há como fazer que os gastos militares aumentem para equipararem-se ao crescimento do país e o pacifismo é reforçado. Leal nota que a relação com a sociedade é complexa, onde a ausência de ameaças e a discussão pública levam a novas perspectivas para a corporação e seu preparo e emprego.

A finalidade da MB é atender ao interesse da sociedade brasileira e, para tal ela necessita do reconhecimento da mesma. O Brasil é um país pacifista, mesmo assim, o

modelo da preparação constante para enfrentar o inimigo quando ele aparecer nunca foi plenamente efetivado; sempre houve uma boa dose de improviso quando se fez necessária a utilização do Poder Naval. O pacifismo brasileiro expresso na sua política externa precisa estar ancorado em uma forma de credibilidade para que a vontade nacional seja realizada. Como instrumento desta vontade, a MB só pode atuar com recursos disponibilizados pelo país através de suas elites dirigentes: o Executivo e o Legislativo. O problema é que, apesar da valorização da opinião pública quanto às atividades marítimas nacionais, a falta de recursos tem sido expressiva em nome de dificuldades maiores; como resultado, o crescimento da MB sempre ficou aquém do necessário. Citando os almirantes Caminha e Leôncio Martins, o comandante Leal ressaltou a importância de que as autoridades estejam mais voltadas aos problemas de defesa nacional, mesmo numa sociedade de tradição pacifista. De igual modo, é importante que elas sejam “educadas” para conduzir com conhecimento as aspirações navais, como o exemplo histórico de José Bonifácio, Ouro Preto e Rui Barbosa. Deverá, haver, então, um tipo de “responsabilidade compartilhada” entre o Executivo e o Legislativo para que a MB seja eficaz no sentido material e moral ao cumprir a sua missão.

À corporação cabe esperar que a situação econômica se modifique. Enquanto isso, ela busca aumentar o seu entendimento com a sociedade (povo e elite) e maximizar o aproveitamento dos seus recursos para cumprir a sua missão, incorporando ainda várias atividades subsidiárias enquanto a sociedade e o governo não as assumir plenamente. Tais atividades podem ser combinadas com a missão fundamental de defesa, conforme tem sido a tradição naval brasileira, excetuando a atividade policial. Segundo aquilo que foi dito antes neste trabalho, a MB se mantém “essencialmente legalista” e “profissional”, apesar das críticas que lhes são feitas em nome da sua participação política a partir de 1964 como fruto da necessidade conjuntural. Mas a melhor percepção e avaliação do que é a MB e a sua missão só pode ser realizada se ela buscar “superar o isolamento” e “incrementar os fatores de socialização”. Esta postura fará com que a “Marinha” seja apenas um instrumento “do Brasil”. Neste sentido, as perspectivas devem apontar para a realização de aspirações “factíveis e coerentes” com a vontade e a capacidade da sociedade, pois não se pode antever a formação de um grandioso Poder Naval se não houver o seu respaldo. No presente e no futuro, a MB deve se constituir num “núcleo de competência e saber das

coisas do mar” para acessoria político-estratégica, emprego tático-operativo e desenvolvimento técnico-científico com vistas à preparação para a guerra. Para o comandante Leal, isto só será feito com base no diálogo com as elites dirigentes e, acima de tudo, no prestígio e na legitimidade atribuídos pela sociedade a quem a corporação pertence.

O capitão-de-mar-e-guerra Julio Exedito Curcio Aveline (1993)<sup>34</sup> também se reportou ao tema da relação entre a sociedade e a MB, enfatizando os fatores estabelecidos por Mahan e Till sobre a grandeza e a força de um país. Dentre tais fatores, o comandante Aveline ressaltou o povo e o governo para a compreensão das características de maritimidade e potencial desenvolvidos ao longo da História. Quando o país encontrar o seu rumo nos oceanos será possível manter uma capacidade econômica e militar maior diante dos demais países.

O Brasil nasceu do mar, assim a maritimidade faz parte da vida brasileira, desde o período da colônia, mas esta foi declinando ao longo dos anos de sua segunda metade. No início do século XVIII, só havia uma fragata para a defesa do litoral, apesar da intensa presença de estrangeiros. Nem mesmo a vinda da família real fez aumentar a contento o engajamento da sociedade brasileira nas atividades marítimas. A evolução histórica e as limitações da maritimidade nacional, suas flutuações e influências no preparo e emprego naval no Império e na República foram consideradas pelo comandante Aveline do mesmo modo que foi feito pelo comandante Leal. As justificativas para a modernização da Força para defesa em cada período, o seu envolvimento na vida política do país e as dificuldades encontradas são idênticas entre ambos. As observações sobre as características atuais da corporação naval e seu relacionamento com a sociedade brasileira no perfil do efetivo (a procura pela carreira naval, a sua seleção nas escolas de oficiais e praças) são também bastante parecidas. Neste caso, o relacionamento com o governo, a opinião pública e outras instituições sociais, como a imprensa, igualmente não se diferencia do que foi apresentado anteriormente.

As sugestões para que a MB aumente a sua base social são mais específicas e práticas: desenvolver os componentes do Poder Marítimo e a sua relação com o Poder

---

<sup>34</sup> AVELINE, Julio E. C. , *A Marinha e a Sociedade Brasileira*, EGN, 1993, digit .

Naval, aumentar os efetivos por razões sócio-políticas, aumentar o contingente de reservistas e seu adestramento periódico, aumentar a distribuição das unidades navais pelo território nacional, atribuir quotas de ingresso para a população de cada estado, reunião de militares da ativa e da reserva e simpatizantes das atividades marítimas em eventos e conclaves, descentralizar as atividades de relações públicas das organizações da MB, criar maior engajamento do pessoal da reserva nos diversos assuntos de interesse marítimo, inclusive os políticos (responsáveis pela alocação de verbas e prioridades), promover maior associação com entidades civis, em apoio às atividades marítimas e navais, para conquistar maiores porções do orçamento.

A relação entre os militares e a política também foi tratada, dentro dos marcos conceituais da constituição do Estado e da especificidade da história brasileira desde o Império até os dias atuais pelo capitão-de-mar-e-guerra Paulo Francisco Silva Leitão de Souza (1998).<sup>35</sup> Para ele, houve um envolvimento diferenciado em razão dos diversos contextos das relações entre os civis e militares ao longo do tempo. Só para ficarmos no período do passado recente, podemos apontar a situação do país nos últimos trinta anos. Por exemplo, o movimento de 1964 foi justificado pelo capitão porque foi uma atitude tomada em nome dos interesses da nação. A intervenção foi pedida pela sociedade para livrar o país do caos em que estava inserido. Não era intenção inicial dos militares a permanência demorada no poder, mas foi necessário para ajudar o país a crescer e se modernizar a partir de então. No atual contexto democrático, o comandante Souza defendeu a posição de que às Forças Armadas, cabem buscar um diálogo maior com a sociedade, para se tornar melhor conhecida e cooperar com suas necessidades, não somente no campo da defesa, mas também nas diversas ações subsidiárias e complementares, de natureza civil. Esta é considerada uma forma de contribuir para aumentar as condições favoráveis para o desenvolvimento nacional. A dinamização do conhecimento da sociedade ajudaria também a aumentar os recursos aplicados na corporação. Aqui nota-se também a menção ao papel das acessórias parlamentares que possuem a finalidade de aprofundar o relacionamento da corporação com o Congresso Nacional, estabelecendo as prioridades da aplicação dos instrumentos necessários ao bom funcionamento da Força Naval e o seu empenho nas

---

<sup>35</sup> SOUZA, Paulo F. S. L. de, *Mesrcosul*, EGN, 1998, digit.

questões marítimas. Ampliar a relação com o poder civil ajuda também a desfazer as imagens equivocadas presentes na opinião pública de que as Forças Armadas não seriam muito necessárias. Pelo contrário, é necessário mostrar as possibilidades de realização das ameaças, apresentar as condições de preparo e emprego da MB e focar as oportunidades de fortalecimento dos laços com os países vizinhos. Um dado importante na estrutura da defesa nacional, segundo Souza, é que ela deveria se manter como antes, não comportando, então a criação do MD. Este oficial qualifica de “inapropriada” a criação deste Ministério, assim como é ele foi contrário à qualificação dos militares como “servidores do Estado”. A seu ver, ambos os procedimentos ajudariam a afastar a sociedade e seus representantes das Forças Armadas, como é a sua interpretação do caso norte-americano. Para Souza houve pouquíssima discussão sobre o tema na sociedade, as Forças Armadas estarão mais afastadas do Poder Executivo, deixando de atuar como um grupo de pressão efetiva e tornará o Exército cada vez mais hegemônico em relação às outras Forças, pois o seguimento da tomada de decisão obedeceu à lógica ditada pela Força Terrestre. Não seria de se admirar a possibilidade de que o ministro fosse oriundo desta Força.

## **PARTE IV-BALANÇO E PERSPECTIVAS DA ESTRATÉGIA NAVAL**



## **Capítulo 7. Comentários Gerais ao Pensamento Político-Estratégico na Marinha do Brasil**

Neste capítulo, selecionamos e reagrupamos aquilo que julgamos ser os temas que melhor representam as características básicas da missão, preparo e emprego da corporação naval brasileira. Nosso intuito é o de chamar à atenção para alguns aspectos em relação ao que já foi dito pelos oficiais-marinheiros, com o auxílio da produção teórica de referência deste trabalho. Desta maneira, entendemos que podemos apresentar algumas considerações importantes para um melhor entendimento do pensamento político-estratégico produzido na MB, sem, contudo, esgotarmos a discussão sobre o mesmo.

### ***1. A Nova Ordem Mundial***

A chamada “nova ordem mundial” trouxe maiores preocupações porque a situação de multipolaridade comporta interesses mais difusos entre as nações. Nota-se que os comentários apontam para os problemas de relacionamento internacional, agora sobre o eixo Norte-Sul. Não é mais o impacto das relações Leste x Oeste que deve influenciar no preparo e emprego naval, senão a relação entre os países ricos e os pobres. As novas ameaças, eleitas pelos países do Norte têm origem no contexto dos países do Sul, em sua maioria, donde as mudanças no ordenamento jurídico internacional para permitir algum tipo de intervenção consensual ou à força promovida pelas grandes potências. Os Estados Unidos assumem um papel relevante em função de sua grande influência no Mundo, e na América Latina em especial. Nota-se que a amizade e as boas relações historicamente construídas com esta superpotência, passa por um momento de dúvidas / suspeitas sobre o tipo de ação que este país poderá efetivar na região sulamericana. Sabe-se que o Brasil já procurava reverter a relação de maior dependência de material e treinamento militar, em relação a esse país através da denúncia do acordo militar em 1977. Na década de 90, os entendimentos de reaproximação foram postos em prática. Mesmo assim, há reticências, porque parece clara a preocupação com a ingerência político-militar norte-americana no subcontinente. Os norte-americanos passaram de amigos a potenciais interventores em

nome da condução do chamado " processo de globalização" a partir da valorização de seus interesses. Por isso, o Brasil é visto pelos oficiais-marinheiros, dentro de uma situação de alguma tranquilidade por sua tradição pacifista e partidária da resolução de conflitos pela via diplomática. Mas, os oficiais não descartam que tal situação seja modificada pela pressão das grandes potências, como os Estados Unidos. Para este país, a América do Sul pode representar fonte de problemas, como o narcotráfico, a guerrilha e a devastação do meio-ambiente. O Atlântico Sul é uma região secundária nos interesses globais, porém tais ameaças poderão por esta área no centro de alguma crise provocada pela estratégia da ação norte-americana. Até mesmo nesta hipótese, o Atlântico Sul ainda seria um teatro relativamente secundário para o país, em razão da prioridade dada ao espaço territorial amazônico. De todo modo, o Poder Naval teria uma presença importante para efetivar operações ao longo da costa, que se combinem com as operações terrestres e ribeirinhas no teatro amazônico.

Tomar o Atlântico Sul como "homeland", (em termos de produção de alimentos, escoadouro das calhas das bacias amazônicas, do Paraguai e do Prata) e associá-la a Maham, é assumir uma posição de que o país tem algumas condições favoráveis de se tornar uma potência no futuro, nas quais, bastaria ter "sabedoria" para explorá-los e capacitação de algum poder militar que garanta os interesses do país. Esta posição pode ser associada ao depoimento de Vidigal, mencionado anteriormente. De maneira geral, toda a ênfase dada às possibilidades de atuação da MB envolve uma postura defensiva, que significa adotar a dissuasão no caso de agressão aos interesses nacionais através do uso da força. Existe também a consciência das vulnerabilidades que devem ser levadas em conta, e aí as características apresentadas anteriormente por Vidigal sobressaem mais uma vez.

Dentre os meios disponíveis para a dissuasão, admite-se a melhoria e a nacionalização desejável dos existentes, sem descartar o uso do navio-aeródromo e do submarino nuclear para aumentar o poder dissuasório. Estes dois meios navais concentram boa parte da capacidade militar, dando mais credibilidade à MB para cumprir a sua missão diante do que o país pode esperar. Porém, o reconhecimento de que a falta de consciência da opinião pública sobre os temas de maritimidade e a situação de subdesenvolvimento econômico, comprometem a aquisição adequada destes meios.

A busca pelo caminho da paz poderia traduzir ao mesmo tempo uma permanente atualização da tradição político-internacional brasileira e a adoção de uma estratégia aceitável de quem não tem condições plenas de impor a sua vontade, caso quisesse exercer uma “política de poder”. Os oficiais aqui apresentam uma interpretação mais condizente com a primeira versão, não deixando de lado o fato de que o uso da força é possível em condições limitadas, onde o poder naval terá uma função considerada importantes para ajudar o país a resolver as crises, dissuadindo os adversários a manter ou aumentar a pressão política. A questão-chave para a MB seria cumprir a sua missão a contento resolvendo os desafios da superação das vulnerabilidades, sobretudo de ordem material.

## *2. A Cooperação Regional e a Marinha do Brasil*

A MB participa de atividades técnico-operacionais em conjunto com as suas irmãs do continente, cuja finalidade é estreitar os laços de integração e fortalecer a cooperação internacional, segundo os princípios adotados pela PDN, a PBM e a DBM. A maior parte destas atividades envolve as Marinhas do Cone Sul, como a Argentina, Uruguai e Chile. Com exceção do Uruguai, as demais são consideradas as poucas “blue waters” da América Latina, somando-se ao México. As outras Forças Navais exercem as suas atividades como “brow” e “green waters”. Por terem relativa capacidade de operação oceânica de longo curso, elas adquirem uma responsabilidade maior no campo político-estratégico, na defesa do mar territorial, na proteção da ZEE e na proteção ambiental. Em certa medida elas cumprem uma dupla função: a de serem uma Força Armada e uma Guarda Costeira ao mesmo tempo, com exceção da Argentina, que possui uma corporação específica para a finalidade de patrulhamento marítimo.

O perfil das Marinhas do Brasil, da Argentina e do Chile, é mais qualificado para estabelecer uma relação de parceria cooperação com os Estados Unidos em um grau mais elevado, uma vez que a sua capacitação é um reflexo do tamanho físico e econômico destes países. Isto os leva a ter alguma preocupação de projeção do seu potencial econômico-estratégico nos mares do sul. Como é sabido, o Atlântico Sul é considerado pela ONU como Zona de Paz e Cooperação Internacional (ZPCAS) e, tanto o Brasil como a Argentina operam dentro dos limites impostos pela determinação da ONU, sem explicitarem quaisquer desentendimentos. Ao contrário, os países procuram desenvolver atividades

conjuntas, tais, como: a) treinamento militar (operação FRATERNO); b) formação de pilotos aeronavais; c) intercâmbio educacional e d) cooperação científico-tecnológica na Antártida). Neste contexto, a criação do Mercosul propiciou que este bom relacionamento fosse aumentado, assim como contribuiu para a criação de novas perspectivas de relacionamento.

René Dreifuss (1993)<sup>1</sup> já havia argumentado que as mudanças do quadro estratégico global dado o fim da Guerra Fria, provocaram a emergência de outros problemas no relacionamento entre os países, especificamente no Hemisfério Ocidental. Assim, questões étnicas, subnacionais, nacionais, supranacionais, religiosas e culturais entrariam na pauta juntamente com a configuração de uma “nova ordem mundial”, caracterizada pela formação de “alianças flutuantes”, “corporações estratégicas”, “megaconglomerados” empresariais e “macromercados regionais, continentais e transcontinentais”. Não obstante, a efetivação desta nova realidade é incapaz de reduzir a defasagem entre o Norte e o Sul: enquanto o Norte passa por uma situação de concentração da produção, da pesquisa e do desenvolvimento científico-tecnológico, o Sul apresenta um baixo perfil produtivo, atraso tecnológico-industrial e enormes desigualdades sociais. O relacionamento político-econômico entre o Norte e o Sul é administrado pela tríade FMI, BID e Banco Mundial, que segue os interesses das potências capitalistas do Norte, e impetra suas ações com o objetivo de fortalecer o capitalismo transnacional e internacional. Em todo este processo, o Brasil passou a ser afetado por uma perda de referências, afetando a sua “biolaridade emotiva”: opção pelos pobres do Terceiro Mundo ou pelos ricos do Primeiro Mundo.

Neste quadro, a MB e as outras Forças são afetadas. A Armada seria condicionada por aspectos tais como: avanços tecnológicos, integrações econômicas, nova importância dos oceanos, a consolidação do Mercosul, crescente sofisticação do equipamento militar-naval e aumento dos custos de sua renovação e inovação. É com isto que a MB precisa contar para realizar os interesses nacionais numa região imediata como o Atlântico Sul, mas que se estende para baixo até a Antártida, para o norte até o Caribe e para trás até o Pacífico. Há uma gama de desafios a serem enfrentados pela MB para o cumprimento do projeto político nacional. Para tanto, é necessário o preenchimento de inúmeras

---

<sup>1</sup> DREIFUSS, René A. ., O Mar e a Marinha no Contexto e Tendências da Estruturação do Novo Cenário Mundial, *Premissas*, cad. 4 ago, NEE-UNICAMP. 1993. pp. 50-66.

necessidades no campo estratégico, no que tange aos recursos humanos e materiais. O próprio país carece de inúmeras necessidades no nível econômico, político e cultural que, certamente, condicionam ainda mais o reparo e o emprego do Poder Naval.

Com esta realidade em mente, o Brasil tenta se inserir estrategicamente nos espaços do cenário mundial, mas os limites estão postos pelas potências mundiais como um todo e em particular dos Estados Unidos como potência hegemônica. Este é o único país do Mundo que atualmente possui interesses e necessidades globais/planetárias, explicitados no seu relacionamento com os países dos diversos continentes, podendo impor a sua vontade com todos os ônus e benefícios possíveis. Com a América Latina, esta relação passou a obedecer à situação pós-Guerra Fria, aprofundando o relacionamento com Washington. O subcontinente que já era visto como área de influência norte-americana teve esta situação fortalecida pelo desvanecimento do perigo oriundo da ação do MCI, à exceção de Cuba.

### **3. O Mercosul**

As intenções do Brasil quanto ao Mercosul são as de empreender os meios possíveis para consolidá-lo, ao mesmo tempo em que o país procura se inserir no espaço da economia global como um “global trader”. Junto à sua consolidação, procura-se a expansão dos países-membros com a adesão dos que integram a parte superior da América do Sul, como a Bolívia e a Venezuela, considerando as possibilidades de ampliação do relacionamento ao Caribe e à América Central (Dreifuss, 2000)<sup>2</sup>. Assim, o alcance estratégico que o Mercosul pode proporcionar ao Brasil, está na sua dimensão enquanto: a) recurso de barganha internacional; b) estabelecimento da integração regional; c) espaço de articulação no interior da América do Sul. O Mercosul representaria para as aspirações do Brasil tanto uma resposta regional ao processo de globalização quanto uma base e um espaço estratégico de ação em relação à economia global, com uma considerável margem de manobra, estabelecendo uma “plataforma de autonomia” através do bloco. O Brasil considera diversas formas de relacionamento com outros blocos existentes ou em formação, como a UE, APEC, NAFTA e os países da Europa Oriental, da África, a Índia e a China. A

---

<sup>2</sup> DREIFUSS, René, Strategic Perceptions and Frontier Policies in Brazil, *Premissas*, Caderno 21, maio de 2000, NEE-UNICAMP pp. 27-54.

Alca representa uma situação especial, dadas as condições de relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos, assim como entre os demais países do hemisfério. Aqui as pretensões do Brasil caminham na direção da integração gradual, sem desconsiderar a existência do Mercosul.

Segundo a imprensa, as empresas brasileiras planejam aumentar os seus investimentos na Argentina, apesar da recessão econômica. A sua estratégia é a de “reforçar a presença delas no Mercosul para que possa enfrentar melhor a Alca”.<sup>3</sup> O chamado Grupo Brasil visa aplicar US \$ 2 bilhões na Argentina até o final de 2002, totalizando US\$ 10 bilhões desde 1993. Assim, o otimismo deve ser mantido apesar das medidas protecionistas adotadas recentemente pelo governo argentino. Os empresários brasileiros argumentam que, se a Argentina crescer, o Brasil crescerá também. Os setores petrolífero, siderúrgico e alimentício são os que mais fortalecem essa posição, que deve ser consolidada a médio e longo prazo.

Houve críticas ao Mercosul feitas pelo Fórum Econômico Mundial, ao se reunir em Buenos Aires. Foi apontada a falta de clareza, ou a grande “opacidade” das economias dos países do Cone Sul, sobretudo Brasil e Argentina. Como não há uma transparência adequada, os investimentos podem ficar comprometidos, segundo os integrantes do Fórum. Por exemplo, o Brasil perderia US\$ 40 bilhões e a Argentina US\$ 18 bilhões. Mesmo a iminência da Alca para 2005 não anima alguns investidores, porque faltam ajustes de infraestrutura a serem feitos. Aliado a isso está a manutenção de diferença de interesses entre os países em relação aos Estados Unidos. A Argentina adotou uma posição parecida com o México. Por sua vez, o Brasil não quer ver o seu parceiro integrado de forma unilateral aos norte-americanos. Um outro agravante é a imensa crise econômica que afetou a Argentina, desde o último trimestre de 2001, o que levou à troca de vários presidentes e à elaboração de diversas propostas de financiamento de seu “deficit” enviadas ao FMI. A partir de então, há quem duvide da possibilidade do Mercosul continuar existindo em conjunto com a Alca.

Do mesmo modo, a falta de solidez do bloco fora da órbita governamental cria dificuldades para que ele seja plenamente aceito para um maior entrosamento externo, como a União Européia, que é considerada uma alternativa viável. É necessário a

---

<sup>3</sup> *Caderno Especial Gazeta Latinoamericana*, A Gazeta Mercanti 121-27 de maio de 2001.

organização de um sistema de arbitragem e intermediação de soluções de problemas comerciais.<sup>4</sup>

A crise do Mercosul e a situação de instauração da Alca provocaram discussões e mudanças nas relações entre Brasil e Argentina. Este país teve a sua economia mais afetada pela crise cambial brasileira em 1999, gerando turbulências entre ambos, que arrefeceram em 2000. A dependência do mercado argentino em relação ao brasileiro afetou os produtos manufaturados, como a exportação de automóveis. A Argentina procurou reagir vigorosamente, ameaçando ir à OMC, extrapolando, assim, a esfera do Mercosul e ajudando a enfraquecer as suas bases.<sup>5</sup>

Além dos problemas de relacionamento entre os maiores países do bloco, persiste a forma de inserção de ambos na economia mundial, considerada frágil. As tentativas de incrementar o bloco e expandir seu relacionamento com a Ásia e a União Européia esbarram no poder econômico norte-americano e no seu interesse de implementar a Alca. Esta ainda é uma promessa, mas sinaliza questões importantes, como a exigência da quebra de barreiras alfandegárias sem o aprofundamento de outras medidas, com subsídios, tarifa externa para produtos fora da Alca.<sup>6</sup>

Outro problema é a maior competitividade dos produtos norte-americanos em relação aos demais: isto pode gerar uma “regressão” das suas indústrias, que leva à queda de produtividade e do nível de emprego. Além do mais, não se prevê formas de compensação como as relacionadas com a transferência de tecnologia e a mobilidade de mão-de-obra.<sup>7</sup> Em que medida o Mercosul terá espaço de manobra para garantir algum tipo de “adequação competitiva” ainda é uma situação a se resolver. De todo modo, a possibilidade de crescimento do Poder Marítimo nacional depende do tipo de inserção do Brasil na economia regional e mundial. Na MB se entende que, enquanto expressão do país, deve estar capacitada para garantir quaisquer alternativas de expressão e projeção do poder na região circunscrita ao espaço do Atlântico Sul.

---

<sup>4</sup> idem.

<sup>5</sup> idem.

<sup>6</sup> Caderno Especial *Gazeta Mercantil Latinoamericana* 07-13 maio de 2001.

<sup>7</sup> idem.

#### **4. A Amazônia**

É interessante notar que não há entre os oficiais uma afirmação tão enfática de que a Amazônia é uma prioridade, tal qual foi mencionada na PDN de 1996. As probabilidades de atuação estão associadas ao oceano porque: a) é a área geográfica natural de emprego clássico da MB, concentrando a maior parte dos seus esforços em termos de preparo e emprego; b) numa eventual crise concentrada no espaço amazônico haveria uma irradiação de seus efeitos nas áreas circunvizinhas, como o litoral das regiões Norte e Nordeste e do Mar do Caribe.

Há grande rejeição dos militares às declarações e governantes mundiais sobre a Amazônia, como Mitterand, Major, Gorbachev, Al Gore e do chefe da Agência de Inteligência do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, (DIA) Patrick Hughes. Em todos estes pronunciamentos, está o conceito de flexibilização da soberania. Segundo os militares, isto representa um comprometimento dos interesses brasileiros, como a indivisibilidade, posse e jurisdição territorial, além da adoção de políticas governamentais de importância nacional. É neste sentido que existe o respaldo para a implementação e desenvolvimento de programas como o SIPAM / SIVAM, Calha Norte e do planejamento e operacionalização das atividades e instalações militares na região. Em boa parte, tal responsabilidade está nas mãos da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) ao estabelecer diretrizes governamentais a serem implementadas num cenário projetado para algumas décadas adiante. Tal procedimento conta com a cooperação de outras instâncias estatais, como o MD, e o Ministério do Meio Ambiente. Não são novas as preocupações com a situação da Amazônia no contexto da defesa nacional, para coibir uma possível interferência estrangeira. Ao longo do tempo, o governo brasileiro propôs o desenvolvimento de políticas para a região, a fim de tentar integrá-la ao resto do país.

É também facilmente perceptível a preocupação militar e civil com os possíveis descaminhos das ONGs. A sua atuação na Amazônia preocupa as Forças Armadas e o Congresso Nacional. No mundo civil isto teve razoável repercussão. O Senado instalou recentemente uma CPI para tratar do assunto. O autor da proposta foi o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Há suspeitas de que tais organizações cumprem propósitos escusos atentatórios ao interesse nacional brasileiro, uma vez que a sua maioria é composta de

entidades estrangeiras. No MD se admite que algumas delas possam estar favoráveis à internacionalização da Amazônia, resultando na perda da soberania nacional. Daí existe, por parte de militares e civis, a necessidade de entender com clareza a sua atuação, que está mais voltada para as comunidades indígenas e as questões ambientais. A estimativa é de que existem cerca de 350 ONGs, com recursos estimados em US\$ 460 milhões. Porém, no Ministério do Meio Ambiente, se questiona a importância da instalação de uma CPI porque a atuação das ONGs é entendida como benéfica por causa da realização de projetos ecológicos de cunho social, assistindo às populações locais. Este argumento tomou corpo a partir da comparação feita com as empresas madeireiras, nacionais e estrangeiras, que exploram os recursos da região de forma nefasta, mas não merecem o mesmo tratamento por parte do Congresso e dos militares. O ataque às ONGs pode coincidir com as formas de exploração econômica predatórias que vão de encontro às propostas de desenvolvimento sustentado das quais boa parte dessas organizações é patrocinadora. De todo modo, algumas ajudam às próprias Forças Armadas, apoiando as populações indígenas.<sup>8</sup>

Como vimos anteriormente, a atenção dos militares está centrada na presença dos grupos estrangeiros no território ianomâmi, por ser riquíssima em minerais estratégicos, como por exemplo, a tantalita, utilizada na indústria eletrônica. A demarcação de suas terras segue sendo um problema, gerando propostas de demarcação territorial contínua ou descontínua, formando “ilhas”. A maior parte das entidades societárias envolvidas prefere a primeira modalidade; os empresários de Roraima preferem a segunda. Como em toda parte, os militares admitem que existem entidades sérias, apesar da proliferação das desonestas. Neste sentido, vimos que eles entendem a necessidade de “separar o joio do trigo”. Mas a polêmica subsiste em nome da suspeita de que as entidades sejam apenas “fachada” dos países estrangeiros, especificamente, os desenvolvidos, aperfeiçoando novas estratégias colonialistas e promovendo a legitimidade do chamado “direito de ingerência”.

A postura dos oficiais-marinheiros aqui apresentada varia do alarmismo à atenção controlada, que não é diferente das percepções sobre o problema no seio geral da caserna. Por exemplo, em recente encontro comemorativo dos cinquenta anos da ESG, a temática central foi a Amazônia. Civis e militares debateram o assunto sob vários enfoques disciplinares e governamentais. Alguns tentaram achar um equilíbrio de posições, ma

---

<sup>8</sup> idem.

ninguém defendeu abertamente qualquer forma da internacionalização, considerada o perigo maior. Isto não descarta a manutenção do apoio externo de entidades e países, tal qual ocorre nas outras esferas da vida nacional.

As ONGs ganharam uma importância e uma dimensão internacional, cada vez mais valorizada a partir das manifestações de Seattle, onde várias minorias expressaram seu descontentamento com o processo de “globalização”. De um modo geral, elas se esforçam por mostrar que não querem apenas protestar, mas interferir na formulação de políticas públicas, tentando tornar a vida contemporânea mais razoável para a população mundial. Como se diz elas estão “em busca de uma economia global mais humana para os seres humanos”. Algumas delas querem generalizar princípios de participação, justiça, transparência e inclusão social. Esta estratégia visa questionar o “consenso de Washington” que legitimou a adoção de políticas neoliberais, com mais efeitos negativos nos países subdesenvolvidos. O Banco Mundial e o FMI estão sendo forçados a rever algumas de suas políticas e exigências por pressão das ONGs, principalmente nos países mais pobres. O endeuamento do mercado tem sido criticado em prol do revigoramento do aparato estatal a fim de promover os meios necessários ao acesso aos bens e serviços públicos.

João Roberto Martins Filho e Daniel Zirker (2000) <sup>9</sup> também aludiram às perspectivas os militares brasileiros sobre a Amazônia, com base nos princípios da PDN. Eles ressaltaram que ela é vista como a principal vulnerabilidade estratégica do Brasil, ainda mais com os discursos em nome da internacionalização da região e a intensa penetração em seu território de ONGs, na maioria estrangeiras, em que pese a qualificação de “paranóia” atribuída pela imprensa a esta visão e a pequena consideração que ela tem recebido de analistas afeitos ao tema. A chamada “Hipótese Delta”, da maior probabilidade de conflito com a Argentina, se modificou com a assimilação da noção dos riscos de conflitos serem maiores no espaço amazônico. Nota-se, que, a despeito desta percepção geral, a Marinha não descuida do espaço oceânico da costa brasileira. Isto está incluído na percepção genérica acerca das hipóteses de conflito apontadas anteriormente por Vidigal nos âmbitos regional, global e da guerra subversiva, diante das “novas ameaças”

---

<sup>9</sup> FILHO, João R. M. / ZIRKER, David Nationalism, National Security na Amazônia: Military Perceptions and Attitudes in Contemporay Brazil, “in” *Armed Forces and Society*, Fall 2000 Vol 27 n 1, pp. 105-129.

estabelecidas pela Nova Ordem Internacional, segundo a concepção norte-americana: autoritarismo político, violação de direitos humanos, narcotráfico e problemas ecológicos.

No caso brasileiro, agrega-se ainda: a) a situação da demarcação dos povos indígenas, que são conhecidos como “nações” pela opinião pública internacional, denominação que sofre críticas dos militares por ser atentatória à soberania nacional; b) as discussões sobre o SIVAM e o SIPAM, relacionadas à sua instalação, tecnologia, aquisição, etc.

### ***5. A Missão da Marinha do Brasil e a Opinião Pública***

Do que foi apresentado anteriormente, percebe-se que a MB faz um esforço razoavelmente grande para aumentar e manter em níveis altos a sua visibilidade diante da população brasileira, explicando melhor a ela a natureza de sua missão. Se esta não é possível em todas as atividades operacionais, principalmente quanto ao patrulhamento e proteção das águas jurisdicionais brasileiras, isto é feito, pelo menos, nos portos marítimos, fluviais e nalgumas das suas repartições instaladas no território nacional. Por exemplo, vê-se que a MB se importa com a sua participação na História do Brasil, como demonstrou a promoção da Parada Naval, realizada em abril de 2000, para a comemoração dos quinhentos anos do Descobrimento do Brasil. Os navios e helicópteros nacionais navegaram na companhia de embarcações de nações americanas, européias e africanas ao longo de boa parte do litoral a Cidade do Rio de Janeiro. O desfile foi iniciado no Centro, passando por vários bairros até o Recreio dos Bandeirantes, na zona oeste, e de volta ao Centro, perfazendo um total de 80 km. Esta é uma das formas de presença, que envolvem: a) a preservação de locais, equipamentos e utensílios de valor histórico-cultural para a corporação e o país; b) a abertura de instalações e navios para a visita pública e a organização de atividades cívico-desportivas; c) a organização de uma entidade de caráter nacional, com ramificações regionais, que congrega os interessados em atividades marítimas; d) o incentivo aos jovens brasileiros para que ingressem na carreira naval, apontando para uma vida de sucesso, tradição, honra e serviço ao país; e) o apoio a várias organizações sociais no campo das atividades relacionadas à exploração e à exploração de recursos marítimos, com a finalidade econômica, científico- tecnológica e ao salvamento e resgate em situações emergenciais.

No campo político-institucional, a MB procura desenvolver uma imagem de que a sua participação ao longo do Império e da República sempre foi a de respeitar o “legalismo” e buscar contribuir para estabelecer a melhor situação para o país. Não se deixa de lado que houve diferenças profundas com outras Forças, como nos episódios da Proclamação da República e da Revolta da Armada em relação ao Exército, no desenvolvimento da aviação naval, com a FAB, na Ditadura Militar e seus descaminhos, seguida do período pós-autoritário, com ambas as Forças, na discussão sobre a criação do MD. Ao mesmo tempo, procura-se mostrar que as divergências existentes foram superadas em nome da necessidade de integração militar e dos objetivos ou dos interesses nacionais. Ainda que o grau de integração esteja num patamar inicial, a expectativa aponta para o seu crescimento, dentro das definições do planejamento estratégico nacional a ser delineado pelas políticas envidadas pelo governo federal, ora em curso. Por isso, pensar e agir corporativamente, sempre poderá ser um equívoco que dificultará o alcance dos objetivos propostos, apesar da existência e da permanência da cultura institucional e corporativa.

As discussões entre os civis e a sua falta de condições para resolver crises políticas ainda é a explicação corporativa mais contundente para qualquer tipo de envolvimento militar na vida nacional. Mesmo discordando, às vezes, quanto à duração e à intensidade da intervenção, os oficiais da MB se posicionam ao lado do poder instituído, porque entendem ser esta a sua obrigação legal e por não discordar substancialmente dos objetivos estabelecidos para a intervenção. É certo que o caso mais paradigmático foi o da institucionalização da Ditadura Militar, entre 1964 e 1985. A hegemonia do EB durante este período, explica a postura relativamente secundária da MB, que contribuiu na lógica, mas não determinou no desenvolvimento do regime. A repressão política e o “milagre econômico” tiveram distorções, como a tortura e o desaparecimento dos inimigos políticos, assim como o aprofundamento das desigualdades sociais, que são vistas como descaminhos de um modelo econômico que tinha como objetivo elevar o país a um patamar de crescimento capaz de construir uma potência no nível dos países capitalistas médios. No entanto, este processo, ao que se sabe, não foi alcançado do jeito que se preconizava então. Naquela época, os indicadores sócio-econômicos das décadas posteriores apontam para um aumento da situação de desigualdade e exclusão social. No plano político, a transição para a democracia criou expectativas relacionadas à expansão da sociedade civil e do

aperfeiçoamento do princípio da cidadania, que levaria a um melhor relacionamento com as instâncias estatais e os poderes constitucionais. O tratamento do chamado “entulho autoritário” esteve associado à contemplação de vários aspectos na Constituição de 1988, dentre eles, uma solução considerada possível para a anistia e a indenização das famílias dos desaparecidos. Mas neste tópico, nem tudo foi considerado satisfatório por todos. O próprio ex-ministro, almirante Ivan Serpa, manifestou descontentamento com esta questão, entendendo que há problemas e ressentimentos a serem superados.<sup>10</sup>

Outro exemplo, é o fato da MB ser até hoje contestada por não permitir a integração das praças que participaram das agitações políticas por estarem ao lado do governo João Goulart. Até agora há uma luta desses marinheiros para que seus direitos sejam reconhecidos pela legislação. Eles empunham a bandeira de João Cândido, que protagonizou no passado a Revolta da Chibata como um símbolo da sua causa, conforme o Manifesto de Apoio ao Movimento Popular Pró-Monumento ao Marinheiro João Cândido. O projeto apresentado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi de autoria do vereador Jorge Ligeiro, tornando-se a Lei Municipal 1982/93. Mas, para a MB, tanto o chamado “almirante negro” quanto às “praças de 64” feriram os pilares básicos da hierarquia e da disciplina, seja por iniciativa e convicção própria, seja pela influência do espectro político-ideológico de esquerda. Este movimento de praças reclama que a MB faz vista grossa e não pressiona favoravelmente para o governo resolver a sua questão, ao contrário de outros temas de interesse político-corporativo. Até mesmo a existência de dificuldades na edificação do monumento a João Cândido, aprovado pela municipalidade carioca, é posta sobre a responsabilidade da MB pelos adeptos desse movimento, visto que a corporação não pretende estimular homenagens aos insubordinados do passado e seus herdeiros políticos.<sup>11</sup>

Durante a década de 90, outras participações internas, como a Operação Rio, só tiveram a participação da MB, através dos fuzileiros navais, porque também foi uma

---

<sup>10</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina / CASTRO, Celso, *Os Militares e a Nova República...op. cit.*

<sup>11</sup> CÂMARA MUNIIPAL DO RIO DE JANEIRO, Sessão Solene em Homenagem ao Marinheiro João Cândido, 22/ 11/84. Para a constatação de nossas considerações sobre as questões político-institucionais e implicações na Marinha ao longo da República, que são tratados hierarquicamente antes de 1964, ver SILVEIRA, Cláudio de C, *A Marinha e a Política do Exército* “in” *A Força na Política*, Estudos de História, São Paulo, UNESP/ Olho d' Água, 2001, pp 241-252.

Sobre a visão dos protagonistas da Revolta dos Marinheiros, considerados subversivos pelos oficiais da Marinha, ver CAPITANI, Avelino B. , *A Rebelião dos Marinheiros*, Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1997.

decisão governamental e uma tentativa de satisfazer a opinião pública. Pelo mesmo motivo, é admitido algum apoio relacionado ao esforço de combate ao narcotráfico, embora isto também seja visto pelos oficiais como uma atuação complementar, sob o risco de fazer a corporação perder-se em funções que são meramente de segurança pública. Nessas formas de participação estão as atividades da inteligência naval e suas vinculações com as altas esferas do MD e da ABIN. Apesar dessas participações internas, a MB se apresenta como uma corporação que tem uma visão bem mais voltada para o âmbito externo. O apoio à política exterior em combinação com o corpo diplomático é entendido como uma atividade fundamental na corporação para o relacionamento do país com seus vizinhos regionais e com a comunidade internacional em geral.

O relacionamento da MB com a sociedade brasileira, passa, também, pela preparação da opinião pública e o conjunto de informações que ela recebe através dos meios de comunicação. É sabido que a democracia comporta conflitos e divergências de interesses e opiniões, o que não pode ser confundido com campanhas feitas em detrimento das Forças Armadas ou da MB toda vez que notícias são veiculadas. Algumas vezes, a MB se viu envolvida com notícias controversas ao longo do tempo de vida do atual regime democrático. As mais sensíveis foram: a) a acusação da existência de práticas homossexuais e de contrabando na tripulação do *Minas Gerais*<sup>12</sup>; b) a compra de aviões e do porta-aviões, considerados caros, defasados e de duvidoso propósito político-estratégico; c) o afundamento do submarino *Tonelero* em pleno cais do Arsenal de Marinha no mês de dezembro de 2000, quando a tripulação foi acusada de promover uma festa de Natal a bordo. Em plena virada do milênio e do século, a MB foi vista como portadora de uma imagem de ineficiência, dado que seus oficiais permitiram o afundamento de um navio que estava em reparos, comprometendo um caro e importante equipamento de bordo, responsável pelo treinamento de submarinistas.

A MB respondeu através de notas do seu serviço de relações públicas na imprensa em geral e nos boletins e revistas da corporação, negando quaisquer acobertamentos de atos considerados indisciplinados e criminosos entre seus membros. Sobre a compra do equipamento aeronaval o então ministro Mauro Cesar Pereira e o atual Comandante da MB, Sérgio Chagasteles, responderam, à seu tempo, em nome dos interesses nacionais e

---

<sup>12</sup> A imprensa televisiva e escrita noticiou o fato, no que foi rebatida pela MB.

objetivos relacionados à defesa. Para o ex-ministro, a MB necessita de uma aviação naval mais moderna, contando com aviões a bordo de um navio para atacar, a partir do ar, os alvos marítimos inimigos, com uma chance de êxito maior do que um submarino<sup>13</sup>. Segundo o ex-ministro, assim, como o atual Comandante da Marinha, Sérgio Chagasteles, a compra de um novo porta-aviões era necessária para que a MB possa “desempenhar melhor a sua missão de proteção dos recursos naturais e das rotas comerciais marítimas e controle das áreas marítimas de interesse do Brasil”<sup>14</sup>. É uma antiga reivindicação da corporação que demandará mais recursos a serem projetados ao longo dos próximos anos em função das necessidades da manutenção e da modernização do navio.

A situação da força aeronaval já havia mudado quando em 1998, na gestão do ex-ministro Mauro Pereira, a MB empreendeu nova modernização no *Minas Gerais* e comprou do Kuwait, vinte aviões de fabricação norte-americana, rebatizados de *AF-1*. Isto motivou a corporação a prosseguir, tendo o apoio da FAB e da Argentina para o treinamento dos seus pilotos.

A bela, pequena e pacata cidade de São Pedro da Aldeia, na Região dos Lagos, litoral fluminense, abriga a principal base aeronaval do país. A chegada dos *AF-1* causou furor, curiosidade e orgulho aos seus cidadãos, pois o seu aeroporto tinha sido antes cogitado pelos empresários para receber aviões comerciais, por causa do grande afluxo de turistas do país e do exterior. A MB recusou peremptoriamente esta opção e demonstrou o porquê, a partir do momento que seus aviões se estabeleceram no local. O almirante Mauro Cesar Pereira presidiu a cerimônia e recebeu os aviões com “lágrimas nos olhos” por ter se empenhado muito na sua aquisição, embora contasse com as críticas de alguns membros da MB e de das outras Forças Armadas. Como o navio *Minas Gerais* continuava defasado, apesar das reformas, sob o comando do almirante-de-esquadra Sérgio Chagasteles, a MB resolveu comprar o *Foch*, oferecido pela França ao Brasil em setembro 2000 por um preço que, de US\$ 60 milhões, ao final foi reduzido para US\$ 12 milhões. O navio foi rebatizado de *Nae São Paulo*, e chegou ao Rio de Janeiro em fevereiro/março de 2001. Segundo a imprensa, os Estados Unidos haviam imposto algumas condições à França e ao Brasil

---

<sup>13</sup>, Entrevista a *O Estado de São Paulo*, 01 fevereiro de 1998. O ministro defendeu a compra dos aviões como vitais para o fortalecimento do Poder Naval brasileiro. A compra, os testes dos aviões da MB, assim como o desempenho da força aeronaval passou a ser registrados a partir de 2001 em periódico próprio como *A Macega*, Comando da Força Aeronaval, São Pedro da Aldeia, RJ.

<sup>14</sup> O Brasil Adia a Compra do Porta-Aviões, *O Estado de São Paulo*, 01 de agosto de 2000.

quanto ao repasse de tecnologia embarcada, recomendando “observação contínua” do uso que o Brasil fará do navio<sup>15</sup>.

O Nae A-12 *São Paulo* passou à condição de navio capital da Esquadra Brasileira, sob o comando de Antônio Alberto Marinho Nigro. O seu antecessor, o Nael A-11 *Minas Gerais* está em fase de desativação completa. Algumas propostas alternativas para seu uso foram de servir à defesa ou ao socorro contra catástrofes naturais para os países do Mercosul. Mas, o navio poderá ter uma saída honrosa, segundo o que foi noticiado pela imprensa<sup>16</sup>. Em plena crise de racionamento de energia no país, com o risco de “apagões” nas cidades, este navio seria usado como gerador, já que a sua turbina poderia ajudar a iluminar uma cidade como o Rio de Janeiro durante algum tempo. Esta foi uma proposta de técnicos e empresários que teria que contar com a concordância da MB. Outros empresários, do setor turístico, propuseram a participação do porta-aviões nos festejos da passagem de ano, como plataforma de fogos de artifício.

Em 27 de maio de 2001 o presidente Fernando Henrique Cardoso embarcou no *São Paulo* para a sua primeira viagem, do Rio de Janeiro a Santos, a fim de incorporar o navio ao serviço operativo e fazer uma homenagem ao estado brasileiro que lhe empresta o nome. Na presença do Ministro da Defesa, Geraldo Quintão e do governador do estado de São Paulo, Geraldo Alkmin e do Prefeito da cidade de Santos, o presidente ressaltou a importância do navio pela justificativa da proteção do litoral e da posição do país no cenário internacional. Foi aberta a visitação ao público, que contou com cerca de 34 mil pessoas<sup>17</sup>. Em junho, nos festejos da Batalha do Riachuelo e na promoção cultural da municipalidade carioca denominada “Fim de Semana no Centro”, a tripulação do navio também recebeu a bordo um número expressivo de visitantes ao som de “O Cisne Branco”, hino oficial da MB.

A compra do *São Paulo* não foi feita sem críticas de alguns militares e civis. Assim como no caso dos aviões *AF-1*, a MB foi acusada de comprar um equipamento velho e defasado, em torno de quarenta anos. Também os ministros do Exército e da Aeronáutica divergiram sobre a necessidade de comprar os aviões. O general Zenildo de Lucena chamou-os de “porcarias”, afirmando que a visão de que a MB deve ser mais costeira e sem

---

<sup>15</sup> Revista *Época* 28 de setembro de 2000.

<sup>16</sup> Telejornal *Em Cima da Hora*, Edição das 14 H, em 22 de maio de 2001, Canal *Globonews*, *Globosat*.

<sup>17</sup> Revista *Nomar*, n. 709, maio 2001, Serviço de Relações Públicas da Marinha, Brasília, DF.

pretensões oceânicas de “projetar poder na África”. O brigadeiro Lélío Lobo também questionou esta postura, por não ter base na PDN. Ele ressaltou as dúvidas existentes sobre a decisão da MB possuir aviação embarcada<sup>18</sup>.

A imprensa veiculou a versão de que alguns especialistas lembraram a validade do dito: “quem tem um, não tem nenhum”, demonstrando a insuficiência operacional da posse de apenas um desses navios, como ocorreu com a Argentina nas Malvinas<sup>19</sup>. A compra do navio resolveria os problemas da França, que o substituiu pelo *Charles de Gaulle* (mais moderno), mas criaria um problema político no Brasil. Outros criticaram mais ainda em função das características da PDN e da falta de uma PMD e de um projeto de forças. A compra do navio e dos seus aviões não se justificaria por si só, de acordo com a (in) definição político-estratégica para o país. Esta ainda é uma tarefa a ser estabelecida pelo poder político.

Segundo os depoimentos de Flores e Vidigal, há discordâncias sobre a MB possuir ou não uma aviação embarcada. Para Flores, um navio como esse é um alvo fácil dos submarinos em alto mar. O melhor seria possuir uma aviação sediada em bases no litoral. Isto é, conforme foi dito antes, para ele, pode-se possuir aviões navais sem, contudo, possuir um navio-aeródromo. Lembra-se aqui a posição do comandante Pinto ao se referir ao emprego político do Poder Naval, quando afirma que possuir um porta-aviões é não ter nenhum. Mas, para outros oficiais, como Vidigal, o ex-ministro Mauro Pereira e o atual Comandante Sérgio Chagasteles, o conjunto avião-navio é imprescindível para a defesa nacional, a partir das operações navais; assim, a MB teria feito o “melhor possível” para o país.

Alguns intelectuais também se manifestaram. Por exemplo, Hélio Jaguaribe fez críticas na imprensa à compra do navio-aeródromo, em não atender às necessidades nacionais. No mesmo sentido, um repórter do Jornal do Brasil criticou, em tom jocoso, a compra, fazendo uma paródia com o hino da MB, a canção “Cisne Branco”. O Comandante Chagasteles, em nome da corporação, respondeu aos dois. Quanto ao primeiro, lamentou a visão considerada equivocada; quanto ao segundo, invocou a Lei de Imprensa para que a resposta fosse publicada no mesmo periódico. Aqui a resposta da corporação foi a de

---

<sup>18</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina / CASTRO, Celso, *Os Militares e a Nova República...op. cit.*

lamentar o tratamento desabonador que a corporação sofreu, questionar o seu propósito e esclarecer a todos que outros países, como Austrália, Espanha, Índia, Chile e Alemanha tomam medidas parecidas para reequipar as suas esquadras. A nota da MB reclama da “falta de informação, ou, o que é pior, de patológica propensão a ridicularizar tudo o que pertence à Nação, aí incluídas as suas instituições, símbolos e valores”. O Comandante Chagasteles lançou mão de uma pesquisa “on line” feita pelo mesmo jornal, constatou que 83% dos votantes eram a favor da compra do navio, 15% eram contra e 2% não responderam.<sup>20</sup> Cândido Mendes também fez críticas, apontando para o senso de anedota que representou o episódio do submarino *Tonelero*. O Comandante da Marinha respondeu que a corporação tomara todas as medidas judiciais cabíveis. O afundamento do submarino mereceu uma investigação com uma visita de inspeção ao local pelo Comandante e a determinação da abertura de um inquérito administrativo.

Entendemos que a consideração de que tais respostas são ou não satisfatórias dependem de um debate mais apurado, mas sinaliza que não há um acompanhamento específico pela sociedade, com exceção de alguns grupos dessa natureza, mais atentos aos problemas de defesa e da sua valorização enquanto uma política pública de importância para a esfera estatal e societária. De acordo com a imprensa, os Estados Unidos também fizeram algumas restrições, lembrando que o Brasil teria que sofrer uma observação contínua quanto ao dispor do armamento embarcado no navio e da sua utilização.<sup>21</sup> O debate prossegue no tema relacionado ao sentido da autonomia do poder militar e as determinações estabelecidas pelo poder civil. A decisão de comprar / não comprar tal / qual equipamento não pode ser medida pelo senso de oportunidade ou de orgulho corporativo e nacional. Ela deve ser precedida de uma discussão apropriada da PDN, da PMD e de um “projeto de forças” que estabeleça porque e como este ou aquele meio militar pode ou deve ser utilizado.

---

<sup>19</sup> *O Estado de São Paulo* 01 de janeiro de 1998.

<sup>20</sup> *Revista Nomar*, jan. 2001, Serviço de Relações Públicas da Marinha, Brasília, DF.

<sup>21</sup> Potência Aprendiz, *Revista Época* 20-27 de setembro de 2000.

## 6. Política, Ciência e Tecnologia

A despeito da argumentação do comandante Cavalcanti sobre o inter-relacionamento de C&T com o desenvolvimento das nações e a sua vinculação com a “vontade nacional”, podemos fazer algumas considerações, tais como o fato de que o Brasil tem se mantido na posição secundária, o que impossibilita um modo satisfatório de inserção internacional. A dependência externa de recursos financeiros e científico-tecnológicos é maior do que essa vontade de concorrer para o desenvolvimento relativamente autóctone, de um conjunto de conhecimentos necessários para que a fórmula dos interesses nacionais, apresentada acima, de fato ocorra.

Por exemplo, no passado, a política brasileira de informática, no seu nascimento, teve um grande incentivo de parte da MB e de outras instituições governamentais. Na década de 60, os ministérios da Marinha e do Planejamento mantiveram relações estreitas com o objetivo de desenvolverem os componentes eletrônicos das fragatas, na maioria, adquiridas no exterior, outras feitas no país (Tavares / Seligman, 1984).<sup>22</sup> Para a MB, esta política era importante a fim de buscar a tentativa de “construir o embrião de uma autonomia tecnológica para a área de informática”. O Grupo de Trabalho Especial (GTE) foi constituído sob a coordenação do Ministério da Marinha, dado o seu objetivo na construção de computadores para a execução das operações navais. Mais tarde, a elaboração do I Plano nacional de Desenvolvimento (I PND, 1972–1974) e o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (I PBDCT), de 1973 a 1974, estabeleceram propostas de criação de “joint ventures” para a transferência de tecnologia de ponta para o Brasil a curto/médio prazo. O Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as universidades brasileiras também contribuíram para o aprimoramento dos recursos materiais e humanos, através da USP e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

Este processo se deu no interior de um intenso debate entre as posições marcadamente nacionalistas e relativamente internacionalistas, através do apoio de empresas estrangeiras. A criação das “joint ventures” foi a saída encontrada pelos

---

<sup>22</sup> SELIGMAN, Milton / TAVARES, Cristina, *Informática: A Batalha do Século XXI*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

ministérios para viabilizar o plano. Foram criadas empresas como a DIGIBRAS e a COBRA para gerenciar e executar a industrialização de componentes eletrônicos para o setor de informática e computação. Em 1979, foi criada a Secretaria Especial de Informática (SEI) para centralizar as decisões tomadas na área. Como se sabe, a Política Nacional de Informática foi extinta em 1990 pelo governo Collor de Mello, em nome da abertura comercial, promovida pela globalização econômica.

Mesmo diante do processo de globalização, inspirador dos investimentos em produtividade, competitividade etc nos países, a ligação entre o poder nacional e a tecnologia se apresenta cada vez mais distante porque não há um projeto político nacional que o sustente. Então, vemos que há no seio militar-naval, um certo desencantamento com a globalização e as repercussões da “nova ordem internacional”. O comandante Cavalcanti admitiu a existência de um “apartheid tecnológico” entre os países do Norte e do Sul, o que, em verdade, é um dos aspectos dessa nova ordem, também aqui criticada pelos comandantes Sampaio e Vasconcellos. O reconhecimento da industrialização tardia feita em nome dos interesses do mercado internacional, ajuda a reforçar a situação de inferioridade, estabelecida mesmo antes dessa nova ordem.

No entanto, a comparação com a realidade de outros países, como o Japão, daí, parece imprópria e deve ser tomada com cuidado. A situação deste país no contexto internacional é, de longe, deferente do Brasil, que, por sua vez, não reúne condições de “dizer não” e criar um parque científico-tecnológico-industrial com altos índices de competitividade internacional em nome de uma “concorrência global”. Do mesmo modo, a exemplificação da realidade norte-americana, que busca sempre a supremacia tecnológica com vistas a manter os seus interesses hegemônicos no campo político, econômico e utiliza a sua máquina militar para tal. O próprio conceito de “reconstitution” norteia este procedimento no campo político-estratégico.

Os efeitos da globalização, como o aumento da interdependência econômica entre os países, e a conseqüente redução de sua soberania, só ocorre, de fato, com aqueles denominados periféricos. Devemos ressaltar, então, que essa visão sobre a interdependência reforça os pressupostos do mito da globalização, no que tange à sua versão econômica, e não enfoca devidamente os aspectos ideológicos, de cunho político e cultural, somados às

implicações existentes para a governabilidade dos Estado-nação, conforme referido anteriormente.

De todo modo, Cavalcanti valorizou os esforços de nacionalização tecnológica que a MB procura fazer, reconhecendo a necessidade de sua efetivação em nome de um projeto nacional. Decerto, isto revela uma percepção ambígua quanto ao processo de globalização: ao mesmo em tempo que se deve rejeitar “pacotes” oriundos do Primeiro Mundo e aumentar o índice de nacionalização de seus equipamentos, considera-se a importância de adotar padrões compatíveis com as exigências reconhecidamente induzidas pela transformação econômica e tecnológica em curso.

A valorização de que a nacionalização tem sido uma meta a ser demarcada, relaciona-se às observações do vice-almirante Vidigal e do comandante Camardella. A melhoria dos equipamentos de origem estrangeira para os navios, sob a forma de adaptar ao conhecimento nacional naval acumulado, remete-se à importância de qualificação dos recursos humanos, neste sentido, à educação. Por outro lado, esta modernização parece estar sempre aquém das expectativas, por conta dos altos custos financeiros, tendo que apelar, então, para soluções criativas na melhoria dos meios existentes e na manutenção do simbolismo militar, que é representado pelo projeto do submarino de propulsão nuclear.

O pioneirismo histórico da MB na formulação de políticas sobre a questão nuclear, foi exemplificada pela figura do almirante Álvaro Alberto. De fato, os militares procuraram protagonizar o processo histórico de formulação da política nuclear brasileira, ao lado de um pequeno grupo de diplomatas e cientistas. Houve divergências entre eles em relação a qual orientação deveria ser implementada. A participação ativa dos militares nesta questão se deve à natureza da tecnologia e seu uso para fins bélicos, mas também revela a falta de interesse da elite civil brasileira no que se refere à segurança nacional. Ao longo de período ditatorial-militar, este tema foi tratado de maneira sigilosa pelo CSN (Conselho de Segurança Nacional) e os governos que se sucederam no período, modificando a postura oficial tradicional aliada ao apoio à política de desarmamento internacional. Daí em diante, a discussão sobre a adesão ou não ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) passou a ser um assunto importante para aqueles que conduziram a política nuclear. Por um lado, o país afirmou as suas intenções pacifistas, mas, por outro, buscou o domínio da tecnologia com finalidade de geração de energia elétrica e construção de motores de propulsão, como

no caso da indústria naval. Não se pode descartar, contudo, que a possibilidade de adesão ao TNP, passou pelos entendimentos estabelecidos entre Brasília e Buenos Aires a partir dos anos 90 (Wrobel, 2000).<sup>23</sup>

Dentre os analistas, já foi ressaltado que a vontade militar do uso da tecnologia nuclear para fins bélicos não obteve respaldo político no governo, em nome de uma política de integração do Brasil com os seus vizinhos sul-americanos. O país optou por manter-se estrategicamente preparado para atuar de forma dissuasória, usando meios condicionais. A partir daí, foram desenvolvidos programas de tecnologia avançada para as Forças Armadas, como o Programa Autônomo de Tecnologia Nuclear da Marinha a Missão Espacial Completa Brasileira e o Programa AMX. Estes programas foram desencadeados sob forte controle e autonomia militar. O argumento que sustentou este posicionamento se deve ao projeto de construção do Brasil-potência regional, reconhecendo a hegemonia dos Estados Unidos no plano mundial (Cavagnari, 2000).<sup>24</sup> Porém, a estratégia dissuasória convencional nunca passou de uma retórica pelo fato de que o país não preparou o aparato militar de forma adequada para as operações defensivas de pronta resposta e mobilidade estratégica. Por isso, o recurso da diplomacia foi mais aproveitado para o estabelecimento da política de integração. A respeito da relação necessária entre ser pacífico e ser forte para enfrentar os desafios da ordem internacional, este autor lembra a importância do preparo das Forças Armadas pra exercer a capacidade de pronta resposta.<sup>25</sup>

De todo modo, o Brasil tem tentado buscar um espaço próprio na política internacional, segundo Vicente Rangel (2000) <sup>26</sup>. Na realização de sua política marítima isto ficou claro com a reivindicação sobre o limite de 200 milhas, com oposição externa, mas com apoio interno de governistas e seus adversários parlamentares. Também a própria discussão sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) foi e tem sido um longo processo internacional de discussão decisão. Neste caso, o Itamaraty e a MB trabalharam em sintonia, através do planejamento do LEPLAC e do desenvolvimento dos

---

<sup>23</sup> WROBEL, Paulo, A Política Nuclear Brasileira “in” ALBUQUERQUE, José A. G. de, *Sessenta Anos de Política Externa: Prioridades, Atores e Políticas*, 2000 p.65-86.

<sup>24</sup> CAVAGNARI, Geraldo L., *Estratégia e Defesa (1960-1990)* in” ALBUQUERQUE, J. Guilhon . G. de, *Sessenta Anos de Política Externa: Prioridades, Atores e Políticas*, 2000 pg, São Paulo, EDUSP ,p 119-148.

<sup>25</sup> CAVAGNARI, Geraldo L., *O Teorema da Exclusão e o Corolário Nabuco* “in” *Carta Internacional* , dez. 2001, p. 07-11.

<sup>26</sup> RANGEL, Vicente M. *O Brasil e o Processo Decisório em Direito do Mar* “in” ALBUQUERQUE, *Sessenta Anos de Política Externa: op. cit.* pp. 307-342.

trabalhos da DHN. Sérgio Bath (2000) <sup>27</sup> se refere a outro exemplo de boa integração governamental para garantir interesses político-tecnológicos, como foi o caso do Programa Antártico Brasileiro. Este tem representado um bom nível e cooperação com os setores político-administrativo e universitário, desde a sua transferência para o CNPq.

Entretanto, de um modo geral, a política externa brasileira não só se desenvolveu de maneira desarticulada entre os diversos ministérios governamentais, como também comportou divergências entre civis e militares (Gonçalves / Miyamoto, 2000) <sup>28</sup>. Um dos exemplos mais significativos do passado recente se refere à criação da ZPACS, pondo o Itamaraty e os ministérios militares em lados opostos na redação final do documento: o problema se referia ao uso dos termos desmilitarização e não-militarização da região. Estes autores confirmam a alusão anterior sobre as pretensões militares de alcançar um padrão tecnológico de respeitabilidade e prestígio internacional através daquele programas de C & T tocados de modo exclusivo pelas Forças Armadas. Na MB, o Programa Nuclear Autônomo, dividiu-se em quatro projetos: *Ciclone, Remo, Zarcão e Costado*, que consumiram cerca de 270 milhões de dólares durante a década de 80. Isto representa um pouco de como a corporação naval, e as demais corporações militares, desenvolve políticas e projetos de maneira autônoma, sem controle da sociedade, desde que elas considerem relevante para a segurança nacional.

## ***7. A Revolução nos Assuntos Militares e o Brasil***

No atual contexto de passagem do século XX ao XXI, a modernização militar é condicionada pela RAM. Vimos na exposição dos analistas que esta modifica as Forças Armadas no que diz respeito ao: a) desenvolvimento de sistemas de comando, controle, computação e inteligência (C4I); b) o desenvolvimento de ação conjunta, levando a otimizar a capacidade de combate; c) os avanços tecnológicos que podem aumentar o poder de combate das pequenas unidades ; d) os novos conceitos operacionais, como “manobra dominante”, “engajamentos de precisão”, “proteção completa multidirecional” , “antecipação logística” etc. Estas novas características da guerra contribuem para aumentar

---

<sup>27</sup> BATH, Sergio F. G. A Política Antártica Brasileira “in” ALBUQUERQUE , *Sessenta Anos de Política Externa... op. cit.* pp 343-354.

o hiato tecnológico e os problemas de interoperacionalidade entre as Forças de dentro ou de fora de um país. Para que isto seja reduzido, investe-se na tecnologia de comunicação, a fim de que as Forças possam “conversar mutuamente”.

É importante assinalar que a RAM não significa somente transformação de padrões tecnológicos. Ela implica simultaneamente em aderir a uma nova mentalidade, numa outra percepção a respeito da liderança e do comando, relacionado ao preparo dos homens para o combate. A cultura da guerra e da máquina que a alimenta são sensivelmente modificados. Os paradigmas do passado são deixados de lado, buscando tornar viável uma máxima tradicional de Sun Tzu: “a maior habilidade é a de vencer o inimigo sem ter que lutar”. A RAM constitui-se como um contexto favorável para a elaboração de propostas de planejamento e projetos de força no plano, político-estratégico, burocrático-administrativo e técnico-operacional.

Segundo os Estados Unidos, os possíveis cenários de crise apresentam a Coreia do Norte e do Sul, China, Taiwan, Golfo, Bósnia. No caso da América Latina, contudo, a situação é distinta e certamente mais específica. Primeiro, a região não é citada, à exceção do México, o que pode ser considerado válido diante dos problemas da imigração massiva para os Estados Unidos e da integração da sua economia por causa do Nafta. O desenvolvimento e a capacitação tecnológica, envolvem a manutenção da liderança deste país na RAM por um longo período, pois, o que ocorreu no Golfo deu apenas uma qualquer demonstração das mudanças que advirão daqui para diante. Tal explanação afasta as regiões menos desenvolvidas, como a América Latina por continuarem numa situação subordinada aos interesses norte-americanos. Os maiores problemas são a histórica rivalidade com Cuba e a Colômbia, com a chamada “narcoguerrilha”. Ambos são acrescentados ao México na preocupação com algum tipo de ameaça, embora aqueles países não estejam explicitamente mencionados como “países vilões”, a não ser como um tipo de conflito regional de baixa intensidade, que necessite das operações militares.

Não há pretensão dos Estados Unidos de abrir mão da sua liderança no campo político-militar, em especial, no que se refere à tecnologia de combate. Por isso mesmo, os países latino-americanos, como o Brasil continuarão a manter uma posição subalterna, mesmo diante do contexto da RAM e do chamado “pós-modernismo” militar. Parece que a

---

<sup>28</sup> GONÇALVES, Williams / MIYAMOTO, Shiguenoli, Militares, Diplomatas e Política Externa no Brasil

valorização desta tecnologia para estes funciona mais como uma motivação relacionada às exigências do momento, adquirindo uma conotação de modismo.

Considerar que a RAM é boa ou má para os países subdesenvolvidos é tentar resolver um dilema. A perdurar as características da situação internacional aqui apresentadas, não há porque modificar a situação estabelecida pelos países desenvolvidos. Talvez não haja outra saída para os países subdesenvolvidos. Embora procurem se adaptar de maneira criativa à RAM em curso, as possibilidades de modernização, deverão ficar aquém do que se poderia esperar inicialmente, dentro de um contexto de " globalização". Por outro lado, recusar a inserção neste processo é dar "murros em ponta de faca" e permanecer fadado ao imenso atraso técnico-operacional que diminuirá mais ainda as chances do país de ter qualquer capacidade dissuasória confiável. Este dilema parece ser constante na realidade dos países periféricos como o Brasil. A alternativa de nacionalizar produtos e equipamentos por cópia ou criar tecnologia própria pode indicar algum tipo de melhoria. Porém, dificilmente significaria um tipo de modernização tecnológica próxima dos países centrais. Esperar que haja algum tipo de "vontade política" ou despertar de algum tipo de "consciência nacional" está no nível do imponderável.

Mesmo deste modo, a situação continua problemática por conta da potência hegemônica. Como se sabe, a aplicação regional da estratégia dos Estados Unidos em relação às Américas persegue os objetivos relacionados à paz, à prosperidade econômica e à democracia. Além do que, é esperado dos países americanos que eles possam se comprometer e se capacitarem a exercer o controle civil sobre as suas Forças Armadas, manter construtivas relações civis-militares, respeitar os direitos humanos e impor restrições às aquisições de armas e aos orçamentos militares. Estas mesmas podem ser importantes como forças de manutenção da paz, de apoio ao combate do narcotráfico e de assistência humanitária. Tudo isso deve perseguir um clima de confiança mútua e cooperação. Atividades bem-sucedidas de contenção do terrorismo, do crime organizado, da proliferação nuclear, da imigração têm sido fundamentais para manter os interesses, a segurança e a integridade dos Estados Unidos. O Departamento de Defesa tem tido um papel relevante na aproximação e integração dos ministérios da defesa desses países, através da atuação do seu Comando Militar Sul, sediado em Miami.

---

Pós-64, "in" ALBUQUERQUE, *Sessenta Anos de Política Externa...*, op. cit. pp. 173-214.

Dentro deste contexto, os países do Sul estão em uma posição de inferioridade política e econômica, apesar de toda a preocupação modernizante, empreendida pela RAM oriunda no Norte. Continua existindo o menor poder e recurso diante das principais potências e não parece haver outra chance para que as suas Forças Armadas possam ter relativa capacidade de combate. Mesmo assim, alguns oficiais admitem o contrário. As vulnerabilidades aumentam na razão direta do aumento dos recursos materiais e do poder. O incremento da tecnologia eletrônica contribui para que haja maiores possibilidades de intervir nos sistemas de comunicação, sensores e armas dos países desenvolvidos. Desta forma, um país subdesenvolvido pode planejar operações que infrinjam danos ao inimigo, numa tentativa de repetição do feito de Davi contra Goliás. Uma Força de menor porte pode agir de modo semelhante aos terroristas e guerrilheiros, desde que tenha alguma capacitação tecnológica.

Entretanto, ainda se configura uma situação desfavorável para os países do Sul. Eles continuarão no esforço contínuo de redução dessa defasagem, aos moldes do mito de Sísifo. Ainda que cheguem próximo dos países do Norte em algumas áreas operacionais, haverá sempre um mar de dificuldades para navegar. No limite, a prospecção feita pelos países do Norte estará nos horizontes do que hoje ainda são características da ficção científica. Um dos exemplos disso são as novas armas aeroespaciais do sistema de defesa norte-americano, cujo impulso foi dado novamente pelo governo de George W. Bush, a um custo estimado de 25 bilhões de dólares por ano dentro de um orçamento anual estimado em 300 bilhões. O Pentágono também apresentou há pouco o “land warrior”: sistema composto por capacete com circuitos integrados, roupa com proteção contra armas químicas e biológicas, e equipamentos de integrados por computador, rádio e “software” pronto para operar nos próximos anos. Este é o chamado “guerreiro do futuro”: um soldado altamente equipado com cinturão de computador, acessórios eletrônicos, inclusive, de posicionamento por satélite, de visão noturna e de proteção contra feixes de “laser”. A sua arma será modular com mira a “laser” e bússola digital, câmeras de vídeo e visão térmica .<sup>29</sup>

As mudanças preconizadas pela RAM vão mais além, com a emersão do campo eletromagnético, como a “quarta dimensão” da batalha. A composição e a organização

---

<sup>29</sup> Linha Dura na Casa Branca, *O Globo*, 06 de mai.o de 2001.

passarão a sofrer um impacto tão grande para a organização e o funcionamento das Forças Armadas que num futuro mais remoto, as tropas poderão quase que integralmente serem compostas por robôs, veículos aéreos, terrestres e marítimos serão automatizados, prescindindo, em muitos casos, da tripulação humana. O impacto da tecnologia gerada pela RAM nas Forças Armadas tem levado a USNAVY a rever o planejamento de suas forças navais baseadas nos navios-aeródromos. É admitido que os navios, veículos e mísseis terão maior valorização no futuro. Muitas destas inovações poderão ser concretizadas mais adiante. Mas, para tanto, o investimento atual neste tipo de aparato tem sido intenso para que a guerra no mar seja mais eficiente. Assim, os meios navais, as operações marítimas e as operações anfíbias igualmente sofrerão mudanças.

Para a MB, muita coisa deste equipamento poderia servir para as operações marítimas e anfíbias, porém, como o gasto estimado com este tipo de equipamento é altíssimo, dificilmente o Brasil teria condições de se aproximar de tal arsenal tecnológico curto e médio prazo. É certo que por conta do exposto sobre a RAM, a necessidade de elaboração de uma PDN, uma PMD e um projeto de forças integrado se torna mais premente para um país como o Brasil. A questão é saber como isto pode ser feito dentro de um quadro de pacifismo, de extrema carência de recursos públicos e da precariedade de uma competência política civil adequada para liderar este processo.

### ***8. A Marinha do Brasil e o Poder Político***

Através da exposição dos oficiais-generais aqui mencionados, vimos que há uma aceitação ligada às perspectivas futuras quanto à criação do MD, do aperfeiçoamento da PDN e à consecução da PMD. Apesar do conhecimento do fato de haver divergências com o Exército e a Aeronáutica, a criação do MD foi bem aceita no interior da corporação naval. Os impasses gerados pelas declarações da imprensa, “lobbies” das acessórias parlamentares etc, tiveram de ser superados em nome da decisão do Executivo pela materialização do Ministério. A vontade política desta criação, propiciou, também um certo tempo para a preparação interna por parte das próprias Forças Armadas. A partir deste momento, desencadeou-se uma série de procedimentos políticos, legais e burocrático-administrativos

que têm conseqüência no ordenamento de toda a instituição e de cada uma das corporações. A MB foi se estruturando a partir desta realidade e se diz adequada aos condicionantes estabelecidos pelo poder político. Esta adequação tem sido percebida como um processo natural dentro da ordem democrática, do mesmo modo que a criação do MD foi recebida de maneira considerada tranqüila, após o estabelecimento das regras norteadoras que estabeleceram o balanceamento entre as Forças. As maiores divergências se deram na questão da adoção da aviação naval, da manutenção da estrutura dos estados-maiores de cada uma das Forças (por exemplo, mantendo o EMA) e do estatuto ministerial para os comandantes das Forças quanto aos seus privilégios e responsabilidades legais.

Os almirantes aqui citados percebem a necessidade do aperfeiçoamento da estrutura ministerial e atribuem-no a grande tarefa de permitir as condições satisfatórias de maior integração entre as Forças. Se num determinado nível, isto já havia sido feito provisoriamente pelo extinto EMFA, a situação presente impõe a tomada de medidas em um segundo nível, contando com maior participação do Congresso e da sociedade civil. Neste caso, eles apontam para o empreendimento de um esforço modernizador no plano político-institucional, com a possibilidade de haver maior participação da cidadania e seus representantes instituídos no governo ou fora dele. Este parece ser o caminho indicado para os desdobramentos do desenvolvimento da estrutura de defesa nacional brasileira, pois o Brasil é visto como um país de grandes potencialidades. Isto embasa o argumento de que a MB tem de ser uma Força moderna e de dimensões à altura do país. Tal argumento é referência para sustentar uma estrutura de razoável tamanho, de porte médio, pronta para crescer, dependendo das necessidades do país e de seu próprio desenvolvimento. A realização deste projeto de desenvolvimento se dará com as condições mais favoráveis de crescimento quantitativo e qualitativo das esferas econômica, política e cultural. Por isso, para a MB a credibilidade e a capacidade dissuasória considerada adequada para o país não pode prescindir da aviação e do submarino nuclear. Aqui, só o almirante Flores defendeu explicitamente a ausência da aviação embarcada em navio-aeródromo. Os demais oficiais-generais são favoráveis ao uso deste equipamento, em combinação com as outras embarcações da força de superfície. Mas, na concepção estratégica de todos eles, o submarino é uma arma unânime. Este ainda carece de recursos financeiros para se concretizar. Assim, numa situação onde a MB procura suprir suas deficiências com o

máximo de empenho para não comprometer o aumento das vulnerabilidades estratégicas nacionais.

A organização da MB desta forma se coaduna com as outras nações do Mundo que possuem características próximas da realidade brasileira. A prioridade da defesa da região amazônica é vista como um exemplo onde pode haver maior integração no trabalho das Forças. Para a MB, isto significa aumentar a capacidade da navegação fluvial, da força anfíbia em operações ribeirinhas e da força aeronaval de asa móvel. Por este raciocínio, os oficiais entendem a possibilidade de um trabalho combinado com o EB e a FAB. Porém, isso não descarta o investimento em meios navais oceânicos com um efeito dissuasório perante uma possível ameaça externa. A proteção das águas do Atlântico Sul logo acima e abaixo da linha do equador são vitais para a defesa do espaço amazônico. Esta é uma das justificativas consideradas aceitáveis para a equipagem da Força Naval por meios como o submarino de propulsão nuclear e a aviação embarcada.

Devemos ressaltar neste momento que, para esses oficiais-generais não é apenas o aspecto material que envolve a qualidade da defesa nacional. A educação é um instrumento considerado vital para a modernização da corporação e o aumento da capacidade de enfrentar os desafios existentes na realidade nacional e internacional. É neste aspecto que voltamos nossa atenção por causa da questão da extensão desta valorização, no tocante ao relacionamento com o Estado e a sociedade brasileira. Aqui procuramos fazer uma determinada avaliação. Entendemos que a modernização é percebida como um processo desencadeado no plano técnico-operacional e ético-político, onde o primeiro depende das condições materiais e o segundo, depende das condições institucionais. O significado disso vai além das questões relativas à aquisição e construção deste ou daquele meio naval, pois o seu fundamento reside nos princípios designados pelo poder político civil para fazer a guerra e celebrar a paz. Por esta razão enfocamos através da formação daqueles considerados responsáveis pela realização da missão de defesa nacional através da dissuasão. Para tal, impõe-se a discussão de que Força Naval o Estado necessita e a sociedade brasileira quer manter. A componente educacional foi aqui enfatizada por ser ela a responsável pela produção e reprodução de uma mentalidade capaz de legitimar ou questionar os fundamentos e ações impostas pelo poder político. Portanto, se é possível eliminar ou reduzir a autonomia político-institucional e preservar uma autonomia

autárquica. Cabe ao Estado e à sociedade brasileira a modernização dos valores e práticas efetivamente democráticas. Nisso ainda estamos num processo no qual a organização, mobilização e expressão de proposições ainda são precárias.

Há uma dupla defasagem quanto às condições necessárias à vivência democrática efetiva na relação entre civis e militares brasileiros. Por um lado, as Forças Armadas gozam de autonomia. Por outro lado, os civis não têm muita disposição de tratar das questões sobre defesa. A institucionalização do MD não é uma panacéia, mas pode ser um fator que contribua para que os militares mantenham-se ou não autônomos politicamente. Depende do quanto a cidadania queira ou possa se capacitar na própria educação para a defesa. A partir daí, ela poderá interferir com mais eficiência na formação dos seus militares, considerando ao mesmo tempo, a integração e a peculiaridade de cada uma das Forças Armadas.

## Conclusões

À guisa de conclusão, apresentamos aqui nossas considerações, enfocando a construção da identidade militar-naval brasileira relacionada aos seguintes aspectos: a) à estrutura interna do sistema de ensino da MB na formação de seus oficiais; b) aos fins da profissão de oficial-marinheiro, relacionados à missão da MB e à política de defesa no contexto democrático. Algumas das argumentações dos oficiais aqui expostas foram proferidas no momento final da distensão política da Ditadura Militar, assim como outras foram feitas a partir da institucionalização do Estado de Direito. Isto leva a corporação a manifestar algumas mudanças, ao mesmo tempo em que conserva certas características conforme o exposto abaixo.

Quanto ao primeiro aspecto, até aqui, se pode afirmar que, embora estivessem no poder, as Forças Armadas não deixaram de receber alguma interferência de órgãos públicos não militares na sua função primordial, mas que estavam ocupados pelos militares por conta da conjuntura política que permitia uma “extrapolação burocrática” da instituição militar no seio do Poder Público brasileiro. Mesmo assim, há reclamos e conflitos sobre o controle do processo educacional, revelando o zelo pela manutenção da autonomia corporativa em decidir sobre seus rumos e limites. Isto demonstra que o problema da autonomia não parece ser apenas relacionado ao regime político, muito embora isto seja mais evidente na democracia, já que significa a interferência do poder civil através de suas instituições político-administrativas. Aqui há dois modelos de autonomia (autárquica e política) que devem ser levados em consideração para análise.

Há nesta situação, problemas que atingem os interesses maiores da corporação naval, a ponto de revelar a presença de um corporativismo exacerbado, como é o caso da questão da presença de professores civis no corpo docente da EN. Na visão tradicional (institucional) esta presença é vista com reservas porque tais professores interferem nocivamente na formação do ser militar, levando valores e atitudes do mundo civil. Mas a corporação tem que mantê-los em razão da possibilidade de correr riscos na educação profissional de seus cadetes, pois não há um número considerável de técnicos militares que possam responder sozinhos as necessidades de ensino-aprendizagem. O apelo para que um número maior dos oficiais de carreira se dedique ao magistério não é suficiente para as

carências encontradas. Esta situação indica que para esses oficiais pode haver, no máximo alguma tolerância, como se fosse um mal necessário, que afeta, mas não deve comprometer a formação dos futuros homens responsáveis pelo comando e o exercício da liderança na corporação. Isto demonstra que não é somente o aspecto formal do processo educativo que conta na formação dos oficiais. O contato com professores civis revela também o reforço do “ethos” pela via da socialização informal: o “currículo oculto” pode sofrer “desvios” de objetivos se a interação não seguir critérios tidos como válidos para a corporação.

Outro exemplo que representou um sintoma de exacerbação do corporativismo é o da interferência do MEC nos objetivos educacionais da MB. Seria desejável que os futuros segundos-tenentes se tornassem engenheiros plenos, mas isto esbarra na legislação do sistema nacional de ensino. O máximo alcançado foi a possibilidade de complementação de seus cursos nas universidades civis. Isto afetou os interesses corporativos tanto no contexto ditatorial, como também no período democrático. A corporação não possui a competência formal própria para conferir diploma de um curso de graduação ou pós-graduação regular, o que poderia contribuir para o exercício da profissão até mesmo em seu exterior, como no caso de algumas áreas. As suas pretensões e de seus membros têm de se enquadrar em normas estabelecidas pelas instâncias da administração pública, de acordo com os limites estabelecidos pelo próprio Estado. É interessante notar que apesar da existência de restrições ao SEN, a formação acadêmico-militar é considerada por alguns membros da corporação como se fosse uma graduação ou pós-graduação plena, na EN e na EGN, respectivamente. Esta postura indica a busca pela manutenção da autonomia corporativa que desvaloriza o intercâmbio com o mundo civil, interpretando qualquer conflito de competência como interferência indevida nos assuntos internos da corporação.

A mentalidade mais adequada ao modelo ocupacional interpreta essa situação como equivocada, ressaltando que a corporação e a sociedade só têm a ganhar se as condições de um intercâmbio possam ser dadas, regidas mais pela cooperação do que pela desconfiança mútua, o que pode estar satisfatoriamente adequado aos princípios estabelecidos no planejamento e execução da política de defesa nacional.

Neste sentido, o encaminhamento dado por alguns oficiais, revela que a mentalidade organizacional da profissão militar pode vigorar a despeito do tradicionalismo institucional. Porém, uma maior interação com o mundo civil poderia ajudar, não só na formação ético-

política. Fala-se da importância da ciência, mas restringe-se ao campo das Ciências da Natureza e da tecnologia, revelando a influência da concepção positivista. Ora, se o interesse da corporação é formar o gladiador-técnico-cientista-político, é de se notar a falta de alusão ao saber humanístico, que tem importância justamente na formação adequada à realidade da chamada futura “sociedade pós-industrial”, em seus níveis econômico, político e cultural, com a eclosão de conflitos e movimentos sociais. Mesmo na visão de quem aponta para a existência desta situação no decorrer dos anos, na realidade brasileira não faz muitas considerações a seu respeito. Embora se leve em conta a necessidade da Força se preparar para os “novos tempos”, alguns vislumbram esta preparação através do estudo de normas e padrões de gerenciamento da “qualidade total”, o que necessariamente não significa uma valorização maior do saber humanístico que explicita a orientação ético-política para a democracia. Na produção dos oficiais-marinheiros aqui apresentados, há um número considerável de argumentações que caminham nesta direção.

As últimas três décadas foram importantes para os militares brasileiros na busca pela modernização organizacional. A sociedade brasileira se tornou mais complexa desde a fase da expansão da industrialização, comércio e serviços, iniciada nos anos 50 e amadurecida nos anos 60; conseqüentemente, esta situação gerou mudanças nas necessidades de defesa do país, exigindo das Forças Armadas uma tomada de posição quanto a sua participação na sociedade. Com isso, se tornou dominante o projeto e Brasil-potência ao longo do período da Ditadura Militar, mas que foi arrefecido e envelheceu durante a transição política e a consolidação do Estado de Direito nos anos 80 e 90. Ao longo do processo, adotou-se um modelo plural. As Forças Armadas passaram a perseguir um padrão mais profissional, próximo do modelo organizacional, sem, no entanto, abandonar o modelo institucional.

No tocante à MB, sua modernização se relaciona aos objetivos do seu Programa de Reaparelhamento, que nas últimas décadas, se pauta por dota a Força com uma eficiente capacidade dissuasória dentro dos limites do Atlântico Sul através da compra e da construção de meios navais apropriados, como: as fragatas classe *Niterói*, e, posteriormente, as da classe *Greenhalgh*, a aquisição de aviões para o fortalecimento do esquadrão aeronaval a construção dos submarinos da classe *Tupi* e de corvetas da classe *Inhaúma*. A aquisição de outros meios navais mais sofisticados, como a compra do *São*

*Paulo*, é um ponto significativo para a corporação. Num patamar mais alto, a MB visa se capacitar para operar com um submarino de propulsão nuclear, cuja realização vem sendo retardada por causa das restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

Descontadas as diferenças de contexto social, parece que a tentativa de investir na educação para formar o oficial como gladiador, técnico e político são as mesmas nas últimas décadas. Isto se dá através da manutenção do misticismo heróico, nacionalista e patriótico, ao mesmo tempo em que promove a profissionalização técnico-científica, de emprego político “*latu senso*”. Mas o problema da profissionalização se agrava por causa de alguns desafios que a corporação tem de enfrentar na realidade de um país periférico que, ao menos explicitamente, não dá sinais tão claros de manter interesses de potência militar regional hegemônica. Deste modo, a ênfase na profissionalização com vistas a enfrentar futuros desafios militares se mantém, o que força a busca de um padrão de corporação de modelo ocupacional, segundo o exposto anteriormente. Neste particular, a MB planeja mudanças a curto, a médio e a longo prazo no seu Sistema de Ensino para melhorar a qualidade de sua formação para servir ao Estado, ao mesmo tempo em que defende seus interesses corporativos, razão pela qual levam em conta mudanças no planejamento / execução do ensino ministrado na EN, CIAW e EGN para os seus oficiais. Como é próprio da sua característica, a corporação revela uma preocupação maior com o oficial combatente, apesar de atribuir relevância aos oficiais dos serviços auxiliares. Por isso, a relação entre a dita “*graduação*” e a “*pós-graduação*” ganham importância singular. A valorização maior do oficial combatente preconiza uma série de mudanças no ensino da EN, no que tange aos equipamentos, laboratórios, planejamento curricular etc, juntamente com uma forte preocupação com a reprodução de preceitos éticos e morais. O desdobramento de sua formação tem por coroamento e completude o ensino ministrado na EGN.

A MB, procura fazer com que sua educação seja ao mesmo tempo técnico-profissional e moral-cívica. Pelo que foi apresentado até aqui, vimos que há uma tentativa de fusão das duas habilidades numa só, perfazendo o perfil que a corporação desenhou para atingir os objetivos relacionados à sua missão constitucional. Para tanto, ela montou um considerável sistema de ensino que busca a formação essencial do oficial desde o guarda-marinha ao almirante-de-esquadra, com a meta da qualificação permanente. O sistema de

ensino reproduz a estrutura burocrática extremamente hierarquizada, onde a competência e o mérito estão no centro das possibilidades de ascensão funcional, resultando na elevação dos ganhos materiais e simbólicos dos indivíduos e no aumento do prestígio diante da corporação e da sociedade, tendo o reconhecimento de seu trabalho como o exercício de uma vocação superior quanto aos valores estabelecidos e objetivos a serem alcançados. Mas essa estrutura também gera problemas e impasses, que requerem algum tipo de solução endógena ou exógena. Isto significa tomar um certo número de medidas para a realização das soluções previstas que podem ser efetivadas pelo alto escalão da corporação para realizar alguns ajustes, e outras que dependeriam da estrutura social, sobretudo do sistema de ensino nacional e da estrutura ocupacional existente.

Apesar da tentativa da corporação em fazer valer os seus interesses, eles esbarram nos limites estabelecidos pela realidade. As suas proposições possuem o sentido de manter a divisão entre militares e civis bem definida, com o reforço da mentalidade que valoriza os Corpos constituintes do núcleo duro da corporação, formado pelos oficiais combatentes. Neste caso a Armada e os Fuzileiros Navais ganham um destaque maior, seguidos da Intendência, por terem sua formação realizada no interior da EN. Os cursos feitos posteriormente nos centros de instrução e na EGN ampliam e consolidam essa mentalidade, permitindo não só que as oportunidades e chances de chegar ao almirantado esteja em suas mãos, mas fazendo com que as exigências impostas lhes sejam mais pesadas, conferindo maior valorização de seus esforços e sacrifícios, assim como maior legitimação de seu papel na sociedade. O fracasso ou o sucesso alcançado depende do esforço e trabalho dos indivíduos e dos interesses da corporação, contribuindo para manter uma equivalência sistêmica.

A EN e a EGN possuem, então, uma função central no reforço do “ethos” do oficial militar marinho. A chamada FDEN representa um exemplo, onde, desde o início, procura-se estipular as condições de equivalência através do preparo profissional naval com os olhos voltados pra a corporação, no interior de uma sociedade exigente de preparo tecnológico compatível, mas sempre defasado em relação às necessidades e dificuldades econômicas e culturais. O argumento anteriormente apresentado de que a eletrônica e a informática representam um “grande salto” para a educação dos oficiais não prescinde do investimento razoavelmente intenso nos conhecimentos ético-humanísticos, onde o estudo

das Ciências Humanas teria uma contribuição fundamental a dar. Aqui o enfoque dado é na importância do ensino da disciplina de Liderança, afeta ao ensino militar-profissional. Porém, tomando como parâmetro a idéia de que o ensino acadêmico-científico comporta o ensino de disciplinas humanísticas, podemos constatar que não há nos textos apresentados, muita evidência direta sobre a sua importância na formação social e política dos oficiais. O que se dá valor é a formação ética, preservando as bases instituídas sobre o caráter da profissão militar e a sua vocação de comandar e de servir à Pátria, como se a corporação estivesse acima dos interesses políticos. A alusão anterior à polêmica da inclusão de professores do mundo civil, úteis para o ensino técnico-profissional, mas não tanto para o ensino de valores dentro do que é proposto e aceito como válido para o “ethos” militar marinho, exemplifica a importância de discutir em que sentido a sua participação através do ensino humanístico poderia se coadunar com os interesses da corporação e a exigência de que todo cidadão e servidor público civil ou militar, tem do aprendizado de conhecimentos sócio-políticos que reflitam o contexto em que vivem. É evidente que não basta ser um civil para que o ensino voltado para a cidadania seja considerado válido, assim como é uma falsa noção admitir que só os civis são capazes de educar deste modo. Ao mesmo tempo, é falso também supor que eles não podem contribuir na formação do que vem a ser a profissão militar. Esta é mais uma questão pertencente às várias faces do processo de “profissionalização” da carreira militar no Brasil a partir da existência de um modelo que comporta ambigüidades.

Vimos que a complexidade da sociedade contemporânea também lhes impõe a necessidade de aprimoramento e qualificação constante dentro das escolas militares ou no sistema de ensino nacional. É o fenômeno da “educação permanente” (Gadotti, 1981)<sup>1</sup> que atinge todas as etapas da vida profissional dos indivíduos nesta sociedade. Como um país periférico, o Brasil sente mais tardiamente esta exigência comum nos marcos territoriais do capitalismo avançado. Desde a década de 80 é ressaltada a importância e a necessidade de dar continuidade à formação profissional adquirida de modo vertical e horizontal. Neste caso, os currículos tendem a ser planejados de modo mais transdisciplinares / interdisciplinares, articulando diversos saberes da mesma área ou de áreas distintas para

---

<sup>1</sup> GADOTTI, Moacir, *A Educação Contra a Educação*, Rio Paz e Terra, 1984.

investir nos aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores. Ou dito de forma mais adaptada às tendências pedagógicas modernas, que desenvolvam uma formação holística, integral, não fazendo hierarquização entre o conhecimento sobre o homem, a técnica ou a natureza. Em linguagem habermasiana, significa estabelecer o nexos entre conhecimento e interesse da razão, articulando seus três tipos: instrumental, prático e crítico. Isto tornaria possível uma articulação entre as Ciências Humanas e Naturais, reforçando a adoção de um certo método de construtivismo/reconstrutivismo pedagógico (Demo, 2000).<sup>2</sup>

Retomamos aqui o outro aspecto dos objetivos deste trabalho, referente à profissionalização dos oficiais para cumprir a missão da MB no contexto atual da sociedade brasileira. Assim, a pergunta decorrente da indagação inicial, feita inicialmente é: com todo este processo de modernização / profissionalização as Forças Armadas (e, em particular, a MB) passam a ter um papel menos político? A resposta é negativa, pois, em último caso, todo e qualquer ação militar, em tempos de guerra ou paz, é a realização de objetivos políticos. O que parece valer a pena explorar é a possibilidade de entender até que ponto tal processo contribua para que o papel político das Forças Armadas seja ligado estritamente à defesa nacional e deixe de atuar no nível interno, como no caso do Terceiro Mundo, da América Latina e do Brasil.

Este tema está relacionado às relações civis-militares, que pode ser problemática quando permanece a autonomia política militar, o controle civil subjetivo e a determinação de que a sua responsabilidade é tratar da “lei e da ordem” sem necessária e suficiente qualificação. Cria-se, assim, uma zona de penumbra que mantém os militares como atores políticos que exercem um poder moderador sobre os poderes civis constitucionais. Aqui está implícita a idéia de que os militares, de servidores do Estado passam a ser os “salvadores da Pátria” em toda a situação que se manifestem as características de um certo subdesenvolvimento político, acompanhado da falta de intimidade com o conflito democrático. Vale lembrar que Huntington (1996)<sup>3</sup> e Finer (1962)<sup>4</sup> já trataram da criação de padrões de relacionamento entre civis e militares e dos níveis de intervenção destes no

---

<sup>2</sup> DEMO, Pedro, Política Social e Conhecimento Educacional... op. cit.

<sup>3</sup> HUNTINGTON, Samuel, O Soldado e o Estado...op. cit 1962.

<sup>4</sup> FINNER, Samuel, *The Man on Horseback: The Role of the Military in Politics*, London, Pall Mall Press, 1962.

mundo daqueles. Por esta razão, é que para nós se tornou relevante buscar como a mentalidade militar é formada através de mecanismos formais e informais, que se originam no interior da sociedade e no seio da corporação para o exercício de suas funções. A “vocação” da burocracia do mundo da caserna é entendida como uma missão que vai além do bem / mal das ações políticas. E neste caso, é importante saber avaliar em que nível a realidade brasileira se encontra desde a restauração do regime democrático nas últimas décadas.

Mesmo a “crise” pela qual passaram os militares, no que concerne às mudanças no Brasil e no Mundo, não os afastou totalmente das preocupações políticas. Isto significa confirmar o argumento de que um alto grau de profissionalismo e modernização pode conviver com a legitimação do papel político da instituição militar em geral, conforme tentamos demonstrar em especial no caso da corporação naval. A possível resolução desta “crise” dependerá ainda da confirmação da capacidade do poder civil de controlar e subordinar efetivamente o poder acumulado pelo aparato militar.

Para pensar estas questões, vimos aqui que a EGN, sobretudo através do C-PEM, possui uma contribuição significativa para a elaboração do pensamento político-estratégico da MB. O grau de complexidade e abrangência dos temas relacionados à missão da corporação reflete as questões enfrentadas pelo Brasil e o Mundo a partir do início da democratização recente do país e da emergência de uma nova realidade no cenário mundial, que contribuíram para repensar os parâmetros e objetivos da profissão militar-naval. Estas mudanças ajudam também a compreender de forma razoavelmente integrada e concêntrica o que é a MB, o país e o Mundo. Neste sentido é que se pode pensar a respeito da identidade dos oficiais, formada com os princípios e objetivos relacionados à defesa nacional e à projeção do Brasil no contexto internacional.

Podemos afirmar, de acordo com o que tratamos anteriormente, em primeiro lugar, que a MB pretende que seus oficiais tenham uma percepção abrangente do que vem a ser a finalidade de suas funções e tarefas e de como isto pode ser aperfeiçoado pelo planejamento da administração naval. Tal pretensão ocorre: a) na consolidação das atividades diretamente relacionadas à defesa das águas brasileiras no Atlântico Sul e nas bacias hidrográficas interiores, com especial tratamento para a Amazônia. Esta defesa é orientada pelo declarado pacifismo da política externa brasileira, onde a dissuasão é o principal objetivo estratégico a

ser conquistado; b) nas atividades subsidiárias e complementares de patrulhamento, apoio à hidrografia e à navegação, às populações costeira e ribeirinha, pesquisa científico-tecnológica e ações de caráter cívico-cultural; c) na participação em missões de paz, organizadas pela OEA e pela ONU, como forma de contribuir para a resolução pacífica de conflitos e melhorar o aprestamento militar-naval. A ênfase diplomática na missão da corporação naval foi destacada pelos seus oficiais, nos diversos trabalhos aqui apresentados. Assim, é entendido que a MB visa cumprir uma grande tarefa associada aos esforços externos brasileiros, com a atenção voltada para a realidade regional e hemisférica. Entende-se também que a MB tem dedicado atenção ao continente africano em função das possíveis situações de crise e instabilidade continental, e do estreitamento do relacionamento cooperativo com alguns de seus países, como é o exemplo da Namíbia e da África do Sul. Contudo, a maior prioridade é em relação às Américas. Dois arranjos institucionais aqui alcançam maior dimensão nesta mudança de século: o Mercosul e a Alca. É nítida a preocupação com a inserção do país nestes espaços político-econômicos que estão condicionados à dinâmica do capitalismo atual. O ponto central é a avaliação da capacidade do país de projetar-se institucionalmente, visando proteger seus interesses e atingir os seus objetivos com base na integração, cooperação e no pacifismo. Os trabalhos dos oficiais aqui apresentados não descartam o envolvimento do país em quaisquer conflitos provocados por terceiros, sejam pertencentes às Américas ou não. Por esta razão percebemos a importância atribuída por si mesmos de manter uma Força Naval modernizada e bem preparada, pronta para agir em qualquer contexto de crise onde o poder político assim exija. Para tal, é incentivado e bem-vindo o intercâmbio e as atividades operacionais conjuntas com outras Marinhas, mas não há qualquer proposição para a formação de um aparato regional de defesa, a não ser o tipo de associação estabelecida pelo TIAR. O que somente se admite, é o emprego de algum tipo de segurança de cunho defensivo, organizado de forma coletiva e cooperativa.

Está clara entre os oficiais a consciência dos problemas enfrentados pelo país para promover a estruturação de uma Força próxima do nível desejado. A situação de subdesenvolvimento, subordinado à lógica da interdependência assimétrica põe o Brasil à mercê dos interesses dos países potência do Norte. Aqui a hegemonia norte-americana é tomada como um dos aspectos centrais desta discussão. Esta situação influi diretamente não

só nos objetivos da missão militar-naval, como no seu preparo e emprego, por causa das precariedades e das vulnerabilidades existentes no nível da capacitação tecnológica do fazer a guerra. O problema se estende no aspecto da apontada falta de uma “consciência de maritimidade” da elite e pelo povo brasileiro. Isto é entendido pelos oficiais-marinheiros como uma das dificuldades inerentes às necessidades ao preparo e emprego do Poder Naval brasileiro. Apesar do fato, está explícita a valorização da corporação feita através do esforço que ela empreende na busca de alternativas em nome da nacionalização dos seus equipamentos e do aproveitamento das oportunidades de aquisição de meios navais externos, novos e usados, mas considerados úteis para o serviço operativo e a transferência de tecnologia. Tem sido dito também que a MB realiza um esforço de modernização administrativa, aperfeiçoando seus métodos e técnicas burocráticas e investindo na qualificação de seus homens e mulheres em todos os campos do conhecimento científico-tecnológico e técnico e humanístico, considerados fundamentais para a sua adequação ao contexto da sociedade atual. Quanto à configuração da Força Naval e a sua aplicabilidade existem algumas divergências, como por exemplo, no caso da aviação embarcada. A posição mais comum, no entanto, é a aceitação das forças nucleadas em um navio-aeródromo para as operações de superfície e apoio às operações anfíbias, soma-se a isto, a valorização de outros meios de pequeno e médio porte, como os navios de superfície, submarinos e minas. Por outro lado, é visível a rejeição de qualquer proposta de transformação da MB em uma guarda costeira. Há uma aceitação interna na corporação de que a MB é uma Força de tamanho médio e perfil oceânico, com a capacidade de crescer para grande porte, tendo sua limitação estabelecida na vontade política e na conseqüente disponibilidade de recursos. A expectativa de que o país poderá vir a ser uma potência de grande porte no futuro, influencia na determinação de aprimorar cada vez mais o Plano Estratégico da Marinha e o seu Programa de Reparelhamento pelo EMA. O orçamento estimado de R\$ 3 milhões para o MD, que representa cerca de 0,5% do PIB, é considerado pequeno para as necessidades militares do país. Por isso, os oficiais da MB lembrarem o trabalho contínuo que a corporação tem que fazer para se adequar às exigências de manutenção de uma capacidade militar-naval que possua credibilidade diante dos outros países.

Em segundo lugar, é admitido pela MB que seus oficiais tenham uma formação política voltada para o plano interno, pois é considerado e válido pelos seus militares, o dispositivo constitucional que assegura a responsabilidade pela manutenção da lei e da ordem. Neste trabalho não foi percebida nenhuma intenção auto-atribuída de intervenção nas questões políticas internas, que possa ser considerada “golpista”. Do mesmo modo, a tutela sobre as instituições civis é ostensivamente deixada de lado. As maiores preocupações estão voltadas para o plano externo e os seus desdobramentos, apesar do fato da MB se ver integrada na atuação promovida pelas lideranças civis a fim de apoiar as ações de combate ao crime organizado, ao narcotráfico etc. As operações internas ligadas aos movimentos guerrilheiros, subversivos, terroristas etc não deixam de compor o horizonte de possibilidades do cenário político nacional em algum momento futuro, como foi no passado, desde que seja para atender aos reclamos da sociedade brasileira. O contexto político internacional também teria um peso determinante nos fatores que viessem a contribuir para a alteração desta percepção. Este é o pensamento dominante na corporação, em que pese qualquer contestação crítica da visão aceita pelos militares e civis no Brasil. De fato, os oficiais da MB se vêm mais voltados para plano político externo. Porém, caso haja algum envolvimento interno, este seria uma forma de apoio ao EB com as operações de alguns destacamentos dos fuzileiros navais. A MB tem por objetivo apresentar uma face profissionalizada e, isto significa se ater menos às crises políticas internas; caso seja necessária, a sua atuação neste aspecto pretende ser secundária. A corporação entende que o cumprimento das exigências constitucionais sobre a lei e a ordem é feito pela determinação dos poderes constitucionais, e, não necessariamente como uma vontade explícita e característica basilar da missão da corporação. As raízes desta situação político-jurídica remontam às características da cultura institucional brasileira, que, por sua vez, se refletem nas relações civis-militares.

Entendemos que o caráter da democracia no país depende de como tais problemas são encaminhados pela sociedade brasileira. O atual contexto influenciado pela RAM e pelo pós-modernismo militar pode contribuir para que o pensar e o repensar sobre o tipo de estrutura para as Forças Armadas necessária ao Brasil para atingir e manter os seus interesses. Ela interfere de forma contundente no planejamento militar em geral e militar-naval feito daqui para diante ao considerar a dinâmica do processo econômico, cultural e

político. Responder qual o tipo de guerra o país quer e está capacitado para lutar significa, em parte, dimensionar os recursos materiais e humanos para um dado perfil institucional integrado, flexível e criativo, em função das hipóteses de emprego consideradas. Assim, a Força Naval poderá ser composta de uma e outra forma que seja considerada mais apropriada para cumprir os princípios da PDN, pois a MB é responsável por materializar o que o poder político estabelece como diretriz necessária. Ou seja, saber atuar em um determinado tipo de cenário político-estratégico é parte da responsabilidade da administração naval. Entretanto, saber que tipo de Força é necessário para enfrentar os desafios e incertezas criadoras dos diferentes contextos, depende das lideranças dos civis (população e governo) no contexto da sociedade democrática. Isto explica porque a disposição e a motivação para a definição das prioridades e dos objetivos das mudanças estruturais das Forças Armadas devem ser feitas de fora para dentro.

De todo modo, a elaboração em curso da PDN, da PMD, da EMD e a criação do MD são por nós considerados um primeiro passo no sentido de avanços importantes para a reestruturação do aparato militar brasileiro. Os demais passos a serem dados implicam no aprofundamento de temas e questões relativas ao preparo e emprego militar, dentre os quais, o tipo de educação que deve ser necessária para a realidade atual e futura. A modernização das instituições militares, aqui associada ao processo de “civilinização”, tem por consequência uma reformulação na formação profissional do pessoal militar.

Enfim, é sabido que, para navegar no mar, é preciso conhecer o céu. Por isso, em termos da situação militar-naval, este trabalho procurou trazer à tona e navegar nas principais questões a fim de ajudar a indicar alguns rumos por onde o debate e a análise poderão avançar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAMSON, Bengt, La Socialización Profesional "in" BAÑÓN, Rafael / OLMEDA, Jose. A. BAÑÓN, Rafael. / OLMEDA, José. A., *La Institución Militar en El Estado Conytemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial, 1985, pp. 208-224.
- ADORNO, Theodore W. / Horkheimer, Max, *A Indústria Cultural: O Iluminismo Como Mistificação das Massas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- ALBERNAZ, H. da C., *Funções e Tarefas do Segundo Tenente da Marinha e os Objetivos do Currículo da Escola Naval*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, UFRJ, 1986. digit.
- ALBERTS, David. / CZERWINSKI, Thomas, *Complexity, Global Politics and National Security*, Washington D. C., NDU, Institute for Strategic Studies, CCRP Publication Series, 1999.
- ASSMAN, Hugo, *Metáforas Novas para Reencantar a Educação: Epistemologia e Didática*, Piracicaba, UNIMEP, 1998.
- ALBUQUERQUE, José Guilhon. G. de, *Sessenta Anos de Política Externa: Prioridades, Atores e Políticas*, São Paulo, EDUSP, 2000.
- BAÑÓN, Rafael / OLMEDA, Jorge A., *La Institución Militar em El Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial, 1985.
- BARROS, Alexandre de S. C. *The Brazilian Military : Professional Socialization, Political Performance and State Building*, University of Chicago, 1978, digit. .
- BATH, Sergio F. G. A Política Antártica Brasileira "in" ALBUQUERQUE, José Guilhon, G. de, *Sessenta Anos de Política Externa: Prioridades, Atores e Políticas*, 2000, São Paulo, EDUSP, 2000, pp 343-354.
- BERGER, Peter / LUCKMAN, Thomas. , *A Construção Social da Realidade - Petrópolis*, Vozes, 1978.
- BOOTH, Ken, *Navies and Foreign Policy*, Londres, Croom Helm, 1997.
- BOURDIEU, Pierre, *A Economia das Trocas Simbólicas - São Paulo*, Perspectiva, 1992.
- \_\_\_\_\_ A Juventude é Apenas Uma Palavra "in" *Questões de Sociologia*, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_ / PASSERON, Jean C. *A Reprodução*, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1975.

- CABLE, James, *Gun Boat Diplomacy 1919-1991*, Londres., Mc Millan 1991
- CAMINHA, João C., *Elementos de Estratégia*, Rio, Bibliex, 1980.
- CAPITANI, Avelino B. , *A Rebelião dos Marinheiros*, Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1997.
- CARRILHO, Maria, *Democracia e Defesa: Sociedade Política e Forças Armadas em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1994.
- \_\_\_\_\_, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX: para uma explicação sociológica dos militares*, Lisboa, Estudos Gerais,
- CARVALHO, José M. de, *As Forças Armadas na Primeira República, O Poder Desestabilizador*, “in” *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, 1978.
- CASTELLS, Manoel, *A Sociedade em Rede*, São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Celso, *O Espírito Militar* , Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1990.
- \_\_\_\_\_, D' ARAUJO , Maria Celina, *Militares e Política na Nova República* Rio , FGV, 2001.
- CAVAGNARI, Geraldo L. C., *Autonomia Militar e Construção do Brasil-Potência* “in” OLIVEIRA, Eliézer R . de (org) *As Forças Armadas no Brasil*\_, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.
- \_\_\_\_\_, *O Teorema da Exclusão e o Corolário Nabuco* “in” *Carta Internacional* , dez 2001.
- \_\_\_\_\_, *Estratégia e Defesa (1960-1990)* in” ALBUQUERQUE, J. Guilhon . G. de, *Sessenta Anos de Política Externa: Prioridades, Atores e Políticas*, 2000 pg, São Paulo, EDUSP, pp 120-121e139.
- CLAUSEWITZ, Karl. V, *On War*, Princenton Press, 1986.
- CHILCOAT, Richard , *A Revolução na Educação Militar*, “in” *Military Review* (edição brasileira) , 3T 2000.pp 20-33.
- COELHO, Edmundo C. *Em Busca da Identidade: O Exército e a Política Brasileira*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.
- COHEN, William, *Annual Repport to the President and the Congress*, Departament of Defense, Washington DC. , 1998. 220 p.
- CONCEIÇÃO, Gilmar H. da, *A Educação e a Formação Militar de Nível Médio : a*

- EXPCEX - Análise de Alguns Elementos*, UFSCAR, Dissertação de Mestrado, 1990, digit.
- CORBET, Julian S. , *Some Principles of Maritime Strategy*, Annapolis, Naval Institute Press, 1988.
- CÔRTEZ, Marcos Henrique C., O Pós -Modernismo Militar e o Brasil, “in” *Revista da Escola Superior de Guerra*, 40, 2001, pp. 18-47.
- D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; CHEIBUB, Zairo Borges *O Brasil e as Forças Armadas na Percepção dos Oficiais da Marinha*, CEPEDOC, 2002, digit.
- \_\_\_\_\_, CASTRO, Celso, *Militares e Política na Nova República* Rio , FGV, 2001.
- DAVIS, Paul / GOMPERT, Davis / KUGLER, Richard L., *Adaptiveness in Defense Planning : The Basis of a New Framework e New Principles for Force Sizing* “in” *Strategic Appraisal*., 1987. pp 69-136.
- DEMO, Pedro, Política Social e Conhecimento Educacional, “in” *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 26, vol 8 jan/ fev 2000, Fundação Cesgranrio.
- DIAMINT, Rut., *La Construcción de Supremacia Civil en Defensa y Seguridad en el Cono Sur* , texto apresentado na XII Conferência da LASA, Miami 2000. digit.
- DREIFUSS, René, A . , *A Época das Perplexidades*, Petrópolis, Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_*A Internacional Capitalista* , Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1981.
- \_\_\_\_\_*O Jogo da Direita* , Petrópolis, Vozes, 1989. pp 26-33 .
- \_\_\_\_\_*O Mar e a Marinha no Contexto e Tendências da Estruturação do Novo Cenário Mundial*, *Premissas*, cad. 4 ago. 1993, pp. 50-66.
- \_\_\_\_\_*Max Weber: Poder e Força*, Petrópolis, Vozes, 1992.
- \_\_\_\_\_*Strategic Perceptions and Frontier Policies in Brazil*, *Premissas*, , 2000, pp 27-54.
- ENGELS, Frederich, *Introduzione a Marx, La Lotta de Classes in Francia dal 1848 al 1850*. p 71, citado por CARRILHO, Maria, 1985.
- \_\_\_\_\_*Introdução ao Folheto de Borkhein Sobre os patriotas de 1896 – 1807*
- \_\_\_\_\_*Lê Role de la violence dans l’Histoire, Paris, Sociales, 1971.*
- FERREIRA, Oliveiros dos S. , *Forças Armadas, Para que ?!* , São Paulo, GRD, 1988.
- \_\_\_\_\_*Vida e Morte do Partido Fardado*, São Paulo, Senac, 2000.
- FIALHO, Ivan , Reflexões sobre o Sistema de Defesa Nacional – Parte I “ in” *A Defesa Nacional*, jan/ fev 2001, pp. 46-58.

- FILHO, João R. M. / ZIKER, David Nationalism , National Security na Amazônia :  
 Military Perceptions and Attitudes in Contemporary Brazil, "in" *Armed Forces and Society*, Fall 2000 Vol 27nO 1 p. 105-129.
- FINER, Samuel , *The Man on Horseback: The Role of the Military in Politics*, Londres,  
 Pall Mall Press, 1962.
- FLORES, Mário C. O Preparo da Marinha nos Próximos Dez a Trinta Anos - Dúvidas,  
 Sugestões e Comentários, "in" *A Defesa Nacional*, nº 741, jan-fev/1989.
- FONSECA, Luis, F. P. da , Diretrizes do Comandante para o Ensino " in" *Revista  
 Marítima Brasileira*, 4 T, 1998.
- FRAGA, Rosendo, *La Custión Militar Al Finalizar Los 90*, Buenos Aires, Editorial Centro  
 de Estudios Unión para Nueva Maioría. 1997.p 29.
- FREITAG, Bárbara, *A Teoria Crítica Ontem e Hoje*, São Paulo, Brasiliense,1988.
- \_\_\_\_\_ Aspectos Filosóficos e Sócio-antropológicos do Construtivismo Pós-  
 Piagetiano "in" GROSSI, Esther / BORDIN, Jussara (org), *Construtivismo Pós-  
 Piagetiano : Um Novo Paradigma sobre Aprendizagem*, Petrópolis, Vozes, 1993, pp  
 26-34.
- \_\_\_\_\_ *Estado, Escola e Sociedade.*, São Paulo, Moraes, 1987.
- \_\_\_\_\_ *Sociedade e Consciência*, São Paulo, Cortez, 1993.
- FRIGOTTO, Gaudêncio, Educação e Formação Humana: ajuste neoconservador e  
 alternativa democrática "in" GENTILLI, Pablo A . / SILVA, Tomas T ,  
*Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*, Petrópolis, Vozes, 1995.
- GADOTTI, Moacir, *A Educação Contra a Educação*, Rio Paz e Terra, 1984.
- GARCIA, Prudêncio, *El Drama de La Autonomía Militar : Argentina Bajo Las Juntas  
 Militares*, Madrid, Alianza Editorial, 1994.
- GIDDENS, Antony , *As Conseqüências da Modernidade* , São Paulo, UNESP, 1991.
- \_\_\_\_\_ *National State and Violence*, Cambridge, Polity Press, 1989.
- GOFFMAN, Erwing., *Manicômios, Presídios e Conventos*, São Paulo, Perspectiva, 1974.
- GONÇALVES , Williams. da S. / MIYAMOTO, Shigenoli., A Política Externa e o Regime  
 Militar "in" *Premissas*, cad. 10, agosto de 1995, NEE-UNICAMP, pp173-215.
- GRAMSCI, Antônio, *Concepção Dialética da História*, Rio de Janeiro, Civilização  
 Brasileira, 1978.

- \_\_\_\_\_*Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
- GROOVE, Erik, *The Future of Sea Power*, Londres, Routledge Press, 1990.
- HAYES, Margareth, D, *Future Naval Cooperation with Latin America: Discriptions and Assesment* , Center For Naval Analisis, Alexandria, 1995.
- \_\_\_\_\_*Future Naval Cooperation with Latin America: Discriptions and Assesment- Final Report*, Center For Naval Analisis, Alexandria, 1996.
- HARVEY, David, *A Condição Pós-Moderna* , São Paulo, Loyola 1996.
- HABERMAS, Jürgen, *Conhecimento e Interesse*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, 367 p.
- \_\_\_\_\_*Conhecimento e Interesse “in” Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- \_\_\_\_\_*El Discurso Filosofico de La Modernidad* , Madrid, Taurus, 1989
- HIRST, Paul / THOMPSON, Grahamet, *A Globalização em Questão*, Petrópolis, Vozes, 1998.
- HUNTINGTON, Samuel. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança* \_Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975.
- \_\_\_\_\_*O Soldado e o Estado*, Rio de Janeiro, Bibliex, 1996.
- JANOWITZ, Morris, *A Profissão Militar*, São Paulo, GRD, 1978, 437 p.
- \_\_\_\_\_*La Organización Interna de la institución Militar “in” BAÑÓN, Rafael / OLMEDA, Jorge A ., La Institución Militar em El Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial, 1985.
- \_\_\_\_\_*Las Partes Cambiantes de La Autoridad Organizativa: la Institución Militar “in” BAÑÓN, Rafael / OLMEDA, Jorge A ., La Institución Militar em El Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial, 1985.
- \_\_\_\_\_*O Soldado Profissiona*l, Rio de Janeiro, GRD, 1978.
- JAGUARIBE, Helio, *As Forças Armadas e a Democratização da Sociedade Brasileira*, “in” FORTES, Luís. R. S./ NASCIMENTO, Marcos M. , *A Constituinte em Debate* , São Paulo, SEAF, 1987.
- KENEDY, Paul, *The Rise and Falll of the British Naval Mastery*, London, Fontana Press, 1983.
- KHALILZAD, Zalmay / OCHMANECK, David, *Strategy and Defense Planning for the*

- Coming Century* , Strategic Appraisal, Washington D. C., RAND Corporation, 1997.
- KREPINEVICH, Andrew, F., *Cavalry to Computer: The Pattern of Military Revolutions “in” Strategy and Force Planning*, Newport, Naval War College Press, 1995.
- LAWRENCE, Philip, K., *Modernity and War*, London, Mc Millan Press, 1997.
- LENIN, Vladimir, I., *Obras Escogidas, Doce Tomos*, Moscou, Progresso, 1970.
- LIDDELL HART, *Estratégia*, Rio Bibliex, 1966.
- LÓPEZ, Ernesto, *Ni la Ceniza Ni La Guerra*, Buenos Aires, Alianza, 1994.
- LUDWIG, Antonio, C. W. *A Formação do Oficial Brasileiro e a Transição Democrática – Tese de Doutorado, Faculdade de Educação-UNICAMP*, 1992.
- LUTTWAK, Eduard, *Strategy : The Logic of War and Peace*, Cambridge, Belknap Press of Harvard University Press, 1987.
- MAHAN, Alfred T., *Naval Estrategy of Sea Power upon History (1660-1783)*
- MANN, Michael, *The Sources of Social Power Vol II : The Rose of Classes and Nation-States ( 1760-1914) , Cambridge, University Press, 1986.*
- MINISTÉRIO DA MARINHA, *História Naval Brasileira, 5 Vol. , Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1975.*
- MAGER, R. F. / KENNET M. B., *O Planejamento Profissional*, Porto Alegre, Globo, 1976.
- MARQUES, Adriana, A , *Concepções de Defesa Nacional no Brasil; 1950-1996*,  
Dissertação de Mestrado, IFCH- UNICAMP, 2001, digit.
- MARX, Karl , *Obras Ecolhidas*, Lisboa, Avante e Moscou , Progresso, 1982-1985.
- MATHIAS, Suzeley K., *Brasil: Interesses Nacionais e Novas Ameaças*, XIII Conferência da LASA, Miami, 2001.
- MAZARR , Michael, *Chaos Theory and US Military Strategy : a “Leapfrog” Strategy for US Defense Policy*, ALBERTS, David. / CZERWINSKI, Thomas. , *Complexity, Global Politics and NationalSecurity*, Washington D.C., NDU, Institute for Strategic Studies, CCRP Publication Series, 1999.
- MERCADANTE, Paulo, *A Ética Militar*, Rio, Zahar, 1978.
- MILLS, Charles W. , *From Max Weber*, Londres, Routledge & Keagan Press, 1970.
- MINISTÉRIO DA MARINHA, *História Naval Brasileira - Vol I a V*, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975.

- MIYAMOTO, Shigenoli, *Geopolítica e Poder no Brasil*, Campinas, Papirus, 1995.
- MOSKOS, Charles / HARRIES-JERKINS, Gwyn, *Las Fuerzas Armadas y la Sociedad Moderna* "in" BANÓN, Rafael / OLMEDA, Jose A ., *La Institución Militar em El Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial, 1985.
- \_\_\_\_\_ WOOD, Francis. , *Lo Militar : Más que Una Profesión?*, Madrid, Ministerio de Defensa, 1991.
- \_\_\_\_\_ WILLIAMS/ John, SEGAL, David *The Post Modern Military*, Oxford- New York, Oxford Press, 2000.
- MORAES, J. C. Q de , *A Esquerda Militar no Brasil*, Vol I e Vol II ,São Paulo, Siciliano, 1990.
- \_\_\_\_\_ *A Tutela Militar*, São Paulo, Vértice, 1985.
- OLIVEIRA, Eliézer R. de , *As Forças Armadas no Brasil* , Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.
- \_\_\_\_\_ *As Relações Cívicas- Militares no Governo Fernando Henrique Cardoso*, "in" *Caderno Premissas*, NEE-UNICAMP, 1998.
- \_\_\_\_\_ *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*, Campinas, Papirus, 1994.
- \_\_\_\_\_ *Forças Armadas e Democracia: o Poder Legislativo*, NEE-UNICAMP, Relatório FAPESP, 1998.
- PEIXOTO, Antônio C. , *Exército e Política no Brasil: Uma Crítica aos Modelos de Interpretação*, "in" ROUQUIÉ, A., *Os Partidos Militares no Brasil*, Rio de Janeiro, Record, 1980.
- PEREIRA, Mauro C., *A Marinha que Vi e a que Não Terei Tempo de Ver* , "in" *Revista Marítima Brasileira* , 4 T 1999, pp 27-33.
- PINTO, Paulo, *O Emprego do Poder Naval Em Tempos de Paz*, Rio, Serviço de Documentação da Marinha, 1989.
- POECK, João A. Como Exercer a Liderança em um Mundo com Transformações Tecnológicas e Culturais "in" *O Anfíbio*, 2000 Serviço de Relações Públicas da Marinha, Brasília , DF, pp 47-50.
- POULANTZAS, Nicos, *O Estado, O Poder, O Socialismo* , Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- PROENÇA JR / Domício, (org) RAZA, Salvador / DINIZ, Eugênio, *Guia de Estratégia*,

- Rio de Janeiro, JZE, 1997.
- PUCCI, Bruno, *Teoria Crítica e Educação*, Petrópolis, Vozes, 1995.
- RANGEL, Vicente M. O Brasil e o processo Decisório em Direito do Mar “in”  
ALBUQUERQUE, José Guilhon, G. de, *Sessenta Anos de Política Externa: Prioridades, Atores e Políticas*, São Paulo, EDUSP, 2000, pp. 307-342.
- RAZA, Salvador G., A Diplomacia Naval “in” *Revista Marítima Brasileira*, 2 T, 1997  
( Parte I) pp. 99 –118. E idem, 1997 3TParte II, pp. 141-159.
- \_\_\_\_\_, PROENÇA JR, Domício, *Horizonte 20XX : A Amazônia e a Inserção de Segurança do Brasil*, XXIVANPOCS, 2000, digit .
- \_\_\_\_\_, *Sistemática Geral de Projeto de Força: Segurança, Relações Internacionais e Tecnologia*, Tese de Doutorado, COPPE-UFRJ, 2000, digit.
- RIVERO, Fuerzas Militares Modernizam Método de Acción “in” *Revista de La Armada*, Diciembre 2000, Marina de Venezuela, p. 85-96.
- ROUANET, Sérgio P. *O Mal Estar da Modernidade*, São Paulo, Cia das Letras, 1996.
- ROUQUIÉ, Alain, *O Estado Militar na América Latina*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1984.
- SAINT-PIERRE, Héctor L., *Max Weber: Entre a Paixão e a Razão*, Campinas, Ed. da UNICAMP, 1994.
- SANTOS, Frederico R. dos , *Novos Paradigmas para a Marinha do Brasil: Uma Visão para o Século XXI*, “ in” *Revista Marítima Brasileira*, 4 T1996.
- SELIGMAN, Milton / TAVARES, Cristina, *Informática: a batalha do século XXI*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- SEPÚLVEDA, Antônio C., *O Ensino no País e seus Reflexos para a Marinha* “ in” *Revista Marítima Brasileira*, 1T 1996.
- SCHIMITT, Command on (out of) Control : The Military Impication of Complexity Therory, “ in” ALBERTS, David./ CZERWINSKI, Thomas, 1999.
- SCHULTZ, Donald E., *The Role of the Armed Forces in the Americas: Civil Military Relations for the 21<sup>st</sup> Century*, Washington D. C.,Institute for National Strategic Studies, 1999.
- SILVA, Helio, *O Poder Militar*, P. Alegre, L. P.& M, 1982.
- SILVA, Tomás T. , *Identidades Terminais*, São Paulo, Cortez, 1996.

SILVEIRA, Cláudio de C., . *Marinha e a Política do Exército* “in” *A Força na Política*, Estudos de História, São Paulo, UNESP/ Olho d’água, 2001, pp 241-252.

\_\_\_\_\_ *O Risco da Democracia: a intervenção militar na Nova República*, Dissertação de Mestrado, IFCS-UFRJ, 1990, digit.

\_\_\_\_\_ *Educação Militar, Profissionalização e Democracia: o caso da Marinha do Brasil*, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, 2000,digit.

\_\_\_\_\_ *Para quê, Forças Armadas ?!* , texto apresentado no Seminário Internacional sobre as Relações Civis-Militares na América Latina dos Anos 90, NEE-UNICAMP / Universidad Torcuato di Tella - Campinas, outubro de 1997. digit.

SOARES, Samuel, *As Antinomias das Relações Civis-Militares no Brasil: Das velhas às Novas Ameaças*, texto apresentado no Seminário Brasil-Argentina e as Novas Ameaças, NEE-UNICAMP / CELA-UNESP, agosto de 2001.digit.

\_\_\_\_\_ *Forças Armadas e Sistema Político na Democracia*, FFLCH-USP, Tese de Doutorado, 2000, digit.

\_\_\_\_\_ *Militares, Pensamento e Ação Política: Um Estudo das Monogafias da ECEME (1985-1993)*. Dissertação de Mestrado FFLCH-USP,1994, digit.

SUN TZU, *The Art of Warfare*, New York, Ballantine Books, 1993.

TILL, Geoffrey, *Maritime Strategy and the Nuclear Age*, Londres, Mc Millan, 1984.

TILLY, Charles , *Coerção, Capital e Estados Europeus*, São Paulo, EDUSP, 1996.

VAL, Silvio *A Escola de Guerra Naval e a Formação dos Quadros de Elite da Marinha do Brasil*, UFF, Dissertação de Mestrado, 1995, digit.

VIDIGAL, Armando A . , Apontamentos de Estratégia Naval “in” *Revista Marítima Brasileira*, 3T 1998 pp 63-110.

\_\_\_\_\_ Apontamentos de Estratégia Naval (II) ;a estratégia naval dos Estados Unidos pós-guerra fria “in” *Revista Marítima Brasileira*, 4 T 1999.

\_\_\_\_\_ O Emprego do Poder Naval no Limiar do Século XXI “in” *Premissas* , caderno 12, abril de 1996, NEE-UNICAMP.

\_\_\_\_\_ O Emprego Político do Poder Naval “in” *Revista Marítima Brasileira*, 2 T/1980.

- \_\_\_\_\_ Uma Estratégia Naval para o Século XXI “in” *Revista Marítima Brasileira* 3 T 1997.
- VIGOTSKY, Lev S. *A Formação Social da Mente*, São Paulo, Martins Fontes, 1984.
- WALTZ, Kenneth, N., *El Hombre, el Estado y la Guerra*, Buenos Aires, Editorial Nova, 1959.
- WEBER, Max, *Ciência e Política: Duas Vocações*, S. Paulo, Cultrix, 1998.
- \_\_\_\_\_ *Economia y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1974.
- \_\_\_\_\_ *Ensaio de Sociología*, México, Fondo de Cultura, 1974.
- \_\_\_\_\_ *Rejeições Religiosas do Mundo e Suas Direções*, Col “Os Pensadores”, São Paulo, Abril, 1973.
- WERNECK SODRÉ, Nelson *História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- WROBEL, Paulo, A Política Nuclear Brasileira “in” ALBUQUERQUE, José A . G. de, *Sessenta Anos de Política Externa: Prioridades, Atores e Políticas*, 2000, pp 65-86.
- YOUNG, Michael, *Knowledge and Control: The New Directions for the Sociology of Education*, London, Collier- Mc Millan, 1971.
- ZAVERUCHA, Jorge, *Frágil Democracia*, Rio de Janeiro, JZE, 2000.

### Fontes Primárias

#### Monografias Analisadas

- ALMEIDA, Alberto do V., *A Lição Diplomática da Guerra das Malvinas*, EGN, 1986, digit.
- ALMEIDA, Carlos D. de, *Controle de Qualidade Total Aplicada à Marinha do Brasil*, EGN, 1992, digit.
- AVELINE, Julio E. C. , *A Marinha e a Sociedade Brasileira*, EGN, 1993, digit.
- AZEVEDO, José L. R. de, *O Brasil e os Estados Unidos*, EGN, 1988, digit.
- AZEVEDO, *Os Interesses Marítimos Brasileiros e a III Conferência Sobre os Direitos do Mar*, EGN, 1985, digit.
- BARROS, Sérgio, C. de, *A Antártida e os Interesses Brasileiros*, EGN, 1988, digit. .
- BITTENCOURT, Edmundo , *A Contribuição da F DEN para o Ensino na Escola*

- Naval*, EGN, 1982, mimeo.
- CAMARDELLA, Ulisses F., *Interação da Marinha com os Meios Científicos e a Tecnologia Nacionais*, EGN, 1991, digit.
- CAVALCANTI, Cláudio A. B. A., *Ciência, Tecnologia e o Poder*, EGN, 1994, digit.
- CESAR, Willian C., *A Importância da Comunicação Social na Marinha do Brasil*, EGN, 1992, digit.
- CUNHA, Aloisio M. da, *A Importância Estratégica dos Mares Antárticos para o Brasil*, EGN, 1997, digit.
- DIAS, Antônio Ferreira, *A Formação Básica do Oficial de Marinha*, EGN, 2001, digit.
- DURANTE, Antônio César *O Programa do Reparcelhamento da Marinha*, EGN, 1998, digit.
- ELLIA, Rui da F., *A Política Norte Americana para os Países da América Latina*, EGN, 1990, digit.
- FERREIRA, Luis, L., *O Sistema de Ensino Naval*, palestra proferida na EGN, 1995, digit.
- FRISCO, Fernando A. V., *A Essência da Guerra*, EGN, 1992, digit. .
- GHIGGINO, Aloísio, *O Aproveitamento do Oficial do QC/QAFO Dentro da Qualificação Profissional*, EGN, 1990, digit.
- LAPA, Celso G., *Posturas Sul-Americanas em Relação à Convenção da ONU Sobre os Direitos do Mar*, EGN, 199, digit.
- LEAL, Antônio C., *A Marinha e a Sociedade Brasileira*, EGN, 1992, digit. .
- LEÃO, José A. *Os Interesses Regionais e Extrarregionais no Atlântico Sul*, EGN, 1988, digit.
- LIMA, Delcio M. de, *O Oceano Atlântico e Seu Valor Para o Brasil*, EGN, 1991.
- LOPES, Gabriel C., *Mercosul*, EGN, 2000, digit. .
- LUQUE, Armando R. *Chega de Teorias. Vamos à Prática "in" Revista Marítima Brasileira 2T 1999.*
- MATTOS, Fernando M., *O Oceano Atlântico e Seu Valor Para o Brasil*, EGN, 1992, digit.
- MARTINS, Armando A. *O Oceano Atlântico e Seu Valor Estratégico para o Brasil*, EGN, 1989, digit.
- MARINHO, José E. V., *O Ensino na Escola Naval*, Rio EGN, 1995, digit.

- MASSA, João. L. L. de M. , *A Objetividade da Pós Graduação para os Interesses da Marinha*, EGN, 1978, mimeo.
- MORAES, José J., *A Política Externa Brasileira*, EGN, 1986, digit.
- MOREIRA , Carlos A . da S. , *A Integração do Cone Sul da América do Sul*, EGN, 1995, digit.
- MOTTA, Carlos E. A ., *A Importância da Mentalidade Marítima Brasileira*, EGN, 1994, digit.
- NAITO, Carlos E. , *Face à Nova Ordem Mundial, Avaliar a Necessidade de Maior Profissionalização da Marinha do Brasil* , EGN, 1995, digit. .
- NASH, John A ., *A Política Naval dos Estados Unidos para o Atlântico Sul*, EGN, 1986, digit .
- NIGRO, Antônio A . M., *Principais Condicionantes de Concepção, Preparo e Emprego das Forças Armadas*, EGN, 1997, digit.
- OLIVEIRA, Alberto D. de , *Gerenciamento pela Qualidade Total : Uma Experiência de Implantação*, EGN, 1995, digit.
- PIASTRO, Danilo P., *O Atlântico Sul: uma das Razões do Poder Naval Brasileiro* , EGN, 1991, digit.
- PIMENTEL DE OLIVEIRA, José E. , *A Formação dos Quadros e a Carreira do Oficial de Marinha*, Rio , EGN, 1991, digit.
- RIOS, Ricardo, *A Gestão pela Qualidade Total* , EGN, 1994,digit.
- ROSA, Ralph, V. , *A Estratégia Naval Brasileira*, EGN, 1991, digit.
- SAMPAIO, João A . S. , *A Ordem Internacional*, EGN, 1992, digit.
- SANTOS, Cláudio M. M dos, *A Lição Diplomática da Guerra das Malvinas* , EGN, 1986, digit.
- SANTIAGO, Ronald , *A Profissão Militar*, EGN, 1995, digit.
- SILVA, Paulo A . B. da , Paulo A . B. da , *A Liderança e a Formação do Oficial de Marinha*, EGN,1983, digit.
- SILVA, Ronaldo da , *Os Interesses Marítimos Brasileiros e a III Conferência dos Direitos do Mar*, EGN, 1986, digit.
- SOUZA, Paulo F. S. L. de, *Mercosul*, EGN, 1998, digit. .
- VASCONCELLOS, Carlos Alberto B., *O Atlântico Sul e a Ordem Internacional*, EGN,

1992, digit.

### **Jornais e Revistas de Circulação Nacional**

A GAZETA MERCANTIL

JORNAL DO BRASIL

REVISTA ÉPOCA

REVISTA MANCHETE

JORNAL FOLHA DIRIGIDA

### **Revistas Militares**

A MACEGA, Comando da Força Aeronaval, São Pedro da Aldeia, RJ.

O ANFÍBIO, Comando do Coprpo de Fuzileiros da Esquadra, Rio de Janeiro.

MILITARY REVIEW , Edição Brasileira, Rio de Janeiro, (vários volumes)

REVISTA DO EXÉRCITO, Serviço de Relações Públicas do Exército, Brasília, DF.

REVISTA DA ECEMAR, Ecemar, Rio de Janeiro.

REVISTA DA ESQUADRILHA DA FUMAÇA, Brasília, DF.

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, Serviço de Documentação da Marinha, Rio de Janeiro (vários volumes).

REVISTA NOMAR , Serviço de Relações Públicas da Marinha , Brasília, DF(vários volumes)

### **Entrevistas**

1) Entrevista com o Exmo Sr Ex-Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Mario César Flores concedida ao autor em no Rio de Janeiro em 20 de fevereiro de 2001.

2) Entrevista com o Exmo Sr Ex-Ministro da Marinha Almirante-de-Esquadra Mauro César Pereira concedida a ao autor, a Adriana A . Marques e Luis Alexandre Fuccille em 17 de julho de 2001, Londres, Inglaterra.

3) Entrevista com o Exmo Sr Vice-Almirante Armando Amorim Vidigal, concedida ao autor no Rio de Janeiro, em 30 de março de 2001.

## **Palestras**

MINISTÉRIO DA DEFESA, *O Ministério da Defesa*, Palestra do general Antônio Taveira na ECEME em nov.2000.

## **Documentos da Marinha do Brasil**

Breviário de Educação Moral e Cívica da Marinha, *sem autor, sem data*.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL *A Educação Militar na Marinha do Brasil para o Século XXI*, 2000, digit.

\_\_\_\_\_ *Currículos do Curso Superior de Guerra Naval (C-SGN)1971-1984*, mimeo.

\_\_\_\_\_ *Currículos do Curso de Política e Estratégias Marítimas (C-PEM) 1985 - 2001*, digit.

MINISTÉRIO DA MARINHA, *Doutrina Básica da Marinha*, Estado Maior da Armada, Brasília, DF, 1997.

\_\_\_\_\_ *Plano de Carreira dos Oficiais da Marinha do Brasil*, Secretaria Geral da Marinha, Brasília, DF, 1997.

\_\_\_\_\_ *Política de Defesa Nacional: a Marinha do Brasil*, Serviço de Relações Públicas da Marinha, Brasília, DF, 1997.

\_\_\_\_\_ *Política Básica da Marinha*, Estado Maior da Armada, Brasília, DF, 1998.

\_\_\_\_\_ *Vade Mecum Naval*, Secretaria Geral da Marinha, Brasília, DF, 1994.

## **Documentos Oficiais**

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, Sessão Solene em Homenagem ao Marinheiro João Cândido, 22/ 11/84.

CONGRESSO NACIONAL, *Constituição da República Federativa do Brasil*, Senado Federal, Brasília, DF, 1988.

\_\_\_\_\_ *Lei de Ensino da Marinha*, Lei Número 6.540 de 28/06/1978,

\_\_\_\_\_ *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, Lei Número 9394 de 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, *Parâmetros Curriculares Nacionais*, [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)  
Acesso em 27 de agosto de 2002

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Política de Defesa Nacional*, Brasília, DF, 1996.

### **Arquivos Eletrônicos**

ESCOLA NAVAL, [www.mar.mil.br/en](http://www.mar.mil.br/en), acesso em 10 de fevereiro de 2001.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL, [www.mar.mil.br/egn](http://www.mar.mil.br/egn), acesso em 01 de abril de 2000.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA, [www.aer.mil.br/afa](http://www.aer.mil.br/afa), acesso em 18 de abril de 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, [www.mec.gov.br/cne/ftp/sumula](http://www.mec.gov.br/cne/ftp/sumula), acesso em 01 de Novembro de 2001.